ISSN 0100-1736

DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA

REVISTA DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA OITAVA REGIÃO

www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
Correspondência: Travessa Dom Pedro I, nº 746
66050-100
Belém - Pará
www.trt8.jus.br
e-mail: revista@trt8.jus.br

COMISSÃO DA REVISTA:

Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

Juíza Titular MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA

Juíza Substituta ANELISE HASSE DE MIRANDA

Assistente da Revista do Tribunal e Publicações em Geral:
Nara Maria Santos de Souza

CAPA:

Aquarela: “Sede Antiga do TRT”, do artista plástico George Venturieri
Acervo: TRT 8ª Região
Foto da obra: Luiz Eduardo Pereira dos Santos
Arte gráfica: Lais Veloso

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Belém: Tribunal Regional do Trabalho, 1968 —
Semestral

ISSN 0100-1736

1. DIREITO – Periódico. I. PARÁ. Tribunal Regional do Trabalho.

CDD 340.05
CDU 34 (05)

R. TRT 8ª Região. Belém. v. 42, n. 82, p. 1-429, Jan./Jun./2009.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Sede: Belém (PA)
Jurisdição: Estados do Pará e Amapá

Tribunal Pleno

Presidente:	Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - Posse como Presidente em 05.12.2008 Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES - até 05.12.2008
Vice-Presidente:	Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - Posse como Vice-Presidente em 05.12.2008 Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - até 05.12.2008
Corregedor Regional:	Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Posse como Corregedor Regional em 05.12.2008 Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - até 05.12.2008
	Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES - a partir de 06.12.2008 Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - Posse como Vice-Presidente em 05.12.2008 Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - a partir de 06.12.2008 Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Posse como Corregedor Regional em 05.12.2008 Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO Desa. GRAZIELA LEITE COLARES Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007) Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA Des. MÁRIO LEITE SOARES Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA - aposentada a partir de 15.06.2009 Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO VAGO VAGO

Rvst TRT8 2009.pmd 3 23/6/2009, 08:55

Seção Especializada I

Presidente: Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - a partir de 06.12.2008
Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA - até 05.12.2008. Posse como Presidente

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES - a partir de 06.12.2008
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - até 05.12.2008. Posse como Vice-Presidente
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - a partir de 06.12.2008
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - até 05.12.2008. Posse como Corregedor Regional
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA - aposentada a partir de 15.06.2009
Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO
VAGO

Seção Especializada II

Presidente: Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - a partir de 06.12.2008.
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - até 05.12.2008

Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007)
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO
VAGO

Rvst TRT8 2009.pmd 4 23/6/2009, 08:55

1ª Turma

Presidente: Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA - Presidente a partir de 09.12.2008
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Presidente até 08.12.2008

Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - a partir de 23/11/2007. Removida da 3ª Turma (Res. 424/2007)
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - até 14.06.2009. Removido p/ 4ª Turma (Res. 148/2009)
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Des. MÁRIO LEITE SOARES - até 22/11/2007. Removido p/ a 3ª Turma (Res. 424/2007)
VAGO

2ª Turma

Presidente: Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Presidente a partir de 18.12.2008
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Presidente até 05.12.2008. Posse como Corregedor Regional

Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES - a partir de 06.12.2008
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES - até 05.12.2008. Posse como Vice-Presidente
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - a partir de 06.12.2008 (Res. 413/2008). Removida p/ a 4ª Turma a partir de 07.03.2009 (Res. 35/2009)
VAGO

3ª Turma

Presidente: Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO - Presidente a partir de 10.12.2008
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES - Presidente até 09.12.2008

Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - até 22.11.2007. Removida p/ a 1ª Turma (Res. 424/2007)
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. MÁRIO LEITE SOARES - a partir de 23.11.2007. Removido da 1ª Turma (Res. 424/2007)
Des. MIGUEL RAIMUNDO VIÉGAS PEIXOTO

Rvst TRT8 2009.pmd 5 23/6/2009, 08:55

4ª Turma

Presidente: Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Presidente a partir 13.12.2008
Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA - Presidente até 12.12.2008 - aposentada a partir de 15.06.2009

Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - a partir de 15.06.2009. Removido da 1ª Turma (Res. 148/2009)
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - licença para cumprimento de mandato na AMATRA VIII de 1º.01.2008 a 31.12.2009 (Res. 470/2007)
Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL - Removida da 2ª Turma a partir de 07.03.2009 (Res. 35/2009).

VARAS DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ESTADO DO PARÁ

1ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
2ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR - Aposentado a partir de 13.05.2009 (Ato 73/2009)
VAGO
3ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JULIANES MORAES DAS CHAGAS
4ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza CLAUDINE TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES
5ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA
6ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MARTINS
7ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA
8ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
9ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz WALTER ROBERTO PARO
10ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
11ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza GEORGIA LIMA PITMAN

Rvst TRT8 2009.pmd 6 23/6/2009, 08:55

12ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
13ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza IDA SELENE DUARTE SIROTHEAU CORRÊA BRAGA
14ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz ANTONIO OLDEMAR COÊLHO DOS SANTOS
15ª Vara do Trabalho de Belém
Juíza PAULA MARIA PEREIRA SOARES
16ª Vara do Trabalho de Belém
Juiz RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JÚNIOR
1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juiz FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR
2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Juíza CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA
Vara do Trabalho de Altamira
Juiz LUIS ANTONIO NOBRE DE BRITO
1ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza VANILZA DE SOUZA MALCHER
2ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza CRISTIANE SIQUEIRA REBELO
3ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza MELINA RUSSELAKIS CARNEIRO
4ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Juíza AMANACI GIANNACCINI
Vara do Trabalho de Breves
Juíza MARINEIDE DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA
Vara do Trabalho de Capanema
Juiz OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
Vara do Trabalho de Castanhal
Juiz PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR
Vara do Trabalho de Itaituba
Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENING
1ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz JOÃO CARLOS TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
2ª Vara do Trabalho de Marabá
Juiz FRANCISCO MILTON ARAÚJO JÚNIOR
Vara do Trabalho de Óbidos
Juiz JÁDER RABELO DE SOUZA
Vara do Trabalho de Paragominas
Juíza RENATA PLATON ANJOS
1ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Juiz JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE
2ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES - a partir de 21.10.2008. (Ato 164/2008)
Vara do Trabalho de Redenção
Juíza NATASHA SCHNEIDER GURJÃO SAMPAIO

Rvst TRT8 2009.pmd 7 23/6/2009, 08:55

Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará
Juiz JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA
1ª Vara do Trabalho de Santarém
Juíza ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO
2ª Vara do Trabalho de Santarém
Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE
1ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juíza LEA HELENA PESSÔA DOS SANTOS SARMENTO
2ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Juiz RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO
Vara do Trabalho de Xinguara
VAGO

ESTADO DO AMAPÁ

1ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza FLÁVIA JOSEANE KURODA
2ª Vara do Trabalho de Macapá
Juiz MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
3ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA CAVALCANTE ARANHA
4ª Vara do Trabalho de Macapá
Juíza ANGELA MARIA MAUÉS
Vara do Trabalho de Laranjal do Jari - Monte Dourado
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES - até 20.10.2008.
Removida p/ a 2ª VT de Parauapebas (Ato 164/2008)
VAGO

JUÍZES FEDERAIS DO TRABALHO SUBSTITUTOS
(ordem de antiguidade)

Juíza ANA ANGÉLICA PINTO BENTES
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ
Juíza ODAISE CRISTINA PICANÇO BENJAMIM MARTINS
Juíza MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA MEDEIROS
Juiz HARLEY WANZELLER COUTO DA ROCHA
Juíza CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI
Juiz NEY STANY MORAIS MARANHÃO
Juiz MARCOS CEZAR MOUTINHO DA CRUZ
Juíza TATYANNE RODRIGUES DE ARAÚJO ALVES
Juíza ANELISE HAASE DE MIRANDA
Juiz DENNIS JORGE VIEIRA JENNINGS
Juiz ANDREY JOSÉ DA SILVA GOUVEIA

Rvst TRT8 2009.pmd 8 23/6/2009, 08:55

Juiz CÉZAR ALBERTO MARTINI TOLEDO - Removido por permuta, a partir de 24.04.2009, com o Juiz Dilso Amaral Matar, do TRT-2ª Região (Res. 438/2008 e Ato 58/2009)
Juíza GIOVANNA CORRÊA MORGADO DOURADO
Juíza DANIELLE VIANNA SOARES
Juíza KARLA MARTINS FROTA
Juíza ÉRIKA MOREIRA BECHARA
Juíza MEISE OLIVEIRA VERA
Juíza MILENE DA CONCEIÇÃO MOUTINHO DA CRUZ
Juiz SAULO MARINHO MOTA
Juíza BIANCA LIBONATI GALÚCIO
Juiz WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA
Juíza ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ
Juíza NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES
Juíza AMANDA CRISTHIAN MILÉO GOMES MENDONÇA
Juiz DANIEL GONÇALVES DE MELO - Removido por permuta, a partir de 20.04.2009, com a Juíza Elinay Almeida Ferreira de Melo, do TRT-14ª Região (Res. 14/2009 e Ato 60/2009)
Juiz FÁBIO MELO FEIJÃO
Juiz EDUARDO EZON NUNES DOS SANTOS FERRAZ
Juíza RAFAELA QUEIROZ DE SÁ E BENEVIDES
Juíza GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS
Juíza FRANCISCA BRENNA VIEIRA NEPOMUCENO
Juíza SILVANA BRAGA MATTOS
Juíza ANA PAULA BARROSO SOBREIRA
Juiz FERNANDO MOREIRA BESSA
Juiz RODRIGO DA COSTA CLAZER
Juiz CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
Juíza MARIA GIZÉLIA LIMA DE BARROS
Juiz IGOR CARDOSO GARCIA
Juíza ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO. Posse em 20.04.2009. Remoção por permuta com o Juiz Daniel Gonçalves de Melo, do TRT-8ª Região. (Res. 14/2009 e Ato 60/2009)
juiz DILSO AMARAL MATAR - Posse em 24.04.2009. Remoção por permuta com o Juiz Cézar Alberto Martini Toledo, do TRT-8ª Região. (Res. 438/2008 e Ato 58/2009)

Rvst TRT8 2009.pmd 9 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 10 23/6/2009, 08:55

SUMÁRIO

DOUTRINA

OS PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO
Arnaldo Süssekind 19

EXECUÇÃO PROVISÓRIA TRABALHISTA
Vicente José Malheiros da Fonseca 27

CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO E GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE
Georgenor de Sousa Franco Filho 51

AS CONDIÇÕES INSALUBRES DO TRABALHO REALIZADO A CÉU ABERTO NA REGIÃO AMAZÔNICA PROPICIADAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Francisco Milton Araújo Júnior 59

DIVERSIDADE NO TRABALHO E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
José Claudio Monteiro de Brito Filho 75

SÚMULA VINCULANTE Nº 4: *TERTIUS GENUS* NO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE?
Tereza Aparecida Asta Gemignani 85

A INDISPENSABILIDADE DO ADVOGADO E HONORÁRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Benedito Calheiros Bomfim 113

REGISTRO

DISCURSO PROFERIDO AO SAIR DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRT DA 8ª REGIÃO
José Edílsimo Eliziário Bentes 123

DISCURSO DE SAUDAÇÃO DA AMATRA VIII
Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior 129

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA SOLENIDADE DE POSSE DA NOVA DIREÇÃO DO TRT DA 8ª REGIÃO
Loana Lia Gentil Uliana 131

A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA
Francisca Oliveira Formigosa 135

HOMENAGEM AO MINISTRO RIDER NOGUEIRA DE BRITO
José Edílsimo Eliziário Bentes 139

PRONUNCIAMENTO NA HOMENAGEM DO TRT-8ª REGIÃO
Rider Nogueira de Brito 143

MANIFESTAÇÃO NA ABERTURA DO ANO LETIVO DAS ESCOLAS DO TRT-8ª
Suzy Elizabeth Cavalcante Koury 153

Rvst TRT8 2009.pmd 11 23/6/2009, 08:55

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 157

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 159

PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 165

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO 167

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Ação Civil Pública - Autor - Sindicato de categoria profissional - Legitimidade .. 169

Ação Civil Pública. Dano moral coletivo e dano moral individual. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho 171

I - Ação Civil Pública. Lide simulada. II - Dano moral coletivo. Configuração. III - Descontos salariais ilegais. Violação a direito coletivo e difuso dos trabalhadores. Comprovação 184

Adicional de insalubridade. Programas de prevenção e controle 202

Aposentadoria. Proventos. Reajuste 207

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Impossibilidade do provimento liminar concedido alcançar decisões já atingidas pela imutabilidade da coisa julgada 216

Assédio moral - Reparação civil 221

Bloqueio *on line* sobre numerário de autarquia estadual estranha à lide, repassado à executada com destinação específica prevista em convênio público. Impossibilidade 225

Contrato de emprego. Bombeiro militar. Ilegalidade. Nulidade 230

Corretor de Imóveis. Incompetência da Justiça do Trabalho 232

Crédito devido ao empregado não recebido em vida. Aplicação da Lei 6.858/1980 235

Dano moral. Acidente. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva 237

Demanda advinda da relação de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho 241

Execução provisória. Art. 475-O, § 2º, do CPC. Excesso de penhora. *Matéria velha* 246

Habeas corpus. Depositário infiel. Prisão civil. Inconstitucionalidade 277

Horas extras. Bancário. Função de confiança. Artigo 224 da CLT 280

Indenização por dano moral - Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana do trabalhador - Ato ilícito - Dever de indenizar 283

Indenização por danos morais 286

Indenização por danos morais. Acidente de trabalho 291

Rvst TRT8 2009.pmd 12 23/6/2009, 08:55

Indenização por danos morais - Não configuração. Inexistência de nexo de causalidade - Caso fortuito 297

Multa a reverter ao FAT, imposta pelo MPT, em termo de ajuste de conduta. Inexigibilidade. Empresa de saúde em grave crise econômica, cujo patrimônio deve garantir os salários dos empregados e a assistência médica, laboratorial e hospitalar aos beneficiários do plano 304

I. Pejotização *versus* relação de emprego. II. Preposto. "Desconhecimento dos fatos" 310

Prescrição. Acidente de trabalho. Dez anos 318

Progressão horizontal por antiguidade. Cláusula contratual de regulamento empresarial. Ato de liberalidade do empregador. Interpretação restritiva 322

Relação de emprego. Grupo econômico. Sucessão de empregadores 332

Sentença proferida de forma líquida. Base de cálculo não impugnada no momento processual adequado para esse fim. Preclusão que se impõe 345

Suspeição do julgador. Negativa de tutela jurisdicional. Cerceamento de defesa. Razões do convencimento 348

Termo de ajuste de conduta perante o Ministério Público do Trabalho. Ação anulatória. Cabimento 359

Tuberculose pulmonar - Contato com agente químico - Sílica - Curto período - Ausência de nexo de causalidade 369

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRT DA 8ª REGIÃO 375

NOTICIÁRIO

Eventos da EMATRA VIII 393

Visitas Monitoradas 394

Tabelas Processuais Unificadas 395

Movimentação de Magistrados 395

Formação de Formadores em Execução 395

Diagnóstico Institucional 395

Segurança 396

TRT Ambiental é referência para pesquisas 397

Fórum de Macapá inicia Projeto Aproximação 397

VII Olimpíada da JT 398

Inauguradas novas Salas de Sessões 398

Novas instalações da VT de Óbidos 398

Rvst TRT8 2009.pmd 13 23/6/2009, 08:55

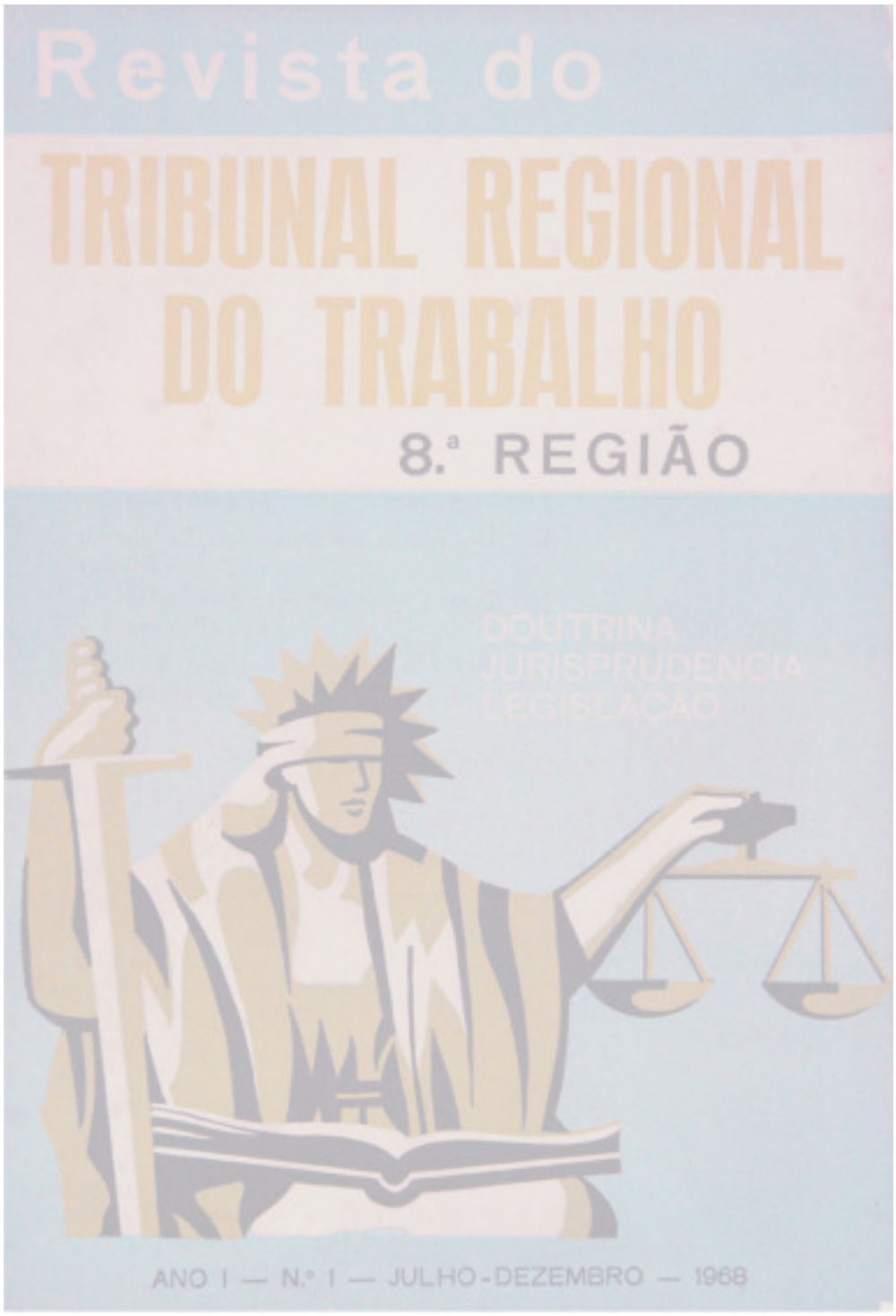
I Congresso de Processo Civil e do Trabalho na Realização dos Direitos Humanos do Sul do Pará 399
Posse na APLJ 400
Desembargador Eliziário Bentes obtém Grau de Mestre em Direito 400
Espaço Cultural 400
Relatório de Gestão, Revista Comemorativa e Retrospectiva em Vídeo 401
Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos 402
Semana Nacional da Conciliação 403
Iniciativas do Planejamento Estratégico 403
Galeria dos Ex-Diretores Gerais de Secretaria 404
Nova Administração do TRT-8ª 404
Macroeconomia, Industrialização e Organização Sindical 406
Projeto Rompendo Distâncias 406
Árvore dos Sonhos 406
Natal em Cantos 407
Sistemas Eletrônicos de Compras 407
TRTV8 407
Seminário de Abertura do Ano Judiciário 408
Ex-Presidente recebe Medalha do TRE 408
Ordem do Mérito *Jus et Labor* 408
V Fórum Mundial de Juízes 409
Oficina Jurídica 410
Presidente do TRT-8ª em Plenária da UGT 411
Ouvidoria ganha espaço próprio 411
RENAJUD 411
Sistema Unificado de Administração Processual - SUAP 411
Juiz Océlio Morais no Bom Dia Pará 412
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho 412
2º Encontro Nacional do Judiciário 413
Convênios entre TRT-8ª e Caixa Econômica Federal 413
Presidente do TST e CSJT recebe Homenagem do TRT-8ª Região 414
Gestão Ambiental do TRT-8ª serve de parâmetro a outras Instituições 415
INFOSEG 415
Coral Adulto grava com Pinduca 415

Rvst TRT8 2009.pmd 14 23/6/2009, 08:55

Novos Dirigentes do TST 415
Cine TRT8 exibe filme em Homenagem às Mulheres 416
Desembargadora Sulamir Almeida profere palestra no CESUPA 416
Presidente do TRT-8ª Homenageada na Câmara Municipal de Belém 416
Casa de Justiça e Cidadania do Amapá 416
Direitos Humanos e Refugiados: Crise Global dos Deslocamentos Prolongados 417
I Oficina sobre Trabalho Escravo 417
Servidores do TRT-8ª tomam posse na CREDIJUSTRA 417
Hermenêutica e Argumentação aplicadas à Decisão Judicial 418
A Ética no Serviço Público 418
Facilidades de Acesso à Justiça do Trabalho 419
Posse de Juízes Substitutos 419
Malote Digital 420
Plano Anual de Capacitação 420
Certificação Digital e Processo Eletrônico 421
Fórum de Gestão Estratégica TRT-8ª: Novos Rumos até 2013 421
68 Anos da Justiça do Trabalho 422
Fórum de Macapá realiza Encontro sobre Planejamento Estratégico 423
Páscoa e Dia das Mães 423
Mobilização contra o Trabalho Escravo 424
INFOJUD, INFOSEG e RENAJUD em Macapá 424
Ação Global 2009 424
JURISCALC do TRT-8ª é referência nacional 425
Processo e Execução Trabalhista e Previdênciária 425
Junho: Mês da Conciliação na 8ª Região 425
TRT-8ª Homenageado pelo CREA-PA 426
Lançamento de Livro 426
Dia Mundial do Meio Ambiente 426
Medalha Mérito Ambiental 427
Aposentadoria da Desembargadora Vanja Costa de Mendonça 428
Capacitação em Poder Judiciário 428
Atividades do Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca 428

Rvst TRT8 2009.pmd 15 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 16 23/6/2009, 08:55


Revista do
TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO
8.ª REGIÃO
DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO
ANO I — N.º 1 — JULHO-DEZEMBRO — 1968

DOUTRINA

Rvst TRT8 2009.pmd 18 23/6/2009, 08:55

OS PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO

Arnaldo Süssekind *

I - CONCEITUAÇÃO DE PRINCÍPIO

MANUEL ALONSO OLEA, notável e sempre lembrado jurista, jamais concordou com aqueles que veem nos princípios mera fonte subsidiária de direito, somente invocável para sanar omissões do sistema legal aplicável a um caso concreto. Ele sempre enfatizou que, "O princípio geral de direito é mais do que uma fonte supletiva para ser aplicada na omissão ou imprecisão da lei ou do costume; é, na verdade, um critério geral de ordenação, que inspira todo o sistema, com múltiplos efeitos" (1).

No mesmo sentido, AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, autor da mais festejada monografia sobre o tema, define os princípios como "linhas diretrizes que informam algumas normas e inspiram direta ou indiretamente uma série de soluções, pelo que podem servir para promover e embasar a aprovação de novas normas, orientar a interpretação das existentes e resolver casos não previstos" (2).

A circunstância de o direito positivo explicitar que os princípios gerais de direito podem, ou devem, sanar omissões da lei (Art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, art. 126 do Código de Processo Civil e art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho) não significa que o seu campo de atuação esteja assim limitado. Daí entendermos que os princípios são enunciados genéricos, explicitados ou deduzidos do ordenamento jurídico pertinente, destinados a iluminar tanto o legislador, ao elaborar as leis dos respectivos sistemas, como o intérprete, ao aplicar as normas ou sanar omissões.

Esse conceito abrangente corresponde ao entendimento de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, para quem o princípio constitui "mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmonioso" (3).

Também o preclaro MIGUEL REALE considera os princípios "verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidos por serem evidentes ou por terem sido comprovados" (4).

Em excelente monografia, que recebeu o "Prêmio Ministro Coqueijo Costa", EDVALDO NILO DE ALMEIDA sintetiza os vários critérios de conceituação dos princípios, assinalando que, pelos critérios da fundamentalidade no ordenamento jurídico e da normogenética, eles "são normas de natureza estruturante ou com um papel fundamental em decorrência da sua hierarquia superior (ex: princípio constitucional da dignidade da pessoa humana); (...) são normas que constituem a ratio de regras jurídicas, desempenhando uma função normogenética fundamentante" (5).

---

* Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, membro de número da Academia Iberoamericana de Derecho del Trabajo Y de la Seguridad Social e Presidente honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Rvst TRT8 2009.pmd 19 23/6/2009, 08:55

Além dos princípios gerais de direito, certo é que os diferentes ramos da ciência jurídica possuem princípios próprios, sem os quais seria duvidoso afirmar-lhes a autonomia. Como bem assinalou ANTÔNIO VAZQUEZ VIALARD, "dadas suas características, impostas pela finalidade que persegue, o Direito do Trabalho foi elaborando um corpo de doutrina que contém princípios comuns, correspondentes a diretrizes que inspiram o sentido das normas laborais de acordo com critérios distintos dos relativos a outros ramos jurídicos" (6). Até por que, na lúcida observação de FRANCISCO MÉTON MARQUES DE LIMA, "o Direito do Trabalho, obedecendo à Lei Universal, partiu de princípios, seguiu pelos meandros legais e almeja o ponto de chegada, que é o mesmo da partida, composto pelos princípios que o orientam" (7).

Tratando dos princípios do Direito do Trabalho, ALFREDO RUPRECHT deduz as seguintes conseqüências: "1) têm o caráter de preceitos jurídicos que podem ser aplicados por autoridade judicial; 2) têm caráter normativo, pois se aplicam a situações de fato e de direito; 3) são eles os preceitos que sustentam e tipificam o Direito do Trabalho; 4) orientam a interpretação da lei e solucionam situações de dúvida ou não previstas; 5) dão unidade e confiança à disciplina"(8).

II - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS

Como bem asseverou o douto PAULO BENEVIDES, "os princípios constitucionais fazem a congruência, o equilíbrio e a essencialidade de um sistema jurídico legítimo. Postos no ápice da pirâmide normativa, elevam-se, portanto, ao grau de normas das normas, de fonte das normas" (9).

A Constituição brasileira de 1988, no Título II, atinente aos direitos e garantias fundamentais, dispôs no seu art. 5º:

> "§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
> §3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

Conferiu, assim, aos princípios que consagrou uma hierarquia de relevo. Daí asseverar CELSO RIBEIRO BASTOS que, "se houver rigor em extrair-se as conseqüências implícitas de todos os artigos que explicitamente a Constituição encerra, certamente será possível emprestar força a um rol de direitos não expressos. É uma questão de coragem hermenêutica e de coerência com a aceitação dos princípios"(10). A afronta a um princípio constitucional "implica fragmentação da própria Constituição, afigurando por isso mesmo uma inconstitucionalidade de efeito muito mais grave do que a violação de uma simples norma, mesmo constitucional" (11).

Essa Carta Magna, nos seus arts. 1º e 5º, deu hierarquia constitucional a relevantes princípios, sejam de caráter geral sejam de Direito Civil e de Direito Penal; e, em outros tópicos, relacionou princípios de Direito Internacional (art. 4º), da atividade econômica (art. 170) e da seguridade social (art. 194). Nos

Rvst TRT8 2009.pmd 20 23/6/2009, 08:55

precitados artigos consagrou princípios gerais que se aplicam adequadamente ao Direito do Trabalho:

> "Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> .....
> III - a dignidade da pessoa humana;
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa"
> "Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> .....
> XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
> .....
> XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
> .....
> XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
> ....."

Cumpre ponderar neste ensejo, como bem asseverou o jurista e político brasileiro ANDRÉ FRANCO MONTORO, que "há uma lei maior da natureza ética, cuja observância independe do direito positivo de cada Estado. O fundamento dessa lei é o respeito à dignidade da pessoa humana. Ela é a fonte das fontes do direito"(12). Aplausos, portanto, à Constituição brasileira de 1988, quando ressalta no seu art. 1º, que "a dignidade da pessoa humana" é um dos fundamentos do "Estado Democrático de Direito" - princípio que, nos termos do art. 5º, § 2º, se traduz num dos direitos e garantias do cidadão. O respeito à dignidade do ser humano se insere na categoria dos direitos que PONTES DE MIRANDA denomina de supraestatais e que a Igreja Católica inclui no elenco dos direitos naturais, cuja observância não deve depender da vigência de tratados internacionais ou leis nacionais. A verdade é que os princípios gerais de direito são induzidos dos sistemas jurídicos pela filosofia do Direito, adquirindo feição universal.

Demais disto, ao relacionar os princípios gerais da atividade econômica, a Constituição brasileira enunciou, no seu art. 170:

"valorização do trabalho humano" (caput);
"justiça social"(caput);
"função social da propriedade"(nº II);
"busca do pleno emprego" (nº VIII).

A condenação do trabalho forçado, objeto das Convenções nºs 29 e 105 da OIT, e por esta classificadas no elenco dos tratados sobre direitos humanos fundamentais, sintoniza-se com o estatuído nos arts. 1º, III e IV, e 170, caput, supratranscritos. Também o princípio da isonomia, afirmado pelo art. 5º, I, da Constituição, corresponde às Convenções da OIT nºs 100 e 111, incluídas no mencionado elenco.

Rvst TRT8 2009.pmd 21 23/6/2009, 08:55

III - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ALUSIVOS AO DIREITO DO TRABALHO

Os arts. 7º e 8º da Constituição brasileira, que relacionam os direitos fundamentais do trabalhador, referem alguns princípios de relevo:

a) o princípio da não-discriminação: que proíbe diferença de critério de admissão, de exercício de funções e salário por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX), ou de critério de admissão e de salário em razão de deficiência física (art. 7º, XXXI) e, bem assim, que se distinga, na aplicação das normas gerais, entre os respectivos profissionais (art. 7º, XXXII). Este princípio, consagrado pelo Direito Internacional (13), deve, entretanto, ser aplicado tendo em conta que não fere a isonomia tratar-se desigualmente situações desiguais;

b) o princípio da continuidade da relação emprego, o qual, embora não seja inflexível, posto que a Constituição de 1988 não consagrou a estabilidade absoluta do trabalhador no emprego, emana, inquestionavelmente, das normas sobre a indenização devida nas despedidas arbitrárias, independentemente do levantamento do FGTS (art. 7º, nº I) e do aviso prévio para a denúncia do contrato de trabalho proporcional à antigüidade do empregado (art. 7º, nº XXI).

c) Liberdade sindical (art. 8º, caput).

Pena é que esse artigo, depois de enunciar que "É livre a associação profissional ou sindical", tenha imposto a unicidade de representação sindical por categoria profissional ou econômica (art. cit., nº II) e estabelecido a tributação compulsória dos integrantes das correspondentes categorias (art. cit., nº IV), que afrontam o conceito de liberdade sindical consagrado pelo direito comparado, inclusive OIT.

Outros princípios, contudo, podem ser deduzidos do conjunto de normas adotadas pela Constituição a respeito dos direitos individuais e coletivos do trabalho e, bem assim, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de algumas leis trabalhistas complementares.

IV - PRINCÍPIOS DEDUZIDOS DOS SISTEMAS LEGAIS

Os princípios gerais do direito comum - cumpre ressaltar - são aplicáveis ao Direito do Trabalho somente na medida em que sejam compatíveis com as finalidades e os princípios fundamentais desse setor do mundo jurídico. É que, conforme precisou DEVEALI, o Direito do Trabalho, por ser especial, distingue-se do direito comum, sobretudo porque, enquanto este supõe a igualdade das partes, ele pressupõe uma desigualdade que visa a corrigir com desigualdades de natureza jurídica (14).

IV-A - O PRINCÍPIO PROTETOR E SEUS COROLÁRIOS

LUIZ DE PINHO PEDREIRA DA SILVA, autor da mais completa obra brasileira sobre o tema, define o princípio de proteção como "aquele em virtude do qual o Direito do Trabalho, reconhecendo a desigualdade de fato entre os sujeitos da relação jurídica de trabalho, promove a atenuação da inferioridade econômica, hierárquica e intelectual dos trabalhadores" (15).

Por via de conseqüência, o princípio protetor, ou da proteção do trabalhador, erige-se como o mais importante e fundamental para a construção, interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. A proteção social aos trabalhadores constitui a raiz sociológica do Direito do Trabalho e é imanente a todo o seu sistema jurídico. Na observação de KASKEL, as normas jurídicas públicas e as privadas coexistem nesse ramo do Direito, "uma ao lado das outras, não em forma mutuamente excludente, senão reforçando-se reciprocamente;

Rvst TRT8 2009.pmd 22 23/6/2009, 08:55

ambas baseadas no princípio protetor do direito social como ponto de partida e como elemento diretor para o desenvolvimento e a interpretação" (16). Também o já citado PLÁ RODRIGUEZ elege o princípio protetor como o de maior relevo no quadro do Direito do Trabalho, desdobrando-o em outros princípios, que constituem ramificações do mesmo tronco.

O princípio protetor do trabalhador resulta das normas imperativas e, portanto, de ordem pública, que caracterizam a intervenção básica do Estado nas relações de trabalho, visando a opor obstáculos à autonomia da vontade. Essas regras cogentes formam a base do contrato de trabalho - uma linha divisória entre a vontade do Estado, manifestada pelos poderes competentes, e a dos contratantes. Estes podem complementar ou suplementar o mínimo de proteção legal. Daí decorre o princípio da irrenunciabilidade (indisponibilidade ou inderrogabilidade), consagrado no Brasil pelo art. 9º da CLT, que é intenso na formação e no curso da relação de emprego, e que se não confunde com a transação, quando há *res dubia* ou *res litigiosa* no momento ou após a cessação do contrato de trabalho.

Contudo, com a globalização da economia, resultante do casamento da revolução tecnológica com a acelerada com a implosão do império soviético, muitos países - mesmo os de tradição jurídica romano-germânica - têm flexibilizado a aplicação das normas legais trabalhistas e abriram fendas no princípio da irrenunciabilidade. Na maior parte das vezes, como no Brasil, além da adoção de disposições legais flexíveis, permite a alteração de condições de trabalho, restrita a determinadas hipóteses, quase sempre mediante participação dos sindicatos representativos dos trabalhadores.

A própria Constituição brasileira, sob o pretexto de valorizar os instrumentos da negociação coletiva, possibilita a redução dos salários e admite flexibilizações da duração do trabalho. E a legislação infra-constitucional assegura ampla liberdade patronal para despedir empregados, salvo nos casos raros de estabilidade condicionada a determinados fatos (Lei n. 5.107, de 1996, substituída pela Lei n. 8.036, de 1990); criou um novo modelo de contrato a prazo com ampla redução de direitos (Lei n. 9.601, de 1998); excluiu determinadas prestações do conceito de salário-utilidade (Lei n. 10.243, de 2001) etc.

A verdade é que, em virtude da concorrência comercial incrementada pela globalização da economia, a exigir a diminuição do custo da produção de bens e serviços, prevalece na Europa a flexibilização visando ao aumento da produtividade, enquanto que na América do Sul, inclusive no Brasil, a flexibilização predominante objetiva a redução dos direitos do trabalhador.

O princípio protetor tem raízes históricas, pois a legislação do trabalho nasceu intervencionista, como reação aos postulados da Revolução Francesa (1789), que asseguravam a completa autonomia da vontade nas relações contratuais, permitindo a exploração do trabalhador, numa fase histórica em que a Revolução Industrial propiciava o fortalecimento da empresa. Como bem acentuou RIPERT, a experiência demonstrou que "a liberdade não basta para assegurar a igualdade, pois os mais fortes depressa tornam-se opressores" (17).

Hoje, a maior ou menor intervenção do Estado nas relações de trabalho depende, não apenas do sistema econômico adotado pelo respectivo regime jurídico-político, mas também da possibilidade real de os sindicatos, por meio dos instrumentos da negociação coletiva, conseguirem a estipulação de condições adequadas de trabalho ou a complementação da base mínima fixada por lei. Poder-se-ia afirmar que, nos países de economia de mercado, o intervencionismo

Rvst TRT8 2009.pmd 23 23/6/2009, 08:55

estatal nas relações de trabalho reduz-se na razão inversa do fortalecimento da organização sindical.

Os fundamentos jurídico-políticos e sociológicos desse princípio-*mater* geram outros, que dele são filhos legítimos:

a) o princípio *in dubio pro operario*, que aconselha o intérprete a escolher, entre duas ou mais interpretações viáveis, a mais favorável ao trabalhador, desde que não afronte a nítida manifestação do legislador, nem se trate de matéria probatória;

b) o princípio da norma mais favorável, em virtude do qual, independentemente da sua colocação na escala hierárquica das normas jurídicas, aplica-se, em cada caso, a que for mais favorável ao trabalhador;

c) o princípio da condição mais benéfica, que determina a prevalência das condições mais vantajosas para o trabalhador, ajustadas no contrato de trabalho ou resultantes do regulamento de empresa, ainda que vigore ou sobrevenha norma jurídica imperativa prescrevendo menor nível de proteção e que com esta não sejam elas incompatíveis;

d) o princípio da primazia da realidade, em razão do qual a relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ainda que sob capa simulada, não correspondente à realidade;

e) o princípio da inalterabilidade do contrato em prejuízo do trabalhador, que reflete o *pacta sunt servanda* (art. 468 da CLT), excepcionalmente atenuado pela teoria da flexibilização sob tutela sindical ou revisão judicial;

f) os princípios da integralidade e da intangibilidade, que visam a proteger o salário de descontos abusivos, preservar sua impenhorabilidade e assegurar-lhe posição privilegiada em caso de insolvência do empregador.

IV- B - OUTROS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO

Do sistema legal brasileiro, atinente às relações individuais e coletivas de trabalho podem ainda ser aferidos outros princípios, como o da prevalência do interesse público ou coletivo sobre o de classe ou individual, o da razoabilidade e boa fé, o da equivalência entre a justa remuneração do trabalhador e a justa retribuição das empresas, o da assunção do risco da atividade para caracterizar a condição de empregador etc.

A Justiça do Trabalho brasileira tem aplicado, sobretudo, os princípios da primazia da realidade, da razoabilidade, da boa fé, da equivalência salarial e da inserção das normas dos acordos e convenções coletivas nos contratos de trabalho.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável que nas duas últimas décadas, muitos países, a pretexto de flexibilizarem a aplicação das normas disciplinadoras das relações de trabalho, promoveram a redução dos direitos do trabalhador, numa afronta ao princípio protetor, que corresponde a um dos postulados tradicionais e fundamentais do Direito do Trabalho.

Na lição do mestre GOMES CANOTILHO, “O princípio da proibição de retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas (...) deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estatais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzem, na prática, numa anulação, revogação ou aniquilação pura e simples

Rvst TRT8 2009.pmd 24 23/6/2009, 08:55

desse núcleo essencial". E afirma: "veda-se, assim, a contra-revolução social ou a evolução reacionária"(18).

O pretendido desmonte dos sistemas legais de proteção ao trabalho é um subproduto da face desumana da globalização da economia, fundada na prevalência das leis do mercado, que incrementou a concorrência comercial entre países e entre empresas. Mas, é inadmissível que a política econômica substitua o direito constitucional como centro das relações humanas e da vida pública.

(1) "Los Principios de Derecho del Trabajo"; Montevideo, 1975, ed. especial, pág. 17.
(2) "Introducción al Derecho del Trabajo", Madrid, 3ª ed., Ed. Rev. Dir. Privado, pág. 295.
(3) "Elementos de Direito Administrativo"; São Paulo, 1980, pág. 20.
(4) "Lições preliminares de direito" (SP, Saraiva, 26ª ed., 2002, pág.307).
(5) "Repensando os princípios", in revista LTr n. 68, SP, abril de 2004, págs., 450/1.
(6) "Derecho del Trabajo y Seguridad Social", 2ª ed., Buenos Aires, vol. I, pág. 74.
(7) "Princípios de Direito do Trabalho na Lei e na Jurisprudência", São Paulo, 1994, págs. 13-14.
(8) "Los Princípios Normativos Laborales y Protección en la Legislacion", Buenos Aires, Zavalia ed., 1994, págs. 9-10.
(9) "Curso de Direito Constitucional", SP, Ed. Malheiros, 1997, pág. 593.
(10) "Constituição, direitos fundamentais e contratos de trabalho", in revista "Trabalho e Doutrina" da Ed. Saraiva, n. 15, SP, 1997, pág. 25.
(11) Edvaldo Nilo de Almeida, trab. e rev. Cits., pág. 455.
(12) "Ética na virada do século", São Paulo, LTr, 1997, pág. 15.
(13) A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948) consagrou, de forma ampla, o princípio da não-discriminação nas relações de trabalho. Entre os tratados multilaterais que objetivam a aplicação desse princípio, cumpre destacar os seguintes: a) Convenção OIT-97/49, complementada pela Convenção OIT-100/51, sobre a equiparação salarial entre o homem e a mulher; b) Convenção OIT-111/58, sobre a discriminação, de caráter geral, em matéria de emprego e ocupação; c) Convenção da ONU de 1966, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; d) Convenção da ONU de 1979, sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.
(14) "Lineamientos de Derecho Del Trabajo", Buenos Aires, 3ª ed., pág. 167.
(15) "Principiologia do Direito do Trabalho", SP, LTr, 2ª ed., pág. 29.
(16) "Derecho del Trabajo", atualizado por Hermann Dersh, Buenos Aires, tradução da 5ª edição, 1961, pág. 427.
(17) "O regime democrático e o Direito Civil moderno", São Paulo, tradução, 1937, pág. 133.
(18) "Direito Constitucional e teoria da Constituição", Coimbra, 5ª ed., Ed. Almedina, págs. 336/337.

Rvst TRT8 2009.pmd 25 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 26 23/6/2009, 08:55

EXECUÇÃO PROVISÓRIA TRABALHISTA

Vicente José Malheiros da Fonseca[1]

O estudo da execução provisória, especialmente no âmbito do processo trabalhista, perpassa por temas ligados ao ***acesso à justiça*** e à ***efetividade do processo***, direitos humanos fundamentais consagrados no princípio, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Poder Judiciário), segundo o qual "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a *razoável duração do processo* e os meios que garantam a *celeridade* de sua tramitação", em todas as suas fases (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal).

Enfim, a matéria vincula-se à questão do **tempo do processo**, objeto de preocupação de todos os chamados operadores do direito.

Não há dúvida de que vivemos, há muito, uma verdadeira ***crise da execução***, em face do elevado índice de ineficácia da tutela jurisdicional, um dos maiores fatores de insatisfação com a Justiça.

Por isso mesmo, propus a criação do "*Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*", consagrado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004, mas ainda carente de regulamentação por via de lei ordinária.

Diversas técnicas e diplomas legais têm sido adotados, no Brasil, para tornar mais célere a prestação jurisdicional, tais como:

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13.07.1990);
2. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.1990);
3. Consignação em pagamento extrajudicial perante estabelecimento bancário (art. 890, §§ 1º a 4º, do CPC, incluídos pela Lei nº 8.951, de 13.12.1994);
4. Antecipação dos efeitos da tutela (art. 273 e parágrafos, do CPC, com a redação da Lei nº 8.952, de 13.12.1994, e da Lei nº 10.444, de 07.05.2002);
5. Tutela específica nas obrigações de fazer ou de não fazer, bem como de entrega de coisa (art. 461, do CPC, com a redação das Leis nºs. 8.952/1994 e 10.444/2002);
6. Juizado Especial dos Estados (Lei nº 9.099, de 26.09.1995);
7. Juizado Especial Federal (Lei nº 10.259, de 12.07.2001);
8. Ação monitória (art. 1.102 acrescido das letras A, B e C, pela Lei nº 9.079, de 14.07.1995, com a redação da Lei nº 11.232, de 22.12.2005);
9. Divórcio ou separação consensual por via extrajudicial, mediante escritura pública (art. 1.124-A e §§ 1º a 3º, do CPC, acrescentados pela Lei nº 11.441, de 04.01.2007);

---

1 *Vicente José Malheiros da Fonseca* é Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade da Amazônia (UNAMA), inclusive em curso de pós-graduação.

Rvst TRT8 2009.pmd 27 23/6/2009, 08:55

10. Inventário e partilha, por escritura pública (art. 982 e parágrafo único, do CPC, com a redação da Lei nº 11.441/2007) e o arrolamento ou partilha amigável, inclusive por escrito particular, homologado pelo juiz (art. 2.015, do Código Civil de 2002, e art. 1.031, do CPC, com a redação da Lei nº 11.441/2007);
11. Cumprimento espontâneo da sentença, pelo devedor, livre de encargos processuais (arts. 287, 475-B e 475, acrescidos das letras I até R, do CPC, com a redação dada pelas Leis nºs. 10.444/2002 e 11.232/2005).

A respeito das *astreintes*, como a imposição de multa-diária, sobretudo no processo do trabalho, tenho me pronunciado a respeito do tema em diversos artigos e decisões judiciais.

A título de exemplo, cito o artigo "**EFICÁCIA NA SENTENÇA: ASTREINTES - MULTA-DIÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO DE DIREITOS RECONHECIDOS EM SENTENÇA**", publicado na Revista LTr 52-9, 1988; e, depois, no meu livro "***Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos***", LTr, São Paulo, 1993, p. 177-181. E, ainda, o artigo "**A EXECUÇÃO TRABALHISTA E O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE (APLICAÇÃO DO ART. 475-J, DO CPC)**", publicado na Revista nº 78 do TRT da 8ª da Região, volume 40 (janeiro/junho/2007), p. 15-38.

A propósito, o art. 287, do CPC, aplicável ao processo trabalhista, dispõe que "se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, e 461-A)".

É oportuno assinalar a importância da aplicação subsidiária da norma disposta no art. 475-J, do CPC, muito embora a Consolidação das Leis do Trabalho já tenha, desde há muito, regra bem mais ampla sobre a matéria, ao atribuir ao magistrado trabalhista a prerrogativa de estabelecer, na sentença, o prazo e as condições para o seu cumprimento, sem a limitação temporal ou de percentual, fixados na legislação processual civil, como se vê das disposições contidas, por exemplo, nos arts. 652, alínea *d*; 832, § 1º, 835; e 880, da CLT.

A aplicação dessa multa independe da liquidez da sentença, quando a determinação do valor da condenação puder ser estipulada por cálculos da parte ou do contador do juízo.

Nesse sentido o art. 475-B, do CPC: "Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo".

No processo trabalhista, porém, é muito comum o cálculo de liquidação de sentença ser efetivado com o auxílio do contador do Juízo, daí a necessidade de adaptar a norma processual civil, antes citada, às peculiaridades da Justiça do Trabalho.

Aliás, na Justiça do Trabalho a execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio*, pelo magistrado trabalhista (art. 878, da CLT).

Pode o juiz do trabalho promover de ofício, por sua iniciativa, tanto a "execução definitiva", como a "execução provisória", uma vez que o art. 878, da CLT, tem sentido amplo e não se limita à primeira modalidade executória.

Rvst TRT8 2009.pmd 28 23/6/2009, 08:55

Afinal, o art. 765, da CLT, determina que “os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas”.

Vem à baila a norma do art. 769, da CLT, segundo a qual “nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título”.

E ainda a disposição prevista no art. 889, da CLT, para a fase de execução trabalhista: “Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal”. Entenda-se: a Lei nº 6.830, de 22.09.1980.

Em outro momento afirmei que esse critério de aplicação subsidiária é plenamente justificável, uma vez que o crédito trabalhista tem preferência sobre o crédito tributário, nos termos do art. 186 da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tribunal Nacional).

Nesse caso, em especial, discute-se sobre qual diploma legal deveria o magistrado trabalhista dar prioridade: ao CPC ou à Lei nº 6.830/80.

Muito já foi escrito quanto ao polêmico tema.

Entendo que, além da CLT, tanto o CPC como a Lei nº 6.830/80 constituem instrumentos normativos de que dispõe o juiz para resolver as questões que lhe são submetidas na fase de execução trabalhista, sem nenhuma ordem preferencial quanto aos dois últimos diplomas. O magistrado, nesse caso, atua como o médico, que tem à sua disposição diversos aparelhos, de modo que poderá escolher o que for melhor para o bom andamento da execução, se omissa a CLT e desde que haja compatibilidade.

A propósito, no âmbito do direito processual civil deve ser observada a regra do art. 620, do CPC: “quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor”.

Contudo, no direito processual do trabalho - instrumento de concretização do direito material do trabalho - aquela norma deve ser interpretada com a necessária adaptação, a fim de que haja a compatibilidade determinada pelos arts. 769 e 889, da CLT.

Em síntese: no direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo.

Com efeito, no processo civil geralmente o devedor é a parte mais fraca na relação de direito material, como os cidadãos executados por poderosas instituições bancárias ou financeiras, por exemplo; enquanto que no processo do trabalho o credor, em regra, é o trabalhador hipossuficiente.

Todas essas questões estão vinculadas ao sistema de execução provisória, notadamente no processo do trabalho.

É no processo trabalhista que a execução provisória ganha mais relevância.

De fato, os recursos trabalhistas, em regra, têm efeito meramente devolutivo.

Nesse sentido, o art. 899, da CLT: “Os recursos serão interpostos por

Rvst TRT8 2009.pmd 29 23/6/2009, 08:55

simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, **permitida a execução provisória até a penhora**".

Esse dispositivo consolidado, entretanto, carece de interpretação adequada e entendimento atualizado.

Já o art. 897, § 1º, do texto consolidado, estipula que "o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a **execução imediata** da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

Ademais, o art. 897, § 2º, da Consolidação, reza que "o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição **não suspende a execução da sentença**".

Regra bastante pertinente ao assunto em foco é aquela que consagra o **princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias**, prevista no art. 893, § 1º, da CLT: "Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva".

Do mesmo modo, a norma contida no art. 893, § 2º, da CLT: "A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal **não prejudicará a execução do julgado**".

Assim, a expressão "*permitida a execução provisória até a penhora*", de que trata o art. 899, da CLT, não significa que, realizada a penhora, o processo trabalhista deva ficar simplesmente suspenso, em fase de execução provisória.

Na verdade, podem ocorrer questionamentos sobre a nomeação de bens à penhora, que serão solucionados de plano pelo juízo da execução.

O aperfeiçoamento da penhora depende de avaliação dos bens, da nomeação do depositário ou da remoção das coisas penhoradas e, se for o caso, do seu registro nos órgãos competentes.

Realizada a penhora, o Oficial de Justiça Avaliador ainda intimará o devedor para opor embargos à execução, no quinquídio legal.

Em seguida, o executado, na fase de execução provisória trabalhista, poderá opor embargos à execução. Ouvido o exequente e instruídos os embargos, quando necessário, o juízo proferirá a sentença de embargos do devedor.

Contra a sentença de embargos do devedor, em fase de execução provisória trabalhista, cabe, em tese, agravo de petição ao Tribunal Regional do Trabalho (art. 897, *a*, da CLT); recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho (art. art. 896, § 2º, da CLT); embargos para a Seção de Dissídios Individuais do TST (art. 894, II, da CLT; e art. 3º, III, *b*, da Lei nº 7.701, de 21.12.1988, com a redação dada pela Lei nº 11.496, de 22.06.2007); e recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, e § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 45/2004).

Eventualmente, a parte ou o interessado pode impetrar mandado de segurança ou apresentar reclamação correicional, quando ocorrerem os pressupostos de admissibilidade desses remédios excepcionais.

Pode ainda haver oposição de embargos de terceiro, mesmo em execução provisória trabalhista, se configuradas as hipóteses dos arts. 1.046 e seguintes, do CPC, com direito à interposição dos recursos de agravo de petição, de revista, de embargos para a SDI do TST e extraordinário ao STF.

Enfim, as circunstâncias, antes indicadas, demonstram que, na verdade, a execução provisória, no processo trabalhista, não se restringe à realização

Rvst TRT8 2009.pmd 30 23/6/2009, 08:55

da penhora, pois muitos atos, inclusive decisões e recursos, ainda podem ser realizados depois da lavratura daquele gravame judicial.

Além disso, o processo trabalhista carece da aplicação subsidiária e atualizada do direito processo comum, a fim de implementar a execução provisória, haja vista que a Consolidação das Leis do Trabalho, no particular, é bastante precária quanto aos procedimentos a serem adotados nesse momento processual.

Examinemos, então, mais de perto, o procedimento da execução provisória, à luz da fonte subsidiária determinada pelo art. 769, da CLT.

O art. 475-O, do CPC, alterado pela Lei nº 11.232/2005, dispõe:

> "Art. 475-O. A **execução provisória da sentença far-se-á**, no que couber, do **mesmo modo que a definitiva**, observadas as seguintes normas:
>
> I - corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;
>
> II - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento;
>
> **III - o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.**
>
> § 1º No caso do inciso II do caput deste artigo, se a sentença provisória for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução.
>
> **§ 2º A caução a que se refere o inciso III do caput deste artigo poderá ser dispensada:**
>
> I - quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade;
>
> **II - nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação**".

Discorri sobre o tema no v. **Acórdão nº TRT/2ª T./AP 01192-1998-002-08-00-3**, de minha lavra, julgado em 31.08.2007, publicado em 05.09.2007, de onde extraio alguns tópicos adiante expostos, notadamente a aplicação subsidiária do art. **475-O, § 2º, do CPC**, na execução provisória trabalhista.

Em princípio, a execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, estaria jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.

Todavia, esse entendimento sofreu evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial que merece bastante atenção do aplicador do direito.

Rvst TRT8 2009.pmd 31 23/6/2009, 08:55

Oportunas as lições de ***Cassio Scarpinella Bueno***[2], ao analisar a alteração procedida no CPC pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005, com relação ao art. 475-O, inciso III, e § 2º, incisos I e II, *in verbis*:

> "21.1 Especificamente a dispensa da caução (art. 475-O, § 2º)
>
> O § 2º do art. 475-O, seguindo a diretriz aberta pela Lei n. 10.444/2002, autoriza a 'dispensa da caução'. A hipótese do inciso I, embora próxima à disciplina então dada ao § 2º do art. 588, é diferente, porque mais ampla que a anterior. A hipótese do inciso II é novidade trazida pela Lei n. 11.232/2005.
>
> (...)
>
> A regra atual é mais ampla do que a anterior, embora não seja tão aberta quanto particularmente sempre me pareceu que dela *devesse ser* (mesmo antes do advento da Lei n. 10.444/2002), por força do modelo constitucional do processo. Passo, contudo, fiel aos objetivos do trabalho, a examinar o novo texto. A crítica vem ao final.
>
> Dispensa-se a caução a que se refere o inciso II do art. 475-O naqueles casos de natureza alimentar *ou* naqueles casos de ato ilícito desde que, em um e em outro, o exeqüente demonstre situação de necessidade *e* o valor exeqüendo for de até 60 salários mínimos. Não há dúvida, pela fórmula redacional, invertida, empregada pelo legislador, que as ressalvas ('situação de necessidade' *e* 'limite de 60 salários mínimos') aplicam-se indistintamente ao crédito de natureza alimentar *ou* ao crédito decorrente de ato ilícito. Não basta que se trate de crédito de natureza alimentar e não basta que ele seja proveniente de ato ilícito para que seja dispensada a caução exigida, como regra, pelo inciso III do art. 475-O. Mister também, para as duas hipóteses, que o exeqüente demonstre a *necessidade* no recebimento do valor exeqüendo e, mesmo assim, observando-se o teto dos 60 salários mínimos.
>
> O que é positivo no inciso I do § 2º do art. 475-O é que não há mais espaço para se questionar se um crédito de natureza alimentar proveniente não do 'direito de família' mas da prática de um *ato ilícito* enseja a aplicação da regra. Sempre defendi a interpretação ampliativa e alegra-me vê-la vencedora na lei.
>
> Há, contudo, dois pontos negativos na regra, com o devido respeito a seus idealizadores. E nisto ela apenas repete fórmula, que sempre me pareceu muito restrita, da Lei n. 10.444/2002.
>
> Aquele texto ainda deixa espaço para dúvidas bem fundadas e que têm desafiado a nossa doutrina. Assim, para ficar com duas bem interessantes, embora não ofereça, aqui,

2 SCARPINELLA BUENO, Cassio. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. p. 156-160.

Rvst TRT8 2009.pmd 32 23/6/2009, 08:55

minha resposta: é possível sempre dispensar a caução até o limite de 60 salários mínimos? É possível exigir caução somente para o que sobejar aquele valor?

Outro ponto que não me agrada no dispositivo em comento - e que já não me agradava na versão da Lei n. 10.444/2002, repito - é que os casos de dispensa de caução são muito restritos. Dada a inegável *cumulação* das situações sobre a qual já me manifestei (embora tenha, neste ponto, havido melhora sensível com o destaque expresso dos atos ilícitos), haverá outros tantos casos em que a prestação da caução para a ultimação dos atos de execução mesmo que provisória poderia ser dispensada. A situação, sempre pensei assim, deveria ficar a cargo do juiz do caso concreto, melhor capacitado a considerar os riscos envolvidos em prol e em detrimento de cada uma das partes, ao mesmo tempo em que tem condições de avaliar quem tem o 'melhor direito', isto é, em que medida o título que fundamenta a execução provisória será, ou não, confirmado em sede recursal.

De qualquer sorte, reitero o que já tive oportunidade de escrever anteriormente, não hesito em afirmar que a rigidez do dispositivo deve ceder espaço ao modelo constitucional do processo. Mesmo fora das situações pré-avaliadas pelo legislador, é dado ao juiz deixar de exigir a caução (dispensá-la, portanto), quando verificar que o exeqüente tem, a um só tempo, mais plausibilidade de direito que o executado e que ele, exeqüente, tende a experimentar um prejuízo maior que o do executado. O risco inerente a esta decisão é ínsito ao sistema e faço questão de notar: quando se fala de execução provisória no contexto no qual estou me referindo, está a se falar de uma sentença ou, até mesmo, de um *acórdão* proferido por um Tribunal que tem condições de surtir seus efeitos executivos. Por que não reconhecer a eles seu máximo de eficácia, ao encontro do princípio da efetividade da jurisdição?

(...)

Tecidas essas considerações, é momento de destacar o inciso II do § 2º do art. 475-O, novidade da Lei n. 11.232/2005, quando comparada com a Lei n. 10.444/2002. Trata-se, a bem da verdade - e bem na linha do que acabei de escrever - de uma situação em que a dispensa da caução dá-se, assim reconhecida expressamente pelo legislador, em função da altíssima plausibilidade de manutenção do título que fundamenta a execução provisória. Nos casos em que houver pendente de apreciação, perante o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, o agravo de instrumento a que se refere o art. 544, isto é, o agravo interposto para que se admita o processo de recurso ordinário ou recurso especial indeferido no órgão de interposição (os chamados 'agravos de despachos denegatórios de recurso especial e extraordinário'), a execução provisória pode seguir sua marcha sem a necessidade de caução.

Rvst TRT8 2009.pmd 33 23/6/2009, 08:55

> Pelo que se lê do texto da lei, não se aplicam aqui as ressalvas do inciso I do mesmo dispositivo. A dispensa da caução dá-se pela existência do fato objetivo consistente em haver, perante os Tribunais Superiores, os agravos de que trata o art. 544. **Não há espaço para se questionar sobre os valores envolvidos na execução (se inferiores ou superiores a 60 salários mínimos) ou se há, ou não há, situação de necessidade do exeqüente. Tampouco a origem da condenação.**
>
> A redação dada ao inciso II do § 2º do art. 475-O tem um mérito extra. Ao abrir expressamente a oportunidade de o magistrado deixar de dispensar a caução à luz do '*risco processual* concreto', dá aplicabilidade correta aos princípios que informam a execução provisória, em estreita sintonia com o modelo constitucional do processo. Que esta abertura comunique-se e generalize a hipótese, contaminando a ainda rígida *letra* do inciso I, em nome dos valores constitucionais do processo que, na nossa prática, sempre parecem estar 'atrás' da lei e dela dependentes, quando o correto seria rigorosamente o oposto."
>
> (...)

Entendo que a manifestação do renomado doutrinador é adequada, pois o § 2º, do art. 475-O, do CPC, comporta parâmetros em perfeita harmonia com o modelo constitucional do processo.

De fato, como tenho me manifestado em casos similares, creio que o novo modelo legal para o **cumprimento da sentença**, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 475-O, do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.

Transcrevo, ainda, trechos de meu artigo "**Recursos Trabalhistas - Efeito Suspensivo**", publicado na Revista nº 80 do TRT da 8ª da Região, volume 41 (Janeiro/Junho/2008), p. 19-38, *in verbis*:

> "***Ricardo Hoffmann***[3], em obra publicada antes da Lei nº 11.232/2005, acentua, inclusive com respaldo no **direito comparado**:
>
> '... a visão atual do processo civil, aplicada também ao processo de execução, já não se contenta com uma justiça inerte, distante da realidade social. Busca-se, incessantemente, mudança de mentalidade nos estudiosos e nos operadores do direito, uma aproximação entre o direito material e o processo, tudo para os fins de se assegurar a

3 HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 5: *O efeito suspensivo da apelação e sua influência na execução provisória das sentenças condenatórias*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 155 e segs.

Rvst TRT8 2009.pmd 34 23/6/2009, 08:55

sua efetividade, por meio de tutela jurisdicional adequada, qualificada e tempestiva'.

.....

4.2. A melhor adequação às modernas legislações estrangeiras analisadas

Como vimos alhures, diversos sistemas jurídicos estrangeiros - inclusive o da Itália, cuja influência no direito brasileiro é antiga - demonstram efetiva preocupação com o momento em que a sentença de primeiro grau se torna executiva, procurando viabilizar, seja *ope legis*, seja *ope iudicis*, a realização de uma tutela jurisdicional tempestiva e adequada.

No **sistema italiano** a execução provisória atua *ope legis*. Prestigia-se o primeiro grau de jurisdição e faz-se uma opção política em favor da efetividade do processo, estabelecendo-se, de maneira genérica, a possibilidade de execução provisória de todas as sentenças, independentemente de prestação de caução, e a ausência de efeito suspensivo aos recursos, sem inviabilizar, porém, que a eficácia da sentença possa ser eventualmente suspensa, normalmente, em grau de recursos, quando se vislumbrar a possibilidade de danos graves ou irreparáveis ao vencido.

O **sistema jurídico alemão** é considerado *ope iudicis* e também possibilita a execução provisória da sentença como regra, podendo, em certos casos, ser admitida até mesmo de ofício pelo juiz, independentemente de caução; em outras hipóteses, depende de pedido da parte ou mesmo de prestação de caução, que pode vir a ser dispensada se o exeqüente estiver impossibilitado de prestá-la ou se a suspensão da execução puder causar-lhe um prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Na **nova lei espanhola**, também se optou por atribuir maior confiança aos julgados de primeira instância, sendo regra a possibilidade de execução imediata das sentenças condenatórias, sem a necessidade de prestação de caução. O novo sistema pode ser considerado *ope iudicis*, pois a parte deve solicitar perante o Tribunal a execução provisória da sentença, podendo o executado opor-se a ela, salvo quando se trate de condenação por quantia certa.

Em linhas gerais, o **sistema português** valoriza o instituto da execução provisória, atribuindo-lhe maior efetividade do que se dá no nosso sistema, pois, quanto aos processos de rito sumário e especial, atribui efeito meramente devolutivo ao recurso de apelação; quanto às causas ordinárias, embora ainda seja mantido, como regra, o duplo efeito dos recursos, há, dentre outros casos especificamente enumerados, uma hipótese aberta de exceção - quando o exeqüente demonstrar que possa experimentar prejuízo considerável -, o que poderá inverter o

Rvst TRT8 2009.pmd 35 23/6/2009, 08:55

ônus de caucionar, que passará ao executado, caso pretenda evitar a execução imediata da sentença.

Na **Inglaterra**, por sua vez, a regra vigente é da execução imediata da sentença, que somente poderá ser suspensa em situações especiais, reconhecidas no próprio momento do julgamento ou, eventualmente, em instância superior.

Ora, está claro que, de formas mais ou menos ousadas, todos os países estrangeiros verificados buscam favorecer a execução imediata da sentença, providência essa que também poderia ser adotada pela legislação brasileira, até porque não se mostra impossível ou impraticável a inserção dessa prática em nosso sistema jurídico, haja vista a semelhança da finalidade perseguida com a execução provisória no nosso e nos outros países visitados, especialmente quanto à necessidade de aceleração do processo executivo'.

A **razoável duração do processo** constitui garantia constitucional assegurada a todos os cidadãos, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

O processo trabalhista não se caracteriza apenas pela **celeridade**, como também pelo princípio de que os **recursos**, na Justiça do Trabalho, têm **efeito meramente devolutivo**, como regra (art. 899, da CLT), o que, afinal, atende aquele importante princípio constitucional.

Assim, em face das considerações expostas, dos princípios do processo do trabalho e da legislação pertinente, o *fumus boni iuris* - um dos pressupostos da medida cautelar - milita em favor do demandante no processo trabalhista, vencedor em demanda que envolve crédito alimentar.

Se a ação cautelar for ajuizada em tempo hábil, ou seja, antes da execução da tutela antecipatória, é possível imprimir efeito suspensivo ao recurso, desde que a situação revele, comprovadamente, o risco de lesão grave e de difícil reparação em desfavor do recorrente, nos termos do art. 558, do CPC.

Caso contrário, não há motivo para a concessão de liminar e nem de procedência da ação cautelar.

Ademais, se o cumprimento da decisão concessiva de antecipação dos efeitos da tutela, na sentença recorrida, está consumado, em face do levantamento do crédito bloqueado, pelo trabalhador, por exemplo, a ação cautelar perdeu o objeto e, portanto, deve ser liminarmente indeferida, à falta de interesse processual.

Enfim, embora a ação cautelar seja, em tese, o meio próprio para obter efeito suspensivo a recurso (Súmula nº 414, do C. TST), é necessário que a parte comprove a existência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pressupostos básicos ao deferimento de qualquer medida acautelatória, a fim de que possa alimentar a expectativa de concessão excepcional de efeito suspensivo do recurso trabalhista, que, em regra, tem efeito meramente devolutivo (art. 899, da CLT).

Rvst TRT8 2009.pmd 36 23/6/2009, 08:55

Porém, se, no exame do caso concreto, a fumaça do bom direito atua em benefício do demandante, no processo trabalhista, em que se concedeu a antecipação dos efeitos da tutela; e se, além disso, não há como suspender (art. 558, do CPC; e art. 115, XIII, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região) o cumprimento - já consumado - do comando judicial, antecipatório dos efeitos da tutela, como seria a hipótese de bloqueio de crédito bancário, haja vista que a ação cautelar teria sido ajuizada após o levantamento do dinheiro respectivo, pelo demandante, na ação trabalhista, a pretensão cautelar torna-se, afinal, sem objeto, o que justifica a extinção do processo cautelar, sem resolução de mérito, por falta de interesse processual, nos termos do art. 267, VI, do CPC, a ensejar o indeferimento liminar da respectiva petição inicial (art. 295, III, do CPC).

Em suma, a concessão de efeito suspensivo a recurso trabalhista, porque medida de exceção, somente deve ocorrer em situações especialíssimas e desde que a medida cautelar tenha sido requerida em tempo oportuno".

(...)

Transcrevo, também, trechos do v. Acórdão nº TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5, de minha lavra, julgado em 04/09/2008, publicado em 10/09/2008:

"**ACÓRDÃO TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5**

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA *ON-LINE*.

Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 822, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC, ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. No direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo. Segurança denegada.

(...)

É verdade que a Súmula nº 417, do C. TST, dispõe:

'**MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 60, 61 e 62 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

I - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exeqüendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. (ex-OJ nº 60 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

Rvst TRT8 2009.pmd 37 23/6/2009, 08:55

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. (ex-OJ nº 61 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

III - Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ nº 62 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)'

Todavia, cumpre assinalar que a Orientação Jurisprudencial nº 62, da SBDI-2 do C. TST, foi inserida, conforme já vimos, em 20.09.2000, **antes**, portanto, da **Lei nº 10.444, de 7.5.2002**, que imprimiu profunda alteração no sistema de execução provisória no direito brasileiro.

Do mesmo modo, é relevante consignar que a Súmula nº 417, do C. TST, foi publicada no Diário da Justiça nas datas de 22, 23 e 24.08.2005, também **antes** da **Lei nº 11.232, de 22.12.2005,** que introduziu outras alterações relevantes no sistema de execução provisória em nosso país.

Aliás, a chamada penhora *on-line*, tão bem sucedida na Justiça do Trabalho, já não constitui exclusividade do processo do trabalho, pois atualmente esse procedimento foi introduzido, de modo expresso, no Código de Processo Civil, por força da **Lei nº 11.382, de 6.12.2006**, como se vê, por exemplo, dos seguintes dispositivos do CPC, perfeitamente aplicáveis ao processo trabalhista (**arts. 769 e 882, da CLT**):

'Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;

.....

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

§ 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução.

§ 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 desta Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade.

§ 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente,

Rvst TRT8 2009.pmd 38 23/6/2009, 08:55

entregando ao exeqüente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida'.

O art. 649, IV, do CPC, garante a impenhorabilidade absoluta de 'vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo'.

Não obstante, estabelecem os parágrafos 1º e 2º do art. 649, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006:

'§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia'.

O § 3º do art. 649 constante do Projeto de Lei, para alteração do CPC, foi vetado pelo Presidente da República, conforme a Mensagem nº 1.047, de 6 de dezembro de 2006, de onde se extraem os seguintes trechos, *in verbis*:

'**MENSAGEM Nº 1.047, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 51, de 2006 (nº 4.497/04 na Câmara dos Deputados), que 'Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos'.

Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 3º do art. 649 e o parágrafo único do art. 650 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, alterados pelo art. 2º do Projeto de Lei

'§ 3º Na hipótese do inciso IV do *caput* deste artigo, será considerado penhorável até 40% (quarenta por cento) do total recebido mensalmente acima de 20 (vinte) salários mínimos, calculados após efetuados os descontos de imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios.'

'Parágrafo único. Também pode ser penhorado o imóvel considerado bem de família, se de valor superior a 1000 (mil) salários mínimos, caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade.'

Razões dos vetos

'O Projeto de Lei quebra o dogma da impenhorabilidade absoluta de todas as verbas de natureza alimentar, ao mesmo tempo em que corrige discriminação contra os trabalhadores não empregados ao instituir impenhorabilidade dos ganhos

Rvst TRT8 2009.pmd 39 23/6/2009, 08:55

de autônomos e de profissionais liberais. Na sistemática do Projeto de Lei, a impenhorabilidade é absoluta apenas até vinte salários mínimos líquidos. Acima desse valor, quarenta por cento poderá ser penhorado.

A proposta parece razoável porque é difícil defender que um rendimento líquido de vinte vezes o salário mínimo vigente no País seja considerado como integralmente de natureza alimentar. Contudo, pode ser contraposto que a tradição jurídica brasileira é no sentido da impenhorabilidade, absoluta e ilimitada, de remuneração. Dentro desse quadro, entendeu-se pela conveniência de opor veto ao dispositivo para que a questão volte a ser debatida pela comunidade jurídica e pela sociedade em geral.

Na mesma linha, o Projeto de Lei quebrou o dogma da impenhorabilidade absoluta do bem de família, ao permitir que seja alienado o de valor superior a mil salários mínimos, 'caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade'. Apesar de razoável, a proposta quebra a tradição surgida com a Lei no 8.009, de 1990, que 'dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família', no sentido da impenhorabilidade do bem de família independentemente do valor. Novamente, avaliou-se que o vulto da controvérsia em torno da matéria torna conveniente a reabertura do debate a respeito mediante o veto ao dispositivo.'

Diante de todas essas alterações legislativas, tudo indica, *data venia*, que a jurisprudência sumulada pelo C. TST, sobre o tema em debate (sobretudo o item III da Súmula nº 417), ainda carece de **atualização** à luz do novo modelo processual normativo brasileiro, em face das profundas alterações no procedimento da execução provisória, que, por evidente, se aplicam do processo trabalhista, por omissão ontológica e compatibilidade.

De fato, o art. 899 da CLT prevê que 'os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora'.

A norma processual trabalhista não exclui a possibilidade de penhora sobre dinheiro, na execução provisória.

Muito pelo contrário, o mesmo art. 899 da CLT, em seus parágrafos, exige o prévio depósito, em dinheiro, em caso de recurso.

A 'garantia da execução', em dinheiro, é dedução lógica da primeira alternativa prevista no art. 884, da CLT.

Preocupado com a prestação da tutela jurisdicional tanto mais perfeita quanto possível, o legislador constituinte previu a criação do **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas** (art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004) - tese que venho defendendo há cerca de trinta (30) anos -, em vias de regulamentação

Rvst TRT8 2009.pmd 40 23/6/2009, 08:55

legislativa no Congresso Nacional, considerando que a garantia do pagamento das verbas trabalhistas, sobretudo quando reconhecidas por sentença, ainda que pendente de recurso sem efeito suspensivo, deve ocorrer preferentemente sobre dinheiro.

Com efeito, a penhora sobre outro bem qualquer retarda demasiadamente a execução trabalhista, seja pelas naturais dificuldades de alienação, como também pelo risco de embargos de terceiro e recursos daí decorrentes.

Ainda sobre o tema, transcrevo trechos de meu artigo '**A Execução Trabalhista e o Princípio da Subsidiariedade (Aplicação do Art. 475-J, do CPC)**', publicado na Revista nº 78 do TRT da 8ª da Região, volume 40 (Janeiro/Junho/2007), p. 15-38, *in verbis*:

'A propósito, no âmbito do direito processual civil deve ser observada a regra do **art. 620, do CPC**: 'quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor'.

Contudo, no direito processual do trabalho - instrumento de concretização do direito material do trabalho - aquela norma deve ser interpretada com a necessária **adaptação**, a fim de que haja a compatibilidade determinada pelos arts. 769 e 889, da CLT.

Em síntese: no direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo.

Com efeito, no processo civil geralmente o devedor é a parte mais fraca na relação de direito material, como os cidadãos executados por poderosas instituições bancárias ou financeiras, por exemplo; enquanto que no processo do trabalho o devedor, em regra, é o trabalhador hipossuficiente.

Por isso, nesse ponto, entendo que deve ser aplicado o fenômeno da leitura interpretativa por '**espelho**'.

Explico melhor: 'espelho', em linguagem musical, é a 'forma estrita de inversão em que uma passagem extensa ou peça completa é **invertida** na íntegra'[4]; ou a 'técnica de imitação contrapontística que consiste na **inversão** dos intervalos de uma linha melódica na direção oposta'[5] (exemplos: os Contrapunctus XII e XIII, de '*A Arte da Fuga*', de J. S. Bach).

Lembro-me, uma vez mais, da minha 'Oração de Posse (*A toga e a lira*)', ao ser investido no cargo de Presidente do TRT-8ª Região (dezembro/1998), quando eu dizia[6]:

---

4 Dicionário de Música, Zahar Editores e Luiz Paulo Horta, 1ª edição, RJ, 1985, p. 117.

5 Dicionário GROVE de Música (edição concisa), Editado por Stanley Sadie, Jorge Zahar Editor, RJ, 1994, p. 303.

6 Oração de Posse (A toga e a lira), publicada no livro "Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos", LTr, São Paulo, 2000, p. 562.

Rvst TRT8 2009.pmd 41 23/6/2009, 08:55

'Na verdade, minha vida sempre esteve ligada à música, por herança de família, desde meu avô José Agostinho da Fonseca. Depois dele vieram meu pai Wilson Fonseca, meus tios, irmãos, primos, sobrinhos e filhos, todos irmanados na tradição musical'.

É quase inevitável o apelo à Arte de Euterpe.

E sei que não estou isolado nesse pensamento.

Recentemente, a colega **MÔNICA SETTE LOPES,** Juíza do Trabalho, Titular da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG), lançou o livro 'Música & Direito - Uma Matáfora' (LTr, 2006), que ela própria me ofertou com dedicatória (na contracapa, um CD com belas músicas interpretadas pelo Trio Micrômegas, um brinde para o leitor).

Lê-se na orelha daquela obra: 'O livro, do título instigador ao último parágrafo, responde ao desafio corajosamente assumido pela autora: articular dois grandes domínios da atividade humana. **Música e Direito ...**'.

Mônica Sette Lopes, além de magistrada trabalhista da 3ª Região, é doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), e professora adjunta da UFMG.

Vale a pena trasladar um trecho do noticiário sobre essa bela obra, capturado na Internet[7]:

'O livro parte de uma comparação entre a história da Música e do Direito a partir da Grécia, buscando os inúmeros pontos em comum que existem entre estas duas formas de manifestação da cultura humana, especialmente da ocidental.

Se o legislador pode ser comparado ao compositor, que produz sua obra para gerar efeitos no futuro, o cantor-instrumentista, quando interpreta os sinais da partitura, equipara-se ao juiz que torna concreto o comando da lei. Mas há ainda um terceiro prisma de intérprete que é o público para o qual se destinam as artes dos músicos e o trabalho de legislador, juiz, advogados e estudiosos do direito'.

Essa técnica da leitura interpretativa por '**espelho'**, a propósito do art. 620, do CPC - que, na essência, corresponde ao princípio da 'inversão do ônus da prova' -, não constitui novidade no direito brasileiro, pois atualmente várias medidas têm sido implementadas para acelerar os processos judiciais, como é o caso, por exemplo, dos procedimentos com vistas à percepção de benefícios previdenciários, em relação aos quais foi celebrado um convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Previdência Social (MPS), a Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), segundo notícias publicadas na imprensa[8], no sentido de tornar mais rápida solução dos processos jurisdicionais de interesse do segurado da Previdência Social.

---

7 Fonte: http://www.tj.to.gov.br/diariodajustica/arquivos_dj/DJ%201602.pdf

8 http://www.cnj.gov.brindex.php?option=com_content&task=view&id=3445&Itemid=158

Rvst TRT8 2009.pmd 42 23/6/2009, 08:55

Providência muito importante, nesse contexto, é a prática conhecida como '**execução invertida**', que atribuiu ao INSS a responsabilidade pela realização da conta de liquidação dos créditos previdenciários, poupando o segurado desse encargo, até porque geralmente não dispõe de condições para a elaboração de cálculos complexos, que a Previdência Social pode realizar com muito mais facilidade.

Francisco Antônio de Oliveira preleciona em seus *Comentários às Súmulas do TST*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 691:

'Em verdade, o art. 655 do CPC (art. 882, da CLT) não faz qualquer exigência de que seja a execução definitiva ou provisória. O fato de ser provisória a execução não constitui fator impeditivo da penhora em numerário. Não nos parece tenha aplicação o art. 620 do CPC, pois não existe, do ponto de vista legal, possibilidade de escolha, não havendo falar em forma menos gravosa, quando a penhora se faz sobre numerário, pelo menos em princípio. A exceção deverá ser provada, não simplesmente alegada.

O crédito trabalhista tem natureza alimentar, é dotado de superprivilégio e, em certos casos, significa a sobrevivência do trabalhador e da sua família em país de desempregados. O benefício da execução menos gravosa de que fala o art. 620 do CPC deve ser aplicado em sede trabalhista com maior reserva do que aquela adotada no processo comum. A prática, principalmente aquela vivenciada pelos juízes de primeiro grau, ensina que a penhora em dinheiro se traduz em fator positivo de pressão para encurtar a execução. Já a penhora sobre qualquer outro bem é um incentivo a que a execução se arraste'.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 consagrou, como um dos mais importantes direitos e garantias fundamentais do cidadão, o princípio da '**razoável duração do processo** e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação' (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), o que já constitui característica do processo trabalhista, desde a sua origem (art. 765, da CLT), considerando a natureza alimentar do crédito reivindicado pelo trabalhador.

Ora, o **art. 655, inciso I, do CPC** (fonte subsidiária expressa do processo trabalhista, por força do art. 882, da CLT) - com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006 -, estabelece que o 'dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira', constitui o **primeiro bem** na ordem preferencial estabelecida em lei.

A lei não distingue a espécie de execução, se definitiva ou provisória.

E tudo isso sem falar na circunstância de que não basta a simples indicação de bens à penhora, pela parte executada.

Compete à autoridade judicial decidir se a indicação realmente **garante** a execução, tal como constitui

Rvst TRT8 2009.pmd 43 23/6/2009, 08:55

prerrogativa do credor hipotecário, por exemplo, a preferência da penhora sobre a coisa dada em garantia (art. 654, § 1º, do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 11.382/2006).

Além disso, o art. 656, do CPC, com a redação dada pela citada Lei nº 11.382/2006, igualmente aplicável ao processo trabalhista, ao estabelecer critérios para a substituição da penhora, dispõe o seguinte:

'Art. 656. A parte poderá requerer a substituição da penhora:

I - se não obedecer à ordem legal;

II - se não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;

III - se, havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados;

IV - se, havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;

V - se incidir sobre bens de baixa liquidez;

VI - se fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou

VII - **se o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei**.

§ 1º É dever do executado (art. 600), no prazo fixado pelo juiz, indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora (art. 14, parágrafo único).

§ 2º A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).

§ 3º O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge.

Art. 657. Ouvida em 3 (três) dias a parte contrária, se os bens inicialmente penhorados (art. 652) forem substituídos por outros, lavrar-se-á o respectivo termo.

Parágrafo único. O juiz decidirá de plano quaisquer questões suscitadas'.

O exame dos autos nos permite verificar, com facilidade, que a executada, ora impetrante, **não** cumpriu a contento os preceitos legais na nomeação do bem à penhora (veículo), pois sequer indicou o **valor** do bem a que se reporta a petição à fl. 141 (fl. 446 dos autos do Processo Trabalhista nº 00846-2007-007-08-00-5) - tal como determina o art. 656 do CPC -, como também **não** cumpriu a regra do inciso II do art. 668 do CPC, que obriga o executado, na nomeação de bem à penhora, 'quanto aos móveis, **particularizar o estado e o lugar em que se encontram**'.

Reza, pois, o art. 668, do CPC, com a redação dada pela

Rvst TRT8 2009.pmd 44 23/6/2009, 08:55

Lei nº 11.382/2006:

'Art. 668. O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que **comprove cabalmente** que a substituição não trará prejuízo algum ao exeqüente e será menos onerosa para ele devedor (art. 17, incisos IV e VI, e art. 620).

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, ao executado incumbe:

I - quanto aos bens imóveis, indicar as respectivas matrículas e registros, situá-los e mencionar as divisas e confrontações;

II - **quanto aos móveis, particularizar o estado e o lugar em que se encontram**;

III - quanto aos semoventes, especificá-los, indicando o número de cabeças e o imóvel em que se encontram;

IV - quanto aos créditos, identificar o devedor e qualificá-lo, descrevendo a origem da dívida, o título que a representa e a data do vencimento; e

V - **atribuir valor aos bens indicados à penhora'**.

Finalmente, observe-se que não houve ato de alienação de domínio, mas apenas a ordem de penhora *on-line*, à disposição do Juízo da Execução.

Os fundamentos expostos aplicam-se ao bloqueio sobre crédito em conta bancária como também sobre créditos provenientes de Vales-Transportes perante o SETRANSBEL, até porque a impetrante não demonstrou que o valor da ordem de bloqueio *on-line* (R$27.705,43) torne inviáveis as atividades da empresa. Ao contrário, o retardamento da execução causa manifesto prejuízo ao exeqüente.

Por todos esses motivos, não há que se falar em direito líquido e certo.

Assim, denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora.

ANTE O EXPOSTO, admito a presente ação mandamental, mas denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos).

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Seção Especializada I do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, por maioria de votos, em admitir a presente ação mandamental, vencida a Exma. Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar; e, no mérito, ainda por

Rvst TRT8 2009.pmd 45 23/6/2009, 08:55

maioria de votos, vencidas as Exmªs. Desembargadoras Relatora e Alda Maria de Pinho Couto, denegar a segurança impetrada e determinar a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos). Prolatará o Acórdão o Exmº. Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

Sala de Sessões da Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 04 de setembro de 2008.

a) VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho - Prolator".

(...)

Ricardo Hoffmann[9] preleciona:

"Atribuir ao juiz de primeira instância, principalmente, maior responsabilidade e maior dinamismo à condução do processo significa homenagear o **princípio da efetividade** e colaborar para que sejam minimizados os problemas nefastos causados pelo **tempo do processo**, valorizando os pronunciamentos de primeiro grau e o próprio papel do juiz.

É por isso que, ao analisarmos, oportunamente, a questão do duplo grau de jurisdição, anotaremos tratar-se de instituto ao qual não se pode sempre reconhecer maior amplitude e maior aplicação do que ao princípio que assegura a todos o acesso à justiça. Nessas condições, ampliando-se a possibilidade de a parte iniciar a execução provisória de sentença que lhe favorece, estar-se-á **revalorizando o papel do juiz de primeiro grau e também combatendo a morosidade do processo**".

Enfim, são **duas** as hipóteses previstas no **art. 475-O, § 2º, do CPC**, aplicáveis ao processo trabalhista, que permitem a dispensa da **caução**, na execução provisória:

1. "quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade"; e

2. "nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça (art. 544) - Tribunal Superior do Trabalho (no processo trabalhista) -, salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação".

---

9 HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 1, item 4: *O papel do juiz diante da visão moderna do processo*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 37-41.

Rvst TRT8 2009.pmd 46 23/6/2009, 08:55

O art. 475-O, § 2º, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005, em particular, é aplicável ao processo trabalhista, mediante adaptação lógica à organização judiciária da Justiça do Trabalho, onde o TST funciona como órgão de cúpula, logo abaixo do STF, tal como atua o STJ, no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Estadual, com idênticas atribuições de editar súmulas e uniformizar a jurisprudência nacional no âmbito de suas respectivas jurisdições.

Por isso, no v. **Acórdão nº TRT/2ª T./AP 00625-2006-014-08-00-4**, de minha lavra, julgado em 22.04.2009 e publicado em 29.04.2009, adotei a tese resumida na ementa a seguir transcrita:

> "**EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, § 2º, DO CPC. EXCESSO DE PENHORA. *MATÉRIA VELHA*.**
>
> **I - O § 2º do art. 475-O, do CPC, não afronta qualquer preceito constitucional. O novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.**
>
> **II - Não se vislumbra o excesso de penhora alegado, pois a conta de liquidação observou os ditames da coisa julgada.**
>
> **III - Na liquidação é inviável rediscutir *matéria velha* (art. 879, § 1º, da CLT; e art. 475-G, do CPC)**".
>
> (...)

Eis alguns trechos daquele aresto:

> "No caso dos autos, encontram pendentes de julgamento no C. TST, os agravos de instrumentos interpostos do r. despacho que denegou seguimento aos recursos de revista apresentados pela agravante HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA (1ª reclamada) - nº TST-AIRR-00625/2006-014-08-40.9, e pela PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - nº TST-AIRR-00625/2006-014-08-41.1, ambos autuados em 02/07/2008.
>
> Vale ressaltar, ainda, 'baixa probabilidade de provimento' dos agravos instrumentos interpostos pelas executadas, em face do r. despacho de fls. 792/793 verso, que denegou seguimento aos recursos de revista, conforme enfatizado na r. sentença agravada, à fl. 978, *in verbis*:
>
> > 'Os valores bloqueados e já colocados à disposição do Juízo devem ser mantidos, em que pese o entendimento consubstanciado no inciso III da Súmula nº 417 do C. TST, uma vez que se considerou, no caso concreto, a baixa probabilidade de provimento do agravo de instrumento interposto ao C. TST, consoante se pode vislumbrar do r. despacho da Vice-

Rvst TRT8 2009.pmd 47 23/6/2009, 08:55

Presidente do E. TRT de fls. 792/793, denegando a subida do recurso de revista da HAPVIDA com base na Súmula nº 126 do C. TST (reexame de fatos e provas) e não conhecendo do recurso de revista da PRESTMEDIC interposto antes do prazo recursal, que se iniciou somente após a publicação da decisão antes do prazo recursal, que se iniciou somente após a publicação da decisão que apreciou os embargos declaratórios, consoante jurisprudência mansa e pacífica dos tribunais superiores.'

Destarte, ***dou provimento*** ao agravo de petição da exequente para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT).

ANTE O EXPOSTO, conheço dos agravos de petição; e, no mérito, nego provimento ao agravo de petição da executada, HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, e dou provimento ao agravo da exequente, CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ, para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT), conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos agravos de petição; e, no mérito, sem divergência, negar provimento ao agravo de petição da executada, HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, e, por maioria de votos, vencidos os Exmºs. Desembargadores Elizabeth Fátima Martins Newman e Luiz Albano Mendonça de Lima, dar provimento ao agravo da exequente, CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ, para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT), conforme os fundamentos. Deferida justificativa de voto convergente ao Exmº Juiz Federal do Trabalho, convocado, Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 22 de abril de 2009.

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho Presidente e Relator"

(...)

Rvst TRT8 2009.pmd 48 23/6/2009, 08:55

A legislação ordinária já estabelece que "os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo *andamento rápido das causas*, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas" (art. 765, da CLT).

Todavia, constitui garantia constitucional "a *razoável duração do processo* e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, com a redação da EC nº 45/2004).

Portanto, conforme afirmei em outra ocasião, a real eficácia dos Direitos Humanos na Justiça do Trabalho somente estará concretizada quando o cumprimento ou a execução da sentença judicial ou da conciliação puder contar com mecanismos de acesso e efetividade à prestação jurisdicional rápida e justa.

Conclusões:

1. A execução provisória, no processo trabalhista, não se restringe à realização da penhora, pois muitos atos, inclusive decisões e recursos, ainda podem ser realizados depois da lavratura daquele gravame judicial.
2. O processo trabalhista carece da aplicação subsidiária e atualizada do direito processo comum, a fim de implementar a execução provisória, haja vista que a Consolidação das Leis do Trabalho, no particular, é bastante precária quanto aos procedimentos a serem adotados nesse momento processual.
3. Em princípio, a execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, estaria jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.
4. Todavia, esse entendimento sofreu evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial que merece bastante atenção do aplicador do direito.
5. A jurisprudência uniformizada pelo Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema, em exame (sobretudo o item III da Súmula nº 417), ainda depende de **atualização** à luz do novo modelo processual normativo brasileiro, em face das profundas alterações no procedimento da execução provisória, que, por evidente, se aplicam ao processo trabalhista, por omissão ontológica e compatibilidade (art. 769, da CLT).
6. Por força da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, autorizada pelo art. 769, da CLT, o novo modelo legal para o cumprimento da sentença, inclusive no âmbito da Justiça do Trabalho, *embora em caráter provisório*, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento *de créditos de natureza alimentar* - como é da essência do crédito trabalhista, cujo titular é quase sempre

Rvst TRT8 2009.pmd 49 23/6/2009, 08:55

hipossuficiente e sem condições de prestar caução -, bem como, em *regra geral*, nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Tribunal Superior do Trabalho, *salvo* quando da dispensa da caução possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação, o que será examinado em cada caso concreto (art. 475-O, § 2º, II, do CPC).

Rvst TRT8 2009.pmd 50 23/6/2009, 08:55

CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO E GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE *

Georgenor de Sousa Franco Filho **

***SUMÁRIO**: I. Introdução. II. Espécies de contrato por prazo determinado e casos de garantia de emprego. III. Garantia de emprego da gestante. IV. Conclusão.*

I. INTRODUÇÃO

O direito à vida é o primeiro de todos os direitos humanos e, certamente, o mais importante deles. Tudo gira em torno da conservação da vida e da preservação da espécie humana. A rigor, atualmente mais que no passado, passou-se a considerar a vida humana de modo realmente valioso. Observa-se a importância do direito à vida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, quando consagra o direito de nascer. Em meio a isso, e com toda a evolução da ciência, impossível modificar coisas simples: sem a mulher não existe a maternidade; sem a maternidade não existe a vida; sem a vida, não existe a raça humana.

Este primeiro pressuposto, então, deve ser desde já assentado para que se prossiga neste estudo.

Depois, o direito ao trabalho. Se, antes, no passado não muito distante, a mulher, pelo menos a ocidental, era relegada ao plano das atividades exclusivamente domésticas, as ditas *do lar*, agora, hodiernamente, é ela uma trabalhadora em pé de igualdade com o homem. Ambos lutam pela sobrevivência e buscam ocupar postos no mercado de trabalho formal. É certo que sem o trabalho não há fonte de renda, que são necessárias regras mínimas de proteção ao trabalho, que é imperioso reconhecer a necessidade do trabalho (inclusive do acesso ao trabalho) e a existência desse *standard minimum* legal.

Terceiro, continua a mulher, apesar das conquistas de igualdade, sendo sempre superior a todos os demais seres humanos: ela, e somente ela, pode permitir a permanência da espécie humana, mediante o dom da maternidade que, pelo menos até o presente, a ciência não conseguiu transferir para uma máquina. Esse aspecto é, a meu ver, o único traço distintivo entre mulher e homem no mundo do trabalho. Somente por esse motivo, admite-se a *discriminação* da mulher trabalhadora, dando-lhe proteção à maternidade que, ao cabo, é proteção à vida.

---

* Estudo elaborado para a obra coletiva em homenagem a dileta amiga Alice Monteiro de Barros, jurista mineira e excepcional figura humana.

** Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da *International Law Association* e do *Centro per la Cooperazione Giuridica Internazionale*.

Rvst TRT8 2009.pmd 51 23/6/2009, 08:55

É nesse tripé que deve se assentar a abordagem que será feita: direito à vida, direito ao trabalho, direito da mulher.

Se é assim, é corretamente justo e ético não garantir à mulher trabalhadora o direito a permanecer em seu trabalho, contratada por prazo certo, caso venha a engravidar no período de duração desse pacto? É esta a questão que estou me propondo a examinar.

II. ESPÉCIES DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO E CASOS DE GARANTIA DE EMPREGO

Dois pontos iniciais precisam ser fixados: as diversas espécies de contrato de trabalho por prazo determinado existentes no Direito brasileiro e as hipóteses nas quais podemos cogitar de garantia de emprego para a mulher trabalhadora.

Quanto ao primeiro ponto, são considerados contratos por prazo determinado aqueles que têm limitação temporal pré-fixada ou decorrente do cumprimento de determinada atividade, execução de serviços especificados ou ocorrência de acontecimento previsível.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estipula duas condições para que o contrato por prazo determinado seja válido (art. 443, § 2º, *a* e *b*):

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; e,
b) de atividades empresariais de caráter transitório.

A essas condições acrescento outra: a necessidade de ser formalizado por escrito, porque impossível a presunção de uma existência regular de um contrato de trabalho com tempo certo, eis que o princípio que norteia esses ajustes é o da continuidade da relação de emprego. É assim no Direito francês, como ensinam Rivero & Savatier [1] e Lyon-Caen & Pélissier [2], interpretando o art. L-122-3-1, do *Code du Travail*.

Com efeito, consoante a legislação brasileira, os principais contratos dessa natureza são:

CONTRATO	PREVISÃO LEGAL
contrato estipulado por até dois anos	art. 445, da CLT
contrato de experiência	art. 445, único, da CLT
contratos de safra	Lei n. 5.889, de 8.6.1973
contratos de pequeno prazo	Lei n. 5.889, de 8.6.1973
contrato do atleta profissional	Lei n. 9.615, de 24.3.1998
contrato de obra ou serviço certo	Lei n. 2.959, de 17.11.1958
contrato de aprendizagem	art. 428, da CLT
contrato de artistas e técnico em espetáculos de diversões	Lei n.6.533, de 24.5.1978

O contrato por prazo determinado mais conhecido é o da CLT (art. 445). Pode ser com duração de até dois anos, podendo ser prorrogável uma única vez

1 RIVERO, Jean & SAVATIER, Jean. *Droit du travail*. 11ª ed., Paris, Presses Universitaires, 1989, p. 480.
2 LYON-CAEN, Gerard & PÉLISSIER, Jean. *Droit du travail*, 14ª ed., Paris, Dalloz, 1988, p. 233.

Rvst TRT8 2009.pmd 52 23/6/2009, 08:55

nesse biênio e desde que não exceda esse limite temporal. Excedendo, tornar-se-á contrato por prazo indeterminado.

O contrato de experiência é outro conhecido pacto a termo. Limita-se a apenas noventa dias, prazo que não pode ser excedido, pena de indeterminar o pacto (art. 443, da CLT). A regra geral é a de que, findo o ajuste, que não é de três meses, mas de exatos noventa dias, está definitivamente rompido o liame empregatício. Observo, neste passo, que é muito comum a contratação por experiência no setor do comércio a varejo, para atender épocas de demanda especial, como Natal, início de período letivo e de férias escolares.

O contrato de safra é aquele cuja duração depende das variações estacionais da atividade agrícola (art. 14, da Lei n. 5.889/73). E, na linha do trabalho no campo, o contrato rural de pequeno prazo é aquele destinado à atividade agrícola temporária, limitado a dois meses (art. 14-A, da mesma lei).

O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos (art. 30, da Lei n. 9.615/98).

Aquele contratado por obra ou serviço certo, seu ajuste terminará ao concluir o serviço, garantindo-se ao obreiro, se empregado há mais de doze meses no serviço, indenização por tempo de trabalho (art. 478 da CLT), com 30% de redução (art. 2º, da Lei n. 2.959/56).

O contrato de aprendizagem está limitado a certas regras especificas, destinando-se à formação técnico-profissional. Como sabido, a Constituição brasileira proíbe o trabalho a menores de 16 anos (art. 7º, n. XXXIII), permitindo na condição de aprendiz, que é a pessoa que tenha de 14 a 16 anos de idade. Ao menor é proibido trabalho noturno, perigoso e insalubre, embora a legislação ainda não trate de trabalho penoso. Ademais, o aprendiz não pode fracionar férias, que, se estudante, devem coincidem com as escolares. Em sua rescisão, deverá ter assistência de responsável. Trata-se de um contrato especial, celebrado por até dois anos, prevendo jornada de seis horas de labor, sem compensação e sem cumprimento de sobrejornada, não podendo ser realizado em local que gere prejuízo físico, psíquico, moral ou social para o menor.

O contrato de trabalho artístico e do técnico em espetáculo de diversão é padronizado e solene, sempre por escrito, podendo ter determinação de prazo (arts. 9º e 10, da Lei n. 6.533/78) [3].

No outro pólo, está a garantia de emprego. Com efeito, a legislação trabalhista prevê os casos dessa natureza. Alguns deles são os seguintes:

CASOS	PREVISÃO LEGAL
Acidentado de trabalho	art. 118, da Lei n. 8.213/91
Mulher gestante	art. 10, II, *a*, do ADCT
Membro de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA	art. 10, II, *b*, do ADCT
Dirigente sindical	arts. 8º, VIII, da CR/88, e art. 543, § 3º, da CLT
Membro da Comissão de Conciliação Prévia - CCP	art. 635-B, § 1º, da CLT
Dirigente de cooperativa	art. 55, da Lei n. 5.764/71
Empregado reabilitado	art. 93, § 1º, da Lei n. 8.213/91

3 Dentro desse tema específico, de contratação de artistas e assemelhados, acredito inexistir no Direito brasileiro obra mais completa que o magnífico estudo de Alice Monteiro de Barros, *As relações de trabalho no espetáculo* (São Paulo, LTr, 2003).

Rvst TRT8 2009.pmd 53 23/6/2009, 08:55

Induvidoso que a regra do art. 7º, I, da Constituição, protege a relação de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, garantindo sua sobrevivência. Fê-lo, porém, *nos termos de lei complementar*, e, como corolário, estando sob reserva legal e a lei preconizada não existindo, continua letra morta no Texto Fundamental. Afasta-se, então, qualquer comentário maior sobre esse preceito constitucional.

É importante, sim, notar que existe profunda distinção entre estabilidade e garantia de emprego.

A estabilidade jurídica é aquela que impede o despedimento do empregado pela vontade do empregador, mantido incólume seu contrato, preservado este do poder potestativo de dispensa patronal. A estabilidade econômica é a que cuida da parte *in pecunia*, que é o sustento mesmo do trabalhador subordinado, os ganhos para manter-se e a sua família.

Garantia de emprego, por seu turno, é a existência de fato impeditivo de dispensa por determinado período, salvo prática de ato que justifique a saída do obreiro, até que se expire esse tempo.

III. GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE

O contrato de trabalho por prazo determinado é uma forma de ajuste com duração pré-fixada, ou seja, com data certa para acabar, tendo as partes perfeita ciência desse fato. Diferentemente da generalidade dos contratos de trabalho, que podem, também, ser verbais ou tácitos, este sempre será celebrado de forma escrita.

A questão que se examina diz respeito a um contrato da natureza primeira, aquele que tem prazo pré-fixado de duração, ficando uma mulher gestante na vigência desse contrato a prazo, será ele considerado cumprido ao chegar a seu termo final, ou o sofrerá interrupção, e, por corolário, terá seu final dilatado?

O C. TST editou a Súmula n. 244, que tem o seguinte teor:

> *GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais ns. 88 e 196 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.*
>
> *I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT). (ex-OJ n. 88 da SBDI-1 - DJ 16.04.2004 e republicada DJ 04.05.2004).*
>
> *II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade. (ex-Súmula n. 244 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003).*
>
> *III - Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa. (ex-OJ n. 196 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000).*

Por seu turno, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a preocupação com o trabalho da mulher, com a maternidade e sua proteção, e

Rvst TRT8 2009.pmd 54 23/6/2009, 08:55

com a garantia de seu emprego é antiga. Remonta à Convenção n. 3, adotada na I Conferência Internacional do Trabalho, a 28.11.1919, garantia o emprego (art. 4º) [4], tendo sido ratificada pelo Brasil a 26.4.1934.

A Convenção n. 103, adotada na III Conferência, em 28.6.1952, retificando a anterior, previa que em caso algum o empregador ficaria pessoalmente responsável pelo custeio das prestações devidas à mulher que emprega (art. 4, 8) [5]. Denunciou o Brasil a Convenção n. 3 a 26.7.1961, ratificando, a 18.6.1965, a Convenção n. 103, que, nesse dispositivo, demonstra claramente a necessidade de se ter atitude não discriminatória com a mulher, especialmente quanto à maternidade.

Atualmente, as regras constam da Convenção n. 183, adotada na 88ª Conferência, a 15.6.2000, e ainda não ratificada pelo Brasil. O art. 8, 2, cuidando de mulher gestante, assinala que deve ser "garantido à mulher o direito de retornar ao mesmo posto de trabalho ou a posto equivalente com a mesma remuneração ao término da licença maternidade".

Com isso, a norma internacional preconiza a garantia do emprego da mulher gestante e a possibilidade de continuar empregada porque o custo das prestações será da previdência social pública, não onerando sua receita.

Na França, a gravidez não é fator de garantia de emprego para a mulher contratada por prazo determinado (art. 122-25-2, *in fine*, do *Code du Travail*) [6].

Em nosso país, o salário maternidade é uma prestação previdenciária. Deve ser efetuado pela empresa durante os 120 dias da licença maternidade, que será reembolsada pela Previdência Social, mediante dedução na guia de recolhimento das contribuições sociais (art. 392, da CLT), extensivo à mãe adotiva (art. 392-A consolidado). É preceito constitucional (art. 7º, XVIII), e, como tal, traço distintivo do trabalho comum. E a licença maternidade é devida também em caso de aborto (art. 395, da CLT), reduzida, na hipótese, a duas semanas.

Temos, então, duas situações a enfrentar. A primeira é, se durante o prazo do contrato determinado o empregador resolver, antecipadamente, rompê-lo, e tendo sido confirmado o estado gravídico da empregada, se esta teria garantia de emprego. A segunda, saber se, em não havendo rompimento antecipado e seguindo o ajuste seu curso normal, ainda assim, verificada a gravidez, interrompe-se o contrato, garantido o retorno da obreira à atividade, após o período de licença maternidade, para que se cumpra o restante do contrato.

Quanto ao primeiro caso, temos que o contrato por prazo determinado que se rompe antes de findar caracteriza uma arbitrariedade patronal, com as conseqüências da dispensa imotivada. Se isso ocorrer, devemos adotar a regra do art. 10, II, *b*, do ADCT.

---

4 O art. 4º dispõe: *Quanto uma mulher estiver ausente* de seu trabalho em virtude das alíneas a *e b do artigo 3 desta Convenção, ou quando permaneça ausente de seu trabalho por um período maior em consequência de uma enfermidade, que de acordo com um laudo médico esteja motivado por gravidez ou parto, será ilegal que até que sua ausência tenha excedido um período máximo fixado pela autoridade competente de cada país, seu empregador lhe comunique sua dispensa durante dita ausência ou se lhe comunique de sorte que o prazo estipulado no aviso expire durante a mencionada ausência.*

5 O art. 4º, 8 dispõe: *Em nenhum caso, o empregador deverá estar pessoalmente obrigado a custear as prestações devidas às mulheres que ele emprega.*

6 N. sent.: LYON-CAEN, G. & PÉLISSIER, J.. *Ob. cit.,* p. 268, nota 6.

Rvst TRT8 2009.pmd 55 23/6/2009, 08:55

Recentemente, a SDI-1 do C. TST, apreciando embargos a recurso de revista, e verificando a inconformação do empregador, que alegava tratar-se de contrato de experiência, modalidade de contrato por prazo determinado - no caso, noventa dias -, incompatível com o direito à garantia de emprego. O decisório superior entendeu que a data de previsão do termo do contrato de trabalho foi alterada, tendo em vista cláusula assecuratória permitindo a rescisão antes de expirado o termo ajustado, donde foram retiradas as peculiaridades do contrato original, tornando-o por prazo indeterminado, garantindo-se todos os direitos decorrentes, inclusive a *estabilidade provisória* [7].

Esse ponto, então, devemos considerar superado, reconhecida a garantia de emprego quando ocorrer fato desse jaez.

Quanto ao segundo aspecto, não se trata de suspensão do contrato de trabalho, como ocorre na França [8], mas é induvidoso que estamos diante de um caso de interrupção do contrato. Trata-se de interrupção, considerando o ajuste original e o fato superveniente. Entendo que deve ficar garantido o direito de o empregador dar por findo o contrato ao término da licença maternidade.

Durante os cinco meses da licença gestante, na verdade 120 dias, sendo 28 dias antes e 91 dias pós-parto, (art. 71, Lei n. 8.213, de 24.7.1991) a empregada receberá salário maternidade, que é uma renda igual a sua remuneração (art. 72, Lei n. 8.213/91), pago diretamente pelo empregador, que será reembolsado pela Previdência Social, conforme o § 1º do art. 72, com a redação da Lei n. 10.710, de 5.8.2003, [9] e, ao cabo desse período, retornará ao trabalho, cumprindo o restante do contrato, os dias faltantes, e, ao final do período, sua dispensa regular, por adimplemento do contrato por prazo determinado.

Quanto à mãe adotiva, idêntico deve ser o tratamento. Afinal, o art. 71-A, da Lei n. 8213/91, introduzido pela Lei n. 10421, de 15.4.2002, prevê que: *À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade*, mesmo o salário maternidade sendo pago pela própria previdência (parágrafo único).

Há pouco, foi promulgada a Lei n. 11.770, de 9.9.2008, anunciando-se a criação do Programa *Empresa Cidadã* e, consequentemente prorrogando

---

7 Proc. E-RR-57344/2002-900-02-00.3 (Financeira Alfa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos *vs.* Luciane Simões da Silva), Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga. V.:http://ext02.tst.gov.br/pls/ap01/ap_red100.resumo?num_int=74237&ano_int=2002&qtd_acesso=2557059, acesso a 17.12.2008.

8 Cf. RIVERO, J. & SAVATIER, J.. *Ob. cit.,* p. 494; LYON-CAEN,G. & PÉLISSIER, J.. *Ob. cit.*, p. 264 *passim*.

9 Dispõe o mencionado § 1º: *Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.*

Rvst TRT8 2009.pmd 56 23/6/2009, 08:55

a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal por mais sessenta dias (art. 1º). Consoante se infere do art. 5º dessa Lei é mais um incentivo tributário do que uma matéria previdenciária [10], e, a meu ver, valendo-se desse benefício fiscal a empresa, evidente que deverá incidir também sobre o período de interrupção do contrato por prazo determinado, prorrogando-o por mais esse período.

Por outro lado, nesse período, a gestante usufruirá as mesmas garantias daquela contratada por prazo indeterminado:

a) garantia de transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurado o retorno à anteriormente exercida, para concluir o contrato;
b) dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

Situação diversa ocorre quando a empregada, contratada a termo, tem findo seu contrato e, posteriormente, constata seu estado gravídico. Entendo, nessa situação, que, tendo sido a gravidez adquirida durante o pacto, seus efeitos passam para além e a empregada terá direito a retornar ao trabalho com garantia de seu emprego até o quinto mês, percebendo o salário maternidade pela forma regular.

IV. CONCLUSÃO

Ressalto que estamos diante de uma situação excepcional, e penso que deveria ser dado tratamento diferenciado na interpretação dos contratos por prazo determinado em se tratando de mulher gestante. Não seja por outra razão, a Constituição garante o emprego da mulher em estado gravídico sem distinção de nenhum tipo de contrato. O importante é a vida humana que está por vir.

Dentro desse quadro, então, é que me preocupa garantia a subsistência da mãe durante o período inicial de vida do novo ser. Certamente poderão significar novos custos para as empresas, onerando-as mais ainda, sobretudo em tempos apontados como de crise. No entanto, conforme a legislação brasileira, existe o repasse direto ou indireto da Previdência Social, acrescendo-se, agora, das facilidades tributárias da recente Lei n. 11.770/08.

Em síntese, penso que deve ser revisto o entendimento jurisprudencial acerca da garantia de emprego da gestante, contratada por prazo determinado, para que se considere interrompido o contrato, garantindo-se-lhe o emprego ao retorno da licença-maternidade até que complete o período avençado.

Belém, 16.dezembro.2008

---

10 Dispõe o Art. 5º dessa lei: *A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos 60 (sessenta dias) de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.*

Rvst TRT8 2009.pmd 57 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 58 23/6/2009, 08:55

AS CONDIÇÕES INSALUBRES DO TRABALHO REALIZADO A CÉU ABERTO NA REGIÃO AMAZÔNICA PROPICIADAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

*Francisco Milton Araújo Júnior**

"Vai, agora, escreve isto numa tábua perante eles, e aponta-o num livro, para que fique escrito para o tempo por vir, para sempre e perpetuamente.
A luz da lua será como a luz do sol, e a do sol sete vezes maior" (Isaías - Capítulo 30, v.8 e 26)

1 - Agente Insalubre Calor: Sobrecarga Térmica.

O trabalho insalubre constitui-se no desempenho de atividades laborais, de natureza física ou mental, em ambiente que efetivamente possibilite a ocorrência de dano à saúde do trabalhador.

Sebastião Geraldo de Oliveira conceitua o labor insalubre como "aquele que afeta ou causa danos à saúde, provocando doenças, ou seja, é o trabalho não salubre, não saudável. Muitas enfermidades estão diretamente relacionadas e outras são agravadas pela profissão do trabalhador ou as condições em que o serviço é prestado, o que possibilita a constatação do nexo entre o trabalho e a doença"[1].

A legislação brasileira considera como "atividades insalubres ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixada em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos" (art. 189, da CLT).

Os agentes insalubres são estabelecidos pela NR n. 15, que classifica como agentes físicos (ruídos, ruídos de impacto, calor, radiações ionizantes, pressões hiperbáricas; radiações não-ionizantes; vibrações; frio; umidade), agentes químicos (substâncias químicas e poeiras minerais) e agentes biológicos (microorganismos, vírus e bactérias).

No caso específico do agente calor, cabe destacar que etimologicamente a palavra calor é definida por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como a "forma de energia que se transfere de um sistema para outro por uma diferença de temperatura entre os dois. Sensação que se tem num ambiente aquecido (pelo Sol ou artificialmente), ou junto de um objeto quente e/ou que aquece"[2].

---

* Juiz Federal do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Marabá. Mestre em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Pará. Membro do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região - EMATRA VIII.

1 OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 172.

2 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Rvst TRT8 2009.pmd 59 23/6/2009, 08:55

O calor, no âmbito ocupacional, pode ser compreendido como o agente de natureza física que pode possibilitar a ocorrência de modificações no organismo[3] e dano à saúde do trabalhador[4] quando caracterizada as condições insalubres de trabalho em razão da violação do limite de tolerância (sobrecarga térmica[5]), que no ordenamento jurídico brasileiro é fixado no Anexo n. 3, da NR n. 15.

Como forma de melhor compreensão da influência da carga térmica no ambiente laboral, torna-se necessário fixar algumas definições sobre os mecanismos de trocas térmicas e estabelecer os principais efeitos do calor no organismo humano.

De acordo com Alexandre Demetrius Pereira[6] a exposição do trabalhador exposto a fontes de calor proporciona trocas térmicas entre o organismo e o ambiente da seguinte forma:

- Condução: é a espécie de transferência térmica que se realiza pelo contato de dois corpos em diferentes temperaturas (ex: contato físico da mão com barra de ferro aquecido);
- Convecção: é o tipo de transferência térmica que ocorre pelo movimento de um determinado fluido, ocasionando correntes de convecção (ex: aparelhos de ar condicionado, refrigerador);
- Irradiação: ocorre quando a transmissão de calor sucede sem a existência de suporte material, por meio de ondas eletromagnéticas (ex: energia solar, radiação emitida por forno elétrico).

No caso da sobrecarga térmica a que são submetidos os trabalhadores que desempenham suas atividades profissionais em ambientes externos com carga solar, verifica-se que a exposição do obreiro ao calor radiante da energia solar concomitantemente ao desempenho de atividade física proporciona o acréscimo no ganho de calor do organismo, haja vista que nesta situação o impacto do calor radiante é influenciado diretamente pela elevação metabolismo organismo em atividade física.

---

3 Como sudorese intensa, aumento da freqüência cardíaca e aumento da temperatura interna do corpo.

4 Como fadiga, diminuição da percepção e raciocínio, e perturbações psicológicas que podem ocasionar o esgotamento físico e mental.

5 De acordo com a American Conference of Governmental Industrial Hygienists (ACGIH) "sobrecarga térmica é a quantidade de carga de calor a que o trabalhador pode estar exposto, resultante da combinação das contribuições da taxa metabólica relacionada ao trabalho exercido e dos fatores ambientais (isto é, temperatura do ar, umidade, velocidade do ar e calor radiante) e das vestimentas exigidas para o trabalho. Uma sobrecarga térmica leve ou moderada pode causar desconforto e afetar negativamente o desempenho e a segurança, mas não é prejudicial a saúde. Quando a sobrecarga térmica se aproxima dos limites de tolerância humanos, aumenta o risco de danos à saúde relacionada ao calor". (Documentação dos Limites de Exposição Ocupacional (TLVs) para Substâncias Químicas e Agentes Físicos & Índices Biológicos de Exposição (BEIs) - ACGIH WORLDWIDE. Tradução da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais. São Paulo: 2006, p. 193).

6 PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional. Aspectos Técnicos e Jurídicos. Volume III. NR-13 a NR-15. São Paulo: LTr, 2005, p. 176/177.

Rvst TRT8 2009.pmd 60 23/6/2009, 08:55

Neste aspecto, Tuffi Messias Saliba[7] comenta que quando o calor cedido pelo organismo ao meio ambiente é inferior ao recebido ou produzido pelo metabolismo total (metabolismo basal + metabolismo de trabalho), o organismo tende a aumentar sua temperatura e para evitar esta hipertermia (aumento da temperatura interna do corpo), são colocados em ação alguns mecanismos de defesa, quais sejam:

- Vasodilatação Periférica: Com o aumento do calor ambiental, o organismo humano promove a vasodilata periférica, no sentido de permitir maior troca de calor entre o organismo e o ambiente;
- Ativação das Glândulas Sudoríparas: Há aumento do intercâmbio de calor por mudanças do suor do estado líquido para vapor. Caso a vasodilatação periférica e a sudorese não sejam suficientes para manter a temperatura do corpo em torno de 37ºC, há conseqüências para o organismo que podem se manifestar das seguintes formas:
- Exaustão do Calor: Com a dilatação dos vasos sangüíneos em resposta ao calor, há uma insuficiência do suprimento de sangue do córtex cerebral, resultando numa baixa pressão arterial;
- Desidratação: A desidratação provoca principalmente a redução do volume de sangue, promovendo a exaustão;
- Câimbras de Calor: Na sudorese há perda de água e sais minerais, principalmente o NaCl (cloreto de sódio). Com a redução desta substância no organismo poderão ocorrer espasmos musculares e câimbras;
- Choque Térmico: Ocorre quando a temperatura do núcleo do corpo atinge determinado nível, que coloque em risco algum tecido vital que permanece em contínuo funcionamento.

Com o objetivo de fixar limites aceitáveis de exposição ocupacional com a finalidade de preservar a integridade física e psicológica do trabalhador, a legislação nacional por meio do Anexo n. 3, da NR n. 15, estabeleceu para avaliação o Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo - IBUTG.

Na apuração do IBUTG, utiliza-se termômetro de bulbo úmido natura (tbn), termômetro de globo (tg) e termômetro de mercúrio para apurar a temperatura de bulbo seco (tbs), de modo que de posse dos valores dos respectivos termômetros, deve-se utilizar equação específica para os casos de ambientes internos ou externos sem carga solar[8], como também se deve utilizar equação própria para ambientes externos com carga solar[9].

As medições devem ser efetuadas no local onde permanece o trabalhador, à altura da região do corpo mais atingida, ressaltando que no caso da sobrecarga térmica a que são submetidos os trabalhadores que desempenham suas atividades profissionais em ambientes externos com

---

7 SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional. São Paulo: LTr, 2008, p. 226/227.

8 IBUTG = 0,7 tbn + 0,3tg.

9 IBUTG = 0,7 tbn + 0,1 tbs + 0,2tg.

Rvst TRT8 2009.pmd 61 23/6/2009, 08:55

carga solar, como limpadores de rua, guardas de trânsito, carteiros e trabalhadores rurais, deve-se considerar a altura do tórax do trabalhador a área mais atingida.

Com base no IBUTG obtido, o regime de trabalho é definido no Quadro n. 1, do Anexo n. 3, da NR n. 15, a seguir:

Regime de Trabalho Intermitente com Descanso no Próprio Local de Trabalho (por hora)	TIPO DE ATIVIDADE - IBUTG em ºC		
	LEVE	MODERADA	PESADA
Trabalho Contínuo	até 30,0	até 26,7	até 25,0
45 minutos de trabalho 15 minutos de descanso	30,1 a 30,6	26,8 a 28,0	25,1 a 25,9
30 minutos de trabalho 30 minutos de descanso	30,7 a 31,4	28,1 a 29,4	26,0 a 27,9
15 minutos de trabalho 45 minutos de descanso	31,5 a 32,2	29,5 a 31,1	28,0 a 30,0
Não é permitido o trabalho sem a adoção de medidas adequadas de controle	acima de 32,2	acima de 31,1	acima de 30,0

A determinação do tipo de atividade (leve, moderada e pesada) em cotejo com as taxas de metabolismo é definida no Quadro n. 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15, a seguir:

TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h
SENTADO EM REPOUSO	100
TRABALHO LEVE	
Sentado, movimentos moderados com braços e troncos (ex: datilografia).	125
Sentado, movimentos moderados com braços e pernas (ex: dirigir).	150
De pé, trabalho leve, em máquina ou bancada, principalmente com os braços.	150
TRABALHO MODERADO	
Sentado, movimentos vigorosos com braços e pernas.	180
De pé, trabalho leve em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	175
De pé, trabalho moderado em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	220
Em movimento, trabalho moderado de levantar ou empurrar.	300
TRABALHO PESADO	
Trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos (ex: remoção com pá)	440
Trabalho fatigante	550

Os limites de tolerância são fixados no Quadro n. 2, do Anexo n. 3, da NR n. 15, a seguir:

Rvst TRT8 2009.pmd 62 23/6/2009, 08:55

Metabolismo (Kcal/h)	Máximo IBUTG (ºC)
175	30,5
200	30,0
250	28,5
300	27,5
350	26,5
400	26,0
450	25,5
500	25,0

Como forma de compreender os Quadros 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15, pode-se, a título de exemplo, constatar que o trabalhador que realiza limpeza das vias públicas, em um percurso de aproximadamente 5 km por dia, tendo que conduzir carro-de-mão com entulho, vassoura, enxada e pá, cumprindo jornada de 7h às 11h e das 13h às 17h, realiza trabalho caracterizado como pesado com metabolismo de 550 Kcal/h (Quadro 3) e, por realizar trabalho contínuo por 4h, deve ser submetido a IBUTG no máximo de até 25ºC (Quadro 1 e 2).

Deste modo, no caso do exemplo supramencionado, constata-se que o trabalho caracterizado como pesado realizado a céu aberto será considerado em condições insalubres se constatado que o trabalhador realizava suas atividades profissionais a partir do IBUTG igual a 25,5ºC.

2 - Mudanças Climáticas na Amazônia e a Variação da Temperatura no Brasil.

As mutações dos fenômenos naturais, como aumento exacerbado das ondas de calor e as intensas secas com a ampliação dos períodos de estiagem, são demonstrações de que o Planeta vem sofrendo drásticas mudanças climáticas.

De acordo com Demetrius Henrique Cardoso de Almeida "os dados em amostras de árvores, corais, geleiras e outros métodos indiretos, sugerem que as atuais temperaturas da superfície da Terra, estão mais altas que em qualquer época dos últimos seiscentos anos. A partir de dados disponíveis até 1990 e da tendência de emissões nos níveis atuais, sem a implementação de políticas específicas para a redução de redução de emissões, a projeção do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas é de que o aumento da temperatura média na superfície terrestre seja entre 1º.C e 3,5º.C, no decorrer dos próximos cem anos, enquanto o aumento observado no século XIX foi entre 0,3º.C e 0,6º.C"[10].

Neste aspecto, constata-se que a mudança climática na região amazônica vem ameaçando o equilíbrio da biodiversidade da flora e da fauna da região, especialmente quando se constata *in loco* que grandes áreas de floresta vêm sendo devastadas pela ação predatória do homem, especialmente pela indústria madeireira, agro-negócio e carvoejamento (fornecimento de material energético paras as Siderúrgicas que se

10 ALMEIDA, Demetrius Henrique Cardoso de. Mudanças Climáticas. Premissas e Situação Futura. São Paulo: LCTE Editora, 2007, p. 51.

Rvst TRT8 2009.pmd 63 23/6/2009, 08:55

encontram no entorno do Projeto Carajás), de modo a transformar as áreas florestais cada vez mais semelhantes à paisagem das savanas africanas e/ou do cerrado brasileiro.

De acordo com Philip M. Fearnside a "expansão significativa de áreas desmatadas na Amazônia leva a uma diminuição da chuva na região, particularmente na estação seca. Isto, quando acrescentando os efeitos da existência de focos de iniciação de fogo e o aumento da flamabilidade causada pela exploração madeireira, pode fazer com que uma mesma intensidade de El Nino provoque maiores impactos na floresta, portanto aumentando mais o custo ambiental do avanço de desmatamento humano"[11].

O desmatamento na Amazônia, que de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no período de agosto de 2007 a julho de 2008, cresceu 3,8%[12], tem relevância de ordem mundial, na medida em que o desmatamento afeta o ciclo das águas e adiciona, consoante o Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), 200 milhões de toneladas de carbono à atmosfera anualmente, transformando o Brasil num dos dez maiores nações poluidoras responsáveis pelo Efeito Estufa (outras 95 milhões de toneladas de carbono são provenientes da queimada de combustíveis fósseis)[13].

Demetrius Henrique Cardoso de Almeida sistematiza os impactos ambientais decorrentes do desmatamento da floresta amazônica da seguinte forma[14]:

- A perda da cobertura vegetal causa a degradação do solo e em decorrência a desertificação;
- O extermínio das florestas também afeta o clima, pois elas regulam a temperatura, o regime de vento e chuva;
- A redução da camada vegetal e a conseqüente diminuição da chuva levam ainda ao aquecimento da Terra;
- O desmatamento e a erosão do solo nas nascentes e nas margens dos cursos de água comprometem a rede hidrográfica, à medida que grande quantidade de terra e areia se depositam no fundo de rios e lagos, diminuindo sua profundidade. Esse fenômeno, conhecido como assoreamento, aliado à escassez de nativa, que antes absorvia a água, intensifica a incidência de enchentes.

Cabe destacar que a exploração irracional da floresta amazônica não apenas causa danos de ordem ambiental, como também afeta as relações sociais, especialmente com a ampliação da miséria da população local e a concentração das riquezas econômicas nas mãos de uma minoria predadora.

Maurílio de Abreu Monteiro comenta que a exploração predatória da floresta, por meio do desmatamento, queimadas e produção carvoeira é estruturada na "baixa remuneração dos trabalhadores; péssimas condições de trabalho e ausência de garantias previdenciárias e trabalhistas; pela poluição das áreas urbanas nas quais se instalaram; pela baixa eficiência energética; e, sobretudo, pela assimetria no acesso aos recursos naturais e serviços ambientais, como pelo ônus da degradação ambiental"[15].

---

11 FEARNSIDE, Philip M., A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais. p. 24. Disponível: htto://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2003/Mudanças%20Globais/Cap-2-Biodiv-pg%20pdf.pdf - Acesso em: 03.12.2008.

12 Fonte: www.inpe.br/noticias.php?Cod_Noticia=1669 - Acesso em: 03.12.2008.

13 Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 71.

14 Op. Cit., p. 72.

15 MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia. Drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Editora da UFPa,1998, p. 180.

Rvst TRT8 2009.pmd 64 23/6/2009, 08:55

Atrelado à análise da degradação ambiental e social, observa-se que o desconforto térmico na Amazônia é agravado com a poluição decorrente das queimadas das florestas e dos fornos de carvão, que inclusive são realizadas nas proximidades das cidades e/ou dos núcleos urbanos da região.

A queimada da madeira, seja da floresta como prática de agricultura rudimentar ou de fornos de carvão, desencadeiam de forma mais intensa o efeito estufa na região, na medida em que a maior produção do dióxido de carbono proveniente da queima da madeira desencadeia maior retenção de calor na superfície da terra, de modo a elevar a sobrecarga térmica do ambiente, além de também causar problemas de ordem respiratória na população[16].

Registra-se que o efeito estufa é responsável pelo natural aquecimento da superfície terrestre, porém o dióxido de carbono[17], proveniente das queimadas das florestas e dos combustíveis fósseis, em conjunto com outros gases, como CFCs[18], metano[19] e óxido nitroso[20], potencializam de forma desequilibrada o efeito estufa, na medida em que os mencionados gases permanece em inércia na atmosfera, formam uma densa camada gasosa que impede a propagação natural da radiação solar refletida pela terra, em especial a radiação infravermelha (calor), de modo que parte da radiação solar refletida pela terra que deveria voltar para o espaço retornar para o planeta em decorrência da camada gasoso poluidora, provocando o aquecimento desordenado da superfície terrestre.

O efeito estufa pode ser entendido, por exemplo, quando se adentre em locais revertidos por vidro que estão expostos ao sol, como por exemplo, em

---

16 De acordo com laudo técnico da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM os gases emitidos pelos fornos durante o processo de carbonização podem provocar "irritação na mucosa do nariz, asfixiamento e toxidez, diminuem a capacidade do sangue de transportar o oxigênio e reduzem a acuidade visual da pessoa exposta. Alguns deles, de tão venenosos, são capazes de gerar lesões irreversíveis. Um dos destaques é o alcatrão: trata-se de composto cancerígeno que, em contato permanente, pode gerar lesões profundas e a morte". Dados disponíveis na obra de Maurílio de Abreu Monteiro. Op. Cit., p. 183.

17 O dióxido de carbono é produzido naturalmente pelos decomposição de animais e plantes, como também por fontes antropogênicas como queimada de combustíveis fósseis, mudança na vegetação (como o desmatamento), queima de biomassa e a fabricação de cimento. O dióxido de carbono é o maior contribuidor individual (64%), para o aumento do efeito estufa - Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 67.

18 Os CFCs formam um grupo de componentes produzidos pelo homem, feitos de Cloro, Flúor e Carbono. São intensamente utilizados como componentes na produção de aerossóis, de espuma, na indústria de ar-condicionado, motores de aviões, plásticos e solventes utilizados na indústria eletrônica. São responsáveis por cerca de 10% do efeito estufa - Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 69.

19 O metano é formado naturalmente em regiões onde existem matéria orgânica em decomposição, como na agropecuária e nas barragens de usinas hidrelétrica (decomposição da vegetação). É responsável por cerca de 19% do efeito estufa - Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 68.

20 O óxido nitroso é produzido naturalmente pelos oceanos e pelas florestas tropicais, como também por fontes antropogênicas, como a queima de biomassa e combustíveis fósseis. É responsável por 6% do efeito estufa - Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 69.

Rvst TRT8 2009.pmd 65 23/6/2009, 08:55

veículos ou mesmo em estufas de plantas, pois nestes casos os vidros, assim como as camadas de gases poluentes na atmosfera, permitem a penetração das luzes solares, porém propiciam a retenção do calor no ambiente, aumentando a sobrecarga térmica.

De acordo com Demetrius Henrique Cardoso de Almeida "o aumento da concentração destes gases absorvedores de radiação infravermelho, tem sido relacionado ao aumento de, aproximadamente, 0,03º.C ao ano, na temperatura do planeta. Acredita-se que se nenhuma atitude for tomada, até meados deste século, a temperatura da Terra tenha um incremento de 4 a 5º.C, em relação a temperatura do planeta antes da Revolução Industrial"[21].

No caso específico da Amazônia, verifica-se que os dados fornecidos pelo INPE demonstram que o clima da região se tornará cada vez mais quente e seco, com redução de chuva que podem ficar entre 2 e 4 mm/dia, no período de 2071/2100, quando comparado com o atual clima da região. A temperatura deve aumentar em toda a região leste do Pará até o Nordeste, chegando até 7º.C nas regiões do leste da Amazônia e no norte do Maranhão o aquecimento é menor (até 4º.C) [22].

As pesquisas do INPE também concluem que a Amazônia apresenta vulnerabilidade climática muito alta, comparável ao semi-árido do Brasil, consistente com um clima futuro mais seco que o atual, com algumas áreas recebendo chuvas intensas concentradas em períodos curtos, seguidos de longos períodos sem ocorrência de chuva e com altas temperaturas diurnas e noturnas[23].

A elevação da temperatura nas capitais dos Estados também é objeto de estudo em vários centros de pesquisa.

Os estudos realizados pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) demonstram que as temperaturas em Porto Velho (RO) vem se elevando no transcorrer dos anos, inclusive registra que em julho de 2007 a temperatura média foi de 32,6º.C e em julho de 2008 a foi de 34,8º.C, o que demonstra uma elevação da temperatura média na capital do Estado de Rondônia de 1,2º. C em apenas 01 (um) ano[24].

Em Manaus (AM), os dados coletados na Estação Experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia (CPAA) demonstram que no ano de 1973 a temperatura média era de 25,6º.C, elevando-se no ano de 2002 para 27,8º. C, o que comprova que na capital do Estado do Amazonas ocorreu uma elevação na temperatura média de 2,2º.C [25].

Na cidade de Boa Vista (RR), os pesquisadores Haron Abrahim Magalhães Xaud e Maristela Ramalho Xaud, da EMBRAPA, e Reinaldo Imbrozio Barbosa, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), destacam que a temperatura média da capital do Estado de Roraima, no ano de 2000, era de 27,8º.C e que atualmente são próximas de 30º.C, o que significa que as temperaturas máximas estão em 38º.C e, em 2040, poderão

---

21 Op. cit., p. 57.

22 Dados disponíveis no endereço: www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1567 - Acesso em: 04.12.2008.

23 Dados disponíveis no endereço: www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1567 - Acesso em: 04.12.2008.

24 Dados disponíveis no endereço: http://portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=70271&idLingua=1 - Acesso em: 04.12.2008.

25 Dados disponíveis no endereço: www.hidoramazon.ufam.edu.br/pesquisa3.pdf - Acesso em: 04.12.2008.

Rvst TRT8 2009.pmd 66 23/6/2009, 08:55

ultrapassar 40º.C[26].

Em Belém (PA), estudos realizados pelo 2º. Distrito de Meteorologia (DISME) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) indicam que as temperaturas médias na capital paraense no ano de 2008 têm sido de 33º.C, com cerca de 50% de umidade, o que propicia uma sensação térmica de 40º.C[27].

Verifica-se, portanto, que os dados meteorológicos comprovam que a elevação das temperaturas vem proporcionando, de forma uniforme, desconforto térmico em toda a vasta região Amazônica, o que afeta especificamente os trabalhadores que desempenham suas as atividades profissionais a céu aberto, na medida em que a exposição do obreiro ao calor radiante da energia solar concomitantemente ao desempenho de atividade física proporciona o acréscimo no ganho de calor do organismo, haja vista que nesta situação o impacto do calor radiante é influenciado diretamente pela elevação metabolismo organismo em atividade física.

Cabe destacar que as características climáticas da região Amazônia não se estendem por todo o território nacional, haja vista que o Brasil, em razão da sua grande extensão territorial, possui diferentes regimes de chuvas e de temperatura que possibilitam o reconhecimento de áreas climáticas distintas em nosso país, conforme Classificação Climática de Köppen.

Classificação Climática de Köppen[28]

DENOMINAÇÃO	ÁREA DE OCORRÊNCIA	CARACTERÍSTICAS
Am (equatorial)	Maior parte da Amazônia	Temperaturas elevadas: médias entre 25º. e 27º.C. Pluviosidade elevada: médias de 1.500 a 2.500 mm/ano
Aw (tropical)	Brasil Central; parte de Minas Gerais e da Bahia	Temperatura média entre 19º.C e 28º.C, pluviosidade média inferior a 2000mm/ano. Duas estações bem definidas: o verão (chuvoso) e o inverno (seco)
Bsh (semi-árido)	Sertão do Nordeste	Médias anuais térmicas superiores a 25º.C. Pluviosidade média anual inferior a 1000 mm/ ano com chuvas irregulares.
Cwa (tropical de altitude)	Partes do Sudeste e sul do Mato Grosso do Sul	Médias térmicas entre 19º.C e 27º.C. Pluviosidade média de 1500 mm/ano; chuvas de verão.
Cf (subtropical)	Sul do País	Médias térmicas entre 17º.C e 19º.C. Pluviosidade média de 1500 mm/ano; chuvas bem distribuídas.

26 Dados disponíveis no endereço: www.cparfrr.embrapa.br/index.php/cpafrr/layout/set/print/content/view/full/454 - Acesso em: 04.12.2008.

27 Dados disponíveis no endereço: www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=291366 - Acesso em: 04.12.2008.

28 Dados disponíveis na obra de Demetrius Henrique Cardoso de Almeida. Op. Cit., p. 48.

Rvst TRT8 2009.pmd 67 23/6/2009, 08:55

Observa-se, portanto, que existe grande variedade de clima entre as regiões brasileiras, podendo inclusive encontrar espaços territoriais com áreas climáticas frontalmente antagônicas, como, por exemplo, ao comparar as regiões norte e sul, ou seja, enquanto no primeiro verifica-se o clima equatorial, que se caracteriza por ser chuvoso e com temperaturas elevadas, o segundo, que possui o clima subtropical caracteriza-se por receber chuva durante todo o ano e temperaturas amenas.

Verifica-se que a análise das diferenças climáticas das regiões brasileiras são fundamentais na aplicação dos Quadros 1, 2 e 3, do Anexo 3, da NR n. 15, haja vista que, no caso da carga térmica a que são submetidos os trabalhadores em ambientes externos, constata-se que as diferenças climáticas impedem que, ao considerar isoladamente a categoria do trabalhador, aplique-se uniformemente a norma para caracterização ou não do labor insalubre em todo o território nacional, ou seja, não se pode, por exemplo, considerar que a atividade do trabalhador rural ou mesmo do trabalhador que realiza limpeza em vias públicas possa ser considerado como realizado em condições insalubres em razão do agente calor em todo o território nacional, haja vista que a carga solar e o respectivo calor radiante que se submete o trabalhador nas cidades da Amazônia, como Marabá, no Pará, ou Santana, no Amapá, não é a mesma do trabalho realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, ou em Blumenau, em Santa Catarina.

Neste sentido, constata-se que a redação da Orientação Jurisprudencial da SDI-I n. 173, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, ao dispor que é indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto em face da ausência de previsão legal, é passível de crítica no mínimo em 02 (dois) aspectos: primeiro, verifica-se que os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, NR n. 15, estabelecem claramente os pressupostos legais para o reconhecimento das condições insalubres do labor realizado a céu aberto; segundo, não se pode ignorar as peculiaridades climáticas de cada uma das regiões brasileiras a que são submetidos os trabalhadores em atividade a céu aberto e os critérios de duração do labor, desgaste físico e natureza da atividade fixados nos Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15, de modo que é equivocado considerar de forma genérica que o trabalho realizado a céu aberto não é insalubre.

Com base nas limitações do objeto de estudo deste trabalho, passa-se a analisar a sobrecarga térmica a que são submetidos os trabalhadores que desempenham suas atividades profissionais em ambientes externos com carga solar na região amazônica.

3 - A Sobrecarga Térmica no Trabalho Exercido a Céu Aberto na Região Amazônica.

A análise da sobrecarga térmica a que são submetidos os trabalhadores que desempenham suas atividades externas na região amazônica pressupõe a avaliação das variáveis de temperatura e esforço físico no ambiente de trabalho.

No caso das temperaturas, consoante fixado no tópico anterior, resta demonstrado que o clima equatorial, com característica de temperaturas elevadas, é predominante na Amazônia, ressaltando-se que as queimadas e os desmatamentos vêm desencadeando de forma mais intensa o efeito estufa na região, proporcionando a elevação das médias de temperatura de aproximadamente entre 4º.C e 5º.C, consoante estabelecem as pesquisas realizados pelo INPE, SIPAM, EMBRAPA e DISME, o que indica que as temperaturas médias na região têm sido entre de 28º.C e 32º.C, com cerca

Rvst TRT8 2009.pmd 68 23/6/2009, 08:55

de 50% e 70% de umidade, o que propicia uma sensação térmica entre 37º.C e 40º.C[29].

O reconhecimento da realidade climática comum na Amazônia e as respectivas influências das queimadas e dos desmatamentos possibilitam que a análise da sobrecarga térmica em determinado município amazônico possa ser considerada como parâmetro para toda a região.

A análise da sobrecarga solar no ambiente de trabalho a céu aberto foi objeto de perícia técnica realizada pelo engenheiro de segurança do trabalho, Dr. Nilson Tito Nunes de Souza, no dia 08.08.2008, na qual tive a oportunidade de acompanhar todos os procedimentos.

A perícia considerou a avaliação qualitativa e quantitativa dos possíveis agentes insalubres, dentre os quais o calor, nas vias públicas do município de Marabá (Pa) onde desempenham atividades laborais profissionais como agentes de trânsito e garis.

Os dados obtidos na perícia técnica constituem-se em importantes parâmetros para análise da sobrecarga térmica a que são submetidos os trabalhadores que desempenham suas atividades externas na região amazônica, na medida em que foram obtidos em consonância com o Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo - IBUTG fixado pelo Anexo n. 3, da NR n. 15.

Segue os dados da medição do calor a céu aberto no horário mais desfavorável (12h45 min às 13h45min) para o desempenho das atividades profissionais:

HORÁRIO	TBS (º.C)	TBU(º.C)	TG(º.C)	IBUTG (º.C)
12:45	30.9	23	42.9	28.4
12:50	30	22.6	41.1	27.3
12:55	30.4	22.6	42.7	27.4
13:00	29.6	22.4	42.7	27.3
13:05	31.2	22.9	41.5	27.6
13:10	31.3	23	43.2	27.9
13:15	30.1	22.6	41.3	27.3
13:20	32	23.6	43.4	28.3
13:25	32	23.4	43.4	28.4
13:30	30.7	22.6	42.5	27.5
13:35	31.2	23.1	37.4	26.9
13:40	28.3	28.2	28.2	23.1
13:45	31	23.1	42.3	27.9

Tabela de Valores de Temperaturas e IBUTG proveniente da medição realizada no município de Marabá (PA) no dia 08.08.2008.

Na elaboração do laudo técnico, foram adotados como principais procedimentos metodológicos:

29 Vide a respeito no tópico "3 - Mudanças Climáticas na Amazônia e a Variação da Temperatura no Brasil".

Rvst TRT8 2009.pmd 69 23/6/2009, 08:55

- Avaliação qualitativa, inspecionando, analisando e avaliando detalhadamente os postos de trabalho, as características físicas ambientais e a função do trabalhador com as respectivas atividades exercidas;
- Avaliação quantitativa dos possíveis agente insalubres, dentre os quais o calor, no ambiente do trabalhador;
- Verificações sobre a existência de medidas preventivas propostas, como EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) e EPI (Equipamento de Proteção Individual);
- Realização de entrevistas técnica *in locu* com os participantes da diligência, coletando informações e dados técnicos.

No caso específico dos agentes de trânsito, constatou-se que esses trabalhadores realizam seus serviços nas diversas vias públicas do município atuando no contato direto com os condutores de veículos e pedestres, cumprindo jornada de trabalho de trabalho de 6 (seis) horas, podendo cumprir horário das 7h às 13h ou de 13h às 19h.

Os agentes de trânsito utilizam veículos do Departamento Municipal de Trânsito Urbano (DMTU) dotados com aparelho de ar condicionado para se deslocarem por toda a cidade de acordo com a necessidade do serviço.

O trevo de acesso ao núcleo urbano da Marabá Pioneira é o local de maior necessidade da presença de agentes de trânsito em razão da ocorrência do maior fluxo veículos no horário de 12h às 14h.

Neste local o DMTU mantém área de descanso coberta com ventilação natural e com fornecimento de água para hidratação, tendo os trabalhadores a opção, nos horários de intervalo (em média de 10 a 15 minutos após 1 hora de trabalho), de inclusive descansarem no veículo da instituição com o aparelho de ar condicionado ligado.

O DMTU também fornece e exige o uso pelos agentes de trânsito de boné e filtro solar como forma de dirimir os danos causados pela radiação solar na pele dos trabalhadores.

Registra-se que o filtro solar fornecido pelo DMTU não é considerado como EPI em razão de não possuir Certificado de Aprovação (CA) expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, consoante estabelece a NR 6 (item 6.2) [30].

Com relação aos garis, constatou-se que esses trabalhadores também realizam seus serviços de limpeza nas diversas vias públicas do município, cumprindo jornada de trabalho de trabalho de 8 (oito) horas, no horário das 7h às 11h e de 13h às 17h.

Os garis se deslocam em grupo de 5 (cinco) trabalhadores pelos bairros da cidade, conduzindo vassoura, enxada, pá e carro-de-mão, percorrendo diariamente distâncias entre 3 e 5 km carregando os equipamentos de trabalho e os detritos que são removidos das vias públicas.

Os garis não possuem local específico para descanso, não recebem água para hidratação e não recebem qualquer apoio no transporte de detritos, tendo que caminhar durante toda a rota de serviço conduzindo os entulhos recolhidos e os equipamentos de trabalho.

Os garis recebem do empregador apenas bota de segurança, camisa e calça.

---

30 Registra-se que até a presente data o Ministério do Trabalho e Emprego ainda não expediu CA para os filtros solares disponíveis no mercado.

Rvst TRT8 2009.pmd 70 23/6/2009, 08:55

Verifica-se, portanto, que as realidades das atividades profissionais dos agentes de trânsito e dos garis, embora realizadas no mesmo ambiente de trabalho, são bem diferentes.

Passando a cotejar primeiramente as características das atividades profissionais dos agentes de trânsito com os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, NR n. 15, constata-se que a realidade fática, especialmente considerando a área de descanso, possibilidade de hidratação, intervalo concedido pelo DMTU (em média de 10 a 15 minutos após 1 hora de trabalho) e jornada de trabalho de 6h, demonstra que os agentes de trânsito enquadra-se como trabalho moderado com desgaste de 180 Kcal/h (Quadro 3), podendo se submeter a atividade em que observe o IBUTG limite entre 30º.C e 30,5 º.C (Quadro 2).

Prosseguindo na análise, com a inclusão dos dados da medição, constata-se que no momento mais desfavorável, os profissionais foram submetidos ao IBUTG de 28,4º.C, o que demonstra, quanto ao agente físico calor, que os agentes de trânsito laboram em condições salubres.

No que tange aos garis, também iniciando a analise entre as características da atividade profissional com os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, NR n. 15, constata-se que a realidade fática, especialmente considerando a inexistência de área de descanso e de hidratação, como também o carregamento manual dos detritos e dos equipamentos de trabalho pelos profissionais de limpeza urbana diariamente em distâncias que variam entre 3 e 5 km, demonstra que os garis enquadram-se como trabalho pesado com desgaste de 550 Kcal/h (Quadro 3), podendo se submeter a atividade em que observe o IBUTG limite 25º.C (Quadro 2).

Neste aspecto, com a inclusão dos dados da medição, constata-se que no momento mais desfavorável, os agentes de limpeza urbana são submetidos ao IBUTG de 28,4º.C, o que demonstra, quanto ao agente físico calor, que os garis laboram em condições insalubres.

Cabe destacar que o reconhecimento das condições de trabalho insalubres decorrente do labor realizado a céu aberto na região amazônica, especificamente quando a atividade desenvolvida for considerada de natureza pesada, consoante estabelecem os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15, como é o caso do gari que desempenha suas atividades no município de Marabá (PA), não possui a finalidade de simplesmente reconhecer como devido o pagamento do adicional de insalubridade em grau médio, pelo contrário, o reconhecimento da insalubridade deve indicar concomitantemente os mecanismos necessários para a neutralização e/ou controle dos agentes nocivos a saúde humana, como forma de tornar hígido o ambiente do trabalho.

Neste sentido, ressalta-se que o texto constitucional (art. 7º, inciso XXII e XXIII), ao determinar a redução dos riscos ocupacionais e a monetização do trabalho, estabeleceu que os agentes responsáveis pelo meio ambiente de trabalho (Estado, empregado e empregador) devem sempre buscar as condições de labor que possibilitem a saúde, a segurança e a higiene no trabalho, de modo que os adicionais de risco (insalubridade, penosidade e periculosidade) apenas subsistem como remuneração transitória enquanto os ambientes de trabalho não se tornam ecologicamente equilibrados.

No caso dos garis que desempenham atividades no município de Marabá (PA), garis, a neutralização da insalubridade ocasionada pelo agente calor pressupõe a adoção das seguintes medidas:

Rvst TRT8 2009.pmd 71 23/6/2009, 08:55

a) modificação do horário de cumprimento da jornada de trabalho como forma de evitar a sobrecarga térmica ocasionada pelos raios solares[31];
b) concessão de intervalos de 15 (quinze) minutos a cada 2 (duas) horas de atividade, sendo o intervalo integrante da jornada de trabalho;
c) implantação de postos móveis de hidratação com áreas de descanso para atendimento dos trabalhadores a cada 2 (duas) horas de trabalho;
d) adoção de serviço de coleta dos detritos recolhidos pelos garis a cada 1 km de trajeto percorrido pelos garis;
e) fornecimento de tênis providos de amortecedores com gel ou compatível, meias de compressão, joelheira, cinturão ergonômico, protetor solar, boné e óculos de sol[32].

Registra-se que enquanto não forem aplicadas as medidas necessárias para eliminar as condições insalubres ocasionadas pelo agente calor, os garis que desempenha suas atividades no município de Marabá (PA), no horário das 7h às 11h e de 13h às 17h, percorrendo diariamente distâncias entre 3 e 5 km carregando os equipamentos de trabalho e os detritos que são removidos das vias públicas, fazem jus ao adicional de insalubridade em grau médio, consoante estabelecem os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15.

4 - Conclusões.

A primeira conclusão é que os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, NR n. 15 estabelecem claramente os pressupostos legais para o reconhecimento das condições insalubres do labor realizado a céu aberto, de modo que não se pode ignorar as peculiaridades climáticas de cada uma das regiões brasileiras a que são submetidos os trabalhadores em atividade a céu aberto e os critérios de duração do labor, desgaste físico e natureza da atividade, sendo, portanto, criticável a redação da Orientação Jurisprudencial da SDI-I n. 173, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, que considera genericamente que o trabalho realizado a céu aberto não é insalubre.

A segunda conclusão é que os dados meteorológicos comprovam que a elevação das temperaturas vem proporcionando, de forma uniforme, desconforto térmico em toda a vasta região Amazônica, o que afeta especificamente os trabalhadores que desempenham suas as atividades profissionais a céu aberto, na medida em que a exposição do obreiro ao calor radiante da energia solar concomitantemente ao desempenho de atividade física proporciona o acréscimo no ganho de calor do organismo, haja vista que nesta situação o impacto do calor radiante é influenciado diretamente pela elevação metabolismo organismo em atividade física.

A terceira conclusão é que o labor realizado a céu aberto na região amazônica, especificamente quando a atividade desenvolvida for considerada de natureza pesada, consoante estabelecem os Quadros n. 1, 2 e 3, do Anexo n. 3, da NR n. 15, como é ocaso do gari que desempenha suas atividades no município de Marabá (PA), é de natureza insalubre em razão do agente calor. Entretanto, a insalubridade em questão pode ser neutralizada com a adoção de medidas de

---

31 Sugere-se como horário de labor das 6h às 10h e das 16h às 20h.

32 Registra-se que estes itens de uso pessoal para preservação da saúde do trabalhador são reconhecidos pela Acordo Coletivo 2007/2008 (Cláusula 33) estabelecido entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT e a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT.

Rvst TRT8 2009.pmd 72 23/6/2009, 08:55

ordem geral (modificação do horário de cumprimento da jornada de trabalho, como forma de evitar a sobrecarga térmica ocasionada pelos raios solares; concessão de intervalos integrantes da jornada de trabalho a cada 2h de labor; implantação de postos móveis de hidratação com áreas de descanso) e de ordem individual (fornecimento de tênis providos de amortecedores com gel ou compatível, meias de compressão, joelheira, cinturão ergonômico, protetor solar, boné e óculos de sol).

5 - Bibliografia.

ALMEIDA, Demetrius Henrique Cardoso de. Mudanças Climáticas. Premissas e Situação Futura. São Paulo: LCTE Editora, 2007.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

Documentação dos Limites de Exposição Ocupacional (TLVs) para Substâncias Químicas e Agentes Físicos & Índices Biológicos de Exposição (BEIs) - ACGIH WORLDWIDE. Tradução da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais. São Paulo: 2006.

FEARNSIDE, Philip M., A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais. p. 24. Disponível: htto://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2003/Mudanças%20Globais/Cap-2-Biodiv-pg%20pdf.pdf - Acesso em: 03.12.2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia. Drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Editora da UFPa, 1998.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2001.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional. Aspectos Técnicos e Jurídicos. Volume III. NR-13 a NR-15. São Paulo: LTr, 2005.

SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional. São Paulo: LTr, 2008.

Rvst TRT8 2009.pmd 73 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 74 23/6/2009, 08:55

DIVERSIDADE NO TRABALHO E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

José Claudio Monteiro de Brito Filho[1]

SUMÁRIO: 1. Generalidades. 2. Discriminação; 2.1. A discriminação e os fenômenos psicológicos e antropológicos que lhe dão causa; 2.2. Classificação da discriminação quanto à forma; 2.3. Modelos de combate à discriminação. 3. O Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, da Coordigualdade; 3.1. Linhas gerais do Programa; 3.2. Principais dificuldades. 4. Conclusão.

RESUMO: Ensaio que discute a diversidade no trabalho, situação que corresponde à existência de uma igualdade material, sem a ocorrência dos efeitos sociais maléficos da discriminação, entre as pessoas no ambiente do trabalho, e favorece o respeito ao trabalho decente, além da atuação do Ministério Público do Trabalho, por meio de programa específico, que é o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, da Coordigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade no trabalho; igualdade no trabalho; trabalho decente; Discriminação; Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos.

1. Generalidades

Tenho defendido nesses últimos anos que o tema mais importante em matéria de trabalho é a busca do *trabalho decente*, que pode ser entendido como o conjunto mínimo de direitos necessários à preservação da dignidade dos trabalhadores, ou, resumindo, os Direitos Humanos dos trabalhadores[2].

---

1 Doutor em Direito da Relações Sociais pela PUC/SP. Procurador Regional do Trabalho, lotado na PRT/8ª Região e Coordenador Nacional da Coordigualdade. Professor Associado I da Universidade Federal do Pará. Professor Titular da Universidade da Amazônia. jclaudio@prt8.mpt.gov.br.

2 São eles, para a OIT, conforme a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada na 86ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 1998, os seguintes: liberdade no trabalho; igualdade no trabalho; abolição do trabalho infantil; e liberdade sindical. A partir dessa ideia, tenho entendido que o rol é incompleto, e venho defendendo que o trabalho decente só é alcançado quando há: direito ao trabalho; liberdade no trabalho; igualdade no trabalho; trabalho em condições justas, até de remuneração; meio ambiente do trabalho equilibrado; proibição do trabalho infantil; liberdade sindical; e, proteção contra os riscos sociais (*Trabalho decente*. São Paulo: LTr, 2004).

Rvst TRT8 2009.pmd 75 23/6/2009, 08:55

É que pouco adianta estar sempre a discutir novos direitos dos trabalhadores se, para uma boa parte deles, até o mínimo é negado[3].

Penso que essa foi a opção feita nos últimos anos pelo Ministério Público do Trabalho, Instituição a que pertenço, com a criação de coordenadorias temáticas que se ocupam das questões mais importantes para os trabalhadores, e que têm como norte o conjunto acima definido como trabalho decente.

Uma delas, a Coordigualdade, Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, e que atualmente dirijo[4], trabalha a partir de três eixos temáticos, todos eles relacionados ao trabalho decente, e tendo como fundamentos a dignidade da pessoa humana e a igualdade. São eles: o combate à discriminação; a busca da inclusão das pessoas com deficiência ou reabilitadas; e, a proteção da intimidade.

Nesse primeiro eixo, durante algum tempo atuamos, nós os Procuradores, de forma quase que exclusivamente repressiva, tentando reparar os danos causados pelas práticas discriminatórias, e tentando criar condições, no futuro, para que não se repetissem. Até havia hipóteses de atuação mais propositiva, afirmativa, mas elas eram isoladas, executadas de forma não sistemática[5].

Essa forma de atuar era totalmente diversa do que acontecia nas questões atinentes ao segundo eixo temático, de proteção e inclusão das pessoas com deficiência, em que o maior objetivo sempre foi o de buscar a contratação dos integrantes desse grupo vulnerável.

As formas de atuação vêm se aproximando, todavia, desde alguns anos, a partir de iniciativa do então Coordenador Nacional da Coordigualdade, Otavio Brito Lopes, hoje Procurador-Geral do Trabalho.

Motivado àquele momento por provocações expressas, especialmente do IARA, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, o então Coordenador Nacional, auxiliado por diversas pessoas e entidades, dentre as quais se deve mencionar os membros integrantes da Coordenadoria, técnicos e pesquisadores do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicadas, o Assessor Especial da PGT Santiago Falluh Varella, e algumas entidades do movimento negro, concebeu programa destinado a, em linhas

---

3 Não estou a dizer que novos direitos não são importantes, mas apenas que, pela situação atual de total precariedade no trabalho de um grande contingente de prestadores de serviços, ou até de ausência de trabalho, de outro, garantir a eles o mínimo é o primordial. Dois exemplos, apenas para fixar melhor o pensamento: os milhares de trabalhadores que ainda hoje em dia são escravizados, ou, de forma mais técnica, reduzidos à condição análoga à de escravo, o que ocorre tanto com, principalmente, nordestinos do Maranhão e do Piauí, no Sudeste e Sul do Pará, e no Norte do Mato Grosso, como com bolivianos na cidade de São Paulo, coração do estado-membro mais desenvolvido do País; as pessoas com deficiência que, por preconceito e pela falta de políticas públicas que favoreçam sua qualificação, dentre outros motivos, estão alijadas do mercado de trabalho.

4 Esse texto está sendo escrito em abril de 2009.

5 Ver, a respeito, uma série de atuações que apresento no meu livro *Discriminação no Trabalho* (São Paulo: LTr, 2002).

Rvst TRT8 2009.pmd 76 23/6/2009, 08:55

gerais, verificar a diversidade no trabalho[6] e formular estratégias para a sua implementação nas empresas.

Esse Programa, lançado em abril de 2005, e que recebeu a denominação de Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, tem sido saudado em diversas ocasiões como pioneiro e inovador na luta pela igualdade no trabalho.

Assim ocorreu, por exemplo, no Relatório do sr. Doudou Diène, Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância[7]; no suplemento brasileiro do Relatório Global sobre Discriminação no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, lançado em nível mundial em maio de 2007[8]; e, mais recentemente, em publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA[9].

As bases do Programa, assim como o ato causador da discriminação, fator impeditivo da diversidade no trabalho, ainda suscitam dúvidas e controvérsias, causadas, penso eu, mais por desconhecimento do que pela existência de concepções diversas a respeito.

Minha tentativa neste ensaio é de contribuir para fazer desaparecer, ao menos em parte, essas dúvidas, trazendo alguns elementos que tornem mais claros os fenômenos e institutos envolvidos. Inicio pela discriminação.

2. Discriminação

Fenômeno combatido pelo Direito pelos males que causa, a discriminação está sempre presente na história da humanidade.

Em alguns momentos amparada pelo costume e pelas leis, hoje em dia, salvo raras exceções, a discriminação é rejeitada pelo Direito no mundo todo. Isso, todavia, não diminuiu a sua força, apenas faz com que seja praticada em outras condições, de forma dissimulada.

Compreender essa velha prática, que subsiste com novos métodos, é o primeiro passo para que possa ser combatida.

---

6 Por diversidade no trabalho entendo situação que denomino de igualdade material no trabalho, em que os tomadores de serviço, respeitando as diferenças e reconhecendo a existência de diferentes grupos em sociedade, constituídos a partir de características próprias (faixa etária, gênero, raça/cor, deficiência, escolaridade, entre outras), reproduzem no ambiente de trabalho, em proporções aceitáveis, a composição desses grupos como encontrada fora de seus muros, produzindo uma real igualdade de oportunidades e de tratamento.

7 Comisión de Derechos Humanos, 62º período de sesiones, Informe del sr. Doudou Diène, Relator Especial sobre las formas contemporáneas de racismo, discriminación racial, xenofobia y formas conexas de intolerância - *misión em el Brasil*, 17 a 26 de octubre de 2005.

8 OIT, Suplemento Nacional do Relatório Global da OIT sobre os Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho. Igualdade no Trabalho: enfrentando os desafios.

9 THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea 2008. p. 154-156.

Rvst TRT8 2009.pmd 77 23/6/2009, 08:55

2.1. A discriminação e os fenômenos psicológicos e antropológicos que lhe dão causa

Começo definindo a discriminação e visitando os fenômenos que lhe dão causa[10], pois, são as práticas discriminatórias que impedem a ocorrência da diversidade no trabalho.

Para compreender a discriminação é necessário conhecer algumas categorias que não são jurídicas, como o estigma, o estereótipo e o preconceito.

Essas são categorias ou fenômenos que são estudados pela Psicologia, dentro do que se convencionou chamar de percepção de pessoas, e que têm relação com a forma como as percebemos (as pessoas).

O estigma caracteriza-se como uma marca real, mas não necessariamente física, que leva as pessoas a perceberem negativamente o outro, e que pode levar à sua rejeição ou à sua exclusão.

Para Goffman, os estigmas classificam-se em: abominações do corpo; culpas de caráter individual; e estigmas tribais[11]. As abominações são as marcas físicas; as culpas estão relacionadas ao aspecto comportamental, como o homossexualismo, o comportamento radical em suas várias formas etc; e os estigmas tribais dirigem-se aos integrantes de grandes grupos, estigmatizados em razão de raça, etnia, nacionalidade, religião, entre outros.

Note-se que as culpas de caráter individual de que fala Goffman não estão relacionadas a uma noção maniqueísta de certo ou errado, mas sim estão mais ligadas ao que, na antropologia, denomina-se "comportamento desviante", e que pode ser singelamente compreendido com a adoção de um comportamento que diverge do habitualmente aceito em determinada comunidade[12].

Já o estereótipo consiste em imputar características a integrantes de determinados grupos, de forma que a eles seja dirigida uma análise negativa[13]. Aqui não importa se a característica é real ou não, pois o que importa é sua capacidade geradora de uma avaliação negativa[14].

---

10 Sugiro ver o meu livro, já citado, *Discriminação no Trabalho* (São Paulo: LTr, 2002, p. 37-42), bem como as obras dos autores a seguir, pois é deles que retiro as referências para esse item: CROCHIK, José Leon (*Preconceito*: indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1997); GOFFMAN, Erving (*Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988); RODRIGUES, Aroldo (*Psicologia social*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998); e VELHO, Gilberto (*Desvio e divergência*: uma crítica da patologia social. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985).

11 Obra citada, p. 14.

12 A esse respeito ver Gilberto Velho, obra citada.

13 Ver aqui Aroldo Rodrigues, obra citada, p. 217.

14 Nem sempre é simples distinguir o estigma do estereótipo. Para tentar uma diferenciação, vejamos o caso da discriminação racial contra os negros, tão presente e ao mesmo tempo tão negada na sociedade brasileira: se alguém rejeita outrem porque se trata de uma pessoa negra, ou seja, por uma característica própria, decorrente da cor da pele, isso é um estigma; por outro lado, se esse alguém faz isso baseado na crença de que "todo negro é preguiçoso", isso é um estereótipo.

Rvst TRT8 2009.pmd 78 23/6/2009, 08:55

Por fim, o preconceito é o terceiro fenômeno psicológico a contribuir para a discriminação. Aliás, pode-se dizer que, na esfera não jurídica, é o fenômeno que, diretamente, conduz à discriminação.

Mais amplo dos três fenômenos, o preconceito é, aproveitando a lição de Aroldo Rodrigues, uma "atitude negativa, aprendida, dirigida a um grupo determinado"[15]. Nesse sentido, ele é produto do meio social. As pessoas não nascem preconceituosas, aprendem a ser preconceituosas.

Desses fenômenos decorre a discriminação, que tenho convencionado chamar de "preconceito exteriorizado", porque é isso que ela representa, ou seja, a transposição, para o mundo exterior, em forma de ação ou omissão[16], da visão preconceituosa, negativa, a respeito de pessoas ou grupos.

Em matéria de trabalho ela está definida no artigo 1º, "a" e "b", da Convenção nº 111, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que, em síntese, define discriminação no trabalho como qualquer distinção, exclusão ou preferência, decorrente de qualquer motivação, e que tenha como objetivo destruir ou alterar a igualdade de oportunidades em matéria de emprego ou profissão.

A partir dessa definição deve ser observado que, qualquer ação ou omissão do tomador de serviços, intencional ou não, consciente ou não, que concretamente violar o princípio da igualdade de e no trabalho deve ser considerada discriminação.

Esse entendimento é importante para impedir a mais comum das formas atuais de discriminação, que é a indireta, como veremos a seguir.

2.2. Classificação da discriminação quanto à forma

A discriminação, aqui mais especificamente a discriminação no trabalho, pode ser vista a partir de diversos ângulos. Isso permite sua classificação de variadas maneiras: quanto à forma; quanto ao momento; quanto aos efeitos; e quanto ao motivo[17].

Para este ensaio, o que interessa é a classificação quanto à forma, especialmente uma das espécies, a indireta, para a qual deve ser dirigido um novo olhar.

Nessa classificação temos a discriminação direta e a indireta.

Alice Monteiro de Barros, em relação a elas, diz que a "primeira pressupõe um tratamento desigual fundado em razões proibidas, enquanto a discriminação indireta traduz um tratamento formalmente igual, mas que produzirá efeito diverso sobre determinados grupos"[18]

Márcio Túlio Vianna, a respeito, na mesma obra, diz que isso é discriminar "ferindo regras, mas também com as próprias regras"[19].

É que a discriminação direta caracteriza-se pela exclusão aberta, em que a igualdade é violada sem subterfúgios. Já a indireta, por sua vez, é feita de forma dissimulada, encoberta, e se caracteriza por práticas aparentemente neutras, mas que, por perpetuarem situações de exclusão, ou por terem esta como objetivo, configuram discriminação. É essa, a indireta, que interessa discutir.

---

15 Ver obra citada, p. 220-221.

16 Esse aspecto é importante, como veremos, mais adiante, na discriminação indireta.

17 Ver, a propósito, o meu já mencionado "Discriminação no trabalho", p. 43-50.

18 Discriminação no emprego por motivo de sexo. **In** VIANNA, Márcio Túlio e outro (Coord.). *discriminação.* São Paulo: LTr, 2000. p. 41.

19 Os dois modos de discriminar e o futuro do direito do trabalho. Idem, p. 321.

Rvst TRT8 2009.pmd 79 23/6/2009, 08:55

Note-se, como já consta do parágrafo anterior, que não é necessário, para que ocorra a discriminação indireta, que o agente tenha o claro propósito de discriminar; basta que ele, com sua conduta, conduza à exclusão um grupo ou uma pessoa. Isso é mais verdadeiro quando o agente, consciente, em dado momento, dos efeitos discriminatórios, excludentes, de sua conduta, mantém a postura, recusando-se ao ajuste necessário para repor uma situação de igualdade.

Assim, na discriminação no ambiente de trabalho, percebendo o empregador que uma prática qualquer em sua política de recursos humanos produziu uma situação de exclusão, é seu dever alterar essa política, de forma a repor a situação de equilíbrio que deve existir.

Qualquer outro agir deve ser tido como reprovável e sujeito à repressão e à eliminação.

2.3. Modelos de combate à discriminação

A discriminação, a propósito, pode ser combatida de diversas formas, e que podem ser agrupadas em dois modelos básicos: repressor[20] e da ação afirmativa. Esse combate, ressalte-se, tem origem constitucional em idênticos dispositivos: o artigo 3º, inciso IV, que trata da promoção do bem de todos, sem nenhuma forma de discriminação, e o artigo 5º, *caput*, que consagra o princípio da igualdade.

O primeiro modelo, repressor, tem-se caracterizado por ser modelo mais estático, que reprime, principalmente nos aspectos penal, civil e trabalhista, a conduta discriminatória[21].

Já o segundo, da ação afirmativa, caracteriza-se por ser modelo mais dinâmico, combatendo a discriminação por meio de normas que, com a criação de oportunidades diferenciadas para integrantes de grupos vulneráveis, buscam corrigir situações de desequilíbrio.

Ele oferece a vantagem de ir além do que tradicionalmente se pensa a respeito do primeiro modelo, criando condições para a transformação do ambiente em que se desenvolve, e em que são sentidos os efeitos da discriminação.

Isso não é necessariamente verdade, pois é perfeitamente possível pensar, a partir do modelo repressor, na criação de obrigações dirigidas a quem discrimina que consigam ir além da simples repressão, com a criação de um ambiente de respeito à diversidade.

É só impor, a partir desse modelo, práticas típicas das ações afirmativas, como forma de reparar práticas discriminatórias.

Para isso, é preciso sair da esfera individual para atuar no plano dos interesses coletivos, compreendendo que a mera reparação dos danos causados a indivíduos, em concreto, não é suficiente, mas sim que é preciso proteger, no futuro, o direito de toda a coletividade.

3. O Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, da Coordigualdade

Como dito no item 1, o Ministério Público do Trabalho, a partir de 2005, desenvolveu um Programa específico para o combate à discriminação, que está em curso desde então.

---

20 Essa a denominação que adotei a partir do já citado *Discriminação no trabalho* (São Paulo: LTr, 2002, p. 52).

21 Nesse sentido o artigo 5º, XLI, da CRFB.

Rvst TRT8 2009.pmd 80 23/6/2009, 08:55

3.1. Linhas gerais do Programa

O Programa, como concebido, tem destinação específica, dentro do combate à discriminação[22]. Seu objetivo é reprimir e eliminar a discriminação indireta, estrutural, que se desenvolve nas empresas a partir de práticas que, embora aparentemente revelem-se neutras, conduzem a uma situação de desigualdade entre os integrantes de determinados grupos.

No tocante a esses grupos, em um primeiro momento o objetivo era combater a discriminação racial[23] e de gênero. Mais adiante, até pela análise dos primeiros dados colhidos, verificou-se que a idade era um fator acentuado de desigualdade dentro das empresas, o que levou à inclusão do combate à discriminação por esse motivo no Programa.

Trabalha-se, dessa feita, com esses três fatores, que são analisados para verificar o comportamento empresarial em três momentos da relação de emprego: admissão, promoção e demissão.

O passo seguinte foi criar um mecanismo de análise. Para isso, foi desenvolvido um sistema, que aqui pode ser simplesmente chamado de Sistema Coordigualdade, e que recebe os dados completos de cada um dos trabalhadores integrantes do quadro de pessoal das empresas, mediante o preenchimento direto por seus prepostos[24].

Preenchido o Sistema, o programa mesmo faz a tabulação, apresentando, sob a forma de gráficos e tabelas, a situação da empresa no tocante à diversidade no trabalho, a partir dos três fatores já identificados: raça/cor, gênero e faixa etária, trazendo desde as informações mais simples, como quantitativo de empregados em relação a cada um desses grupos formados a partir dos fatores escolhidos, até as mais complexas, como média salarial, tempo médio de serviço, ocupação de cargos de chefia, entre outras.

Essa análise, todavia, ainda não está completa, pois, depois disso, ela é comparada com a população economicamente ativa - PEA do local em que o empregador exerce sua atividade, levando em consideração não somente os grupos sob análise, mas também a faixa de escolaridade, o que o Sistema também já fez[25].

Com isso é possível determinar se o tomador dos serviços tem em seu quadro de pessoal um contingente que seja compatível, em proporções aceitáveis, com o contingente populacional em condições de trabalho.

Cabe ressaltar que, ampliando essa análise, o Programa tem sido aplicado em segmentos econômicos por inteiro, o que permite uma análise geral de determinada atividade, e inclui a possibilidade de fazer comparações e traçar estratégias mais gerais em busca da diversidade no trabalho.

---

22 Que no MPT ocorre em todas as frentes possíveis.

23 Raça aqui entendida em seu conceito sociológico.

24 A sistemática então é a mesma do preenchimento da RAIS e do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, os próprios tomadores de serviços fazem a inserção. Isso não faz que o MPT não controle a inserção dos dados, mas, isso acontece *a posteriori*, na análise, quando, verificada alguma inconsistência, o empregador é chamado a fazer as retificações, se for o caso.

25 Isso é importante para que a análise seja a mais precisa possível. É comum que a baixa escolaridade seja uma das alegações dos tomadores de serviços para justificar a não contratação de integrantes de determinados grupos, motivo que, nas investigações já feitas, tem-se revelado falso.

Rvst TRT8 2009.pmd 81 23/6/2009, 08:55

O primeiro setor escolhido foi o bancário, que, depois de alguns momentos de negativa e tensão, realizou no ano de 2008 um censo de seus empregados e, agora, depois da tabulação e análise, espera-se que implemente os programas necessários para obter diversidade no trabalho.

Em momento seguinte, a atuação tem ocorrido no setor supermercadista, em todo o Brasil, já com celebração de termo de ajuste de conduta na Paraíba, e investigações em andamento em todas as Regionais.

A respeito das investigações, é importante observar que o Ministério Público do Trabalho, depois de completar as análises em cada empresa, busca de forma incessante a composição, para estimular o empregador a adotar, diretamente, as medidas necessárias para eliminar as desigualdades existentes em seu quadro de pessoal.

Só depois de esgotadas todas as possibilidades é que são propostas as medidas judiciais adequadas.

3.2. Principais dificuldades

Desde sua instituição o Programa vem sendo submetido à análise, interna e externa, o que já permite, ao lado da maneira efusiva como vem sendo saudado, como foi visto no item 1, identificar algumas dificuldades que fazem com que ele não tenha obtido, no curto prazo, todo o sucesso que dele se espera.

A primeira, previsível, em razão da carga de preconceito que se tem contra o que é novo, especialmente quando se está a discutir um comportamento condenável, mas ainda bem arraigado em boa parte da sociedade, que é o de discriminar pelos mais variados motivos.

Essa dificuldade, todavia, vem sendo vencida paulatinamente, a partir do momento em que o Programa tem demonstrado que a não diversidade no trabalho é regra nas empresas, que até então não tinham atentado para o fato de que suas práticas, ainda que aparentemente neutras, conduzem a uma situação insustentável, na perspectiva do respeito ao princípio da igualdade.

Na verdade, tem sido comum - embora o resultado final ainda não tenha sido o desejado - receberem empresários e seus representantes os resultados da avaliação que o Programa faz, a partir dos dados lançados pela própria empresa, com total surpresa, como que a não acreditar no desenho discriminatório e não igualitário que se forma a partir de seu quadro de pessoal.

Penso que essa primeira reação, de espanto e, imediatamente, de negação das práticas discriminatórias, como se uma situação de exclusão pudesse formar-se sem causa própria, tornar-se-á, em futuro próximo, em situação de compreensão, não só dos problemas gerados, como da necessidade de reparar prática que é injusta - injusta porque contrária aos valores que a sociedade elegeu como importantes, bem como porque contrária à Constituição[26].

Enquanto isso não ocorre, porém, é preciso discutir outras dificuldades, trazidas pelos intérpretes do Direito, e que possivelmente serão levadas aos últimos deles - na ordem em que ocorre a apreciação dos conflitos jurídicos -, que são os integrantes do Poder Judiciário.

---

26 A idéia de justiça que aqui estou utilizando pode ser bem compreendida a partir do pensamento de Ronald Dworkin, exposta em diversas obras do autor, mas que pode, acredito, ser bem caracterizada em capítulo denominado “A discriminação compensatória”, do livro “Levando os direitos a sério” (São Paulo: Martins fontes, 2002, p. 343-369).

Rvst TRT8 2009.pmd 82 23/6/2009, 08:55

Uma delas diz respeito a possíveis óbices que podem ser apresentados à possibilidade de, constatada a não diversidade no trabalho nas empresas, a partir da prática da discriminação indireta, serem instituídas obrigações que imponham à empresa práticas que conduzam à igualdade em seu quadro de pessoal.

Penso que eventuais óbices não se sustentam, pois essa possibilidade é real, garantida expressamente no artigo 3º, da Lei nº 7.347/85, Lei da Ação Civil pública, compatível com um dos objetivos fundamentais da República, que é promover o bem de todos[27], e deverá ser materializada de acordo com o grau de discriminação que for constatado em cada caso concreto.

Assim, podem as medidas ir desde simples mudanças nos critérios de admissão, promoção e dispensa, até a imposição de metas para serem cumpridas, com o objetivo de criar uma situação efetiva de diversidade no trabalho.

Isso, a propósito, não é novidade no processo coletivo, especialmente o do trabalho, estando a Justiça do Trabalho há bastante tempo familiarizada com pedidos dessa natureza, aos quais tem respondido afirmativamente.

No tocante ao combate à discriminação, é um avanço do modelo repressor, que deixa, como visto antes, uma postura passiva, e passa a considerar a necessidade de reparar os efeitos do ato ilícito para além do aspecto patrimonial, criando condições para superar as consequências, mas também as causas da falta de diversidade no trabalho.

Note-se que não se trata de criar uma política de ação afirmativa, mas sim de utilizar, a partir de permissivos legais expressos, a concepção básica desse modelo, que é o de criar condições estruturais para fazer desaparecer o ambiente que leva à discriminação.

É, então, uma aproximação dos modelos, aproveitando o fato de que a legislação processual coletiva brasileira, seguramente avançada, permite, na proteção dos interesses coletivos em sentido amplo, a criação de obrigações de fazer e não fazer.

Outra dificuldade está no reconhecimento da análise estatística como instrumento apto a comprovar a discriminação indireta, e a falta de diversidade no trabalho. Acredito que esse é outro óbice de simples superação, desde que bem compreendidas as premissas que justificam sua utilização.

De início, é preciso lembrar que os meios de prova em Direito não são somente o tradicionais, mas, pelo contrário, são considerados válidos todos os meios moralmente adequados e que não discrepem do ordenamento jurídico[28].

A análise estatística, dessa feita, é meio de prova.

O que, todavia, essa análise pode demonstrar? Conforme o caso, a falta de diversidade no trabalho e, a partir dessa constatação, a discriminação indireta.

É que, como a discriminação indireta nasce de práticas aparentemente neutras, não necessariamente conscientes e intencionais, mas que violam o princípio da igualdade, comprovada a não diversidade no trabalho está comprovada, por via de consequência, a discriminação indireta.

Na verdade, a apresentação desse óbice deveria estar mais ligada à ideia de início da responsabilidade, do que à responsabilidade em si. É que,

---

27 Penso que esse objetivo, previsto no artigo 3º, IV, da CRFB, traduz, no texto constitucional, a ideia de justiça que rege as relações sociais e políticas, no Brasil.

28 Dicção óbvia do artigo 332, do Código de Processo Civil.

Rvst TRT8 2009.pmd 83 23/6/2009, 08:55

comprovada a falta de diversidade no trabalho, está claro que o tomador de serviços é por ela responsável, e deve ser compelido a fazer cessar o ilícito, caso não o faça espontaneamente.

O que se pode discutir é, para fins da responsabilização, o ponto inicial dela.

Explicando melhor: constatada a não diversidade no trabalho e a discriminação indireta, a partir desse momento o tomador dos serviços, ciente do fato, é responsável pela reparação, e daí em diante, deve responder pelo ilícito.

O que pode acontecer, entretanto, é o agravamento dessa responsabilização, caso fique constatado que a prática decorria de ato intencional.

Para tal serão necessários outros elementos de prova, mas não para a discriminação indireta, pois, em relação a ela a análise estatística que assim indique é suficiente.

4. Conclusão

À guisa de conclusão, penso que, mais importante do que apresentar um resumo das questões acima tratadas é fazer uma reflexão a respeito da forma como devemos ver e viver o Direito, e o reflexo disso no combate à discriminação.

É que, a busca da condicionalidade material do Direito[29], única forma de sua realização, especialmente dos direitos fundamentais - um deles o de viver com igualdade -, não terá sucesso caso continuemos a ver a Ciência Jurídica e o ordenamento jurídico sob uma óptica meramente formal.

Menos ainda enquanto não enxergarmos que o fim do Direito, e a noção constitucional brasileira de Justiça, repito, é a promoção do bem de todos.

Nesse sentido, assistir passivamente à produção dos efeitos da discriminação, sabendo quais são as suas causas, sem atacá-las, apenas por uma visão meramente formal do Direito, é contribuir para perpetuar uma situação de desigualdade, que o ordenamento jurídico repudia.

Pelo contrário, a hora é de reconhecermos que o Direito só se realiza quando presentes as condições materiais necessárias, e que fazê-las existir é tarefa de todos.

---

29 Ver, a respeito, de Angel Rafael Marino Castellanos e Suzana Maria da Gloria Terruró, “La triple dimension de los derechos humanos” (**In** BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu e outra (Org.). *Os direitos humanos e o direito internacional*. Rio de Janeiro: RENOVAR, 1999. p. 167-191).

Rvst TRT8 2009.pmd 84 23/6/2009, 08:55

SUMULA VINCULANTE Nº 4: *TERTIUS GENUS* NO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE?

Tereza Aparecida Asta Gemignani *

"Aprendi com a primavera a
deixar-me cortar e voltar
sempre inteira."
Cecília Meirelles

Resumo: O artigo se propõe a explicitar que a redução dos riscos inerentes ao trabalho, visando preservar a saúde e a higidez física, constitui direito fundamental albergado expressamente do inciso XXII do artigo 7º da CF/88, que assim deve balizar o ordenamento infraconstitucional. O controle da constitucionalidade tem o escopo de conferir estabilidade e segurança jurídica ao marco normativo. Neste contexto, a Súmula Vinculante surge como uma nova ferramenta, um *tertius genus* no controle da constitucionalidade, de modo que sua legitimidade está atrelada à observância da matriz constitucional, o que exige a implementação de novas regras de hermenêutica para que se revista de eficácia. A Súmula Vinculante nº 4 objetiva fazer valer a norma constitucional que garante melhores condições de saúde e segurança no local de trabalho, e assim deve ser interpretada a fim de assegurar a maturidade institucional do direito trabalhista.

Palavras chave: Hermenêutica constitucional. controle da constitucionalidade. Súmula vinculante. Adicional de insalubridade

Sumário: 1- Introdução; 2- Novos tempos, novos desafios; 3- A ambivalência; 4- A constitucionalização do Direito; 5- A eficácia horizontal dos direitos fundamentais; 6- Da insalubridade; 7- Do adicional; 8- Da Súmula Vinculante nº 4; 9- Da reclamação e da liminar; 10- Da extensão do efeito vinculante; 11- Dos diferentes critérios; 12- O cálculo do adicional; 13- Da eficácia; 14- Da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; 15- A Súmula vinculante como *tertius genus* no controle da constitucionalidade; 16- Uma nova hermenêutica; 17- O risco do retrocesso; 18- Conclusão; 19- Bibliografia.

1- Introdução

Uma das características de nossa contemporaneidade, por alguns denominada de pós-modernidade, é que não há mais espaço para um discurso excludente entre progresso econômico e padrão normativo constitucional. Ambos têm que correr juntos pois estão imbricados, e assim devem ser considerados quando se trata de assegurar o desenvolvimento sustentável da nação.

---

* Tereza Aparecida Asta Gemignani é Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas e Doutora em Direito do Trabalho - nível de pós-graduação pela USP - Universidade de São Paulo.

Rvst TRT8 2009.pmd 85 23/6/2009, 08:55

Vinte anos depois de sua promulgação, se apresenta cada vez mais explícita a impressionante sintonia da Constituição de 1988 a essa nova perspectiva trazida pela realidade fática, tornando incabível a leitura reducionista dos que pretenderam relegá-la à menoridade. Editada num momento de transição, entre a ordem autoritária que estava em vigor há mais de duas décadas e o regime democrático, a nova Carta fez mais do que isso, ao construir vias de acesso à obtenção da maturidade institucional.

Entre essas vias, o elenco de direitos trabalhistas se reveste de significativa relevância, pois ante uma realidade fática tão complexa e plural, que caracteriza um país com dimensão continental, aponta as diretrizes necessárias para preservação dos direitos fundamentais, notadamente os que se referem a preservação da saúde e higidez física do trabalhador, para tanto exigindo a manutenção da salubridade no local de trabalho

Por isso, sem esquecer as idas e vindas, não se pode negar a importância da Carta Constitucional como garantidora da normalidade democrática assentada sobre o Estado de Direito. Neste cenário, se revela paradigmática a grande celeuma desencadeada pela edição da Súmula Vinculante nº 4, notadamente em face da extensão dos seus efeitos em relação ao marco normativo posto pelo sistema jurídico, como passarei a demonstrar.

Trata-se de empreitada de risco, pois encetada no calor dos acontecimentos, já que este artigo está sendo escrito em outubro de 2008, quando toda a matéria ainda constitui objeto de intensa discussão. Entretanto, não me furtarei à tarefa, porque é precisamente neste momento que se deve contribuir para o debate.

2- Novos tempos, novos desafios.

Nesta fase peculiar que estamos vivendo, em que novas técnicas laborais vêm sendo implementadas e a atividade é exigida num ritmo acelerado, o que aumenta consideravelmente os riscos, mais do que nunca se torna necessário compreender que o desenvolvimento sustentável da nação só pode ser atingido se houver investimento na melhoria das condições de trabalho, a fim de se obter maiores índices de produtividade sadia. Como explica Carlos Eduardo Soares Gonçalves[1] "mais produtividade gera mais investimentos, ou, dito de outro modo, a direção da causalidade corre da produtividade para o investimento, e não o contrário. Por isso, mais frutífero do que defender maiores taxas de investimento é defender melhoras institucionais que aumentem a produtividade econômica e, conseqüentemente, o investimento e o PIB. Para quem acha essa inversão de causalidade estranha, chamamos atenção para o fato de que a correlação estatística entre crescimento e investimento futuro é, nos dados, mais forte que a correlação entre crescimento e investimento passado."

Daí se pode concluir como insustentável, a tese de que os gastos despendidos na melhoria das condições de trabalho redundariam num custo insuportável para a atividade econômica, pois na verdade atuam como investimento propulsor do desenvolvimento da nação como um todo, além de equalizar as condições de concorrência entre os segmentos que exploram atividade produtiva.

---

1 Soares Gonçalves, Carlos Eduardo - Produtividade e instituições no Brasil e no mundo: ensinamentos teóricos e empíricos - *in* Brasil - Globalizado - o Brasil em um mundo surpreendente - organizadores - Fábio Giambiagi, Octávio de Barros Elsevier Editora Ltda Rio de Janeiro - 2008 - págs. 197 a 223.

Rvst TRT8 2009.pmd 86 23/6/2009, 08:55

3- A ambivalência

Discorrendo sobre a sociedade contemporânea, Zygmunt Bauman[2] ressalta que, ao contrário da modernidade, pautada por marcos unívocos e bem definidos, a atualidade se concretiza como um estado de ambivalência, em que tudo vale e ao mesmo tempo nada vale, o que causa uma crise de valores entre as alternativas, que se apresentam em número cada vez mais elevado.

Na área jurídica a questão da ambivalência se torna particularmente relevante quando o marco normativo, posto para disciplinar comportamentos, entra em xeque e passa para a sociedade uma sensação de impotência e perda de controle. Neste contexto, ressalta Bauman, as conseqüências "se tornam imprevisíveis, enquanto o acaso, de que supostamente nos livramos com o esforço estruturador, parece empreender um retorno indesejável", com o aumento do nível de contingência, que pode levar o grupo social à desagregação.

Por isso, quando há ambivalência de valores em situação de conflito, a aplicação singela da regra se torna insuficiente para apresentar soluções, o que leva à necessidade de se guiar pelos princípios constitucionais postos pelo ordenamento maior que, ademais, também terão que ser interpretados de forma concomitante e não excludente, e sem perder a percepção de que sua aplicação deve ser pautada pela máxima eficiência em debelar a insegurança, um dos fenômenos mais angustiantes de nosso tempo.

Como bem define Bauman, a luta "pela ordem não é a luta de uma definição contra outra, de uma maneira de articular a realidade contra uma proposta concorrente. É a luta da determinação contra a ambigüidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a confusão".

Ademais, quando os níveis de ambivalência são aumentados, como ocorre na contemporaneidade, o Parlamento, sozinho, se torna incapaz de fixar a completude dos parâmetros de um padrão ordinatório, pois o modelo unívoco não oferece mais respostas satisfatórias num ambiente de multiplicidade crescente, abrindo espaço para um acentuado protagonismo do Poder Judiciário.

Ou seja, o Parlamento estabelece as regras gerais e traça as diretrizes, porém o faz em cláusulas abertas, não mais em *numerus clausus,* abrindo caminho para uma atuação jurisdicional mais ampla, não apenas para interpretar, mas também para complementar o próprio enunciado da norma.

Entretanto, esta atuação só terá legitimidade se for pautada pela aplicação dos princípios constitucionais.

4- A constitucionalização do Direito

A constitucionalização dos direitos se revela imprescindível, portanto, para garantir a funcionalidade do próprio sistema e, para que se revista de eficácia, deve observar determinados princípios, entre os quais merecem destaque:

4.1- princípio da unidade da Constituição

O ordenamento é constituído por preceitos integrados num sistema unitário e não um feixe de normas isoladas. O sentido de cada norma é intercambiante com o sentido do todo, como enfatiza Gilmar Mendes, ressaltando que sob tal perspectiva a Constituição "só pode ser compreendida e interpretada

2 Bauman, Zygmunt - Modernidade e Ambivalência - Jorge Zahar Editor - Rio de Janeiro - 1999 - tradução de Marcos Penchel - págs. 10 a 15.

Rvst TRT8 2009.pmd 87 23/6/2009, 08:55

corretamente se nós a entendermos como unidade, do que resulta [...] que em nenhuma hipótese devemos separar uma norma do conjunto em que ela se integra, até porque - relembre-se o círculo hermenêutico - o sentido da parte e o sentido do todo são interdependentes"[3], de modo que a vedação estabelecida no inciso IV do artigo 7º da CF/88 não pode ser interpretada sem considerar o disposto nos incisos XXII e XXIII do mesmo artigo.

4.2- princípio da concordância prática ou harmonização

Em caso de aparente diversidade entre normas constitucionais deve ser adotada a solução que as harmonize de tal modo, que resulte na otimização de ambas e no menor sacrifício possível dos bens e valores envolvidos.

4.3- princípio da correção funcional

Tem por finalidade orientar o intérprete no sentido de que o ordenamento coerente e previamente ponderado não pode levar a um resultado que desatenda tais parâmetros. A aplicação deste princípio tem especial relevo no controle da constitucionalidade, a fim de resguardar a estrita fidelidade à Constituição. Neste contexto, insistir na utilização do salário-mínimo, como base de cálculo do adicional de insalubridade, leva ao descumprimento do preceituado nos incisos XXII e XXIII do artigo 7º da CF/88, prejudicando a funcionalidade do sistema, que fica travado pela indefinição como estamos verificando no caso concreto.

4.4- princípio da máxima efetividade

Tem o escopo de otimizar a eficácia da norma constitucional, preservando sua inteireza a fim de garantir a utilidade do ordenamento para regrar os atos / fatos concretos da vida.A interpretação da norma deve evitar que a aplicação de uma redunde em negativa de outra. Se a norma constitucional institui um direito, o sistema deve garantir sua efetividade.

4.5- princípio da eficácia integradora

Orienta o interprete no sentido de que, ao construir soluções procure dar preferência àqueles critérios que favoreçam a integração social e a unidade, porque ao atuar como coluna vertebral que sustenta a ordem jurídica, a observância da Constituição deve produzir e manter a coesão social, pré-requisito e condição de viabilidade do próprio sistema, a fim de conduzir a soluções "pluralisticamente integradoras" como ressalta Canotilho[4]

Assim, a interpretação dos incisos IV, XXII e XXIII do artigo 7º da CF/88 deve ser pautada pela eficácia integradora, que resulta na preservação do direito à saúde e higidez física, porque é o bem maior a ser protegido.

A finalidade do Direito consiste em ser propositivo e atuar como balizador de conduta, cuja importância cresce num ambiente de ambivalência. Na era contemporânea a Constituição se tornou o "centro em torno do qual giram várias ordens normativas fragmentadas, [...] estraçalhadas, envolvendo inclusive um processo de inflação normativa. É exatamente essa gravidade que consegue fazer com que nós possamos compreender o papel da Constituição....dando

---

3 Ferreira Mendes, Gilmar - Mártires Coelho, Inocêncio - Gonet Branco, Paulo Gustavo - Curso de Direito Constitucional - Editora Saraiva - 2008 - págs. 114 a 121.

4 Canotilho, J. J. Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição - 5ª edição Almedina - Coimbra, 2002 - Portugal - pág. 1208.

Rvst TRT8 2009.pmd 88 23/6/2009, 08:55

unidade a um direito dilacerado que haverá de ser construído pelo operador jurídico... como uma espécie de fio de ouro capaz de costurar os fragmentos" como explica Clémerson Mérlin Cléve[5].

Ademais, nessa "renovada ciência todas as normas constitucionais possuem uma utilidade no ordenamento, estando vedada a interpretação que culmine numa supressão ou transmudação constitucional indevida, seja pela omissão estatal, seja pela ação contrária aos direitos fundamentais", como bem enfatiza Luciano Arlindo Carlesso[6].

Considerando tais parâmetros, ante o disposto nos incisos IV, XXII e XXIII do artigo 7º e XXXV do artigo 5º da CF/88, como interpretar os dispositivos que regem a questão referente ao adicional de insalubridade, tendo os princípios supra referidos como bússola?

5- A eficácia horizontal dos direitos fundamentais

Neste contexto, é possível considerar o pagamento do adicional de insalubridade apenas como verba de natureza contratual, atrelada ao vínculo empregatício existente entre as partes?

Penso que não.

O direito à saúde desborda os estreitos limites da contratualidade, e se constitui numa autêntica garantia institucional que se espraia por todo o sistema.

Neste sentido se posicionou a Carta de Manaus, expedida no XIV CONAMAT-Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho[7], ao consignar em seu item 4 o reconhecimento de que "o direito a um meio ambiente de trabalho saudável e seguro se constitui em direito fundamental do trabalhador, assegurado pela Constituição Federal"

Além disso, mesmo em se considerando que a questão surge numa relação de natureza privada, o conceito de eficácia horizontal dos direitos fundamentais, de matriz alemã, é matéria já amadurecida na doutrina e detém inequívoca aplicabilidade no sistema brasileiro. Como bem salienta Virgílio Afonso da Silva [8] a aplicação dos direitos fundamentais extrapola "o âmbito da relação entre Estado e indivíduo para irradiar efeitos, direta ou indiretamente, por todo o ordenamento jurídico", atingindo também as relações entre particulares, assim atuando em cumprimento aos princípios constitucionais, que devem ser realizados "na *maior medida possível"*, diante das situações fáticas e jurídicas existentes, operando nas "relações entre particulares com base na idéia de otimização". Ademais, "é na atividade judiciária, especialmente na aplicação, na interpretação e no controle dos atos entre particulares que envolvam direitos fundamentais, que todas as dificuldades e peculiaridades da constitucionalização do direito se

---

5 Cléve, Clémerson Mérlin - O controle da constitucionalidade e a efetividade dos direitos fundamentais - *in Jurisdição constitucional e Direitos fundamentais - José Adercio Leite Sampaio - coordenador - Editora Del Rey - Belo Horizonte - 2003.*

6 Carlesso, Luciano Arlindo - Direito Humano a um meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado - um direito de todos os seres humanos trabalhadores - Revista LTr - fevereiro de 2008 - nº 72-02/209 a 220.

7 Carta de Manaus expedida no XIV Conamat - Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - abril/maio de 2008 - Amazonas.

8 Afonso da Silva, Virgílio - A constitucionalização do Direito - os direitos fundamentais nas relações entre particulares - Malheiros Editores, 2008 - 1º edição - 2ª tiragem - pág. 10 e 146.

Rvst TRT8 2009.pmd 89 23/6/2009, 08:55

revelam com clareza e profundidade". O pensamento de Jorge Reis Novais[9] também caminha nesta direção, enfatizando os benefícios sociais proporcionados pela "segurança jurídica que resulta da proteção dos direitos fundamentais".

Tal ocorre porque o feixe de direitos fundamentais postos pela Constituição atua não só como limite, mas constitui verdadeira bússola, traçando marcos orientadores da ordem jurídica que assim "se expandem para todo o direito positivo". Esta dimensão objetiva "decorre do reconhecimento de que os direitos fundamentais consagram os mais importantes valores partilhados numa comunidade política", de modo que não se referem apenas ao Estado mas a toda a sociedade, como explica Daniel Sarmento[10].

É preciso reconhecer que há um anseio social crescente por segurança e repúdio à existência de decisões conflitantes sobre a mesma matéria, que redundam em situações de injustiça em que uns obtém o bem da vida e outros não, embora esteja em jogo o mesmo direito, de modo que pouco importa a natureza jurídica do autor do ato ilícito, quando perpetrado com violação dos direitos fundamentais.

6- Da insalubridade

A prestação laboral em condições de insalubridade tem se revelado, cada vez mais, como a grande responsável pelo número crescente de afastamentos/faltas ao trabalho, bem como concessão de licenças e aposentadorias por invalidez, comprometendo a empregabilidade futura do trabalhador e precarizando a qualidade de vida de toda sua família, pois reduz as chances dos filhos serem mantidos na escola por mais tempo, chamados que são para completar a baixa renda familiar.

Ademais, aquele que fica incapacitado de trabalhar tem grandes chances de desenvolver quadros de depressão, com aumento do consumo de álcool, que via de regra leva aos fatos notórios de violência doméstica e desagregação familiar.

Como uma bola de neve os fatos vão se sucedendo, com sensível aumento da gravidade das conseqüências, que poderiam ter sido evitadas com atitudes de prevenção.

Ao analisar o tempo perdido com doença e o impacto que isso causa ao país, em recente pesquisa Milko Matijascic, do IPEA, apurou[11] em 13,5 anos o período que os homens passam doentes e 11,5 as mulheres, explicando que as "pessoas passam mais de uma década em condição de vida precária, o que tem impacto nas finanças públicas, com perda de produtividade e custos hospitalares", sendo que na comparação com outros países "a situação só é pior na Índia, Rússia e África do Sul". Ressalta que investir na "prevenção é mais barato do que tratar os pacientes depois da doença instalada" e os "investimentos sociais podem mudar o atual quadro, que tem reflexos diretos na capacidade produtiva e na competitividade do país", ressaltando que a "desigualdade é diminuída não só com programas de transferência de renda, mas com investimentos em serviços sociais, como saúde."

---

9 Novais, Jorge Reis - Contributo para uma teoria do Estado de Direito - Almedina, Coimbra - Portugal - 2006 - pág. 210.

10 Sarmento, Daniel - A dimensão objetiva dos direitos fundamentais: fragmentos de uma teoria - págs. 254 e 308 - *in* Jurisdição constitucional e direitos fundamentais - Editora Del Rey - Belo Horizonte - 2003 - org. José Adércio Leite Sampaio.

11 Jornal O Estado de São Paulo - 29 de setembro de 2008 - pág. A20.

Rvst TRT8 2009.pmd 90 23/6/2009, 08:55

Em recente artigo, o prof. José Pastore[12] noticia que além dos 300 mil casos de pessoas que adoecem, acidentam-se ou morrem, o "número dos não notificados é maior, podendo chegar a casa de 1 milhão". Menciona que, de conformidade com dados por ele levantados em 2004, os "acidentes e as doenças profissionais custam quase 25 bilhões por ano". Explica que as "campanhas de prevenção de acidentes dão resultado, sem dúvida. Mas o que mais funciona é a premiação da empresa que tem pouco e a penalização da empresa que tem muito acidente e doença profissional."(g. n.)

Entretanto, o que se tem percebido é que a adoção desta conduta de prevenção vem sendo desestimulada, pois o que se paga como adicional de insalubridade é muito pouco, tendo um custo menor do que os gastos que seriam necessários para reduzir os níveis de insalubridade nos locais de trabalho.

Tal situação se revela insustentável.

Cabe ao Judiciário, como poder estatal, proferir decisões que atuem como indutoras à realização dos investimentos necessários para a redução dos níveis de insalubridade nos locais de trabalho

Não se pode desconsiderar que o que está em jogo é a saúde e a higidez física do homem que trabalha, bem como que o número elevado de afastamentos por licença saúde e aposentadorias por invalidez se constitui num custo suportado por toda a sociedade, provocado muitas vezes pela falta de manutenção no maquinário existente, ou falta de instalação de equipamentos mais adequados ao exercício da atividade que é exigida do trabalhador, o que pode redundar em benefício econômico imediato ao empregador, que deixa de desembolsar as respectivas despesas necessárias para a adoção destas providências.

Ora, não há amparo no direito posto e nos princípios constitucionais para admitir que a privatização dos lucros em benefício de alguns seja sustentada pela socialização dos prejuízos, suportados não só pelo trabalhador e sua família, mas também pela sociedade como um todo, mediante a concessão de um volume significativo de benefícios previdenciários (auxílio doença e aposentadoria por invalidez), custos hospitalares e custos sociais supra referidos, de modo que a questão desborda os restritos limites de um contrato de trabalho, gerando efeitos em toda a sociedade.

Ensina Luiz Edson Fachin [13] que não "se trata, tão-só de permear o estatuto jurídico das pessoas, dos bens e dos interesses à luz dos direitos fundamentais como direitos à proteção, mas também de apreender direitos de organização e de participação, aptos a exigir condutas públicas ou privadas", delineando de forma nítida um movimento que supera o viés patrimonialista e alça um novo patamar, marcado pela repersonalização das relações jurídicas". Destarte, não há como reduzir a insalubridade a simples questão patrimonialista/contratual quando se trata de garantir condições de saúde e higidez física no local de trabalho, direito que a Constituição Federal em vigor albergou como fundamental.

---

12 Jornal O Estado de São Paulo - 23 de julho de 2008 - pág. B2.

13 Fachin, Luiz Edson - Aspectos da racionalidade histórico - cultural do arquétipo inserido no Código Civil brasileiro de 2002 *in* Novo Código Civil - cinco anos de vigência- Revista do Advogado - AASP - ano XXVIII - julho de 2008 - nº 98 - págs. 148 a 150.

Rvst TRT8 2009.pmd 91 23/6/2009, 08:55

7- Do adicional

O artigo 192 da CLT dispõe que o trabalho insalubre, assim considerado o que é executado em condições que extrapolam os níveis de tolerância, assegura o recebimento de um adicional variável de 40%, 20% e 10%, conforme a gravidade do grau (máximo, médio e mínimo), a ser calculado sobre o "salário-mínimo da região".

Ao ser promulgada a Constituição Federal em 1988, a redação constante dos incisos IV e XXIII do artigo 7º veio provocar intensa controvérsia quanto a base de cálculo deste adicional. Alguns defendiam a manutenção do salário-mínimo. Outros pugnavam pela utilização do salário-base e muitos pretendiam considerar para tanto a remuneração.

Ante tal celeuma, o Tribunal Superior do Trabalho passou a considerar em inúmeros julgados que não teria ocorrido qualquer alteração, assim dispondo de forma expressa em sua jurisprudência dominante, consignada na Súmula 228 e OJ 2 da SDI I, ao expressamente aduzir que tal entendimento continuava "mesmo na vigência da CF/88", diretriz que passou a nortear os julgamentos nesta Justiça Especializada.

8- Da Súmula Vinculante n. 4

Entretanto, tal quadro jurídico sofreu alteração significativa.

A Emenda Constitucional 45/04 inseriu o artigo 103 A na Carta Constitucional, conferindo ao STF a atribuição de "aprovar súmula que, a partir de sua publicação, na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário"

Em relação à presente matéria editou o STF a **Súmula Vinculante nº 4,** estabelecendo expressamente que *"o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado"*, nestes termos interpretando o disposto no inciso IV do artigo 7º da Lei Maior, que levou ao cancelamento da OJ 2 da SDI-I pelo C. TST, de sorte que o supra referido entendimento não pode mais ser sustentado.

Da parte final da súmula constou também que o salário-mínimo não pode "ser substituído por decisão judicial", assim vedando a criação autônoma de um novo indexador, o que veio fulminar a validade da Súmula 17 do C. TST, eis que o parâmetro ali estabelecido quanto à utilização do "salário-profissional" decorria exclusivamente de uma construção judicial, declarada pelo STF como insuficiente e assim deve ser cumprida em decorrência de sua força vinculante, como considerou o próprio TST quando procedeu ao seu cancelamento.

Na mesma sessão o TST procedeu à revisão da Súmula 228, que passou a adotar a seguinte redação:

"A partir de 09 de maio de 2008, data da publicação da Sumula vinculante nº 4 do STF, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo"

Tal alteração provocou acirrada celeuma, que levou ao ajuizamento de três reclamações junto ao STF, questionando a validade do novo texto da Súmula 228 do C. TST.

9- Da reclamação e da liminar

O ajuizamento de reclamação junto ao STF está previsto no ordenamento, quando se trata de controle concentrado da constitucionalidade. Seria cabível também em relação à súmula vinculante?

Rvst TRT8 2009.pmd 92 23/6/2009, 08:55

Dispõe o artigo 102, I, "l", da CF/88 que compete ao STF a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente "a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões".

Como explica Fábio Victor da Fonte Monnerat[14], a "reclamação parte de uma premissa simples, qual seja, se é dado ao Tribunal competência para decidir determinada matéria, deve existir um mecanismo processual que garanta a observância desta competência, bem como, a autoridade da decisão proferida."

Ensina Hely Lopes Meirelles[15] que inicialmente o STF considerava inadmissível a Reclamação em relação às decisões proferidas em controle concentrado, tendência que aos poucos foi alterada no sentido de que tal posicionamento deveria ser revisto. Em julgados proferidos nos anos de 1992 e 1993 o STF passou a reconhecer a legitimidade daqueles "entes e órgãos que, apesar de não terem sido parte na ação direta de inconstitucionalidade", pudessem proceder ao ajuizamento da reclamação, o que também foi reconhecido em relação à ação declaratória de constitucionalidade e argüição de descumprimento de preceito fundamental nos termos do artigo 13 da lei 9.882/99.

Nestes termos, nada impede que a Reclamação, admitida em relação a um ato administrativo ou judicial, proferido em contrariedade a decisão exarada em uma ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade ou argüição de descumprimento de preceito fundamental, também passe a ser cabível quando ocorrer contrariedade à Súmula Vinculante editada pelo STF, pois esta se constitui também numa ferramenta de controle da constitucionalidade.

Em relação à Súmula Vinculante nº 4 foram ajuizadas 3 (três)reclamações:

1ª - nº 6.266 - pela Confederação Nacional da Indústria

2ª - nº 6.275 - pela Unimed Ribeirão Preto-Cooperativa de Trabalho Médico

3ª - nº 6.277 - pela Confederação Nacional da Saúde - Hospitais, Estabelecimentos e Serviços

Ao apreciar o pedido, o presidente do E. STF deferiu liminar para "suspender a aplicação da Súmula 228 do C. TST na parte em que permite a utilização do salário básico para calcular o adicional de insalubridade"

Neste contexto, quais os parâmetros do efeito vinculante?

10- Da extensão do efeito vinculante.

Embora seja possível o ajuizamento de Reclamação junto ao STF, em relação à matéria tratada na Súmula Vinculante, há questões peculiares em aberto que precisam ser enfrentadas.

No caso do controle concentrado, em que há **uma ação específica**, é possível entender que o efeito vinculante também se estenda aos fundamentos determinantes desta decisão.

Entretanto, a súmula vinculante não se refere a uma ação específica, constituindo-se num resumo da tese reiterada em diversas decisões, que podem deter especificidades outras inerentes a cada caso,

---

14 Monnerat - Fábio Victor da Fonte - Reclamação. STF. Legitimação ativa. Atingidos por ADIN - *in* Revista de Processo nº 142 - ano 31 - dezembro de 2006 - publicação oficial do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual págs. 185 a 205.

15 Meirelles, Hely Lopes - Mandado de Segurança - Malheiros Editores - 30ª edição - págs. 640 e seguintes.

Rvst TRT8 2009.pmd 93 23/6/2009, 08:55

embora ensejem convergência quanto a um determinado ponto comum, que resultou na edição da súmula. Por tais razões, o efeito vinculante se restringe exclusivamente ao enunciado da súmula, não podendo ser ampliado para abranger as diversas fundamentações das diferentes ações em que a mesma tese foi anteriormente apreciada, nem há amparo constitucional para atrelar o enunciado à fundamentação exarada num único julgamento, nem que seja o último, como vem defendendo certa corrente doutrinária, pois tal interpretação viola a natureza jurídica da própria súmula e compromete sua eficácia, como está revelando toda a celeuma suscitada em relação à questão da base de cálculo do adicional de insalubridade.

Importante ressaltar, que a liminar deferida não decorre de um provimento recursal, pois a reclamação tem natureza de ação, e não de recurso. Destarte a liminar só pode ser lida, e interpretada, sob o balizamento dos critérios estabelecidos na própria súmula. Por isso, não há como atribuir à liminar, concedida por juiz singular, efeitos mais amplos do que os traçados pelo enunciado da Súmula, estabelecido por uma decisão colegiada do Tribunal, proferida nos termos do artigo 103 A da CF/88, que exige expressamente a "decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional"

Não há como interpretar uma súmula da mesma forma como se procede em relação a uma decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade. A intensa controvérsia suscitada em relação à Súmula Vinculante nº 4 evidencia isso. A partir do momento em que, inadvertidamente, se pretendeu ampliar o efeito vinculante além dos limites estabelecidos no artigo 103 A da CF/88, indevidamente incluindo os fundamentos específicos da última decisão proferida em RE, que versa sobre matéria colateral, desatrelada do foco principal, tudo desandou...

Ora, o efeito não poderia ser outro.

A edição de uma Súmula vinculante, pela sua própria natureza, se concentra na **tese reiterada** nos diversos casos submetidos à apreciação do Tribunal, passando ao largo, portanto, das peculiaridades de cada caso e procurando condensar apenas a tese uniforme que se repete em todos eles que, no caso, corresponde à vedação de utilização do salário-mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade.

É isso.

Desbordar destes contornos levaria a controvérsia a tal nível que implodiria a eficácia do instituto da súmula vinculante, intensificando o conflito ao invés de reduzi-lo, como seria seu escopo.

Considerar como vinculantes os diferentes fundamentos das diversas decisões, quando a razão de ser da súmula é exatamente o contrário, ou seja, um resumo da tese convergente em todos eles, se afigura insustentável por redundar numa impossibilidade lógica, como as recentes ocorrências vem demonstrando em relação à Súmula Vinculante nº 4.

11- Dos diferentes critérios

A Súmula Vinculante estabeleceu expressamente que o disposto no artigo 192 da CLT deixou de ser exigível no que se refere à base de cálculo, pois "o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial".

Rvst TRT8 2009.pmd 94 23/6/2009, 08:55

A constitucionalização da matéria evidencia um acentuado movimento de despatrimonialização, ou seja, de superação do paradigma patrimonialista. Neste contexto, o pagamento do adicional de insalubridade não se restringe à natureza de singela contraprestação, devendo ser considerado também como um inibidor das práticas lesivas a saúde e integridade física daquele que trabalha, assim conferindo funcionalidade à diretriz traçada no artigo 1º da Constituição Federal ao erigir o trabalho como valor fundante da República. "Daí porque as Cortes não são apenas guardiãs da Constituição... mas, sim, veículos de justificação e fundamentação material dos direitos que devem ser protegidos pelo Judiciário" conforme ressalta com maestria Luiz Edson Fachin[16], alertando para a necessidade de se precaver de duas armadilhas "de um lado, o senso comum; e de outro, o arbítrio das razões subjetivas.

Ante as razões supra referidas, quais critérios devem ser considerados para solucionar a questão?

11.1- Da remuneração.

Não há nenhuma lei fixando a remuneração como base de cálculo dos adicionais referidos no inciso XXIII do artigo 7º da CF/88, entre os quais se insere a insalubridade. Acrescente-se que em nenhum momento o referido inciso assim determinou, tendo se limitado a estabelecer o pagamento de um adicional **de** remuneração, para fixar a natureza salarial deste título. Se o objetivo fosse estipular a remuneração, como base de cálculo, teria sido adotada terminologia distinta, com a estipulação de um adicional **sobre** a remuneração, o que é bem diferente. Neste sentido tem se posicionado a doutrina e a jurisprudência, de modo que não há amparo para a utilização da remuneração como base de cálculo deste adicional.

11.2- Do salário contratual.

Salário contratual é aquele estipulado no contrato de trabalho, ao ser celebrado de forma escrita ou verbal. Entretanto, além de não estar estipulado em nenhum texto legal, trata-se de expressão que pode gerar controvérsias e dar margem a diferentes interpretações. Seria assim considerado aquele estipulado no ato da contratação, ou o último valor pago? Em caso de salários variáveis, como seria aferido o *contratado*? A fim de evitar a ampliação dos pontos em conflito, nada aconselha a utilização de tal critério.

11.3- Do piso normativo da categoria.

Piso normativo é aquele estabelecido em convenção ou acordo coletivo, como o menor valor a ser pago para o trabalhador que integra determinada categoria. Geralmente se constitui em "salário de ingresso", diferenciado por função, não havendo a menor possibilidade do salário base recebido ser inferior ao piso normativo da categoria. Geralmente é pago no primeiro ano de trabalho. Por ocasião do segundo ano, na data base o trabalhador passa a ser beneficiado por índices de reajuste sobre o salário anteriormente recebido, de modo que quando tem mais de um ano de serviço via de regra seus salários são superiores

16 Fachin, Luiz Edson - Aspectos da racionalidade histórico-cultural do arquétipo inserido no Código Civil Brasileiro de 2002 - *in* Novo Código Civil - cinco anos de vigência - Revista do Advogado - AASP - ano XXVIII - julho de 2008 - nº 98 - págs. 143 a 151.

Rvst TRT8 2009.pmd 95 23/6/2009, 08:55

ao piso, o que desautoriza a utilização deste critério, pois levaria a um nivelamento por baixo do adicional

11.4- Salário profissional.

Salário profissional é aquele estabelecido em lei em relação a determinada profissão como, por exemplo, o estipulado nas leis 3.9999/61 e 4.950-A/66 que fixam o salário dos médicos e engenheiros, de modo que se trata apenas de casos específicos, o que impede a generalização do critério.

Ademais, o salário-base não pode ser inferior a tais valores, de modo que sua utilização como base de cálculo em nada viola, ou altera o disposto nas leis especiais.

11.5- Do salário básico.

A expressão "salário básico" também não consta de texto legal previsto no parágrafo 1º do artigo 193 da CLT, que disciplina o cálculo do adicional previsto no inciso XXIII do artigo 7º da CF/88. Além disso, constitui expressão sem tradição no direito trabalhista, que peca pelo sentido indefinido, dando margem a muita controvérsia. O critério a ser utilizado, para aferir o que seria salário *básico*, pode dar margem a vários questionamentos, pois em decorrência das condições especiais de certas categorias, o *básico* para uns, não seria *básico* para outros. Destarte, é preciso evitar um novo foco de discussão, que certamente causará tumulto processual, dificultando ainda mais a solução da controvérsia e prolongando indevidamente a duração do processo, assim colidindo com o estabelecido no inciso LXXVIII do artigo 5º que erigiu como direito fundamental a "razoável duração", além de frustrar o escopo da súmula vinculante.

Trata-se de interpretação questionável como evidenciaram as recentes ocorrências, notadamente as reclamações ajuizadas, qual seja, 6266/08 pela CNI, 6275/08 pela Unimed Ribeirão Preto e 6277/08 pela Confederação Nacional da Saúde, em que o presidente do E. STF concedeu liminar decidindo "suspender a aplicação da Súmula 228/TST na parte em que permite a utilização do salário básico para calcular o adicional de insalubridade", de modo que não há amparo para escolher este critério.

11.6- Do salário base.

O termo "salário base" tem sido de uso corrente pela doutrina e jurisprudência de longa data, conceito de fácil compreensão e extensão genérica, que não suscita controvérsias. Explica José Martins Catharino [17] que salário base "é a retribuição dos serviços prestados pelo empregado, por força do contrato de trabalho, sendo pago pelo empregador, que deles se utiliza para a realização dos fins colimados pela empresa."

Neste contexto, pelas razões acima elencadas, é o único que pode ser utilizado de forma genérica e servir de parâmetro a todo o universo de trabalhadores, urbanos e rurais, independentemente das especificidades de cada categoria, por ser facilmente aferível, já que não existe trabalhador que não tenha um salário base.

Em obra clássica sobre o tema, Amauri Mascaro Nascimento [18] explica que salário-base é a "parte principal da totalidade das percepções econômicas

---

17 Catharino, José Martins - Tratado Jurídico do Salário - Edição fac-similada - Editora LTR São Paulo/ Edusp - 1994 - pág. 21.

18 Nascimento, Amauri Mascaro - Teoria Jurídica do Salário - Editora LTr Ltda - São Paulo - 1994 - págs. 57/58/132/236.

Rvst TRT8 2009.pmd 96 23/6/2009, 08:55

do empregado....toda retribuição que possa ser forma única de ganho do trabalhador... vincula-se a obrigação principal... é indispensável e essencial, não podendo haver relação de emprego que não o tenha", o que facilita a sua adoção também com respeito ao princípio da isonomia por se tratar de critério que pode ser observado para todos.

12- O cálculo do adicional.

Ante a intensa celeuma provocada pela questão, duas correntes principais vem direcionando a interpretação da matéria:

12.1- Tudo como dantes no quartel de Abrantes?

A primeira corrente entende que o efeito vinculante da súmula se restringe apenas à parte final do enunciado, que veda a substituição do salário-mínimo "por decisão judicial" concluindo que, por isso, mesmo após a edição da Súmula Vinculante nº 4 continuaria a ser adotado o salário-mínimo.

Será?

Primeiramente é preciso ponderar que ante os princípios da eficiência e da utilidade dos atos processuais, e sob a perspectiva da lógica jurídica, tal conclusão se revela insustentável. Com efeito, não seria preciso uma súmula vinculante para dizer o que a Súmula 228 (em sua redação anterior) e a OJ 2 da SDI-1, ambas do TST, já fixavam como diretriz jurisprudencial dominante nesta Especializada. Se era para ficar tudo como dantes, para que súmula vinculante se já havia jurisprudência consolidada?

Ademais, esta interpretação leva à conclusão de que a atuação judicial não pode suprir a lacuna da norma, o que se revela absurdo por violar direito constitucional fundamental, referente à inafastabilidade da jurisdição, além de abrir precedente perigoso, que pode solapar a atuação do próprio Judiciário, como um dos poderes da República.

Com efeito, se nosso sistema jurídico veda a justiça pelas próprias mãos e assim deve permanecer para que seja mantido o Estado de Direito, como corolário lógico da atribuição do monopólio estatal deve preservar o princípio da inafastabilidade da jurisdição (*non liquet)* em sua integralidade, que assim foi estabelecido como direito fundamental no inciso XXXV do artigo 5º da CF/88.

Nesta mesma esteira caminham as normas infraconstitucionais. O artigo 126 do CPC prevê que o "juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais, não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito", enquanto o artigo 4º da LICC estabelece que "o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito" e o artigo 8º da CLT, que rege a questão na Justiça Especializada, determina que na falta das disposições legais ou contratuais o juiz deverá decidir "conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, **principalmente do direito do trabalho"**

Todo o padrão normativo do sistema jurídico nacional legitima, portanto, a *ratio juris,* ou seja, a interpretação por *juris prudentia,* quando necessária para complementar a insuficiência do texto legal, de modo que a conclusão que aponta para a anulação da atuação judicial não encontra amparo na Carta Constitucional, nem no ordenamento jurídico nacional.

Rvst TRT8 2009.pmd 97 23/6/2009, 08:55

12.2- O gravame deve conter a intensidade necessária para desestimular a conduta lesiva.

A segunda corrente entende que o efeito vinculante se refere à vedação de *utilização do salário-mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade.*

Considera que o escopo da súmula vinculante, ao atuar como um *tertius genus* no controle da constitucionalidade, consistiu em interpretar as normas postas pela Lei Maior no sentido de que o gravame deve conter a intensidade necessária para desestimular a conduta lesiva.

Sob tal perspectiva, o cálculo do adicional de insalubridade sobre o salário-mínimo representa um custo muito pequeno, que por isso desestimula o empregador a adotar as providências necessárias à redução da insalubridade no local de trabalho.

Ora a Súmula vinculante não veio para confundir, mas para esclarecer.

Foi instituída com o escopo de conferir segurança jurídica num ambiente de instabilidade, apontando a solução que seria mais consonante com os princípios constitucionais que regem determinada matéria e, portanto, assim deve ser interpretada, o que vem conferir maior legitimidade ao entendimento esposado pela 2ª corrente, por conferir equilíbrio harmônico e unidade integradora ao sistema, além de aumentar seu nível de funcionalidade e eficácia.

Deste modo, preserva a sintonia que deve existir entre o marco normativo posto e a realidade fática que visa regular, atento aos desafios do momento atual. Como bem pondera Zygmunt Bauman[19], a "celebração pós-moderna da diferença e da contingência não deslocou a ânsia moderna de uniformidade e certeza" que persiste, agora num ambiente de complexidade mais acentuada, o que exige a explicitação de marcos claros de normatividade a fim de dirimir o nível de incerteza, razão justificadora da instituição de súmula com efeito vinculante, de modo que sua interpretação não pode gerar efeito contrário a tal escopo.

Neste caminhar, e considerando os diferentes critérios para estipulação da base de cálculo anteriormente referidos, a utilização do salário-base se apresenta como a mais indicada, pois a integração analógica se faz por *mediação legislativa*, com a aplicação de um conceito que já está expressamente previsto em lei. Com efeito, é preciso considerar que em relação ao adicional de periculosidade, albergado no mesmo inciso XXIII do artigo 7º da CF/88, o parágrafo 1º do artigo 193 da CLT estabeleceu o cálculo sobre o salário-base, critério assim instituído por lei e não por decisão judicial, de sorte que o mesmo critério legal deve ser aplicado em relação ao adicional de insalubridade, o que também possibilita o correto exercício da opção prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, assim preservando a *ratio decidendi* que ensejou a edição da súmula com efeito vinculante.

Não há como sustentar que adicionais albergados no mesmo inciso constitucional (XXIII do artigo 7º) tenham base de cálculo diferente, notadamente quando a intensidade do gravame não ampara tal diferenciação. Com efeito, enquanto nas situações de periculosidade há um risco, no caso de insalubridade a lesão é efetiva, causada pela exposição do trabalhador a níveis superiores aos estabelecidos pelo limite legal. Enquanto na periculosidade o nível de risco nem

---

19 Bauman Zygmunt - Modernidade e Ambivalência - Jorge Zahar Editor - Rio de Janeiro - 1999 - Tradução de Marcos Penchel - Rio de Janeiro - pág. 270 e seguintes.

Rvst TRT8 2009.pmd 98 23/6/2009, 08:55

sempre pode ser reduzido, no caso da insalubridade existe a possibilidade de redução e até mesmo de reversão. Por isso, quanto maior o custo patronal em arcar com a manutenção dos níveis de insalubridade, maior será o estímulo para sua redução a patamares mínimos.

Neste contexto, a adoção do salário como base de cálculo do adicional atua como fator inibidor da conduta lesiva e estímulo à adoção de providências que tornem mais saudável o ambiente de trabalho, o que redundará em maior efetividade na preservação da integridade física do trabalhador e de sua empregabilidade, além de reduzir sensivelmente os custos sociais e previdenciários suportados por toda a sociedade.

13- Da eficácia

Importante acrescentar que a súmula vinculante **se constitui numa diretriz de julgamento**, assim detendo critérios próprios de eficácia.

A Lei 11.417/2006 admite em seu artigo 4º que o STF, por decisão de 2/3 de seus membros considere as "razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público", para restringir os efeitos da súmula ou balizar sua eficácia para outro momento.Esta "modulação" constitui ferramenta importante para evitar o ajuizamento de uma enxurrada de ações, após a edição de súmula vinculante que escolheu um dos caminhos até então controvertidos, assim contribuindo para implementar a segurança jurídica.

Tal possibilidade se justifica porque há questões cuja complexidade impede a solução de inopino, sem considerar os efeitos que provoca na realidade da vida. Deste modo, se o escopo é proporcionar segurança, tal deve ser garantido em sua integralidade, com os balizamentos devidos para que a aplicação da súmula se revista da necessária eficácia. Entretanto, esta estipulação tem que ser votada pelo Colegiado e assim constar expressamente do enunciado.

Ora, **não consta da Súmula Vinculante nº4 nenhuma decisão dispondo sua eficácia diferida,** inexistindo amparo constitucional para sustentar que tal teria ocorrido de forma tácita, quando a norma exige não só disposição expressa mas, também, quorum qualificado para tanto.

Além disso, critérios de eficácia e atribuição de efeito vinculante às especificidades que marcaram o julgamento do último recurso extraordinário, em que o tema foi questionado, são questões distintas que não podem ser confundidas, sob pena de provocar efeitos danosos.

Entre os questionamentos mais relevantes está o que se propõe a seguinte indagação: o efeito vinculante da Súmula 4 poderia extrapolar seu enunciado e abranger também os fundamentos determinantes de um único julgado?

Penso que não.

Insustentável a posição dos que trazem à colação excertos de doutrina extraída do direito constitucional alemão, para concluir que o efeito vinculante abrangeria também os "fundamentos determinantes" do último recurso extraordinário julgado em que a matéria foi debatida.

Não há em nosso ordenamento jurídico nenhum dispositivo que legitime a atribuição de efeito vinculante a uma decisão proferida num recurso extraordinário !!!

A doutrina alemã se refere aos **casos clássicos de controle concentrado** da constitucionalidade, em que há **uma ação com rito próprio e específico,** que visa expungir do ordenamento lei ou ato normativo federal/estadual que contrarie a Constituição.

Rvst TRT8 2009.pmd 99 23/6/2009, 08:55

Diversamente ocorre com as súmulas vinculantes, que constituem **baliza de julgamento** e também podem ser decretadas pelo STF **de ofício,** independentemente de qualquer provocação, dotadas de conteúdo "pedagógico-institucional", destinadas a orientar as instâncias ordinárias e a administração pública em geral, como explicita Hely Lopes Meirelles [20].

Não se pode confundir institutos diferentes, que detém natureza jurídica distinta. A súmula vinculante não está atrelada a uma ação específica e se constitui numa **diretriz jurisprudencial** formatada em face de uma determinada tese jurídica**, examinada em vários e diferentes processos**, de modo que **o efeito vinculante se restringe a essa tese jurídica determinada e não às peculiaridades que distinguem os diferentes processos e que não constaram do enunciado da súmula.**

Ademais, para que se revista de legitimidade a edição de uma súmula vinculante prevê o atendimento de determinados requisitos. Neste sentido, o artigo 103 A da CF/88 exige a decisão de 2/3 de seus membros, após "reiteradas decisões sobre matéria constitucional", de modo que a *ratio decidendi* não pode ser extraída de apenas um caso julgado, nem que seja o último. Com efeito, as especificidades inerentes a cada processo, explicitadas nas respectivas fundamentações, não podem ser assim consideradas para efeito de súmula vinculante, pois como evidencia o próprio nome trata-se de uma "súmula", ou seja, de uma condensação do ponto que é convergente em todos os julgamentos que lhe deram suporte, que no caso consistiu no reconhecimento da inconstitucionalidade da utilização do salário-mínimo como critério de cálculo.

Como ensina Eduardo Arruda Alvim [21] súmula é vocábulo que vem do latim *summula* e tem o significado de sumário, resumo. Consiste num enunciado que se extrai de decisões jurisprudenciais reiteradas, não se atendo aos restritos limites de cada caso concreto a fim de ostentar a generalidade necessária para atuar como balizador de julgamento. Insustentável, portanto, atrelar sua fundamentação a especificidade de cada caso, sob pena de reduzi-la a uma colcha de retalhos confusa e ininteligível, assim invalidando sua utilização, cujo escopo está direcionado para garantir maior certeza normativa e, por conseqüência, aumentar os níveis de segurança jurídica, bem da vida tão buscado em nossa contemporaneidade, para que o Direito atinja sua finalidade de proporcionar estabilidade social nas situações de conflito.

Por isso, todas as demais peculiaridades dos anteriores recursos extraordinários em que a questão do adicional de insalubridade foi discutida pelo STF, inclusive as referentes ao último (RE 565714), no que concerne aos oficiais da reserva e reformados da polícia militar e a aplicação de lei estadual específica, não constituem parte integrante da súmula, atuando apenas como *obter dictum*, ou seja, questão periférica, que não pode ser considerada no balizamento do efeito vinculante, cuja *ratio decidendi* consiste na assertiva de que "o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado", assim dispondo

---

20 Meirelles, Hely Lopes - Mandado de Segurança - 30ª edição - Malheiros Editores - São Paulo - 1990 - pág. 655.

21 Arruda Alvim, Eduardo - Do cabimento de reclamação pelo descumprimento de súmula vinculante à luz da lei 11.417/2006 - *in* Revista Forense - volume 394 - ano 103 - nov/dez 2007 - págs. 45 a 70.

Rvst TRT8 2009.pmd 100 23/6/2009, 08:55

por considerar que se trata de proceder a "interpretação conforme a Constituição" no que se refere à base de cálculo do adicional de insalubridade.

Deste modo, se afigura insustentável o raciocínio que pretende atribuir às razões de decidir exaradas apenas ao último recurso extraordinário o balizamento do efeito vinculante, pela simples e boa razão de que por sua própria natureza a súmula vinculante não pode ser pautada por um único caso. Assim, **os fundamentos determinantes de uma súmula vinculante devem ser aferidos pelo denominador comum dos vários julgados que vieram embasar o núcleo** da diretriz firmada, qual seja, o de que o **salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo, nem ser substituído por decisão judicial.**

14- Da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.

Seria cabível a aplicação da "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" no que se refere à interpretação do enunciado da súmula vinculante nº 4?

Discorrendo doutrinariamente sobre a matéria Gilmar Mendes, hoje Presidente do STF, explica[22] que esta modalidade de decisão foi adotada pelo legislador em 1970 - Lei Bundesverfassungsgericht, parágrafo 31 (2) 2º e 3º períodos e parágrafo 79 (1). Menciona que há casos em que a inconstitucionalidade "não pode ser superada, em princípio, mediante decisão de índole cassatória, pois esta ou não atingiria os benefícios pretendidos ou acabaria por suprimir algo mais do que a ofensa constitucional que se pretende eliminar". Assim, embora "exista uma lei que poderia ser declarada nula, abstém-se o Tribunal de proferir a nulidade sob a alegação de que a ofensa constitucional decorre não da regulação, mas de sua incompletude, seja porque o legislador foi omisso em proceder à complementação do complexo normativo, seja porque não contemplou determinado grupo na regra impugnada"

Refere-se "às chamadas lacunas jurídicas ameaçadoras ... que poderiam, em caso de uma pronúncia de nulidade, ter sérias consequências, ensejando mesmo eventual *caos jurídico.* Esses casos têm o seu ponto comum na chamada inexequibilidade da decisão cassatória," de modo que a declaração da "nulidade levaria a uma minimização, ao invés de ensejar a busca da otimização" na concretização da vontade constitucional. A lacuna resultante da declaração de nulidade poderia fazer surgir uma situação ainda mais afastada da vontade constitucional, resultando num "vácuo jurídico intolerável para a ordem constitucional. Deste modo, é possível a aplicação "provisória da lei declarada inconstitucional se razões de índole constitucional, em particular, motivos de segurança jurídica, tornam imperiosa a vigência temporária da lei inconstitucional, a fim de que não surja, nesta fase intermediária, situação ainda mais distante da vontade constitucional do que a anteriormente existente", o que só pode ser justificado quando se trata de fazer valer a completude da Constituição.(g.n.)

Fora disso, encontra óbice considerável na própria doutrina e jurisprudência alemãs, pois é "difícil encontrar fundamento constitucional que empreste sustentáculo às opiniões que defendem a aplicação da norma

---

22 Mendes, Gilmar Ferreira - Declaração de Inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade da lei na jurisprudência da Corte Constitucional Alemã - Revista Trimestral de Direito Público nº 9/95 - Malheiros Editores Ltda - São Paulo - págs. 61 a 77.

Rvst TRT8 2009.pmd 101 23/6/2009, 08:55

inconstitucional", notadamente porque "qualquer ato praticado com base na norma inconstitucional é ilegítimo". Ademais, como se poderia juridicamente sustentar que a decretação de nulidade de uma norma constitucional ficaria suspensa até o atendimento de certas providências protraídas no tempo?

Trata-se, portanto, de situação especialíssima, não configurada no caso da súmula vinculante nº 4, que aponta exatamente para o sentido contrário.

Com efeito, a vedação da aplicação do salário-mínimo como base de cálculo é que está em consonância com vontade constitucional expressa nos incisos IV e XXII e XXIII do artigo 7º, sendo que o afastamento deste critério, tido por inconstitucional, é que contribui para otimizar as condutas assecuratórias da integridade física e higidez no local de trabalho, além de reduzir os custos com benefícios previdenciários e atendimentos hospitalares suportados por toda a sociedade.

Destarte, razões de ordem constitucional que resguardam a segurança jurídica como valor, apontam justamente para o caminho inverso, ou seja, para a necessidade de imediato reconhecimento da nulidade da norma declarada inconstitucional. Neste contexto, a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade, cabível em alguns casos de controle concentrado como ocorre na ADI, ADC e ADPF se revela incompatível com o instituto da súmula vinculante nº 4, que não se constitui num tipo de controle concentrado ou difuso da constitucionalidade, surgindo como um *tertius genus*.

Necessário pontuar que no modelo político alemão o parlamento tem uma situação de ascendência sobre o judiciário. Assim, o reconhecimento da inconstitucionalidade sem declaração de nulidade se baseia no conceito de "liberdade de conformação do legislador", sendo que muitos doutrinadores também justificam a adoção desta providência sob o argumento de que ante a ausência de ato normativo, não se pode declarar a "nulidade da lacuna", de modo que a adoção de tal diretriz seria aceitável se da declaração de inconstitucionalidade pudesse resultar vácuo jurídico intolerável para a ordem constitucional. Entretanto, isso não ocorre no caso da súmula vinculante nº 4, pois o sistema jurídico nacional é dotado de regras próprias, notadamente quanto ao *non liquet* e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o que exclui a possibilidade de adoção de modelo alienígena, destinado a regular situação jurídica diversa.

Como esclarece Mendes a "renúncia à declaração de nulidade somente poderia ser entendida dogmaticamente como uma opção para que o legislador encontre diretamente a solução para o caso, uma vez que a tarefa de concretização da vontade constitucional foi, em primeira linha, confiada a ele". Entretanto, trata-se de solução adotada em decisão que aprecia a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma determinada norma mediante o manejo do controle concentrado, o que é bem diferente do escopo de uma súmula vinculante.

Ao discorrer sobre esta questão em outro artigo de sua autoria, o Ministro Gilmar Mendes explica que [23] esta doutrina tem destinação específica quando o Tribunal atua mais como Corte Constitucional, em questões que envolvem "o binômio direito e política", exigindo a adoção de técnicas específicas de decisão, à "aplicação de um sistema de controle jurídico do

23 Mendes, Gilmar Ferreira - O apelo ao legislador - appellentscheidung - na praxis da Corte Constitucional Federal Alemã - in Revista do Ministério Público do Trabalho - Brasília - nº 3 - 1º semestre - março de 1992 - págs. 69 a 96.

Rvst TRT8 2009.pmd 102 23/6/2009, 08:55

poder político", o que evidentemente não ocorre no caso da base de cálculo do adicional de insalubridade.

Trata-se, portanto, de técnica cujo manejo é indicado para matérias que envolvem questões políticas pois, como explica em obra anteriormente citada[24], quanto mais política for "determinada questão submetida a jurisdição constitucional, mais pareceria inadequado a adoção do processo judicial ordinário.Quanto menos se falar de processo, de ação, de condenação e de cassação dos atos estatais - ressaltava Triepel - mais fácil será a resolução, na via judicial, das questões políticas, que, ao mesmo tempo, são questões jurídicas." Destaca que "já no início deste século existia alguma preocupação com o perigo da adoção pura e simples, pela jurisdição constitucional, das formas de decisão consagrada pela jurisdição extraordinária". Daí, porque, ao lado da declaração de nulidade, o Tribunal alemão desenvolveu "outra variante de decisão, a declaração de incompatibilidade ou declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade".

Entretanto, enfatiza o risco de adoção desta *praxis* pela insegurança jurídica que provoca, pois a lei não explicita "quando o Tribunal deverá abster-se de decretar a nulidade," o que poderá redundar em discricionariedade.

Tal situação jurídica é completamente diferente da que é enfrentada no caso da Súmula vinculante nº 4. Deste modo, a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade é instituto alienígena incompatível com aplicação no presente caso. O argumento de que, embora declarado inconstitucional, o salário-mínimo continuaria a ser utilizado como indexador até que uma lei venha dispor de outra forma também não se revela sustentável, pois viria neutralizar a razão de ser da própria súmula. Com efeito, não seria preciso a edição de uma súmula vinculante para estabelecer que tal critério, fixado no artigo 192 da CLT, deveria ser mantido até a promulgação de uma nova lei que viesse fixar outra base de cálculo, pela simples e boa razão de que o efeito revogatório se opera *ex legis,* já que a "lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior" (artigo 2º, parágrafo 1º da LICCivil)

Assim, se afigura evidente que o escopo da Súmula Vinculante não foi "chover no molhado" como defende esse raciocínio, tendo sido instituída com propósito bem diverso e específico, qual seja conferir eficácia rápida e preventiva ao controle da constitucionalidade, desestimulando o ingresso em juízo para postular direito contrário a sua diretriz, além de evitar a interposição de inúmeros recursos, assim propiciando a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, como prevê o inciso LXXVIII do artigo 7º da Lei Maior, a fim de preservar a eficácia integradora e a supremacia da Constituição.

15- A Súmula vinculante como *tertius genus* no controle da constitucionalidade

A edição de uma súmula vinculante independe da propositura de uma ação pelos entes legitimados como ocorre no controle concentrado, ou da suscitação da matéria como questão incidental num conflito que já está posto

24 Declaração de Inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade - op. cit. - págs. 61 e 63.

Rvst TRT8 2009.pmd 103 23/6/2009, 08:55

como no caso do controle difuso. Tem efeitos mais imediatos e uma forte conotação preventiva, pois atua como sinalizador de diretriz para os demais casos, impedindo o ajuizamento de ações cujo resultado já se conhece, ou a desnecessária interposição de recursos inúteis, que indevidamente procrastinam o andamento processual e assoberbam o judiciário, criando obstáculos à razoável duração do feito exigida pelo inciso LXXVIII do artigo 5º da CF/88.

Tal conseqüência se revela importante, pois o controle da constitucionalidade detém íntima relação com a defesa do Estado Constitucional Democrático, encurtando os caminhos na implementação da efetividade da norma, além de fazer valer o princípio da unidade da Constituição.

A questão que envolve a hermenêutica da súmula vinculante leva, portanto, a uma releitura do positivismo, pois provoca fissura na sua couragem dogmática. Por outro lado não se trata de dar uma guinada de 360 graus e proceder a uma análise pós-positivista, fora do sistema normativo posto. Pelo contrário, a peculiaridade da matéria que ora se examina é que a mudança se processa no coração do próprio sistema, notadamente ao trazer para a perspectiva constitucional questão que, aparentemente, se refere apenas a um adicional trabalhista. Supera, portanto, o antigo viés reducionista e segmentado, que fatiava as diferentes áreas jurídicas em compartimentos estanques, que gravitavam como círculos separados e independentes entre si.

Cria fissuras em uns e outros, abre portas e passa a atravessar esses círculos alinhavando-os um a um através de um fio condutor, que vai possibilitar o inter-relacionamento de todos entre si. Neste sentido, demonstra que não se trata apenas de um "singelo adicional trabalhista", mas de enxergar que a questão extrapola vínculos contratuais e se insere num âmbito muito mais abrangente, envolvendo a preservação da saúde, do meio ambiente de trabalho, dos custos das políticas públicas, da violência doméstica, da desagregação familiar, da perda da empregabilidade, ou seja, perda do potencial humano de trabalhar e estar inserido na sociedade como sujeito capaz. Há toda uma teia de interesses e direitos que gravitam em torno da questão, de modo que ao torná-la objeto de uma Súmula vinculante o STF traz todo este enfoque que lhe é subjacente.

Neste contexto**,** como tem evidenciado os debates sobre a matéria, o manejo de súmula vinculante provoca inequívoca tensão entre o político e o jurídico, em relação aos quais não é possível traçar uma linha demarcatória clara pois, como bem destaca Jorge Miranda[25], a "Constituição é tanto Constituição política como Constituição social, não se cinge a ordenação da vida estatal (em sentido estrito)... E, como se reconhece à vista desarmada, as constituições atuais contemplam larguíssimos aspectos e áreas de dinâmica econômica, social e cultural em interação com o Estado".

Precisamente por isso, é preciso deixar bem claro quais são os valores que devem ser preservados com prioridade. No presente caso, ao interpretar os incisos IV e XXII do artigo 7 º da CF/88, a súmula vinculante nº 4 pretendeu ressaltar que um ambiente de trabalho saudável é requisito indispensável para garantir a preservação da saúde e da integridade física do homem que trabalha, não como valor individual, mas como benefício da sociedade como um todo, no sentido de preservar a empregabilidade e a higidez, com a conseqüente redução dos gastos com políticas de saúde pública e previdência.

---

25 Miranda, Jorge - Manual de Direito Constitucional - Coimbra Editora Ltda - Coimbra - Portugal - tomo I - 4ª Edição - 1990 - pág. 15.

Rvst TRT8 2009.pmd 104 23/6/2009, 08:55

Como *tertius genus* no controle da constitucionalidade, a súmula vinculante se constitui numa ponte, construindo caminhos de aproximação entre o controle concentrado e o difuso, com o escopo de focar na prevenção e redução da conflitualidade, assim conferindo **maior grau de segurança jurídica**, objetivo que não pode ser frustrado, sob pena de implodir sua própria razão de ser.

16- Uma nova hermenêutica

Ao surgir como um *tertius genus* no controle da constitucionalidade, a súmula vinculante torna necessária a construção de uma nova hermenêutica.

Trazendo à colação o pensamento de Gadamer[26], é necessário ressaltar que "quando o juiz intenta adequar a lei às necessidades atuais - precisamente para preservar sua força normativa - o que ele tem em vista, obviamente, é resolver um problema ou desempenhar uma tarefa prática: por isso é que, olhos postos no presente, ele procurará reconhecer o significado *jurídico* da lei, que só pode ser o seu significado atual, e não o significado histórico, aquele que lhe foi atribuído ao tempo da promulgação" pois, conforme já observava Carlos Cossio[27] "toda valoração jurídica, enquanto fato é necessariamente um fato do presente, porque um sentido só pode existir no presente"

A constitucionalização dos direitos trabalhistas implica no reconhecimento não só da supremacia material, mas também axiológica da Constituição, assim norteando a edificação desta nova hermenêutica, trazendo a análise para uma perspectiva mais abrangente.

Trata-se, portanto, de preservar a atuação estabilizadora do direito na garantia da segurança, construindo novos padrões de normatividade. Como acertadamente pontua Bonavides, um "constitucionalismo de resistência", em que o poder não é mais limitado por outro poder, mas também por um direito fundamental. Neste contexto, assevera com percuciência Herbert Hart[28] que a "característica geral mais proeminente do direito, em todos os tempos e lugares, consiste em que a sua existência significa que certas espécies de conduta humana já não são facultativas, mas obrigatórias *em certo sentido"*

As Constituições promulgadas na segunda metade do século XX tornaram-se o eixo, em torno do qual gravitam diferentes sistemas jurídicos. Neste universo, a súmula vinculante se apresenta como um instrumento de diálogo entre esses diferentes microssistemas, atuando na intersecção do direito trabalhista, administrativo, constitucional e previdenciário, assim otimizando a função promocional do Direito como bem ressalta Norberto Bobbio. Destarte, não há "uma Constituição dos direitos fundamentais independente da Constituição do poder, o Estado de Direito impõem precisamente uma determinada conformação recíproca" conforme ensina Jorge Miranda[29]

---

26 Gadamer, Hans - Georg - Verdade e Método - 7ª Edição - Tradução de Flávio Paulo Meurer - Editora Vozes, Petrópolis - 2005.

27 Cossio, Carlos - El substrato filosófico de los métodos interpretativos - Revista Universidad - nº 6- págs. 103 e 107, 1940 - Universidad Nacional Del Litoral - Santa Fé - Argentina.

28 Hart, Herbert L. A - O conceito de Direito - Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa-Portugal - 3ª edição - pág. 10 - 2001.

29 Miranda, Jorge - A constituição da educação e as propinas no ensino superior *in* Estudos em memória do Prof. Doutor João de Castro Mendes - Lisboa, 1995 - pág. 480.

Rvst TRT8 2009.pmd 105 23/6/2009, 08:55

Explica Alexy[30] que a "irradiação das normas de direitos fundamentais a todos os ramos do direito" limita os conteúdos do direito ordinário, excluindo os que forem "constitucionalmente impossíveis e exigem alguns conteúdos como constitucionalmente necessários", de modo que o sistema jurídico passa a ser "substancialmente" determinado pela Constituição.

Neste sentido também caminha o pensamento de Canotilho [31], ao ressaltar que existe uma "teoria republicana dos direitos fundamentais, que não pode deixar de tomar como ponto de partida o caráter consciente e racional", chamando atenção para o ascendente movimento de "constitucionalização da ordem jurídica privada".

Importante ressaltar que o princípio da eficiência, fixado no artigo 37 da CF/88, foi estabelecido em relação a "todos os poderes", de modo que também é aplicável ao Judiciário. Assim sendo, a hermenêutica não pode ficar restrita a uma conotação teórica estando concretamente atrelada à utilidade e efetividade da jurisdição.

Trata-se de uma nova ordem

Ao analisar as diferentes perspectivas da interpretação jurídica, e as armadilhas que se escondem em suas entrelinhas, Radbruch[32] esclarece que a "interpretação jurídica não é pura e simplesmente um *pensar de novo* aquilo que já começou a ser pensado, mas, pelo contrário, um *saber pensar até o fim* aquilo que já começou a ser pensado por um outro".Assim, "não uma estéril e circular repetição do que já foi dito, mas um dialético *levar adiante - preservado, transformado* e, por esta forma, *enriquecido"*.

Portanto, ponderam os constitucionalistas Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio M. Coelho e Paulo Gustavo Gonet[33] incumbe "essencialmente aos intérpretes-aplicadores - e não aos legisladores - encontrar as *primeiras* respostas para os novos problemas sociais, uma tarefa da qual só poderão desincumbir-se a tempo e modo se forem capazes de olhar para o futuro e trilhar caminhos ainda não demarcados; se tiverem a coragem de enfrentar a opinião dominante, em vez de se resignarem a seguir a jurisprudência estabelecida; se, finalmente, se dispuserem a assumir o ônus redobrado de combater as idéias cristalizadas, até porque, via de regra, longe de traduzirem verdadeiros consensos, essas falsas unanimidades não passam de preconceitos coletivos, frutos dos argumentos de autoridade, que sabidamente esterilizam o pensamento e impedem os vôos mais arrojados"

Apesar de compreensível, a rejeição à inovação só se justifica quando há motivos para isso. É claro que uma inovação importante, como a edição de súmulas vinculantes, pode ser mal direcionada. Entretanto, é preciso reconhecer que ela representa uma importante tentativa de solução para questões significativas, no que se refere à busca de estabilidade e segurança jurídica.

---

30 Alexy, Robert - Teoria dos direitos fundamentais - tradução de Virgílio Afonso da Silva da 5ª edição alemã - Malheiros Editores - São Paulo, 2008 - pág. 543 e seguintes.

31 Canotilho - José Joaquim Gomes - Estudos sobre direitos fundamentais - Coimbra Editora - Ltda - Coimbra - Portugal - 2004 - págs. 9, 85 e seguintes.

32 Radbruch - Filosofia do Direito - Coimbra Editora - 1961- vol. 1- pág. 66 e 274.

33 Curso de Direito Constitucional - Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco - 2ª edição - Editora Saraiva - São Paulo - 2008 - pág. 66.

Rvst TRT8 2009.pmd 106 23/6/2009, 08:55

Não se pode olvidar que o direito é um balizador de conduta, e como tal deve atuar como bússola, sinalizando qual o comportamento exigido para possibilitar a vida em sociedade. Quanto mais claros os parâmetros sinalizadores, mais eficazes os efeitos preventivos e a estabilidade social.

O rigor científico, na identificação das peculiaridades de institutos jurídicos diferentes, não existe como um fim em si mesmo. Visa evitar a confusão de alhos com bugalhos que, ao invés de aprimorar, cria obstáculos à prestação jurisdicional, tornando-a obscura e pouco compreensível, como está acontecendo com a questão que ora se examina, o que está deixando a comunidade jurídica perplexa. O escopo da ciência jurídica é evitar que se ande em círculos, apontando caminhos de solução concreta, que devem ser aplicados para otimizar a efetividade da jurisdição e fazer valer o princípio da eficiência. Para tanto, é preciso que se deixem fluir as mudanças adequadas para implementar a operacionalidade da jurisdição, necessárias para garantir o Estado Constitucional de Direito, como bem ressalta Luigi Ferrajoli[34].

17- O risco do retrocesso.

A necessidade de enfrentar uma nova realidade exige a implementação de novas ferramentas hermenêuticas a fim de se preservar a supremacia da Constituição. Num ambiente de ambivalência, em que navega a contemporaneidade, explica Barroso[35] que "a Constituição institui um conjunto de normas que deverão orientar sua escolha entre as alternativas possíveis: princípios, fins públicos, programas de ação".

Neste contexto, ao estabelecer a possibilidade de edição de Súmula Vinculante "após reiteradas decisões sobre matéria constitucional", o artigo 103 A da Constituição Federal de 1988 pretendeu valorar qualitativamente a decisão que se repete nestes julgamentos, e não as especificidades próprias de cada um, que são obviamente diferentes. Deste modo, não há amparo constitucional para atrelar a interpretação da Súmula Vinculante nº 4 às especificidades do último julgamento, quanto à matéria peculiar ali retratada no que se refere à remuneração de servidores estatais, pois o enunciado da súmula em nenhum momento evidenciou tratar desta questão específica, o que desautoriza tal conclusão, porque o que vincula é a decisão reiterada que acaba constituindo uma tese jurídica, e não os questionamentos peculiares que envolvem cada caso concreto, sob pena da súmula vinculante ser totalmente desfigurada e perder sua razão de ser.

Com efeito, qual o amparo legal e constitucional para concluir que uma súmula, que por natureza se extrai de vários julgados, seja interpretada apenas pelas especificidades do último recurso extraordinário em que a matéria foi apreciada?

Como sustentar que uma situação peculiar de servidores estaduais, cuja organização salarial é atípica, seja utilizada como critério genérico e balizador dos demais trabalhadores, que tem regime salarial totalmente distinto?

---

34 Ferrajoli, Luigi - Pasado y futuro del Estado de Derecho *in* Neoconstitucionalismo (s) - edición de Miguel Carbonell - Editorial Trotta S.A. - 2003 - Madrid.

35 Barroso, Luis Roberto - Fundamentos Teóricos e filosóficos do Novo Direito constitucional Brasileiro (pós modernidade, teoria crítica e pós-positivismo) *in* A nova interpretação constitucional - ponderação, direitos fundamentais e relações privadas - Editora Renovar Rio de Janeiro, 2006 - 2ª edição - págs. 1 a 48.

Rvst TRT8 2009.pmd 107 23/6/2009, 08:55

Como conferir efeito vinculante ao que não consta do enunciado da Súmula?

Como conferir interpretação que acirra o conflito e multiplica as situações de confronto, se a súmula vinculante foi instituída exatamente com escopo contrário, ou seja, de pacificação social apontando uma diretriz segura para a solução dos julgados?

Ora, se a súmula nº 4 diz claramente que o "salário-mínimo não pode ser utilizado como indexador" como concluir teratologicamente o contrário, ou seja, de que o salário-mínimo continua a ser utilizado como indexador?

Embora compreensível a força do conservadorismo tradicional na interpretação dos novos conceitos, é absolutamente indispensável que o direito abra suas janelas para deixar entrar o oxigênio da vida real que pulsa lá fora.

Manter as cortinas fechadas só contribuirá para o apequenamento e descrédito da atividade judicial, cujo compromisso é com a vida real de homens e mulheres de carne e osso, não com teorias e arquétipos estéreis, que neutralizam os princípios constitucionais, implodindo a unidade e harmonia do sistema.

Não há ciência jurídica se não for pautada por uma ética de responsabilidade pelos efeitos que determinadas interpretações provocam no dia a dia das pessoas que estão envolvidas nos conflitos. Não se decide para defender uma idéia, mas para apresentar soluções para um problema real de um ser humano concreto. A teorização só se justifica quando tiver compromisso com a solução e não apenas com o diletantismo discursivo, pois quem detém o monopólio da jurisdição não pode se dar ao luxo de ficar enredado numa discussão que gira em círculos.

É preciso estancar, portanto, esse movimento de retorno à perspectiva exclusivamente patrimonialista, que vem ocorrendo num ritmo preocupante, implodindo "os mais rudimentares fundamentos do Direito", que devem estar comprometidos com a dignidade do trabalhador e preservação de sua saúde, mas que sub-repticiamente procuram enveredar pelo caminho contrário, desconstruindo a civilização como "constituição de um esquema praxeológico a que se dá o nome de *ethos",*como explica Osvaldo Giacóia Junior[36]. Lamentando que a "humanização dos bárbaros primitivos acabou por resultar no surgimento de *novos bárbaros*, fazendo o *jogo começar de novo"*, o que poderá levar ao retorno às *relações de domínio*, com a vitória "da enfermidade e da escravidão", que se manifesta ao "privar o trabalhador do sentido de seu trabalho, ao transformá-lo em peça na engrenagem da produção e do consumo; ao promover a administração econômica global da terra e transformar o indivíduo em *espécime* de uma coletividade degradada, que tem as características de um rebanho uniforme - *de facto* preserva uma modalidade de escravidão que ela mesma, genericamente proscreve de Direito, de acordo com um cândido credo humanitário, inconsciente de sua má-fé"

Neste contexto, é preciso impedir a disseminação das situações contemporâneas de barbárie, em que um ser humano, para poder garantir o seu sustento, se vê obrigado a trabalhar em condições de insalubridade, que insidiosamente minam sua saúde.

---

36 Giacóia Junior, Oswaldo - Antigos e novos bárbaros - *in* Nietzche e Deleuze - Bárbaros, civilizados - organização - Daniel Lins e Peter Pál Pelbart - Editora Annablume - São Paulo - 2004 - págs. 189 a 203.

Rvst TRT8 2009.pmd 108 23/6/2009, 08:55

O desafio consiste, portanto, em permitir que o homem volte a "tomar posse de si mesmo", atuando o Direito como muro de resistência para evitar a instalação de uma insidiosa "barbárie civilizada",que acabará para anular o seu significado.

18- Conclusão

Na contemporaneidade não há mais espaço para sustentar um discurso excludente entre progresso econômico e padrão normativo constitucional. A preservação dos direitos fundamentais, mesmo nas relações entre particulares, supera a perspectiva meramente patrimonialista/contratual e se revela imprescindível para possibilitar o desenvolvimento sustentado da nação brasileira. Por referir-se à garantia de melhoria nas condições de saúde e segurança no local de trabalho, a questão do adicional de insalubridade extrapola os estreitos limites da contratualidade privada e deve ser analisada sob uma perspectiva mais abrangente.

Neste contexto, a validade da súmula vinculante nº 4 depende do preenchimento dos critérios estabelecidos pelo artigo 103 A da CF/88. Diferentemente do que ocorre nos casos de controle difuso e concentrado, não está atrelada a um processo específico e determinado, constituindo-se num *tertius genus* no controle da constitucionalidade, cuja legitimidade está pautada pela observância de reiterados julgados e quorum qualificado, de modo que seu efeito vinculante está restrito ao que consta de seu enunciado, existindo impossibilidade lógica de estendê-lo às diferentes fundamentações dos diversos julgados, ou de atrelá-lo ao último.

O enunciado da supra referida súmula estabelece expressamente que "o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado", nestes termos interpretando o disposto no inciso IV do artigo 7º da Lei Maior e assim fixando os parâmetros de seu comando vinculante.

A referência final, quanto à impossibilidade de "ser substituído por decisão judicial", veda a criação autônoma de novo indexador, como ocorria anteriormente com o critério estabelecido na Súmula 17, mas não impede a aplicação da analogia legal, de sorte que insustentável a interpretação que colide com a viga mestra de nosso sistema jurídico, assentado sobre a inafastabilidade da jurisdição e o *non liquet*, em que o juiz não pode eximir-se de sentenciar devendo, para tanto, valer-se das demais normas legais, principalmente de direito do trabalho.

Ao vedar a utilização do salário-mínimo e considerar o salário recebido como base de cálculo, tornando mais gravosa a prestação laboral em ambiente insalubre, a hermenêutica se escora no eixo constitucional.

Ao surgir como um *tertius genus* no controle da constitucionalidade, a súmula vinculante nº 4 implementa novas vias de acesso aos marcos constitucionais, que não se restringem à perspectiva dogmática de um positivismo estático, nem autorizam o extremo oposto de uma leitura pós-positivista, porque nascem num movimento endógeno e não exógeno, em que as forças que levam a esta autocorreção são geradas no coração do sistema positivado e não fora dele, a fim de manter a integridade do ordenamento. Trata-se de aplicar a analogia legal posta pelo próprio sistema, com a utilização do mesmo critério fixado em texto expresso de lei (artigo 193, parágrafo 1º da CLT), editada para disciplinar adicional de periculosidade, instituído no mesmo inciso da Lei Maior (XXIII do artigo 7º da CF/88), assim preservando a *ratio decidendi* e o princípio da eficácia

Rvst TRT8 2009.pmd 109 23/6/2009, 08:55

integradora da norma constitucional, notadamente a que erigiu a exigência de redução dos riscos inerentes ao trabalho como direito fundamental do trabalhador.

Num momento de risco ao retrocesso, como estamos vivendo, é necessário não só oferecer respostas, mas também nos livrarmos das falsas perguntas que tanto tem dificultado a busca de solução, pautando a análise da questão pela perspectiva da utilidade e eficácia, de uma jurisdição comprometida com as diretrizes traçadas pela Lei Maior.

Neste ano, em que se comemoram os 20 anos da Constituição Federal, a filtragem constitucional dos direitos trabalhistas se revela imprescindível para que a Carta, promulgada na primavera de 1988, apesar de cortada e recortada por mais de 60 emendas, possa voltar sempre inteira, como a coluna vertebral de um sistema normativo, que tem o escopo de implementar a maturidade institucional fundada no trabalho como valor axial.

19- Bibliografia

1-Holmes, Stephen and Sunstein, Cass R. - The cost of rights - Why liberty depends on taxes - W.W. Norton & Company, Inc. New York - EUA - 1999.

2-Soares Gonçalves, Carlos Eduardo - Produtividade e instituições no Brasil e no mundo: ensinamentos teóricos e empíricos - *in* Brasil - Globalizado - o Brasil em um mundo surpreendente - organizadores- Fábio Giambiagi, Octávio de Barros Elsevier Editora Ltda - Rio de Janeiro - 2008.

3-Bauman, Zygmunt - Modernidade e Ambivalência - Jorge Zahar Editor - Rio de Janeiro - 1999 - tradução de Marcos Penchel.

4-Ferreira Mendes, Gilmar, Mártires coelho, Inocêncio, Gonet Branco, Paulo Gustavo - Curso de Direito Constitucional - Editora Saraiva - 2008.

5-Canotilho, J.J. Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição - 5ª edição Almedina - Coimbra - Portugal - 2002.

6-Cléve, Clémerson Mérlin - O controle da constitucionalidade e a efetividade dos direitos fundamentais *in Jurisdição constitucional e Direitos fundamentais - José Adercio Leite Sampaio* - coordenador - Editora Del Rey - Belo Horizonte - 2003.

7-Carlesso, Luciano Arlindo - Direito Humano a um meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado - um direito de todos os seres humanos trabalhadores - Revista LTr - fevereiro de 2008.

8-Jornal O Estado de São Paulo - 29 de setembro de 2008 - pág. A20 e 23 de julho de 2008 - pág. B2 e 29 de setembro de 2008 - pág. A 20.

9-Fachin, Luiz Edson - Aspectos da racionalidade histórico-cultural do arquétipo inserido no Código Civil Brasileiro de 2002 *in* Novo Código Civil - cinco anos de vigência- Revista do Advogado - AASP - ano XXVIII - julho de 2008 - nº 98.

10-Meirelles, Hely Lopes - Mandado de Segurança - Malheiros Editores - 30ª edição - 1990.

11-Monnerat, Fábio Victor da Fonte - Reclamação. STF. Legitimação ativa. Atingidos por ADIN - *in* Revista de processo nº 142 - ano 31 - dezembro de 2006 - publicação oficial do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual.

12-Bauman Zygmunt - Modernidade e Ambivalência - Jorge Zahar Editor - Tradução

Rvst TRT8 2009.pmd 110 23/6/2009, 08:55

Marcos Penchel - Rio de Janeiro - 1999.

13-Giacóia Junior, Oswaldo - Antigos e novos bárbaros - *in* Nietzche e Deleuze - Bárbaros, civilizados - organização Daniel Lins e Peter Pál Pelbart- Editora Annablume - São Paulo - 2004.

14-Mendes, Gilmar Ferreira - Declaração de Inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade da lei na jurisprudência da Corte Constitucional Alemã - Revista Trimestral de Direito Público nº 9/95 - Malheiros Editores Ltda - São Paulo.

15-Mendes, Gilmar Ferreira - O apelo ao legislador - appellentscheidung - na praxis da Corte Constitucional Federal Alemã - in Revista do Ministério Público do Trabalho - Brasília - nº 3 - 1º semestre - março de 1992.

16-Ferrajoli, Luigi - Pasado y futuro del Estado de Derecho *in* Neoconstitucionalismo (s) - edición de Miguel Carbonell - Editorial Trotta S.A. - 2003 - Madrid.

17-Catharino, José Martins - Tratado Jurídico do Salário - Edição fac-similada - Editora LTr São Paulo/ Edusp - 1994.

18-Nascimento, Amauri Mascaro - Teoria Jurídica do Salário - Editora LTr Ltda - São Paulo - 1994.

19-Meirelles, Hely Lopes - Mandado de Segurança - 30ª edição - Malheiros Editores - São Paulo - 1990.

20-Arruda Alvim, Eduardo - Do cabimento de reclamação pelo descumprimento de súmula vinculante à luz da lei 11.417/2006 - *in* Revista Forense - volume 394 - ano 103 - nov/dez 2007.

21-Afonso da Silva, Virgílio - A constitucionalização do Direito - os direitos fundamentais nas relações entre particulares - Malheiros Editores - 2008 - 1º edição - 2ª tiragem.

22-Novais, Jorge Reis - Contributo para uma teoria do Estado de Direito - Almedina, Coimbra - Portugal - 2006.

23-Sarmento, Daniel - A dimensão objetiva dos direitos fundamentais: fragmentos de uma teoria - págs. 254 e 308 - *in* Jurisdição constitucional e direitos fundamentais- Editora Del Rey - Belo Horizonte - 2003 - org. José Adércio Leite Sampaio.

24-Miranda, Jorge - Manual de Direito Constitucional - Coimbra Editora Ltda - Coimbra - Portugal -tomo I - 4ª Edição - 1990.

25-Gadamer, Hans - Georg - Verdade e Método - 7ª Edição - Tradução de Flávio Paulo Meurer - Editora Vozes, Petrópolis - 2005.

26-Cossio, Carlos - El substrato filosófico de los métodos interpretativos - Revista Universidad - nº 6 - págs. 103 e 107, 1940 - Universidad Nacional Del Litoral - Santa Fé - Argentina.

27-Hart, Herbert L. A. - O conceito de Direito - Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa - Portugal - 3ª edição - 2001.

28-Miranda, Jorge - A constituição da educação e as propinas no ensino superior *in* Estudos em memória do Prof. Doutor João de Castro Mendes - Lisboa - 1995.

Rvst TRT8 2009.pmd 111 23/6/2009, 08:55

29-Alexy, Robert - Teoria dos direitos fundamentais - tradução de Virgílio Afonso da Silva da 5ª edição alemã - Malheiros Editores - São Paulo, 2008.

30-Canotilho, José Joaquim Gomes - Estudos sobre direitos fundamentais - Coimbra Editora - Ltda - Coimbra - Portugal - 2004.

31-Radbruch - Filosofia do Direito - Coimbra Editora - 1961- vol. 1.

32-Curso de Direito Constitucional - Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco - 2ª edição - Editora Saraiva - São Paulo - 2008.

33-Barroso, Luis Roberto - Fundamentos Teóricos e filosóficos do Novo Direito constitucional Brasileiro (pós modernidade, teoria crítica e pós-positivismo) *in* A nova interpretação constitucional - ponderação, direitos fundamentais e relações privadas - Editora Renovar - Rio de Janeiro - 2006.

Rvst TRT8 2009.pmd 112 23/6/2009, 08:55

A INDISPENSABILIDADE DO ADVOGADO E HONORÁRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Anteprojeto da OAB/RJ

Benedito Calheiros Bomfim *

Ofensa a princípios constitucionais e infraconstitucionais

Mesmo depois da Constituição/88 (art. 133), do CPC/73 (art.20), do Código Civil/02 e Estatuto da Advocacia (Lei 8906/94), continuam a viger o art. 791 da CLT e a Súmula 219 do Tribunal Superior do Trabalho, com base nos quais se consideram indevidos honorários sucumbenciais no Judiciário trabalhista.

A negativa de honorários de sucumbências na Justiça do Trabalho fere os princípios constitucionais da isonomia (art.5º), da "duração razoável do processo" (art. 5º, LXXVIII,) da essencialidade do advogado "à administração da Justiça" (art. 133), da "ampla defesa" (art. 5º, LV), do "direito ao devido processo legal" (CF,art.5º, LIV), do "primado do trabalho" e da justiça social (art. 193).

Ao manter, incidentalmente, a vigência do art. 791 da CLT, por entendê-lo compatível com a Carta Política de 1988, o Supremo Tribunal Federal, confirmando entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, adotou uma interpretação, mais que desarrazoada, ultraconservadora - pode-se dizer - de comprometimento político.

Essa mesma hermenêutica levou nossa mais alta Corte de Justiça a interpretar restritivamente o inciso I do art. 1º do Estatuto da Advocacia, ao decidir não ser privativa de advogado a postulação na Justiça do Trabalho, ratificando, assim, a validade do art. 791 da CLT.

Note-se - o que é mais estranho - que esse entendimento cristalizou-se sem que haja na Consolidação das Leis do Trabalho nenhuma vedação à concessão de honorários sucumbenciais. Essa verba veio a ser reconhecida - de maneira restritiva e desvirtuada - pela Lei 5.584/70, no Titulo da Assistência Judiciário, "a todo aquele, que (assistido por seu Sindicato) perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal" e àquele que provar "que sua situação econômica não permita demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família" (art. 9). Prescreve mais o citado diploma legal, no art. 17, que "Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente". Vale dizer: os advogados não são remunerados pelos serviços prestados, e os entes sindicais, dos quais são eles empregados, ainda fazem da assistência judiciária uma fonte de lucro, embora seja esta uma das finalidades estatutárias dos sindicatos.

Data de longe a postulação de associações de advogados trabalhistas e da OAB pela indispensabilidade da presença de advogado nas lides trabalhistas. Basta referir que em 2 de fevereiro de 1982, o Conselho Federal, apreciando o Proc. CP 2.514/81, do qual foi relator o autor destes comentários, apoiou projeto de Lei do então deputado Fernando Coelho, que alterava o art. 791 da CLT para tornar obrigatória a representação das partes por advogado, nas reclamações

---

* Da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Ex-Presidente da Associação Carioca de Advogados Trabalhistas e do Instituto dos Advogados Brasileiros e Integrante da Comissão de Honorários de Sucumbência da OAB/RJ.

Rvst TRT8 2009.pmd 113 23/6/2009, 08:55

trabalhistas. Idêntica reivindicação foi preconizada na Carta de Princípios da IV Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas, endossada também pela OAB/ Federal.

Por ter sido a denegação de honorários sucumbenciais pacificada, por súmula, na jurisprudência trabalhista, os juizes que julgavam devida essa verba deixaram de ressalvar sua opinião pessoal em contrário. A maioria dos advogados optou por idêntico procedimento, de vez que, uma eventual condenação em honorários advocatícios ensejaria existoso recurso oponível pela parte adversa, alongando desnecessariamente a tramitação do processo.

Admita-se que a persistência da mais alta Corte trabalhista e do Supremo Tribunal na manutenção do *jus postulandi*, possa não ter viés ou inspiração patronal, mas que favorece o empresariado, incentiva a litigiosidade em detrimento do trabalhador e retarda a tramitação processual, disso não resta a menor dúvida.

E isso na contramão da moderna tendência de todo o direito, que é o de assegurar amplo acesso à Justiça e lhe emprestar celeridade, efetividade e a mais completa garantia de defesa aos jurisdicionados. Note-se que tal entendimento reforça a inefetividade dos direitos constitucionais assegurados formalmente aos trabalhadores. É que estes, pelo real temor de serem despedidos, só recorrem à Justiça do Trabalho para reclamar a reparação dos direitos sonegados depois de extintos seus contratos de trabalho, quando não raro alguns deles já se encontram prescritos.

A negação da verba honorária tem efeito impactante na Justiça do Trabalho, em cujas pendências um das partes - o trabalhador - é hipossuficiente e os litígios, por envolverem verbas de natureza salarial, relacionam-se com sua sobrevivência e de sua família, enquanto na Justiça comum, cujas pendências envolvem interesses e direitos patrimoniais, tais honorários são devidos.

Há quem pense e diga que a Justiça do Trabalho é uma Justiça de nível inferior, de segunda categoria, por nela não admitir a obrigatoriedade do advogado nem honorários sucumbenciais.

Gênese e papel histórico do jus postulandi

Quando da instalação da Justiça do Trabalho em 1941, ainda sob a esfera administrativa, deferiu-se às partes o direito de, pessoalmente, reclamar, defender-se, recorrer e acompanhar a causa até final. Essa prerrogativa (jus postulandi) conferida aos litigantes justificava-se por então se tratar de uma Justiça administrativa, dotada de um sistema processual oral, concentrado, simples, informal e gratuita, além de que a ela eram submetidos, quase exclusivamente, casos triviais, corriqueiros, tais como indenização por despedida injusta, horas extraordinárias, tempo de serviço, salário, férias, anotação de carteira, relação de emprego. A composição das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento incluía juizes classistas, leigos em direito, cuja representação veio a ser posteriormente extinta. Na jurisprudência do primeiro decênio da Justiça do Trabalho, raramente são encontradas decisões fundamentadas em normas de direito processual comum, embora formalmente fosse admissível sua aplicação subsidiária. Tão singelos eram os procedimentos da nova Justiça, que, nos primeiros períodos, as reclamações eram formuladas, em sua grande maioria, verbalmente, pela própria parte, perante o Distribuidor, o qual as reduzia a termo e fornecia "ao interessado um recibo do qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, data da distribuição, o objeto da reclamação e o juízo ao qual foi distribuída". Portando tal papeleta, o reclamante

Rvst TRT8 2009.pmd 114 23/6/2009, 08:55

dirigia-se à Secretaria da Junta, e daí já saia ciente do dia e hora da audiência. Os arts. 783 a 788 da CLT, que dispõem sobre tais procedimentos, não foram revogadas nem alterados, embora, tais práticas sejam hoje exceção, um anacronismo. Essa simplicidade e informalidade permitiam que as partes se auto-representassem. Nos primórdios da Justiça do Trabalho, o presidente da Junta, costumava suprir, na própria audiência, as deficiências e erros da reclamação, já sumariamente reduzida a termo. Se o pedido continha erros demasiadamente grosseiros, a ponto de não comportar correção, era sumariamente arquivado. A jurisprudência desse período, por isso mesmo, excepcionalmente registra o verbete "Inépcia da Inicial". No "Dicionário de Decisões Trabalhistas" de 1955, p.ex., não aparece uma única ementa sobre esse tema e raramente outro de natureza processual civil.

Hipertrofia e formalização da Justiça do Trabalho

Ocorre, porém, que a Justiça do Trabalho, sob o influxo da industrialização, do desenvolvimento econômico, social e cultural do país, cresceu, expandiu-se, hipertrofiou-se, formalizou-se, solenizou-se, tornou-se enfim técnica e complexa. Compõem hoje o Judiciário trabalhista mais de 1.000 Varas do Trabalho e por ele, anualmente, tramitam 2 milhões de processos.

Por não existir Código de Direito Material nem Processual do Trabalho, a Justiça do Trabalho passou a adotar, supletivamente, a legislação processual e material civil, tributária, comercial, administrativa, penal, naquilo em que a CLT fosse omissa, desde que com esta compatível. A própria Consolidação das Leis do Trabalho, ao longo de sua vigência, sofreu cerca de mil alterações, nos caput de seus artigos, parágrafos, incisos, alíneas. Tornou-se árduo aos próprios advogados acompanhar as incessantes mudanças da legislação trabalhista e a extensa e cambiante jurisprudência de seus tribunais, com suas súmulas, orientações jurisprudenciais, precedentes normativos. A Justiça do Trabalho, em síntese, não apenas assimilou os procedimentos do direito processual comum, como também os vícios da Justiça comum, com seus formalismos, procedimentos, rituais, solenidade, com o que se tornou técnica e complexa.. Adotou institutos como a ação rescisória, tutela antecipada, pré-executividade, ação de atentado, consignatória, reconvenção, assedio sexual, dano moral, requisito de transcendência no recurso de revista, intervenção de terceiro, denunciação da lide, litispendência, ação monitoria, desconsideração da pessoa jurídica, mandado de segurança, recurso adesivo, *habeas corpus*.

Diante dessa pletora de inovações, a desafiarem até profissionais experientes, sustentar que o trabalhador está apto, possui capacidade técnica para postular e se defender pessoalmente, utilizar os recursos processuais disponíveis, entender os aludidos institutos processuais, atuar em liquidação de sentença, com as implicações jurídicas desta, beira a falta de bom senso, a irracionalidade, o absurdo. Nessas circunstâncias, o jus postulandi, que funcionou originariamente como uma meio prático, eficaz e imediato de o empregado e o pequeno e micro empregador defenderem-se, e verem reconhecidos seus direitos, tornou-se, já de algum tempo, inviável, especialmente se exercitado pelo trabalhador. E, se praticado o jus postulandi, sê-lo- ia em desfavor deste, inclusive porque o empregador excepcionalmente apresenta-se desassistido de advogado, desequilibrando a situação das partes. É fácil imaginar a incapacidade técnica do empregado, bem como do pequeno e micro empresário, que constituem a grande maioria do patronato, para, pessoalmente, insurgir-se contra cerceamento

Rvst TRT8 2009.pmd 115 23/6/2009, 08:55

de defesa, interpor recursos, observar prazos, oferecer contra-razões, sustentar oralmente o apelo. Em boa fé ou sã consciência, alguém pode achar que qualquer desses litigantes, máxime o empregado, tenha capacidade técnica de, ainda que com o mínimo de proveito, se desincumbir de tais encargos processuais? Trata-se de uma prerrogativa que, originariamente destinada a proteger as partes, com o passar do tempo reverteu contra seus interesses, notadamente do trabalhador, ao qual, principalmente, visava a proteger.

O *jus postulandi* constituiu um instituto adequado, justo, útil e necessário para a época, mas já cumpriu, e talvez bem, seu papel histórico, não mais se justificando sua manutenção.

Depois que a CF/88 estabeleceu ser "o Advogado indispensável à administração da Justiça", **sem excluir dessa regra a Justiça do Trabalho,** não há mais como admitir possa a parte postular e defender-se pessoalmente. Se a Carta Magna não excetuou a Justiça do Trabalho da regra geral que prescreve ser o advogado indispensável à atuação da Justiça, não é mais possível restringir nem, muito menos, criar exceção a esse princípio. Não se pode ler "o advogado é indispensável à administração da Justiça, **exceto na Justiça do Trabalho", onde está escrito na Constituição, simplesmente, "O advogado é indispensável à administração da Justiça".**

Incompatibilidade do art. 791/CLT com o art. 133/CF

O que é inadmissível é, em sã consciência, negar a evidência de contradição entre os artigos 791/CLT, que considera facultativa, opcional, a assistência de advogado, e o art. 133 da CF, que prescreve ser o "Advogado indispensável à administração da Justiça". O preceito da Lei Maior, como se vê, não excetuou dessa regra genérica e obrigatória a Justiça do Trabalho. Sem essa expressa exclusão, não pode a CLT dispor em contrário, ou seja, que nesse ramo especializado do Judiciário a intervenção do advogado é prescindível.

Nesse conflito entre um preceito constitucional e outro infraconstitucional, qual deve prevalecer? A resposta, por óbvia, esta sim, é dispensável. Tão flagrante é a incompatibilidade entre as duas normas, de hierarquia diversa, que isso se torna visível até aos olhos de qualquer leigo. Se um dispositivo de lei é incompatível com Constituição, o dever do juiz, no mínimo, é negar-lhe aplicação.

O *jus postulandi*, hoje, não passa de uma obsolescência, de uma ficção jurídica encravada na lei, que sobrevive graças ao conservadorismo dos tribunais de cúpula.

A assistência jurídica opcional nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e nos Federais não justifica que também o seja na Justiça do Trabalho. A uma, porque a competência deles está limitada ao máximo de 40 e 60 salários mínimos; respectivamente; a duas, porque são regidos por um sistema processual especial, extremamente simples, prático, informal, inadmitindo-se intervenção de terceiro nem reconvenção; a três, porque de suas decisões é admissível unicamente recurso para o próprio Juizado, a ser julgado por uma Turma composta de juízes de 1º grau, caso em que é obrigatória a representação por advogado. Leve-se em conta mais que os Juizados Especiais "são providos por juízes togados e leigos", competentes para conhecer de "causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante procedimentos oral e sumaríssimo" (CF, art. 98).. De sua alçada, além disso, são excluídas, entre outras causas, a de natureza alimentar. Trata-se, pois, de instituições judiciais com sistema, composição, alcance e estrutura diferenciados.

Rvst TRT8 2009.pmd 116 23/6/2009, 08:55

Comentando o art. 133 da CF/88, José Afonso da Silva observa que "o princípio da essencialidade do advogado na administração da Justiça é agora mais rígido, parecendo, pois, não mais se admitir postulação judicial por leigos, mesmo em causa própria, salvo falta de advogado que o faça". (Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros Editores, 9ª edição, pág. 510).

Ao restringir os honorários de sucumbência aos casos em que o reclamante, percebendo dobro do salário mínimo, está assistido pelo Sindicato e, ainda mais, fazendo reverter ao ente sindical os honorários, a jurisprudência trabalhista, está, por outro lado, criando óbice ao acesso à Justiça, o que contravém o art. 5º, XXXV, da Carta Maior. E, ao atribuir ao assalariado o ônus dos honorários de seu advogado particular, além de incentivar a litigiosidade por parte do empregador atenta, de outra parte, contra o principio da gratuidade que informa a Justiça do Trabalho.

A negativa de honorários e o Código Civil

Ademais, obrigado a desembolsar dinheiro para honorários de seu advogado particular, retirado do montante reconhecido por sentença judicial, a reparação obtida pelo trabalhador, conquanto considerada de natureza alimentar, é parcial, incompleta. Embora compelido a recorrer à Justiça, para fazer prevalecer a lei e o contrato de trabalho inadimplido pelo empresário, que lhe sonegou verbas a que tinha direito, e depois de vê-las reconhecidos em juízo após anos de tramitação, ainda assim só receberá parte da reparação pecuniária, porque terá de destinar parcela da mesma ao pagamento do advogado de sua confiança, que teve de constituir.

Esse desfalque dos direitos do pleiteante contraria o art. 389 do atual Código Civil (de aplicação subsidiária à Justiça do Trabalho), o qual dispõe que, não sendo cumprida a obrigação, o devedor responde "por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado". Por sua vez, o art. 404 do mesmo Código estatui que as perdas e danos nas obrigações de pagamento em dinheiro compreendem "juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional". Se, para obter a recomposição do prejuízo sofrido o reclamante teve de contratar profissional, é irrecusável o direito de ser integralmente ressarcido por quem o levou à contratação de advogado.

De outra parte, sabendo-se desonerado de honorários de sucumbência, o empregador sente-se estimulado a sonegar direitos trabalhistas, a litigar, resistir e protelar a solução final do pleito, com o que aumenta a quantidade de reclamações, tornando, em consequência, mais congestionado e mais lento o Judiciário trabalhista. Com o assim proceder, contraria a garantia constitucional da "duração razoável do processo", o que também implica dificultar o acesso à Justiça. Pois a morosidade, não apenas traz prejuízo ao Judiciário e ao trabalhador, mas, muitas vezes, induz este a desistir de ingressar na Justiça, quando não a firmar acordo lesivo a seus interesses.

Demais disso, reconhecer honorários sucumbenciais ao trabalhador quando pleiteia e vence na Justiça comum, e não fazê-lo na Justiça do Trabalho, na qual o objeto do pedido é de natureza alimentar, além de gritante incongruência e injustiça, contravém o princípio constitucional da isonomia. O direito subjetivo da parte de, na Justiça do Trabalho, contratar os serviços do profissional de sua confiança - como ressalta o magistrado trabalhista Francisco C. Lima Filho "integra o núcleo essencial do direito fundamental de acesso à justiça que pressupõe

Rvst TRT8 2009.pmd 117 23/6/2009, 08:55

uma defesa efetiva como constitucionalmente garantido no inciso XXXV, do art. 5º, do Texto de 1988".

Não se objete que, se extinto o direito de auto-representação das partes, o reclamante, quando sucumbente, seria onerado com honorários advocatícios, uma vez que, segundo o inciso LXXIV do art. 5º da CF, comprovada o estado de pobreza, estaria ele isento de tal ônus, isso para não falar no benefício das Leis 1.060/50 e 7.115/83.

Inexiste vedação legal à concessão de honorários

Acresce que - como assinala também o juiz trabalhista Marcelo Luis de Souza Ferreira - "não há na lei expressa vedação à concessão de honorários advocatícios para os casos de assistência por advogado particular nem tampouco dispositivo que afaste do Direito do Trabalho o princípio da plena reparação de danos (...). Desta forma, a se entender que o art. 16 da Lei 5.584/70 restringe a concessão de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho às hipóteses de assistência judiciária, estamos diante de uma interpretação ampliativa (...) contrária aos princípios de direito material e processual do trabalho, pois vem em flagrante prejuízo do trabalhador, impondo-lhe o ônus de suportar sozinho os custos da assistência profissional necessária".

Mais ainda - aduzimos - a recusa à concessão da verba honorária neutraliza o princípio basilar de toda a legislação do trabalho, a qual, para contrabalançar a superioridade econômica do empregador, outorga superioridade jurídica ao assalariado. Com o transferir tal ônus a este, retira-se o caráter tutelar e protecionista do trabalhador que informa o Direito do Trabalho.

Em seus lúcidos comentários ao art. 791 da CLT, em 1960, já observava, com propriedade, o mestre Victor Russomano:

"A prática nos tem demonstrado que, ao menos no Brasil, não é aconselhável o sistema. O índice intelectual do empregado e do empregador não é, entre nós, suficientemente alto para que eles compreendam, sem certas dificuldades, as razões de ser da Justiça do Trabalho, as suas atribuições de aplicar aos fatos uma lei protecionista do trabalhador, mas interpretada com imparcialidade. Por outro lado, o direito judiciário está subordinado aos princípios e aos postulados medulares de toda a ciência jurídica, que fogem à compreensão dos leigos. É sempre um ramo do direito positivo com regras abundantes e que demandam análises de hermeneuta, por mais simples que queriam ser. O resultado disso tudo é que a parte que comparece sem procurador, nos feitos trabalhistas, recai em uma inferioridade processual assimbrosa. Muitas vezes o juiz sente que a parte está com o direito a seu favor. A própria alegação do interessado, entretanto, põe por terra a sua pretensão, porque mal fundamentada, mal articulada, mal explicada e, sobretudo, mal defendida. Na condução da prova, o problema se acentua e se agrava. E todos sabemos que a decisão depende do que os autos revelarem e que os autos revelam o que está provado.

Não há porque fugirmos, no processo trabalhista, às linhas mestras da nossa formação jurídica. Devemos tornar obrigatória a presença do procurador legalmente constituído, em todas as ações de competência da Justiça do Trabalho, quer para o empregado, quer para o empregador" (Comentários a CLT, Vol. IV, 5ª edição, pág. 1350, ed. José Konfino).

Acontece mais que, após a Emenda Constitucional 45/04, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, através da Instrução Normativa nº 27, de 22.02.2005, admitiu honorários de sucumbência

Rvst TRT8 2009.pmd 118 23/6/2009, 08:55

nas lides decorrentes da relação de trabalho. Evidencia-se, assim, novamente, tratamento desigual e discriminatório, e, desta vez, na mesma Justiça, com quebra frontal do princípio constitucional da isonomia.

Entre os Enunciados aprovados na Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em novembro de 2007, com a participação de magistrados, advogados e associações trabalhistas, aprovou-se o de nº 79, com este teor: "Honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho. As partes, em reclamatória trabalhista, e nas demais ações da competência da Justiça do Trabalho, na forma da lei, têm direito a demandar em juízo através de procurador de sua livre escolha, forte no princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil), sendo, em tal caso, devidos os honorários de sucumbência, exceto quando a parte sucumbente estiver ao abrigo do benefício da justiça gratuita". Sem a verba honorária, repise-se, a reparação não será completa, plena.

Destarte, pode-se afirmar que os honorários advocatícios não decorrem apenas do estatuído no Código Civil, consoante o princípio da reparação integral do dano (art. 944 do mesmo Estatuto), mas principalmente da regra constitucional *da indispensabilidade do advogado em qualquer Juízo e do caráter tutelar do trabalhador* que informa a CLT.

Defrontamo-nos, pois, com este paradoxo: enquanto na Justiça comum adotam-se medidas, entre elas a redução de recursos e súmula vinculante, visando à agilização da tramitação processual, na Justiça do Trabalho, que, por sua natureza e destinação deveria ser a mais célere, incentiva-se a litigiosidade, mediante a desoneração de honorários sucumbenciais em benefício precípuo do empregador.

Alguns juízes e Tribunais Regionais, ultimamente, vêm reconhecendo a indispensabilidade do advogado e honorários na Justiça do Trabalho.

É, pois, chegado o momento de varrer a obsoleta, ultrapassada figura do *jus postulandi.*

Anteprojeto de lei instituindo honorários de sucumbência

Diante de tão significativas mudanças e transformações, próprias do dinamismo do Direito do Trabalho, reacende-se a velha polêmica, que parecia adormecida, sobre a auto-representação na Justiça do Trabalho.

Entre as iniciativas visando a por termo à controvérsia, inclui-se a da OAB/RJ, que criou uma Comissão de Honorários de Sucumbência na Justiça do Trabalho, presidida pelo Conselheiro Nicola Piraino e integrada pelo Min. Arnaldo Süssekind e o autor do presente estudo.

Essa comissão acaba de elaborar anteprojeto de lei, a ser submetido à Seccional da OAB, instituindo honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, assim redigido:

Lei nº ....., de .....

Dá nova redação a disposição da CLT

Art. 1º - Os artigos 839 e 876 da Consolidação das Leis do Trabalho passam a viger com a seguinte redação:

"**Art. 839** - A reclamação será apresentada:

a) por advogado legalmente habilitado, que poderá também atuar em causa própria.

b) pelo Ministério Público do Trabalho."

"**Art. 876** - .....

Rvst TRT8 2009.pmd 119 23/6/2009, 08:55

§ 1º - Serão devidos honorários de sucumbência ao advogado que patrocinou a demanda judicial, fixados entre 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, e, ao arbítrio do Juiz, será estipulado valor monetário indenizatório sob igual título, nas causas de valor inestimável.

§ 2º - Fica vedada a condenação recíproca e proporcional da sucumbência.

§ 3º - Os honorários advocatícios serão devidos pelo vencido, exceto se este for beneficiário de gratuidade de justiça.

§ 4º - No caso de assistência processual por advogado de entidade sindical, os honorários de sucumbência, pagos pelo vencido, serão revertidos ao profissional que patrocinou e atuou na causa.

§ 5º - Serão executados *ex-officio* os créditos previdenciários resultantes de condenação ou homologação de acordo.

§ 6º - Ficam revogados o 791 da CLT e os arts. 16 e 18 da Lei 5.584, de 26 de junho de 1970 e demais dispositivos incompatíveis com a presente Lei."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rvst TRT8 2009.pmd 120 23/6/2009, 08:55


DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO
REVISTA
DO
TRIBUNAL
REGIONAL
DO TRABALHO
DA 8a. REGIÃO
ANO VI - N.º 10
JANEIRO - JUNHO - 1973

REGISTRO

Rvst TRT8 2009.pmd 122 23/6/2009, 08:55

DISCURSO PROFERIDO AO SAIR DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRT DA 8ª REGIÃO *

José Edílsimo Eliziário Bentes **

Logo mais, dentro de pouquíssimo tempo, estarei deixando a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

Estou entregando a Presidência com a sensação do dever cumprido. Há 2 (dois) anos atrás quando tomei posse no cargo, em meu pronunciamento, demonstrei toda minha preocupação ao dizer que "o magistrado em geral e do trabalho em particular, ao ingressar na magistratura recebe treinamento para fazer audiência, instruir processos, despachar, fazer sentenças, votos, mas ele não é treinado para administrar".

A observação que fiz àquela altura, tinha e tem por pressuposto o fato de que no Brasil o Juiz exerce duas funções distintas: função jurisdicional e função administrativa. No sistema anglo-americano o magistrado se dedica quase que totalmente à função jurisdicional, os encargos administrativos são reduzidíssimos.

O que realizamos, eu e meus colegas de magistratura, e o que deixei de realizar, já foi objeto de prestação de contas aos meus pares na sessão extraordinária, para esse fim realizada, no dia 28 de novembro próximo passado.

Entretanto, na condição de agente público que sou, devo fazer, para conhecimento de todos, um sintético relato do que foi feito pela administração que ora encerra seu mandato.

As principais ações empreendidas no biênio 2006-2008, incluindo as iniciadas antes da aprovação do Planejamento Estratégico, foram alinhadas em quatro perspectivas de gestão, a saber: *sociedade*, *gestão de processos*, *aprendizado e crescimento* e *gestão orçamentária e financeira*.

Essa divisão, bem planejada, permite um equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazos e entre medidas financeiras e não financeiras, o que é fundamental para a consolidação do modelo de gestão estratégica de um Tribunal.

Sob a perspectiva da sociedade, o Tribunal priorizou a satisfação do jurisdicionado, direcionando suas ações para a garantia da razoável duração do processo, com ênfase na execução.

Nesse exato sentido, foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes iniciativas:

PROJETO CONCILIAR: com amparo na Recomendação CNJ Nº 8/2007, foi instituído o *Projeto Conciliar* no âmbito da Justiça do Trabalho da 8ª Região, tendo sido criada uma *Comissão Permanente de Conciliação,* encarregada de promover o planejamento e a execução de ações voltadas para a conciliação em primeira e segunda instância, inclusive perante as fazendas públicas federal, estadual e municipal. O resultado tem sido excelente, inclusive em relação aos processos nos quais foi interposto Recurso de Revista.

---

* Discurso proferido na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2008/2010, no dia 5 de dezembro de 2008.

** Presidente do TRT da 8ª Região no biênio 2006/2008.

Rvst TRT8 2009.pmd 123 23/6/2009, 08:55

VARAS ITINERANTES: a Justiça do Trabalho da 8ª Região, consciente de sua missão institucional, e no uso da competência prevista no seu Regimento Interno, expediu Ordem de Serviço normatizando o funcionamento da atividade itinerante.

CENTRAL DE MANDADOS: com o novo modelo de gestão empreendido pelas Diretorias do Foro de Belém e da Central de Mandados, houve uma expressiva melhora na taxa de congestionamento na fase de execução trabalhista na 8ª Região: em 2004, a taxa foi de 53,68%, passando para 54,60% em 2005 e 54,24% em 2006. Em 2007, essa mesma taxa ficou em 45,82%, a menor da Justiça do Trabalho em todo o Brasil, bem abaixo da média nacional que é de 66,46%, de acordo com os dados fornecidos pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Os números refletem o sucesso das ações empreendidas sob a perspectiva da sociedade, visto que o montante de valores pagos aos reclamantes em decorrência de execuções cresceu em 19,34%, passando de R$ 235.980.783,55, em 2007, para R$ 281.634.632,96, até setembro de 2008.

Sob a perspectiva da gestão de processos, o Tribunal priorizou a racionalização e a simplificação de procedimentos nos processos judiciais, bem como a implementação de políticas para tornar efetiva a atividade meio. Com esse propósito, foram empreendidas as seguintes ações:

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO: na condição de Presidente, designei um grupo de trabalho, sob a coordenação da Corregedoria Regional, para elaborar o manual de procedimentos das fases de conhecimento e execução. A padronização de procedimentos trará benefícios para juízes, servidores, advogados e acima de tudo para o jurisdicionado.

MANUAL DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E O NOVO SISTEMA DE TRAMITAÇÃO: com o propósito de instrumentalizar as ações relativas aos processos administrativos que tramitam no Tribunal, a Presidência designou um grupo de trabalho responsável pela sua elaboração. Cada etapa do processo foi individualizada, tornando visível não somente a tramitação, mas a ação a ser adotada pelo servidor, operador do procedimento, contribuindo com a redução da carga de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

CERTIDÃO NEGATIVA: a partir de 07.01.2009 entrará em vigor a Resolução nº 326/2008, que trata da uniformização do procedimento de expedição de Certidão Negativa pelas Varas Trabalhistas dos Estados do Pará e Amapá.

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS: instituídas em cumprimento à Resolução CNJ nº 46/2007, com o objetivo de padronizar e unificar a terminologia das classes, assuntos e movimentação processuais de todo o Poder Judiciário nacional. A 8ª Região desenvolveu uma solução que permite a liquidação do processo desde a fase postulatória até a prolação da sentença e do acórdão.

Sob a perspectiva do aprendizado e crescimento, o Tribunal privilegiou o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação. Também buscou desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa, além de estimular a criação e implementação de uma política de gestão de pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana.

Rvst TRT8 2009.pmd 124 23/6/2009, 08:55

Para o alcance desses objetivos, foi reestruturada a Secretaria de Recursos Humanos; instituída a Escola do Servidor e o Núcleo do Campus Virtual; foi contratado um serviço de consultoria para o mapeamento de competências de 60 (sessenta) servidores ocupantes de cargos de natureza gerencial; foram aprovados também a Política de Recursos Humanos e os Programas de Capacitação, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Reconhecimento e Valorização das Pessoas.

Ainda sob essa mesma perspectiva, nos últimos dois anos, foram realizados três concursos públicos para Juiz do Trabalho Substituto, com aprovação e posse de 20 (vinte) novos magistrados; criado o Programa TRT Ambiental e implementado várias mudanças no Plano de Assistência à Saúde, com destaque para a assinatura do convênio com a Unimed, oferecendo mais facilidades e diversidade no atendimento aos servidores de fora da sede, que por muito tempo aguardavam por essa melhoria.

Em 1º.12.2008, o Órgão Especial do TST aprovou o anteprojeto de lei que amplia o quadro de servidores do TRT da 8ª Região. De acordo com o texto anteriormente aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, serão criados 344 cargos efetivos, sendo 199 de analista judiciário, nível superior, e 145 de técnico judiciário, nível médio; além de 9 cargos em comissão e 116 funções comissionadas. O anteprojeto de lei passa, agora, à análise e aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo depois encaminhado ao Congresso Nacional.

Na área de informática, foram desenvolvidas as seguintes ações: Liquidação Eletrônica, que permite a troca de informações financeiras entre os TRTs e o Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal; melhoria da infraestrutura, com a aquisição de diversos Servidores (computadores de grande porte) para atualizar o parque tecnológico do Tribunal; implantação do sistema de videoconferência doado pelo TST; substituição de todos os circuitos de dados das Varas de fora da sede pelos novos circuitos contratados pelo TST, junto à concessionária Embratel; implantação de sistemas nacionais no TRT-8ª - Sistema de Peticionamento Eletrônico (e-Doc), Sistema de Auxílio a Despacho de Recursos (e-Recurso), Sistema de Carta Precatória Eletrônica e concluída a licitação para desenvolvimento do novo portal da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

O Tribunal também aprovou as Políticas de Segurança Institucional e Segurança da Informação, da Comunicação Institucional e reestruturou a Ouvidoria Regional.

Em 11.09.2007 foi entregue a Sala de Acesso ao TRT *on line*, que se destina a prestar apoio aos advogados.

Sob a perspectiva da gestão orçamentária e financeira, o Tribunal atua no sentido de assegurar a responsabilidade na gestão do orçamento público, vinculando a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Órgão. Desse modo, foram desenvolvidas iniciativas como a Reestruturação do Serviço de Auditoria e Controle Interno e os Sistemas Eletrônicos de Compras.

Na parte da Infraestrutura, no final do ano de 2006, conseguimos aprovar um crédito especial no valor de R$-300.000,00 destinado a registrar no orçamento a rubrica de ampliação do Ed. Sede - Anexo V, deste Tribunal. Em fevereiro de 2007 foi apresentado e aprovado o projeto arquitetônico e após ultrapassadas algumas fases de formalização, iniciou-se a elaboração e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos necessários à construção, encontrando-se em fase de aprovação pelo órgão municipal.

Rvst TRT8 2009.pmd 125 23/6/2009, 08:55

Instalamos a 2ª VT de Tucuruí e a 2ª VT de Parauapebas, reformamos, com adaptações adequadas para os novos instrumentos de trabalho, 16 (dezesseis) Varas da Região. Foi feita a reforma do Fórum de Ananindeua, onde também construímos o Arquivo Público Metropolitano e as novas instalações da 3ª VT daquele município.

Revitalizamos, com significativas melhorias, as Salas de Sessões do Tribunal Pleno e das Turmas, modernizamos o sistema de transporte vertical do edifício sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, mediante a substituição dos elevadores existentes por outros mais eficientes e lançamos o Projeto Justiça do Trabalho 24 (vinte e quatro) horas que permitirá aos jurisdicionados o protocolo 24 (vinte e quatro) horas através da instalação de um *Drive Thru*, em parceria com o Município de Belém.

A administração pública em geral e a do Poder Judiciário em particular está atravessando um momento de adaptação. Estamos saindo da fase documental para a fase virtual. É um momento difícil dada a nossa cultura, que sempre foi, e ainda é, voltada para a escrituração dos atos, especialmente os atos judiciais.

A forma de conduzir uma instituição como é um Tribunal de Justiça, seja ele da Justiça Estadual ou da Justiça Federal, Comum ou Especializada, exige do administrador, nos dias atuais, um assessoramento extraordinário, porque já foi o tempo em que o Presidente do Regional podia fazer tudo sozinho, hoje as operações e as ferramentas de trabalho pedem conhecimento técnico especializado, porque estamos na era do processo informatizado.

No caso específico da Justiça do Trabalho, como resultado de um esforço concentrado e decisivo de seu órgão de cúpula, no caso o Tribunal Superior do Trabalho, os 24 (vinte e quatro) Tribunais Regionais passaram a trabalhar juntos, estão falando a mesma linguagem, as ações deixaram de ser isoladas. O Presidente do TST, Ministro Rider Nogueira de Brito, tem afirmado com freqüência que a Justiça do Trabalho está deixando de ser um arquipélago para se tornar um continente.

A liderança das iniciativas da Justiça do Trabalho no Brasil é do TST e o elo entre o órgão central e os Regionais tem sido o Colégio de Presidentes e Corregedores. Essa aliança tem minimizado as dificuldades do Gestor dos Tribunais.

Quanto a mim, entendo que hoje estou encerrando mais um ciclo de minha vida na Justiça do Trabalho. Fui de Oficial de Justiça-Avaliador a Presidente da instituição e, nesta última condição, e em razão do cargo, integrei por 2 (dois) anos o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ainda o Colégio de Presidente e Corregedores. Ganhei no aprendizado e na experiência.

Na Índia, alguns mestres dizem que devemos viver em estado de agradecimento.

Devemos agradecer pelos mistérios da vida. Agradecer pelo sol, mas também pela chuva. Agradecer pelo dia, mas também pela noite. Agradecer tanto as vitórias como as derrotas, pois ambas são fontes de grandes lições.

Vamos, pois, agradecer.

Cumpri mais uma missão e nesse caminhar recebi ajuda das autoridades constituídas do Estado, do TST, tive permanente colaboração dos senhores servidores, em especial daqueles que diuturnamente estiveram do meu lado, fazendo parte da minha equipe de trabalho. Sempre tive o apoio de meus pares, os senhores Desembargadores, é verdade que divergências

Rvst TRT8 2009.pmd 126 23/6/2009, 08:55

existiram, mas todos sempre me distinguiram com respeito e cordialidade, mesmo quando discordaram de minhas proposições. Quero, portanto, neste momento, render minhas homenagens e deixar meu agradecimento a todas essas pessoas.

Ao lado de agradecer a Deus, quero igualmente agradecer à minha família e aos meus amigos que graças a Deus os tenho.

Para um homem trabalhar bem e enfrentar com dignidade e com coragem as agruras que o encargo de Presidente de um órgão público lhe impõe, é preciso que ele sinta ao seu lado a presença forte e firme de seus familiares e de seus amigos. A eles, e a todos, o meu Muito Obrigado.

Rvst TRT8 2009.pmd 127 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 128 23/6/2009, 08:55

DISCURSO DE SAUDAÇÃO DA AMATRA VIII *

Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior **

Inicialmente, justifico a ausência do Desembargador Gabriel Napoleão Veloso Filho, que está licenciado por motivo de saúde e aproveito para informar que o presidente da AMATRA VIII estará de volta ao nosso meio na próxima segunda-feira, com a sua saúde completamente recuperada, graças a Deus.

Bem, a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, que congrega, em seus quadros, os magistrados do trabalho dos Estados do Pará e Amapá, quer, de início, **homenagear** o E. TRT da 8ª Região, por salvaguardar o direito de voz da entidade nas sessões de posse de juízes, desembargadores e de novos mandatários.

Trata-se de postura democrática, que marca este Tribunal tão reconhecido pelas suas várias ações, em todas as direções vanguardeiras.

Neste passo, parabenizamos os Desembargadores que concluem os seus mandatos à frente de nosso Tribunal: Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - na presidência; Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa - Vice-Presidência; e Desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal - Corregedoria, pelo grande trabalho realizado neste dois últimos anos, marcados pelo diálogo e incentivo.

Na pessoa do Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, quero cumprimentar, em nome da AMATRA VIII, a Administração que se finda, registrando a honra de tê-los em nosso quadro de associados e ressaltando a postura ética da gestão que se encerra. Popper disse:

"Se examinarmos com cuidado, ficará claro que sempre, seja em nossas reformas, seja em qualquer nova melhoria econômica, não fazemos mais do que praticar ética."

Fica registrado, de público, os agradecimentos e homenagens da AMATRA VIII pela postura ética desta Administração. Parabéns!

Feito este registro de agradecimento e reconhecimento, faz-se necessário registrar que a magistratura brasileira tem pugnado, em várias frentes, pela melhoria das relações jurídico-políticas em nosso país.

Por óbvio que a nação que tem a consciência jurídico-política da importância do princípio da separação dos poderes e, por conseqüência, da independência do juiz singular, é considerada por todos como avançada no que tange às suas fórmulas de organização social, a partir de um texto constitucional que albergue a garantia das garantias em seu bojo: a separação dos poderes.

O cidadão, de um modo geral, precisa ter esta percepção, havendo necessidade de que a sociedade tenha, no processo sócio-educativo, a consciência da importância da separação dos poderes e da independência do magistrado, que existem não em função de pessoas, mas em razão da sociedade.

---

* Saudação da AMATRA VIII, proferida na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2008/2010, no dia 5 de dezembro de 2008.

** Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Rvst TRT8 2009.pmd 129 23/6/2009, 08:55

Não resta dúvida que, hoje, mais do que em outros tempos, faz-se mister concretizar esta garantia, sob pena de não existir democracia.

Não há democracia sem magistrados independentes funcionalmente e esta independência deve ser de forma firme exigida pela sociedade, sob pena de se retornar para as cafuas do obscurantismo.

No momento atual, as entidades representativas de magistrados estão envolvidas em um fronte muito importante para a sociedade, que é a concretização da prerrogativa da independência da magistratura, sempre temperada pelo acento dos freios e contrapesos, em conjunto com a formação do magistrado com a consciência de que todo poder emana do povo e de que a Constituição tem que ser efetivada e lhe serve de bússola.

Nesse diapasão, queremos, outrossim, parabenizar e homenagear os novos administradores do E. TRT da 8ª Região, todos magistrados de carreira, brilhantes e com uma extensa folha de serviços prestados para a sociedade:

Dr. Herbert Tadeu de Matos, na Corregedoria Regional, magistrado profundamente comprometido com a justiça, concretamente.

Dra. Odete de Almeida Alves, na Vice-Presidência, magistrada exemplar e grandemente comprometida com a formação de gerações de juízes.

Dra. Francisca Oliveira Formigosa, na Presidência, juíza de escol, caracterizada pela fidalguia, gentileza no trato, sensibilidade e efetividade nas ações do Judiciário.

Quero homenagear, em nome dos magistrados do trabalho da 8ª Região, associados da AMATRA VIII, estes nobres desembargadores que hoje iniciam esta nova jornada em suas carreiras, na certeza de que os rumos escolhidos serão os melhores para esta Casa de Justiça. Parabéns!

Caríssima Dra. Formigo, na pessoa de quem homenageio os Desembargadores que hoje passam a administrar o nosso Tribunal. Luther King, em seu último discurso, disse que não queria ser lembrado por comendas, títulos ou honrarias, mas por ter sido ARAUTO. Arauto da justiça, arauto do Direito e arauto da paz.

Que Vossas excelência continuem a ser e sejam cada vez mais arautos da Justiça, do Direito e da paz. Que Deus o Pai, através de seu filho Jesus Cristo, vos abençoe.

Rvst TRT8 2009.pmd 130 23/6/2009, 08:55

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA SOLENIDADE DE POSSE DA NOVA DIREÇÃO DO TRT DA 8ª REGIÃO *

Loana Lia Gentil Uliana **

Sinto-me honrada de, representando nesta solenidade, o Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho Dr. Otávio Brito Lopes e os demais colegas de nossa Instituição, proferir a saudação à nova direção deste Tribunal, ora empossada para o biênio 2008/2010.

Inicialmente, minhas palavras são dirigidas à administração que nesta ocasião se despede, especialmente ao Digno Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, que Presidiu esta Corte nos últimos dois anos.

Tendo participado da sessão do Tribunal Pleno de 29 de novembro último, foi com enorme satisfação que assisti ao vídeo de apresentação do Relatório de Gestão do biênio 2006/2008, quando este Tribunal esteve sob o comando administrativo do Desembargador José Edílsimo, tendo a Dra. Francisca Formigosa na Vice-Presidência e Dra. Pastora Leal, na Corregedoria.

Naquela sessão constatei o cumprimento das principais metas assumidas pelo Desembargador Edílsimo no ato de sua posse, há dois anos atrás, quando enfatizou, no discurso proferido naquela ocasião que: "nada adiantará um judiciário com belas instalações, com boa ferramenta de trabalho se o sistema judiciário não for eficiente e operante".

E em busca dessa meta, em sua gestão, entre outros importantes feitos, aprovou por meio da Resolução 807/2007, o Planejamento Estratégico deste Tribunal, buscando a eficiência e a modernização prometidas, mas priorizando em primeiro lugar sociedade, além da adequada gestão de processos, o aprendizado, o crescimento e a gestão orçamentária e financeira, tudo como meio de assegurar a meta principal: a garantia do amplo e adequado acesso à justiça, em face da natureza alimentar da prestação assegurada pela Justiça do Trabalho.

Ressalte-se também que o final de sua gestão foi coroado com o importante e inédito feito de ser este TRT da 8ª Região, detentor do honroso registro do menor índice de congestionamento de processos, entre todos os tribunais trabalhistas.

Assim, marcando sua gestão pelo elevado sentimento de justiça, serenidade, sabedoria, elegância no trato, equilíbrio e moderação, suplantando as barreiras inevitáveis com diálogo franco e aberto, o Desembargador José Edílsimo pode ter a convicção de que encerra sua missão com a sensação de dever cumprido, em razão de seu esforço e engajamento pessoal por uma melhor resposta a favor da sociedade e certeza que o seu trabalho contribuiu para o engrandecimento desta justiça.

---

* Saudação do Ministério Público do Trabalho, preferida na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2008/2010, no dia 5 de dezembro de 2008.

** Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

Rvst TRT8 2009.pmd 131 23/6/2009, 08:55

Em razão da norma salutar de alternância na administração das instituições, na medida em que assim se exterioriza e se dá consistência ao processo democrático, é empossada nesta ocasião a nova administração deste TRT, tendo como Presidente a Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, Vice-Presidente a Desembargadora Odete de Almeida Alves e Corregedor o Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos.

O Ministério Público do Trabalho saúda e parabeniza esses desembargadores, certo de que tal renovação, ao invés de consistir na quebra de um plano estratégico minuciosamente articulado, implicará na sua continuidade e aprimoramento e em novas e importantes realizações, já que por todos conhecidos os seus méritos.

Em 15 de março de 1996, neste mesmo auditório tive o prazer de saudar, em nome do MPT, a Dra. Francisca Oliveira Formigosa, por ocasião de sua ascensão a este Tribunal. Na ocasião, me referi ao seu invejável currículo e ao justo reconhecimento do brilhantismo com que atuou nas Juntas de Conciliação e Julgamento da época. Hoje estou novamente aqui, trazendo as homenagens da instituição que represento a esta ilustre desembargadora, que agora assume a Presidência deste Egrégio Tribunal.

Nesses anos de convívio, tenho testemunhado sua atuação como magistrada, aperfeiçoada com o passar do tempo, que traz a experiência que nos enriquece, observando que seus olhos estão sempre voltados para a cultura do humanismo e da verdadeira justiça comprometida com o jurisdicionado.

Sua veia conciliatória foi criada na medida certa para dirigir o **PROJETO CONCILIAR** instituído na Justiça do Trabalho desta Região, tendo promovido e coordenado todas as ações do referido projeto, incentivando e difundindo tal prática. Encarregada de promover o planejamento e a execução de ações voltadas para a conciliação em primeira e segunda instância, inclusive perante as fazendas públicas federal, estadual e municipal, expandiu, ainda, tal projeto para o recurso de revista. E os resultados tem sido muito animadores.

Destaca-se, ainda, a sua iniciativa de implementar a ferramenta e-revista para confecção dos despachos de recurso de revista, a coordenação do programa TRT ambiental e curso de formadores em execução.

Toda essa experiência administrativa ao lado do grande saber jurídico que lhe é peculiar conduzem à certeza de que este TRT estará em excelentes mãos.

Com igual entusiasmo quero saudar a Desembargadora Federal Odete de Almeida Alves, que ora assume a Vice-Presidência e meu colega de longas datas Herbert Tadeu Pereira de Matos, empossado na Corregedoria desta Casa.

A Desembargadora Odete de Almeida Alves, cujos méritos no campo do saber jurídico são de todos conhecidos, ante a sua trajetória institucional, destaca-se por várias qualidades, a gentileza no trato, o equilíbrio e imparcialidade de suas decisões, a inteligência e sensibilidade, que juntamente com sua disposição de trabalho decerto prestará a adequada colaboração à administração que ora inicia.

Do Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos, posso falar com base em conhecimento de mais de 20 anos, pois juntos trabalhamos na advocacia do Banco da Amazônia. Seu caráter íntegro, sua organização, seriedade, equilíbrio e especialmente a visão cristã do próximo, mas ao mesmo tempo a exata consciência da complexidade de sua nova tarefa, nos dá a convicção de que se desincumbirá com brilhantismo no exercício da Corregedoria desta Corte.

Rvst TRT8 2009.pmd 132 23/6/2009, 08:55

Todos nos sabemos da importância dos tribunais para a segurança jurídica e para um Estado de direito democrático e forte, efetivamente sintonizado com a sociedade. O reconhecimento e respeito dessa mesma sociedade existem enquanto constatado um trabalho sério e consciente, de todos nós operadores do direito.

E nesse contexto, exerce o MPT também o relevante papel de propiciar um ambiente social capaz de privilegiar a cidadania, de preservar os direitos humanos, assegurar o rigoroso respeito pela coisa pública, desestimular as iniciativas ilícitas, com o intuito de contribuir para a formação de uma sociedade justa, pluralista e solidária.

São conhecidas as profundas transformações ocorridas no MPT após a CF de 1988. Passamos à categoria de instituição permanente, autônoma, independente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-nos a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Hoje o MPT é uma instituição renovada e em constante transformação e aprimoramento, com ênfase no cumprimento dos comandos constitucionais, cuja defesa lhe foi atribuída.

A atuação do MPT nas relações de trabalho é ampla e diversificada, se constituindo em legítimo instrumento de acesso do trabalhador à Justiça e elo entre os legítimos interesses de nossa sociedade e o Estado. As suas inúmeras atribuições concorrem para a necessária transformação de uma sociedade complexa, discriminadora e injusta, principalmente como órgão agente, na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis dos trabalhadores.

Os integrantes do MPT não medem esforços para inibir as práticas que agridem o trabalho digno, seja propondo ações, com ênfase para as ações coletivas, realizando intervenções judiciais e extrajudiciais, interferindo diretamente em todas as áreas das relações de trabalho, especialmente na defesa do meio ambiente do Trabalho, na Promoção de Igualdade de Oportunidades e eliminação da discriminação no Trabalho, na erradicação do trabalho escravo e degradante, no combate à exploração do trabalho da criança e do adolescente, às irregularidades trabalhistas na administração pública, assim como no combate das mais diversas formas de fraudes na relação de trabalho.

E os números demonstram o resultado, até aqui desse trabalho: centenas de trabalhadores libertados do trabalho degradante e forçado; regularização do ingresso no serviço público de milhares de servidores; inserção de centenas de pessoas com deficiência no mercado do trabalho; incontáveis crianças e adolescentes retiradas do trabalho precoce e incompatível com suas idades; inúmeros trabalhadores, que em virtude de ações preventivas nas áreas de segurança e saúde do trabalho deixaram de sofrer acidentes, muitos deles fatais.

Assim, ante as suas atribuições constitucionais e o papel que desempenha na órbita jurídica de nosso Estado, é indubitável o absoluto respeito a sua independência e autonomia, ao seu poder investigatório, afastando-se os obstáculos ao exercício de seu dever, especialmente o de reivindicar a tutela jurisdicional a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, a fim de não ser comprometida a efetividade de sua atuação.

É necessário ainda que, especialmente em benefício da própria coletividade de trabalhadores, seja definitivamente assimilado e sedimentado o papel de relevo das ações coletivas laborais, o qual deve ser compreendido de forma distinta das lides individuais ou plúrimas.

Rvst TRT8 2009.pmd 133 23/6/2009, 08:55

Para Carlos Henrique Bezerra Leite as ações que instrumentalizam os direitos metaindividuais são de tal importância no processo trabalhista que alerta para o surgimento de um novo subsistema de acesso ao judiciário por ele denominado de jurisdição trabalhista metaindividual, já que além da tutela imediata, protege também **o futuro da relação laboral de uma coletividade indeterminada de pessoas, via de regra, trabalhadores desamparados, além de impor condutas de fazer ou não fazer, nos termos da lei, a serem cumpridas "ad futurum".**

Desse modo, continuará o MPT, assim como na gestão anterior, contribuindo, nos limites de suas atribuições, para o sucesso da nova administração e para o engrandecimento desta Justiça Laboral, na certeza do prosseguimento de uma convivência democrática e profícua, uma atuação integrada e harmônica, em face da coincidência dos objetivos de nossas instituições, a defesa da dignidade da pessoa humana e a construção de uma sociedade mais justa.

Honrada, portanto, de estar presente a este ato, em nome do MPT novamente cumprimento a administração que hoje encerra seu mandato e parabenizo as Desembargadoras Francisca Oliveira Formigosa e Odete Almeida Alves, assim como o Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos, rogando a Deus que, juntamente com os demais integrantes desta corte, dêem seguimento à incansável e árdua tarefa em prol da justiça e paz social.

Obrigada.

Rvst TRT8 2009.pmd 134 23/6/2009, 08:55

A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA *

Francisca Oliveira Formigosa

É tempo de festa! Preciso comemorar este grande acontecimento e deixar aflorar o canto suave do pássaro que transpassa meu pensamento e me faz sentir o cheiro da mata e embarcar em uma canoa para pescar às margens do Rio Urucuzal. Assim foi a minha infância, longe da escola por dificuldade de locomoção, mas embalada pelas estórias contadas por minha mãe, cujo cenário era iluminado por um luar a retratar as belas lições de coragem, perseverança e esperança de mudar a realidade. Era uma simples mulher que construiu um castelo de sonhos, pois os personagens de suas estórias eram professores, marinheiros, juízes e políticos, e essa imaginação ganhou novos matizes quando meu pai, um carpinteiro, foi eleito para cumprir o primeiro mandato de vereador, no município de São Sebastião da Boa Vista. Nessa época, apesar da tenra idade, tive os primeiros contatos com a ciência do Direito através das situações vivenciadas por meu pai, no Fórum da cidade de Muaná, em companhia de seu avô, o Rábula José Marinho Formigosa, e contadas em verso e prosa, ou em um belo discurso que pregava melhoria de vida para todos e todas.

A permanência numa região profundamente marcada pela ausência de políticas públicas, transformou a contadora de estórias e o vereador em verdadeiros costureiros, que, desta forma, escolheram o tecido, cortaram o molde, costuraram as partes e fizeram, com grande esmero, o melhor acabamento desta veste a cobrir todos os membros de sua família, que, mais uma vez, deixava a Veneza do Marajó em busca de costurar novos momentos de esperança na bela cidade das mangueiras, a morena Belém do Grão-Pará.

Meu caráter foi assim costurado. Minha estória ganhou novos fatos e personagens a começar pela professora que relutou em aceitar a inscrição no exame de admissão no Colégio Estadual Paes de Carvalho, à época, o colégio padrão do norte do Brasil, posto que havia cursado apenas a quinta série do ensino primário em escola da capital; o padre que, após meses de trabalho voluntário, descobriu que eu era menor de idade e dispensou a colaboração; a paixão pelo esporte aquático; a conclusão do curso de ciências humanas; a aprovação no vestibular nos cursos de Direito e Letras e Artes; o Curso de Especialização em Direito Social e da Empresa, na UFRJ; a aprovação no concurso público para Juiz do Trabalho Substituto da Oitava Região; a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Óbidos, a cidade Presépio,a musa inspiradora de poetas, dentro os quais o inesquecível Saladino de Brito - *Tuas noites são bem estreladas, e o teu céu é mais puro azul. E são claras as tuas madrugadas, quando sopra o vento taful. És rincão da terra brasileira, na Amazônia és forte e viril, vives sob a mesma bandeira, que tremula em todo o Brasil*; a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém, o berço do maestro Izoca, que assim o perpetuou - *Minha terra tão querida, Meu encanto, minha vida, Santarém do meu amor, Deus te deu tanta riqueza, Enfeitando a*

---

* Discurso de posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 2008/2010, proferido no dia 5 de dezembro de 2008.

Rvst TRT8 2009.pmd 135 23/6/2009, 08:55

natureza Que inspira o teu cantor, Que saudade a gente sente Quando está da terra ausente! Dá vontade de chorar... Vê-se o rio cristalino, "Rocha Negra" e "Diamantino" desfilando no pensar!; a promoção por merecimento para o Egrégio Tribunal Regional e o fortalecimento de minha fé em Nossa Senhora de Nazaré.

Meus pais, Sebastiana e José Marinho, agradeço a Deus a conservação de suas vidas para que pudéssemos compartilhar este momento repleto de emoção, coragem e responsabilidade, não só por assumir a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, mas, também, por demonstrar que sonhar com um futuro melhor é possível.

Assumo a Presidência desta casa de Justiça ao tempo em que a Constituição da República apresenta a beleza e o esplendor de uma face de vinte anos e faz fortalecer em todos os brasileiros, do norte ao sul, a consciência para os direitos da cidadania. Essa consciência exige do Poder Judiciário a mudança de paradigma, pois, ainda que a Tecnologia da Informação tenha reduzido o caminho de acesso à Justiça, a porta de saída continua um grande labirinto. E, nesse labirinto, ainda é possível ouvir o grito dos que estão à margem da tutela judicial - o combate ao trabalho infantil, ao análogo à condição escrava, o indígena, o negro - dentre outros.

A solução para a morosidade do Judiciário não é mágica e ultrapassa a inquietação dos operadores do direito, posto que não depende apenas da elaboração de novas leis, exige um olhar diferente sobre o processo, visto que este, além de petições, prazos, sentenças e recursos, agasalha um desejo sublime materializado na garantia da tutela jurisdicional tempestiva e adequada - que, sem sombra de dúvida, constitui um direito humano por excelência.

Assim, em face dessa garantia, todo e qualquer cidadão tem o direito de ver seu processo se desenvolver em tempo razoável, assegurados, ainda, os meios necessários para que tal desiderato seja alcançado. Esse princípio não representa mera declaração de intenções dirigidas ao Poder Judiciário, mas uma autêntica norma programática, que deve ser cumprida pelos Poderes do Estado, e havendo déficit na proteção dessa garantia constitucional eclode o ativismo jurídico, cujo objetivo será a efetivação de direitos fundamentais e o fortalecimento da democracia.

A entrega da prestação jurisdicional no prazo razoável é o nosso grande desafio desde a edição da Emenda Constitucional 45/2004 e com o escopo de realizá-lo é preciso contemplar o horizonte e buscar meios alternativos de solução de conflitos, haja vista a existência de litigiosidade excessiva em todos os recantos deste país.

A propósito, ressalta-se que na Justiça do Trabalho há uma tradição histórica de conciliação. Desde a edição da CLT, em 1943, o magistrado tem o dever de conciliar e para isso é indispensável a sua presença na sala de audiência. Ele é, sem dúvida, o facilitador do diálogo e de quem todos esperam uma postura "pró-ativa", traduzida na participação efetiva na condução do processo, com a finalidade de resolver o litígio processual e a chamada lide sociológica, marcada por pequenas mágoas e ressentimentos, que exigem do Juiz o domínio de técnicas para promover a paz social. "Conciliar é legal". "Conciliar é rápido e fácil como um aperto de mão". "Conciliar é querer bem a você". Conciliar é o reencontro, é o recaminhar em direção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O direito comparado tem revelado, nos últimos anos, um perfil comum em todos os países, no sentido de reforçar e de desenvolver formas de conciliação, principalmente para garantir uma maior eficiência de todo o aparato judiciário. O

Rvst TRT8 2009.pmd 136 23/6/2009, 08:55

que vale dizer: a conciliação se apresenta, no mundo contemporâneo, como uma das formas de garantir maior eficiência ao Poder Judiciário.[1]

Esse desafio constitucional tem impulsionado o Poder Judiciário a rever a sua forma de atuação e a promover alterações em sua estrutura de funcionamento, exigindo de seus integrantes a avaliação periódica da qualidade dos serviços que prestam à sociedade. Desta forma, em um só instante, afastarei meu pensamento da necessidade de consolidar o processo de modernização da gestão do Tribunal do Trabalho da Oitava Região, cujas bases foram lançadas com a aprovação do nosso primeiro planejamento estratégico institucional. Penso que o Poder Judiciário como um todo, e a 8ª Região em particular, despertaram para a necessidade e a importância da fixação de diretrizes de gestão que atendam ao princípio tão caro à efetivação da Justiça.

O compromisso assumido recentemente na Carta do Judiciário, assinada em 25 de agosto de 2008, veio ratificar que a Justiça do Trabalho da Oitava Região está no caminho certo. Mantê-la nesse caminho, modernizando continuamente a gestão administrativa do Tribunal, será, sem dúvida, o grande desafio desta e das futuras administrações.

Releva, de outra parte, anotar que a criação de novas Varas do Trabalho na 8ª Região é uma necessidade, tendo em vista a evolução do número de processos trabalhistas nos últimos anos. A estatística oficial do C. Tribunal Superior do Trabalho demonstra que a 8ª Região possui a terceira maior relação de casos novos por magistrado de toda a Justiça do Trabalho. Essa tendência vem crescendo gradativamente nos últimos anos, tendo passado de 857,70 processos por magistrado, em 2004, para 1.003,63, em 2007, o que justifica a necessidade de criação de novas Varas, em especial, no Sul do Pará.

É de referir, ainda, a necessidade de aparelhamento dos órgãos judiciários de primeiro e segundo graus. Com esse objetivo, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do ATO CSJT.GP. Nº 27/2007, criou grupo de trabalho destinado a efetuar levantamento da atual realidade econômica, técnica e estrutural das Varas do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, a fim de estabelecer parâmetros ideais para padronização da estrutura física, de pessoal, de mobiliário e de equipamentos para todos os órgãos da Justiça do Trabalho. O grupo contou com a participação da eminente juíza Maria Zuíla Lima Dutra, Titular da 5ª Vara do Trabalho de Belém.

É com base nos resultados desse trabalho que definiremos as políticas para melhorar o aparelhamento dos órgãos judiciários da 8ª Região.

Cumpre rememorar, por oportuno, que no discurso que proferi na sessão do Tribunal Pleno que elegeu os novos dirigentes do TRT da 8ª Região para o biênio 2008/2010, ressaltei que a GESTÃO DEMOCRÁTICA, como valor institucional da Oitava Região, busca estimular o desenvolvimento de ações gerenciais de forma PARTICIPATIVA, baseada em dados e fatos e voltada para a satisfação dos jurisdicionados.

Por esse motivo, decidi não elaborar, individualmente, um plano de gestão. Optei por construí-lo de forma participativa, conforme preceitua a moderna administração pública.

---

1 *In* José Roberto Freire Pimenta. A conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho. Revista LTr. São Paulo, v. 65, n.02, p.154-155, fevereiro de 2001.

Rvst TRT8 2009.pmd 137 23/6/2009, 08:55

Assumi perante o Tribunal, o compromisso de, já nos primeiros meses de minha gestão, promover um grande FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA, momento em que serão definidas as metas e as ações que contribuirão para o alcance de cada um dos sete objetivos do nosso planejamento estratégico.

É importante acentuar que o Egrégio Tribunal Pleno, à unanimidade, recentemente instituiu a Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho da 8ª Região. A proposta, parte integrante do Plano de Gestão Estratégica do meu ilustre antecessor, Desembargador José Edilsímo Eliziário Bentes, foi elaborada a partir dos resultados de um amplo diagnóstico institucional, realizado nos meses de maio e junho de 2007, que contou com a participação de magistrados, servidores e advogados.

Desta forma, estou convencida da importância da proposta aprovada para o desenvolvimento, reconhecimento e valorização das pessoas que fazem parte desta Justiça Especializada, razão pela qual, com o auxílio inestimável dos Excelentíssimos Desembargadores Odete de Almeida Alves, Vice-Presidente, e Herbert Tadeu Pereira de Mattos, Corregedor Regional, envidarei todos os esforços para implementá-la integralmente.

É fundamental, colegas magistrados, que todos nós estejamos irmanados em prol da melhoria da gestão administrativa da Oitava Região, com o objetivo de assegurar e promover a solidariedade e a justiça social.

Quero agradecer, em meu nome pessoal e, também, pelos meus colegas de administração, o excesso de bondade contido nas palavras dos oradores que me antecederam, Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, que nos saudou em nome da Corte, Drª Loana Lia Gentil Uliana, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho nesta Região, Dra. Ângela Serra Sales, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Pará.

Agradeço, ainda uma vez, aos servidores e servidoras que me acompanham nestes 23 (vinte e três) anos dedicados à Justiça do Trabalho, onde fiz minha profissão de fé. Todo o meu desempenho, todas as minhas ações, dependeram da esmerada qualificação desses servidores, a qual muitas vezes a estatística dos feitos não registrou. A eles, darei a merecida atenção tanto no que diz respeito à modernização dos métodos de trabalho quanto às condições de crescimento pessoal e humano.

Compartilho esta emoção com os meus irmãos Guilherme, Raimundo, José Maria, Maria das Graças, Maria Luiza, Francisco, Maria do Socorro, Jorge e meu irmão do coração, Idalison Vieira do Carmo, que numa noite traiçoeira partiu para o plano celestial.

Minhas filhas, Vanessa, Verena, Viviane e Amanda Cristina, *"eu tenho tanto pra lhes falar, mas com palavras não sei dizer, como é grande o meu amor por vocês"*.

Muito obrigada!

Rvst TRT8 2009.pmd 138 23/6/2009, 08:55

HOMENAGEM AO MINISTRO RIDER NOGUEIRA DE BRITO *

José Edílsimo Eliziário Bentes **

Uma vez mais, rendendo-me a generosidade de meus pares, estou eu aqui para, em nome da Corte, saudar o nosso homenageado, Ministro Rider Nogueira de Brito.

É muito difícil, senão impossível, ser original numa homenagem oficial. Traduzir, em tão pouco tempo, em forma de agradecimento, o que o Ministro Rider representou no passado, representa no presente e ainda vai repercutir no futuro sobre o comportamento da Justiça do Trabalho da 8ª Região, não é tarefa simples.

Numa outra ocasião, em ato com o mesmo propósito, concentrei minha participação no fator tempo, exatamente por ser o tempo a dimensão fundamental da vida humana. Calcado nessa assertiva, afirmei que o homem Rider Nogueira de Brito teve o seu tempo de Óbidos (PA), local onde nasceu e viveu até os 13 (treze) anos de idade; depois teve o seu tempo de Belém do Pará, onde gozou as delícias da adolescência, ficou adulto e tornou-se um profissional respeitado, e, posteriormente teve, e está tendo, o seu tempo de Brasília (DF), Capital da República Federativa do Brasil, uma cidade onde, segundo Sua Excelência, se experimenta o melhor clima e a melhor qualidade de vida do Brasil e quiçá do mundo.

Nesta oportunidade não abro mão do tempo, afinal ele está presente em todos os momentos de nossas vidas, mas é necessário que se faça uma relação entre ele, tempo, a Justiça do Trabalho e o nosso homenageado.

O homem é conhecido, acolhido, aceito, respeitado, admirado e lembrado por seus atos, pelo que ele faz, por sua atividade, afinal pelo seu trabalho.

Uma instituição, seja ela qual for, ganha prestígio, credibilidade e respeitabilidade de acordo com as pessoas humanas que em nome dela desempenham as funções que justificam sua existência.

O nosso homenageado está com o seu nome intimamente ligado à instituição Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho e o Ministro Rider nasceram no mesmo mês e na mesma década. Ela no dia 16 de julho de 1934, ele no dia 8 de julho de 1939. Cresceram juntos. A Justiça do Trabalho foi instalada no Brasil no dia 1º de maio de 1941, quando o menino Rider já batizado caminhava para completar 2 (dois) anos de idade.

A Justiça do Trabalho, no momento de sua instalação, era comporta dos seguintes órgãos: Conselho Nacional do Trabalho, 8 Conselhos Regionais do Trabalho e 36 Juntas de Conciliação e Julgamento.

O 8º Conselho Regional do Trabalho foi instalado em Belém e tinha jurisdição sobre os Estados do Pará e do Amazonas. Seu primeiro presidente foi

---

* Saudação proferida na homenagem do TRT da 8ª Região ao Ministro Rider Nogueira de Brito, realizada no Auditório Aloysio da Costa Chaves, no dia 20 de fevereiro de 2009.

** Desembargador Federal do Trabalho da 8ª Região.

Rvst TRT8 2009.pmd 139 23/6/2009, 08:55

o Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves Netto; Vogais alheios aos interesses profissionais - Cássio Estanislau Pessoa de Vasconcelos e Stélio de Mendonça Maroja; Vogal empregador - Custódio de Araújo Costa; Vogal empregado - João Ewerton do Amaral. Das 36 Juntas de Conciliação e Julgamento, uma foi instalada em Belém (PA), tendo como seu presidente o Dr. Raymundo de Souza Moura e outra em Manaus (AM), tendo como seu presidente o Dr. Sadi Tapajós de Alencar.

Esse foi o início da instituição que mais tarde passou a ser a 8ª Região da Justiça do Trabalho, onde o hoje Ministro Rider Nogueira de Brito, no dia 12 de janeiro de 1959, ingressou como auxiliar judiciário PJ-6, tendo completado recentemente 50 (cinquenta) anos só de Justiça do Trabalho, em plena atividade. E mais, exercendo o posto maior desse órgão do Poder Judiciário.

Na Justiça do Trabalho o Ministro Rider teve o seu tempo de servidor, estrito senso, o seu tempo de Juiz e está próximo de completar o seu tempo de Ministro.

Como servidor, estrito senso, foi Auxiliar Judiciário, tendo exercido os cargos de Técnico Judiciário (àquela altura Oficial Judiciário), trabalhando no então Serviço de Pessoal e ali iniciando, nessa área, seu aprendizado com a dedicada funcionária Edméa Rego Barros. Posteriormente foi Assessor do Diretor de Secretaria do Tribunal e Diretor da Secretaria (hoje Diretor Geral da Secretaria). Esta última função exerceu até o dia 26 de junho de 1968, quando, após aprovação em concurso público, foi nomeado vitalício no cargo de Juiz do Trabalho Substituto e, no mesmo dia, minutos depois, era promovido a Juiz Presidente da até então única Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém, iniciando assim o seu tempo de Juiz no Judiciário trabalhista. No dia 6 de agosto de 1985 foi promovido a Juiz Togado do TRT da 8ª Região. No Tribunal, 2º grau de jurisdição, foi Vice-Presidente, Presidente do Tribunal e Presidente de Turma. Após um bom tempo de convocação para compor o quorum do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 6 de dezembro de 1995, o Juiz Rider Nogueira de Brito era nomeado Ministro do C. TST, tomando posse no cargo no dia 18 daquele mesmo mês e ano.

Nesse dia, 18 de dezembro de 1995, Rider Nogueira de Brito, saia da Justiça do Trabalho da 8ª Região, mas continuava, como continua, a fazer parte da Justiça do Trabalho do Brasil.

Pelos dados registrados, conclui-se que o tempo de Rider Nogueira de Brito na Justiça do Trabalho da 8ª Região foi 36 (trinta e seis) anos, 11 (onze) meses e 6 (seis) dias. O interessante é que ele entrou em 59 e saiu em 95. Só fez inverter os anos.

Do dia de sua saída para cá já se foram 13 (treze) anos, 2 (dois) meses e 2 (dois) dias.

No dia 11 de novembro de 1994, por ocasião da aposição de sua fotografia na galeria dos ex-presidentes do TRT da 8ª Região, em discurso que proferiu, dizia Sua Excelência que "a aposição da fotografia de um ex-presidente na galeria própria, é uma homenagem que recebo com gratidão, mas não posso deixar de pensar que é também o início de uma despedida. Para onde daqui irei, só o tempo dirá, mas, certamente, não devo estar longe das despedidas da atuação na Magistratura Trabalhista da 8ª Região. Penso haver cumprido com retidão a minha missão, na esperança de que possa ter sido um bom exemplo para os que tem me sucedido nos vários cargos e funções pelos quais passei".

Meditando sobre esse ponto do discurso do então juiz Rider e também sobre o que significa uma homenagem, lembrei-me do Tadacho, um japonês que chegou na Costa de Cima, município de Óbidos (PA), para ensinar os ribeirinhos

Rvst TRT8 2009.pmd 140 23/6/2009, 08:55

do local a plantar e colher juta. Depois de algum tempo, o Tadacho, já casado com a Maria Sena, resolveu ir embora, deixar a Costa de Cima. O povo do local, sob a liderança do Raimundo Piranha, resolveu fazer uma festa como despedida e ao mesmo tempo uma homenagem o Tadacho. A festa estava animada mas lá pelas tantas o Tadacho perguntou a sua mulher e a outras pessoas que estavam próximo: Porque será que eles estão fazendo uma festa na minha saída, porque eles não fizeram na minha chegada ?

Essa é uma indagação interessante. As homenagens, de regra, são sempre para quem parte e não para quem chega. Mas disso se extrai um aprendizado: a homenagem tem como pressuposto o caráter do homenageado, sua trajetória profissional e intelectual, devendo se ter o cuidado de não exagerar na elevação de suas virtudes.

Os homens extraordinários, para se destacar, dependem da época em que vivem. Nosso homenageado viveu o tempo certo como servidor da Justiça do Trabalho, como Juiz da Justiça do Trabalho e como Ministro da Justiça do Trabalho e por isso sempre se destacou em suas atuações.

É evidente que o exemplo que o Ministro Rider deixa para sua família, para seus colegas de magistratura, para os servidores e para a sociedade, tem seu destaque principal em sua atuação como Magistrado, quer seja como julgador, como administrador, como ouvidor, como professor e como conselheiro, conselheiro de dar conselhos.

Ser juiz não é fácil. Aquele que se propõe a ser juiz deve ter consciência de que sua escolha implica em renúncias. Tem que ter consciência que sua conduta tem pesada influência na comunidade e seus defeitos são sempre os gestos mais imitados. O juiz deve ser como a mulher de César. Não basta ser mas tem também que parecer discreto, equilibrado, disciplinado e disciplinador. Do juiz se exige conduta ilibada, qualidades e virtudes que o projetam como padrão na comunidade. Não deve o magistrado ser popular a ponto de vulgarizar-se. Deve policiar todos seus atos para não ser policiado.

Nosso homenageado, como juiz, seguiu rigorosamente esse comportamento e sempre se preocupou com esses requisitos e por isso mesmo procurou, de alguma forma, colaborar e contribuir na formação dos magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Mesmo depois que funcionalmente se desligou da região, nunca deixou de ter essa preocupação, procurando alertar os administradores do regional para a manutenção do rigor tanto nos concursos como no treinamento para Juiz do Trabalho Substituto.

Ministro Rider, daqui a 11 (onze) dias Vossa Excelência deixará a Presidência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho e, em seguida, por imperativo do tempo, deixará também o serviço público.

Não sei se Vossa Excelência recorda, mas há muitos anos atrás, em seu gabinete da então 4ª JCJ de Belém, num finalzinho de tarde, por um instante trocamos idéia sobre o destino e, pelo menos naquele momento, nossas posições eram antagônicas. Pois bem, talvez complementando aquela conversa, digo agora que Vossa Excelência cumpriu bem, e muito bem, a missão que o destino lhe reservou.

Tem pessoas que exercem determinadas profissões que não conseguimos imaginar que ela possa fazer outra coisa. Certa vez o Francisco das Chagas Figueira, vulgo “Mocinho”, na porta da Igreja de Nossa Senhora Sant’ana, na cidade de Óbidos, disse ao Dom Floriano, por quem nutria profunda admiração, que ele não conseguia vê-lo em outra função que não fosse a de ser padre. A

Rvst TRT8 2009.pmd 141 23/6/2009, 08:55

coletividade jurídica do Pará e do Brasil,como certamente toda a sociedade, não consegue assimilar e nem admitir que Vossa Excelência pudesse ser ou atuar em outra profissão que não fosse a de magistrado.

A 8ª Região da Justiça do Trabalho deve a Vossa Excelência grande parte do respeito e do prestígio de que desfruta no cenário nacional. Já declinei em outro momento a grande influência que Vossa Excelência exerceu na formação de magistrados da Região, no período que vai de 1971 a 1985, tempo em que Vossa Excelência não só participava das bancas de concurso como também no treinamento feito nas então Juntas de Conciliação e Julgamento. E, no período seguinte que vai de 1985 a 1994, quando Vossa Excelência só participou das bancas de concurso e não do treinamento por não ser mais do primeiro grau.

Senhor Ministro, qualquer homenagem que a 8ª Região possa fazer, não vai conseguir resgatar na totalidade o que Vossa Excelência significa e representa para a Região, por isso, só nos resta, nesta oportunidade, reconhecer a importância que Vossa Excelência teve para a solidificação da Justiça do Trabalho como órgão atuante do Poder Judiciário nacional, tendo participado, por mais de meio século, de modo efetivo, de todas as suas fases de crescimento e modificações. Deixando a Presidência do TST e do CSJT deixa também para seus seguidores e sucessores, algumas fases já concluídas e outras em adiantado estado de execução, do processo de informatização e da virtualização do Processo Administrativo e Judicial do Trabalho.

Aceito, pois, Ministro Rider Nogueira de Brito, esta singela homenagem que a 8ª Região da Justiça do Trabalho, por deliberação de seus integrantes, decidiu lhe prestar como forma de agradecer por tudo que Vossa Excelência fez pela Justiça do Trabalho em geral e da Região em particular. Pedimos, contudo, um penúltimo favor. Divida esta homenagem com Sua esposa, D. Elba, seus filhos e filhas, nora genros, netos e netas.

Muito obrigado!

Rvst TRT8 2009.pmd 142 23/6/2009, 08:55

PRONUNCIAMENTO NA HOMENAGEM DO TRT-8ª REGIÃO *

Rider Nogueira de Brito **

Excelentíssima Senhora Desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, Presidente desta Corte, Senhores Membros da Mesa, meus colegas de profissão, meus amigos.

A identidade de pensamento faz com que nós tenhamos posturas semelhantes. Como o Doutor Ophir, eu, de propósito, não quis escrever nenhum texto, na esperança de que eu possa, aqui, dizer o que realmente sinto, num momento tão significativo na minha vida profissional, na minha vida de cidadão. Já na última sessão que presidi no Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, também não levei texto escrito. E não levei de propósito.

Mas, aqui, dois colegas e dois amigos, que usaram da palavra, Doutor Edílsimo e Doutor Ophir, são testemunhas de parte da minha trajetória profissional, que o Doutor Edílsimo dividiu por tempo. Tempo de Óbidos, Tempo de Servidor, Tempo de Magistrado, Tempo de Ministro; ou, por Tempo de Óbidos, Tempo de Santarém, Tempo de Belém e Tempo de Brasília.

Doutor Edílsimo é a pessoa que mais me acompanhou nas minhas trajetórias, que mais conhece a minha vida profissional, porque da minha trajetória profissional, como servidor, como Juiz de Primeiro Grau, como Juiz de Segundo Grau, e como Ministro do TST, a mais longa é como Juiz de Primeiro Grau. No Primeiro Grau, fiquei dezessete anos; como servidor, dez anos; no TRT, dez anos; e, no TST, caminho para os catorze anos.

Então, Sua Excelência é o que mais conviveu profissionalmente comigo. Não mencionou Sua Excelência que na verdade eu não ia fazer Direito. O que eu imaginava, como minha vocação, seria ou Agronomia, que o meu filho Cássio, mais tarde, viria a fazer, ou Engenharia Civil, ou Engenharia Química. Mas, quando eu estava no 2º Ano do Curso Científico, no Colégio Estadual Paes de Carvalho, entrei na Justiça do Trabalho da 8ª Região, como Auxiliar Judiciário, que hoje seria o Técnico Judiciário.

Dessa minha fase, recordo, com muita saudade e ao mesmo tempo com muita alegria, de muitos dos meus colegas. A Cléa, que está ali, é desse tempo, é minha companheira dessa fase, a linda Cléa da época, e que continua muito bonita. Mas, exemplos para mim, de então, eram a Sulica Batista de Castro Menezes, uma funcionária de enorme gabarito intelectual. A minha primeira chefa, a Ediméia Barros, no Serviço de Pessoal, de quem eu herdei o dito popular que mais emprego. A Ediméia costumava me dizer: "Olha, Rider, quem tem pena dos desgraçados, fica no lugar deles". É desse tempo, e da mesma sala, a Dona Margarida Toutonge, que preparava a nossa folha de pagamento. É também desse tempo, o Zoghbi, que era Arquivista. O Emanoel Matos, a Lucimar. Naquela época, ninguém tinha cargo de chefia, todos eram Auxiliar Judiciário ou Técnico Judiciário,

---

* Pronunciamento na cerimônia do TRT da 8ª Região em sua homenagem, realizada no Auditório Aloysio da Costa Chaves, no dia 20 de fevereiro de 2009.

** Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Rvst TRT8 2009.pmd 143 23/6/2009, 08:55

ou Oficial Judiciário, era o termo. Cada um de nós era o Encarregado do Acórdão (que era a Cléa), o Encarregado de Processos (que era a Lucimar), o Encarregado de Pessoal (que era a Edméia).

Eu fui o primeiro que concebi a alteração no Regimento, para criar as funções, porque naquela altura era possível criar via Regimento.

Presidentes da época: Souza Moura, Marques Soares e Aloysio Chaves. Doutor Cássio era Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém. Da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, era o Doutor Orlando Teixeira da Costa.

Nomeado funcionário, naquele momento, bati o martelo e disse: "Vou estudar Direito e vou ser Juiz". E ingressei na Faculdade de Direito, apesar de ter feito Científico, e não Clássico. Estudei Direito e fiz o primeiro concurso que houve depois de formado. Eu me formei em 1966, e em 1968 me submeti ao concurso público de provas e títulos.

Um detalhe que poucos conhecem ou poucos se lembram: naquela altura, o ingresso não se dava por classificação no concurso; fazia-se concurso para entrar numa lista tríplice. Eu encabecei a primeira lista, porque fui o primeiro lugar, e fui nomeado Juiz Substituto.

Começavam a ser criados os primeiros cargos de Juiz Substituto. Até então, o início da carreira se dava na Presidência de Junta, era Juiz Presidente de Junta. Havia a figura do Suplente. Pedro Mello e Lygia foram Suplentes. Até hoje, eu afirmo que a suplência era a melhor escola para ingresso na Magistratura. Foram Suplentes o Pedro, a Lygia, o Orlando Costa, o Contente, a Semíramis. O Vicente vem mais adiante. Ele já mencionou que eu fui o responsável pelo ingresso dele na carreira da Magistratura.

Precisava preencher a vaga de Suplente em Santarém, eu já era Presidente de Junta em Santarém. Foi indicado o nome de um bacharel em Direito em Santarém, e Doutor Orlando Costa, que era o Presidente da Corte Regional, chamou-me, já que eu estava vindo de Santarém, conhecia tudo dali, submeteu-me o nome, e eu disse: "Doutor Orlando, esse nome não é bom, é preferível que nós procuremos um jovem recém-formado, filho de Santarém, para ser indicado", que naquele tempo era nomeação da Presidência da República. E havia dois filhos de Santarém, recentemente formados: o Vicente e a Avelina Imbiriba. A Avelina estava aprovada no concurso para a Polícia Federal, não aceitou. Mandei chamar, por intermédio do Carlos Mendonça, o Doutor Vicente, para falar comigo, na minha residência, e ele veio todo nervoso, não sabia do que se tratava. Eu fiz o convite, em nome da Presidência, e ele me pediu tempo para responder, mas, antes que se despedisse, me deu a resposta, disse: "eu aceito". E assim ele se tornou Suplente de Juiz do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém.

Nessa minha fase de Santarém, recordo-me da Dona Lourdes Cercasin, que era a Chefe de Secretaria. Chefia da Secretaria de Junta de Conciliação e Julgamento era cargo isolado de provimento efetivo, e Dona Lourdes disputou por concurso, e se tornou Chefe de Secretaria. Desse tempo, é o Manoel, o Clodoaldo, o Euler, o Cláudio; desse tempo, é o Alberto Diniz, que era o Oficial de Justiça.

Imagine a Presidência da Junta de Santarém, com jurisdição que pegava de Prainha até Juruti, Oriximiná, pelo Rio Amazonas, e o Vale do Tapajós, até Itaituba. Sem dúvida, àquela altura, era a maior jurisdição territorial de uma Junta de Conciliação e Julgamento, de um órgão do Poder Judiciário, neste país. As dificuldades eram imensas. Tudo tinha que se fazer via, o que nós chamávamos, à

Rvst TRT8 2009.pmd 144 23/6/2009, 08:55

época, de "motor". Hoje já se denomina "barco de linha". O Alberto Diniz fazia todas as citações, cumpria todas as diligências sem um vintém para isso. Ele era orientado por mim, para conversar com o dono da embarcação ou com o comandante para que o transportasse, e, depois, ele pegava um recibo, que eu mandava incluir como custas da execução, e só nessa oportunidade é que eram pagas as passagens dos barcos. Isso, para mostrar as dificuldades que se tinha naquela altura! Alberto Diniz chegou a fazer remoção de Óbidos para Santarém, sem ter dinheiro, sem ter onde colocar os bens penhorados e removidos lá em Santarém. Soube que o cartorário de lá tinha uma mãe, já velhinha, que morava numa casa muito espaçosa, só ela e alguns empregados, e que a sala de visita da ilustre senhora poderia servir como depósito dos bens penhorados. E assim foi feito. Conversei com o "Gigi", e esses bens ficaram depositados naquela sala e eu a nomeei depositária *ad hoc*.

Apenas por curiosidade - eu quero mais me referir às vicissitudes e às curiosidades da minha vida...

Bom, fui nomeado Juiz Substituto e, concomitantemente, promovido à Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento. Doutor Aloysio Chaves, que era o Presidente do Tribunal da época, no ofício que dirigiu à Presidência da República, relatou que havia duas vagas na Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região: uma, de Juiz Substituto e outra, de Presidente de Junta. Era lista tríplice, e ele sugeriu que, o candidato que fosse nomeado Juiz Substituto, fosse imediatamente promovido a Presidente de Junta, para que pudesse abrir a vaga e, então, nomear o segundo. Assim foi feito.

Fui nomeado por Costa e Silva, Juiz Substituto, no primeiro decreto, e o segundo decreto, do mesmo Diário Oficial, me promovia por merecimento a Presidente de Junta. Tomei posse no dia 26 de junho de 1968 como Juiz Substituto, e me dirigi para Santarém para assumir a Presidência da Junta. Eu não tinha onde morar lá, nem tinha dinheiro para pagar hotel. Levei apenas uma carta do seu Babá Corrêa, pai da Ana Amélia, uma colega de turma, que tinha sido prefeito lá, na década de quarenta, e tinha, santareno que era, amigos lá. Ele me disse: "Olha, Rider, tem uma casa, que eu sei que é de um cidadão comerciante, mas que ele mora aqui em Belém, e eu vou fazer uma carta para o sócio dele, lá em Santarém, para que ele te empreste a casa".

Desci em Santarém, eu, a Elba, o Rider e o Cássio. A Elba, gestante de sete meses da Andréa, que está ali. O Rider, com um ano e pouco, e o Cássio, com uns oito meses. Procurei o cidadão comerciante de lá, que viria a saber, mais adiante, que era o tio da Dona Lourdes, seu Sérvulo Matos. Entreguei a carta e notei alguma coisa meio esquisita na feição dele. Ele disse: "Tá, Doutor, vamos olhar a casa". A casa ficava na rua da frente, lá de Santarém, na Jerônimo Pimentel, mas por trás havia uma pequena elevação. Tinha havido um deslizamento de terra e tinha soterrado o banheiro e a cozinha. Para essa casa eu fui. Ele botou lá, uns dois homens braçais para tirar a terra, e nessa casa nós nos instalamos.

Não havia casa para alugar em Santarém. Próximo dessa casa, havia uma outra, já em ruínas, janelas e portas abertas, que era de um cidadão que morava em Belém, Nicolau Balbi. E o meu vizinho, o famoso "Zeca BBC", me disse: "Doutor, eu acho que o senhor devia alugar esta casa". E essa casa foi que eu aluguei. Arranjei um operário, daqueles que fazia tudo: era pedreiro, carpinteiro, eletricista, marceneiro. Eu ia para a Junta, voltava uma hora da tarde, almoçava, e ia ser servente do operário. Apenas para que os senhores saibam o que são as vicissitudes de um Magistrado!

Rvst TRT8 2009.pmd 145 23/6/2009, 08:55

Um outro detalhe: eu deixava um cargo de Diretor da Secretaria do Tribunal e ia ser Juiz Presidente de Junta, com um decesso salarial de oitocentos cruzeiros, num salário de mil e sessenta e um. Eu, como Diretor Geral, estava ganhando mil oitocentos e sessenta, e fui ser Presidente de Junta ganhando mil e sessenta e um.

Não fui atrás de salário alto. Eu estava vocacionado para aquilo. E é esse hoje o grande problema da Magistratura brasileira. Por que me tornara Magistrado? Pelo exemplo de Magistrados como Souza Moura e Aloysio Chaves, especialmente o Aloysio Chaves. Já disse, em outra solenidade, que foi o homem público que mais me influenciou.

A Justiça do Trabalho da 8ª Região, não apenas nesta região, nesta cidade, mas em todo o Brasil, era uma referência. Nós éramos, aqui na 8ª Região, uma elite. Dou alguns exemplos, para demonstrar isso. Aloysio Chaves deixou rapidamente a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para ser nomeado Reitor da Universidade Federal do Pará, numa época em que Reitor de Universidade Federal de qualquer Estado da Federação era um cargo da mesma importância do Governador do Estado. Aloysio deixa a Presidência do Tribunal, torna-se Reitor, de Reitor foi Governador do Estado, de Governador do Estado foi Senador da República, e encerrou sua carreira pública como Deputado Federal. Nessa mesma época, um outro Magistrado da 8ª Região, Doutor Enoque Reis, Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, saiu da Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus para ser Ministro do Tribunal Federal de Recursos, que corresponde hoje ao STJ. Deixou o cargo de Ministro do que seria hoje o STJ, para ser Governador do Estado do Amazonas. Desta 8ª Região, saíram Ministros para o TST: Raimundo de Souza Moura, Orlando Teixeira da Costa e eu, e agora, o Ministro Walmir Oliveira da Costa. Mais dois Ministros Classistas saíram da 8ª Região: Orlando Sozinho Lobato e Antônio Amaral.

Estou contando essas coisas para os senhores, para mostrar o prestígio da Justiça do Trabalho.

Doutor Edílsimo mencionou um aspecto que eu enfatizo com muita freqüência: todas as instituições, públicas ou privadas, são ficções, elas são o que as pessoas que as integram o são. Se as pessoas que as integram são respeitadas, as instituições serão também. E há um fenômeno muito interessante, que é uma via de mão dupla: nós transmitimos o prestígio para a instituição e recebemos dela esse prestígio. Todos nós, cidadãos deste país, nos referimos a esta ou àquela instituição, pública ou privada, como sendo boa ou como sendo ruim, a criticamos ou a elogiamos, e, às vezes, não pensamos que isso decorre das pessoas que as integram. Mas isso é uma realidade.

Quando volto de Santarém, antes mesmo que nós tivéssemos instalado a Junta que eu iria presidir aqui - seria a 4ª -, fui convocado para integrar o *quorum* do Tribunal Regional, e, nesse período, fiquei cerca de quatro anos convocado.

Só muito tempo depois, eu passei a revelar o fato, e está ali a testemunha disso, a Eli. Havia Relator e Revisor. Todos os processos, mesmo que eu não fosse Relator nem Revisor, eu pedia: “Eli, assim que o Revisor devolver o processo, me manda”. Eu fazia voto escrito de todos os processos, como se eu fosse Relator.

Eu fui presidir a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

A minha dedicação à Magistratura sempre foi de tempo integral. Às vezes, a Elba reclama que eu vou para o TST muito cedo, mas já aqui, na 8ª Região, eu

Rvst TRT8 2009.pmd 146 23/6/2009, 08:55

me impunha um horário muito rígido. Eu chegava aqui, no bloco de lá, antes das sete, porque eu saía e deixava os filhos no colégio. Deixei de usar o elevador porque uma das vezes eu fiquei preso e não havia quem me socorresse. Nesse tempo, ainda não existia guarda: o prédio simplesmente ficava fechado. E só quando chegaram os primeiros servidores da limpeza, é que vieram me socorrer. E eu fiquei não me lembro quanto tempo, mas também nunca mais usei elevador.

No meu período de Presidente de Junta aqui, eu nunca entrei numa Sala de Audiência sem ter lido todos os processos. Procurava ter o controle absoluto do processo: eu sabia tudo que se passava no processo, e por isso eu não deixava que se estendesse a instrução. Modéstia à parte, perdoem-me os meus colegas de então, Presidentes de Junta, cheguei num período que eu tinha menos processo tramitando em fase de instrução, do que dias de pauta das outras Juntas.

Subi para o Tribunal, e, depois, fui para o TST. Como Presidente do Tribunal Regional, eu fui o último Presidente e Corregedor, mas devo registrar que, nesse período, um dos cargos mais prazerosos que tive de exercer foi o de Vice-Presidente, tendo como Presidente a Doutora Lygia. Tenho a pretensão de que fui o Vice-Presidente que deu menos problema para um Presidente. Costuma-se dizer que os Vice-Presidentes criam problema para os seus Titulares: aqui não há isso. E me recordo que num pequeno período em que a Doutora Lygia teve um acidente em Bariloche, porque ela esquiava muito bem nas neves de Bariloche, ela torceu o pé, e, mesmo naquele período, eu não "movia uma palha" sem que ligasse para ela para ouvir a sua opinião.

Na minha Presidência, conseguimos elevar a composição do TRT para doze juizes, o que pela primeira vez permitiu a divisão do Tribunal em Turmas. E fui o último Presidente e Corregedor, porque propus a reforma do Regimento para que a função do Corregedor ficasse com o Vice-Presidente.

Fui convocado para o TST, passei cerca de dez meses convocado no TST, de 1994 até o início de 1995, com a aposentadoria do Ministro Marcelo Pimentel, que se aposentara para ser Ministro do Trabalho. Quando deixei, a vaga era do quinto do Ministério Público. No dia da posse do Ministro Rigueto, não havia no meu gabinete nenhum processo sem voto: todos eu havia visto. Na manhã do dia da posse, ainda entraram dois Recursos Ordinários em Dissídio Coletivo (RODC), com pedido de efeito suspensivo. Naquele tempo, não era do Presidente do Tribunal, hoje essa incumbência é do Presidente do TST. Quando desci para a posse do Ministro Rigueto, já havia despachado os dois pedidos, e as partes já estavam inclusive notificadas.

Disputei o TST em três listas. Na primeira, fui o terceiro da lista; na segunda, fui o primeiro da lista, fui o primeiro da lista com quinze dos dezesseis votos do Colegiado, então Órgão Especial, que voltou a existir agora (Na minha Presidência, eu instalei novamente o Órgão Especial, quando o Tribunal Superior do Trabalho passou a ter a composição de vinte e sete Ministros, porque pode haver Órgão Especial quando a Corte tiver mais de vinte e cinco membros). Na terceira lista, entrei por unanimidade, e, ao que me recordo, nunca aconteceu isso no TST. E foi quando fui nomeado Ministro.

Mas, eu gosto de revelar um detalhe: quando eu entrei na primeira lista, o Ministro Orlando Costa me telefonou, ainda da sala de sessão, dando-me a notícia de que eu estava na lista. Nesse tempo já tinha computador, e redigi um cartão para os dois outros concorrentes meus, Juiz Nemer, da 10ª Região, e Juiz Idalécio Gomes Neto, da 9ª Região, e disse, no meu cartão, para os dois, o

Rvst TRT8 2009.pmd 147 23/6/2009, 08:55

mesmo teor: “Acabei de saber que estou na lista para a vaga de Ministro do TST. Quero dizer ao caro colega que envidarei todos os meus esforços para conseguir a indicação, mas, se eu não a conseguir, e o caro colega for o indicado, eu ficarei tão satisfeito quanto se fosse eu”. Eu dei o tom da disputa.

Na segunda lista, o indicado foi o Ministro Ronaldo, apesar de eu encabeçar a lista, e ele ser o segundo colocado. Mas, o Ministro Ronaldo ainda estava terminando a gestão dele como Presidente do TRT da 4ª Região, e não quis tomar posse logo.

Nesse meio tempo, aconteceu a outra vaga. Eu e Luciano fomos indicados, e estávamos trabalhando, já estávamos nomeados. Um dia, eu convidei o Luciano para almoçar num restaurante de comida mineira, na W3 Norte, e, quando sentamos, eu disse a ele: “Deixa eu te dizer uma coisa: nós não devemos tomar posse antes do Ronaldo. Ele tem o direito de ser mais antigo do que nós”. Parece que o Ronaldo me ouviu, pois no dia seguinte ele me telefonou dizendo: “Rider, eu queria te pedir permissão para aceitar um convite do Governo Japonês, para conhecer o Japão”. E eu lhe respondi de bate pronto: “Ronaldo, conversei ontem com o Luciano que nós não vamos tomar posse na tua frente”. Era isso que ele queria saber. E disse, mais, a ele: “Vou entrar naquele Tribunal pela porta da frente”, e acrescentei: “Não dou rasteira em ninguém”. Outro dia, alguém, lembrando-se deste episódio, disse: “Este teu gesto permitiu que o Ronaldo pudesse ser Presidente do TST”. Se não, eu e o Luciano teríamos sido mais antigos do que ele, e ele não teria chegado à Presidência do TST.

Estou no TST, exerci todos os cargos, fui Presidente da 5ª Turma por cerca de oito anos, presidi a Comissão de Jurisprudência, presidi a Comissão de Regimento, fui Corregedor-Geral, Vice-Presidente e estou Presidente, e não apenas Presidente do TST: sou também Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Hoje, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho supervisiona todos os órgãos da Justiça do Trabalho, no Brasil. Na minha Presidência, disse, no Colégio de Presidentes, que a minha missão seria transformar a Justiça do Trabalho, de um arquipélago que era, no continente que é. Compareci a todas as reuniões do Colégio de Presidentes. Até então, o Colégio de Presidentes se reunia em dependências da 10ª Região, tal a separação que havia entre os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho. Hoje, eu digo que isto é irreversível: tudo que diga respeito a um Tribunal Regional, e eu enfatizei sempre isto, diz respeito ao TST; e tudo que diga respeito ao TST, diz respeito a um Tribunal Regional.

Em todos os nossos projetos em andamento, estão envolvidos Juízes de todos os Tribunais, de Primeiro e Segundo Graus, e servidores. Numa das minhas tarefas mais gratificantes, e fadada a dar melhores resultados – de cuja equipe participou a Doutora Zuíla, Juíza de Primeiro Grau desta Região -, promovemos um levantamento de toda a realidade da Justiça do Trabalho, em todo o Brasil, de todos os órgãos de primeiro e de segundo graus; todos os recursos humanos e todos os recursos materiais foram levantados por essa equipe, liderada pela Doutora Flávia Falcão, do TRT da 10ª Região, equipe da qual, repito, fez parte a Doutora Zuíla. E uniformizamos a composição de todos os órgãos da Justiça do Trabalho, providência que está sendo paulatinamente implementada, obviamente, que nós não podíamos impor que do dia para noite cada Vara do Trabalho tivesse uma composição, e que cada gabinete de Juiz do Tribunal tivesse uma composição, e assim... Considero isso um dos atos mais importantes que se praticou na Justiça do Trabalho.

Rvst TRT8 2009.pmd 148 23/6/2009, 08:55

Criei um órgão que hoje coordena a ação de todos os interesses dos Tribunais Regionais, no que se refere à tramitação de processos, quer na área administrativa de Brasília, quer na área parlamentar. Nós temos, hoje, uma assessoria que acompanha todos os processos, sejam de criação de cargos, sejam de problemas de orçamento, sejam de nomeações. Essa assessoria tem este papel hoje na Justiça do Trabalho, que produziu os melhores frutos: nunca se aprovou tanto projeto de lei de criação de cargos na Justiça do Trabalho.

A informática atingiu um patamar que não terá retorno. Todos os projetos de informática, em andamento ou já implantados, o foram com a participação de Tribunais Regionais, servidores e Magistrados. Há uma equipe de Juízes, de Primeiro e Segundo Graus, que me assessora. Quatro Juízes, três de Tribunais Regionais e um de Primeiro Grau: Doutor Cláudio Mascarenhas Brandão, da 5ª Região, Doutor Rafael Edson Pugliese Ribeiro, da 2ª Região, Doutor Milton Carlos Varela Dutra, da 4ª Região e Doutor Bráulio Gabriel Gusmão, da 9ª Região. Até então, todos os projetos de informática eram conduzidos só pela área técnica. Ora, a área técnica, por melhor que possa ser, e o é, não pode ter e não tem a visão do usuário, nós os Magistrados. E eu consegui reunir essa equipe, após pesquisar quem neste país era Magistrado e conhecedor de informática com certa profundidade. Cheguei a esses nomes que hoje assessoram a Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho em todos os projetos, desde a necessidade de aquisição de *softwares* e equipamentos, para que eu pudesse ter uma segurança no decidir.

Eu sei que estou me alongando muito, mas queria falar de Justiça do Trabalho com os senhores, pela razão muito simples de que, modéstia à parte, ninguém percorreu os caminhos que eu percorri. Exerci todos os cargos possíveis e imagináveis na estrutura da Justiça do Trabalho. Cheguei aos cinquenta anos de Justiça do Trabalho e cheguei na Presidência do TST, e na Presidência do Conselho. Não sei se sorte minha ou desígnios do destino, é quase certo que ninguém fará a mesma coisa. Muitos serão Presidentes, muitos serão Ministros, muitos serão Presidentes de Tribunais Regionais, muitos serão Diretores Gerais, mas acho que nenhum será tudo isso.

Lá na Galeria dos Presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, observei que o mais antigo e primeiro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, foi o Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes. Observei que quando ele deixou a Justiça do Trabalho, eu já era servidor da Justiça do Trabalho. Portanto, sou contemporâneo de todos os Presidentes do Tribunal Superior do Trabalho. E isso me orgulha, isso eu gosto de falar.

Deixo a Presidência do Tribunal, e já estou no rito de passagem, não apenas para deixar a Presidência do Tribunal, mas para deixar o Tribunal e a vida pública, e deixo inteiro. É outra coisa que eu me gabo: sou muito gabola nesse aspecto. Pode ser que eu morra amanhã, mas até hoje a minha saúde é perfeita. Nunca fiz um exame médico de qualquer natureza que desse qualquer alteração, nunca, nenhum! Talvez, a explicação disso esteja na maneira com que nós, Magistrados, atuamos. Nossa missão é resolver o problema das partes, mas nunca devemos trazer o problema das partes como se fosse nosso. Aliás, nós, os advogados e o Ministério Público.

Recordo-me que, uma vez, ao término de uma audiência na 4ª Junta, para um advogado que era muito nervosinho na Sala de Sessão, eu disse: "Doutor, quando terminarmos a sessão, dê uma passadinha lá no meu gabinete". Eu já chamava de gabinete para a minha salinha de Presidente de Junta. Disse-lhe:

Rvst TRT8 2009.pmd 149 23/6/2009, 08:55

"Doutor, se o senhor continuar agindo como o senhor está agindo, se todas as vezes que fizermos alguma coisa que vá contra o interesse do seu cliente, o senhor achar que eu estou chamando o nome da sua mãe; se o senhor achar que o colega advogado da parte contrária, também quando agir e que for contrário ao interesse do seu cliente, que ele está chamando o nome da sua mãe, o senhor vai enfartar muito antes do que o senhor imagina. Aja profissionalmente, faça tudo o que o senhor tiver de fazer em defesa do seu cliente, mas não tome o problema como se fosse o seu problema pessoal". Porque nós, que lidamos com o problema das partes, não devemos nos imiscuir, embora muitas vezes precisemos ser enérgicos num ou noutro sentido.

Enfim, aqui estou eu, encerrando a minha carreira, feliz da vida por estar aqui com os senhores, e estar na minha origem, ver-me na fisionomia de cada um dos senhores, mais do que isso, ser um pouco de cada um dos senhores, porque cada servidor, cada Magistrado, cada advogado, cada membro do Ministério Público com quem nós lidamos, ao longo das nossas vidas, nós pudemos ensinar, mas nós aprendemos também.

Sempre digo que o Magistrado que se sentir impermeável a argumento pode ser tudo, menos um Magistrado. Se eu achar que o advogado não é capaz de me convencer, se eu achar que o parecer do Ministério Público não é capaz de me convencer, com toda certeza, não estou no caminho certo, não estou na profissão certa. Como mencionou o Doutor Ophir, também sobre esse relacionamento, e esta é uma expressão que eu uso com muita frequência, nós somos irmãos siameses. E digo: não há técnica cirúrgica capaz de nos separar, nós vamos sempre caminhar peito com peito, estômago com estômago, coração com coração e rosto com rosto. Essa advertência é para que nós tenhamos sempre uma convivência harmoniosa, uma convivência respeitosa. E assim tem sido, assim é, espero, nesta Região, assim é no TST.

No TST, esta semana ainda, o Ministro Ives Gandra Filho me falava sobre isso. Disse ele: "Rider, tu colocas esse aspecto do respeito mútuo numa posição que não tem retorno". Todos têm de cultivar a sua conduta para que o relacionamento entre nós seja sempre, e cada vez mais, respeitoso e harmonioso. Uso a imagem já há mais de década, quando cheguei no TST, disse: "Aqui neste Tribunal, a fogueira das vaidades está apagada há muitos anos"; e está... e está. E isso pela construção da conduta e do querer de cada um de nós. E, arremato, isso é uma questão de autopreservação, que nós nos tratemos com respeito. Pode ser até que eu não adira, pode ser até que eu não concorde, e quantas vezes e é normal que não concorde, mas que eu diga da minha discordância com respeito, com consideração e sem agressão.

Que perdoe a Elba o meu alongar, mas eu não estou falando para ela, estou falando para os meus colegas daqui, especialmente da Magistratura, embora ela seja também minha colega servidora, mas eu estou me dirigindo muito mais aos Magistrados.

Aqui, quando tive de agir contra Magistrado, e eu era Presidente do TRT, mais adiante, quando passa para a fase do Processo Administrativo Disciplinar, o indiciado se voltou contra vários dos colegas que atuaram no processo, quer na fase de sindicância, quer na fase de processo, e ele nunca se voltou contra mim, não arguiu a minha suspeição, mas arguiu a dos colegas.

Mais adiante, quando eu chego no TST e integro a Comissão de Sindicância de Ministros que foi à Paraíba, para apurar irregularidades naquele Tribunal, foi das missões mais dolorosas para mim, porque eu tive que interrogar

Rvst TRT8 2009.pmd 150 23/6/2009, 08:55

colega que há pouco tempo era meu colega no Colégio de Presidentes, e era até o Presidente do Colégio de Presidentes, com quem eu tinha estreita ligação, tanto que, logo que cheguei lá, ele foi falar comigo: "Rider, vamos combinar para nós irmos jantar ou almoçar?". Eu disse: "Colega, não dá; não é por mim, é por ti. Deixa terminar isso, que eu vou aceitar o teu convite". E eu tive que interrogar esse colega sobre as irregularidades... muito, muito sofrido para mim. Concluído o trabalho da comissão, mais adiante, os indiciados arguiram a suspeição do Ermes Pedro Pedrassani, do Wagner Antônio Pimenta, do Ronaldo Lopes Leal e do Almir Pazzianotto Pinto, todos os que participaram do processo, só não arguiram a minha suspeição, que também participei. Porque sempre os tratei bem, mesmo quando estava numa missão dessa, extremamente difícil para qualquer de nós, porque nenhum ser humano pode ter o prazer de desempenhar uma tarefa desta.

Eu sempre tratei os colegas ou os servidores com todo respeito, com toda dignidade. Recordo-me que aqui, sobre o colega Magistrado contra o qual eu tive que agir, como Presidente do Tribunal, por dever de ofício, e disse para ele: "Eu quero que o senhor use todo o tempo necessário, de que puder dispor, para provar que o que eu estou dizendo do senhor não é verdade". Isso é postura de Magistrado.

Quando professor na UNAMA, para mim não era a UNAMA, era o CESEP, está aqui o meu diletíssimo colega e amigo, Edson Franco, hoje Reitor da Universidade da Amazônia; outra faceta da minha vida pública. Fui professor quase duas décadas. Eu tinha uma enorme preocupação, de passar para os meus alunos uma imagem. Não que eles ficassem decepcionados com o professor, mas que pudessem ficar decepcionados com o Magistrado que eu era. Eu nunca faltei, nunca cheguei atrasado, nunca saí cedo, e nunca deixei de dar todo o programa. Quando reclamavam que eu era muito rigoroso e que eram muito trabalhosas as minhas provas, eu sempre indagava: "Mas, qual é a nossa disciplina? É Direito do Trabalho, então nós temos que ter trabalho". Não era Andréa? Que foi minha aluna, eu acho que no último ano em que eu lecionei. Ela, uma vez, chegou a ficar muito aborrecida comigo, e quis até "jogar ácido no meu carro". Ela teve que fazer uma segunda chamada, e eu, que nem sabia que ela não ia fazer a prova no dia, passei a prova, e ela tirou dois!

Mas foi assim, esta é a minha vida, que eu encerro aqui, nesta solenidade tão bonita. Doutor Edílsimo pôde falar da minha vida, como talvez nem eu seja capaz de falar, porque fomos colegas tantos anos. Primeiro, ele como Oficial de Justiça, missão tão difícil; mais adiante, como meu colega Magistrado. Aqui nesta mesa, aqui neste auditório, estão vários e vários Magistrados que eu examinei, que eu ensinei, modéstia à parte, os primeiros passos da Magistratura, eu e outros colegas Presidentes de Junta na época, como a Doutora Lygia. Porque na gestão do Doutor Orlando, foi que começamos a fazer uma espécie de estágio de fato. Naquela altura, ainda não havia pressão e falta de Juízes, e era possível empossar o Juiz Substituto e mandar que ele percorresse, apenas como observador, as várias Juntas: a minha, a da Doutora Lygia, a do Doutor José Cláudio. Enfim, para ele aprender, só olhar, ele não julgava nada, não despachava nada, era um mero observador. Para ele observar os vários métodos de trabalho e poder tirar as suas conclusões.

Eu guardo uma expressão, com muita satisfação, mas também com muita modéstia à parte, do Doutor Orlando Costa, desse período, em que um candidato foi aprovado com a nota mínima para aprovação. E comentaram isso

Rvst TRT8 2009.pmd 151 23/6/2009, 08:55

comigo, que ele disse: “Não, não se importem, eu vou mandar ele para lá com o Rider, e ele vai fazer dele um bom Juiz”. Essas coisas é que me satisfazem.

Eu não disse no meu pronunciamento, no Tribunal Pleno, que a assessoria mais ociosa que eu tive na Presidência do TST, foi a Assessoria de Comunicação Social, porque eu não gosto de publicidade em torno do meu nome. Sempre afirmei que Magistrado não é celebridade. Notícia é a sentença do Juiz, é o acórdão do Juiz, é o despacho do Juiz, nunca o Juiz. Acho muito perigoso Juiz que está aparecendo com muita frequência em manchetes de noticiário de jornal: ele, a pessoa dele. O poder é algo inebriante, e é preciso ter muita humildade para exercê-lo. Se não, com muita facilidade, você perde a noção da realidade e passa a achar que é o centro do Universo, que o centro do Universo, como eu digo, é o seu umbigo. Isso é perigoso para Juiz. Sempre digo que os homens mais poderosos da face da Terra, são os Ministros da Suprema Corte dos Estados Unidos, porque é a nação hegemônica, como nunca aconteceu, acho que desde o tempo dos romanos. E duvido que no mundo jurídico brasileiro, ou mesmo no norte-americano, alguém saiba o nome dos membros da Suprema Corte Americana. Esta estória de que o Judiciário tem que “se abrir”... Juiz tem é que dar a sentença, tem que fazer a audiência, tem que fazer o expediente. Não gosto de ser notícia, gosto que minhas decisões possam ser notícias, se elas tiverem um interesse jornalístico que possa ter, mas nunca para eu estar aparecendo em noticiário de jornal.

Muito obrigado por tudo, muito obrigado Doutora Formigosa, muito obrigado Doutor Edílsimo e muito obrigado a todos os meus colegas e amigos, de ontem e de hoje, da Justiça do Trabalho, desde os meus primeiros passos nesta instituição até a posição em que hoje me encontro. Aliás, tive o privilégio de ter, como colega conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Doutor José Edílsimo Eliziário Bentes. Uma feliz coincidência que eu pudesse encerrar a minha carreira vendo ao meu lado, no Conselho, um colega do Regional, e já tendo como meu sucessor no TST, um colega do TRT. Muito obrigado por tudo e me desculpem se me estendi demais.

Rvst TRT8 2009.pmd 152 23/6/2009, 08:55

MANIFESTAÇÃO NA ABERTURA DO ANO LETIVO DAS ESCOLAS DO TRT-8ª *

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury **

A Ética no Serviço Público é tema que reputo como dos mais relevantes na Administração Pública, pois só o exercício ético dos cargos e funções públicas é que contribuirá para que se alcance uma sociedade melhor.

O objeto de estudo da ética é a moral, que se constitui de atos humanos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

Releva destacar que o conceito de ética é relativo, caracterizando-se por sua historicidade, de tal forma que as doutrinas éticas não podem ser consideradas isoladamente, mas dentro de um processo constante de mudança relacionado à própria evolução histórica da sociedade.

O Século XX trouxe uma forte tendência à juridicização das normas morais, a ponto de VICENTE RÁO referir-se a uma "moralização do Direito", nos seguintes termos:

> "Se em todos os tempos se proclamou que o Direito, ao se concretizar em normas obrigatórias, há de respeitar os princípios da Moral, hoje mais do que nunca se acentua a tendência que as normas morais revelam no sentido de sua transformação em normas jurídicas; acentua-se, isto é, *a tendência à moralização do Direito.*"[1]

De fato, em todo o Século XX, e, de modo especial, na década de 90, houve uma projeção da preocupação com a moralidade pública e a ética no serviço público, destacando CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA[2] que o novo liberalismo político, ao passar a imperar sozinho com a queda do Muro de Berlim, impôs esta valorização da ética em nossa sociedade, pois a liberdade e a justiça para todos, como princípios fundamentais da democracia, não poderiam ser asseguradas sem que fossem incluídas no ordenamento jurídico as normas morais.

Neste diapasão, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 5º, inciso LXXIII, 37, *caput*, e 85, inciso V, destacou a ética e elevou a moralidade a princípio constitucional da Administração Pública, de tal forma que todo e qualquer ato estatal passou a ter a ética como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

O conceito de moralidade administrativa foi sistematizado por HAURIOU, que a definiu como " ...o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina

---

* Pronunciamento no **Seminário de Abertura do Ano Letivo** da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA VIII) e Escola **de Capacitação e Aperfeiçoamento "Itair Sá da Silva" (ECAISS), realizada no Auditório Aloysio da Costa Chaves, no dia 2 de abril de 2009.**

** Desembargadora Federal do Trabalho. Diretora da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região -EMATRA VIII.

1 *Apud.* ROCHA, *id. ibid.*, p. 182.

2 Cf. *id. ibid.*, pp. 175-6.

Rvst TRT8 2009.pmd 153 23/6/2009, 08:55

interior da Administração"[3], aduzindo que o agente administrativo deve distinguir entre o honesto e o desonesto, e não apenas entre o legal e o ilegal, pois a legalidade do ato administrativo é fiscalizada pela verificação da violação da lei, enquanto que a conformidade deste ato à boa administração depende da verificação do desvio de poder, cuja zona de policiamento é a moralidade administrativa.

Em assim sendo, em um Estado Democrático de Direito, pode-se afirmar a primazia do princípio da moralidade sobre os demais princípios que regem a Administração Pública, de tal forma que, em um eventual conflito entre, por exemplo, os princípios da moralidade e da legalidade, deve prevalecer o da moralidade.

A observância da ética e da moralidade no serviço público pode, e deve, ser imposta, havendo uma variedade de instrumentos de controle em nosso ordenamento jurídico, citando-se, por exemplo, o Código de ética dos servidores públicos e o recente Código de Ética da Magistratura Nacional, controles este que precisam ser mais e melhor utilizados.

Por outro lado, dever-se-ia adotar algumas medidas para que seja assegurada a prevalência do interesse público sobre o privado, o triunfo da ética sobre a corrupção, sugerindo-se que se combata a impunidade para que não se perca a fé nas instituições, que se concentrem esforços na educação e na conscientização ética da sociedade e, em particular, dos servidores públicos e magistrados, restaurando-se a cidadania através da formação de cidadãos livres, críticos e que participem da definição dos destinos da Nação e que se valorize os servidores públicos e magistrados, através do pagamento de salários dignos, de sua qualificação e da definição de suas carreiras, garantindo-lhes estabilidade e profissionalização.

Desse modo, nada melhor do que abrir o ano letivo das Escolas do Tribunal Regional da 8ª Região reafirmando nosso compromisso com a ética no serviço público.

Muito obrigada.

---

3 *Apud. id. ibid.*, p. 86.

Rvst TRT8 2009.pmd 154 23/6/2009, 08:55

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8ª Região | Belém | v. 31 | nº 60 | p. 1- 495 | Jan./Jun./1998

JURISPRUDÊNCIA

Rvst TRT8 2009.pmd 156 23/6/2009, 08:55

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Súmula Vinculante 14

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Fonte de Publicação: DJe nº 26/2009, p. 1, em 09.02.2009. DO de 09.02.2009, p. 1.

Rvst TRT8 2009.pmd 157 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 158 23/6/2009, 08:55

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Resolução nº 149, de 17.11.2008 (DEJT 20, 21 e 24.11.2008)
- Cancela a Orientação Jurisprudencial nº 28 da Subseção 2II Especializada em Dissídios Individuais.

Resolução nº 150, de 17.11.2008 (DEJT 20, 21 e 24.11.2008)
- Revisa a Orientação Jurisprudencial nº 104 da Subseção 1I Especializada em Dissídios Individuais.

"CUSTAS. CONDENAÇÃO ACRESCIDA. INEXISTÊNCIA DE DESERÇÃO QUANDO AS CUSTAS NÃO SÃO EXPRESSAMENTE CALCULADAS E NÃO HÁ INTIMAÇÃO DA PARTE PARA O PREPARO DO RECURSO, DEVENDO, ENTÃO, SER AS CUSTAS PAGAS AO FINAL (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17.11.2008) Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas ser pagas ao final."

Resolução nº 151, de 17.11.2008 (DEJT 20, 21 e 24.11.2008)
- Revisa a Orientação Jurisprudencial nº 143 da Subseção 2II Especializada em Dissídios Individuais.

"'HABEAS CORPUS'. PENHORA SOBRE COISA FUTURA E INCERTA. PRISÃO. DEPOSITÁRIO INFIEL (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17.11.2008) Não se caracteriza a condição de depositário infiel quando a penhora recair sobre coisa futura e incerta, circunstância que, por si só, inviabiliza a materialização do depósito no momento da constituição do paciente em depositário, autorizando-se a concessão de "habeas corpus" diante da prisão ou ameaça de prisão que sofra."

Resolução nº 152, de 17.11.2008 (DEJT 20, 21 e 24.11.2008)
- Cancela a Súmula nº 295.

Resolução nº 153, de 17.11.2008 (DEJT 20, 21 e 24.11.2008)
- Altera a redação do Item III da Súmula nº 192.

"AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO (redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17.11.2008)
I - Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II. (ex-Súmula nº 192 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
II - Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando argüição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de

Rvst TRT8 2009.pmd 159 23/6/2009, 08:55

Dissídios Individuais (Súmula nº 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. (ex-Súmula nº 192 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
III - Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão de Tribunal Regional **ou superveniente sentença homologatória de acordo que puser fim ao litígio.**
IV - É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC. (ex-OJ nº 105 da SBDI-2 - DJ 29.04.2003)
V - A decisão proferida pela SBDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula nº 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório. (ex-OJ nº 133 da SBDI-2 - DJ 04.05.2004)"

Resolução nº 154, de 16.02.2009 (DEJT 19.02.2009)
- Altera a redação do art. 5º da Instrução Normativa nº 31.

"Art. 5º O valor depositado será revertido em favor do réu, a título de multa, caso o pedido deduzido na ação rescisória seja julgado, por unanimidade de votos, improcedente ou inadmissível."

Resolução nº 155, de 16.02.2009 (DEJT 26, 27.02 e 02.03.2009)
- Altera a redação da Súmula nº 333.

"SÚMULA Nº 333. RECURSO DE REVISTA. CONHECIMENTO Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho."

Resolução nº 156, de 23.04.2009 (DEJT 27, 28.02 e 29.04.2009)
- Cancela a Orientação Jurisprudencial nº 205 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

****

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DE PRECEDENTES NORMATIVOS

SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS nºs 367 a 372, de 02.12.2008 (DEJT 03.12.2008)

367. AVISO PRÉVIO DE 60 DIAS. ELASTECIMENTO POR NORMA COLETIVA. PROJEÇÃO. REFLEXOS NAS PARCELAS TRABALHISTAS.
O prazo de aviso prévio de 60 dias, concedido por meio de norma coletiva que silencia sobre alcance de seus efeitos jurídicos, computa-se integralmente como tempo de serviço, nos termos do § 1º do art. 487 da CLT, repercutindo nas verbas rescisórias.

Rvst TRT8 2009.pmd 160 23/6/2009, 08:55

368. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR TOTAL.
É devida a incidência das contribuições para a Previdência Social sobre o valor total do acordo homologado em juízo, independentemente do reconhecimento de vínculo de emprego, desde que não haja discriminação das parcelas sujeitas à incidência da contribuição previdenciária, conforme parágrafo único do art. 43 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, e do art. 195, I, "a", da CF/1988.

369. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DELEGADO SINDICAL. INAPLICÁVEL.
O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo.

370. FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO DECORRENTE DE PROTESTOS JUDICIAIS.
O ajuizamento de protesto judicial dentro do biênio posterior à Lei Complementar nº 110, de 29.06.2001, interrompe a prescrição, sendo irrelevante o transcurso de mais de dois anos da propositura de outra medida acautelatória, com o mesmo objetivo, ocorrida antes da vigência da referida lei, pois ainda não iniciado o prazo prescricional, conforme disposto na Orientação Jurisprudencial nº 344 da SBDI-1.

371. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. SUBSTABELECIMENTO NÃO DATADO. INAPLICABILIDADE DO ART. 654, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL.
Não caracteriza a irregularidade de representação a ausência da data da outorga de poderes, pois, no mandato judicial, ao contrário do mandato civil, não é condição de validade do negócio jurídico. Assim, a data a ser considerada é aquela em que o instrumento for juntado aos autos, conforme preceitua o art. 370, IV, do CPC. Inaplicável o art. 654, § 1º, do Código Civil.

372. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 27.06.2001. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 27.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS TRANSITÓRIAS nºs 62 a 67, de 02.12.2008 (DEJT 03.12.2008)

62. PETROBRAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AVANÇO DE NÍVEL. CONCESSÃO DE PARCELA POR ACORDO COLETIVO APENAS PARA OS EMPREGADOS DA ATIVA. EXTENSÃO PARA OS INATIVOS. ARTIGO 41 DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PETROS.
Ante a natureza de aumento geral de salários, estende-se à complementação de aposentadoria dos ex-empregados da Petrobras benefício concedido

Rvst TRT8 2009.pmd 161 23/6/2009, 08:55

indistintamente a todos os empregados da ativa e estabelecido em norma coletiva, prevendo a concessão de aumento de nível salarial - "avanço de nível" -, a fim de preservar a paridade entre ativos e inativos assegurada no art. 41 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros.

63. PETROBRAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INTEGRALIDADE. CONDIÇÃO. IDADE MÍNIMA. LEI Nº 6.435, DE 15.07.1977.
Os empregados admitidos na vigência do Decreto nº 81.240, de 20.01.1978, que regulamentou a Lei nº 6.435, de 15.07.1977, ainda que anteriormente à alteração do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros, sujeitam-se à condição "idade mínima de 55 anos" para percepção dos proventos integrais de complementação de aposentadoria.

64. PETROBRAS. PARCELAS GRATIFICAÇÃO CONTINGENTE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DEFERIDAS POR NORMA COLETIVA A EMPREGADOS DA ATIVA. NATUREZA JURÍDICA NÃO SALARIAL. NÃO INTEGRAÇÃO NA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.
As parcelas gratificação contingente e participação nos resultados, concedidas por força de acordo coletivo a empregados da Petrobras em atividade, pagas de uma única vez, não integram a complementação de aposentadoria.

65. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA UNIÃO. ASSISTENTE JURÍDICO. APRESENTAÇÃO DO ATO DE DESIGNAÇÃO.
A ausência de juntada aos autos de documento que comprove a designação do assistente jurídico como representante judicial da União (art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 10.02.1993) importa irregularidade de representação.

66. SPTRANS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO.
A atividade da São Paulo Transportes S/A - SPTrans de gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão-de-obra, não se configurando a responsabilidade subsidiária.

67. TELEMAR. PRIVATIZAÇÃO. PLANO DE INCENTIVO À RESCISÃO CONTRATUAL (PIRC). PREVISÃO DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO COM REDUTOR DE 30%. APLICAÇÃO LIMITADA AO PERÍODO DA REESTRUTURAÇÃO.
Não é devida a indenização com redutor de 30%, prevista no Plano de Incentivo à Rescisão Contratual da Telemar, ao empregado que, embora atenda ao requisito estabelecido de não haver aderido ao PIRC, foi despedido em data muito posterior ao processo de reestruturação da empresa, e cuja dispensa não teve relação com o plano.

Rvst TRT8 2009.pmd 162 23/6/2009, 08:55

SUBSEÇÃO II ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS nºs 149 a 153, de 02.12.2008 (DEJT 03.12.2008)

149. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. HIPÓTESE DO ART. 651, § 3º, DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE OFÍCIO DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA.
Não cabe declaração de ofício de incompetência territorial no caso do uso, pelo trabalhador, da faculdade prevista no art. 651, § 3º, da CLT. Nessa hipótese, resolve-se o conflito pelo reconhecimento da competência do juízo do local onde a ação foi proposta.

150. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA QUE EXTINGUE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR ACOLHIMENTO DA EXCEÇÃO DE COISA JULGADA. CONTEÚDO MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.
Reputa-se juridicamente impossível o pedido de corte rescisório de decisão que, reconhecendo a configuração de coisa julgada, nos termos do art. 267, V, do CPC, extingue o processo sem resolução de mérito, o que, ante o seu conteúdo meramente processual, a torna insuscetível de produzir a coisa julgada material.

151. AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL VERIFICADA NA FASE RECURSAL. PROCURAÇÃO OUTORGADA COM PODERES ESPECÍFICOS PARA AJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. VÍCIO PROCESSUAL INSANÁVEL.
A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista não autoriza a propositura de ação rescisória e mandado de segurança, bem como não se admite sua regularização quando verificado o defeito de representação processual na fase recursal, nos termos da Súmula nº 383, item II, do TST.

152. AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO DE REVISTA DE ACÓRDÃO REGIONAL QUE JULGA AÇÃO RESCISÓRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. ERRO GROSSEIRO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.
A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, configura erro grosseiro, insuscetível de autorizar o seu recebimento como recurso ordinário, em face do disposto no art. 895, "b", da CLT.

153. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. ORDEM DE PENHORA SOBRE VALORES EXISTENTES EM CONTA SALÁRIO. ART. 649, IV, DO CPC. ILEGALIDADE.
Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC contém norma

Rvst TRT8 2009.pmd 163 23/6/2009, 08:55

imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista.

SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS nºs 373, de 09.03.2009 (DEJT 10.03.2009)

373. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. PROCURAÇÃO INVÁLIDA. AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DO OUTORGANTE E DE SEU REPRESENTANTE. ART. 654, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL.
Não se reveste de validade o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica em que não haja a sua identificação e a de seu representante legal, o que, a teor do art. 654, § 1º, do Código Civil, acarreta, para a parte que o apresenta, os efeitos processuais da inexistência de poderes nos autos.

Rvst TRT8 2009.pmd 164 23/6/2009, 08:55

PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Provimento nº 2/2008, de 17.12.2009 (DEJT 19.12.2008)
- Institui o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - e-GESTÃO, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus de jurisdição.

Ato GCGJT nº 001/2009, de 02.04.2009 (DEJT 03.04.2009)
Art. 1º. Revogar o inciso XI do artigo 7º, inciso III do artigo 12, a alínea "f" do inciso V do artigo 18 e o artigo 48, todos da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
Art. 2º. O artigo 65 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 65 - Juntamente com o andamento do processo, os Tribunais Regionais do Trabalho disponibilizarão, na Internet, o inteiro teor dos despachos, sentenças e decisões proferidas nos autos."

Rvst TRT8 2009.pmd 165 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 166 23/6/2009, 08:55

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ENUNCIADO Nº 7/2009, de 14.05.2009 (DEJT 28 e 29.05 e 1º.06.2009)

"AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. Empregados da Caixa Econômica Federal - CEF. Natureza Jurídica. Direito adquirido. O auxílio alimentação pago em pecúnia aos empregados da Caixa Econômica Federal - CEF tem natureza salarial, quanto ao período anterior à adesão da empresa ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)".

Rvst TRT8 2009.pmd 167 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 168 23/6/2009, 08:55

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AUTOR - SINDICATO DE CATEGORIA PROFISSIONAL - LEGITIMIDADE.

ACÓRDÃO TRT 8ª- 1ª T/RO 00305-2006-012-08-00-1
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTE: **SINTRITUR**
Adv(a): Dr(a). Mauro Augusto Rios Brito

RECORRIDO: **FAMTUR VIAGENS E TURISMO LTDA**
Adv(a): Dr(a). Patricia Campos Rodrigues

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AUTOR - SINDICATO DE CATEGORIA PROFISSIONAL - LEGITIMIDADE. Tem o sindicato de categoria profissional legitimidade para ajuizar ação civil pública postulado o cumprimento de obrigações e fazer e não-fazer.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário**, oriundos da MM. 12ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, **SINTRITUR** e, como recorrido, **FAMTUR VIAGENS E TURISMO LTDA.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

I - Conhecimento

Conheço do recurso ordinário do reclamante, pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

II - Mérito

O recorrente não se conforma com a decisão de origem que indeferiu a peça inicial por falta de interesse processual e ausência de correlação lógica entre a causa de pedir e o pedido, e, em conseqüência, extinguiu o processo sem resolução do mérito, a teor do art. 267, I, do CPC.

Argumenta, em síntese, que a peça de ingresso se fez acompanhar de todos os elementos capazes de garantir a devida apreciação, além de fundamentar os pedidos formulados.

Examino.

Esclareço, inicialmente, que o autor não está nos autos a qualidade de substituto processual, ou seja, postulando direito alheio, ainda que em nome próprio, mas sim como autor de ação civil pública postulado o cumprimento de várias obrigações, senão vejamos:

a) pretende que a reclamada, assim chamarei a ré, pague a parcela de auxílio-alimentação para os membros da categoria profissional como estipulada na norma coletiva;

b) que a reclamada pague as horas extras aos membros da categoria profissional;

Rvst TRT8 2009.pmd 169 23/6/2009, 08:55

c) que a reclamada pague o dia trabalhado com prejuízo da folga semanal;
d) que a reclamada pague a contribuição assistencial e
e) que os motoristas não sejam obrigados à lavagem dos ônibus.

A reclamada, em defesa, suscitou uma série de preliminares:

a) ilegitimidade ativa do autor, em razão da anulação da eleição da diretoria do sindicato, acolhida pela sentença anterior, porém reformada por acórdão desta mesma Turma;
b) o autor não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública;
c) o autor não tem interesse para ajuizar a presente ação;
d) impossibilidade jurídica do autor postular, pela via da ação civil pública, direitos individuais e
e) falta de autorização dos membros da categoria para ajuizamento da ação.

A sentença extinguiu o processo sem resolução do mérito por acolher as preliminares:

a) inépcia da petição inicial, haja vista entender que o autor postulou o auxílio-alimentação, parcelas vencidas e vincendas, nada obstante a norma coletiva somente autorizasse o pagamento por 5 meses, bem como porque limitou-se a alegar o não-pagamento de horas extras e de repouso remunerado, todavia sem mencionar a existência de um só fato que confirmasse a alegação, além do que não trouxe documentos para instruir a ação e
b) pela impossibilidade jurídica do autor postular direitos individuais, além do que a reclamada não estaria obrigada a cumprir a norma coletiva indicada pela peça vestibular.

O reclamante, assim chamarei o autor, tem razão.

De início, não custa lembrar que o interesse de agir é traduzido no trinômio necessidade/utilidade/adequação, segundo o qual a parte deve demonstrar a necessidade do Estado de intervir no conflito, a utilidade prática do provimento jurisdicional postulado, de prevenir ou remediar o mal alegado e, por fim, o meio utilizado para alcançar um fim prático, como relação entre a situação do autor e o provimento jurisdicional concreto solicitado.

A possibilidade jurídica do pedido pressupõe a inexistência de uma proibição expressa dentro do ordenamento jurídico que impeça o juiz de deferir ao autor o bem da vida vindicado.

Desse modo, ao contrário do entendimento da decisão de origem, os pedidos formulados na inicial são juridicamente possíveis, pois o interesse de agir do recorrente surge em razão da resistência, pelo recorrido às pretensões, pelo que, presentes as condições da ação.

Ademais, constatei que a inicial contém os requisitos do art. 840, da CLT, devendo ainda ser observado que no processo do trabalho devem ser levados em consideração os princípios da simplicidade e do informalismo.

Para a admissibilidade da tutela desses direitos ou interesses individuais, é imprescindível a caracterização da sua homogeneidade, isto é, sua dimensão coletiva deve prevalecer sobre a individual, caso contrário os direitos serão heterogêneos, ainda que tenham origem comum.

Vem a calhar, por oportuno, a norma do artigo 81 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) segundo a qual são interesses individuais homogêneos os interesses de grupo ou categoria de pessoas determinadas ou determináveis, que compartilhem prejuízos divisíveis, de origem comum.

Nessa categoria acha-se enquadrado o interesse defendido pelo sindicato-reclamante, de exigir o cumprimento do previsto na norma coletiva.

Rvst TRT8 2009.pmd 170 23/6/2009, 08:55

A lei nº 7.347/85, mais precisamente o art. 3º, permite a utilização da ação civil pública para compelir alguém a cumprir obrigações de fazer e não-fazer.

Também observo que a legitimidade do sindicato está assegurada pelo art. 8º da CF/88, artigos 5º e 21º da lei nº 7.347/85, artigos 81, 82 e 117 do Código de Defesa do Consumidor.

O exame sobre a aplicação da norma coletiva, se tem a reclamada a obrigação de cumpri-la, é matéria de mérito, pelo que não pode ser enfrentada como preliminar.

Por fim, entendo correta a sentença apenas quando extinguiu o pedido de cobrança da contribuição assistencial, pois, aqui sim, não é matéria deduzida pela via da ação civil pública.

Por tudo o que aqui foi exposto, dou provimento ao recurso para, reformando a sentença, afastar as preliminares acolhidas pelo juízo de 1º grau, salvo quanto ao pedido de cobrança da contribuição assistencial, em conseqüência, determinar o retorno dos autos para que o mérito da causa seja examinado.

Ante o exposto, conheço do presente recurso ordinário e, no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a sentença, afastar as preliminares acolhidas pelo juízo de 1º grau, salvo quanto à cobrança da contribuição assistencial, em conseqüência, determinar o retorno dos autos para que o mérito da causa seja examinado, tudo consoante os termos da fundamentação. Custas ao final.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES federais do trabalho da egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, unanimemente, conhecer do presente recurso ordinário e, no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a sentença, afastar as preliminares acolhidas pelo juízo de 1º grau, salvo quanto AO PAGAMENTO das contribuições assistenciais, em conseqüência, determinar o retorno dos autos para que o mérito da causa seja examinado, tudo consoante os termos da fundamentação. Custas ao final.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 3 de fevereiro de 2009. (DEJT 13.03.2009).
Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO E DANO MORAL INDIVIDUAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT RO 4ª T/RO 01553-2007-012-08-00-0
RELATORA: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA

RECORRENTE: OVÍDIO OCTAVIO PAMPLONA LOBATO (FAZENDA TARTARUGAS - SANTA MARIA)
Advogado: Alberto Lopes Maia Filho

Rvst TRT8 2009.pmd 171 23/6/2009, 08:55

RECORRIDO: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
Procurador: Rodrigo Cruz da Ponte Souza

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO E DANO MORAL INDIVIDUAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. A Ação Civil Pública tem como objetivo a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, merecendo destaque na atual Carta Magna como meio processual adequado para abrigar não só aos já citados interesses, como também, num sentido mais amplo, aos interesses sociais e individuais indisponíveis. É um exercício da guarda do interesse público que esteja lesado ou em risco iminente de lesão, tendo, tal espécie de ação, um caráter preponderantemente condenatório, quer em dinheiro, quer em obrigação de fazer ou não fazer. *In casu*, o Ministério Público do Trabalho postula, além dos danos morais coletivos, danos morais individuais, de cada trabalhador ferido em sua honra, sentimento íntimo de cada pessoa, em decorrência de agressão aos atributos da personalidade ou aos seus valores pessoais, em razão da constatação de trabalho degradante na fazenda do réu, feita pela equipe móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, embora possuam origem comum (homogêneos), são direitos disponíveis (passíveis de transação) e divisíveis, motivo pelo qual a reparação da lesão ao direito subjetivo do titular, deve ser sempre postulada individualmente, por ausência de interesse geral da sociedade.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, oriundos da **MM 12ª Vara de Trabalho de Belém,** em que são partes, como recorrente, **OVÍDIO OCTAVIO PAMPLONA LOBATO** e, como recorrido, **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 DA QUESTÃO PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO, POR EXTEMPORANEIDADE, EM RAZÃO DE SUA NÃO RATIFICAÇÃO APÓS A SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, SUSCITADA NAS CONTRARRAZÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Suscita a presente questão preliminar, afirmando que o Recurso Ordinário atacado foi interposto no dia 26.06.2008, entretanto, os Embargos de Declaração opostos pelo *Parquet* foram acolhidos, abrindo, então, novo prazo para que os réus apresentassem outro Recurso Ordinário, ou que ratificassem o interposto, vez que a sentença foi modificada.

Transcreve jurisprudência, para afirmar que o Recurso Ordinário não deve ser conhecido.

Rvst TRT8 2009.pmd 172 23/6/2009, 08:55

Vejamos.

Inconformados com a r. sentença de mérito, de fls. 321-347, os réus apresentaram Embargos de Declaração às fls. 352-353, os quais foram rejeitados mediante decisão de fls. 355-356 e, posteriormente, o Recurso Ordinário de fls. 362-391, contendo todos os pontos em que entende deva ser reformada a decisão.

Com a decisão dos Embargos de Declaração de fls. 415-418, o MM Juízo de primeiro grau supriu a omissão apontada pelo MPT, acolhendo os embargos no que tange à alegação contida no item "2" da exordial, inserindo na parte dispositiva da sentença de conhecimento, a improcedência do pedido elencado no item "5" da mesma.

Verifica-se, portanto, que pela decisão dos Embargos de Declaração, o MM Juízo *a quo* apenas supriu omissão para incluir mais uma condenação em obrigação de fazer aos réus, não alterando as demais condenações sofridas pelos mesmos, constantes da decisão de mérito.

Sabe-se que é por meio do recurso que a parte manifesta seu inconformismo com a decisão proferida, exercitando seu direito à ampla defesa, garantido no art. 5º, LV, da Constituição da República. Desta forma, não havendo qualquer manifestação do mesmo em relação à decisão dos embargos do MPT, tem-se que os réus consentiram com a nova condenação em obrigação de fazer que lhes foi imposta, pois não recorrida.

Assim, não há como exigir que a parte ratifique um ato já praticado regularmente, quando não houve qualquer alteração nas questões já recorridas, que implicassem na análise do apelo, motivo pelo qual não se pode falar na sua extemporaneidade.

Por estas razões, rejeito a questão preliminar em epígrafe e conheço do Recurso Ordinário, posto que adequado, tempestivo (fls. 358 e 360), subscrito por advogado habilitado à fl. 184, custas processuais recolhidas às fl. 392, e depósito recursal à fl. 393.

2.2 DAS QUESTÕES PRELIMINARES CONSTANTES DO RECURSO ORDINÁRIO

2.2.1 DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PUBLICO DO TRABALHO, QUANTO AO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS E DANOS MORAIS INDIVIDUAIS

Em síntese, alegam os recorrentes que o inciso III, do artigo 83 da Lei Complementar n. 75/1993, que rege o Ministério Público da União, é inconstitucional, pois extrapola os comandos contidos nos incisos III e IX, do artigo 129, da Constituição da República, conferindo uma forma de legitimação extraordinária não prevista na Carta Magna.

Afirmam, também, que o Ministério Público não tem legitimidade para defender interesses individuais homogêneos, pois além de não prevista no artigo 83, da LC 75/1993, sua atuação como substituto processual depende de expressa autorização legal, considerando o que dispõe o artigo 6º, do CPC.

Asseveram que, ao contrário do entendimento do MM Juízo de primeiro grau, a tutela dos direitos individuais postulados pelo MPT, somente pode ser postulada pelo interessado, já que o direito buscado é individualizado, divisível e disponível, cabendo apenas ao titular do direito decidir se propõe ou não ação judicial para defesa de interesse que pertence individualmente a cada trabalhador.

Transcrevem jurisprudência para, ao final requererem o acolhimento da presente questão preliminar, a fim de que seja reconhecida a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para postular o dano moral coletivo e os danos

Rvst TRT8 2009.pmd 173 23/6/2009, 08:55

morais individuais de cada trabalhador atingido, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Vejamos.

Assim dispõem os Artigos 127 e 129 da Constituição da República:

> *Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e* ***individuais indisponíveis****.*
> *Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:*
> *(...)*
> *III - promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e* ***coletivos****.*

A Lei n. 7.347/85, por sua vez, estabelece:

> *Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:*
> *(...)*
> *V - a qualquer outro interesse difuso ou* ***coletivo****.*

A Lei Complementar 75/93, em seus artigos 6° e 83, assim dispõe:

> *Art. 6º. Compete ao Ministério Público da União*
> *(...)*
> *VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:*
> *(...)*
> *d) outros interesses* ***individuais indisponíveis****, homogêneos, sociais, difusos e coletivos.*
> *Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:*
> *(...)*
> *III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;*

Cumpre dizer, inicialmente, que o Ministério Público aparece como ente de defesa do interesse público, enquanto interesse da democracia, buscando por meio da Ação Civil Pública, a tutela de interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição da República). É um exercício da tutela do interesse público que esteja lesado ou em risco iminente de lesão, tendo, tal espécie de ação, um caráter preponderantemente condenatório, quer em dinheiro, quer em obrigação de fazer ou não fazer.

Neste sentido, da simples leitura dos artigos acima transcritos, vê-se que a Constituição da República vigente, prevê, expressamente, a possibilidade de defesa de interesses difusos e coletivos mediante Ação Civil Pública, não havendo como se dar guarida à tese do recorrente de inconstitucionalidade do artigo 83, da LC 75/1993 e à consequente ilegitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações em defesa desses interesses, pelo que mantenho a r. sentença quanto a este aspecto, que considerou legítimo o Órgão Ministerial para defesa de interesses coletivos.

Entretanto, quanto à propositura de Ação Civil Pública para defesa de interesses individuais, vê-se que a Constituição e a LC 75/1993 (LOMPU), legitima o Ministério Público para tanto, desde que tais direitos sejam indisponíveis.

Rvst TRT8 2009.pmd 174 23/6/2009, 08:55

In casu, o autor postula, além dos danos morais coletivos, danos morais individuais, de cada trabalhador ferido em sua honra, sentimento íntimo de cada pessoa, em decorrência de agressão aos atributos da personalidade ou aos seus valores pessoais, em razão da constatação de trabalho degradante na fazenda do réu, feita pela equipe móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, embora possuam origem comum (homogêneos), são direitos disponíveis (passíveis de transação) e divisíveis, motivo pelo qual a reparação da lesão ao direito subjetivo do titular, deve ser sempre postulada individualmente, por ausência de interesse geral da sociedade.

Neste viés, vale ressaltar o posicionamento adotado pela E. Terceira Turma deste E. Tribunal, no V. Acórdão n. 00876-2007-105-08-00-7, da lavra da Excelentíssima Desembargadora Federal do Trabalho, Graziela Leite Colares, em sessão realizada no dia 05.11.2008. Vejamos:

> *"Na hipótese dos autos o que se vê todavia é desvirtuamento de utilização da ação civil, pois usada para veicular direito individual, disponível e renunciável e, portanto, divisível, quando se sabe que é vedada para essa finalidade.*
> *Jamais uma ação civil verdadeira pode ter objeto idêntico ao de uma ação individual. Quando isso está ocorrendo é porque a ação pública está desvirtuada de sua finalidade. Nem mesmo o disposto no artigo em destaque autoriza entendimento contrário, pois ali se trata de, na ação coletiva, reconhecer uma situação fática que espraia seus efeitos na relação jurídica de vários contratos individuais. Reconhecida essa situação fática, os consumidores poderão se valer daquele decisão para ajuizar ações individuais. Veja-se que para que haja pagamento da indenização individual há necessidade de ações individuais. Os consumidores que já tenham ajuizado ações individuais com o pedido de reconhecimento daquela situação fática poderão se beneficiar do reconhecimento dessa situação na sentença coletiva, caso a decisão ali seja favorável. O reconhecimento contudo daquela situação não implica a existência de consumidores lesados, nem tampouco implica o reconhecimento de direito individuais os quais necessitam demandar em juízo em busca dessa tutela individual.*
> *A toda evidencia a situação no âmbito do direito do trabalho é outra, porque outra é a relação jurídica em questão.*
> *O disposto no Código do Consumidor não pode ser utilizado para veicular direito do trabalho que é em essência individual e divisível porque de cunho patrimonial. Ademais, diferentemente do que ocorre no direito do consumidor, quando se ajuíza uma ação coletiva não se conhece o beneficiário, como ocorre na ação trabalhista, cujo titular é necessariamente e previamente identificado. A ação coletiva em questão não foi usada para reconhecer uma situação fática genérica (existência de periculosidade) e sim para pleitear o referido adicional para pessoas que previamente qualificou. Até porque a situação fática aqui necessariamente está vinculada a uma pessoa determinada e previamente identificada.*

Rvst TRT8 2009.pmd 175 23/6/2009, 08:55

Na verdade, no caso concreto o que se chama de ação civil pública não passa de uma ação plúrima de substituição processual prevista no ordenamento jurídico celetista.
Se resta demonstrado que, embora denominada de ação civil, a ação de fato ajuizada em tudo não transcende a natureza de uma mera reclamação trabalhista, não há razão para se negar a aplicação do instituto da litispendência inclusive como forma de reafirmar o objetivo deste instituto que é evitar decisões díspares em favor do mesmo titular do direito, como poderia ocorrer no caso em exame.
Por tais razões, dou provimento ao apelo para acolhendo a preliminar, extinguir o processo sem exame do mérito."

Desta forma, tratando-se de direitos individuais disponíveis de cada trabalhador atingido e a Constituição da República ser expressa somente quanto à legitimação do Ministério Público para postular direitos individuais **indisponíveis**, acolho em parte a presente questão preliminar, para declarar o Ministério Público do Trabalho parte ilegítima para postular os danos morais individuais que teriam sofrido cada um dos trinta trabalhadores relatados na fiscalização do Ministério do Trabalho, em que se fundamenta a presente ação.

Pelo exposto, acolho, em parte, a presente questão preliminar e, declaro a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor Ação Civil Pública em defesa de direitos individuais disponíveis, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, quanto a este aspecto, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

2.2.2 DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA DEMANDADA

Requer seja excluída da lide a segunda demandada (Fazenda Tartaruga), por se tratar apenas de nome de fantasia do bem imóvel pertencente ao primeiro réu.

Vejamos.

O réu, Ovídio Octávio Pamplona Lobato, em seu depoimento de fls. 261/v e 262, esclareceu que a fazenda onde foram lavradas as autuações é denominada "Santa Maria", a qual fica localizada em uma região conhecida por "Tartarugas".

Compulsando os autos, não há qualquer indício de que a ré, Fazenda Tartarugas (Santa Maria), seja empresa rural ou outro ente detentor de personalidade jurídica, mas tão-somente um imóvel de propriedade do primeiro réu, pessoa física responsável pelo empreendimento, cujo patrimônio, no caso, a Fazenda Santa Maria, poderá ser atingido em caso eventual condenação.

Por esta razão, acolho a presente questão preliminar, para excluir do pólo passivo da lide a segunda demandada, Fazenda Tartarugas (Santa Maria), determinando, entretanto, que conste entre parênteses, ao lado do nome do recorrente: "(Fazenda Tartarugas - Santa Maria)".

2.3 MÉRITO

2.3.1 DA INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE. DO DANO MORAL COLETIVO. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER

Em síntese, aduz que a controvérsia estabelecida na presente lide leva à compreensão do que vem a ser trabalho escravo moderno, na medida em que a ocorrência de irregularidades da legislação trabalhista, por si só, não o caracteriza.

Assevera que na concepção da Organização Internacional do Trabalho e do próprio Ministério Público do Trabalho, o constrangimento no ambiente de

Rvst TRT8 2009.pmd 176 23/6/2009, 08:55

trabalho pode ser caracterizado pela apreensão de documentos, presença de guardas armados, dívidas ilegalmente impostas e condições geográficas do local, que inviabilizam a fuga, fatos estes que não foram evidenciados na fiscalização realizada, não havendo qualquer prova da ocorrência de constrangimento no ambiente de trabalho, atentatório à dignidade humana.

Ressalta que desde a instauração da relação processual, reconheceu a ocorrência de irregularidades em relação à legislação trabalhista, mas sempre negou a existência de trabalho degradante.

Relata que as irregularidades apontadas restringem-se a não anotação da CTPS de alguns obreiros, violação às normas de medicina, higiene e segurança do trabalho, não fornecimento de EPI, inexistência de material de primeiros socorros, inexistência de instalações sanitárias e inexistência de água adequada, o que não caracteriza o chamado trabalho escravo moderno.

Afirma que os depoimentos constantes dos autos revelam que os trabalhadores marajoaras utilizam regularmente e, com naturalidade, a água dos rios, lagos, igarapés, poços artesianos e da água das chuvas, além de seus hábitos alimentares incluírem as carnes obtidas com a caça de animais e peixes da Amazônia, sem que isso configure trabalho degradante.

Acrescenta que os trabalhadores tem total liberdade para criar seus próprios animais, como forma de ajudar em sua subsistência, podendo vender, caso queiram obter renda extra.

Diz que a liberdade de ir e vir sempre foi respeitada, pois os trabalhadores tem toda liberdade para sair da fazenda, seja de barco, cavalo, trator, carro, bicicleta e, até mesmo, a pé, considerando o costume regional presente no modo de vida do caboclo marajoara e que a Fazenda Santa Maria sempre disponibilizou transporte para os mesmo, principalmente em caso de necessidade médica ou acidente, quando fazia-se uso do avião para o deslocamento até Belém.

Assevera que por não restar configurado o trabalho escravo, impõe-se a reforma da decisão quanto às obrigações de fazer e não fazer constantes da r. decisão, assim como do dano moral coletivo, devido à inexistência do fato ensejador da causa de pedir.

Por eventualidade, caso mantida a condenação em danos morais coletivos, requer a redução do *quantum* indenizatório, ao argumento de que nunca houve qualquer espécie de violência física e que os trabalhadores confessaram que não se sentiam escravizados, ao contrário, viviam com dignidade, dentro de suas realidades.

Afirma que os valores deferidos são aviltantes para um pequeno produtor do da Ilha do Marajó, devendo ser considerado o princípio da razoabilidade, de modo a não inviabilizar a sobrevivência do réu e que tais valores não serão revertidos aos trabalhadores, mas sim à União, que já penaliza a todos com sua alta carga tributária.

Vejamos.

Conforme relatado anteriormente, o Ministério Público do Trabalho propôs a presente Ação Civil Pública, baseado na Fiscalização do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, ocorrida em maio de 2007 (volume anexo aos autos), que teria encontrado trinta trabalhadores na fazenda do réu, localizada no Município de Soure, Ilha do Marajó, neste Estado, submetidos a condições análogas a de escravo, em razão da vida degradante a que eram submetidos, consubstanciada na inobservância de normas de higiene e medicina do trabalho, da servidão por dívidas e da contraprestação salarial em local de difícil acesso, ou seja, nesta cidade de Belém/PA.

Rvst TRT8 2009.pmd 177 23/6/2009, 08:55

Em contestação, o réu confessou a prática das irregularidades trabalhistas ensejadoras dos autos de infração contra si lavrados. Sabe-se que o descumprimento às normas trabalhistas, não são capazes de ensejar indenização por danos morais coletivos, porquanto já existe penalidade prevista na legislação, sob pena de se punir duplamente o infrator pelo mesmo fato, incorrendo no chamado *bis in idem.* Este tem sido o entendimento deste E. Tribunal, senão vejamos:

> ***DANO MORAL COLETIVO. DESCUMPRIMENTO DE NORMA.*** *O mero descumprimento de norma trabalhista não enseja, por si só, a condenação do infrator em indenização por dano moral coletivo. A Coletividade tem também esferas específicas de ética, cuja intangibilidade pode e deve ser assegurada pelo ordenamento jurídico, mas desde que vislumbrada a respectiva lesão no caso concreto.* (Acórdão TRT/3ª T/RO 01979-2006-110-08-00-9, Relator Des. Luis José de Jesus Ribeiro, julgado no dia 04.03.2009)
>
> ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FALTA DE INTERESSE DO AUTOR PARA POSTULAR SANÇÕES PECUNIÁRIAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO CELETISTA.*** *No direito obrigacional comum, a cominação de pena pecuniária para forçar o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer só tem cabimento se a lei ou o contrato não contiverem norma com esta mesma finalidade. Assim, não haverá interesse de agir para fixação de uma sanção coercitiva ou inibitória pelo Judiciário se tal sanção já constar da lei ou do contrato. Recurso provido para extinguir o processo sem exame de mérito.* (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01461-2005-107-08-00-1, Relatora Desa. Graziela Leite Colares, julgado no dia 08.08.2007)

Necessário, então, aferirmos se, realmente, os trabalhadores foram submetidos a condições de trabalho degradante, ensejadores de dano moral coletivo, ou se tais práticas configuraram apenas o descumprimento a normas trabalhistas, conforme alegado pelo réu. Verifiquemos as provas dos autos:

O Relatório de Fiscalização do MTE, juntado pelo autor, afirmou, em síntese, que a fazenda Santa Maria tem como atividade principal a pecuária e que os trinta trabalhadores "alcançados" laboravam no roço de pasto e criação de búfalos. Informaram que referida propriedade rural dista 11 horas de viagem de barco, partindo da cidade de Soure, e que é formada por oito retiros, os quais não eram dotados de instalações sanitárias adequadas, pois os trabalhadores faziam suas necessidades fisiológicas no matagal próximo ou nos buracos chamados "latrinas", consistente em uma pequena construção de madeira, com telhas de barro (fotografia à fl. 41).

Consta que a água usada para beber e cozinhar, provinha dos igarapés do local (no verão) ou das chuvas, durante o inverno, sendo que a alimentação e material de limpeza eram fornecidos pelo proprietário da fazenda, ora recorrente, aos trabalhadores, anotando o que cada um consumia, sem, entretanto, informar-lhes o preço de cada produto adquirido, não havendo consciência da dimensão das despesas que haviam contraído.

Relata que não era fornecido EPI, que os trabalhadores não possuíam qualquer assistência médica ou material necessário para prestar primeiros socorros. Afirma que para receber seus salários, os trabalhadores deveriam viajar

Rvst TRT8 2009.pmd 178 23/6/2009, 08:55

até Belém, sob pena de não receber qualquer valor, destacando ter ocorrido caso de empregado ter passado mais de um ano sem receber qualquer pagamento, por não ter como vir até à Capital do Estado.

É ressaltado que em virtude do não pagamento regular de salários, das dívidas contraídas e por sempre terem pagamento a receber, os trabalhadores estavam impedidos moral e psicologicamente de deixarem o local, sendo coagidos a permanecerem trabalhando na expectativa de saldarem suas dívidas.

Conclui que as condições degradantes de trabalho estariam evidenciadas pela retenção dolosa de salários e documentos, condições inadequadas de higiene e alimentação, bem como pela enorme dificuldade de acesso ao local.

Já o réu, em seu depoimento de fls. 261-264, afirmou o seguinte:

> "*(...); que o pagamento dos salários dos trabalhadores não era pago na fazenda, em razão de uma prática local, onde os trabalhadores preferem receber o dinheiro ou em Soure, quando eles se deslocam até esse local para fazer a venda dos animais que criam nos retiros, ou quando vão fazer compras em Soure; que outra situação ocorre em razão desses empregados preferirem receber seus salários em determinadas ocasiões, como por exemplo, no Círio, quando se deslocavam até Belém; que alguns solicitam ao depoente que leve o pagamento para a fazenda, mas como este só frequenta este local de dois em dois meses, seria nesta ocasião em que o depoente efetua o pagamento dos salários a estes que solicitam desta forma; (...); que o depoente perdeu o controle em relação ao rancho, uma vez que alguns trabalhadores compravam mais do que recebiam de dinheiro, sendo preferível fornecer gratuitamente o rancho, o que está sendo feito atualmente; (...); que esses trabalhadores nunca ficaram sem o fornecimento dessa comida; que quando o depoente frequenta a fazenda ou os retiros, ele toma água do mesmo local que os trabalhadores tomam, uma vez que essa água é tratada com sulfato de alumínio e cloreto de cálcio que são armazenadas em tambores, no caso dos retiros, e na sede da fazenda existe caixa d'água; (...).*

A testemunha do Ministério Público do trabalho confirmou às fls. 287-288, os fatos constantes no relatório de fiscalização.

A testemunha, Sr. Álvaro Fernando Figueiredo Gonçalves, afirmou o seguinte (fls. 288/verso-289):

> *"que trabalha há 18 anos na reclamada na função de carpinteiro; que já aconteceu de pessoa da família do depoente adoecer lá na fazenda; que quando isso acontecia, conseguiam remédio no posto médico, pois na fazenda não tinham nenhum tipo de remédio; (...); que a água que o depoente bebia era da chuva; que existe uma cisterna que pega 38 mil litros de água; que da cisterna passa para uma caixa de 5 mil litros que é distribuído para as casas; que em época que não chovia pegavam água do rio que ia para a cisterna e colocavam sulfato; que sempre foi assim, no inverno água da chuva e no verão como dito; (...); que as armas que usavam era para caçar porco e marreca; (...); que recebe o*

Rvst TRT8 2009.pmd 179 23/6/2009, 08:55

salário a cada três ou quatro meses quando vem para Belém; que é uma opção; que vem no barco da fazenda; que os trabalhadores braçais vinham com o depoente; que a alimentação é enviada de mês a mês; que eles tinham a opção de receber só quando eles viessem para Belém ou para Soure; que nunca passou fome na fazenda; que os demais trabalhadores nunca reclamaram de terem passado fome; que essas famílias tem criação própria de animais; que comercializam esses animais; (...); que nunca foi descontado alimentação do valor que recebe; que não era descontado alimentação dos braçais; que na época que marcaram para irem em soure receber salário com o grupo móvel foi lá, mas diz que quanto ao seu salário estava em dia e que foi para receber indenização pelo tempo de serviço; (...).

A testemunha de nome Lucimere do Socorro Palheta, afirmou o seguinte (fl. 289 e verso):

"que não existe trabalho escravo na fazenda; que no ponto de vista da depoente trabalho escravo significa salário atrasado, horas de serviço; (...); que pode afirmar que não existe trabalho escravo porque Soure é pequeno e todo mundo se conhece; (...)."

A última testemunha ouvida pelo Juízo, Sr. Carlos Augusto Nunes Gouveia, Prefeito da cidade de Soure/PA, assim afirmou (fls. 305-307):

"(...); que a distância entre a cidade de Soure e a fazenda do reclamado é em torno de 90 km e que tem época do ano que se precisa de um dia todo para chegar lá, e somente a cavalo, canoa ou pela costa com embarcações maiores e em outra época do ano se pode chegar em 3 horas e de carro; (...); que é hábito da cultura marajoara os empregados receberem mercadorias dos fazendeiros e ficarem devendo, em função do difícil acesso; que desconhece o preço que os fazendeiros cobram por esses produtos; que os alojamentos nas fazendas não são ideais, devido a condições ecológicas, mas há fazendas que possuem alojamentos adequados; que quando o depoente visitou a fazenda Tartarugas, ficou surpreso com as instalações que ali encontrou, como por exemplo, a instalação da escola e do alojamento da garotada, fugindo até mesmo da realidade local, que era muito bom, que viu carteiras, cadeiras, camas, salas de aula, etc; que a escola não está funcionando; (...); que é costume no Marajó o vaqueiro não ter CTPS assinada, não ser funcionário mas utilizar a área da fazenda; que quando questionado se é comum ter uma sociedade entre vaqueiro e fazendeiro, disse que por falta de grandes oportunidades, essas pessoas acabam ficando nas fazendas e criando pequenos animais, fundamentalmente a criação de porco; que normalmente essa produção é toda do vaqueiro e que esse trabalhador nem sempre é sócio do vaqueiro; que não havia impedimento de locomoção de

Rvst TRT8 2009.pmd 180 23/6/2009, 08:55

> *trabalhadores das fazendas, só mesmo pelas condições naturais, mas normalmente tem estrutura para se locomover, como canoa e cavalo; que em várias áreas se usa a LATRINA TURCA ou FOSSA NEGRA para a realização das necessidades fisiológicas das pessoas; (...); que há uma grande preocupação pois com isso houve a aceleração da evasão das áreas mais distantes para a cidade; (...); que isso seria principalmente quanto aos agregados, pois aí o fazendeiro quis ficar somente com seus funcionários; (...); que está muito preocupado com o êxodo rural, que nas fazendas não há qualidade de vida decente e estrutura para manter a garotada; que são excluídos mesmo; que só 20% da população está no campo e que precisam fazer algo para que voltem para a fazenda, como escola, posto de saúde e comunicação; que sem ajuda pública os fazendeiros não podem solucionar esses problemas; que não tem em seu Município a prática de trabalho escravo; (...).*

Da análise do conjunto probatório, resta evidente que se trata de uma grande propriedade rural (por volta de 20 mil hectares), voltada para a criação de gado bubalino, nos chamados "campos naturais da Ilha do Marajó", área de várzea inundada. Viu-se que devido às enormes distâncias a serem percorridas, foram criados alojamentos com uma estrutura mínima, os chamados retiros, em diversos pontos da fazenda, para que os vaqueiros pudessem desenvolver melhor suas atividades, ao longo de toda a extensão da propriedade.

Nesses retiros, o próprio réu confessou à fl. 289, que as instalações sanitárias eram inadequadas, constando no relatório de fiscalização que "os empregados faziam suas necessidades fisiológicas no matagal próximo aos alojamentos ou em buracos improvisados como latrina" (fl. 40), o que comprova a inexistência de condições de higiene adequadas, descritas na NR-31, do MTE.

Quanto à água utilizada para beber e higiene, viu-se que devido à inexistência de poço artesiano, coletavam água das chuvas em cisterna e a tratavam com agente químico (sulfato - fl. 288), após o que, eram distribuídas para as casas. A utilização de água das chuvas tratadas, para consumo e higiene, é prática que, além de ecologicamente correta, em locais sem poluição como a Ilha do Marajó, vem sendo incentivada pelo Governo Federal em regiões atingidas pela estiagem, como no verão amazônico e no semi-árido brasileiro, informação esta que pode ser confirmada no site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no seguinte endereço eletrônico: *http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-agua-de-beber-e-agua-de-comer*.

Assim, *data venia* o MM Juízo de primeiro grau, entendo que a água utilizada pelos trabalhadores era adequada, não descumprindo o disposto na NR-31, do MTE.

Restou evidente, também, que a distância e o difícil acesso à Fazenda Tartarugas (20 horas de barco desta capital), fazem com que os trabalhadores somente tenham acesso aos gêneros alimentícios que não produziam, a produtos de higiene e limpeza, quando vendidos no armazém do empregador, tendo o mesmo confessado que alguns empregados compravam mais do que ganhavam em dinheiro. Aliado a este fato, a exigência de se deslocarem até Belém para que pudessem receber seus salários, fazendo com que passassem vários meses sem receber salário, caracterizam a servidão por dívida.

Rvst TRT8 2009.pmd 181 23/6/2009, 08:55

Esses fatos, atrelados ao não fornecimento de equipamentos de proteção individual (fl. 263) e material de primeiros socorros (fl. 288), demonstram que as condições de trabalho não atingiam o mínimo exigido pela legislação, pelo que reconhece-se a existência de trabalho degradante que atenta contra a dignidade da pessoa humana, sendo devida a indenização por danos morais coletivos.

Configurado o dano moral coletivo, examinemos a questão de seu *quantum* indenizatório.

Penso que a quantificação da indenização pelo dano moral deve se ater a vários fatores, ou seja, não se pode condenar o reclamado ao pagamento de uma indenização em valor fora da realidade econômica, na medida em que as decisões judiciais devem ser proferidas dentro de um equilíbrio social, o que significa dizer que não se pode ficar preso à superproteção aos trabalhadores.

Para tanto, há de se ter em mente sempre a Teoria da Razoabilidade ou da Lógica do razoável, na qual deve-se obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e preocupadas com as finalidades do judiciário, que pensa, primordialmente, em oferecer uma ordem jurídica justa aos seus jurisdicionados.

Em que pese a matéria ora debatida ser controvertida no Judiciário Trabalhista, ainda, assim, devemos encontrar meios para medir esse dano através de um denominador comum que seja o mais justo para as partes - ofensor e ofendido, aproximando a decisão não só aos ditames da lei e da aritmética pura e simples, mas das diretrizes da Lei Maior que consagrou este direito de forma expressa, onde foram valorizados, sobremaneira, a dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, ressaltando que restou estabelecido no “Capítulo Da Ordem Social”, que esta tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais (art. 193).

Cito, assim, alguns critérios que levo em conta para a avaliação do dano moral: a) as condições econômicas, sociais e culturais de quem cometeu o dano e principalmente de quem sofreu; b) a intensidade do sofrimento do ofendido; c) a gravidade da repercussão da ofensa; d) a posição do ofendido; e) a intensidade do dolo ou grau de culpa do responsável; f) um possível arrependimento evidenciado por fatos concretos; g) a retratação espontânea e cabal; h) a eqüidade; i) as máximas da experiência e do bom senso; j) a situação econômica do país e dos litigantes; l) o discernimento de quem sofreu e de quem provocou o dano.

Com base nesse sistema avaliativo e considerando as condições de trabalho e as peculiaridades da região, entendo que o valor fixado pelo MM Juízo de primeiro grau extrapola em muito a necessidade sancionatória-pedagógica da decisão, pelo que tenho como adequado o valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais coletivos, a ser revertido em favor do FAT, considerando, ainda, o precedente desta E. Turma, consubstanciado no V. Acórdão 4ªT./RO 00679-2005-103-08-00-3.

Quanto às obrigações de fazer e não fazer determinadas em sentença, verifico que todas decorrem do descumprimento da legislação trabalhista constatado no Relatório de Fiscalização do MTE, constante dos autos, o qual foi elaborado por agentes públicos (Procuradores do Trabalho, Auditores Fiscais do Trabalho, Delegados, Agentes e Escrivães da Polícia Federal - fl. 38), detentores de fé-pública não questionável, razão pela qual se mantém a condenação quanto a este aspecto.

Rvst TRT8 2009.pmd 182 23/6/2009, 08:55

Em razão do decidido acima, ficam prejudicadas as demais questões recursais pertinentes ao dano moral individual.

Ante todo o exposto e em conclusão, rejeito a questão preliminar de não conhecimento do Recurso Ordinário, por extemporaneidade, suscitada nas contrarrazões pelo Ministério Público do Trabalho e, dele, conheço; acolho, em parte, a questão preliminar de ilegitimidade ativa, no sentido de declarar a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor Ação Civil Pública em defesa de direitos individuais disponíveis, extinguindo, por conseguinte, o processo sem resolução do mérito, quanto a este aspecto, nos termos do art. 267, VI, do CPC; acolho a questão preliminar de ilegitimidade passiva da segunda reclamada, para excluí-la do pólo passivo da lide, determinando, entretanto, que conste entre parênteses, ao lado do nome do recorrente: "(Fazenda Tartarugas - Santa Maria)"; no mérito, dou parcial provimento ao recurso para, reformando, em parte, a r. sentença, reduzir o valor da condenação por danos morais coletivos para R$50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Custas processuais de R$1.000,00 (um mil reais), calculadas sobre o valor da condenação de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), ficando mantida a decisão em seus demais termos, inclusive quanto às obrigações de fazer e não fazer, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REJEITAR A QUESTÃO PRELIMINAR DE EXTEMPORANEIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO, SUSCITADA NAS CONTRARRAZÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DELE CONHECER; POR MAIORIA DE VOTOS E PELO VOTO DE DESEMPATE DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL E O EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DO TRABALHO, CONVOCADO, JULIANES MORAES DAS CHAGAS, EM ACOLHER EM PARTE A QUESTÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA PARA, DECLARANDO A ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS DISPONÍVEIS, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, QUANTO A ESTE ASPECTO, NOS TERMOS DO ART. 267, VI, DO CPC; SEM DIVERGÊNCIA, ACOLHER A QUESTÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA RECLAMADA, PARA EXCLUÍ-LA DO PÓLO PASSIVO DA LIDE, DETERMINANDO, ENTRETANTO, QUE CONSTE ENTRE PARÊNTESES, AO LADO DO NOME DO RECORRENTE: "(FAZENDA TARTARUGAS - SANTA MARIA)". NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DO TRABALHO, CONVOCADO, JULIANES MORAES DAS CHAGAS, QUE NEGAVA PROVIMENTO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A R. SENTENÇA, REDUZIR O VALOR DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS PARA R$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), A SER REVERTIDA EM FAVOR DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT), VENCIDA A

Rvst TRT8 2009.pmd 183 23/6/2009, 08:55

EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL EM RELAÇÃO AO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. CUSTAS PROCESSUAIS DE R$1000,00 (UM MIL REAIS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO DE R$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), FICANDO MANTIDA A DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 05 de maio de 2009. (DEJT 08.05.2009)
VANJA COSTA DE MENDONÇA - Desembargadora Relatora.

****

I - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIDE SIMULADA. II - DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. III - DESCONTOS SALARIAIS ILEGAIS. VIOLAÇÃO A DIREITO COLETIVO E DIFUSO DOS TRABALHADORES. COMPROVAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00634/2008-120-08-00.7
RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

RECORRENTES: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
Procuradora: Dra. Cíntia Nazaré Pantoja Leão
ÁGUAS LINDAS LTDA.
Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

-

I - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIDE SIMULADA. Ajuizar ação trabalhista com evidente intuito de obter quitação dos direitos dos trabalhadores é incorrer em simulação, incompatível com a boa-fé que deve pautar os atos dos que acionam o Poder Judiciário para requerer a solução de seus conflitos de interesse. II - DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a violação, pela ré, de direito transindividual de ordem coletiva, em desobediência a normas de ordem pública, abalando a coletividade, além de causar prejuízos à sociedade, é mesmo devida a indenização pelos danos morais coletivos. III - DESCONTOS SALARIAIS ILEGAIS. VIOLAÇÃO A DIREITO COLETIVO E DIFUSO DOS TRABALHADORES. COMPROVAÇÃO. Configurada a conduta irregular da ré ao proceder descontos salariais abusivos, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos aos ônibus, em evidente violação ao disposto nos arts. 5º, incs. XXXV, LV, LVII e 7º, inc. X, da CF/88, 2º, 9º e 462 da CLT e 187 do CC, deve ser condenada ao cumprimento das obrigações de abster-se de efetuá-los. Recurso provido.

Rvst TRT8 2009.pmd 184 23/6/2009, 08:55

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da MM. 2ª Vara do Trabalho de Ananindeua, em que são partes as acima referidas.

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso da ré porque é adequado, tempestivo (fls. 1.858 e 1.861) e se encontra subscrito por advogado habilitado (fl. 1.665), tendo sido realizado o depósito recursal (fl. 1.899) e recolhidas as custas (fl. 1.900).

Conheço do recurso do autor porque é adequado, tempestivo (fls. 1.903 e 1.907) e se encontra subscrito por Procuradora do Trabalho, sendo isento do pagamento das custas e do depósito recursal.

Conheço das contrarrazões do autor pois são tempestivas (fls. 1.903 e 1.932) e se encontram subscritas por Procuradora do Trabalho, bem como das contrarrazões da ré porque também são tempestivas (fls. 1.949 e 1.949) e se encontram subscritas por advogado habilitado (fl. 1.665).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR UTILIZAÇÃO DE MEIO PROCESSUAL INADEQUADO E DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (RECURSO DA RÉ)

Na seção "*DA NATUREZA DO PROCEDIMENTO JURISPRUDENCIAL PERSEGUIDO"* (*sic*, fl. 1.873), afirma que não seria a primeira vez que o autor tentaria, mediante ação civil pública, obter o por ele pretendido, reportando-se ao acórdão proferido no Processo n. 2ª T./RO 00543/2004-08-00.

Após tecer considerações sobre a matéria, ressalta que "o caminho escolhido é impróprio para a finalidade a qual se destina" (*sic*, fl. 1.974).

Destaca-se que a ação civil pública integra o rol dos instrumentos jurídicos brasileiros, destinados à defesa de interesses metaindividuais, de forma a facilitar o acesso coletivo ao Poder Judiciário, sobretudo no campo das relações de trabalho, os mais típicos das sociedades de massa contemporâneas.

Não têm pertinência as alegações recursais de que a pretensão do autor seja, tão-somente, a de obter reparação de danos individuais. Muito pelo contrário, visa ao cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, de forma que a demandada obedeça ao ordenamento legal pátrio, com intuito de preservar a ordem jurídica, já que desrespeitados direitos de trabalhadores não identificados, constitucionalmente garantidos.

Faz-se ver, outrossim, que a pretensão do autor é de que a conduta da ré se norteie pela legislação vigente o que interessa não apenas a grupo isolado de trabalhadores, mas à sociedade, caracterizando-se, assim, a presença de interesses difusos e coletivos, de acordo com preceituado no artigo 81, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.078/90.

Os direitos dos trabalhadores em questão se exercem individualmente, mas em favor de uma coletividade, por isso é inegável sua natureza coletiva, sendo, portanto, passíveis de serem postulados por meio de ação civil pública.

No que toca à alegada ilegitimidade ativa, arguida pela ré, ressalto que dúvida não há acerca da legitimidade do *Parquet*, *in casu,* na medida em que o artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93, Lei Orgânica do Ministério Público, estabelece que:

Rvst TRT8 2009.pmd 185 23/6/2009, 08:55

> "Art. 83 Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: (*omissis*)
> III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais garantidos.".

A legitimação ativa *ad causam* do Ministério Público decorre da aplicação e da interpretação conjunta do disposto no artigo antes transcrito, com os artigos 127 e 129, inciso III, da CF/88. Filio-me à tese, inclusive, de que se deve prestigiar a ampliação do campo de aplicação da ação civil pública para a defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores.

Ressalta-se, outrossim, que, conforme leciona Raimundo Simão de Melo[1]:

> "Em juízo, é a ação civil pública o mais importante instrumento de prevenção e defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade, razão porque, com o tempo, foi ampliada a legitimação ativa para sua propositura. Na seara trabalhista, não obstante os extraordinários resultados obtidos, ainda é muito tímida a sua utilização, em regra, somente pelo Ministério Público. Os sindicatos, mais legítimos representantes dos trabalhadores, ainda não se convenceram da aplicação desse moderno instrumento processual coletivo, por razão, em parte, do tratamento que tem sido dado ao instituto por parte de alguns integrantes do Judiciário trabalhista, que chegam mesmo a negar a legitimidade a tais associações, sob o argumento infundado de que elas somente podem defender em juízo os interesses dos trabalhadores por meio de dissídio coletivo (...).".

Conclui-se, pois, que o Ministério Público do Trabalho possui legitimidade ativa para propor a presente ação civil pública, tendo em vista, conforme antes destacado, estar evidenciado, na tutela jurisdicional pretendida, manifesto interesse social a ser tutelado.

Rejeito, por conseguinte, as questões preliminares de carência de ação por utilização de meio processual inadequado e de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho.

2.3 DA QUESTÃO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO (RECURSO DA RÉ)

A demandada renova a questão prejudicial de prescrição, alegando que, se o autor tomara conhecimento dos fatos que originaram a propositura da ação no ano de 2002, poderia assim tê-la ajuizado até 2007, de tal sorte que já estariam prescritas as suas pretensões.

Tal como a MM. Vara de origem, ressalto que não há como se pronunciar a prescrição de pretensões relativas a interesses coletivos e difusos, considerando-se que não possuem titular determinável. Não é possível, pois, operar-se a inércia do titular do direito pois sua titularidade é difusa. Não se está diante de interesse particularizado de cada trabalhador, mas de toda a coletividade.

Desta forma, em razão de se estar diante de direitos de interesse social que, por sua natureza, são imprescritíveis, não é razoável que se apliquem as

---

1 Raimundo Simão de. ***Ação civil pública na justiça do trabalho***, 2. ed., São Paulo: LTr, 2004, p. 283.

Rvst TRT8 2009.pmd 186 23/6/2009, 08:55

regras prescricionais relativas aos direitos patrimoniais, sob pena de se sacrificar toda a coletividade, sua titular.

Assim, não se pode falar em prescrição em relação às pretensões do autor, pois visam à tutela de interesses e direitos difusos e coletivos, inclusive no que toca à reparação genérica por danos morais ou materiais resultantes da violação deles.

Reporto-me, ainda, ao posicionamento de Raimundo Simão de Melo[2], segundo o qual:

> "Desse modo, não há falar em prescrição ou decadência com relação às obrigações de fazer ou não fazer referentes aos interesses difusos e coletivos, inclusive com referência à reparação genérica por danos morais e/ou materiais irreparáveis, causados a tais interesses.
>
> Diferentemente ocorre no tocante às ações coletivas (CDC, art. 91) atinentes à reparação dos danos individualmente sofridos pelos trabalhadores, os quais, pela Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inciso XXIX, letras *a* e *b*), submetem-se à prescrição quinquenal durante a vigência do contrato de trabalho e bienal, após a extinção do mesmo.".

Rejeito, assim, a questão prejudicial de prescrição.

2.4 MÉRITO

2.4.1 DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER (RECURSO DA RÉ)

A ré, após fazer um resumo dos fatos (fls. 1.864 a 1.872), alega que, diante de tão elevado número de pedidos, não se teria notícia de ação tão abrangente, na qual o Ministério Público requer, praticamente, o cumprimento de todas as obrigações às quais já está obrigada, por força de lei.

Diz a ré, ainda, que a presente ação se constituiria em represália, por ter ela se recusado a assinar os Termos de Ajustamento de Conduta, em razão de não ter reconhecido as faltas a ela imputadas.

Prossegue, reportando-se à greve realizada pelos seus empregados, em janeiro de 2007, noticiando que teria sido reconhecida a sua abusividade, mediante decisão proferida na Ação Declaratória de Abusividade de Greve.

Tece considerações sobre os descontos salariais referentes às quantias assaltadas furtadas dos caixas e dos cofres dos ônibus, afirmando que os cobradores eram obrigados, por força de norma coletiva, a colocarem, nos cofres, quantia que excedesse o valor de 40 (quarenta) passagens. Em assim não procedendo, ressalta que se estaria diante de falta funcional, motivo pelo qual a empresa realizava os descontos em destaque, inclusive com a anuência dos empregados e com o conhecimento do autor.

Neste particular, faz-se ver que a MM. Vara de origem não julgou procedente o pedido em destaque, conforme os fundamentos de fl. 1.852, frente e verso, havendo, inclusive, recurso do Ministério Público do Trabalho requerendo a condenação da demandada neste particular.

Discorre, ainda, a recorrente sobre a alegada existência de lide simulada, ressaltando não possuir a prerrogativa de atribuir natureza indenizatória a quaisquer das verbas objeto das conciliações regularmente firmadas com seus empregados.

---

2 Melo, Raimundo Simão de. *Op. cit.* p. 184.

Rvst TRT8 2009.pmd 187 23/6/2009, 08:55

Afirma a ré que não teria pertinência a alegação de que se utilizaria da Justiça do Trabalho para fins de homologação e que, somente perante ela, proceda ao pagamento de seus empregados. Ao contrário, visa, sempre, ao atendimento da conciliação, cumprindo os ajustes por ela realizados, inclusive no que toca aos descontos previdenciários.

O autor, na petição inicial, entre as diversas e numerosas irregularidades imputadas à ré, afirmou que recebera denúncias de existência de lide simulada, tendo a primeira delas partido de ex-empregado de nome Denilson da Silva Moraes, o qual, ao comparecer à sede do autor, esclarecera: 1) que, por ocasião de sua dispensa, fora chamado, no escritório da ré, para falar com advogado de nome Junior; 2) que o referido advogado teria preparado alguns papéis e informado ao empregado que aguardasse, em sua residência, a notificação da Justiça do Trabalho e 3) que lhe foi exibida outra peça idêntica de reclamação trabalhista. Prossegue o autor, informando que, mediante consulta na Rede Mundial de Computadores *(Internet),* verificou a existência de Ação de Consignação em Pagamento, Processo nº 00543-2004-010-08-00, entre a ora demandada e o denunciante, tendo, inclusive, o Ministério Público participado da sessão da audiência, como fiscal da lei, o que teria levado a empresa a requerer a desistência da ação.

Esclareceu o autor que solicitara o comparecimento do representante da ré, em sua sede, com a finalidade de celebrar Termo de Ajuste de Conduta e que, de início, teria concordado, sendo que, posteriormente, negou-se a proceder à assinatura respectiva, o que levou o autor a realizar extensa investigação, tendo concluído ter havido as seguintes infrações: 1) de utilização da Justiça do Trabalho, como órgão homologador de rescisões contratuais, com todas as desvantagens daí oriundas; 2) do não-pagamento das verbas rescisórias oriundas da dispensa sem justa causa e 3) de violação à irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas.

A ré, ao contestar, às fls. 1667 a 1690, além de deduzir razões idênticas às recursais, apenas afirmou que não utilizaria a Justiça do Trabalho como órgão homologador das rescisões dos contratos de trabalho de seus empregados.

Examinando-se a farta documentação juntada pelo autor, de fls. 103 a 415, conclui-se que restou evidenciado vício do consentimento na transação judicial, pois a manifestação de vontade dos empregados não foi livre, vez que foram coagidos a aceitarem o acordo, como demonstrado nos depoimentos prestados às fls. 120 a 125, 285, 291 e 293.

Ensina ZENO VELOSO que a coação "(...) é a utilização de ameaça injusta para extorquir de alguém um negócio jurídico."[3] No caso dos autos, a ameaça está consubstanciada na recusa de pagamento das verbas rescisórias efetivamente devidas a pessoas que se encontram desempregadas, postergando o direito ao recebimento dos valores e impedindo, até mesmo, o percebimento do benefício do seguro-desemprego, reduzindo-as ao estado de desespero, a ponto de "concordarem" em abrir mão do pagamento integral das verbas rescisórias, aceitando receber valores significativamente inferiores aos que fariam jus, caso a rescisão fosse paga perante a entidade sindical ou após sentença condenatória. O temor do dano iminente, qual seja, o não-recebimento de nenhum valor, encontra-se configurado.

---

3 VELOSO, Zeno. ***Invalidade do Negócio Jurídico***. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 217.

Rvst TRT8 2009.pmd 188 23/6/2009, 08:55

Ademais, reporto-me à juntada aos autos de inúmeros termos de audiências relativos a diversos processos ajuizados contra a requerida, visando ao recebimento de verbas rescisórias, de vários acordos judiciais homologados perante esta Justiça Especializada e de diversos termos de rescisão de contrato de trabalho (fls. 309 a 415).

Destaque-se que o C. TST tem decidido neste sentido, a saber:

> "AÇÃO RESCISÓRIA. COLUSÃO. VÍCIO DO CONSENTIMENTO. Ação ajuizada perante a MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Parauapebas originariamente competente -, onde houve recusa de homologação de acordo subseqüentemente noticiado. Reiteração da mesma ação perante a MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Conceição do Araguaia, em que o citado acordo veio a ser homologado, sem a presença das partes. Violação do princípio do juiz natural. Colusão, a fim de fraudar a lei (art. 485, III, in fine, do CPC), e vício do consentimento, passível de ensejar invalidação da transação em que embasada a sentença (art. 485, VIII, do CPC), os quais se caracterizam. Recurso ordinário a que se nega provimento."[4].
>
> "AÇÃO RESCISÓRIA. TRANSAÇÃO HOMOLOGADA EM JUÍZO. IRREGULARIDADES. Deve ser provido o recurso ordinário para, julgando procedente a pretensão rescisória, desconstituir o acordo homologado em juízo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do CPC, nos termos do Enunciado nº 259 desta C. Corte, quando demonstradas pelos elementos probatórios constantes dos autos as irregularidades apontadas pelo autor na inicial."[5].

Por assim ser, ficou mesmo provado que a ré se utilizou da Justiça do Trabalho como órgão homologador de rescisões contratuais, desvirtuando o instituto da conciliação, ao violar o disposto no artigo 477, §§ 1º e 6º, da CLT para se eximir do pagamento das verbas devidas aos empregados.

Mantenho, pois, a sentença recorrida que condenou a demandada às seguintes obrigações: 1) de pagar, integralmente, as verbas rescisórias, de acordo com o disposto no artigo 477 da CLT; 2) de submeter, ao sindicato profissional ou à autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, os termos de rescisão contratual dos empregados, com mais de 1 (um) ano de serviço, conforme disposto no artigo 477, § 1º, da CLT; 3) de abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como órgão meramente homologador de rescisão do contrato de trabalho, através de lides simuladas.

Nego, pois, provimento ao recurso da ré.

2.4.2 DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS (RECURSO DA RÉ)

A ré, na sessão, "*LESÃO À COLETIVIDADE E DA REPARAÇÃO DO DANO COLETIVO*" (*sic*, fl. 1874), alude à ilegitimidade do Ministério Público e ao não-cabimento da ação civil pública. Ressalto, desde logo, que tais

---

4 TST, ROAR 600087/1999, *in* DJU de 28.05.2004.

5 TST, ROAR 482882/1998, *in* DJ de 08.11.2002.

Rvst TRT8 2009.pmd 189 23/6/2009, 08:55

alegações já foram oportunamente examinadas em sede de preliminar. Ratifico, pois, a fundamentação exposta no item 2.3 e nego provimento ao recurso neste particular.

Após extensas considerações, a ré ressalta que, se presentes os alegados prejuízos aos trabalhadores, o autor pretenderia a reparação de interesses individuais supostamente violados.

Acrescenta, ainda, que as partes, ao ajuizarem ações, sempre formulam pedidos notadamente elevados, com o fim de obterem decisões mais favoráveis. Diz, assim, que o autor, com base em tal critério, requereu indenização por danos morais coletivos no importe de R$300.000,00, os quais, a seu ver, não teriam restado provados. Discorre sobre a matéria e afirma que o pedido seria totalmente improcedente.

Na petição inicial, o autor aludiu à existência de danos morais a serem reparados, pois as numerosas infrações legais praticadas pela demandada violariam direitos fundamentais dos trabalhadores, inalienáveis, irrenunciáveis e indisponíveis (fl. 48).

Reporta-se a danos aos trabalhadores, como, por exemplo, sua sujeição ao excessivo regime de "viradas", obrigando-os a empresa a trabalharem em regime de jornada muito superior ao previsto constitucionalmente, sem qualquer registro ou mesmo o recebimento da contraprestação. Afirma, ainda, que os usuários dos meios de transporte estariam sujeito a riscos, por terem os veículos conduzidos por empregados extenuados. Diz, ainda, que a ordem econômica também é prejudicada com tal prática da ré que, ao assim proceder, diminui a oferta de vagas no mercado de trabalho.

Prossegue, tecendo considerações sobre a existência de lide simulada, pela qual a ré se furta ao pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados, ressaltando que, além dos danos de natureza material, toda a coletividade sofre danos morais, quais sejam, "a dor pela prática de injustiça e a indignação pelo ato atentatório de direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, que se veem de mãos atadas diante do poder empregatício. O empregador se aproveita da posição hierárquica superior e também da ameaça do desemprego para obter vantagens ilícitas, submetendo os empregados a práticas ilegais, que atentam contra o princípio da dignidade humana" (*sic*, fl. 50).

Requereu, assim, invocando o disposto nos artigos 5º, inciso X, da CF/88, 186 do CC e 1º, inciso IV, da Lei nº 7.347/85, a responsabilidade e a reparação do dano jurídico social oriundo da conduta ilícita da ré.

Após tecer diversas considerações sobre o tema, pediu o deferimento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R$300.000,00, a reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

A contestação da ré é cópia das razões recursais, tendo requerido, ao final, a improcedência do pedido.

Raimundo Simão de Melo[6], com muita propriedade, observa que, no sistema jurídico nacional, o dano moral era compreendido como decorrente de dor em seu sentido moral de mágoa, de pesar e de aflição sofridos pela pessoa física e que, a partir do disposto no artigo 5º, incisos V e X, da CF/88, ampliou-se sua abrangência para qualquer violação ao nome ou à imagem da pessoa física ou jurídica, bem como das coletividades.

---

6 Melo. Raimundo Simão de. *op. cit.*, p. 102.

Rvst TRT8 2009.pmd 190 23/6/2009, 08:55

Ressalto, outrossim, que, além da norma constitucional antes referida, o dano moral coletivo encontra-se, expressamente, previsto na legislação infraconstitucional, como, por exemplo, nos artigos 1º e incisos da Lei nº 7.347/85, 6º, incisos VI e VII, da Lei nº 8.078/90 (CDC), 3º, 5º e 17, combinados com o artigo 201, incisos V, VI e IX, da Lei nº 8.069/90 (ECA).

Inexistem, portanto, dúvidas, no ordenamento jurídico pátrio, acerca da possibilidade de reparação do dano moral coletivo, inclusive na esfera do Direito do Trabalho, bastante propícia, aliás, para a sua ocorrência.

Ultrapassada a questão de previsão legal, faz-se necessário perquirir o que se vem entendendo como dano moral coletivo, em sede doutrinária, utilizando-se, para tanto, do conceito de Matilde Zavala de Gonzalez, citada por Xisto Tiago de Medeiros Neto, a saber:

> "O dano coletivo é experimentado por um conjunto de pessoas por força da lesão a um interesse grupal (...).
> O prejuízo coletivo é único, ainda que expandido entre os sujeitos, aos quais chega indivisivelmente, pela inserção no conjunto, em virtude de uma condição comum e significativa no contexto lesivo: por padecer de AIDS, por habitar em certo lugar, por pertencer a uma determinada raça ou nacionalidade, por exercer uma função específica ou atividade profissional."[7].

Trata-se, pois, o dano moral coletivo de lesão a direitos e interesses metaindividuais relevantes, sob o ponto de vista social, para toda a coletividade, isto é, para grupos, classes, categorias ou para a sociedade considerada de forma difusa.

Destaco que, no dano moral coletivo, não há que se buscar um equivalente da dor psíquica, como se faz em relação às pessoas físicas, mas sim aos valores considerados como relevantes pela coletividade. Neste sentido, Xisto Tiago de Medeiros Neto leciona:

> "A idéia e o reconhecimento do dano moral coletivo (*lato sensu*), bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema de responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restritivo ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a *toda modificação desvaliosa do espírito coletivo*, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade dos seus membros."[8]

Do mesmo modo que em relação ao dano moral individual, há necessidade de comprovação dos pressupostos essenciais e delineadores da responsabilidade civil aquiliana, quais sejam: o dano efetivamente suportado pela categoria, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposo.

Quanto à prova do dano moral coletivo, Xisto Tiago de Medeiros Neto[9] acrescenta:

---

7 *Apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. *Dano Moral Coletivo*. São Paulo: LTr, 2004, p.135.

8 Cf. *op. cit*. p. 136.

9 MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. *Op. cit*, p. 153.

Rvst TRT8 2009.pmd 191 23/6/2009, 08:55

> "Ora, se o dano moral transindividual é perceptível em face da lesão causada, pois resulta não somente em patente sofrimento, angústia, aflição, constrangimento ou desconforto à coletividade, mas também, numa percepção mais ampla, revela consideráveis prejuízos de ordem extrapatrimonial sofridos, tem-se como certo que a sua demonstração dispensa prova direta, sendo suficiente a verificação, de *per si*, do fato concretizado.
> Assim, o sistema jurídico se contenta com a simples ocorrência da conduta danosa, diante da consciência que emerge de que certos fatos atingem e lesionam a esfera da moralidade coletiva.".

O fato ensejador do pedido de reconhecimento de dano moral coletivo, no presente feito, reside na prática constante, pela ré, de infrações à legislação constitucional e infraconstitucional trabalhista, submetendo seus empregados a extensas jornadas de trabalho e a trabalho em condições insalubres, em desobediência às normas de saúde e segurança, além de privá-los de direitos à que fazem jus, como, por exemplo, o gozo de férias, os registros de seus contratos de trabalho e o recebimento de verbas, após a regular homologação da rescisão contratual.

À vista da prova dos autos, qual seja, a vastíssima documentação juntada pelo autor, como denúncias formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes e Passageiros nos Municípios de Ananindeua e Marituba - SINTRAM/PA (fls. 69 a 72) e de ex-empregados da ré (fls. 103 e 104), autos de infração e seus anexos (fls. 144, 201 a 268, 537 a 683, 700 a 706) da SRTE/PA, antiga DRT, bem como o relatório fiscal de fls. 137 a 142, reputam-se provadas as alegações de existência de dano moral coletivo a ser reparado, vez que evidente a violação aos direitos coletivos e difusos dos empregados da empresa ré, repercutindo em toda a coletividade, tal como alegado pelo autor.

As condutas da ré, ao contrário do por ela alegado, constituem-se em geradoras de dano moral à coletividade (como, por exemplo, o descumprimento de normas trabalhistas constitucionais e infraconstitucionais, inclusive de segurança e saúde, prática de fraudes contra categorias de trabalhadores e a órgãos públicos) que ocasionam sentimento de repulsa e revolta, pela impunidade de que vêm se revestindo, por longo período, não apenas a seus empregados, mas a toda a sociedade, provada, desta forma, a lesão a interesses coletivos e difusos.

Necessária, pois, a respectiva reparação, de forma a se coibir a prática de atos de natureza semelhante, deixando de causar prejuízos às vítimas diretas (os trabalhadores) e às indiretas (a sociedade). Desta forma, a natureza da reparação é tríplice: punir o ofensor, propiciar alguma satisfação às vítimas e inibir a nova prática de atos similares.

Neste sentido vem decidindo a jurisprudência pátria, conforme se infere da decisão a seguir destacada:

> "AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDENIZAÇÃO. O proceder patronal, consistente e, coagir os empregados à prática de atos divorciados do seu íntimo querer, com o objetivo único de obter expressiva vantagem financeira, em detrimento de direitos por ele próprio sonegados, mas reconhecidos a trabalhadores pelo Poder Judiciário, desafia a cominação de

Rvst TRT8 2009.pmd 192 23/6/2009, 08:55

indenização revertida ao FAT, obrigação que também contempla caráter pedagógico."[10].

Quanto ao valor da indenização, é pacífico que a sua fixação não observa regra legal, ficando ao arbítrio do juiz, que deve, no entanto, levar em conta as circunstâncias fáticas e as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O valor do dano não deve ser tão grande que proporcione o enriquecimento ilícito da parte. Por outro lado, não pode ser tão pequeno que importe em seu empobrecimento.

Segundo Mauricio Godinho Delgado[11], o montante indenizatório, com respeito ao dano moral (inclusive estético), é fixado pelo órgão judicante por meio de um juízo de eqüidade.

Levando em consideração esse juízo de equidade, o valor da indenização deve ser fixado de forma que tenha efeito pedagógico, para que a reclamada não cometa, novamente, práticas como as constatadas neste processo, reavaliando a sua conduta. Portanto, o valor deve ser o meio termo entre estes objetivos: penalizar a reclamada e reparar o dano moral coletivo sofrido.

Assim, considerando os danos sociais causados pelas condutas ilícitas da empresa ré, bem como sua natureza, gravidade e repercussões sociais, mantenho a sentença que a condenou ao pagamento de indenização de R$300.000,00, por considerá-lo justo, a ser revertido ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Nego, uma vez mais, provimento ao recurso.

2.4.3 DOS DESCONTOS SALARIAIS (RECURSO DO AUTOR)

Requer o autor a parcial reforma da sentença recorrida para que lhe seja deferido o pedido de condenação da ré ao cumprimento da obrigação de abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados.

Afirma que a presente ação não se dirige à cláusula da norma coletiva, mas sim contra a sua aplicação abusiva e irregular, qual seja, a prática de descontos salariais em caso de assaltos, independente de culpa ou dolo do empregado.

Sustenta que, apesar de a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego não ter conseguido apurar a denúncia de tais descontos, haveria outros elementos que a comprovariam.

Prossegue o autor, na seção *"3 - APLICAÇÃO ABUSIVA DA CLÁUSULA DA NORMA COLETIVA SOBRE DESCONTOS SALARIAIS"* (*sic*, fl. 1.910), aduzindo que a existência de norma coletiva autorizando o desconto salarial em destaque não elidiria a sua pretensão.

Sustenta que o que pretende é o exercício da defesa de interesses difusos e coletivos dos trabalhadores, isto é, combater a atitude da empresa de efetuar descontos salariais decorrentes de dano, sem prévia apuração de culpa ou dolo do empregado, independente da previsão da norma coletiva.

Transcreve trechos da petição inicial às fls. 1.910 a 1.914 e ratifica que a simples existência de norma coletiva autorizando os descontos não afasta a

---

10 Processo TRT/RO 00726-2001-016-10-00-2, 2ª Turma, Rel. Juiz José Ribamar O. Lima Júnior, julgado em 07.05.2003.

11 *in* DELGADO, Mauricio Godinho. ***Curso de direito do trabalho***. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 623.

Rvst TRT8 2009.pmd 193 23/6/2009, 08:55

demonstração que a empresa mantém a prática de efetuá-los, o que não elidiria a necessidade de concessão da tutela inibitória pretendida pelo autor no combate de tal irregularidade.

Pede, assim, sejam julgados procedentes os pedidos contidos nos itens 6.4.1 e 6.4.2, combinado com o constante do subitem *a* do item 7 da petição inicial.

Ainda quanto aos descontos salariais em referência, na seção "*DOS MEIOS DE PROVA QUE DEMONSTRAM A PRÁTICA DE DESCONTOS ILEGAIS"* (*sic*, fl. 1914), requer a reforma da sentença quanto ao entendimento de que não teria ficado provada a prática dos descontos de forma abusiva, por não ter sido apurada a denúncia pela Superintendência Regional do Trabalho-SRTE/PA.

Alega que, no relatório do Auditor Fiscal daquela instituição, não foi registrada a inexistência da prática irregular dos descontos indevidos, mas sim de que a denúncia não havia sido apurada e que não conseguiram comprovar a sua veracidade, por ausência de qualquer documentação a respeito. Os empregados, por receio de extinção dos seus contratos de emprego, por sua vez, também não se teriam manifestado durante a inspeção.

Diz que, ainda assim, o Ministério Público do Trabalho, durante o procedimento investigatório realizado administrativamente, com base no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e no artigo 8º, inciso I, da LC nº 75/93, convocou ex-empregados da ré para prestarem depoimentos como testemunhas, visando ao reforço de provas obtidas pela ação fiscal da SRTE e, também, para investigar as denúncias não-apuradas por ela.

Desta forma, tais ex-empregados, por não terem qualquer receio de serem dispensados, prestaram depoimentos e confirmaram a denúncia decorrente dos descontos salariais abusivos. Conclui, assim, que tal prática ficou demonstrada e provada e que tais depoimentos complementariam o relatório da SRTE.

Na seção "*5 DO VALOR PROBATÓRIO DOS TERMOS DE DEPOIMENTOS COLHIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO"* e seus subitens (*sic*, fl. 1916), após tecer diversas e extensas considerações, o autor alude ao valor probatório dos termos de depoimentos por ele colhidos, bem como à presunção de sua veracidade, por se tratar de documento público e pela ausência de impugnação pela parte contrária.

Sustenta, ainda, o recorrente que seria desnecessária a reprodução dos depoimentos em juízo.

No item *"6 - CONTEÚDO DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS AO MPT E COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DOS DESCONTOS SALARIAIS ILEGAIS"* (*sic*, fl. 1.921), uma vez mais, o autor transcreve o trecho da petição de fls. 22 a 31 e, no item *"7 - PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA DO PROCESSO"* (*sic*, fl. 1.929), alude ao depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, Sr. Márcio Amaral, o qual compareceu em juízo, em sessão de audiência, para depor como testemunha.

Requer, assim, seja reformada a sentença quanto à inexistência de prova da prática de descontos salariais ilegais dos empregados da ré.

Conclui, desta forma, requerendo a reforma da sentença recorrida para: 1) condenar a ré ao cumprimento das obrigações previstas nos itens 6.4.1, 6.4.2 combinado com o item 7, letra *a,* da petição inicial (fls. 55, 57, 59, 60), quais sejam: abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus;

Rvst TRT8 2009.pmd 194 23/6/2009, 08:55

em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado pelo dano; em caso de descumprimento das obrigações acima, seja a empresa condenada a pagar multa mensal de R$3.000,00 por infração e por empregado prejudicado.

Na petição inicial, o Ministério Público do Trabalho alegou, no tópico "*4.4 DOS DESCONTOS SALARIAIS REFERENTES ÀS QUANTIAS ASSALTADAS DOS CAIXAS E DOS COFRES DOS ÔNIBUS"* (*sic*, fl. 22), reportar-se à denúncia formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores de que a empresa efetuaria descontos ilegais nos salários dos empregados.

Prosseguiu, afirmando que, de acordo com as informações do sindicato, a empresa ré desconta as quantias furtadas dos salários dos cobradores, sob a rubrica *adiantamento salarial*, sem qualquer apuração de negligência ou participação, transferindo para os empregados os riscos da atividade empresarial.

Reconheceu que a possibilidade de tais descontos se encontrava prevista em norma coletiva até o ano de 2007, mas afirmou que a ré estaria a proceder aos descontos de forma abusiva, em conduta considerada como ilícita pelo ordenamento jurídico.

Referiu-se a ocorrências alheias à vontade dos empregados, que os impediriam de guardar no cofre dos ônibus, a quantia equivalente a 40 (quarenta) passagens, daí porque não poderiam sofrer os descontos previstos nas normas coletivas.

Discorre sobre tais circunstâncias e conclui que, muitas vezes, os cobradores não teriam guardado no cofre dos ônibus a cota máxima à que estavam obrigados por circunstâncias alheias a suas vontades. Reporta-se às audiências extrajudiciais em que teria tido conhecimento dessas situações, cujos trechos de depoimentos transcreveu.

Conclui que a ré aplicava a cláusula normativa que autorizava a realização dos descontos em questão irrestritivamente, sem a apuração prévia de culpa do empregado, violando o disposto nos artigos 5º, incisos XXXV, LV, LVII, 7º, inciso X, da CF/88, 2º, 9º, 462 da CLT e 187 do CC, sobre os quais discorreu.

Requereu, tanto liminar, quanto definitivamente, sob o título "*6.4 DESCONTOS SALARIAIS"*, a condenação da ré às seguintes obrigações: "6.4.1 Abster-se de efetuar quaisquer descontos ilegais nos salários dos empregados" (*sic*, fl. 57) e "6.4.2 Em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, o qual é lícito apenas quando houver dolo ou quando a possibilidade houver sido previamente acordada, a empresa se compromete a abster-se de efetuar o desconto quando não estiver comprovada a responsabilidade do empregado na ocorrência do dano" (*sic*, fls. 57 e 58).

A ré, ao contestar, em resumo, alegou que os descontos salariais referentes às quantias assaltadas dos caixas e cofres dos ônibus eram realizados porque os cobradores eram obrigados, por força de norma coletiva, a colocarem, nos cofres, determinada quantia que excedesse 40 (quarenta) passagens. Em assim não procedendo, ressalta que cometeriam falta funcional, motivo pelo qual a empresa realizava os referidos descontos, inclusive com a anuência dos empregados e com o conhecimento do autor (fls. 1.669 a 1.671).

A MM. Vara de origem indeferiu o pedido, pois não considerou provado que a ré teria realizado os descontos em destaque de forma abusiva.

Vejamos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários em Empresas de Transporte

Rvst TRT8 2009.pmd 195 23/6/2009, 08:55

de Passageiros nos Municípios de Ananindeua e Marituba/Pa, em janeiro de 2007, formulou a denúncia de fls. 69 a 72 de que a ré, de forma irregular, realizaria os descontos salariais em destaque. Igual pedido de providências fora encaminhado pelo sindicato ao Ministério do Trabalho e Emprego em 26 de julho de 2006 (fls. 77 e 78). Ressalto, outrossim, que, já em março de 2004, o ex-empregado da ré, Sr. DENILSON DA SILVA MORAES, procedeu no mesmo sentido (fls. 103 e 104).

De fato, tal como ratifica o autor e a própria MM. Vara de origem, havia permissivo, em normas coletivas, como a seguir exposto: nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2006/2007, de 2005/2006, de 2004/2005, de 2001/2002, respectivamente nas Cláusulas XIX (fl. 1.753) e XVII (fls. 1.762 e 1.771).

O objeto da presente ação, entretanto, não se dirige às cláusulas dos instrumentos normativos, mais sim à sua abusiva aplicação, pois os descontos nos salários dos empregados era realizado, de forma indiscriminada, independente da existência de culpa ou dolo.

Quanto ao Relatório de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/PA, com base no qual foi indeferido o pedido, faz-se ver que ali consta, dentre as numerosas irregularidades encontradas e contra as quais foram lavrados autos de infração, expressamente:

> "-Descontos indevidos. Não foi observado nos recibos de pagamento qualquer ocorrência de descontos relativos a assaltos, pelas ou multas. Cumpre ressaltar que irregularidades, em regra, não se documenta, e, ante o receio dos empregados quanto à continuidade da vinculação empregatícia, não há como se apurar a infração. Seria interessante que a representação sindical tornasse mais específica a denúncia. (*sic*, fl. 141)".

Entretanto, apenas a conclusão à que chegou a SRTE/Pa, conforme acima transcrito, não é o bastante para não se considerar provada a prática abusiva pela ré, pois ali constou, de forma clara, a impossibilidade de se apurar a apontada infração, reportando-se o fiscal, inclusive, ao receio dos empregados quanto à continuidade da relação de emprego.

Da mesma forma que a empresa ré deixou de proceder a diversos registros à que estava obrigada, como, por exemplo, de anotações de CTPS, é óbvio que assim não procederia quanto aos descontos em destaque.

O autor, conforme o previsto nos artigos 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, realizou inquérito civil, tomando informações de diversos ex-empregados da ré, conforme os depoimentos de fls. 285 a 294.

Desde logo, reporto-me ao posicionamento adotado por Raimundo Simão de Melo[12], quanto ao inquérito civil, *verbis*:

> "O inquérito civil é um dos mais modernos e importantes instrumentos de defesa da cidadania, através do qual o Ministério Público intenta a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. É instrumento exclusivo do MP, porém, de instauração obrigatória diante da existência de fatos que denotem malferimento aos direitos e interesses da sociedade".

12 MELO, Raimundo Simão de. *Op. cit.*, p. 69.

Rvst TRT8 2009.pmd 196 23/6/2009, 08:55

Passo a examinar os depoimentos prestados por diversas testemunhas, constantes das atas de reunião de fls. 285 a 294, destacando alguns de seus trechos:

O ex-empregado Guilherme Nascimento Costa Júnior afirmou:

> "(...) que se ocorriam assaltos, o depoente não sofria descontos porque era motorista, mas sabe que os cobradores sofrem descontos nos salários quando ocorrem assaltos; que o valor descontado consiste em tudo que ultrapassar os R$50,00 que podem ficar no caixa; que a empresa não permite que fique quantia superior a R$50,00 no caixa, devendo o cobrador colocar no cofre tudo o que ultrapassar este valor; mas que às vezes, o cobrador não consegue deixar apenas R$50,00 no caixa, quando, por exemplo, um passageiro paga a passagem com nota de R$50,00; que se o assalto ocorrer quando houver mais de R$50,00 no caixa, o cobrador paga tudo o que exceder R$50,00; que se os valores roubados forem inferiores a R$50,00, não há desconto, mas tudo o que ultrapassar R$50,00 é descontado do salário do cobrador; que esse desconto vem anotado no contracheque como 'adiantamento de salário'." (*sic*, fls. 285 e 286)(grifei).

José Afonso Aboim da Silva, também ex-empregado da ré, disse:

> "(...) que trabalhou na empresa denunciada na função de cobrador, no período de outubro de 2001 a fevereiro de 2007; (...) que em relação aos assaltos, existe uma norma que o cobrador deve possuir em caixa, no máximo R$50,00, devendo colocar no cofre o que ultrapassar este valor; que quando o ônibus está lotado, nem sempre dá tempo de manter apenas os R$50,00, e como não se sabe a hora em que o assalto vai acontecer, é possível que ocorra assaltos em que haja mais de R$50,00 que havia no caixa; que se houver R$70,00, no caixa na hora do assalto e se o ladrão levar os R$70,00, o cobrador terá que descontado de seu salário R$20,00; que a empresa recebe duas vezes o ressarcimento do assalto nesses casos; o valor que o seguro paga e o valor que o cobrador paga; que esses descontos vêm no contracheque com o título 'adiantamento salarial'; que já viu caso em que a empresa efetuou desconto integral, como no caso do Anderson; (...)" (*sic*, fls. 287 e 288)(grifei).

O ex-empregado Paulo Marcelo Quadros Barata declarou:

> "(...) que trabalhou na empresa desde 1996 até fevereiro de 2007, na função de cobrador; (...) que já sofreu assalto durante o turno de trabalho; que todas as vezes em que foi assaltado, teve que pagar para a empresa o total do valor equivalente ao assalto; que no 1º assalto, o depoente não usava o cofre do ônibus porque tinha medo de morrer se não houvesse dinheiro no caixa; que depois passou a usar o cofre; que no 2º assalto, o ladrão foi para o final da linha e exigiu que fosse aberto o cofre e roubou tudo que

Rvst TRT8 2009.pmd 197 23/6/2009, 08:55

> tinha no caixa e no cofre; que além do assalto no ônibus, os ladrões haviam detido o fiscal e mais 2 cobradores e por isso roubaram a chave que fica em poder do fiscal, no final da linha; que a empresa descontou integralmente do salário do depoente todo o valor equivalente ao assalto, em duas parcelas, e o restante foi descontado quando o depoente saiu da empresa; que os descontos apareciam no contracheque como 'adiantamento salarial', mas qua agora aparecem como 'decorrente do acordo da cláusula 19 da convenção; (...)" (*sic*, fls. 289 e 290)(grifei).

O ex-empregado Nadilson Silva Amaral esclareceu:

> "(...) que trabalhou para a empresa cerca de 4 anos; (...) que exercia a função de cobrador; (...) que a empresa efetuava desconto no contracheque do cobrador quando ocorriam assaltos, quando o valor roubado ultrapassasse R$50,00; que a empresa determinava que o valor excedente a R$50,00 fosse colocado no cofre, mas que nem sempre era possível guardar o dinheiro no cofre, em razão do estado precário das fechaduras dos cofres, alguns com cadeados quebrados; que o depoente já sofreu descontos no valor de mais de R$600,00 em razão de 3 assaltos pelos quais passou; que o desconto ocorre de forma parcelada e vem anotado no contracheque (...)" (*sic*, fl. 294)(grifei).

A terceira testemunha arrolada pelo autor, no presente feito, Sr. MARCIO LIMA AMARAL, por sua vez, prestou o seguinte depoimento:

> "que é presidente do sindicato dos rodoviários; que teve notícias em visitas à requerida em 2005, 2006 e início de 2007 constatou a prática de jornadas extraordinárias não registradas, descontos indevidos aos cobradores em razão de assaltos em ônibus, descontos de peças sobre os salários dos motoristas em caso de acidentes, demissões por justa causa sem indicativo do real motivo, seja de funcionários comuns, seja de dirigentes sindicais; que até hoje tem notícia da continuidade da prática de descontos indevidos, não pagamento de horas extras, inclusive quanto aos trinta minutos que os motoristas e cobradores são obrigados a comparecer na empresa para verificar água e pneus dos ônibus sem que esse acréscimo de jornada ficasse registrado; que todas essas prática anteriores e atuais também ocorrem em outras empresas do mesmo ramo de atividade, nesta Cidade; que nos casos de assaltos os objetos pessoais do cobrador não são indenizados pela requerida; que os descontos em razão dos assaltos, não observam a culpabilidade do cobrador, como por exemplo em guardar dinheiro adequadamente; que na maioria das vezes é verificado arrombamento do cofre dos ônibus em assaltos; que há casos em que os assaltantes deslocam o ônibus para o final da linha, inclusive os fiscais; que durante sua gestão o sindicato já ingressou com ações de

Rvst TRT8 2009.pmd 198 23/6/2009, 08:55

> cumprimento, em razão de descumprimento de cláusulas de normas coletivas pela requerida; que estas ações foram referentes à jornada excessiva de trabalho com 'viradas' e obrigatoriedade de chegada dos motoristas e cobradores, trinta minutos antes e sobre os descontos de peças em caso de acidentes, entre outras; que essas ações foram favoráveis aos sindicato, mas ainda estão pendentes de julgamento de recursos; que a maioria destas ações tramitaram em Ananindeua; que quando o sindicato recebe as denúncias averigua a veracidade dos fatos, tenta conversar com a direção da empresa e não havendo solução comunica à DRT ou ao MPT, e quando o empregado já está demitido orienta que ingresse com ações individuais, porém o contrato da assessoria jurídica do sindicato não engloba a assistência dessas ações." *(sic,* fls. 1.838, verso e 1.839). (grifei).

Analisando-se toda a extensa prova testemunhal e documental, produzida pelo autor, que valoro positivamente, constata-se que:

1) de fato, em que pese a já citada previsão normativa do desconto salarial em debate, várias são as circunstâncias da realidade de trabalho dos cobradores que os impedia de, tão-logo verificassem que, no caixa, havia valor superior a R$50,00, guardarem-no, imediatamente no cofre do ônibus, como, por exemplo, a grande quantidade de passageiros;

2) mediante o pagamento da passagem com notas de valor elevado, algumas vezes o cobrador não tinha dinheiro imediatamente para devolver o troco, devendo aguardar para assim proceder;

3) a situação precária de alguns cofres, o que facilitaria o seu arrombamento, bem como a ocorrência de assaltos em que o fiscal, portador das chaves do cofre, fora rendido, pouco importando, assim, se o cobrador houvesse cumprido o estabelecido em norma coletiva;

4) diante da onda de violência que assola nossa cidade, os assaltos são constantes e ocorrem em momentos imprevisíveis, surpreendendo até mesmo os cobradores mais diligentes, que cumprem o estatuído em norma coletiva;

5) a empresa ré, de forma indiscriminada, sem se preocupar em verificar a existência de culpa ou dolo, procedia aos descontos salariais bastando que houvesse assaltos nos ônibus e que a quantia subtraída fosse superior a R$50,00;

6) nos recibos de pagamento de fls. 299 a 307, constam os descontos referidos pelas testemunhas, sob as rubricas de "adiantamento de salário" e "desconto da cláusula 19 da convenção coletiva de trabalho".

Acrescenta-se, por fim, que, conforme ressaltou o autor, a ré sequer impugnou os depoimentos supramencionados em sede de contestação. Por assim ser, configurada a conduta irregular da ré, em flagrante violação ao disposto nos artigos 5º, incisos XXXV, LV, LVII, 7º, inciso X, da CF/88, 2º, 9º, 462 da CLT e 187 do CC, julgo procedente o pedido do autor, deduzido no exercício da defesa de interesses difusos e coletivos dos trabalhadores.

Dou, portanto, provimento ao recurso do autor para condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações: 1) abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas

Rvst TRT8 2009.pmd 199 23/6/2009, 08:55

dos assaltos nos ônibus e 2) em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado.

Tendo em vista a presença da verossimilhança das alegações e o fundado receio de dano irreparável, concedo a antecipação dos efeitos da tutela em relação às obrigações de fazer ora impostas, conforme o disposto no artigo 12 da Lei nº 7.347/85, fixando, desde logo, multa mensal de R$3.000,00, por infração e por empregado prejudicado, no caso de descumprimento.

2.4.4 DO CRITÉRIO PARA A FIXAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (RECURSO DO AUTOR)

Por fim, na sessão *"8 - REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO: POR INFRAÇÃO E POR TRABALHADOR"* (*sic*, fl. 1.929), requer o Ministério Público do Trabalho que seja reformada a sentença que determinou que, em caso de descumprimento das obrigações, o pagamento de multa de R$3.000,00, apenas por infração cometida, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Após discorrer sobre o tema, pede que a multa imposta tome por base, além da infração, também os critérios de tempo, "por mês" e por "trabalhador prejudicado", tal como requerido na inicial, conforme o item 6, fl. 56, e o item 57, alínea *a*, fls. 59 e 60. Requer, assim, seja determinado que: em caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, a empresa seja obrigada a pagar multa mensal, de R$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De fato, o autor, na petição inicial, nos itens 6 (fl. 56) e 57, alínea *a* (fls. 59 e 60), requereu que, em caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, a empresa seja obrigada a pagar multa mensal, de R$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Verifica-se que a MM. Vara de origem condenou a empresa-ré ao cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer constantes da conclusão da sentença (fls. 1.856 e 1.857), sob pena de "multa no valor de R$3.000,00 por cada infração, a reverter ao Fundo de Amparo do Trabalhador." (*sic*, fl. 1.854).

Conforme leciona Ibraim Rocha[13]:

> "No campo dos interesses metaindividuais o que interessa é, sobretudo, a pacificação do conflito de dimensão coletiva do modo mais específico possível (...)" e que "(...) o juiz deve buscar todos os meios para realizar exatamente aquilo que foi pedido na ação, determinando atos que permitam ao autor ter exatamente o que pediu".

Entendo, ainda, que a multa não deve ter apenas caráter indenizatório, mas também inibitório, nos exatos termos da multa prevista no artigo 11 da Lei nº 7.347/85, denominada, pela doutrina, de *astreintes*, combinado com o artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). As *astreintes* não visam, entretanto, à substituição da execução específica, mas sim a obrigar o réu a cumprir as prestações por ele devidas de forma voluntária.

---

13 ROCHA, Ibraim José das Mercês. *Ação civil pública e o processo do trabalho.* 2. ed., São Paulo: LTr, 2001, pp. 132 e 133.

Rvst TRT8 2009.pmd 200 23/6/2009, 08:55

Por outro lado, em razão da finalidade da multa em destaque, seu valor deve ser elevado a ponto de desmotivar o infrator a descumprir o comando judicial referente às obrigações de fazer e não fazer, coagindo-o econômica e psicologicamente.

Assim é que, dou parcial provimento ao recurso do autor para, reformando, em parte, a sentença recorrida, cominar multa mensal de R$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, tal como requerido na petição inicial, tanto liminarmente, quanto na decisão final.

ANTE O EXPOSTO, conheço dos recursos do autor e da ré, bem como das contrarrazões de ambos e rejeito as questões preliminares de carência de ação por utilização de meio processual inadequado e de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, bem como a prejudicial de prescrição, suscitadas pela ré, à falta de amparo legal. No mérito, nego provimento ao recurso da ré e dou parcial provimento ao do autor para, reformando, em parte, a sentença recorrida, condenar a ré ao cumprimento das seguintes obrigações: 1) abster-se de efetuar descontos ilegais nos salários dos empregados, especialmente os decorrentes de quantias oriundas dos assaltos nos ônibus e 2) em caso de desconto salarial resultante de dano causado pelo empregado, abster-se de efetuar o desconto quando não comprovada a responsabilidade do empregado. Comino, no caso de descumprimento das obrigações de fazer/não fazer, objeto da condenação, à empresa multa mensal de R$3.000,00, por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Concedo a antecipação dos efeitos da tutela em relação às obrigações de fazer ora impostas à ré, devendo a Secretaria da E. Turma providenciar o respectivo mandado, mantendo a sentença recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS DO AUTOR E DA RÉ, BEM COMO DAS CONTRARRAZÕES DE AMBOS. À UNANIMIDADE, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR UTILIZAÇÃO DE MEIO PROCESSUAL INADEQUADO E DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, BEM COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO, SUSCITADAS PELA RÉ, À FALTA DE AMPARO LEGAL. NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ E EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO DO AUTOR PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR A RÉ AO CUMPRIMENTO DAS SEGUINTES OBRIGAÇÕES: 1) ABSTER-SE DE EFETUAR DESCONTOS ILEGAIS, NOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS, ESPECIALMENTE OS DECORRENTES DE QUANTIAS ORIUNDAS DOS ASSALTOS NOS ÔNIBUS E 2) EM CASO DE DESCONTO SALARIAL RESULTANTE DE DANO CAUSADO PELO EMPREGADO, ABSTER-SE DE EFETUAR O DESCONTO QUANDO NÃO COMPROVADA A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO, COMINANDO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER/NÃO FAZER, OBJETO

Rvst TRT8 2009.pmd 201 23/6/2009, 08:55

DA CONDENAÇÃO, À EMPRESA MULTA MENSAL DE R$3.000,00, POR INFRAÇÃO E POR TRABALHADOR PREJUDICADO, A REVERTER AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT. UNANIMEMENTE, EM CONCEDER A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER ORA IMPOSTAS À RÉ, DEVENDO A SECRETARIA DA TURMA PROVIDENCIAR O RESPECTIVO MANDADO, MANTENDO A SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de março de 2009. (DEJT 20.03.2009)
SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora.

****

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01336-2008-012-08-00-1
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTE: **MMX AMAPA MINERAÇÃO LTDA**
Advogada: Dra. Michelle Godinho Barbosa e outros

RECORRIDO: **MORVAN ALVES BARROS**
Advogado: Dra. Eliana de Nazare Uchoa Aflalo

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE. Nas relações de trabalho moderno, o controle e atendimento dos níveis de tolerância da insalubridade no ambiente de trabalho tem sido exigido com mais rigor daquele que dirige a atividade econômica, como forma de preservar a integridade física do trabalhador. Dá-se, portanto, grande ênfase às medidas preventivas, em especial em atividades que envolvam algum tipo de risco ou perigo à saúde daquele que, em última análise, propicia o desenvolvimento da produção e estimula o lucro da atividade econômica. Dentre as exigências desse controle, tem-se enfatizado programas de prevenção e controle à saúde como o PCMSO-Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA-Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. No presente caso, contudo, a empresa reclamada sequer fez referência à existência de referidos programas de controle e prevenção, nem anexou aos autos qualquer evidência de que adotasse tais medidas em prol da saúde de seus empregados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**,

Rvst TRT8 2009.pmd 202 23/6/2009, 08:55

oriundos da **MERITÍSSIMA DÉCIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE BELÉM,** onde figura, como recorrente, **MMX AMAPA MINERAÇÃO LTDA** e, como recorrido, **MORVAN ALVES BARROS.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

PRELIMINAR

DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO EM RAZÃO DO LUGAR

A reclamada alega haver apresentado exceção de incompetência em razão do lugar, pois o recorrido prestou seus serviços em Pedra Branca do Arapari, no Amapá, o que impossibilitaria o processamento da reclamação em uma das Varas do Trabalho de Belém/PA. Aduz que nos termos do art. 100, IV, *a,* do CPC, o foro da comarca de Belém é territorialmente incompetente para julgar a reclamação trabalhista, o que configuraria flagrante violação ao devido processo legal e ao direito de defesa (art. 5º, LIV e LV, da CF/88).

Segundo a reclamada, o reclamante confessou que prestava serviços em Arapari, e o art. 651 da CLT, em seu "caput", dispõe que a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local ou no estrangeiro.

Passo a decidir.

Em instrução sumária da exceção, às fls. 165/166, o autor-excepto declarou, em sua defesa, que foi contratado em Belém-Pará para trabalhar no Estado do Amapá, "destacando que na ocasião das suas folgas o mesmo tinha direito a passagens aéreas fornecida pela excipiente para esta cidade".

Em depoimento, o representante da excipiente declarou: "que o depoente também foi contratado aqui para trabalhar lá no Amapá; que o reclamante foi contratado nesta cidade para trabalhar no Amapá; que foi a empresa que forneceu passagens tanto para o depoente quanto para o reclamante para que a prestação de serviços ocorresse no Amapá; que atualmente todos os trabalhadores de campo, trabalham 40 dias e usufruem 10 dias de folga e é a excipiente que fornece as passagens para que venham a Belém usufruir essas folgas inclusive para o exceto" (sic - fl. 165v).

Como enfatizou o Juízo de origem, ao decidir a exceção de incompetência *ratione loci*, o princípio protetivo das normas trabalhistas faculta, ao empregado, o ajuizamento da ação no foro da prestação de serviços ou na localidade em que foi contratado.

De fato, o § 3º do art. 651 da CLT estabelece o seguinte: "Em se tratando de empregador que promova a realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços".

No presente caso, o reclamante foi contrato em Belém, portanto, a competência territorial do Juízo encontra-se de acordo com as normas celetistas.

Rejeito a preliminar.

MÉRITO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Rvst TRT8 2009.pmd 203 23/6/2009, 08:55

A reclamada alega que houve comprovação do fornecimento de EPI ao reclamante, e que, portanto, não teria havido a exposição a qualquer agente insalubre, sendo indevido o adicional de insalubridade deferido pelo Juízo de origem no grau médio, em 20%, calculado com base no salário profissional do autor.

Segundo a demandada, o conceito legal de insalubridade encontra-se descrito no art. 189 da CLT, e neste observa-se que, para a sua caracterização, é necessária a análise da natureza da atividade, a intensidade e a quantidade do agente, além do tempo de exposição do trabalhador a agentes agressivos, fatores que apenas podem ser comprovados por meio de perícia técnica. Entende, portanto, que seria imprescindível a realização de perícia no local de trabalho.

Vejamos.

O reclamante, na inicial, pleiteou o adicional de insalubridade por todo o período laboral, ou seja, de 02/05/2006 a 21/02/2008. Alegou que exercia a função de "sondador", e que laborava diariamente com produtos químicos e inflamáveis, como: óleo solúvel, barrilha leve, bentonita, polyplus RD, óleo diesel, óleo 40, óleo hidráulico, óleo 90, graxa e graxa grafitada. Acredita, portanto, que desempenhava atividade insalubre, conforme o anexo 13 da NR-15, da Portaria n. 3.214/78, do Ministério do Trabalho. Acrescentou que laborava diretamente em contato com água, lama e o barulho constante dos motores da bomba e da sonda.

Em contestação, às fls. 125/134, a reclamada alegou que no exercício da atividade de sondagem não existe o contato ou manuseio com produtos químicos, e que mesmo o reclamante não estando exposto a tais agentes, a empresa sempre teria fornecido EPI, conforme cautelas de entrega (fls. 140/141), tais como botas tipo coturno, botinas, camisas, calças e luvas pigmentadas, o que neutralizaria qualquer agente insalubre.

Em seu depoimento, o reclamante declarou o seguinte (fl. 178/179): "que foi contratado para trabalhar como sondador, para fazer perfuração de solo com máquina; (...) que a quando da operação da máquina para fazer a sondagem o depoente mantinha contato com os seguintes produtos químicos: óleo diesel, óleo solúvel, graxa grafitada, óleo lubrificante, óleo 40, óleo 90 e óleo hidráulico; que o depoente recebia os seguintes EPI para realizar esse trabalho: luvas, capacete, protetor auricular, óculos; que recebia todos os equipamentos de proteção; que quando operava com a máquina, às vezes ocorria de uma mangueira estourar, banhando os trabalhadores com óleo solúvel, com betonita e poliplus; que a betonita é um produto destinado a que o furo não desmorone; que esse estouro de mangueira era normal acontecer por conta da alta pressão; que o depoente não sabe precisar com que freqüência aconteciam os referidos estouros".

A preposta da reclamada, por seu turno, declarou em depoimento (fl. 179): "que a depoente trabalha no Departamento Jurídico que fica localizado no escritório de Santana; (...) que a depoente não conhece o reclamante; que um SONDADOR executa trabalho de pesquisa na área da SERRA DO NAVIO para verificar a presença de minério de ferro; (...) que a depoente não sabe informar se quando os trabalhadores operavam a máquina para a sondagem, tinham contato com algum produto químico; que a depoente não sabe informar o tipo de equipamento que era utilizado pelo reclamante.

A testemunha arrolada pelo reclamante, Sr. MANOEL RAIMUNDO

Rvst TRT8 2009.pmd 204 23/6/2009, 08:55

GEMAQUE PINHO DE SOUSA E SILVA, declarou em depoimento ao Juízo o seguinte (fl. 180): "que conhece o reclamante do local de trabalho; que o depoente trabalhou para a reclamada de 20/01/2006 a 20/5/2007; que nesse período o depoente era auxiliar de sondagem; que o auxiliar de sondagem trabalha auxiliando o SONDADOR; que o depoente não operava a máquina, pois quem opera é o sondador; que o depoente chegou a trabalhar algumas vezes com o reclamante; (...) que o depoente trabalhava na parte da bomba que fica no pé da sonda; que o depoente trabalhava com o reclamante e com os outros sondadores, dependendo da escala; que o depoente poderia trabalhar junto com o reclamante durante uma semana inteira, por exemplo, se estivessem escalados para a mesma equipe; (...) que o depoente mantinha contato com produtos químicos como óleo diesel betonita, barrilha, poliplus; que o reclamante também mantinha contato com os referidos produtos; que o depoente recebia EPI; que era difícil dar problema na máquina; que às vezes tinha semanas que não dava problema".

Passo a decidir.

O ônus de provar o controle e atendimento dos níveis de tolerância da insalubridade no ambiente de trabalho pertence ao empregador, nos termos dos arts. 818, da CLT e 333, II, do CPC.

Nas relações de trabalho moderno, tal controle tem sido exigido com mais rigor daquele que dirige a atividade econômica, como forma de preservar a integridade física do trabalhador. Dá-se, portanto, grande ênfase às medidas preventivas, em especial em atividades que envolvam algum tipo de risco ou perigo à saúde daquele que, em última análise, propicia o desenvolvimento da produção e estimula o lucro da atividade econômica.

Dentre as exigências desse controle, tem-se dado ênfase a programas de prevenção e controle à saúde. Nesse sentido, a quando da notificação inicial à reclamada, à fl. 103, foi-lhe determinado a apresentação, sob as penas do art. 359 do CPC, do PCMSO-Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e do PPRA-Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Entretanto, a demandada sequer fez referência à existência de referidos programas de controle e prevenção, nem anexou aos autos qualquer evidência de que adotasse tais medidas em prol da saúde de seus empregados.

O simples fato de fornecer EPI configura a existência de agentes agressivos à saúde, competindo ao empregador demonstrar a eficácia dos equipamentos, nos termos da Súmula nº 289, do C. TST. É razoável crer que nenhum empregador forneceria EPI se tivesse certeza de sua desnecessidade, até porque isso significaria um custo maior para empresa.

A reclamada não logrou provar que a utilização dos EPI realmente neutralizavam a insalubridade no ambiente de trabalho.

Quanto à necessidade de realização da perícia, a jurisprudência já tem pacificado o entendimento de que é dispensável quando existirem nos autos outros meios de prova, conforme arts. 420, parágrafo único, I; 427 e 436, todos do CPC.

Mantenho a r. decisão recorrida.

BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A recorrente impugna os cálculos, sob o fundamento de que o Juízo deferiu a insalubridade sobre o salário profissional do autor, e não sobre o salário mínimo legal.

Rvst TRT8 2009.pmd 205 23/6/2009, 08:55

Possui razão a recorrente.

Esta Egrégia Quarta Turma, por ocasião do julgamento do Proc. TRT-8ª/4ªT/RO/00785-2008-101-08-00-7(Rito Sumaríssimo), relatado pela Excelentíssima Desembargadora Vanja Costa de Mendonça em 05/08/2008, firmou entendimento no sentido de que a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário mínimo legal, considerando o disposto no art. 192 da CLT e considerando, também, o deferimento de medida liminar pelo Excelentíssimo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, suspendendo a aplicação da Súmula nº 228 do C. TST na parte que permite a utilização do salário básico para calcular o adicional de insalubridade nos autos da Reclamação nº 6.266-MC/DF, datada de 15/07/2008, proposta pela Confederação Nacional da Indústria.

Diante do atual posicionamento deste Colegiado, dou provimento ao recurso da reclamada para determinar a adoção do salário mínimo legal como base de cálculo do adicional de insalubridade.

ANTE O EXPOSTO conheço do recurso, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, e rejeito a preliminar de incompetência do Juízo em razão do lugar, à falta de amparo legal; no mérito, dou em parte provimento ao recurso para determinar a adoção do salário mínimo legal como base de cálculo do adicional de insalubridade, ficando mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos. Tudo de acordo com a fundamentação supra. As custas, pela reclamada, ficam reduzidas para R$300,00, calculadas sobre o valor arbitrado da condenação em R$15.000,00.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, E REJEITAR A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO EM RAZÃO DO LUGAR, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ODETE DE ALMEIDA ALVES, VENCIDOS A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL E O JUIZ CONVOCADO JULIANES MORAES DAS CHAGAS, QUANTO À BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, EM DAR EM PARTE PROVIMENTO AO RECURSO PARA DETERMINAR A ADOÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL COMO BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, FICANDO MANTIDA A R. SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. AS CUSTAS, PELA RECLAMADA, FICAM REDUZIDAS PARA R$300,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO DA CONDENAÇÃO EM R$15.000,00.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 31 de março de 2009. (DEJT 03.04.2009)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 206 23/6/2009, 08:55

APOSENTADORIA. PROVENTOS. REAJUSTE.

ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 01241-2008-001-08-00.7
REVISOR/PROLATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTES: **JOSÉ ALFREDO MACHADO DO NASCIMENTO, JÚLIO TAVARES LIMA, LAÉRCIO VEIGA ALHO, LUIZ GONZAGA DE MELO, MANOEL PAIVA DO NASCIMENTO, PAULO DA SILVA CRISTINO, RAIMUNDA BARBOSA CHAGAS, RUBEM SOARES DA SILVA, RUY DOMINGUES MAIA, SINELON FERREIRA DE MENEZES**
Doutora Silvia Marina Ribeiro de Miranda Moura
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Doutora Danielle Nunes Valle
PETROS - FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL.
Doutora Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

APOSENTADORIA. PROVENTOS. REAJUSTE. A concessão de um nível salarial aos empregados da ativa da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS por força de acordo coletivo de trabalho válido não equivale a reajuste salarial, pelo que os ex-empregados aposentados não têm direito a reajuste dos proventos da aposentadoria.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 1ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrentes, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, PETROS - FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL e JOSÉ ALFREDO MACHADO DO NASCIMENTO, JÚLIO TAVARES LIMA, LAÉRCIO VEIGA ALHO, LUIZ GONZAGA DE MELO, MANOEL PAIVA DO NASCIMENTO, PAULO DA SILVA CRISTINO, RAIMUNDA BARBOSA CHAGAS, RUBEM SOARES DA SILVA, RUY DOMINGUES MAIA e SINELON FERREIRA DE MENEZES e, como recorridos, OS MESMOS.

OMISSIS.

É o relatório conforme lido em seção de julgamento pelo Excelentíssimo Relator.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conhecem-se dos recursos ordinários porque adequados, tempestivos (folhas 788, 789, 833 e 874), subscritos por advogadas habilitadas (folhas 25, 487 e 509) e preparados com os pagamentos das custas processuais e recolhimentos dos depósitos recursais (folhas 831 e 830, 872 e 873).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES

2.2.1 INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Rvst TRT8 2009.pmd 207 23/6/2009, 08:55

As reclamadas suscitam questão preliminar de incompetência material (folhas 793-797 e 836-846).

A competência desta Justiça Especializada para conhecer e julgar litígios como o destes autos vinha sendo reiteradamente afirmada. É que a complementação da aposentadoria ou pensão por entidade de previdência social complementar instituída e mantida pela própria reclamada-recorrente, decorrente do contrato de emprego com ela mantido, atraía mesmo a competência trabalhista.

Isto é, tendo sido a própria reclamada a instituidora da denominada aposentadoria para seus empregados, essa é cláusula que passa a integrar o contrato individual de emprego, com o que os litígios daí decorrentes, inclusive o dos presentes autos, deveriam ser dirimidos nesta Justiça Especializada.

Sobre o tema já existia inclusive jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme a seguir transcrito:

> *A Justiça do Trabalho é competente para dirimir conflitos entre empregados e entidades de previdência privada, principalmente aqueles que envolvem complementação de aposentadoria decorrente do vínculo empregatício.*[1]

Esse era o entendimento jurisprudencial dominante nesta Oitava Região, como se pode aferir com a transcrição da ementa de acórdão em que foi Relatora a Excelentíssima Senhora Juíza Doutora Lygia Simão Luiz de Oliveira:

> *I - É competente a Justiça do Trabalho para dirimir dissídio em que se discute complementação de aposentadoria de ex-empregados do Banco da Amazônia S/A (BASA), conforme iterativamente decidido por este Tribunal.*[2]

Assim, esse Relator, acompanhando a jurisprudência regional, defendia ser mesmo da competência desta Justiça Especializada o processamento e julgamento dos feitos dessa natureza.

Ocorre que, com a promulgação das Leis Complementares números 108 e 109 que regulamentaram o art. 202 da Constituição da República, com vigência a partir de 30 de maio de 2001 (art. 31 da Lei Complementar nº 108 e art. 78 da Lei Complementar nº 109), houve inovação na ordem jurídica, passando a matéria a ter tratamento específico.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ao dar nova redação ao § 2º do art. 202, passou a dispor que *as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.*

Esse preceito constitucional era, até então, norma constitucional de eficácia limitada, somente tendo aplicabilidade após a edição de lei complementar que lhe desse a plena eficácia, sendo, por isso, perfeitamente cabível a aplicação

---

1 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Acórdão 1ª T 4.006/92. Recurso de Revista nº 52.382/92.1. Relator: Ministro Afonso Celso. *in* CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.* 19ª edição. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 473-474.

2 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Acórdão 599/90. Recurso Ordinário nº 2.123/1.989. Relatora: Juiz Lygia Simão Luiz Oliveira.

Rvst TRT8 2009.pmd 208 23/6/2009, 08:55

da jurisprudência regional sobre o tema, por se tratar de conflito decorrente do contrato de emprego (artigo 114 da Constituição da República), suprindo, de resto, a ausência dessa norma jurídica regulamentadora, de acordo com os princípios do nosso ordenamento jurídico que exige do julgador a integralização da norma constitucional (artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil), aplicando a lei de modo que atenda aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil).

Com a entrada em vigor das Leis Complementares números 108/2001 e 109/2001, que tratam das entidades fechadas de previdência complementar e o regime por elas adotadas, a matéria passou a ter tratamento legal específico, dando-se ao dispositivo constitucional (artigo 202, §2º), a aplicabilidade e eficácia plenas, antes inexistente. E sendo assim, a norma tem efeito imediato para as situações após a sua vigência, independentemente da data da aposentadoria - se antes ou depois das leis complementares - uma vez que a ação foi proposta já na vigência das Leis Complementares números 108 e 109.

Ademais, a competência é determinada no momento em que a ação é proposta (artigo 87 do Código de Processo Civil). Neste caso, a ação foi proposta em 13 de setembro de 2007, quando já vigente as Leis Complementares números 108 e 109, pelo que a matéria, exatamente por força dessas normas, foge à competência material desta Justiça.

Dispõe o artigo 68 da Lei Complementar nº 109/2001 que *as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes*.

Se a lei desvincula a matéria do âmbito de competência desta Justiça, não pode o aplicador da lei valer-se de interpretação contrária à norma, até porque é princípio de direito que a interpretação cessa quando a lei é clara (*interpretatio cessat in claris*).

Desta forma, não mais se considera que o pedido dos reclamantes seja decorrente de contrato de trabalho mantido com a empresa recorrente o que não mais atrai a competência trabalhista, havendo inclusive precedentes desta Egrégia Turma sobre o tema[3].

Em suma, após a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que deu nova redação ao art. 202, § 2º, da Constituição da República, e sua regulamentação pelas Leis Complementares números 108 e 109, com vigência a partir de 30 de maio de 2001, tratando das entidades fechadas de previdência complementar e do regime por elas adotado, a competência para julgar litígios

---

[3] BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 8. CERTIDÃO DE JULGAMENTO. Recurso Ordinário nº 5317/2002 - Rito Sumaríssimo. RECORRENTES: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. EDIVALDO VARELA DA SILVA e RECORRIDOS: ANA LÚCIA CARDOSO ROSAL e OS MESMOS e CERTIDÃO DE JULGAMENTO. Recurso Ordinário nº 4014/2002 - Rito Sumaríssimo. RECORRENTE: VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA. RECORRIDOS: BANCO DA AMAZÔNIA S. A. - BASA e CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Relator: Juiz José de Alencar.

Rvst TRT8 2009.pmd 209 23/6/2009, 08:55

entre segurados ou beneficiários e entidades ou patrocinadores é da Justiça Comum Estadual.

Acolhe-se a questão preliminar de incompetência material da justiça do trabalho.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, assim não entendeu e rejeitou a questão preliminar de incompetência material do justiça do trabalho nos termos do voto revisor, abaixo transcrito:

> *Examinando os termos da inicial, às fls. 01/26, verifico que a pretensão dos reclamantes refere-se à percepção de diferenças de suplementação de suas aposentadorias paga pela segunda reclamada, empresa Petros.*
>
> *A referida empresa, por sua vez, é entidade de previdência privada instituída pela Petrobras e da qual os autores são beneficiários, conforme estipulado no estatuto da Petros, cujas disposições passaram a integrar os seus contratos de trabalho com a Petrobras, já que suas filiações a tal entidade de previdência complementar deram-se em razão do mencionado vínculo laboral.*
>
> *Ora, o art. 114 da CF/88 atribui à Justiça do Trabalho a competência para julgar os dissídios individuais e coletivos que tenham origem no contrato de trabalho, ainda que já tenha sido extinto, como é o caso destes autos, sobretudo quando se tem adesão à entidade de previdência privada em razão desse contrato de trabalho, mantido que foi com quem instituiu a entidade previdenciária.*
>
> *Não há como negar, portanto, que as normas relativas à complementação de aposentadoria tenham se integrado ao contrato de emprego dos autores, razão pela qual é esta Justiça a responsável pelo exame e decisão desse tipo de causa.*
>
> *É verdade que a nova redação do art. 202, introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/1998, mais precisamente a do •˜2º, poderia, numa leitura açodada, conduzir o intérprete a afirmar a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo planos de previdência instituídos pelo empregador. Todavia, o que afirma o dispositivo constitucional em apreço é que as regras da aposentadoria complementar não integram o contrato de trabalho e os benefícios auferidos pelo trabalhador não compõem sua remuneração, o que não significa que, embora não integre o pacto, a adesão do trabalhador ao plano de previdência deixa de se originar do contrato de trabalho, o que torna esta Justiça do Trabalho competente para apreciar o feito.*
>
> *Destarte, rejeito a preliminar em questão.*

Por tais fundamentos, rejeitou-se a questão preliminar.

2.2.2 INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

A reclamada Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras suscita questão preliminar de inépcia da petição inicial, alegando impossibilidade jurídica do pedido (folhas 805-807).

Rvst TRT8 2009.pmd 210 23/6/2009, 08:55

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS também suscitou questão preliminar de inépcia da petição inicial, alegando que inexistiu delimitações necessárias aos pedidos (folha 846).

Adotam-se os fundamentos do Excelentíssimo Relator, abaixo transcritos:

> *Cumpre relembrar o entendimento da doutrina e da jurisprudência de que só há de se falar em pedido juridicamente impossível quando este é proibido em nosso ordenamento jurídico, o que não é o caso.*
>
> *Não se pode confundir aplicabilidade ou não da legislação federal do trabalho ao caso concreto, com inexistência de previsão legal ou de expressa proibição. A possibilidade jurídica do pedido deve ter como referencial aquilo que se postula; se a pretensão é admitida perante o ordenamento jurídico, seja por previsão expressa, seja por ausência de vedação. No caso sob análise, nada impede aos demandantes que postulem, em Juízo, o reconhecimento de direito proveniente do aumento de nível concedido ao pessoal da ativa da empresa que era sua empregadora. Agora se tal pretensão tem subsistência ou não, inclusive em face do disposto no artigo 202 da CF, é questão a ser julgada no momento processual oportuno e não em sede de preliminar.*
>
> *Ao contrário do que sugere a Petros, a exordial explicitou exatamente os limites da pretensão dos autores de que a suplementação de suas aposentadorias considerem o aumento de nível concedido pela Petrobras ao seu pessoal da ativa, mediante acordo coletivo, sendo que os valores e datas que a referida reclamada reputa faltante na inicial são todos do conhecimento desta, de modo que, em nada, restou prejudicado o seu direito de defesa, tanto que exercido amplamente pelas empresas rés, conforme se observa nos autos.*
>
> *Desta forma, porque a inicial respeitou, de forma suficiente, o disposto no artigo 840 da CLT, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.*

Por tais fundamentos, rejeitou-se a questão preliminar.

2.2.3 ILEGITIMIDADE PASSIVA

As reclamadas suscitam questão preliminar de ilegitimidade passiva, uma alegando que não teria qualquer obrigação de pagar suplementação de aposentadoria aos reclamantes (folhas 797-805), já a outra que nunca manteve contrato de trabalho com os autores (folha 846).

Adotam-se os fundamentos do Excelentíssimo Relator, abaixo transcritos:

> *A este respeito, entretanto, o que se observa, do exame do Estatuto da Petros, às fls. 82/92, é que a Petrobras foi sua instituidora (art. 1º) e é sua patrocinadora (art. 10), cabendo-lhe, com exclusividade, nomear os membros do seu Conselho de Curadores, da sua Diretoria Executiva e de seu Conselho Fiscal. Daí porque a alegada autonomia administrativa, se existente, é extremamente limitada.*
>
> *Outro sinal evidente de vinculação da Petros à Petrobras*

Rvst TRT8 2009.pmd 211 23/6/2009, 08:55

é o contido no artigo 10, § 3º, III do Estatuto daquela empresa, segundo o qual cabe exclusivamente à Petrobras aprovar propostas de reforma do Estatuto e do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros, antes de submetê-los às autoridades competentes.

Assim, não há como reconhecer a ilegitimidade passiva da Petrobras. Por outro lado, a subsistência ou não da pretensão inicial de que ela seja responsabilizada solidariamente, in casu, não é matéria de natureza prefacial, devendo ser apreciada a quando do exame do mérito da controvérsia.

Quanto ao argumento da Petros de ser parte ilegítima por nunca ter sido empregadora da autora, cumpre lembrar o que foi dito alhures sobre a demanda versar unicamente sobre diferenças de complementação de aposentadoria pagas aos autores, de modo que, se a referida empresa é a responsável pelo pagamento de tal suplementação, isto em razão do contrato de trabalho que a sua instituidora manteve com os obreiros, não há como deixar de reconhecer sua legitimidade para figurar no pólo passivo da presente relação processual.

Destarte, rejeito a prefacial.

Por tais fundamentos, rejeitou-se a questão preliminar.

2.3 QUESTÕES PREJUDICIAIS

2.3.1 PRESCRIÇÃO BIENAL

As reclamadas suscitam prescrição bienal afirmando a conformidade com o artigo 7°, inciso XXXIX da Constituição da República (folhas 807 e 846-848).

Adotam-se os fundamentos do Excelentíssimo Relator, abaixo transcritos:

Através da Súmula 327, O Tribunal Superior do Trabalho já pacificou o entendimento de que, em se tratando de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a parcial, não sendo atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao qüinqüênio, tal como, inclusive, entendeu o órgão de origem.

Destarte, inviável a declaração de prescrição total pretendida pelas rés, em prestígio ao verbete sumular referido supra.

Por tais fundamentos, rejeitou-se a questão preliminar.

2.3.2 INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Suscita a reclamada PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS incidente de uniformização de jurisprudência.

É matéria controvertida até mesmo na própria Turma, pelo que merece acolhimento o incidente.

A maioria da Egrégia Turma, entretanto, assim não entendeu e rejeitou a questão prejudicial, nos termos do voto Relator, abaixo transcrito:

A recorrente Petrobras formula, ainda, pedido de uniformização de jurisprudência, mas ao fazê-lo, não logrou demonstrar o dissenso turmário, neste Regional, a respeito das teses jurídicas cogitadas nestes autos, conforme exige

Rvst TRT8 2009.pmd 212 23/6/2009, 08:55

o artigo 476 do CPC e o artigo 163, § 1º do Regimento Interno do TRT da 8ª Região, tendo, ao contrário, se limitado a referir uma ementa e ainda oriunda da própria Egrégia Terceira Turma deste Tribunal à qual coube a apreciação do seu recurso.

Rejeito.

Por tais fundamentos, rejeitou-se a questão prejudicial.

2.4 MÉRITO

2.4.1 RECURSO DAS RECLAMADAS

2.4.1.1 DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Em resumo, as reclamadas pretendem a reforma da sentença, sob o fundamento de que a concessão de um nível aos empregados não seria aumento salarial, mas somente a mudança de faixa para outra mais elevada (folhas 813-823).

A causa de pedir as diferenças de proventos de aposentadoria é a concessão do que denominam os reclamantes de *Reajuste salarial camuflado* (sic, inicial maiúsculo no original, folha 9), resultante da concessão de um nível salarial para todos os empregados da ativa, conforme acordos coletivos celebrados entre a primeira reclamada e os sindicatos profissionais que representam os reclamantes-recorridos.

Os reclamantes-recorridos pretendem sejam aplicado ao caso o art. 41 do Regulamento da segunda reclamada, conforme o qual *os valores das suplementações de aposentadoria, de auxílio-doença, de pensão e de auxílio-reclusão serão reajustados nas mesmas épocas em que forem feitos os reajustamentos salariais da Patrocinadora* (sic, folha 74).

A matéria é conhecida e muitos são os precedentes, inclusive do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

As entidades sindicais dos petroleiros são conhecidas por sua combatividade e, também por isso, não pairam dúvidas ou suspeitas quanto à correção e aprumo da negociação coletiva da qual resultou a concessão de um nível salarial para os empregados em atividade. Essas entidades sindicais representam também os empregados aposentados, que não perdem seus direitos sindicais e, portanto, tiveram a ampla possibilidade de interferir e participar da formação da vontade coletiva que levou à celebração do acordo coletivo de trabalho. A concessão de um nível salarial não é a mesma coisa que reajuste salarial, notadamente para os fins de aplicação do art. 41 do Regulamento da segunda reclamada, que deve ser interpretado restritivamente. Não há no acordo coletivo de trabalho fraude ou camuflagem, mas sim a clara vontade coletiva de não conceder reajuste salarial e sim um nível salarial, eventos distintos e com distintos efeitos. As entidades sindicais e a primeira reclamada, claramente, nesse ano ajustaram que não seria concedido reajuste salarial, disso resultando que não foram reajustados os proventos da aposentadoria.

A jurisprudência trabalhista, inclusive superior, assim tem entendido, como se demonstra com a ementa[4] a seguir transcrita:

RECURSO DE REVISTA. DIFERENÇAS DE SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. AVANÇO DE NÍVEL

4 Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. Processo: RR - 1100/2005-015-05-00.8. Relator Ministro: João Batista Brito Pereira. 5ª Turma. Julgado em 6 de junho de 2007. Publicado no Diário da Justiça em 15 de junho de 2007.

Rvst TRT8 2009.pmd 213 23/6/2009, 08:55

SALARIAL CONCEDIDO APENAS AOS EMPREGADOS DA ATIVA. NORMA COLETIVA. OBSERVÂNCIA RESTRITA. Ante o que dispõe o art. 7º, inc. XXVI, da Constituição da República, devem ser observadas as condições ajustadas em normas coletivas que não violem dispositivo de lei, como na hipótese presente. De fato, a norma em que se concedeu a concessão de mais um nível salarial apenas aos empregados em atividade é oriunda de negociação coletiva, que é uma forma de ajuste de interesses, do qual participou o sindicato representativo da categoria profissional. A flexibilização no Direito do Trabalho, fundada na autonomia coletiva privada, permite a obtenção de benefícios para os empregados, com concessões mútuas. Portanto, se as partes decidiram, mediante acordo coletivo, estabelecer o pagamento do aumento salarial apenas para os empregados em atividade, não é possível estender esse benefício aos aposentados e aos pensionistas nem dar natureza diversa da fixada, sob pena de se incorrer em violação ao art. 7º, inc. XXVI, da Constituição da República. Recurso de Revista de que se conhece e a que se nega provimento.

Em suma, a concessão de um nível salarial aos empregados da ativa da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS por força de acordo coletivo de trabalho válido não equivale a reajuste salarial, pelo que os ex-empregados aposentados não têm direito a reajuste dos proventos da aposentadoria.

Acolhem-se as razões recursais (folhas 793-829 e 835-871) e recusam-se os fundamentos da sentença (folhas 674-690), que ficam prequestionados, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Por tais fundamentos, para excluir da condenação as diferenças de complementação de aposentadoria e julgar improcedentes os pedidos.

2.4.1.2 JUSTIÇA GRATUITA

A reclamada Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRAS requer a reforma da concessão dos benefícios da justiça gratuita, afirmando que não teria sido provado que os reclamantes não possuem condições para arcar com eventual ônus processual (folha 823).

A causa de pedir os benefícios da justiça gratuita foi a idade dos reclamantes (folha 23). Idade não gera direito à justiça gratuita, mas sim a pobreza, que pode ser provada por declaração dos próprios requerentes ou por advogado com poderes. Nos autos não há documentos que provem a pobreza dos reclamantes (folhas 25 e seguintes), o que torna ineficaz a declaração feita na própria petição inicial (folha 2).

Acolhem-se as razões recursais (folha 823) e dá-se provimento para indeferir os benefícios da justiça gratuita.

2.4.1.3 MULTA ESTIPULADA NO ART. 475-J.

As reclamadas Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRAS e Fundação Petrobras de Seguridade Social-PETROS requerem a improcedência da multa estipulada no artigo 475-J (folhas 824-826 e 867-871).

Improcedente o pedido principal, improcedente é também o acessório.

Acolhem-se as razões recursais (folhas 824-826 e 876-871).

Rvst TRT8 2009.pmd 214 23/6/2009, 08:55

Dá-se provimento para excluir da condenação a multa estipulada no artigo 475-J do Código de Processo Civil.

2.4.2 RECURSO DOS RECLAMANTES

2.4.2.1 ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA NA PETIÇÃO INICIAL

Considera-se prejudicado o exame do recurso dos reclamantes.

2.5 PREQUESTIONAMENTO

Acolhem-se as razões recursais (folhas 793-829 e 835-871) e recusam-se os fundamentos da sentença (folhas 674-690), que ficam prequestionados, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração. Afirma-se, desde já, que não foram violados os artigos 5º, XXXV, XXXVI e LV, 37, IX, 114, 202 da Constituição da República, 46, 273, 475-J do Código de Processo Civil, 942 do Código Civil, 8º, 769, 790, 832, 840, 842 da Consolidação das Leis do Trabalho, 4º da Lei nº 1060/50, 1º da Lei nº 7115/83 e Súmula nº 327 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, desde já prequestionados, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, conhecem-se dos recursos ordinários das reclamadas e dos reclamantes; acolhe-se a questão preliminar de incompetência, ficando vencido pela maioria da Egrégia Turma que a rejeita; rejeitam-se as questões preliminares de inépcia da petição inicial e ilegitimidade passiva; rejeitam-se as questões prejudiciais de prescrição e de incidente de uniformização de jurisprudência; no mérito, dá-se provimento aos recursos ordinários das reclamadas para excluir da condenação as diferenças de complementação de aposentadoria, multa estipulada no artigo 475-J do Código de Processo Civil, julgando totalmente improcedentes os pedidos; indefere-se o pedido de benefícios da justiça gratuita, invertendo-se o ônus da sucumbência e cominando custas processuais pelos reclamantes no importe de R$4.306,84 (quatro mil, trezentos e seis reais e oitenta e quatro centavos), calculadas sobre o valor dado à causa na petição inicial (folha 26) de R$215.342,19 (duzentos e quinze mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), ficando prejudicado o exame do recurso ordinário dos reclamantes, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS E DOS RECLAMANTES; POR MAIORIA, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA, INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA, VENCIDO PARCIALMENTE O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR REVISOR QUE ACOLHIA A QUESTÃO PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA; AINDA, POR MAIORIA, EM REJEITAR AS QUESTÕES PREJUDICIAIS DE PRESCRIÇÃO E DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, VENCIDO PARCIALMENTE O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR REVISOR QUE ACOLHIA A QUESTÃO PREJUDICIAL DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA;

Rvst TRT8 2009.pmd 215 23/6/2009, 08:55

NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR, EM DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS PARA EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA, MULTA ESTIPULADA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGANDO TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS; AINDA, POR MAIORIA, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR, EM INDEFERIR O PEDIDO DE BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA E INVERTER O ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, COMINANDO CUSTAS PROCESSUAIS PELOS RECLAMANTES NO IMPORTE DE R$4.306,84 (QUATRO MIL, TREZENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DADO À CAUSA NA PETIÇÃO INICIAL (FOLHA 26) DE R$215.342,19 (DUZENTOS E QUINZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS), FICANDO PREJUDICADO O EXAME DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMANTES, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO DOUTOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 25 de março de 2009. (DEJT 08.05.2009)
JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Revisor e Prolator do Acórdão.

****

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE DO PROVIMENTO LIMINAR CONCEDIDO ALCANÇAR DECISÕES JÁ ATINGIDAS PELA IMUTABILIDADE DA COISA JULGADA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 00973-1990-007-08-00-5
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

AGRAVANTE: **ESTADO DO PARÁ**
Doutor Cláudio Monteiro Gonçalves

AGRAVADOS: **ADOLPHO MARTINS**
ESPÓLIO DE FLÁVIO GUARANI RAMOS PEREIRA
ISAN SEIXAS LOPES
URUBATAN NAZARENO REIS
FERNANDO AUGUSTO REIS E SILVA
DARIO PALHA FREIRE
AFONSO BELTRÃO DA SILVA
E
FERNANDO MARTINS RODRIGUES
Doutora Maria da Glória da Silva Maroja e outros

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE DO PROVIMENTO LIMINAR CONCEDIDO ALCANÇAR DECISÕES JÁ ATINGIDAS PELA IMUTABILIDADE DA COISA JULGADA.

Rvst TRT8 2009.pmd 216 23/6/2009, 08:55

A disposição legal contida no art. 5º, § 3º, da Lei nº 9.882/99 ressalva do alcance de eventual liminar as decisões judiciais cobertas pela coisa julgada que, como garantia constitucional, é invulnerável (art. 5º, XXXVI, da Carta Magna).

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Petição**, oriundos da **MM. 7ª Vara do Trabalho de Belém**, em que são partes, como agravante, **Estado do Pará** e, como agravados, **Adolpho Martins e outros (7)**.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 conhecimento

Conheço do recurso, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade, inclusive o previsto no art. 897, § 1º, da CLT, relativamente à delimitação da matéria impugnada, não se tratando de discussão que necessite da especificação de valores.

2.2 MÉRITO

O Estado do Pará pretende a nulidade e/ou suspensão da presente execução, com base no julgamento liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 47, reconhecida a ordem pública resultante da inexigibilidade da coisa julgada inconstitucional.

Explico, inicialmente, que o Estado do Pará foi condenado a pagar, aos reclamantes, dentre outras parcelas, diferenças salariais resultantes da fixação do salário-base correspondente a 8,5 salários mínimos, ao teor do disposto no Decreto Estadual nº 4.726/87.

Após a fase executória e já se passaram mais de 18 (dezoito anos), foi determinada a expedição do Precatório Requisitório, já estando à disposição do Juízo parte do numerário respectivo (fls. 1620 e 1621), pendente, porém, a respectiva liberação dos créditos devidos aos exequentes, ora agravados, dado o pedido de fls. 1624/1626.

Nas razões recursais, o agravante pondera que nos autos da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 47, proposta perante o Supremo Tribunal Federal, a referida Corte, após entender como não recebido pela Constituição da República o art. 2º do Decreto Estadual 4.726/87, deferiu pedido liminar suspendendo o trâmite de todos os feitos em curso e dos efeitos de decisões que versem sobre a aplicação do art. 2º, do Decreto nº 4.726/87, do Estado do Pará, tendo certeza da pertinência do mérito da ADPF nº 47, o que atinge a coisa julgada, entre as quais a que este processo proferiu.

Busca amparo nos arts. 741, parágrafo único, do CPC e 884, § 5º, da CLT, que dispõem ser inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição da República, fundamentos adotados no pedido de nulidade e alternativo de suspensão da execução como medida de cautela, buscando evitar o pagamento de precatório na iminência de ser desconstituído pela decisão da ADPF nº 47.

Rvst TRT8 2009.pmd 217 23/6/2009, 08:55

Não há como atender o postulado pelo agravante, eis que o seu acolhimento implicaria em ofensa à garantia constitucional da coisa julgada, o que há muito já ocorreu no presente feito (18.11.1993 - fl. 355v).

A Lei 9.882/99, que disciplina o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º, do art. 102, da Constituição da República, prevê em seu art. 5º, § 3º, que o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental. Entretanto, a liminar, que poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da argüição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada.

A propósito, em consulta ao sítio do Órgão, o Pleno da Excelsa Corte, ao confirmar a decisão liminar, salvaguardou a imutabilidade da coisa julgada, ao destacar que os efeitos da medida cautelar não devem atingir as decisões transitadas em julgado, tal como afirmou o Ministro Maurício Corrêa, quando do julgamento da ADPF nº33, também proposta pelo Estado do Pará, *verbis*:

...

Importante salientar que, como não foi concluído o julgamento da ADI 2231/DF, em que se discute a constitucionalidade da Lei 9.882/99, está em vigor a norma insculpida no § 3º do artigo 5º do referido diploma legal. Parece-me necessário, desse modo, ressalvar que se encontram sob o manto da imutabilidade conferida pela coisa julgada.

...

Além disso, ao teor do art. 468, do CPC, a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas. Nessa trilha, a coisa julgada, prevista e tutelada pela Lei Maior, art. 5º, inciso XXXVI, significa a qualidade conferida à decisão judicial contra a qual não cabem mais recursos, tornando-a imutável e indiscutível.

Nelson Nery Junior assim identifica a formação da coisa julgada:

> *Depois de ultrapassada a fase recursal, quer porque não se recorreu, quer porque o recurso não foi conhecido por intempestividade, quer porque foram esgotados todos os meios recursais, a sentença transita em julgado. Isto se dá a partir do momento em que a sentença não é mais impugnável*".(Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977 p.677)

Vicente Greco, por sua vez:

> *A coisa julgada, portanto, é a imutabilidade dos efeitos da sentença ou da própria sentença que decorre de estarem esgotados os recursos eventualmente cabíveis*. (Direito processual civil brasileiro. 2º V. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 265.)

Antônio Gidi, ao discorrer acerca do fundamento jurídico da coisa julgada menciona que:

> *A coisa julgada, como instituto jurídico, é também, em última análise, criação do homem para facilitar e ordenar a vida em sociedade. Exatamente por isso, assim como a*

Rvst TRT8 2009.pmd 218 23/6/2009, 08:55

> *dogmática jurídica, à qual pertence, deve ser entendida como meio para obtenção de fins, e não como fim em si mesmo*. (Coisa Julgada e litispendência em ações coletivas. São Paulo: Saraiva, 1995)

Desse modo, a coisa julgada formal, ou preclusão máxima, confere imutabilidade à sentença como ato processual de encerramento da relação processual. Trata-se de condição prévia da coisa julgada material, que é a mesma mutabilidade em relação ao conteúdo do julgamento e seus respectivos efeitos, os quais que se tornam efetivamente concretos. De nada adiantaria se proporcionar e facilitar, ao cidadão, o acesso à Justiça se não assegurar-lhe o direito de ver o seu conflito solucionado em definitivo.

O respeito à coisa julgada consiste em garantia constitucional, esculpida no artigo 5º inciso XXXVI, da *Lex Mater*, encontrando-se no rol dos direitos e garantias fundamentais. Nesse patamar, não pode ser abolida, nos moldes do art. 60 § 4º, inciso IV, que dispõe que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, dentre outros, os direitos e garantias individuais.

Justamente para assegurar essa garantia constitucional é que a Lei nº 9.882/99 a excepcionou dos efeitos das decisões prolatadas nas ADPFs.

Como se isso não bastasse, ressalto que o sistema jurídico brasileiro possibilita um meio expressamente previsto para desconstituir a coisa julgada inconstitucional, qual seja, a ação rescisória (CPC, art. 485, V), o que, na hipótese, se mostra incabível, porque já consumado o prazo decadencial de dois anos.

Por tudo isso, concordo com o decidido pelo Juízo de 1º grau de jurisdição e reafirmo que a decisão proferida na ADPF nº47 não pode ser invocada para a pretendida nulidade da execução e sua consequente extinção.

Destaco, por fim, que este tem sido o entendimento deste Tribunal, em casos idênticos:

> COISA JULGADA. IMUTABILIDADE. A decisão transitada em julgado é imutável, em razão da eficácia preclusiva da *res judicata*, excetuando-se a ação rescisória, conforme art. 485 do CPC. No presente caso, a pretensão de modificar a decisão transitada em julgado com base em documentos que retratariam fatos novos esbarra no preceituado pelo art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. (Ac. TRT 4ª T/AP 00766-1991-001-08-00-3 Rel. Juíza Alda Couto J. 08.04.2008)
>
> PRECEITO FUNDAMENTAL. DESCUMPRIMENTO. ARGÜIÇÃO. COISA JULGADA. A Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental é instituto de controle concentrado de constitucionalidade que não tem como função desconstituir coisa julgada, conforme reiteradamente tem decidido o Excelso Supremo Tribunal Federal. (Ac. TRT 3ª T/AP 00926-1990-006-08-00-5 Rel. Juiz José Maria Quadros de Alencar - J. 08.10.2008)
>
> IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. DECISÃO DO E. STF EM ADPF QUE RESSALVOU A COISA JULGADA. VINCULAÇÃO A 8,5 SALÁRIOS MÍNIMOS. A decisão judicial transitada em julgado apenas pode ser desconstituída através da ação rescisória, visto que a coisa julgada é manifestação do Estado

Rvst TRT8 2009.pmd 219 23/6/2009, 08:55

> Democrático de Direito (art. 1º da CF/88) e constitui cláusula pétrea da Constituição (art. 5º, XXXVI), sendo intocável. Em respeito à cláusula pétrea da CF, o STF concedeu liminar, decisão que foi confirmada na apreciação do mérito da ADPF, com base no § 3º do art. 5º da Lei nº 9.882/99, para alcançar situações que estivessem se desenvolvendo relativas à aplicação do art. 2º do Decreto Estadual nº 4.726/87 - vinculação da remuneração dos servidores do Estado do Pará a oito e meio salários mínimos, porque a retroatividade da decisão do E. STF tem como limite a coisa julgada. Confirma-se o despacho que denegou a suspensão da execução e o cancelamento do precatório.(Ac. TRT/PLENO/A REG/RP 00331-2008-000-08-00-1 - Rel. Juíza Elizabeth Fátima Martins Newman - J. 14.08.2008)

Aliás, este tem sido o posicionamento do próprio Excelso Pretório, podendo-se citar, as decisões prolatadas no julgamento das ADPFs 10-6 - Alagoas; 33-5 - Pará; 79-3 - Pernambuco e 134-0 - Ceará, dentre outras, que referem que as decisões transitadas em julgado não podem ser atingidas por provimento liminar concedido em ADPFs.

Por tudo o que ficou dito acima, não vislumbro a possibilidade de se declarar a nulidade da execução nem tampouco a sua suspensão até o julgamento da ADPF nº 47, conforme pretende o agravante, mesmo porque o pedido da arguição já foi julgado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, tendo sido confirmada a medida cautelar.

PREQUESTIONAMENTO

Rejeito toda a argumentação recursal expedida, deixando-a expressamente prequestionada. Afirmo que não foram violados os arts. 741, II, do CPC e § 5º, do art. 884, da CLT, desde já prequestionados, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, SEM DIVERGÊNCIA DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, AINDA POR UNANIMIDADE, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA, EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 07 de abril de 2009. (DEJT 17.04.2009)

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - Juíza Relatora.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 220 23/6/2009, 08:55

ASSÉDIO MORAL - REPARAÇÃO CIVIL.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01053-2008-003-08-00-9
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTE: **ALESSANDRA LAMA FERREIRA**
Dra. Mayra Kaled Moreira

RECORRIDO: **SEBRAE/PA - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ**
Dra. Ely Nonata da Cunha Leal

ASSÉDIO MORAL - REPARAÇÃO CIVIL. Ausente a demonstração, mediante prova válida, de tratamento vexatório e humilhante perpetrado contra a reclamante no ambiente de trabalho - tendo, quando muito, se evidenciado dificuldade de relacionamento interpessoal - inviável a caracterização de assédio moral ensejador de reparação civil.

I - RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 3ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, ALESSANDRA LAMA FERREIRA e, como recorrido, SEBRAE/PA - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ.

OMISSIS.

II - FUNDAMENTAÇÃO

CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário e das contra-razões, porque preenchidos todos os seus pressupostos de admissibilidade.

PRELIMINAR DE NULIDADE. ERRO DE PROCEDIMENTO.

Examinando o procedimento adotado pelo órgão de origem na condução do presente feito, não vislumbro ter havido qualquer desrespeito ao contraditório, à ampla defesa da autora, muito menos à isonomia ou ao devido processo legal.

Com efeito, embora, de fato, a tomada de razões finais, em audiência, conforme prevê a CLT, seja o procedimento mais consentâneo com a celeridade demandada pelo processo do trabalho, também é cediço existirem processos que, pela sua complexidade, tornam até recomendável ao juízo oportunizar, às partes, a apresentação de memoriais, tal como se deu no caso dos autos.

É bem verdade que, neste processo, a oportunidade para tal foi dada apenas à empresa, mas isso, não por tratamento desigual das partes, e, sim, porque a autora já havia apresentado memoriais, na própria audiência.

A propósito disto, inclusive, sequer consigo vislumbrar qualquer prejuízo para a obreira em face do procedimento adotado pelo juízo de origem, neste particular. Afinal, se a empresa pôde, nos memoriais, referir-se ao teor dos memoriais e da manifestação apresentados pela reclamante, certamente também poderia fazê-lo, se tivesse apresentado alegações finais em audiência.

Rvst TRT8 2009.pmd 221 23/6/2009, 08:55

Destarte, a teor do disposto no artigo 249, §1º, do CPC, rejeito a preliminar aduzida no apelo.

MÉRITO

Assédio Moral. Reparação Civil.

Tema cada vez mais freqüente no ambiente acadêmico e mesmo em ações nesta Justiça do Trabalho, o assédio moral constitui-se em grave mazela das relações do trabalho contemporâneas, conforme tem denunciado, há de mais de uma década, a própria Organização Internacional do Trabalho. Daí a imperiosidade de qualquer controvérsia judicial a este respeito ser resolvida com o máximo cuidado, seja para coibir seriamente práticas abusivas ou, pelo menos, para reparar, de algum modo, os malefícios delas decorrentes; seja, por outro lado, para não fomentar lides temerárias de quem as utiliza como mero mote para o enriquecimento ilícito.

Feitas estas considerações preambulares, cumpre destacar não ser unívoca a doutrina e a jurisprudência a respeito da definição de assédio moral, o que talvez decorra do fato de não haver um regramento legal, em nível federal, tratando especificamente deste tema.

No Brasil, a disciplina desta matéria é resultado de um esforço dos aplicadores do direito de interpretação sistemática de dispositivos constitucionais, mormente do princípio do respeito à dignidade humana insculpido no artigo 1º, III, combinado com o direito individual à inviolabilidade da própria honra previsto no artigo 5º, X, e o direito do trabalhador a um ambiente de trabalho saudável e seguro, insculpido no artigo 7º, XXII, entre outros preceptivos, todos da Carta Magna.

O assédio moral constituir-se-ia, então, em síntese, na exposição reiterada e prolongada do empregado a situações de humilhação, depreciação e constrangimento incondizentes com a dignidade ínsita a todo o ser humano, geradas em ambiente de trabalho pautado por relações humanas desfuncionais e concebidas, em geral, com o objetivo de desestabilizar a vítima, de modo a que abandone ou emprego ou a função.

Trata-se de prática perpetrada, no mais das vezes, através dos desníveis de hierarquia, podendo, entretanto, em menor escala, ser praticada por colegas de mesmo nível funcional e, muito mais excepcionalmente, até por subordinados.

Trazendo-se, então, tais parâmetros doutrinários e jurisprudenciais para o caso dos autos e cotejando-os com a realidade emergida da instrução processual, verifico, de início, que a reclamante e as duas empregadas que, supostamente, seriam as responsáveis pelo assédio denunciado na inicial, trabalhavam todas no setor financeiro do reclamado que, por lidar por valores e pagamentos, é ambiente naturalmente estressante e, como tal, propício a conflitos interpessoais.

Verifica-se, ainda, a partir do depoimento prestado à comissão de investigação montada na reclamada pelo Gerente do referido setor, Sr. Antônio Joaquim Alves Ramos, que havia a expectativa de que a vaga que, ao final, terminou sendo preenchida pela autora, viesse a ser ocupada por pessoa com, pelo menos, 10 anos de experiência e que, portanto, não tivesse maiores dificuldades para desenvolver as atividades para as quais estava sendo contratada.

A instrução demonstrou, entretanto, que a reclamante, em que pese tenha sido aprovada no processo seletivo efetuado pela reclamada para tal, ao que parece, não logrou assimilar, com rapidez, o trabalho e, por conta disso,

Rvst TRT8 2009.pmd 222 23/6/2009, 08:55

surgiram problemas de relacionamento seu com pessoas do setor financeiro, resultantes do fato de que a autora "*...já estava perguntando muito e incomodando a equipe...*" para repetir as próprias palavras do Sr. Ramos (fl. 5 da ata do dia 11.03.08 do procedimento de investigação da ré).

Ora, problemas de relacionamento, em maior ou menor medida, constituem realidade comum a qualquer ajuntamento humano, dada a dificuldade de se lidar com as idiossincrasias alheias, sendo que, *in casu,* ao que parece, decorreram da confessada impaciência das Sras. Helena e Ione em lidar com uma empregada neófita que esperavam fosse experiente, não se podendo olvidar que a paciência, conquanto seja virtude de valor inestimável, é um dever apenas moral, de modo que a sua inobservância - desde que não se manifeste de forma gravosa, através de constrangimentos e humilhações sucessivos e reiterados - não chega a caracterizar ato ilícito gerador de responsabilidade civil.

Poder-se-ia argumentar que a Sra. Helena, porque era a gerente substituta do Setor, teria não só o dever moral de ter paciência com os sucessivos questionamentos da recorrente, durante o trabalho, como também a obrigação legal de atendê-la em todas as suas dúvidas, na qualidade de sua superiora hierárquica. Entretanto, o que se observa dos demonstrativos de pagamento mensal da sobredita empregada acostados ao procedimento investigatório já referido, é que ela só assumiu efetivamente a gerência por tempo reduzido e, segundo informou o Sr. Ramos, agora em depoimento judicial "*...não houve queixas ao depoente com relação ao período em que a Sra. Helena exerceu a gerência, ressaltando o depoente que, ao contrário, sua administração foi elogiada, inclusive a autora (*sic);" (fl. 248/verso).

Disto se infere, então, que, ao tempo em que a Sra. Helena esteve em situação de superioridade hierárquica em relação à reclamante, não houve qualquer problema digno de nota, inclusive de relacionamento, sendo que os problemas havidos deram-se nos interregnos em que ambas estavam em posição funcional equivalente, nos quais, conforme já se viu, não incumbia à Sra. Helena ou mesmo à Sra. Iona, a responsabilidade de permanecer, ao longo dos meses, propiciando todos os constantes esclarecimentos demandados pela autora, mormente se a própria reclamante informou que, no início, contara com toda a ajuda necessária, inclusive da Sra. Helena, conforme se observa na fl. 2 da ata do dia 11.03.08 da investigação particular da ré, *in verbis: "O Paulo e a Helena deram-me todo auxílio necessário."*

Estando certo, pois, que todo o imbróglio constituiu-se em um problema de relacionamento decorrente da inexperiência da autora e da impaciência das empregadas acusadas de assédio, urge verificar se tal impaciência, tal como já dito alhures, não foi exteriorizada de forma a desrespeitar a dignidade da recorrente, caso em que o assédio moral poderia se caracterizar.

Os elementos probatórios constantes dos autos, entretanto, não autorizam concluir-se pela veracidade dos fatos alegados na inicial a este respeito, eis que a autora não apresentou qualquer prova, inclusive testemunhal, que corroborasse a sua afirmação de que as Sras. Helena e Iona teriam utilizado de termos injuriosos e de agressividade, de forma a humilhá-la, a ofendê-la e a denegrir-lhe a honra, sendo, inclusive, curiosa a confissão da obreira, em seu depoimento, de que fora ela própria quem houvera por bem tornar públicas as dificuldades que estava tendo no trabalho, ao afirmar "*...que o clima estava insuportável, esclarecendo a depoente que passou a relatar a todas as pessoas a quem tinha contato o que estava ocorrendo...*" (fl. 247/verso).

Rvst TRT8 2009.pmd 223 23/6/2009, 08:55

Despicienda a argumentação recursal de que a obreira teria feito prova documental de suas alegações, através do documento de fl. 59/66, eis que se trata da transcrição de conversa pessoal e reservada obtida de forma indevida pela autora.

Como bem esclareceu a segunda testemunha arrolada pela reclamada, Sr. Bruno Guedes Siqueira Rodrigues, "...*no sistema é disponibilizado uma ferramenta que permite conversa entre os funcionários do SEBRAE de ponto a ponto; só tem acesso ao diálogo travado nessa situação as pessoas nele envolvidas; que para a utilização dessa ferramenta ocorre a partir do login e senha usados para acesso a rede informatizada; que a ferramenta em questão fica minimizada só abrindo na tela se houver comando específico neste sentido, da mesma forma como depois maximizada só é minimizada com comando específico do usuário...*" (fl. 249).

A partir de tais esclarecimentos, fica claro que, se o acesso ao programa de conversas *on line* da reclamada demanda *login* com senha individual, é porque o conteúdo do que nele é dito é para conhecimento restrito dos interlocutores, não sendo razoável que colegas do trabalho devassem o terminal do outro, tal como fez a reclamante, para obter o histórico de suas conversas, ainda que sob as escusas de verificar se ela própria era tema dos colóquios.

Não se pode perder de vista a confissão da própria reclamante, no depoimento que prestou à comissão de investigação da reclamada, de que, ao ter acesso ao terminal em que trabalhava a Sra. Iona, sequer havia, na tela, conversa a seu respeito e, sim, sobre uma história envolvendo determinada mesa, só tendo descoberto ter sido alvo de comentários porque resolveu examinar o histórico de conversas, *in verbis:* "*... que como não tinha ninguém e estava acessado (logado), aí abri o soapbox* [programa de conversa on line utilizado pela reclamada] *e era uma conversa da Iona com a Helena. Onde elas estavam falando da história da mesa. Eras, mas por que elas estão comentando isso? Aí fui olhar outras coisas...*" (fl. 5 da Ata do dia 11.03.08 da comissão de investigação da ré).

Verifica-se, então, que a reclamante valeu-se de um expediente inadequado para acessar uma conversa particular, feita em ambiente restrito, com o que tornou inviável a utilização da judicial prova documental daí decorrente.

Há de se ressaltar também o procedimento escorreito que teve a reclamada ao lidar com as todas circunstâncias acima referidas, eis que, de início, pôs o Sr. Paulo e a própria Sra. Helena para auxiliar a reclamante; depois, conforme admitiu a reclamante em seu próprio depoimento judicial, foi-lhe dado "...*participar de curso de capacitação para executar as tarefas que lhe foram conferidas; que a depoente participou de curso de integração direcionado aos novos funcionários...*" (fl. 247/verso). Por fim, tendo a reclamada recebido, por escrito, um pedido de providências da reclamante a respeito dos problemas de relacionamento que estava tendo com as Sras. Helena e Iona, instaurou uma comissão de investigação perante a qual todos os envolvidos foram ouvidos detidamente, tendo, ao final, tendo decidido, de forma acertada, pela dispensa das três empregadas: a reclamante, por utilizar-se de um expediente indevido para produzir prova em seu favor e as demais, por se utilizarem de uma ferramenta institucional para despenderam horas de trabalho com conversas com conteúdo impróprio e totalmente alheio ao interesse do serviço.

Não é demais destacar o fato das referidas empregadas terem sido dispensadas com o pagamento das verbas próprias de uma dispensa imotivada,

Rvst TRT8 2009.pmd 224 23/6/2009, 08:55

o que demonstra que, ao revés da reclamada ter agido com arbitrariedade e ilegalidade, conforme insinua a reclamante, até agiu com complacência, tanto por ter instaurado procedimento administrativo prévio para apuração do ocorrido, não sendo estáveis quaisquer das envolvidas, como pela não aplicação de justa causa em hipótese em que poderia ser facilmente reconhecida, inclusive judicialmente.

Destarte, porque não vislumbro ter se caracterizado assédio moral contra a reclamante - seja perpetrado por outros empregados, seja pelas circunstâncias de sua dispensa - mantenho a sentença de 1º grau, em face de sua escorreição.

Recurso improvido.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário e das contra-razões; no mérito, nego provimento ao apelo para manter a sentença recorrida em todos os seus termos; tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO E DAS CONTRA-RAZÕES; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM DAR PROVIMENTO AO APELO PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS; TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de novembro de 2008. (DOJT8 1º.12.2008)

MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

****

BLOQUEIO ON LINE SOBRE NUMERÁRIO DE AUTARQUIA ESTADUAL ESTRANHA À LIDE, REPASSADO À EXECUTADA COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA PREVISTA EM CONVÊNIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 00269-2008-118-08-00-4
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

AGRAVANTE: **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA**
Procurador: Dr. Fernando Nilson Velasco Júnior

AGRAVADOS: **GENILSON DA COSTA SOUZA**
Advogados: Dr. Kallil Jorge Nascimento Ferreira e outros
E
ACIR - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO
Advogados: Drª. Rosângela Aragão Herênio Galvão e outros

BLOQUEIO ON LINE SOBRE NUMERÁRIO DE AUTARQUIA

Rvst TRT8 2009.pmd 225 23/6/2009, 08:55

ESTADUAL ESTRANHA À LIDE, REPASSADO À EXECUTADA COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA PREVISTA EM CONVÊNIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. Deve ser liberado o numerário de autarquia estranha à lide que é repassado à executada por força de convênio, mas com destinação específica para o custeio de despesas de manutenção, em virtude da executada ficar responsável pela realização de serviços descentralizados de registro público de empresas mercantis, finalidade da autarquia contratante. Apenas o devedor constituído no título executivo é quem responde pela execução com a universalidade de seus bens, a teor do art. 883, consolidado e na forma da legislação civil.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Petição**, oriundos da **MM. Vara do Trabalho de Redenção**, em que são partes as acima identificadas.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do agravo, porque atendidos todos os pressupostos legais de admissibilidade.

Inconforma-se a terceira agravante com a r. sentença de embargos de terceiro de fls. 57/58-verso, que julgou os embargos totalmente improcedentes, mantendo a penhora realizada nos autos do Processo nº 01493-2007-118-08-00-6, incidente sobre o numerário em conta bancária do Banco do Estado do Pará, que alega lhe pertencer.

Explica que a Lei nº 8.666/93 permite que a Junta Comercial do Estado do Para descentralize sua finalidade que é o registro público de empresas mercantis e atividades afins, atividade que através de convênio pode ser transferida para entidades privadas em outras localidades, e em cumprimento à legislação vigente, celebrou com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO - ACIR o convênio cuja cópia está às fls. 35/37, mediante o qual repassa valores em conta no Banco do Estado do Pará com destinação legal e negocial específica para o custeio operacional da UD de Redenção, vedado outro destino, sob pena de responder por crime de responsabilidade fiscal.

Assevera que a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO - ACIR, executada nos autos principais, jamais prestou qualquer serviço para a agravante, inclusive tendo suas sedes funcionando em espaço físico separado, tanto que a agravante funciona no espaço físico do SEBRAE de Redenção.

Ressalta que o documento de fls. 30, apenas revela que o convênio celebrado necessita de um administrador para realizar os pagamentos decorrentes das despesas de manutenção daquela Unidade Desconcentrada, o que não pode ser feito pelo coordenador da unidade, motivo pelo qual cabe ao Presidente da ACIR preencher os cheques para efetuar os pagamentos devidos.

Requer a reforma da r. sentença agravada para que seja reconhecido que os valores depositados na conta bancária bloqueada pertencem à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA.

Vejamos.

Rvst TRT8 2009.pmd 226 23/6/2009, 08:55

A r. sentença agravada julgou totalmente improcedentes os embargos de terceiro, mantendo a penhora realizada nos autos do Processo nº 01493-2007-118-08-00-6, incidente sobre numerário em conta bancária do Banco do Estado do Pará, fundamentando-se no fato de que a cláusula segunda do Convênio nº 53/2007, firmado entre a Junta Comercial do Estado do Pará e a Associação Comercial e Industrial de Redenção, com fulcro na Lei 8.666/93 com as alterações da Lei nº8.883/94, dispõe que tal convênio tem por objeto "*o estabelecimento das condições para o pagamento de 15% (quinze por cento), a título de retribuição à conveniada, do valor arrecadado pela Unidade Descentralizadora de Redenção depositado na conta corrente da JUCEPA, pela execução das ações previstas na cláusula primeira do convênio nº53/2007*".

Ressaltou que a cláusula terceira, "b", do convênio prevê que "*Os recursos serão aplicados, exclusivamente, no custeio operacional da UD de Redenção, vedado qualquer outro destino*".

Reverberou que, conforme se depreende da cláusula primeira do Convênio nº 53/2007 e demais cláusulas, a JUCEPA repassa valores a Associação Comercial e Industrial de Redenção - ACIR, a título de retribuição pela execução dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins e sobre a especificação de atos integrantes da tabela de preços dos serviços prestados pelos órgãos do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis, conforme prevê a cláusula primeira do convênio.

Assim, entendeu restar comprovado que os valores repassados pela JUCEPA a ACIR, através do convênio, passam a pertencer a ACIR (executada nos autos da reclamação trabalhista Proc. nº 01493-2007-118-08-00-6), e por conseguinte, não haveria que falar em liberação dos valores bloqueados e que são objeto de penhora na referida ação trabalhista, pois não pertencem a ora agravante.

Ponderou que, apesar da agravante alegar a titularidade da conta corrente bloqueada, a documentação jungida aos autos comprova que a titular da referida conta corrente é a Associação Comercial e Industrial de Redenção - ACIR, como se observa no documento de fls.30, colacionado pela própria embargante, onde o Presidente da ACIR admite que esta é a verdadeira titular da conta corrente que foi bloqueada.

Diante do exposto, concluiu pela manutenção da penhora dos valores bloqueados às fls. 91/92 da reclamação trabalhista nº 01493-2007-118-08-00-6.

Analiso.

O devedor é a parte legítima ordinária para responder pela execução.

O legitimado passivo ordinário e primário é aquele que consta da sentença de condenação ou do acordo judicial como obrigado pela prestação devida ao exeqüente. Assim, no processo trabalhista será o reclamado (réu), em regra o empregador, devedor dos créditos trabalhistas.

A constrição judicial deve incidir prioritariamente sobre o acervo patrimonial do devedor, pois este responde pelo cumprimento da sentença exeqüenda, nos termos do art. 591 do CPC.

São inegavelmente legitimados, derivada ou superveniente na execução, o espólio, os herdeiros e os sucessores do devedor.

A lei admite a responsabilidade patrimonial secundária, por exemplo, dos sócios, pelo inadimplemento das obrigações da sociedade, apenas na hipótese de inexistência de bens livres e desembaraçados do devedor (art. 596 e §, do CPC).

Rvst TRT8 2009.pmd 227 23/6/2009, 08:55

Entende a jurisprudência que como há casos em que a legitimação para a execução não decorre do título executivo, mas da própria lei, como o do sucessor, sub-rogado, terceiro responsável e do legitimado extraordinário (arts. 567 e 568, II e IV, do CPC), não apenas os devedores principal e subsidiário que figuram no título executivo judicial podem vir a ser legitimados na execução.

Mas não é o caso dos autos.

A embargante que, é reconhecidamente terceira em relação ao título executivo judicial, veio a juízo alegando que lhe pertencem os valores existentes na conta bancária de nº 0003004023, do Banco do Estado do Pará, Agência Redenção, sobre a qual incidiu a penhora *on line* e se referem ao repasse de valores para a manutenção da unidade desconcentrada de Redenção, sendo vedado outro fim, pugnando pela reforma da r. sentença agravada para que seja reconhecida sua titularidade da conta bancária constritada.

Para comprovar suas alegações juntou aos autos cópia dos Convênios nº 05/2002 e nº 53/2007, celebrados entre a Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA e a ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção, demonstrativo elaborado pela JUCEPA acerca das receitas e despesas efetuadas na Unidade Descentralizadora de Redenção referente ao ano de 2007, Recibos expedidos pela Associação Comercial e Industrial de Redenção - ACIR referentes aos repasses de 15% sobre o valor arrecadado nos processos protocolados no mês de competência e a respectiva ordem bancária comprovando o depósito na conta corrente nº 0003004023, ag. nº 28, do Banco do Estado do Pará, e expedientes sobre a matéria expedidos pelo BANPARÁ e pela ACIR, entre outros (fls. 09/37).

É bem verdade que a Cláusula Segunda do Convênio celebrado entre Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA e a ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção dispõe que constitui objeto da avença "... o estabelecimento das condições para o pagamento de 15% (quinze por cento), à título de ***retribuição*** à conveniada, do valor arrecadado pela Unidade Descentralizadora de Redenção depositado na conta corrente da JUCEPA, pela execução das ações previstas na cláusula primeira ...".

E, a Cláusula Primeira do convênio em comento versa sobre os fundamentos legais que permitem a desconcentração dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins e sobre a especificação de atos integrantes da tabela de preços dos serviços prestados pelos órgãos do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM, e que por resolução da JUCEPA aprovou a tabela de preços diferenciados.

Deste modo, *a priori*, os valores relativos ao acréscimo de 15% (quinze por cento) no valor de tabela dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins pertence à JUCEPA, tanto que a Cláusula Segunda do convênio firmado expressamente determina o depósito do referido acréscimo na conta corrente da JUCEPA.

Tais valores, quais sejam, os recursos financeiros provenientes do percentual de 15% (quinze por cento) acrescido à Tabela de Preços da JUCEPA embutido nos preços da Tabela de Preços diferenciados da Unidade Descentralizadora de Redenção, é que vão atender à execução das ações previstas na cláusula primeira do convênio, a teor do disposto na Cláusula Terceira.

E, a alínea *b*, da Cláusula Terceira, determina peremptoriamente que os recursos em tela serão exclusivamente aplicados no custeio operacional da Unidade Descentralizadora de Redenção, sendo vedado qualquer outro destino.

Rvst TRT8 2009.pmd 228 23/6/2009, 08:55

Tanto é assim que, como prevê a Cláusula Quarta, alíneas *a* e *b*, à JUCEPA cabe analisar, aprovando ou recusando, os relatórios das atividade e do desempenho financeiro apresentados pela ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção, devolvendo a esta os relatórios recusados, solicitando os esclarecimentos necessários à regularização das inconsistências verificadas e, se for o caso, determinando a devolução dos valores gastos indevidamente ou o desconto de tais valores no repasse do mês subseqüente.

Deste modo, em que pese os valores auferidos pelo acréscimo embutido na tabela de preços praticados na Unidade Descentralizadora de Redenção, sejam depositados na Conta Corrente nº 300.402-3, Ag. 028, do Banco do Estado do Pará, como determina a Cláusula Sétima do Convênio, cuja titularidade é conjunta da ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção com a Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA (v. folha de cheque da referida conta de fl. 19), esses valores não se constituem créditos ou numerários pertencentes à referida Associação executada nos autos do Proc. nº 01493-2007-118-08-00-6.

Com efeito, trata-se de recursos financeiros que visam atender à execução das ações previstas na cláusula primeira do convênio, e dos quais a executada ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção não pode dispor livremente, eis que tem de prestar contas dos valores recebidos e da aplicação dos recursos, sob pena de encerramento do convênio, como dispõe a cláusula Nona do Convênio, o que acarretará prejuízos a toda coletividade do Município de Redenção quanto aos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, pelo quais já pagou com acréscimo os valores previstos na tabela de serviços da JUCEPA.

A estes fundamentos, divirjo do entendimento esposado pelo d. julgador de origem que considerou que os valores repassados pela JUCEPA a ACIR, através do convênio, passam a pertencer a ACIR, executada nos autos da reclamação trabalhista Proc. Nº 01493-2007-118-08-00-6), visto que a referida conta é conjunta e ali há valores que pertencem exclusivamente à JUCEPA.

Apenas dinheiro do devedor constituído no título executivo é que responde pela execução, a teor do art. 883, consolidado e na forma da legislação civil.

A meu ver se trata de verba pública que por força de lei e de convênio tem destinação específica, não podendo ser desvirtuada para outras finalidades, ainda que seja o pagamento de dívida trabalhista da executada.

Assim sendo, dou provimento ao apelo, para desconstituir a penhora incidente sobre a Conta Corrente nº 300.402-3, Agência 028, do Banco do Estado do Pará, determinando a imediata liberação da aludida conta, quanto aos valores bloqueados e quaisquer outros depósitos que vierem a ser efetuados pela Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA provenientes do convênio celebrado com a ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção, o que deve ser procedido através do sistema BACEN-JUD.

Indefiro o pedido do reclamante agravado de condenar a autarquia agravante por litigância de má-fé, uma vez que aciona a Justiça no poder-dever de agir em defesa de seus interesses.

Ante o exposto, conheço do agravo; no mérito, dou provimento ao apelo para, reformando a r. sentença agravada, desconstituir a penhora incidente sobre a Conta Corrente nº 300.402-3, Agência nº 028, do Banco do Estado do Pará, determinando a liberação dos valores bloqueados, ficando liberados de qualquer constrição judicial os depósitos que vierem a ser

Rvst TRT8 2009.pmd 229 23/6/2009, 08:55

efetuados pela Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA provenientes do convênio celebrado com a ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção, o que deve ser procedido através do sistema BACEN-JUD, tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA AGRAVADA, DESCONSTITUIR A PENHORA INCIDENTE SOBRE A CONTA CORRENTE Nº 300.402-3, AG. 028, DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ, DETERMINANDO A LIBERAÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS, FICANDO LIBERADOS DE QUALQUER CONSTRIÇÃO JUDICIAL OS DEPÓSITOS QUE VIEREM A SER EFETUADOS PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA PROVENIENTES DO CONVÊNIO CELEBRADO COM A ACIR - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO, O QUE DEVE SER PROCEDIDO ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN-JUD, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 14 de janeiro de 2009. (DOJT8 19.01.2009)

ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, Desembargadora Federal do Trabalho, Relatora.

****

CONTRATO DE EMPREGO. BOMBEIRO MILITAR. ILEGALIDADE. NULIDADE.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01482-2008-111-08-00-2
PROLATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTE: **FRANCISCO IRAND RAMOS PANTOJA**
Doutor Lair da Paixão Rocha

RECORRIDO: **FRANGOS CEARENSE COMÉRCIO LTDA**
Doutor Dilson José Bastos de Lemos

CONTRATO DE EMPREGO. BOMBEIRO MILITAR. ILEGALIDADE. NULIDADE. É ilegal e manifestamente nulo o contrato de emprego com bombeiro militar, o que inviabiliza seu reconhecimento judicial e a procedência de quaisquer direitos trabalhistas.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 1ª Vara do Ananindeua, em que são partes, como recorrente, FRANCISCO IRAND RAMOS PANTOJA e, como recorrido, CEARÁ FRANGOS.

Rvst TRT8 2009.pmd 230 23/6/2009, 08:55

OMISSIS.

É o relatório, conforme lido em sessão de julgamento pelo Excelentíssimo Relator.

2 FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 77 e 80), subscrito por advogado habilitado (folha 7), estando isento o reclamante do pagamento das custas processuais (folha 69).

2.2 QUESTÃO PREJUDICIAL
2.2.1 EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO E NULIDADE CONTRATUAL

O reclamante, inconformado com a sentença, requer sua reforma para que seja declarada a existência do contrato de emprego (folhas 81-84).

Trata-se de mais um caso de bombeiro militar que é recrutado para prestar serviços de segurança patrimonial a estabelecimento comercial. Em situações como a destes autos esta Egrégia Turma, reiteradamente, tem reconhecido a existência de contrato de emprego. Entretanto, revendo sua tese a respeito dos contratos de emprego com policiais militares, o Relator passou a declarar a nulidade da contratação.

Afinal, o reclamante, na qualidade de Bombeiro Militar, não poderia manter contrato de emprego nos termos do art. 22, do Decreto-Lei 667/1969, que assim dispõe:

> *Art. 22 Ao pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo, é vedado fazer parte de firmas comerciais, de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerados.*

Esse dispositivo é aplicável aos bombeiros militares que posteriormente foram desmembrados da policia militar.

Assim, enquanto perdurar a subordinação do bombeiro militar à sua corporação e em tempo integral, não pode este ficar subordinado a outro empregador, pois de certo não poderá cumprir suas atividades com subordinação enquanto tiver que cumprir as ordens e os horários de sua corporação, com total incompatibilidade de horário, até porque fica a empresa impedida de exercer seu poder diretivo e o bombeiro de respeitá-lo.

Ademais, o bombeiro militar não pode servir a dois senhores, o Estado - a quem incumbe o monopólio da repressão - e o administrado a ele submetido, sendo evidente o conflito e a ilegalidade dessa prática que vinha sendo tolerada pelas autoridades e superiores, que não é a raiz dos problemas de segurança pública, mas é parte dela.

Sendo nulo o contrato de emprego, nada é devido ao reclamante.

Em suma, é ilegal e manifestamente nulo o contrato de emprego com bombeiro militar, o que inviabiliza seu reconhecimento judicial e a procedência de quaisquer direitos trabalhistas.

Por tudo o que foi acima exposto, rejeita-se a questão prejudicial e decreta-se a nulidade do contrato de emprego, mantendo a sentença recorrida, ainda que por outros fundamentos.

Rvst TRT8 2009.pmd 231 23/6/2009, 08:55

2.3 PREQUESTIONAMENTO

Recusam-se as razões recursais (folhas 81-84) e acolhem-se os fundamentos da sentença (folhas 69-72), deixando expressamente prequestionado tudo o que neles se contém. Afirma-se, desde já, que este acórdão não viola os artigos 2º, 3º, 818, 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, 125 do Código de Processo Civil e a Súmula nº 386 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, deixando-os, de todo modo, prequestionados, com o declarado propósito de evitar embargos de declaração.

Ante todo o exposto e em conclusão, conhece-se do recurso ordinário; rejeita-se a questão prejudicial e decreta-se a nulidade do contrato de emprego, mantendo integralmente a sentença recorrida, inclusive quanto às custas processuais, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; POR MAIORIA, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR, EM REJEITAR A QUESTÃO PREJUDICIAL E DECRETAR A NULIDADE DO CONTRATO DE EMPREGO, MANTENDO INTEGRALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO DOUTOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 15 de abril de 2009. (DEJT 29.04.2009)

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Prolator do Acórdão.

****

CORRETOR DE IMÓVEIS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

ACÓRDÃO Nº TRT 3ª T./RO 01388-2008-003-08-00-79
RELATORA: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES

RECORRENTE: LUIZ FERNANDO AMORIM DA SILVA
Doutor Firmino Gouveia Santos

RECORRIDA: VANETE MARIA DA CUNHA PAIVA
Doutor Waler Tavares de Moraes

CORRETOR DE IMÓVEIS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. O que define a competência material da Justiça do Trabalho é o pedido e a causa de pedir. A simples prestação de serviços, por si só, não caracteriza relação de trabalho para efeito de definir a competência em favor da Justiça da Obreira após a

Rvst TRT8 2009.pmd 232 23/6/2009, 08:55

Emenda Constitucional nº 45, sendo certo que as questões referentes ao exercício da profissão de corretor de imóveis, quando resultantes de contratos de prestação de serviços autônomos entre pessoas físicas, regidos pela lei civil ou comercial, serão de competência da Justiça comum.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da Meritíssima Terceira Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente e como recorrido, as acima citadas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SUSCITADA DE OFÍCIO

Suscito, de ofício, a incompetência material da Justiça do Trabalho.

É bem verdade que após a vigência da Emenda Constitucional nº 45/2004, tem-se defendido a idéia de ampliação da competência da Justiça do trabalho para apreciar todas as questões envolvendo "relações de trabalho", mesmo àquelas reguladas por normas de natureza civil.

Todavia, esta interpretação não pode ser tão ampliativa pois há nítida distinção entre "relação de trabalho" (gênero) e "relação de emprego" (espécie). E, nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em reiteradas decisões em conflitos de competência, tem decidido que a competência material da Justiça do trabalho deve ser definida pelo pedido e causa de pedir de natureza eminentemente trabalhista, conforme decisão proferida no Conflito de Competência nº 60.641-SP, suscitado em uma ação de cobrança de honorários advocatícios entre pessoas físicas, onde o Relator, Ministro **JORGE SCARTEZZINI**, fundamentou: "*Assim, em se tratando de ações nas quais ausente pedido de índole trabalhista, fulcradas em relações contratuais regidas pela legislação civil e caracterizadas, em geral, pela* ***autonomia*** *ou* ***esporadicidade*** *na prestação dos serviços, divisa-se a competência da Justiça Comum Estadual.*"

Ora, subsume-se do entendimento acima, que o deslocamento de competência material em favor da Justiça do Trabalho só se justificaria se configurada superioridade da prestação de trabalho humano em relação às demais obrigações, para se conferir alguma proteção ao trabalhador, mesmo que não seja empregado.

*In casu, v*erifica-se na petição inicial que o pedido não é de índole trabalhista, mas sim de cobrança de honorários decorrentes de serviço de corretagem entre pessoas físicas, inexistindo qualquer discussão sobre relação ou vínculo de emprego, mas, tão-somente, pedido relacionado à prestação de serviços de corretagem praticado por pessoa física para pessoa física. O pedido e a causa de pedir, assim, não têm qualquer natureza trabalhista.

Nesse sentido, cito jurisprudência abaixo:

Rvst TRT8 2009.pmd 233 23/6/2009, 08:55

> *"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REDAÇÃO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS. **FREE LANCER**. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. 1. A Segunda Seção desta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que o pedido e a causa de pedir definem a natureza da lide. Assim, na espécie, não se verifica a pretensão autoral de lhe ser reconhecido vínculo empregatício ou o recebimento de verbas trabalhistas. Ao contrário, busca o recebimento da importância correspondente pelos serviços prestados. 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Joinville - SC, suscitado"* (CC nº 46.562/SC, Segunda Seção, Relator o Ministro **Fernando Gonçalves**, DJ de 5/10/05).

Pacificando a matéria, foi editada a Súmula 363/STJ, *in verbis:*

> "363. Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente."

Pelas razões expostas, entendo que a simples prestação de serviços, por si só, não caracteriza relação de trabalho para efeito de definir a competência em favor da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45, sendo certo que as questões referentes ao exercício da profissão de corretor de imóveis, quando resultantes de contratos de prestação de serviços autônomos regidos pela lei civil ou comercial, serão de competência da Justiça comum.

Ante o exposto, conheço do recurso e suscito, de ofício, a incompetência em razão da matéria desta Justiça do Trabalho, determinando a remessa dos autos à Justiça Comum para os ulteriores de direito, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR MIGUEL RAIMUNDO VIEGAS PEIXOTO, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL, VENCIDOS OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR E MÁRIO LEITE SOARES, EM ACOLHER A ARGUIÇÃO DE OFÍCIO DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA RELATORA PARA DECLARAR A INCOMPETÊNCIA MATERIAL DESTA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA APRECIAR A MATÉRIA, DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA COMUM PARA OS ULTERIORES DE DIREITO, CONFORME FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de março de 2009. (DEJT 26.03.2009)

GRAZIELA LEITE COLARES, Desembargadora Relatora.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 234 23/6/2009, 08:55

CRÉDITO DEVIDO AO EMPREGADO NÃO RECEBIDO EM VIDA. APLICAÇÃO DA LEI 6.858/1980.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00582-2008-122-08-00-1
RELATORA: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES

RECORRENTES: **ESPÓLIO DE DOMINGOS DE SOUSA DOS SANTOS**
Doutor Raimundo Nonato a Lima
E
ESTALEIRO TRANSPORTE E NAVEGAÇÃO SHALLON - GILBERTO FILHO
Doutor Jone Clei Sousa Rodrigues

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

CRÉDITO DEVIDO AO EMPREGADO NÃO RECEBIDO EM VIDA. APLICAÇÃO DA LEI 6.858/1980. Com a morte do empregado, os valores a ele devidos em face do contrato de trabalho devem ser pagos a seus dependentes perante a Previdência Social e, na falta desses, aos herdeiros segundo a lei civil, apontados em alvará judicial independente de inventário ou arrolamento. Interpretação da Lei nº 6.858/1980.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, oriundos da Meritíssima Segunda Vara do Trabalho de Santarém, em que são partes, como recorrente e como recorridos, as acima destacadas.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço dos recursos porque preenchidos todos os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE SUSCITADA DE OFÍCIO

Versa a presente ação sobre o reconhecimento de vínculo de emprego e valores não recebidos em vida pelo *de cujus* Domingos de Sousa dos Santos e pleiteados pela viúva inventariante Aulenira Aparecida Sousa Cruz.

Trata-se, portanto, de ação que busca o recebimento de crédito devido pelo empregador ao empregado falecido. A legislação que regula essa matéria, Lei 6.838/80, dispõe que tais créditos são devidos aos dependentes perante a Previdência Social, e apenas na falta destes, aos herdeiros indicados em alvará judicial. É o que se constata dos dispositivos abaixo transcritos:

> *Art. 1º - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados*

Rvst TRT8 2009.pmd 235 23/6/2009, 08:55

perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.

O Decreto-Lei 8.545, de julho de 1979, que regulamenta mencionada lei, prevê em seus artigos 1º, I, 2º e 5º, a necessidade de comprovação da qualidade de dependente junto à Previdência Social e na falta de tais dependentes, prevê que os valores pagos observarão a legislação civil, indicados em alvará judicial, conforme dispositivos transcritos:

Art. 1º Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos seus dependentes habilitados na forma do artigo 2º.

Parágrafo Único. O disposto neste Decreto aplica-se aos seguintes valores:

I - quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego; omissis...

Art. 2º A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma da legislação própria, do processamento do benefício por morte.

omissis....

Art. 5º Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento das quotas de que trata o artigo 1º deste decreto os sucessores do titular, previstos na lei civil, indicados em ***alvará judicial****, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.*

No presente caso, não se está a questionar a qualidade de inventariante, uma vez que esta condição está demonstrada no documento de fl. 37. Entretanto, a legislação pátria exige mais. Exige que se demonstre, através dos registros junto à Previdência Social quais são os dependentes, pois todos fazem jus aos valores não recebidos pelo *de cujos.* E, no caso concreto, resta comprovado que o *de cujus* tinha mais três filhas, fruto de seu casamento com a Senhora Regina Batista dos Santos. Ressalte-se, ainda, que sequer resta comprovado o reconhecimento judicial da condição de companheira da inventariante, sendo certo que ainda que assim fosse, não impede que outros dependentes existam, como de fato existem.

Mas, mesmo na ausência de habilitação dos dependentes junto à Previdência Social, prevê a mesma norma que os valores sejam pagos aos herdeiros, na forma da lei civil, indicados em alvará judicial, o que também não foi providenciado nos presentes autos.

Inafastável, portanto, a conclusão de ausência de comprovação pela inventariante da condição de dependente do *de cujos* junto à Previdência Social, ou seja, da legitimidade *ad causam,* condição da ação, cuja ausência importa, inexoravelmente, na extinção no processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VI, do CPC.

Ante o exposto, conheço do recurso e suscito, de ofício, a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VI, do CPC.

Rvst TRT8 2009.pmd 236 23/6/2009, 08:55

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E ACOLHER A ARGUIÇÃO DA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA RELATORA PARA, DE OFÍCIO, EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, VI, DO CPC, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 1º de abril de 2009. (DEJT 17.04.2009)

GRAZIELA LEITE COLARES, Desembargadora Relatora.

****

DANO MORAL. ACIDENTE. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00297/2006-001-08-00.0
RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

RECORRENTE: **LUIZ GUILHERME DE MELO BRITO**
Dr. Mauro Augusto Rios Brito

RECORRIDA: **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A.**
Dra. Eliane Sabbá Lopes

DANO MORAL. ACIDENTE. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. Provado que o reclamante atuava em atividade considerada de risco, tendo sofrido acidente de trabalho, há abalo moral a ser indenizado, aplicando-se a teoria da responsabilidade objetiva. Inteligência dos arts. 5º, incs. V e X, e 7º, inc. XXVIII, da CF/88. Recurso provido.

1 RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da MM. 1ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes as acima referidas.

OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso do reclamante porque é adequado, tempestivo (fls. 333 e 334) e está subscrito por advogado habilitado (fl. 34), estando isento do pagamento das custas.

Conheço das contrarrazões apresentadas pela reclamada porque são tempestivas (fls. 344 e 345) e estão subscritas por advogada habilitada (fl. 163).

Rvst TRT8 2009.pmd 237 23/6/2009, 08:55

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

Insurge-se o reclamante contra a decisão de 1º Grau que julgou improcedente seu pleito de deferimento de indenização por dano moral e material.

Vejamos.

O autor requereu, na inicial, indenização por danos materiais e morais em virtude de ter sofrido acidente de trabalho em 13.01.94, quando desempenhava a função de eletricista.

Relatou que o acidente ocorreu quando estava sendo transportado, juntamente com outro funcionário chamado Walter, no caminhão denominado "Skymunck", que conduzia os funcionários até as redes de alta tensão, composto de duas cestas chamadas "basketline", suma das quais quebrou, ocasionando sua queda de uma altura de 12 (doze) metros.

Alega que o acidente aconteceu por culpa da empresa que não fornecia equipamento de proteção e nem dava manutenção aos equipamentos.

Assevera que, em razão do acidente, perdeu toda a força do lado direito do corpo, com dormência, falta de apoio, constante cansaço e fobia à altura, necessitando de tratamento permanente.

Acrescentou que, transcorrido o período de tratamento, retornou à empresa, porém não mais conseguiu desempenhar suas funções, passando apenas a acompanhar a equipe de eletricistas à que pertencia.

Por fim, alega que o exame demissional realizado em 1998, declarou-o apto com restrições para o desempenho da função de eletricista.

Vejamos.

No que toca à aplicação da responsabilidade civil na seara trabalhista, filio-me à corrente objetiva, que entende ser ela regida pelo artigo 186, combinado com o artigo 927 do Código Civil, de tal sorte que se faz necessária, tão-somente, a comprovação do nexo de causalidade entre o evento danoso e o agir do empregador.

Todavia, como ensina SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA, *verbis*:

> "É necessário registrar, todavia, que a responsabilidade objetiva não suplantou, nem derrogou a teoria subjetiva, mas afirmou-se em espaço próprio de convivência funcional, para atender àquelas hipóteses em que a exigência da culpa representava demasiado ônus para as vítimas, praticamente inviabilizando a indenização do prejuízo sofrido. Não há dúvida, portanto, que continuará sendo aplicável a responsabilidade subjetiva, quando a culpa do infrator restar demonstrada, hipótese em que ficará mais fácil o êxito da demanda para o lesado e até como possibilidade de obter indenização mais expressiva."[1].

Primeiramente, deve-se deixar claro que o artigo 927 do Código Civil prevê a responsabilidade objetiva "quando a atividade normalmente desempenhada pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem", o que implica a análise de cada caso concreto para que se possa concluir pela sua aplicação.

---

1 *In Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional*. 3 ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 99.

Rvst TRT8 2009.pmd 238 23/6/2009, 08:55

Ressalto, por oportuno, que aplico a chamada "teoria do risco criado", assim conceituada por SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA: "Se o risco a que se expõe o trabalhador estiver acima do risco médio da coletividade em geral, caberá o deferimento da indenização, tão-somente pelo exercício dessa atividade. Nessa hipótese, foi o exercício do trabalho que criou esse risco adicional."[2]

No caso dos autos, restou incontroverso que o reclamante trabalhava em atividade de risco, eis que desempenhava suas funções de eletricista em redes de energia elétrica energizadas em 13.800 volts, em uma altura de 9 a 11 metros, em constante risco de vida, conforme atestam os documentos de fls. 41 a 46.

É óbvio que foi o exercício de seu trabalho que o colocou na situação de risco, sendo cediço que, na questão da segurança ocupacional, o empregador tem a obrigação de adotar a diligência necessária para evitar os acidentes, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador, o que não fez *in casu*.

Note-se que o acidente ocorreu em 13.01.94, quando o autor caiu com a cesta (*basketline*), do caminhão *Skymunck*, de altura de cerca de 10 (dez) metros, tendo sofrido escoriações na cabeça e no tórax.

O preposto, em que pese tenha atribuído à culpa pela queda ao reclamante, que não estaria usando cinto, reconheceu que o caminhão havia saído da manutenção e que a cesta em que o reclamante estava perdera a estabilidade e ficara rodando, mas que não sabia explicar as razões do defeito no equipamento, que acabou ocasionando a queda do autor (fl. 204).

Por fim, tanto o reclamante (fl. 203), quanto sua testemunha (fl. 205), afirmaram que não era usado o cinto no *Skymunck,* porque o funcionário tinha que se movimentar no *basketline* e que não havia lugar para prender o cinto.

Cabe destacar, por fim, que, no exame demissional de fl. 56, o autor foi considerado apto, com restrições, tendo constado, no verso do TRCT, que poderia pleitear a sua reintegração (fl. 55, verso).

Assim, dou provimento ao recurso do reclamante para deferir-lhe indenização por danos morais.

Quanto ao valor da indenização, é pacífico que a sua fixação não observa regra legal, ficando ao arbítrio do juiz, que deve, no entanto, levar em conta as circunstâncias fáticas e as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O valor do dano não deve ser tão grande que proporcione o enriquecimento ilícito da parte. Por outro lado, não pode ser tão pequeno que importe seu empobrecimento.

Levando em consideração esse juízo de eqüidade e os fatos acima relatados, o valor da indenização deve ser fixado de forma que tenha efeito pedagógico, para que a reclamada não cometa, novamente, práticas como as constatadas neste processo, reavaliando a sua conduta patronal. Por outro lado, também deve ser um valor que não provoque o enriquecimento ilícito dos autores. Portanto, o valor deve ser o meio termo entre estes objetivos: penalizar a reclamada e reparar o dano sofrido pelo reclamante, devendo atender às duas finalidades.

Assim, fixo em R$50.000,00 (cinquenta mil reais) a indenização por danos morais, acrescida de juros, a partir do ajuizamento da ação e de correção monetária, a contar da condenação.

---

2 *Id. ibid.*, p. 113.

Rvst TRT8 2009.pmd 239 23/6/2009, 08:55

2.2.2 DA INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL

Requer o autor a reforma da decisão também para que lhe seja deferido dano material na forma de pensionamento mensal.

É sabido que a indenização por danos materiais objetiva reparar o prejuízo sofrido pelo patrimônio do reclamante, buscando, ao máximo, recuperá-lo, aproximando-o da situação em que se encontraria caso o dano não tivesse ocorrido.

Nesse intuito, a indenização por danos materiais engloba tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes - aquilo que deixou de ganhar após o acidente.

Ensina RAIMUNDO SIMÃO DE MELO que os danos emergentes importam efetiva e imediata diminuição do patrimônio da vítima, caracterizando-se como aquilo que o lesado perdeu efetivamente.[3]

De igual sorte, SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA[4] destaca que se trata do prejuízo mais visível decorrente do acidente de trabalho, porque corresponde aos dispêndios necessários e concretos, cujos valores só apuráveis em documentos de pagamento (despesas hospitalares, com medicamentos, funeral, etc).

O reclamante não requereu danos materiais emergentes.

Vejamos, então, se procede o pedido de reforma da decisão para o deferimento de lucros cessantes, cujo conceito se encontra no artigo 402 do Código Civil, consistindo, em resumo, nas parcelas que seria de esperar, dentro do critério da razoabilidade, que o autor receberia se não tivesse ocorrido o acidente.

O lucro cessante "é o reflexo futuro do ato danoso sobre o patrimônio da vítima, consistindo na perda de um ganho esperado, na frustração da expectativa de lucro ou, em outras palavras, na diminuição potencial do patrimônio da vítima."[5].

Todavia, faz-se necessário que seja observado o disposto no artigo 402 do CC, que consagra o princípio da razoabilidade quando conceitua o lucro cessante como aquilo que, razoavelmente, a vítima deixou de lucrar.

In casu, o reclamante reconheceu que recebeu a CAT, mas que não deu entrada no documento junto ao INSS e a perdeu, não tendo tido interesse em obter uma segunda via.

Por outro lado, o reclamante admitiu que ficou afastado por apenas 15 (quinze) dias, a partir da data do acidente (13.01.94), e retornado ao trabalho, só tendo sido demitido em 30.09.1998. Ingressou com a presente ação perante o juízo cível apenas em 13.03.2003, sendo de destacar, ainda, que não há qualquer prova técnica (pericial ou exames) que atestem a redução da capacidade ou a sua incapacidade laboral.

Por essas razões, entendo que não há elementos para afirmar a existência de lucros cessantes a serem indenizados, negando provimento ao apelo no particular.

Recurso improvido.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso ordinário do reclamante e das contrarrazões da reclamada e, no mérito, dou-lhe parcial provimento para deferir-

---

3 *In* Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador. 2 ed. São Paulo, LTr, 2006, p. 323.

4 *In* Indenizações por Acidente de Trabalho ou Doença Ocupacional. 3 ed. São Paulo, LTr, 2007, p. 201.

5 MELO, *id ibid*, p. 323.

Rvst TRT8 2009.pmd 240 23/6/2009, 08:55

lhe indenização por danos morais no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), acrescido de juros, a partir do ajuizamento da ação, e de correção monetária, a contar da condenação. Custas, pela reclamada de R$1.000,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação de R$ 50.000,00, mantida a decisão recorrida em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO
POSTO ISTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE E DAS CONTRARRAZÕES DA RECLAMADA E, NO MÉRITO, EM DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA DEFERIR-LHE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), ACRESCIDO DE JUROS, A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DE CORREÇÃO MONETÁRIA, A CONTAR DA CONDENAÇÃO. CUSTAS, PELA RECLAMADA, NO VALOR DE R$1.000,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ORA ARBITRADO À CONDENAÇÃO DE R$50.000,00, MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 03 de março de 2009. (DEJT 06.03.2009)
SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relator.

****

DEMANDA ADVINDA DA RELAÇÃO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00370-2008-015-08-00-8
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTE: **ADRIANA MENDONÇA GARCÊS**
Doutor Nilton Maranhão dos Santos

RECORRIDA: **MICHELINE ELANYR PINHO DOS SANTOS**

DEMANDA ADVINDA DA RELAÇÃO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Nas hipóteses em que o profissional liberal - ramo de engenharia, no caso - atua como pessoa física, obrigando-se a prestar serviços à determinada pessoa física ou jurídica (contrato para execução de obra sob regime de empreitada), nos termos das alterações introduzidas no art. 114 da Constituição da República pela Emenda Constitucional n.45/2004, é da Justiça do Trabalho a competência para conciliar, instruir e julgar os litígios advindos do contrato firmado, porque se está

Rvst TRT8 2009.pmd 241 23/6/2009, 08:55

diante de uma relação de trabalho, em que figura, como prestador dos serviços, o profissional liberal, pessoa física, e como tomador, uma outra pessoa física ou jurídica. A aplicabilidade imediata do dispositivo constitucional não está condicionada à existência de previsão legal, especificando as controvérsias inerentes à relação de trabalho, conforme decidido pelo Juízo de origem. Recurso provido para modificar a sentença.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Ordinário**, oriundos da **MM. 15ª Vara do Trabalho de Belém**, em que são partes, como recorrente, **Adriana Mendonça Garcês**, e, como recorrida**, Micheline Elanyr Pinho dos Santos.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso, porque adequado, tempestivo (fls.60), subscrito por advogado habilitado nos autos (fl.09), tendo a reclamante sido dispensada do recolhimento das custas, por eqüidade (fl. 52v).

2.2 QUESTÃO PRELIMINAR: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RELAÇÃO DE TRABALHO

Cuidam os presentes autos de ação ajuizada por Adriana Mendonça Garcês, que firmou, com a reclamada, Micheline Elanyr Pinho dos Santos, contrato para execução de obra sob regime de empreitada por preço global, objetivando a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia.

A reclamante-contratante objetiva a **1)** rescisão do referido contrato, em virtude da obra encomendada não ter sido integralmente concluída e **2)** devolução do valor pago a maior, consoante memorial de cálculo.

O Juízo de origem declinou, de ofício, da competência para processar e julgar a demanda, porque concluiu: **1)** que o disposto no art. 114, da Constituição da República, com a alteração que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 45/2004 não possui aplicabilidade imediata, estando sua adoção condicionada à existência de previsão legal, especificando as controvérsias inerentes à relação de trabalho a serem apreciadas por esta Especializada. Referiu que, no particular, "... não será qualquer relação de trabalho que poderá ser apreciada na Justiça do Trabalho, mas somente os casos definidos em lei." (fl. 51v.); **2)** no caso, também, não há como amparar a postulação no art. 652, "a", III, da CLT, pois o contrato de empreitada foi firmado para a construção de um prédio residencial para a reclamante, sendo ajustado o pagamento global de R$-95.979,61 (noventa e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos), valor que não corresponde a uma pequena empreitada, tratando-se, isto sim, de uma obra de grande porte, que exige o emprego de técnicas complexas de engenharia, o que afasta o caráter simples e modesto que caracterizam as obras de pequeno porte ou pequena empreitada; **3)** além disso, o contrato foi assinado com uma profissional de engenharia civil, o que faz presumir que ela apenas coordenava os trabalhos na obra, não executando, pessoalmente, os serviços relacionados à construção,

Rvst TRT8 2009.pmd 242 23/6/2009, 08:55

normalmente realizados por mestre-de-obras e auxiliares, os quais, indubitavelmente, foram contratados para a execução dos serviços, não sendo razoável concluir, diante do tempo estipulado e do objeto do contrato, que a reclamada haja desenvolvido os serviços contratados pessoalmente e sozinha ou somente com algum ajudante, o que descaracteriza a condição de empreiteiro operário e artífice, essencial para a fixação da competência desta Justiça Especializada.

Nas razões do recurso, a recorrente argumenta que houve equívoco no *"decisum"* porque não há controvérsia quanto a configuração da relação de trabalho, decorrente do contrato de construção do imóvel, sendo competente, portanto, a Justiça do Trabalho para apreciar o feito.

Aduz que a pretensão está amparada no art. 114, I e IX, da Constituição da República, que dispõe que a Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações oriundas da relação de trabalho, não havendo condicionamento da disposição constitucional à existência de previsão legal a respeito da especificidade das controvérsias inerentes às relações de trabalho a serem apreciadas por esta Especializada.

Afirma que o fundamento de que a aplicabilidade da norma constitucional necessitaria de previsão de lei contraria a própria Carta Magna, indo de encontro ao espírito do legislador, eis que a regra invocada prescinde de lei para entrar em vigor.

Concessa vênia do entendimento esposado na origem, merece reforma a decisão que declarou, de ofício, a incompetência da Justiça do Trabalho, sob os fundamentos acima referidos.

A Emenda Constitucional 45/04 ampliou, consideravelmente, a esfera de competência desta Justiça Especializada ao alterar o disposto no art. 114, da Constituição da República, fazendo constar, no inciso I, a expressão "ações oriundas da relação de trabalho..." e incluindo, no inciso IX, a competência para processar e julgar "outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.".

Para Amauri Mascaro Nascimento, relação de trabalho compreende o "*universo de relações jurídicas ou contratos de atividade nos quais o objeto preponderante do vínculo jurídico é a atividade mesmo da pessoa que presta serviços para outra, para uma empresa ou para uma pessoa física, portanto, gênero, como, também, o que não nos parece acontecer, relação de trabalho como sinônimo de relação de emprego* " ("A Competência da Justiça do Trabalho para a Relação de Emprego". *In: Nova Competência da Justiça do Trabalho*. Coord. Grijalbo Fernandes Coutinho e Marcos Neves Fava. São Paulo: LTr, 2005.)

José Affonso Dallegrave ensina que *"considerando que o conceito de relação de trabalho é aquele que pressupõe qualquer liame jurídico entre dois sujeitos, desde que tendo por objeto a prestação de um serviço, autônomo ou subordinado, não há duvidas que não só os contratos celetistas estão nele abrangidos, mas também boa parte dos contratos civis e comerciais.* ("Nova competência trabalhista para julgar ações oriundas da relação de trabalho". Revista do TST, Brasília, vol. 71, n° 02, p. 241, Mai./Ago. 2005.)

O Juiz do Trabalho (5ª Região) e Professor Cláudio Mascarenhas Brandão discorre que a expressão relação de trabalho representa o *"vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele"*. ("**Relação de trabalho: enfim o paradoxo superado".** *In*: Coutinho,

Rvst TRT8 2009.pmd 243 23/6/2009, 08:55

Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (Coord.). Nova competência da Justiça do Trabalho. S~ Paulo, LTr, 2005. p. 54-61.)

No caso em questão, a ação trabalhista foi ajuizada pela ora recorrente, Adriana Mendonça Garcês, pessoa física, que, de acordo com a narrativa da petição inicial, firmou, com a reclamada, também pessoa física, Micheline Elanyr Pinho dos Santos, engenheira, contrato de prestação de serviços sob regime de empreitada por preço global (R$95.979,61), para a construção de sua residência.

Ocorre que, depois dos 04 meses estabelecidos para a realização dos trabalhos e de terem sido pagos exatos R$97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais), foi construída apenas 60% (sessenta por cento) da obra, o que evidencia descumprimento contratual, justificador da pretendida declaração de rescisão do contrato, com a concomitante devolução da quantia paga a maior.

Apesar de notificada, via Edital, a reclamada não ofereceu contestação, sendo considerada revel e confessa quanto à matéria de fato. (fl. 45)

Não há dúvida de que a competência para conciliar, instruir e julgar lide como a dos presentes autos é da Justiça do Trabalho, sendo esse o posicionamento de diversos doutrinadores, valendo destacar, dentre eles, os seguintes:

Manoel Antonio Teixeira Filho, ensina que a ampliação da competência trabalhista alcança as *"lides nas quais, de um lado, figure como parte um trabalhador* latu sensu*, independente da natureza jurídica do contrato a que esteja vinculado, e, de outro, o tomador dos seus serviços, mesmo que não seja empregador* ("Justiça do Trabalho e a Emenda Constitucional n. 45/2004, *in* Revista LTr, janeiro de 2005, São Paulo: LTr, pág. 14)

Bezerra Leite anota a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, que passa a se ocupar de questões surgidas em ações oriundas da relação de trabalho que, para fins da fixação, aporta-se em toda a atividade humana em que haja prestação de labor em sentido lato, no que se incluem os autônomos de um modo geral e os respectivos tomadores de serviços, os corretores, representantes comerciais, representantes de laboratórios, mestres de obras, médicos, advogados, publicitários, estagiários, contadores, economistas, arquitetos, engenheiros, dentre tantos outros profissionais liberais, ainda que não empregados, assim como as pessoas que locaram a respectiva mão de obra ("Curso de Direito Processual", 5ª ed., São Paulo: LTr, 2007, pp. 197-203).

Estevão Mallet aborda a contratação por pessoa física ou por empresa do trabalho de determinado arquiteto, sendo que as ações correspondentes se sujeitam à Justiça do Trabalho. Contratado determinado escritório de arquitetura, todavia, o contratante tem ação na Justiça Comum; já o arquiteto, ainda quando autônomo, poderá reclamar do escritório de arquitetura os honorários a que fizer jus na Justiça do Trabalho..."(*in* "Justiça do Trabalho: Competência Ampliada", LTr, Anamatra, pp. 70-91).

Não há dúvida, portanto, de que nas hipóteses em que o profissional liberal - ramo de engenharia, no caso - atua como pessoa física, obrigando-se a prestar serviços à determinada pessoa física ou jurídica, o exame do litígio daí oriundo é da Justiça Laboral, porque se está diante de uma relação de trabalho, em que figura, como prestador de serviços, o profissional liberal, pessoa física, e como tomador dos serviços, uma outra pessoa física ou jurídica.

A partir da alteração constitucional, a Justiça do Trabalho foi colocada de forma inexorável no centro da solução dos conflitos provenientes do trabalho humano, prestigiando, ainda mais, os princípios da República Federativa

Rvst TRT8 2009.pmd 244 23/6/2009, 08:55

concernentes ao respeito que deve ser dispensado ao ser humano, seus valores fundamentais e o valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, da Lei Maior).

Relativamente ao afirmado na sentença de que o disposto no art. 114, da Lei Maior, não possui aplicabilidade imediata, estando sua adoção condicionada à existência de previsão legal, especificando as controvérsias inerentes à relação de trabalho a serem apreciadas por esta Especializada, tenho que, embora o conceito de relação de trabalho não tenha sido definido pela própria Constituição, anteriormente já se encontrava sedimentado na doutrina, além de possuir conformação teórica mínima, escapando, pois, à ingerência do legislador ordinário. O fundamento, portanto, não possui sustentabilidade para afastar a competência da Justiça do Trabalho, quando a discussão gira sobre a matéria em comento. Ressalto, por oportuno, que, em virtude da competência constituir via de mão dupla, tanto a ação de cobrança dos honorários contratados e porventura não honrados pelo tomador do serviço, por exemplo, quanto a ação de ressarcimento de dano que o tomador do serviço tenha contra o prestador de serviço, que fugiu das especificações técnicas ajustadas, também se for o caso, ou ainda para postular direitos que entender terem sido ameaçados ou violados, devem ser apreciadas e julgadas pela Justiça do Trabalho. É que, evidentemente, na relação contratual tanto pode surgir lesão a direito subjetivo do prestador do serviço quanto do destinatário deste.

Irrelevante, no caso, o argumento sentencial de que o postulado na ação não poderia ser agasalhado pelo art. 652, "a", III, da CLT, pois o contrato de empreitada foi efetivado para a construção de um prédio residencial, cujo valor não corresponde ao de uma pequena empreitada, tratando-se, isto sim, de uma obra de grande porte, que exige o emprego de técnicas complexas de engenharia, circunstâncias que afastam o caráter simples e modesto que caracterizam as obras de pequeno porte ou pequena empreitada.

É que Justiça do Trabalho, por expressa disposição justamente do art. 652, inc. III, da CLT, já tinha competência para julgar ações decorrentes do contrato de empreitada. Tal contrato encerra uma relação de trabalho, e não uma relação de emprego. É verdade que o texto legal não trazia para a competência da Justiça do Trabalho todos os contratos de empreitada, mas somente aquele em que o empreiteiro fosse operário ou artífice.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, os casos foram ampliados, abrangendo todos os contratos de empreitada, desde que o empreiteiro seja pessoa física, ainda que não operário ou artífice, já que - repito - não apenas os profissionais liberais, mas também os tomadores dos serviços, cujas relações são formalizadas por contrato de prestação de serviço, ainda que não escrito, têm ação na Justiça do Trabalho para cobrarem seus direitos.

Nessa linha, não importa que o contrato tenha sido assinado com uma profissional de engenharia civil, o que faz presumir que ela apenas coordenava os trabalhos na obra, não executando, pessoalmente os serviços relacionados à construção, normalmente realizados por mestre-de-obras e auxiliares, os quais, indubitavelmente, foram contratados para a execução dos serviços.

Nada disso afasta a competência desta Justiça Especializada para apreciar e julgar as demandas advindas da relação de trabalho que, ainda seguindo ensinamento de Bezerra Leite, deve estar centrada no fato "trabalho" e pela sua afinidade com a relação de emprego, pois a *mens legis* possui, a seu ver, forte conotação de inclusão social daqueles trabalhadores - não empregados - que,

Rvst TRT8 2009.pmd 245 23/6/2009, 08:55

de fato, estão em situações econômicas e sociais que exijam um rápido e efetivo acesso à Justiça. (op. cit. p. 199).

Por fim, recolho ainda da obra de Bezerra Leite, a manifestação do Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho, que na qualidade de Presidente da Anamatra, participou, ativamente, do processo de discussão e aprovação do projeto que resultou na Emenda Constitucional n. 45:

"A Justiça do Trabalho está mais aparelhada para julgar os referidos casos e a sua especialidade é o trabalho humano. Hoje, é verdade, muitos desses trabalhadores autônomos sequer levam os seus litígios para os outros ramos do Judiciário, havendo uma demanda reprimida que será revelada nos próximos meses, **propiciando ao trabalhador e ao tomador dos serviços um verdadeiro acesso à Justiça**. Aliado ao conjunto de fatores que justificam o deslocamento da competência, deve estar presente a garantia de maior rapidez no julgamento dos processos, uma das características da Justiça do Trabalho em todo o país, que agora mais do que nunca está a merecer o nome que ostenta." (op. cit. p. 201) - (negritei).

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a sentença recorrida, declarar a competência material da Justiça do Trabalho e, para evitar supressão de instância, determino o retorno dos autos à MM. Vara do Trabalho de origem para instrução e julgamento do feito como entender de direito, conforme os fundamentos.

4. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA DE VOTOS, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, DECLARAR A COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DETERMINANDO, PARA EVITAR SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA, O RETORNO DOS AUTOS À MM. VARA DO TRABALHO DE ORIGEM PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DO FEITO COMO ENTENDER DE DIREITO, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 20 de janeiro de 2009. (DOJT8 23.01.2009)

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - Juíza Relatora

****

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, § 2º, DO CPC. EXCESSO DE PENHORA. *MATÉRIA VELHA*.

ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00625-2006-014-08-00-4
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

AGRAVANTES: CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ
Advogado (s): Dr. Paulo Roberto Arévalo Barros Filho e outros
E
HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Advogado (s): Dr. João Federick Marçal e Maciel e outros

Rvst TRT8 2009.pmd 246 23/6/2009, 08:55

AGRAVADOS: **OS MESMOS**
E
COOPERATIVA MÉDICA DO BRASIL LTDA - COOMEB
Advogado (s): Dr. Jalvo Arantes Granhen e outro
E
PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, § 2º, DO CPC. EXCESSO DE PENHORA. *MATÉRIA VELHA*.
I - O § 2º do art. 475-O, do CPC, não afronta qualquer preceito constitucional. O novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.
II - Não se vislumbra o excesso de penhora alegado, pois a conta de liquidação observou os ditames da coisa julgada.
III - Na liquidação é inviável rediscutir *matéria velha* (art. 879, § 1º, da CLT; e art. 475-G, do CPC).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *agravo de petição*, oriundos da MM. 14ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como agravantes, **CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ** e **HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, e, como agravados, **OS MESMOS**, **COOPERATIVA MÉDICA DO BRASIL LTDA - COOMEB** e **PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço dos agravos de petição, porque atendidos os pressupostos recursais de admissibilidade.

Versam estes autos sobre a execução provisória em favor de **CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ**, em face de **HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, primeira reclamada, **COOPERATIVA MÉDICA DO BRASIL LTDA - COOMEB** e **PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, condenadas com responsabilidade solidária.

A r. sentença de conhecimento foi confirmada pelo v. Acórdão de fls. 674/681. A HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA (1ª reclamada) e PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ingressaram com recurso de revista, aos quais foi denegado seguimento, consoante v. despacho de fls. 792/793 verso, pelo que ambas interpuseram agravo de instrumento perante o C.

Rvst TRT8 2009.pmd 247 23/6/2009, 08:55

TST, ainda pendente de julgamento, conforme consulta no sítio daquela C. Corte (www.tst.gov.br).

O MM. Juízo de 1º Grau, em decisão de fl. 977/981, rejeitou os embargos pela executada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, porque não evidenciado o excesso de execução alegado. E pronunciou-se para antecipar que o levantamento, pela exequente, dos valores colocados à disposição do Juízo, ocorrerá apenas após o efetivo trânsito em julgado da r. decisão exequenda.

AGRAVO DA EXECUTADA HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Do excesso de execução

A executada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA interpôs agravo de petição, às fls. 995/998 verso, com vistas à reforma da r. decisão agravada, sob o argumento de excesso de execução, consubstanciado na apuração da parcela de 13º salário e reflexos, bem como na indenização por não fornecimento das guias de seguro-desemprego, que, segundo alega, esta teria sido excluída expressamente da condenação em 2º Grau.

Examinemos a matéria.

Não há o que prover.

Totalmente insubsistentes as assertivas da agravante, uma vez que a liquidação observou o comando da r. decisão exequenda, como muito bem destacou o Exmº. Juiz Federal do Trabalho Titular da MM. 14ª Vara de Belém, Dr. Antonio Oldemar Coelho dos Santos, quando decidiu:

> "2.4. **Do excesso de execução**. A HAPVIDA alega que na coisa julgada não estão incluídas as parcelas de 13º salário, indenização pelo não-fornecimento das guias de seguro-desemprego.
>
> Não tem razão em relação ao 13º salário, uma vez que essa parcela aparece nos cálculos desde a publicação da sentença de primeiro grau e não foi impugnada por nenhuma das executadas, precluindo do direito de questionar essa parcela do cálculo por conta da coisa julgada.
>
> Também não procede o inconformismo em relação à indenização pelo não-fornecimento das guias de seguro-desemprego, uma vez que tal parcela constou na condenação desde a sentença de primeiro grau e não excluída em segunda instância, já que não constou nada a esse respeito no dispositivo do v. Acórdão de fls. 674/681, que é a parte da decisão que transita em julgado (art. 469, I, CPC).
>
> Embargos rejeitados nesse tópico."

Como se vê dos cálculos que acompanham a r. sentença de conhecimento, às fls. 456 e 458, as referidas parcelas já foram incluídas na conta de liquidação, for força do comando ínsito na r. sentença de fls. 438/454. E, como destacou o MM. Juízo de 1º Grau, as parcelas foram mantidas no **dispositivo** do v. Acórdão de fls. 674/681, embora quanto à parcela de indenização pelo não fornecimento das guias do seguro desemprego, tenha determinado sua exclusão. Transcrevo, pois, os seguintes trechos do v. Acórdão, antes aludido, *in verbis*:

> "a.2) **verbas rescisórias**
>
> Insurge-se a reclamada HAPVIDA contra a decisão que a condenou a pagar verbas rescisórias a reclamante, incluindo

Rvst TRT8 2009.pmd 248 23/6/2009, 08:55

as multas dos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT e a indenização pelo não fornecimento das guias do seguro desemprego.

Ora, uma vez reconhecida a relação de emprego com a essa recorrente, conseqüência, que fosse condenada a pagar as verbas rescisórias, até porque não quitadas.

Como não foram pagas, correta a decisão que deferiu a multa do art. 477, § 8º.

A multa do art. 467 também se justifica em razão da falta de razoabilidade dos argumentos trazidos para justificar o não reconhecimento da relação de emprego. Com efeito, tenho me posicionado que a falta de razoabilidade equivale a falta de controvérsia.

Por fim, a indenização pelo não fornecimento das guias do seguro desemprego, mesmo que, a princípio, a reclamante tivesse direito, já que não poderia se habilitar no programa, deve ser excluída da condenação, uma vez que a reclamante, conforme restou provado nos autos, ainda mantém vínculo com outra pessoa na condição de médica, o que lhe impossibilitaria de receber as parcelas.

(...)

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DE TODOS OS RECURSOS E REJEITAR A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE E, NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, **NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DAS RECLAMADAS** E DAR PROVIMENTO AO DA RECLAMANTE PARA FIXAR O VALOR DA SUA REMUNERAÇÃO COMO INDICADO NA PEÇA INICIAL, A FIM DE QUE SIRVA COMO BASE DE CÁLCULO PARA AS PARCELAS DEFERIDAS, BEM COMO SEJA CORRIGIDO O VALOR DA MULTA DO ART. 467 DA CLT, TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. AS CUSTAS, AINDA DEVIDAS PELAS RECLAMADAS, SÃO ACRESCIDAS EM R$ 800,00, VALOR QUE SE ACRESCEU À CONDENAÇÃO, QUE ARBITRO EM R$ 40.000,00. ENCAMINHAR OS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 10 de julho de 2.007.

Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator." (fls. 678 e 680/681)

Importante ressaltar que a agravante **não** opôs embargos de declaração, operando-se, assim a preclusão. Somente a reclamada PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA apresentou embargos de declaração que foram **rejeitados**, além da aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, uma vez que se tratava de pedido de reexame da prova quanto ao reconhecimento do vínculo de emprego e da responsabilidade solidária da embargante, conforme v. Acórdão às fls. 697/698.

Rvst TRT8 2009.pmd 249 23/6/2009, 08:55

Assim, não se vislumbra o excesso de penhora alegado, pois a conta de liquidação observou os ditames da r. decisão exeqüenda. Por outro lado, não se pode olvidar que, liquidação, é inviável rediscutir *matéria velha* (art. 879, § 1º, da CLT; e art. 475-G, do CPC).

Portanto, ***nego provimento*** ao apelo no particular.

Da solidariedade passiva

Aduz que na r. decisão exequenda a agravante e as reclamadas COOPERATIVA MÉDICA DO BRASIL LTDA - COOMEB e PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA foram condenadas solidariamente. Porém, assinala que, na r. sentença de embargos à execução, "o julgador menciona claramente a intenção de executar unicamente a agravante, deixando a esta a função de buscar seu direito por via regressa" (fl. 997 verso), pelo que postula a liberação de excesso de numerário que foi bloqueado de suas contas bancárias, a fim de que o bloqueio seja limitado à terça parte do valor da obrigação total (R$-130.066,32 = R$-43.355,44).

Notadamente, não se pode inferir como a agravante chegou às suas conclusões da leitura da r. sentença agravada, porque em momento algum se vislumbra aludida interpretação.

Pelo contrário, às fls. 979/980, lê-se claramente, por ocasião da análise dos embargos à execução da COOMEB, quando alega que deveria ser "responsabilizada em apenas 3% do valor da condenação, uma vez que manteve vínculo com a ora exequente por apenas três meses", assim concluiu o MM. Juízo de 1º Grau:

> "Não procede a argumentação, mesmo porque a coisa julgada é clara no sentido da responsabilização solidária das três executada, autorizando a incidência da totalidade da execução de forma indistinta sobre o patrimônio de qualquer uma delas (art. 275 do Código Civil)."

Assim, ***nego provimento*** ao agravo de petição da agravante para confirmar a r. sentença agravada também nesse aspecto.

AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXEQUENTE

A exequente, CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ, inconformada com a r. sentença de embargos à execução, interpôs agravo de petição (fls. 986/989 verso), com vistas à liberação do valor bloqueado, em base no art. 475-O, do CPC, já que se encontra pendente de julgamento apenas agravo de instrumento interposto perante o C. Tribunal Superior do Trabalho, o que permitiria a liberação independentemente de caução, nos termos do § 2º, do dispositivo legal referido. Colaciona arestos a amparar sua tese.

Assinala, ainda, que a exequente é paciente cardíaca grave, fato comprovado nos autos, necessitando da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional.

Examinemos a matéria.

O art. 475-O, do CPC, alterado pela Lei nº 11.232/2005, dispõe:

> "Art. 475-O. A **execução provisória da sentença far-se-á**, no que couber, do **mesmo modo que a definitiva**, observadas as seguintes normas:
>
> I - corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;

Rvst TRT8 2009.pmd 250 23/6/2009, 08:55

II - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento;

III - o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.

§ 1º No caso do inciso II do caput deste artigo, se a sentença provisória for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução.

§ 2º A caução a que se refere o inciso III do caput deste artigo poderá ser dispensada:

I - quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade;

II - **nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação**." (destaques nossos)

Peço vênia para transcrever meu posicionamento sobre a questão em tela, conforme o v. Acórdão nº TRT/2ª T./AP 01192-1998-002-08-00-3, de minha lavra, julgado em 31/08/2007, publicado em 05/09/2007:

"**Da execução provisória (art. 899, da CLT) - Da aplicação subsidiária no processo trabalhista do art. 475-O, § 2º, do CPC (art. 769, da CLT).**

Assinala, o agravante, em suma, que, no caso dos autos, verifica-se a hipótese de execução provisória e, por conseguinte, seriam permitidos atos até a penhora, paralisando-se o feito até o trânsito em julgado da decisão da fase de conhecimento, nos termos do art. 899, da CLT, não se aplicando, conforme o entendimento do MM. Juízo *a quo*, o disposto no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, o que implicaria em violação direta e literal do art. 5º, LIV, da Constituição da República.

Requer, portanto, seja determinada a paralisação da execução provisória até o trânsito em julgado da r. decisão proferida na fase cognitiva.

Analisemos a questão.

Os presentes autos referem-se à Carta de Sentença nº TRT CS 05/2000, extraída dos autos do Processo nº TRT/RO 05055/1999 (01192-1998-002-08-00-3), que, conforme pesquisa realizada no site do C. Tribunal Superior do Trabalho (http//:www.tst.gov.br), encontra-se ainda naquela E. Corte, pendente de julgamento dos Embargos opostos contra o v. Acórdão exarado nos autos do Processo nº TST-E-RR-636.476/2000.0, de lavra do Exmº Ministro Renato de Lacerda Paiva, publicado no Diário da Justiça de 17/

Rvst TRT8 2009.pmd 251 23/6/2009, 08:55

06/2005, que conheceu do Recurso de Revista apresentado pelo Banco reclamado, no tocante à prescrição, por violação do art. 453, *caput*, da CLT, e, no mérito, deu-lhe provimento parcial para, ao declarar prescrito o direito de ação dos pleitos anteriores a 27/08/93, limitar a condenação do pagamento das horas extras ao período posterior a esta data; e, por maioria, não conheceu do Recurso de Revista quanto aos temas de nulidade contratual, aposentadoria espontânea e transação, quitação das horas extras e ônus da prova.

Oportuno tecer algumas considerações quanto ao cerne da controvérsia, a saber: a execução provisória.

A execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, está jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.

O art. 899, da CLT, assim dispõe, *in verbis:*

> 'Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, **permitida a execução provisória até a penhora.'** (grifos nossos)

O segundo aspecto concerne à aplicação subsidiária do art. 475-O, § 2º, incisos I e II, do CPC, ao processo trabalhista (art. 769, da CLT).

No caso em exame, o MM. Juízo de 1º Grau rejeitou a pretensão do embargante, ora agravante, sob o seguinte fundamento:

> 'EXECUÇÃO PROVISÓRIA - LIMITE
>
> Argumenta o executado de que a execução provisória encontra termo final na penhora, ante a regra do art. 899 da CLT.
>
> Não é mais assim. O processo civil com supletividade sobre o processo do trabalho, passou a observar a novel execução provisória, implementada pela Lei nº 11.232/05, onde em razão do movimento atual dos sistemas processuais, sobretudo o romano-germânico, passou-se a consagrar a execução apenas provisória pela decisão que a fundamenta, e não mais pelos atos executivos praticados, daí porque havendo pendência de agravo de instrumento, hipótese dos autos, perfeitamente dispensável o limite imposto pela penhora, nos termos do inciso II, § 2º do art. 475-O do CPC.
>
> Rejeita-se a preliminar.'

Quanto à questão ora em análise, mister que se traga a lume o que leciona ***Cassio Scarpinella Bueno***[1], ao analisar a alteração procedida no CPC pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, com relação ao art. 475-O, inciso III, e § 2º, incisos I e II, *in verbis*:

---

1 SCARPINELLA BUENO, Cassio. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. p. 156-160.

Rvst TRT8 2009.pmd 252 23/6/2009, 08:55

’21.1 Especificamente a dispensa da caução (art. 475-O, § 2º)

O § 2º do art. 475-O, seguindo a diretriz aberta pela Lei n. 10.444/2002, autoriza a ‘dispensa da caução’. A hipótese do inciso I, embora próxima à disciplina então dada ao § 2º do art. 588, é diferente, porque mais ampla que a anterior. A hipótese do inciso II é novidade trazida pela Lei n. 11.232/2005.

(...)

A regra atual é mais ampla do que a anterior, embora não seja tão aberta quanto particularmente sempre me pareceu que dela *devesse ser* (mesmo antes do advento da Lei n. 10.444/2002), por força do modelo constitucional do processo. Passo, contudo, fiel aos objetivos do trabalho, a examinar o novo texto. A crítica vem ao final.

Dispensa-se a caução a que se refere o inciso II do art. 475-O naqueles casos de natureza alimentar *ou* naqueles casos de ato ilícito desde que, em um e em outro, o exeqüente demonstre situação de necessidade *e* o valor exeqüendo for de até 60 salários mínimos. Não há dúvida, pela fórmula redacional, invertida, empregada pelo legislador, que as ressalvas (‘situação de necessidade’ *e* ‘limite de 60 salários mínimos’) aplicam-se indistintamente ao crédito de natureza alimentar *ou* ao crédito decorrente de ato ilícito. Não basta que se trate de crédito de natureza alimentar e não basta que ele seja proveniente de ato ilícito para que seja dispensada a caução exigida, como regra, pelo inciso III do art. 475-O. Mister também, para as duas hipóteses, que o exeqüente demonstre a *necessidade* no recebimento do valor exeqüendo e, mesmo assim, observando-se o teto dos 60 salários mínimos.

O que é positivo no inciso I do § 2º do art. 475-O é que não há mais espaço para se questionar se um crédito de natureza alimentar proveniente não do ‘direito de família’ mas da prática de um *ato ilícito* enseja a aplicação da regra. Sempre defendi a interpretação ampliativa e alegra-me vê-la vencedora na lei.

Há, contudo, dois pontos negativos na regra, com o devido respeito a seus idealizadores. E nisto ela apenas repete fórmula, que sempre me pareceu muito restrita, da Lei n. 10.444/2002.

Aquele texto ainda deixa espaço para dúvidas bem fundadas e que têm desafiado a nossa doutrina. Assim, para ficar com duas bem interessantes, embora não ofereça, aqui, minha resposta: é possível sempre dispensar a caução até o limite de 60 salários

Rvst TRT8 2009.pmd 253 23/6/2009, 08:55

mínimos? É possível exigir caução somente para o que sobejar aquele valor?

Outro ponto que não me agrada no dispositivo em comento - e que já não me agradava na versão da Lei n. 10.444/2002, repito - é que os casos de dispensa de caução são muito restritos. Dada a inegável *cumulação* das situações sobre a qual já me manifestei (embora tenha, neste ponto, havido melhora sensível com o destaque expresso dos atos ilícitos), haverá outros tantos casos em que a prestação da caução para a ultimação dos atos de execução mesmo que provisória poderia ser dispensada. A situação, sempre pensei assim, deveria ficar a cargo do juiz do caso concreto, melhor capacitado a considerar os riscos envolvidos em prol e em detrimento de cada uma das partes, ao mesmo tempo em que tem condições de avaliar quem tem o 'melhor direito', isto é, em que medida o título que fundamenta a execução provisória será, ou não, confirmado em sede recursal.

De qualquer sorte, reitero o que já tive oportunidade de escrever anteriormente, não hesito em afirmar que a rigidez do dispositivo deve ceder espaço ao modelo constitucional do processo. Mesmo fora das situações pré-avaliadas pelo legislador, é dado ao juiz deixar de exigir a caução (dispensá-la, portanto), quando verificar que o exeqüente tem, a um só tempo, mais plausibilidade de direito que o executado e que ele, exeqüente, tende a experimentar um prejuízo maior que o do executado. O risco inerente a esta decisão é ínsito ao sistema e faço questão de notar: quando se fala de execução provisória no contexto no qual estou me referindo, está a se falar de uma sentença ou, até mesmo, de um *acórdão* proferido por um Tribunal que tem condições de surtir seus efeitos executivos. Por que não reconhecer a eles seu máximo de eficácia, ao encontro do princípio da efetividade da jurisdição?

(...)

Tecidas essas considerações, é momento de destacar o inciso II do § 2º do art. 475-O, novidade da Lei n. 11.232/2005, quando comparada com a Lei n. 10.444/2002. Trata-se, a bem da verdade - e bem na linha do que acabei de escrever - de uma situação em que a dispensa da caução dá-se, assim reconhecida expressamente pelo legislador, em função da altíssima plausibilidade de manutenção do título que fundamenta a execução provisória. Nos casos em que houver pendente de apreciação, perante o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, o agravo de instrumento a que

Rvst TRT8 2009.pmd 254 23/6/2009, 08:55

se refere o art. 544, isto é, o agravo interposto para que se admita o processo de recurso ordinário ou recurso especial indeferido no órgão de interposição (os chamados 'agravos de despachos denegatórios de recurso especial e extraordinário'), a execução provisória pode seguir sua marcha sem a necessidade de caução.

Pelo que se lê do texto da lei, não se aplicam aqui as ressalvas do inciso I do mesmo dispositivo. A dispensa da caução dá-se pela existência do fato objetivo consistente em haver, perante os Tribunais Superiores, os agravos de que trata o art. 544. **Não há espaço para se questionar sobre os valores envolvidos na execução (se inferiores ou superiores a 60 salários mínimos) ou se há, ou não há, situação de necessidade do exeqüente. Tampouco a origem da condenação.**

A redação dada ao inciso II do § 2º do art. 475-O tem um mérito extra. Ao abrir expressamente a oportunidade de o magistrado deixar de dispensar a caução à luz do '*risco processual* concreto', dá aplicabilidade correta aos princípios que informam a execução provisória, em estreita sintonia com o modelo constitucional do processo. Que esta abertura comunique-se e generalize a hipótese, contaminando a ainda rígida *letra* do inciso I, em nome dos valores constitucionais do processo que, na nossa prática, sempre parecem estar 'atrás' da lei e dela dependentes, quando o correto seria rigorosamente o oposto.'

Acompanho, integralmente, a manifestação do renomado doutrinador, acima transcrita, pois o § 2º, do art. 475-O, do CPC, comporta parâmetros em perfeita harmonia com o modelo constitucional do processo.

De fato, como tenho me manifestado em casos similares, creio que o novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.

Por conseguinte, ***nego provimento*** ao agravo de petição da executada, quanto a este tópico." (grifos nossos)

Peço vênia, ainda, para transcrever trechos de meu artigo "**Recursos Trabalhistas - Efeito Suspensivo**", publicado na Revista nº 80 do TRT da 8ª da Região, volume 41 (Janeiro/Junho/2008), p. 19-38, *in verbis*:

Rvst TRT8 2009.pmd 255 23/6/2009, 08:55

"Ricardo Hoffmann[2], em obra publicada antes da Lei nº 11.232/2005, acentua, inclusive com respaldo no **direito comparado:**

> '... a visão atual do processo civil, aplicada também ao processo de execução, já não se contenta com uma justiça inerte, distante da realidade social. Busca-se, incessantemente, mudança de mentalidade nos estudiosos e nos operadores do direito, uma aproximação entre o direito material e o processo, tudo para os fins de se assegurar a sua efetividade, por meio de tutela jurisdicional adequada, qualificada e tempestiva'.
>
> .....
>
> **4.2. A melhor adequação às modernas legislações estrangeiras analisadas.**
>
> Como vimos alhures, diversos sistemas jurídicos estrangeiros - inclusive o da Itália, cuja influência no direito brasileiro é antiga - demonstram efetiva preocupação com o momento em que a sentença de primeiro grau se torna executiva, procurando viabilizar, seja *ope legis*, seja *ope iudicis*, a realização de uma tutela jurisdicional tempestiva e adequada.
>
> No **sistema italiano** a execução provisória atua *ope legis*. Prestigia-se o primeiro grau de jurisdição e faz-se uma opção política em favor da efetividade do processo, estabelecendo-se, de maneira genérica, a possibilidade de execução provisória de todas as sentenças, independentemente de prestação de caução, e a ausência de efeito suspensivo aos recursos, sem inviabilizar, porém, que a eficácia da sentença possa ser eventualmente suspensa, normalmente, em grau de recursos, quando se vislumbrar a possibilidade de danos graves ou irreparáveis ao vencido.
>
> O **sistema jurídico alemão** é considerado *ope iudicis* e também possibilita a execução provisória da sentença como regra, podendo, em certos casos, ser admitida até mesmo de ofício pelo juiz, independentemente de caução; em outras hipóteses, depende de pedido da parte ou mesmo de prestação de caução, que pode vir a ser dispensada se o exeqüente estiver impossibilitado de prestá-la ou se a suspensão da execução puder causar-lhe um prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

---

2 HOFFMANN, Ricardo. *Execução Provisória*. - Capítulo 5: *O efeito suspensivo da apelação e sua influência na execução provisória das sentenças condenatórias*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 155 e segs.

Rvst TRT8 2009.pmd 256 23/6/2009, 08:55

Na **nova lei espanhola**, também se optou por atribuir maior confiança aos julgados de primeira instância, sendo regra a possibilidade de execução imediata das sentenças condenatórias, sem a necessidade de prestação de caução. O novo sistema pode ser considerado *ope iudicis*, pois a parte deve solicitar perante o Tribunal a execução provisória da sentença, podendo o executado opor-se a ela, salvo quando se trate de condenação por quantia certa.

Em linhas gerais, **o sistema português** valoriza o instituto da execução provisória, atribuindo-lhe maior efetividade do que se dá no nosso sistema, pois, quanto aos processos de rito sumário e especial, atribui efeito meramente devolutivo ao recurso de apelação; quanto às causas ordinárias, embora ainda seja mantido, como regra, o duplo efeito dos recursos, há, dentre outros casos especificamente enumerados, uma hipótese aberta de exceção - quando o exeqüente demonstrar que possa experimentar prejuízo considerável -, o que poderá inverter o ônus de caucionar, que passará ao executado, caso pretenda evitar a execução imediata da sentença.

Na **Inglaterra**, por sua vez, a regra vigente é da execução imediata da sentença, que somente poderá ser suspensa em situações especiais, reconhecidas no próprio momento do julgamento ou, eventualmente, em instância superior.

Ora, está claro que, de formas mais ou menos ousadas, todos os países estrangeiros verificados buscam favorecer a execução imediata da sentença, providência essa que também poderia ser adotada pela legislação brasileira, até porque não se mostra impossível ou impraticável a inserção dessa prática em nosso sistema jurídico, haja vista a semelhança da finalidade perseguida com a execução provisória no nosso e nos outros países visitados, especialmente quanto à necessidade de aceleração do processo executivo'.

A **razoável duração do processo** constitui garantia constitucional assegurada a todos os cidadãos, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

O processo trabalhista não se caracteriza apenas pela **celeridade**, como também pelo princípio de que os **recursos**, na Justiça do Trabalho, têm **efeito meramente devolutivo**, como regra (art. 899, da CLT), o que, afinal, atende aquele importante princípio constitucional.

Assim, em face das considerações expostas, dos princípios do processo do trabalho e da legislação

Rvst TRT8 2009.pmd 257 23/6/2009, 08:55

pertinente, o *fumus boni iuris* - um dos pressupostos da medida cautelar - milita em favor do demandante no processo trabalhista, vencedor em demanda que envolve crédito alimentar.

Se a ação cautelar for ajuizada em tempo hábil, ou seja, antes da execução da tutela antecipatória, é possível imprimir efeito suspensivo ao recurso, desde que a situação revele, comprovadamente, o risco de lesão grave e de difícil reparação em desfavor do recorrente, nos termos do art. 558, do CPC.

Caso contrário, não há motivo para a concessão de liminar e nem de procedência da ação cautelar.

Ademais, se o cumprimento da decisão concessiva de antecipação dos efeitos da tutela, na sentença recorrida, está consumado, em face do levantamento do crédito bloqueado, pelo trabalhador, por exemplo, a ação cautelar perdeu o objeto e, portanto, deve ser liminarmente indeferida, à falta de interesse processual.

Enfim, embora a ação cautelar seja, em tese, o meio próprio para obter efeito suspensivo a recurso (Súmula nº 414, do C. TST), é necessário que a parte comprove a existência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pressupostos básicos ao deferimento de qualquer medida acautelatória, a fim de que possa alimentar a expectativa de concessão excepcional de efeito suspensivo do recurso trabalhista, que, em regra, tem efeito meramente devolutivo (art. 899, da CLT).

Porém, se, no exame do caso concreto, a fumaça do bom direito atua em benefício do demandante, no processo trabalhista, em que se concedeu a antecipação dos efeitos da tutela; e se, além disso, não há como suspender (art. 558, do CPC; e art. 115, XIII, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região) o cumprimento - já consumado - do comando judicial, antecipatório dos efeitos da tutela, como seria a hipótese de bloqueio de crédito bancário, haja vista que a ação cautelar teria sido ajuizada após o levantamento do dinheiro respectivo, pelo demandante, na ação trabalhista, a pretensão cautelar torna-se, afinal, sem objeto, o que justifica a extinção do processo cautelar, sem resolução de mérito, por falta de interesse processual, nos termos do art. 267, VI, do CPC, a ensejar o indeferimento liminar da respectiva petição inicial (art. 295, III, do CPC).

Em suma, a concessão de efeito suspensivo a recurso trabalhista, porque medida de exceção, somente deve ocorrer em situações especialíssimas e desde que a medida cautelar tenha sido requerida em tempo oportuno".

Transcrevo, também, trechos do v. Acórdão nº TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5, de minha lavra, julgado em 04/09/2008, publicado em 10/09/2008:

Rvst TRT8 2009.pmd 258 23/6/2009, 08:55

"ACÓRDÃO TRT/SE I/ MS 00459-2008-000-08-00-5

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENHORA *ON-LINE*. Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 822, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC, ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. No direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo. Segurança denegada.

(...)

É verdade que a Súmula nº 417, do C. TST, dispõe:

'**MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO** (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 60, 61 e 62 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005

I - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exeqüendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. (ex-OJ nº 60 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. (ex-OJ nº 61 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)

III - Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ nº 62 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)'

Todavia, cumpre assinalar que a Orientação Jurisprudencial nº 62, da SBDI-2 do C. TST, foi inserida, conforme já vimos, em 20.09.2000, **antes**, portanto, da **Lei nº 10.444, de 7.5.2002**, que imprimiu profunda alteração no sistema de execução provisória no direito brasileiro.

Do mesmo modo, é relevante consignar que a Súmula

Rvst TRT8 2009.pmd 259 23/6/2009, 08:55

nº 417, do C. TST, foi publicada no Diário da Justiça nas datas de 22, 23 e 24.08.2005, também **antes** da **Lei nº 11.232, de 22.12.2005,** que introduziu outras alterações relevantes no sistema de execução provisória em nosso país.

Aliás, a chamada penhora *on-line*, tão bem sucedida na Justiça do Trabalho, já não constitui exclusividade do processo do trabalho, pois atualmente esse procedimento foi introduzido, de modo expresso, no Código de Processo Civil, por força da **Lei nº 11.382, de 6.12.2006**, como se vê, por exemplo, dos seguintes dispositivos do CPC, perfeitamente aplicáveis ao processo trabalhista (**arts. 769 e 882, da CLT**):

> 'Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
>
> I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
>
> .....
>
> Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.
>
> § 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução.
>
> § 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 desta Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade.
>
> § 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exeqüente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida'.

O art. 649, IV, do CPC, garante a impenhorabilidade absoluta de 'vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo'.

Não obstante, estabelecem os parágrafos 1º e 2º do art. 649, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006:

> '§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

Rvst TRT8 2009.pmd 260 23/6/2009, 08:55

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia'.

O § 3º do art. 649 constante do Projeto de Lei, para alteração do CPC, foi vetado pelo Presidente da República, conforme a Mensagem nº 1.047, de 6 de dezembro de 2006, de onde se extraem os seguintes trechos, *in verbis*:

'MENSAGEM Nº 1.047, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 51, de 2006 (nº 4.497/04 na Câmara dos Deputados), que 'Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos'.

Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 3º do art. 649 e o parágrafo único do art. 650 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, alterados pelo art. 2º do Projeto de Lei

'§ 3º Na hipótese do inciso IV do *caput* deste artigo, será considerado penhorável até 40% (quarenta por cento) do total recebido mensalmente acima de 20 (vinte) salários mínimos, calculados após efetuados os descontos de imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios.'

'Parágrafo único. Também pode ser penhorado o imóvel considerado bem de família, se de valor superior a 1000 (mil) salários mínimos, caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade.'

Razões dos vetos

'O Projeto de Lei quebra o dogma da impenhorabilidade absoluta de todas as verbas de natureza alimentar, ao mesmo tempo em que corrige discriminação contra os trabalhadores não empregados ao instituir impenhorabilidade dos ganhos de autônomos e de profissionais liberais. Na sistemática do Projeto de Lei, a impenhorabilidade é absoluta apenas até vinte salários mínimos líquidos. Acima desse valor, quarenta por cento poderá ser penhorado.

A proposta parece razoável porque é difícil defender que um rendimento líquido de vinte vezes o salário mínimo vigente no País seja considerado como

Rvst TRT8 2009.pmd 261 23/6/2009, 08:55

> integralmente de natureza alimentar. Contudo, pode ser contraposto que a tradição jurídica brasileira é no sentido da impenhorabilidade, absoluta e ilimitada, de remuneração. Dentro desse quadro, entendeu-se pela conveniência de opor veto ao dispositivo para que a questão volte a ser debatida pela comunidade jurídica e pela sociedade em geral.
>
> Na mesma linha, o Projeto de Lei quebrou o dogma da impenhorabilidade absoluta do bem de família, ao permitir que seja alienado o de valor superior a mil salários mínimos, 'caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade'. Apesar de razoável, a proposta quebra a tradição surgida com a Lei no 8.009, de 1990, que 'dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família', no sentido da impenhorabilidade do bem de família independentemente do valor. Novamente, avaliou-se que o vulto da controvérsia em torno da matéria torna conveniente a reabertura do debate a respeito mediante o veto ao dispositivo.'

Diante de todas essas alterações legislativas, tudo indica, *data venia*, que a jurisprudência sumulada pelo C. TST, sobre o tema em debate (sobretudo o item III da Súmula nº 417), ainda carece de **atualização** à luz do novo modelo processual normativo brasileiro, em face das profundas alterações no procedimento da execução provisória, que, por evidente, se aplicam do processo trabalhista, por omissão ontológica e compatibilidade.

De fato, o art. 899 da CLT prevê que 'os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora'.

A norma processual trabalhista não exclui a possibilidade de penhora sobre dinheiro, na execução provisória.

Muito pelo contrário, o mesmo art. 899 da CLT, em seus parágrafos, exige o prévio depósito, em dinheiro, em caso de recurso.

A 'garantia da execução', em dinheiro, é dedução lógica da primeira alternativa prevista no art. 884, da CLT.

Preocupado com a prestação da tutela jurisdicional tanto mais perfeita quanto possível, o legislador constituinte previu a criação do **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas** (art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004) - tese que venho defendendo há cerca de trinta (30) anos -, em vias de regulamentação legislativa no Congresso Nacional, considerando que a garantia do pagamento das verbas trabalhistas, sobretudo quando reconhecidas por sentença, ainda que pendente de recurso sem efeito suspensivo, deve ocorrer preferentemente sobre dinheiro.

Rvst TRT8 2009.pmd 262 23/6/2009, 08:55

Com efeito, a penhora sobre outro bem qualquer retarda demasiadamente a execução trabalhista, seja pelas naturais dificuldades de alienação, como também pelo risco de embargos de terceiro e recursos daí decorrentes.

Ainda sobre o tema, transcrevo trechos de meu artigo '**A Execução Trabalhista e o Princípio da Subsidiariedade (Aplicação do Art. 475-J, do CPC)**', publicado na Revista nº 78 do TRT da 8ª da Região, volume 40 (Janeiro/Junho/2007), p. 15-38, *in verbis*:

> 'A propósito, no âmbito do direito processual civil deve ser observada a regra do **art. 620, do CPC**: 'quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor'.
>
> Contudo, no direito processual do trabalho - instrumento de concretização do direito material do trabalho - aquela norma deve ser interpretada com a necessária **adaptação**, a fim de que haja a compatibilidade determinada pelos arts. 769 e 889, da CLT.
>
> Em síntese: no direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo.
>
> Com efeito, no processo civil geralmente o devedor é a parte mais fraca na relação de direito material, como os cidadãos executados por poderosas instituições bancárias ou financeiras, por exemplo; enquanto que no processo do trabalho o devedor, em regra, é o trabalhador hipossuficiente.
>
> Por isso, nesse ponto, entendo que deve ser aplicado o fenômeno da leitura interpretativa por '**espelho**'.
>
> Explico melhor: 'espelho', em linguagem musical, é a 'forma estrita de inversão em que uma passagem extensa ou peça completa é **invertida** na íntegra'[3]; ou a 'técnica de imitação contrapontística que consiste na **inversão** dos intervalos de uma linha melódica na direção oposta'[4] (exemplos: os Contrapunctus XII e XIII, de '*A Arte da Fuga*', de J. S. Bach).
>
> Lembro-me, uma vez mais, da minha 'Oração de Posse (*A toga e a lira*)', ao ser investido no cargo de Presidente do TRT-8ª Região (dezembro/1998), quando eu dizia[5]:

---

3 Dicionário de Música, Zahar Editores e Luiz Paulo Horta, 1ª edição, RJ, 1985, p. 117.

4 Dicionário GROVE de Música (edição concisa), Editado por Stanley Sadie, Jorge Zahar Editor, RJ, 1994, p. 303.

5 Oração de Posse (A toga e a lira), publicada no livro "Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos", LTr, São Paulo, 2000, p. 562.

Rvst TRT8 2009.pmd 263 23/6/2009, 08:55

> 'Na verdade, minha vida sempre esteve ligada à música, por herança de família, desde meu avô José Agostinho da Fonseca. Depois dele vieram meu pai Wilson Fonseca, meus tios, irmãos, primos, sobrinhos e filhos, todos irmanados na tradição musical'.

É quase inevitável o apelo à Arte de Euterpe.

E sei que não estou isolado nesse pensamento.

Recentemente, a colega **MÔNICA SETTE LOPES,** Juíza do Trabalho, Titular da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG), lançou o livro 'Música & Direito - Uma Matáfora' (LTr, 2006), que ela própria me ofertou com dedicatória (na contracapa, um CD com belas músicas interpretadas pelo Trio Micrômegas, um brinde para o leitor).

Lê-se na orelha daquela obra: 'O livro, do título instigador ao último parágrafo, responde ao desafio corajosamente assumido pela autora: articular dois grandes domínios da atividade humana. **Música e Direito ...'**.

Mônica Sette Lopes, além de magistrada trabalhista da 3ª Região, é doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), e professora adjunta da UFMG.

Vale a pena trasladar um trecho do noticiário sobre essa bela obra, capturado na Internet[6]:

> 'O livro parte de uma comparação entre a história da Música e do Direito a partir da Grécia, buscando os inúmeros pontos em comum que existem entre estas duas formas de manifestação da cultura humana, especialmente da ocidental.
>
> Se o legislador pode ser comparado ao compositor, que produz sua obra para gerar efeitos no futuro, o cantor-instrumentista, quando interpreta os sinais da partitura, equipara-se ao juiz que torna concreto o comando da lei. Mas há ainda um terceiro prisma de intérprete que é o público para o qual se destinam as artes dos músicos e o trabalho de legislador, juiz, advogados e estudiosos do direito'.

Essa técnica da leitura interpretativa por '**espelho'**, a propósito do art. 620, do CPC - que, na essência, corresponde ao princípio da 'inversão do ônus da prova' -, não constitui novidade no direito brasileiro, pois atualmente

6 Fonte: http://www.tj.to.gov.br/diariodajustica/arquivos_dj/DJ%201602.pdf

Rvst TRT8 2009.pmd 264 23/6/2009, 08:55

várias medidas têm sido implementadas para acelerar os processos judiciais, como é o caso, por exemplo, dos procedimentos com vistas à percepção de benefícios previdenciários, em relação aos quais foi celebrado um convênio entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Previdência Social (MPS), a Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), segundo notícias publicadas na imprensa[7], no sentido de tornar mais rápida solução dos processos jurisdicionais de interesse do segurado da Previdência Social.

Providência muito importante, nesse contexto, é a prática conhecida como '**execução invertida**', que atribuiu ao INSS a responsabilidade pela realização da conta de liquidação dos créditos previdenciários, poupando o segurado desse encargo, até porque geralmente não dispõe de condições para a elaboração de cálculos complexos, que a Previdência Social pode realizar com muito mais facilidade.

Francisco Antônio de Oliveira preleciona em seus *Comentários às Súmulas do TST*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 691:

> 'Em verdade, o art. 655 do CPC (art. 882, da CLT) não faz qualquer exigência de que seja a execução definitiva ou provisória. O fato de ser provisória a execução não constitui fator impeditivo da penhora em numerário. Não nos parece tenha aplicação o art. 620 do CPC, pois não existe, do ponto de vista legal, possibilidade de escolha, não havendo falar em forma menos gravosa, quando a penhora se faz sobre numerário, pelo menos em princípio. A exceção deverá ser provada, não simplesmente alegada.
>
> O crédito trabalhista tem natureza alimentar, é dotado de superprivilégio e, em certos casos, significa a sobrevivência do trabalhador e da sua família em país de desempregados. O benefício da execução menos gravosa de que fala o art. 620 do CPC deve ser aplicado em sede trabalhista com maior reserva do que aquela adotada no processo comum. A prática, principalmente aquela vivenciada pelos juízes de primeiro grau, ensina que a penhora em dinheiro se traduz em fator positivo de pressão para encurtar a execução. Já a penhora sobre qualquer outro bem é um incentivo a que a execução se arraste'.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 consagrou, como um dos mais importantes direitos e garantias fundamentais do cidadão, o princípio da '**razoável duração do processo**

7 http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3445&Itemid=158

Rvst TRT8 2009.pmd 265 23/6/2009, 08:55

e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação' (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), o que já constitui característica do processo trabalhista, desde a sua origem (art. 765, da CLT), considerando a natureza alimentar do crédito reivindicado pelo trabalhador.

Ora, o **art. 655, inciso I, do CPC** (fonte subsidiária expressa do processo trabalhista, por força do art. 882, da CLT) - com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006 -, estabelece que o 'dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira', constitui o **primeiro bem** na ordem preferencial estabelecida em lei.

A lei não distingue a espécie de execução, se definitiva ou provisória.

E tudo isso sem falar na circunstância de que não basta a simples indicação de bens à penhora, pela parte executada.

Compete à autoridade judicial decidir se a indicação realmente **garante** a execução, tal como constitui prerrogativa do credor hipotecário, por exemplo, a preferência da penhora sobre a coisa dada em garantia (art. 654, § 1º, do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 11.382/2006).

Além disso, o art. 656, do CPC, com a redação dada pela citada Lei nº 11.382/2006, igualmente aplicável ao processo trabalhista, ao estabelecer critérios para a substituição da penhora, dispõe o seguinte:

> 'Art. 656. A parte poderá requerer a substituição da penhora:
>
> I - se não obedecer à ordem legal;
>
> II - se não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;
>
> III - se, havendo bens no foro da execução, outros houverem sido penhorados;
>
> IV - se, havendo bens livres, a penhora houver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;
>
> V - se incidir sobre bens de baixa liquidez;
>
> VI - se fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou
>
> VII - **se o devedor não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 668 desta Lei**.
>
> § 1º É dever do executado (art. 600), no prazo fixado pelo juiz, indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução, exibir a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora (art. 14, parágrafo único).
>
> § 2º A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não

Rvst TRT8 2009.pmd 266 23/6/2009, 08:55

inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).

§ 3º O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge.

Art. 657. Ouvida em 3 (três) dias a parte contrária, se os bens inicialmente penhorados (art. 652) forem substituídos por outros, lavrar-se-á o respectivo termo.

Parágrafo único. O juiz decidirá de plano quaisquer questões suscitadas'.

O exame dos autos nos permite verificar, com facilidade, que executada, ora impetrante, **não** cumpriu a contento os preceitos legais na nomeação do bem à penhora (veículo), pois sequer indicou o **valor** do bem a que se reporta a petição à fl. 141 (fl. 446 dos autos do Processo Trabalhista nº 00846-2007-007-08-00-5) - tal como determina o art. 656 do CPC -, como também **não** cumpriu a regra do inciso II do art. 668 do CPC, que obriga o executado, na nomeação de bem à penhora, 'quanto aos móveis, **particularizar o estado e o lugar em que se encontram'**.

Reza, pois, o art. 668, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382/2006:

'Art. 668. O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que **comprove cabalmente** que a substituição não trará prejuízo algum ao exeqüente e será menos onerosa para ele devedor (art. 17, incisos IV e VI, e art. 620).

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, ao executado incumbe:

I - quanto aos bens imóveis, indicar as respectivas matrículas e registros, situá-los e mencionar as divisas e confrontações;

II - **quanto aos móveis, particularizar o estado e o lugar em que se encontram**;

III - quanto aos semoventes, especificá-los, indicando o número de cabeças e o imóvel em que se encontram;

IV - quanto aos créditos, identificar o devedor e qualificá-lo, descrevendo a origem da dívida, o título que a representa e a data do vencimento; e

V - **atribuir valor aos bens indicados à penhora**'.

Finalmente, observe-se que não houve ato de alienação de domínio, mas apenas a ordem de penhora *on-line*, à disposição do Juízo da Execução.

Os fundamentos expostos aplicam-se ao bloqueio sobre crédito em conta bancária como também sobre créditos provenientes de Vales-Transportes perante o SETRANSBEL, até porque a impetrante não demonstrou que o valor da ordem de bloqueio *on-line* (R$27.705,43) torne inviáveis as atividades

Rvst TRT8 2009.pmd 267 23/6/2009, 08:55

da empresa. Ao contrário, o retardamento da execução causa manifesto prejuízo ao exeqüente.

Por todos esses motivos, não há que se falar em direito líquido e certo.

Assim, denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora.

ANTE O EXPOSTO, admito a presente ação mandamental, mas denego a segurança impetrada e determino a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos).

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Seção Especializada I do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, por maioria de votos, em admitir a presente ação mandamental, vencida a Exma. Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar; e, no mérito, ainda por maioria de votos, vencidas as Exmªs. Desembargadoras Relatora e Alda Maria de Pinho Couto, denegar a segurança impetrada e determinar a cassação da liminar concedida, dando-se imediata ciência à DD. autoridade coatora, conforme os fundamentos. Custas de R$-554,10 (cinqüenta e cinqüenta e quatro reais e dez centavos), pela impetrante, calculadas sobre o valor dado à causa de R$-27.705,43 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais e quarenta e três centavos). Prolatará o Acórdão o Exmº. Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

Sala de Sessões da Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 04 de setembro de 2008.

a) VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho - Prolator".

O art. 475-O, § 2º, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005, em particular, é aplicável ao processo trabalhista, mediante adaptação lógica à organização judiciária da Justiça do Trabalho, onde o C. TST funciona como órgão de cúpula, logo abaixo do E. STF, tal como atua o C. STJ, no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Estadual, com idênticas atribuições de editar súmulas e uniformizar a jurisprudência nacional no âmbito de suas respectivas jurisdições.

No caso dos autos, encontram pendentes de julgamento no C. TST, os agravos de instrumentos interpostos do r. despacho que denegou seguimento aos recursos de revista apresentados pela agravante HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA (1ª reclamada) - nº TST-AIRR-00625/2006-014-08-40.9**,** e pela

Rvst TRT8 2009.pmd 268 23/6/2009, 08:55

PRESTMEDIC - COOPERATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - nº TST-AIRR-00625/2006-014-08-41.1, ambos autuados em 02/07/2008.

Vale ressaltar, ainda, "baixa probabilidade de provimento" dos agravos instrumentos interpostos pelas executadas, em face do r. despacho de fls. 792/793 verso, que denegou seguimento aos recursos de revista, conforme enfatizado na r. sentença agravada, à fl. 978, *in verbis*:

> "Os valores bloqueados e já colocados à disposição do Juízo devem ser mantidos, em que pese o entendimento consubstanciado no inciso III da Súmula nº 417 do C. TST, uma vez que se considerou, no caso concreto, a baixa probabilidade de provimento do agravo de instrumento interposto ao C. TST, consoante se pode vislumbrar do r. despacho da Vice-Presidente do E. TRT de fls. 792/793, denegando a subida do recurso de revista da HAPVIDA com base na Súmula nº 126 do C. TST (reexame de fatos e provas) e não conhecendo do recurso de revista da PRESTMEDIC interposto antes do prazo recursal, que se iniciou somente após a publicação da decisão antes do prazo recursal, que se iniciou somente após a publicação da decisão que apreciou os embargos declaratórios, consoante jurisprudência mansa e pacífica dos tribunais superiores."

Destarte, ***dou provimento*** ao agravo de petição da exequente para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT).

ANTE O EXPOSTO, conheço dos agravos de petição; e, no mérito, nego provimento ao agravo de petição da executada, HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, e dou provimento ao agravo da exequente, CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ, para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT), conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos agravos de petição; e, no mérito, sem divergência, negar provimento ao agravo de petição da executada, HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, e, por maioria de votos, vencidos os Exmºs. Desembargadores Elizabeth Fátima Martins Newman e Luiz Albano Mendonça de Lima, dar provimento ao agravo da exequente, CLÁUDIA ABDELNOR HANNA PIQUEIRA DINIZ, para, ao reformar, em parte, a r. sentença agravada, determinar a liberação do valor devido à exequente, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005 (art. 769, da CLT), conforme os fundamentos. Deferida justificativa de voto convergente ao Exmº Juiz Federal do Trabalho, convocado, Carlos Rodrigues Zahlouth Júnior.

Rvst TRT8 2009.pmd 269 23/6/2009, 08:55

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 22 de abril de 2009. (DEJT 29.04.2009)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Desembargador Federal do Trabalho - Presidente e Relator.

JUSTIFICATIVA DE VOTO CONVERGENTE

"O sistema processual é tão burocrático que não se nota mais a presença de seres humanos nas ações" (Boaventura de Souza Santos).

Volta-se a reclamante em face de decisão do Juízo da 14ª Vara do Trabalho de Belém, que determinou o trânsito em julgado da decisão, para posterior liberação dos valores bloqueados.

A reclamada Hapvida Assistência Médica Ltda ingressou com agravo de instrumento perante o TST, diante do despacho que denegou seguimento a recurso de revista.

Iniciada a execução provisória, postula a autora liberação dos valores, especialmente pelo seu quadro de saúde debilitado.

Há anos que Cândido Rangel Dinamarco vem advertindo que "**é tempo de integração da ciência processual no quadro das instituições sociais, do poder e do Estado, com a preocupação de definir funções e medir a operatividade do sistema em face da missão que lhe é reservada. Já não basta aprimorar conceitos e burilar requintes de uma estrutura muito bem engendrada, muito lógica e coerente em si mesma, mas isolada e insensível à realidade do mundo em que deve estar inserida**"[1].

Assim, perfeitamente cabível o bloqueio das contas da executada, responsável que já consta do título executivo judicial, mesmo em sede de execução provisória.

Já faz algum tempo que o eminente Desembargador Relator tem defendido a tese da possibilidade de bloqueio de ativos em sede de execução provisória e também a possibilidade de liberação de valores, veja-se:

> *EXECUÇÃO PROVISÓRIA - PENHORA ON-LINE - Por força do art. 475-O, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 - Que adotou idêntico critério antes previsto no art. 588, do CPC, com a redação preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 -, a penhora sobre dinheiro, em sede de execução provisória, não viola direito líquido e certo quando não implementados atos de alienação de domínio, além de que a pretensão de substituir a penhora de dinheiro por outros bens contraria a ordem de gradação prevista no art. 655 do CPC, conforme art. 822, da CLT. Esse entendimento não viola o princípio da execução menos gravosa, de que trata o art. 620 do CPC,*

1 *A Instrumentalidade do Processo*, 2ª ed., RT, p. 9.

Rvst TRT8 2009.pmd 270 23/6/2009, 08:55

ou o item III da Súmula nº 417, do Colendo TST. Segurança denegada. (TRT 8ª R. - I/MS 00341-2006-000-08-00-5 - 1ª S. - Rel. Juiz Vicente José Malheiros da Fonseca - J. 19.10.2006)

O Colendo Superior Tribunal de justiça por sua Corte Especial no Agravo Regimental nos Embargos de Divergência no Recurso Especial 152.729 (DJU 22/10/2001), que teve como Relator o Min. Vicente Leal, entendeu que em se tratando de verba de caráter alimentar, a caução não é cabível, mesmo em se tratando de execução em face da Fazenda Pública, portanto, muito mais em empresas que respondem pelas verbas trabalhistas, alimentares como empresa privada, nos termos do art. 173 da CF/88.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.
CAUÇÃO. DISPENSA.
- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que em se tratando de execução provisória de crédito de natureza alimentar, atendendo ao aspecto social da pretensão, não tem cabimento à exigência de prestação de caução prevista no art. 588, do CPC.
- Agravo Regimental desprovido.

Igual precedente existe na 5ª Turma do STJ (RESP 174.781, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca):

- RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VENCIMENTOS.
- EQUIPARAÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. CAUÇÃO. DISPENSA. ART. 588 DO CPC. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR.
- A jurisprudência desta Corte já se firmou no sentido de que, tratando-se de crédito de natureza alimentar, em consideração a seu aspecto social, não tem cabimento a exigência da caução na execução provisória (Art. 588, do CPC).
- Precedentes.
- Recurso desprovido. (DJU: 07/06/1999)

É certo que a máquina judiciária, reluta em realizar a penhora do dinheiro, diante do conflito que isto gera, pois afeta diretamente o interesse do devedor em ver a execução perpetuar-se indefinidamente, o que gera uma série de medidas judiciais, entretanto, entendo que cabe a este juízo gerenciar e solucionar as lides pelo que não se deve penhorar qualquer bem de pouca liquidez, devendo-se fazer valer de imediato o direito do credor.

J. J. CALMON DE PASSOS, ao comentar a crise da execução, bem descreve: "...***abordando os percalços da avaliação dos bens, sujeita à lei da oferta e da procura das propinas, que a leva para lá ou para cá, ao sabor dos interesses em jogo, e demonstrar como o processo é impotente para formar o caráter dos homens. Poderíamos estudar o problema do depósito dos bens penhorados, essa catástrofe nacional que são os depositários públicos, ou este faz de conta que é a permanência dos bens com o próprio executado. Prosseguiríamos com o estudo dos custos da divulgação dos editais da hasta pública, das mil artimanhas que em torno da alienação judicial são***

Rvst TRT8 2009.pmd 271 23/6/2009, 08:55

arquitetadas, inclusive pelos profissionais deste mister, que rondam os foros como o abutre ronda a carniça...".

Portanto, o juiz deve buscar a penhora do dinheiro, pois o devedor deve estar ciente de que, se não andar em dias com suas obrigações, e quem sabe num plano utópico não mais alongará as lides, pois assim estará perdendo o seu dinheiro. Em igual sentido caminha este Tribunal:

> **Acórdão: SE-MS-1341/2002 - 06/06/2002 MANDADO DE SEGURANÇA. Rel. Juíza Lygia Simão Luiz Oliveira.**
>
> **Mandado de Segurança - Discussão sobre ordem preferencial do artigo 655 do CPC em momento em que não existia possibilidade de interposição de recurso com efeito suspensivo.**
>
> **A norma processual que trata da ordem preferencial para indicação de bens à penhora tem caráter cogente, devendo, portanto, ser observada pelo devedor e considerada pelo juízo da execução, ainda que seja esta provisória, desde que haja certeza da impossibilidade de admissão de recurso interposto com intuito meramente protelatório. Não há dúvida que o juiz deve considerar os termos constantes do artigo 620 do CPC, mas isso não significa que possa deixar de observar, deliberadamente, a preferência estabelecida pelo artigo 655 do mesmo diploma legal. Portanto, o critério a adotar é o de que se faça a execução do modo menos prejudicial ou gravoso à parte devedora, sem que isso importe em que se abandone os demais princípios ou regras legais pertinentes.**

Colho também a seguinte decisão:

> ***PROCESSO: 164/2007-8***
>
> *IMPETRANTE: COMERCIAL PAMPA LTDA.*
>
> *AUTORIDADE COATORA: EXMA. SRA. JUÍZA FEDERAL DO TRABALHO, TITULAR DA MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM*
>
> *LITISCONSORTE: EDENILZE NASCIMENTO COELHO*
>
> ***DECISÃO MONOCRÁTICA***
>
> *Vistos, etc.*
>
> *Em verdade, a execução provisória nada mais é do que uma forma de executar, antecipadamente, a obrigação de pagar constante no título executivo judicial, sempre que a decisão for impugnada através de recurso com efeito meramente devolutivo.*
>
> *Na ponderação entre os valores tempo, necessidade e probabilidade, a lei processual permite ao autor que tem a seu favor sentença condenatória - impugnada através de medida recursal, mas com grande probabilidade de ser mantida no segundo grau de jurisdição, iniciar os atos executórios, ainda que provisoriamente, transferindo para o devedor os riscos pelo tempo da demora no julgamento do recurso.*

Rvst TRT8 2009.pmd 272 23/6/2009, 08:55

Pela novel disposição do art. 475-O, caput, do CPC, a execução provisória far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva. Esse preceito legal, em seu inciso III, permite, inclusive, em sede de execução provisória, o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação da propriedade de bens, sendo que, nos créditos de natureza alimentar de valor até 60 salários mínimos ou quando o trânsito em julgado esteja apenas pendente de julgamento de agravo de instrumento junto ao STF ou STJ (e por que não o TST?), essas providências poderão ser adotadas independentemente da prestação de caução pelo exeqüente (art. 475-O, § 2º, CPC).

Diante da nova perspectiva da execução provisória, decorrente do art. 475-O do CPC, a limitação disposta no item III da Súmula nº 417 do Colendo TST merece ser redimensionada, de modo a se possibilitar, verificada uma das estritas hipóteses do § 2º do art. 475-O do CPC, que seja bloqueado dinheiro em conta corrente da executada, ainda que esta haja oferecido bens de inferior hierarquia na gradação legal à penhora.

Muito mais gravoso para a executada seria, com certeza, possibilitar a arrematação de seu patrimônio móvel ou imóvel penhorado, em sede de execução provisória, independentemente da prestação de caução pelo exeqüente. Se a lei permite, nessas hipóteses, até a liberação de valores em prol do exeqüente, como se pode sustentar a impossibilidade de realização de bloqueio de conta corrente?

Não há dúvidas acerca da aplicação do art. 475-O do CPC ao processo do trabalho, pela dupla omissão da norma celetista e da LEF (CLT, art. 889), permitindo, pois, que a execução provisória, em algumas situações, possibilite a penhora online, via Bacen Jud.

A regra do art. 899 da CLT, por exemplo, apenas enuncia que a execução provisória deve ser realizada até a penhora, mas em momento algum dispõe sobre quais seriam os procedimentos utilizados na execução provisória, permitindo, assim, a aplicação subsidiária do novel dispositivo do CPC acima indicado.

Além disso, a recente reforma da execução tornou preferencial a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (nova redação do art. 655, I, do CPC), que poderá ser realizada por meio eletrônico, ou seja, através do sistema já existente do Bacen-Jud (art. 655-A, caput, do CPC). Tais mudanças acabaram tornando ultrapassado o argumento principal que sustentava a existência da Súmula nº 417, III, do Colendo TST, pois, agora, o sistema Bacen-Jud está previsto em lei, e poderá ser aplicado, ainda que o processo esteja em execução provisória.

Portanto, não se pode exigir que o reclamante aceite, a contra gosto, a nomeação de bens à penhora feita pela reclamada,

Rvst TRT8 2009.pmd 273 23/6/2009, 08:55

sem a observância do artigo 655 do CPC, para daqui a algum tempo, quando retornar o agravo de instrumento do TST, improvido - com certeza -, ter a possibilidade de adjudicar ou arrematar àqueles bens apresentados pela empresa, às fls. 14/15.

Se por um lado a doutrina processual festeja as recentes alterações do processo de execução, através das Leis 11.232/2005 e 11.382/2006, que materializam direito fundamental à ordem jurídica justa e efetiva, com a duração razoável da demanda (CF, art. 5º, incisos LIV e LXXVIII, §§ 1º e 2º c.c. Pacto de San José da Costa Rica, art. 8º, item 1), não há como se inviabilizar a execução provisória de processos, criando embaraços procedimentais contrariando o texto constitucional, em favor da já ultrapassada "cultura do devedor", que nem no processo civil existe mais!

As recentes modificações do processo de execução, plenamente aplicáveis no processo do trabalho, foram criadas para aprimorar a prestação jurisdicional dentro da perspectiva do acesso à ordem jurídica justa e efetiva, não sendo razoável, assim, que a execução provisória trabalhista impeça a adoção do bloqueio on-line só porque ainda se está na fase de antecipação dos atos executórios.

Ademais, o princípio da execução equilibrada, constante do artigo 620 do CPC, só tem aplicação na execução trabalhista com as devidas adaptações decorrentes dos princípios peculiares deste ramo do Direito.

Nesse sentido, a execução será equilibrada no processo do trabalho, sempre que as circunstâncias do direito material tutelado possibilitarem a execução pelos mecanismos menos gravosos, sem prejuízo da efetividade do processo, dito de outro modo. No processo do trabalho, a regra do art. 620 do CPC não pode obstar os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV).

Evidente, assim, a possibilidade do bloqueio on-line, via Bacen-Jud, na execução provisória trabalhista, em respeito aos princípios da proteção e da finalidade social que informam o processo do trabalho.

Todavia, no caso deste mandado de segurança, o impetrante sustenta que haveria ainda um bloqueio excessivo, se somado o depósito recursal efetuado pela empresa ao valor da ordem de bloqueio on-line, resultando, assim, numa penhora superior ao próprio valor da execução.

Ocorre que, visando uma melhor análise do pedido liminar, solicitei e tive acesso aos autos da RT nº 1190-2005-001-08-00-8, e constatei, às fls. 341/345, que o Juízo a quo já determinou o abatimento do depósito recursal sobre o valor da condenação, bem como, o desbloqueio on-line da quantia excedente, restando bloqueada apenas a diferença, que é de R$ 2.790,05 (dois mil setecentos e noventa reais e cinco centavos).

Ante a ausência dos requisitos dispostos no inciso I, art. 7º, da Lei nº 1.533/1951, indefiro o pedido liminar.

Rvst TRT8 2009.pmd 274 23/6/2009, 08:55

Belém, sexta-feira, 30 de março de 2007.

MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator

Em igual sentido tem decidido a Egrégia Seção Especializada II:

ACÓRDÃO TRT SE II/AG/MS 00422-2008-000-08-00-7

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - CARACTERIZAÇÃO. Direito líquido e certo, amparável por meio de mandado de segurança, é aquele prontamente visível, sem maiores demonstrações ou elaborações, não se caracterizando como tal a pretensão de suspender a apreensão de dinheiro, determinada conforme a ordem do art. 655 do Código de Processo Civil. II - DINHEIRO. APREENSÃO. REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET). Não fere direito líquido e certo da executada a apreensão de dinheiro (bloqueio) pela Rede Mundial de Computadores (Internet), o denominado bloqueio on line, seguido ou não de penhora, mesmo quando se tratar de execução provisória. Inteligência dos artigos 882 da Consolidação das Leis do Trabalho, 475-O e 655 do Código de Processo Civil. Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Prolator.

Convém mencionar que pende trânsito em julgado no agravo de instrumento interposto pela impetrante, em face de decisão deste Regional que não deu seguimento a recurso de revista, justamente por se tratar de matéria fática, o que demonstra que dificilmente será dado curso normal à Revista.

É perfeitamente compatível com o processo do trabalho o disposto no artigo 475-O do Código de Processo Civil, que autoriza a liberação dos valores dos depósitos no curso da execução provisória, sem caução, no limite do crédito que lhe cabe.

O parágrafo 2º, inciso I, do art. 475-O do CPC, autoriza a dispensa da caução nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de 60 salários-mínimos, quando a parte interessada demonstrar situação de necessidade, ainda o inciso II prevê que a liberação, sem estabelecer limite, quando pende agravo de instrumento ao STF ou ao STJ, no nosso caso ao TST.

Não resta dúvida quanto à natureza alimentar do crédito, pressupondo-se o estado de necessidade do exeqüente, que sequer teve satisfeitas verbas decorrentes da ruptura contratual.

Pelo Enunciado 69, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizada em 23-11-07, em Brasília, que trata do tema, temos:

"Enunciado 69. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. APLICABILIDADE DO ART. 475-O DO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO. I- A expressão "...até a penhora..." constante da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 899, é meramente referencial e não limita a execução provisória no âmbito do direito processual do trabalho, sendo plenamente aplicável o disposto no Código de Processo Civil, art. 475-O. II- " Na execução provisória trabalhista é admissível a penhora de dinheiro, mesmo que indicados outros bens. Adequação do

Rvst TRT8 2009.pmd 275 23/6/2009, 08:55

postulado da execução menos gravosa ao executado aos princípios da razoável duração do processo e da efetividade. III- "É possível a liberação de valores em execução provisória, desde que verificada alguma das hipóteses do artigo 475-O, §2º, do Código de Processo Civil, sempre que o recurso interposto esteja em contrariedade com Súmula ou Orientação Jurisprudencial, bem como na pendência de agravo de instrumento no TST.

Ora, quem pleiteia crédito alimentar já se presume em situação de necessidade. Não demanda para aumentar patrimônio ou para obter vantagem financeira. Não pretende dinheiro e riquezas. Luta por um crédito eminentemente social, cujas parcelas - salários, proventos, pensões, indenizações por morte ou invalidez - dizem respeito à sobrevivência com dignidade mínima.

O trabalhador precisa de proteção, quando participa da liberdade de mercado, onde "vende" sua força de trabalho. Se fosse tratado como qualquer mercadoria sujeita à concorrência, seria naturalmente vilipendiado na sua dignidade de ser humano, ao qual faltariam condições mínimas para sobreviver. A disputa na livre-concorrência se faz entre os que possuem, não entre estes e os que não são proprietários. Aqui não há concorrência, mas dominação.

Eis aí, com toda clareza, a função do Direito do Trabalho nas democracias modernas. Funciona como um dique (Damm) contra a liberdade contratual que o escravizaria e dá-lhe, com a proteção da lei, a dignidade humana necessária. Essa necessidade de proteção (Schützbedürftigkeit) é o pressuposto de todo o Direito do Trabalho.

Logo, o trabalhador não a precisa provar: *Opus non est probare, quod in substantia rerum est* (não há necessidade de provar o que está na substância das coisas)".[2]

Por conseqüência, entendo assistir razão à agravante, devendo o valor bloqueado ser liberado, sem qualquer limitação ou caução, ante a dicção expressa no inciso II, do art. 475-O, do CPC.

De nada adiantará o necessário alargamento do acesso formal à justiça, se não se tiver mecanismos para a efetividade das decisões judiciais, como bem apregoado pro Capelletti, quando afirma que "o anseio da sociedade por uma melhor prestação jurisdicional exige, por isso, considerar que a verdadeira meta do processo é a sua efetividade e não somente o desenrolar de atos formais das partes e do juiz. Não importa a existência de um sistema jurídico que apenas assegure o acesso formal do indivíduo, se não houver uma providência jurisdicional efetiva, rápida e com custos menores.

Belém/PA, 22 de abril de 2009.

CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR, *Juiz Federal do Trabalho, convocado.*

****

2 SILVA, Antônio Álvares da. Execução Provisória Trabalhista depois da Reforma do CPC. LTr: 2007, p. 82 e 83.

Rvst TRT8 2009.pmd 276 23/6/2009, 08:55

***HABEAS CORPUS*. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. INCONSTITUCIONALIDADE.**

ACÓRDÃO TRT 8ª/SE I HC- 00089-2009-000-08-00-7
RELATORA: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA

IMPETRANTE: **TIAGO RAMOS AZEVEDO**

PACIENTE: **ANA LUCIA FERREIRA ANAISSI**

IMPETRADA: **JUÍZO DA MM 4ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM**

***HABEAS CORPUS*. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. INCONSTITUCIONALIDADE. À exceção da prisão civil do devedor de pensão alimentícia, a prisão do infiel depositário é inconstitucional, com base no artigo 7º do Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 25/09/1992, que dispõe que *ninguém deve ser detido por dívidas,* considerando que os Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, possuem *status* constitucional (§ 3º do art. 5º da Constituição da República).**

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *HABEAS CORPUS PREVENTIVO*, em que são partes, como impetrante, **TIAGO RAMOS AZEVEDO**, como autoridade coatora, o **JUÍZO DA MM 4ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM** e, como paciente, **ANA LUCIA FERREIRA ANAISSI.**

OMISSIS.

2. DO CABIMENTO DO HABEAS CORPUS

O presente habeas corpus é cabível, uma vez que a ameaça de prisão civil imputada de ilegal decorre de execução trabalhista, sendo desta Especializada a competência para processá-lo e julgá-lo, nos termos do que dispõe o item IV do artigo 114 da Constituição Federal.

Assim, cabível o manejo do habeas corpus preventivo no caso concreto, razão pela qual deve ser admitida a presente ação.

3. MÉRITO

O impetrante ajuizou o presente *HABEAS CORPUS PREVENTIVO, COM PEDIDO DE LIMINAR,* em favor da paciente **Ana Lúcia Ferreira Anaissi**, aduzindo que este estaria na iminência de ser preso, por não ter cumprido as obrigações de fiel depositária, que teria assumido nos autos do processo n. 01733-2007-004-08-00-8, que tramita pela MM 4ª Vara do Trabalho de Belém.

Alega que referida reclamação trabalhista foi proposta por Maria Cláudia Lira dos Santos em face de Lucília Ferreira Anaissi, na qual as partes resolveram transigir no valor de R$4.000,00 (vinte mil reais), a ser pago em treze parcelas.

Aduz que por motivos alheios à sua vontade, a reclamada somente honrou com o pagamento das primeiras parcelas do acordo, o que ensejou o vencimento antecipado das demais parcelas e a execução do montante, acrescido da multa

Rvst TRT8 2009.pmd 277 23/6/2009, 08:55

de 50%, tendo o MM Juízo de primeiro grau determinado a penhora de bens da executada.

Informa que no dia 14.07.2008 procedeu-se a penhora de bens da executada, conforme cópia de Auto de Penhora que juntou com a inicial, tendo a ora paciente, Ana Lúcia Ferreira Anaisse, filha da executada, assumido o encargo de fiel depositária.

Assevera que em setembro de 2008, as partes resolveram firmam novo acordo, sendo que a penhora foi mantida até a liquidação do mesmo, o que não ocorreu.

Foi dado prosseguimento ao procedimento expropriatório com a designação de leilão e a expedição de mandado de remoção dos bens. Entretanto, o Sr. Oficial de Justiça não localizou a totalidade dos bens anteriormente penhorados, no que intimou a paciente para apresentá-los no Depósito Público deste E. Tribunal, no prazo de 48 horas, sob pena de prisão.

Argumenta que tal decisão é ilegal, pois o E. STF tem entendido ser inconstitucional a prisão civil de depositário infiel, conforme decisões que transcreve.

Analiso.

Conforme já mencionado na decisão de fls. 20-22, a paciente, Ana Lúcia Ferreira Anaissi assumiu, nos autos da reclamação trabalhista n. 01733-2007-004-08-00-8, o encargo de fiel depositária, tendo sido intimada pelo Sr. Oficial de Justiça para apresentar os bens penhorados nos autos, não localizados em sua residência, no prazo de 48 horas, sob pena de prisão.

A prisão civil do depositário infiel está prevista no artigo 5º, LXVII, da CR/1988, que preceitua:

> *LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;*

Por outro lado, o §2º do referido dispositivo, dispõe:

> *§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Partindo desta premissa, vê-se que a Lei Maior inclui, dentre outros direitos e garantias, àqueles reverenciados em tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

Nesse sentido, o Excelso Supremo Tribunal Federal, no dia 03.12.2008, no julgamento do HC 87585/TO e dos RE 349703/RS e 466343/SP, firmou entendimento de que a prisão civil do infiel depositário é inconstitucional, ressalvada a hipótese excepcional do devedor de alimentos, tendo em vista que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aos quais o Brasil aderiu, gozam *status* constitucional (supralegal).

Seguindo esse entendimento, nossas Cortes Superiores, inclusive o C. STJ em recente decisão (HC 122.251/DF, publicada no dia 03.03.2009), já se manifestaram no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade da prisão do infiel depositário, seguindo o princípio contido no artigo 7º do **Pacto de San José da Costa Rica**, de 22/11/1969, instituído pela Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 25/09/1992, o qual dispõe que ***ninguém deve ser detido por dívidas***.

Esta posição deve prevalecer em razão do direito fundamental à

Rvst TRT8 2009.pmd 278 23/6/2009, 08:55

liberdade pessoal, regulado pelo referido tratado internacional, com *status* constitucional, sobretudo em face do preceito inscrito no § 3º do art. 5º da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n. 45/2004.

Ressalto que assim também tem entendido esta Seção Especializada, conforme pode-se verificar em recente decisão. Vejamos:

> ***HABEAS CORPUS - DEPOSITÁRIO INFIEL - PRISÃO CIVIL - VEDAÇÃO.*** *A vedação à prisão do depositário infiel ganha vulto na jurisprudência com o posicionamento centrado no Tratado de San José da Costa Rica, de que somente a prisão civil decorrente do não cumprimento de prestação alimentícia é constitucional. Tal entendimento prevalece, dado o alcance do direito fundamental à liberdade pessoal, regulado pelo pré-citado tratado internacional, cujo status constitucional decorre do preceituado pelos parágrafos 2º e § 3º do art. 5º da Constituição Federal.* **(TRT/SE-I/HC 00453-2008-000-08-00-8, Relatora Desembargadora Federal do Trabalho Alda Maria de Pinho Couto. Publicado no DJT do dia 22.08.2008)**

Vale destacar que, *in casu,* por mais que não tenha havido a decretação da prisão da depositária pela MM autoridade coatora, conforme informado à fl. 28, o fato de tal advertência constar no Mandado de Remoção, usado como modelo por esta Justiça Especializada, por si só, já configura a ameaça ao direito de ir e vir da paciente, ensejador da presente ação constitucional.

Por tais fundamentos, defiro a ordem de *habeas corpus* preventivo, ratificando a liminar de fls. 20-22 dos autos.

Ante todo o exposto, admito a presente ação e, no mérito, concedo a ordem de *habeas corpus* preventivo, ratificando a liminar deferida, tudo conforme os fundamentos.

4. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA I DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ADMITIR A PRESENTE AÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM CONCEDER A ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO, RATIFICANDO A LIMINAR DEFERIDA. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Seção Especializada I do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 02 de abril de 2009. (DEJT 06.04.2009)

VANJA COSTA DE MENDONÇA - Desembargadora Relatora.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 279 23/6/2009, 08:55

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ARTIGO 224 DA CLT.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01391-2008-013-08-00-8
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTE: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**
Advogado: Dr. Leonardo de Oliveira Linhares

RECORRIDA: **TÂNIA MARIA DINIZ DE AZEVEDO**
Advogado: Dr. Márcio Pinto Martins Tuma

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ARTIGO 224 DA CLT. Para os bancários há norma específica acerca da duração de seu trabalho, qual seja, o artigo 224 da CLT, cujo "caput" prevê a jornada normal de seis horas diárias e em seu § 2º exclui dessa regra os bancários que exerçam funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo. Tal exceção vincula-se àqueles que efetivamente exerçam função de confiança na instituição bancária, sob pena de serem devidas como extras as horas trabalhadas além da sexta diária. No presente caso, conquanto a reclamante recebesse gratificação superior a 1/3 de seu salário efetivo, exerceu na reclamada função meramente técnica, não imbuída de poderes extraordinários, o que não a enquadra na exceção do § 2º do art. 224 da CLT.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, oriundos da **MERITÍSSIMA DÉCIMA TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE BELÉM**, onde figuram, como recorrente, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** e, como recorrida, **TÂNIA MARIA DINIZ DE AZEVEDO.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO

Conheço do recurso ordinário, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

DAS HORAS EXTRAS E REFLEXOS

A reclamada insurge-se contra o deferimento de horas extras e reflexos ao reclamante. Alega que o juízo de primeiro grau desprezou a manifestação de vontade da autora, a qual se inscreveu em processo seletivo para a função de analista, ciente de que a vaga disponível era para a jornada de oito horas, optando assim por aumentar sua jornada de seis para oito horas diárias, exercer atividades diferenciadas e receber significativo aumento salarial, bem superior ao mínimo de um terço previsto no § 2º do art. 224 da CLT.

Rvst TRT8 2009.pmd 280 23/6/2009, 08:55

Questiona a boa-fé da reclamante, que inicialmente por uma opção voluntária alterou sua jornada, e depois vem questioná-la em juízo. Entende, desse modo, que o deferimento de horas extras à reclamante viola o art. 422 do Código Civil, o qual dispõe que "Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé".

Aduz que a autora fez reserva mental de não querer o que manifestou, para obter lucro posterior, o que deve ser considerado ineficaz, diante dos termos do art. 110 do Código Civil, ao dispor que "A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento".

Segundo a demandada, não se pode elastecer o alcance do art. 468 da CLT, sobretudo em se tratando de alteração bilateral derivada de ato livre de vontade entre empregados e a Caixa, com significativo incremento salarial.

A reclamada faz um cotejo entre o que se entende por fidúcia comum e fidúcia especial na relação de emprego, enfatizando que as características técnicas inerentes à função da reclamante não afastam a excepcionalidade prevista no § 2º do art. 224 da CLT, legitimando-a a promover a destituição da função a seu talante. Destaca que pelos termos do referido preceito da CLT, determinados cargos de confiança que mesmo não sendo de chefia, exijam fidúcia especial, enquadram-se na jornada de oito horas.

Assim, pugna pela improcedência da reclamação, sob pena de violação aos arts. 5º, XXXVI, da CF/88; 110 e 422 do Código Civil; e 224, § 2º, da CLT, os quais prequestiona.

Em caso de manutenção da decisão, quer a compensação da gratificação paga (diferencial remuneratório)entre as jornadas de seis e oito horas, para a função de Analista, sob pena de enriquecimento ilícito.

A tese da recorrente não prospera, inexistindo violação aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais referidos pela recorrente, senão vejamos.

Para os bancários há norma específica acerca da duração de seu trabalho, qual seja, o artigo 224 da CLT, cujo "caput" prevê a jornada normal de seis horas diárias e em seu § 2º exclui dessa regra os bancários que exerçam funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo. Tal exceção vincula-se aqueles que efetivamente exerçam função de confiança na instituição bancária, sob pena de serem devidas como extras as horas trabalhadas além da sexta diária.

No presente caso, conquanto a reclamante recebesse gratificação superior a 1/3 de seu salário efetivo, exerceu na reclamada função meramente técnica, não imbuída de poderes extraordinários, o que não a enquadra na exceção do § 2º do art. 224 da CLT.

Em seu depoimento pessoal, a reclamante declarou o seguinte (fls. 112 e verso): "que é analista desde 2002; (...) que se inscreveu em um processo seletivo para se tornar analista júnior; que quando foi aberto o processo seletivo não havia a opção da jornada de seis horas; que o cargo de analista júnior é de natureza técnico; que não possui subordinados; que no setor em que trabalha apenas tem um funcionário sem função".

Rvst TRT8 2009.pmd 281 23/6/2009, 08:55

O representante da reclamada, por seu turno, declarou (fls. 112v): "que há dois anos atrás a reclamada passou a permitir que o analista júnior optasse entre a jornada de seis horas e a jornada de oito horas; (...) que o cargo de analista é um cargo técnico; que atualmente coexistem pessoas que exercem a função de analista júnior com oito horas e outros com jornada de seis horas; que as atribuições são exatamente as mesmas" (grifei).

Como bem enfatiza a r. sentença, a alegada "opção voluntária" da reclamante à nova função, com maior carga horária de trabalho, ainda que vinculada a processo seletivo e maior remunerada, deve ser vista com reservas, já que na constância da relação laboral, a submissão à vontade do empregador é um fator sempre presente, em especial como garantia da preservação do próprio emprego.

Ademais, é evidente que não está na alçada da reclamada ditar regras internas e promover a "adesão" de empregados a ponto de procurar modificar o campo de abrangência de uma norma legal cogente, como a do citado art. 224 da CLT, ainda que o fizesse sob a suposta anuência da autora.

Vale destacar, como fez a r. sentença, que a reclamada sequer juntou aos autos o documento pelo qual a autora teria aderido ao cumprimento da jornada de oito horas.

Com relação à compensação da gratificação recebida pela autora, não procede, já que o pagamento dessa verba visou retribuir a maior capacidade técnica da empregada, como um diferencial pela função exercida, não tendo a natureza própria do trabalho extraordinário.

Mantenho a r. decisão recorrida.

DOS JUROS E MULTA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Atribui-se referido tópico do recurso a mero equívoco da recorrente, uma vez que a r. sentença nada manifestou a este respeito, até porque sequer houve a liquidação das parcelas deferidas.

Assim sendo, não há nada a prover com relação a este aspecto.

DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC

A reclamada insurge-se contra a determinação da r. sentença, no sentido de que o pagamento do valor da condenação seja efetuado no prazo legal, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC.

Assiste razão à demandada.

O art. 475-J do CPC, além da multa pelo não cumprimento da sentença, prevê novo procedimento para cumprimento das decisões, o que o torna incompatível com as regras pertinentes ao processo trabalhista, a exemplo dos artigos 872, 876 e 880 da CLT, além de outras próprias do procedimento executivo da CLT, daí não ser possível a aplicação subsidiária do questionado preceito do processo civil comum.

Reformo a r. sentença recorrida neste ponto, para excluir a determinação de cumprimento da decisão com base no art. 475-J, do CPC.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, dou-lhe em parte provimento para excluir a determinação de cumprimento da decisão com base no art. 475-J, do CPC, ficando mantida a r. decisão em seus demais termos, inclusive quanto às custas. Tudo de acordo com a fundamentação supra.

Rvst TRT8 2009.pmd 282 23/6/2009, 08:55

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, RESSALVANDO O POSICIONAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ CONVOCADO WALTER ROBERTO PARO, QUANTO Á MULTA DO ART. 475-J DO CPC, DAR-LHE EM PARTE PROVIMENTO PARA EXCLUIR A DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO COM BASE NO ART. 475-J, DO CPC, FICANDO MANTIDA A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 3 de fevereiro de 2009. (DOJT8 06.02.2009)

ALDA MARIA DE PINHO COUTO, Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO TRABALHADOR - ATO ILÍCITO - DEVER DE INDENIZAR.

ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00455-2008-013-08-00-3
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTE: **MARCOS MARCELO REBELO DA COSTA**
Adv(a): Dr(a). Tereza Vania Bastos Monteiro

RECORRIDO: **SUPERMERCADO ALMIRANTE LTDA.**
Adv(a): Dr(a). Mário Sérgio Pinto Tostes

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO TRABALHADOR - ATO ILÍCITO - DEVER DE INDENIZAR. A acusação de improbidade é grave o suficiente para macular o patrimônio moral do empregado, razão pela qual suficiente para gerar a obrigação de indenizar o dano que causou.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário**, oriundos da **MM. 13ª Vara do Trabalho de Belém**, em que são partes, como recorrente, **MARCOS MARCELO REBELO DA COSTA** e, como recorrido, **SUPERMERCADO ALMIRANTE LTDA.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

I - Conhecimento

Rvst TRT8 2009.pmd 283 23/6/2009, 08:55

Conheço do recurso do reclamante, posto que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

II - Mérito

a) indenização por dano moral

O juízo de origem indeferiu o pedido de dano moral ao fundamento de que não restou provado a prática de ato ilícito que o autor alega ter a reclamada praticado.

Aduz o autor, em resumo, que não descumpriu regras disciplinares durante o curso laboral e que, ao contrário do entendimento da decisão de primeiro grau, o fato de o empregador ter desconfiado de sua conduta causou-lhe grande constrangimento.

Analiso.

Como se observa, o reclamante postulou o pagamento da parcela de indenização por dano moral sob alegação de que no dia 11.5.2008, por volta das 22:15hs, efetuou a compra de uma porção de carne e de uma garrafa de água mineral, pagando e deixando as compras ao lado do caixa, que já se encontrava fechado.

Alega, que após dirigir-se a porta de saída, foi abordado de forma grosseira e ríspida pelo Sr. José Mendes, que lhe dirigiu as seguintes palavras: "Marcelo, o Cláudio mandou ver o que estais levando e se tem nota fiscal". Em seguida, dirigiu-se até o sr. Cláudio portando a nota fiscal das compras, questionando a razão da desconfiança.

Por fim, narra que após demonstrar que havia comprado as mercadorias, o Sr. Cláudio pediu desculpas, que não foram aceitas pelo reclamante, que também chegou a ser revistado no estacionamento.

De início, importante ressaltar que os fatos acima narrados estão incontroversos, como facilmente comprovado pela instrução processual.

A única e derradeira questão é saber se a atitude da reclamada é passível de punição ou não, e se restou caracterizado o dano moral, o que, desde de já, respondo positivamente.

Explico.

Com amparo nos poderes diretivo e disciplinar, é lícito ao empregador fixar regras de conduta dentro do ambiente de trabalho, dentre elas, por exemplo, de proibir que o empregado, no horário de trabalho, adquira produtos do supermercado e os guarde em determinado local, todavia, no caso, dos autos, entendo que a acusação feita ao reclamante, de que teria adquirido produtos sem pagar por eles, extrapolou todo e qualquer procedimento do empregador relacionado com o poder de dirigir os trabalhos dentro da empresa.

Pelo que os autos mostram, o reclamante não foi punido por ter comprado mercadorias em seu horário de trabalho, o que, segundo a reclamada, seria proibido, o que até entendo, repito, ser possível determinar, todavia, ao invés de questionar o empregado por ter quebrado essa regra de conduta, resolveu, o empregador, acusá-lo de desviar mercadorias do supermercado, portanto, sem pagar por elas.

A acusação é grave, pois atribui conduta ímproba ao empregado, que pode, sem dúvida alguma, quebrar a confiança que deve nortear a relação entre patrão e empregado.

Deve o empregador ser responsabilizado quando abusa de um direito que lhe é assegurado, inclusive quando acusa o empregado de ato de improbidade sem nenhuma prova razoável que, de fato, o empregado o tenha praticado.

Rvst TRT8 2009.pmd 284 23/6/2009, 08:55

Não há como negar que a lesão ao patrimônio imaterial de alguém é consumada quando a ofensa é cometida, pois a dor, a angústia, o sofrimento, etc., independe de publicidade para sua caracterização.

Assim, qualquer acusação, sobretudo quando perpetrada sem nenhum motivo, de improbidade é capaz de macular o patrimônio moral do empregado.

Como não há controvérsia sobre a acusação que pairou sobre a conduta do reclamante, não vejo como manter a sentença que indeferiu o pedido de indenização por dano moral.

Some-se a isso que a ofensa quando praticada em público agrava o dano, exatamente o que aconteceu neste caso.

A esse respeito, disse a testemunha EWERTON DO SOCORRO LOPES DA SILVA "*... que viu o chefe de caixa abordando o reclamante, querendo ver as suas compras; que o Sr. José Mendes pediu a nota de compras e abriu a sacola (...) que a abordagem no estacionamento perto da calçada...*".

O fato da reclamada ter, através de um dos diretores, ter pedido desculpas ao reclamante, não a isenta de ser responsabilizada pela lesão que já cometeu.

Por tudo o que foi exposto, dou provimento ao recurso para, reformando a sentença, deferir o pedido de indenização por dano moral.

Quanto ao valor da indenização, à falta de critério legal, razoável fixá-lo sob duas premissas: a) gravidade da lesão e b) condição econômica do ofensor.

Quanto à gravidade, insisto, ter sido de considerável monta, pois a acusação de improbidade é grave.

A condição econômica do ofensor surge como fator importante para que a condenação não seja irrisória, a ponto do ofensor não ser agravado o suficiente e não surtir o efeito pedagógico necessário, sobretudo para desestimular o ofensor de reincidir na prática.

Dessa maneira, fixo o valor da indenização em R$ 15.000,00.

b) verbas rescisórias

Aqui, como conseqüência da conduta ilegal da reclamada, sobretudo porque capaz de quebrar qualquer grau de fidúcia que deve basear a relação de emprego, novamente o reclamante tem razão, pois não é razoável exigir que o empregado permaneça no emprego quando acusado de improbidade.

Assim, declaro rescindido o contrato por culpa do empregado, em conseqüência, defiro os pedidos de verbas rescisórias de aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário 2008 (4/12) e FGTS + 40%.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário do reclamante e, no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a sentença, deferir os pedidos de indenização por danos morais, aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário 2008 e FGTS + 40%, tudo consoante os termos da fundamentação. Majoro o valor das custas, ainda devidas pela reclamada, em R$ 400,00, calculadas sobre o valor acrescido da condenação, que fixo em R$ 20.000,00.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE E,

Rvst TRT8 2009.pmd 285 23/6/2009, 08:55

NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA,DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, DEFERIR OS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, AVISO PRÉVIO, FÉRIAS + 1/3, 13º SALÁRIO 2008 E FGTS + 40%, TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. MAJORO O VALOR DAS CUSTAS, AINDA DEVIDAS PELA RECLAMADA, EM R$ 400,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ACRESCIDO DA CONDENAÇÃO, QUE FIXO EM R$ 20.000,00.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Região. Belém, 21 de outubro de 2008. (DOJT8 05.12.2008)
Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.

****

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 00267-2007-203-08-00-3
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: **ANTÔNIO MARIA GOMES CHAVES**
Drª. Erliene Gonçalves Lima No

RECORRIDA: **JARI CELULOSE S/A**
Drª. Maria de Fátima P. Pires

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Existindo nos autos provas de descumprimento de normas relativas à saúde do trabalhador e, restando comprovado que o reclamante, portador de doença degenerativa, era submetido a condições de trabalho extremamente prejudiciais a sua saúde, que agravaram o delicado estado de sua coluna cervical, reconheço a existência de dano indenizável, na forma do art. 927 do Código Civil.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da **MM. Vara do Trabalho de Monte Dourado** em que são partes, como recorrente, **ANTÔNIO MARIA GOMES CHAVES** e como recorrida, **JARI CELULOSE S/A.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

O recurso ordinário interposto pelo reclamante às fls. 242/252 merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogada habilitada nos autos (fl. 18).

Conheço da contraminuta da reclamada, porque preenche os pressupostos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO
DANO MORAL E MATERIAL

Rvst TRT8 2009.pmd 286 23/6/2009, 08:55

Não se conforma o reclamante com a sentença que indeferiu o pedido de indenização por danos morais e materiais decorrente de acidente de trabalho.

Alegou que trabalhou para a reclamada na função de bombeiro industrial, tendo adquirido doença ocupacional decorrente das atividades desenvolvidas na reclamada. Diz que dentre suas atividades estavam: operação do caminhão de combate à incêndio; direção de ambulância, resgate de qualquer funcionário, tanto da empresa quanto de terceiros, em caso de acidente; condução dos pacientes ao posto de saúde que fica dentro da empresa para obtenção dos primeiros socorros e possível transferência ao Hospital de Monte Dourado; acompanhamento dos serviços de corte e soldagem, efetuando medição de gases, nas situações em que havia ausência de técnico em segurança do trabalho; inspeção, monitoramente, controle, troca e carregamento manual de extintores de incêndio que variavam de 11 a 75 quilos, carregando-os em seus próprios ombros e braços, chegando, em certas ocasiões, a carregar os extintores por 12 andares.

Sustenta o reclamante que os exames e laudos médicos comprovam que as doenças em sua coluna foram adquiridas e/ou agravadas enquanto se encontrava trabalhando para a reclamada, doenças essas que retiram sua capacidade plena de produção física e intelectual.

Requer o autor que este juízo desconsidere a conclusão do perito nomeado, decidindo de acordo com as outras provas existentes nos autos.

Em defesa, a reclamada nega que o autor tenha contraído as doenças relatadas na inicial em razão da prestação de serviço, afirmando tratar-se de doenças degenerativas.

Vejamos. A causa de pedir da presente indenização é a aquisição ou agravamento de doença em decorrência das atividades laborais desenvolvidas na reclamada.

Para viabilizar a existência de dano reparável pelo empregador, é necessária a caracterização do nexo de causalidade entre o dano sofrido e a ação do empregador ou mesmo as atividades laborais. Satisfeitos tais requisitos, é perfeitamente viável a reparação civil por danos sofridos pelo empregado contra o empregador, como decorrente da relação de trabalho.

É certo que não mais vige a Súmula n.º 229 do Excelso STF que exigia a caracterização do dolo ou culpa grave para ensejar a responsabilização do empregador, visto que o disposto no artigo 22 da Lei n.º 6.367/76 revogou o artigo 31 do Decreto-Lei n.º 7.036/77 que realizava esta exigência. Desta feita, a responsabilização do empregador está regida pelo art. 186, c/c art. 927 do Novo Código Civil.

Desta forma, podemos considerar ser a regra geral a responsabilidade subjetiva, sendo perfeitamente cabível a incidência da responsabilidade objetiva, com fundamento no art. 927, parágrafo único do CC, que assim está redigido:

> **Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.**

Vejamos ainda a lição do citado Professor Sebastião Geraldo de Oliveira:

> **Na questão da segurança e saúde ocupacional, o empregador tem obrigação de adotar a diligência**

Rvst TRT8 2009.pmd 287 23/6/2009, 08:55

necessária para evitar os acidentes e as doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

E prossegue: **A culpa pode decorrer da violação de uma norma legal. É o que Sérgio Cavalieri denomina *"culpa contra a legalidade"*, visto que o dever transgredido resulta de texto expresso de alguma norma jurídica. A mera infração da norma, quando acarreta dano, já é fator que desencadeia a responsabilidade civil, pois cria a presunção de culpa, incumbindo ao réu o ônus da prova em contrário.**

Mais adiante, conclui: **Na investigação da possível culpa do empregador, relacionada com o acidente de trabalho ou doença ocupacional, o primeiro passo é verificar se houve violação das normas legais ou regulamentares que estabelecem os deveres do empregador quanto à segurança, higiene e saúde ocupacional. A simples violação de alguma dessas normas, havendo nexo causal, cria a presunção de culpa pelo acidente do trabalho ocorrido, uma vez que o descumprimento da conduta normativa prescrita já é a confirmação da sua negligência, a ilicitude objetiva ou culpa contra a legalidade.** (Cf. Sebastião de Oliveira. op. cit)

Pode-se afirmar, portanto, que o dever de conduta do empregador é inquestionável, em razão do comando expresso da legislação.

Os argumentos da reclamada são, entre outros, no sentido de que cumpria as normas de segurança do trabalho, pois realizava cursos constantes de segurança e acidente de trabalho, fornecida EPI e a rotina laboral sofria constantes fiscalizações de seus técnicos.

O laudo pericial não indicou o nexo causal entre a atividade laboral e a doença apresentada. À fl. 445, refere-se o Sr. perito que o reclamante é portador de alterações degenerativas ao nível da coluna vertebral cervical e dorso lombar, confirmadas por exame de ressonância magnética. As doenças seriam *desidratação discal* e *espondilodiscoartrose*, de cunho degenerativo, não sendo caracterizado como acidente de trabalho. **Ressalvou que o esforço e postura do reclamante na execução de suas atividades laborativas podem desencadear sintomatologia dolorosa.**

O senhor perito concluiu pela inexistência de acidente de trabalho. Respondeu negativamente ao questionamento feito no sentido se as funções/atribuições do autor indicam algum nexo de causalidade com a doença apresentada. Contudo, mais adiante respondeu **de forma positiva** à seguinte pergunta: **"as tarefas que executava favoreceram o surgimento ou agravamento de problemas na coluna do autor"**. Afirmou ainda que **"deve evitar realizar atividades que exijam grandes esforços físicos"**.

A meu ver, embora reconheça que não houve propriamente acidente de trabalho, entendo que a reclamada não considerou todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

Com efeito, ainda que a doença do autor tenha etiologia degenerativa, não tenho dúvidas ao afirmar que a atividade laboral prejudicou sua saúde, causando-lhe dor e sofrimento.

A reclamada não comprovou que cumpria satisfatoriamente com suas obrigações relativas às normas de segurança e medicina do trabalho, instruindo seus empregados quanto às precauções a tomar no sentido de evitar doenças

Rvst TRT8 2009.pmd 288 23/6/2009, 08:55

ocupacionais.

Mesmo trabalhando o reclamante em trabalho braçal (carregamento de extintores), a reclamada não tomou os necessários cuidados, suficientes para proteger a saúde de seu empregado.

Com efeito, o preposto da empresa, em seu depoimento, confessa que *"os extintores de até 25 kg eram removidos manualmente pelos bombeiros, em caso de substituição; (...) que os extintores com menos de 25 kg eram transportados pelo reclamante manualmente quando não havia mais a possibilidade de acesso por carro, tendo que inclusive subir escadas; (...) que a empresa não possui elevador na área industrial; que na fábrica, mais especificamente nas plataformas de celulose e de geração de energia, possuem quinze andares, sendo que os extintores ficam localizados até o décimo primeiro andar.*

É certo que o art. 198 da CLT, estabelece que é de 60 kg o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

Contudo, na instrução processual revelou-se que era exigido do reclamante, para o exercício de suas funções, esforço físico demasiado, já que carregava peso em seus ombros e braços por longas distâncias, inclusive por escadas de vários andares.

A NR 17, pela redação dada pela Portaria TEM 3.751/1990, estabelece no item 17.2.2, relativo ao Levantamento, transporte e descarga individual de materiais, que ***não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador, cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde*** *ou sua segurança.* A seguir, no item 17.2.3, dispõe que *todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves,* ***deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar com vistas a salvaguardar sua saúde*** *e prevenir acidentes.* E ainda, o item 17.2.4 prevê, *com vistas a limitar ou facilitar o transporte manual de cargas, que* ***deverão ser usados meios técnicos apropriados.***

Embora a CLT fixe o peso máximo de 60 kg para o levantamento manual de carga, no caso dos autos havia o manuseio freqüente de cargas em condições de esforço excessivo, já que **o reclamante subia até 11 degraus carregando extintores de incêndio, em local onde não existia elevador, aumentando substancialmente o risco de lombalgias e outras doenças da coluna cervical.**

A reclamada, certamente, ao permitir que seu empregado trabalhasse em tais condições, não cumpria com as obrigações previstas na NR 17 acima mencionados.

Logo, existindo nos autos provas de descumprimento de normas relativas à saúde do trabalhador e, restando comprovado que o reclamante, portador de doença degenerativa, era submetido a condições de trabalho extremamente prejudiciais a sua saúde, que agravaram o delicado estado de sua coluna cervical, reconheço a existência de dano indenizável, na forma do art. 927 do Código Civil.

VALOR DA INDENIZAÇÃO

A fixação do valor da indenização não observa regra legal, ficando ao arbítrio do juiz, que deve levar em conta as circunstâncias fáticas, as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O magistrado deve considerar o grau de culpa do agente, a extensão do dano causado à vítima e a eventual participação da vítima para o resultado danoso.

Rvst TRT8 2009.pmd 289 23/6/2009, 08:55

A culpa do agente já foi acima estabelecida. A extensão do dano causado à vítima não pode ser considerado um fator agravante, já que houve não houve perda funcional do órgão afetado, sendo que o reclamante não perdeu a capacidade laborativa, embora deva ficar afastado definitivamente das suas funções laborativas anteriores, estando em processo de reabilitação profissional.

A participação da vítima para o resultado danoso não ficou estabelecida.

Como fato atenuante, cito a origem da doença, que revelou-se não ocupacional, mas de caráter degenerativo, sendo que as atividades laborais com esforço físico excessivo serviram para agravar a problema, provocando no empregado dor e desconforto.

Conquanto tenha o autor postulado a quantia equivalente a R$500.000,00 mais a pensão mensal, como o objetivo da lei não é o de promover o enriquecimento do autor, entendo que o valor da indenização, em razão das circunstâncias acima demonstradas, deve ser fixada em R$31.204,08, correspondente a 24 meses de salário.

De qualquer forma, o objetivo é pedagógico, para que a reclamada não reincida no ato ilícito cometido com relação a seus empregados.

DA PENSÃO MENSAL

Indefiro o pleito, porque não houve perda definitiva da capacidade laboratícia decorrente de acidente de trabalho.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso do reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou-lhe, em parte, provimento para, reformando parcialmente a sentença recorrida, condenar a reclamada ao pagamento da indenização prevista no art. 927 do Código Civil, no valor de R$31.204,08 (trinta e um mil, duzentos e quatro reais e oito centavos), mantendo a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas pela reclamada no importe de R$624,08, apuradas sobre o valor da condenação.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE PROFERIDO PELA EXMª DESEMBARGADORA ODETE DE ALMEIDA ALVES, VENCIDOS OS EXMºS DESEMBARGADORES ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR E SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY, DAR-LHE, EM PARTE, PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 927 DO CÓDIGO CIVIL, NO VALOR DE R$31.204,08 (TRINTA E UM MIL, DUZENTOS E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS), MANTENDO A R. SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELA RECLAMADA DE R$624,08, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 13 de janeiro de 2009. (DOJT8 23.01.2009)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 290 23/6/2009, 08:55

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRABALHO

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00462-2007-011-08-00-1
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTE: **BANCO BRADESCO S. A.**
Advogado: Dr. Edson Lima Frazão

RECORRIDO: **NIVALDO RIBEIRO JACINTO PEREIRA**
Advogada: Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRABALHO - As provas trazidas aos autos demonstram que o reclamante foi vítima de doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho, havendo nexo de causalidade, isto é, a relação de causa e efeito entre o evento e o resultado, e a lesividade, além de redução da capacidade laborativa. Mantenho a sentença que reconheceu estar a doença acometida pelo reclamante relacionada a acidente do trabalho.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, provenientes da MM. 11ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes como recorrente, BANCO BRADESCO S.A., e como recorrido, NIVALDO RIBEIRO JACINTO PEREIRA.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço do recurso interposto pelo reclamado, porque atendidos os pressupostos legais de admissibilidade.

Considero as contra-razões apresentadas pelo reclamante, pois atendem os requisitos pertinentes.

2.2 MÉRITO

2.2.1 DA PRESCRIÇÃO

O recorrente volta a sustentar que o direito de ação do recorrido está fulminado pela prescrição bienal, pois a ação foi proposta depois de dois anos após a data efetiva do afastamento de sua atividades laborais ocorrida em 30.01.2005.

Não há como prosperar a alegação do banco recorrente.

A MM. Juíza de primeiro grau entendendo que, no caso concreto, mesmo sendo concedido o benefício previdenciário auxílio doença acidentário em 30.01.2005, como o autor retornou ao trabalho, e continua exercendo atividades funcionais, não se consolidou o prazo prescricional extintivo do direito de ação em 30.01.2007, uma vez que o contrato continua em pleno e regular curso. Rejeitou assim, a prejudicial.

Rvst TRT8 2009.pmd 291 23/6/2009, 08:55

Concordo com o entendimento da MM. Juíza de primeiro grau, de que com o ajuizamento da ação em 29.03.2007, ainda não havia se consolidado o prazo recursal.

A matéria em destaque envolve a declaração de prescrição e a extinção do processo, por conseguinte, com resolução do mérito, conforme disciplina o artigo 269, IV, do Código de Processo Civil aplicado subsidiariamente ao processo trabalhista, motivado pelo artigo 769 da Consolidação das Leis Trabalhista.

Entendo que a regra prescricional a ser aplicada em caso de indenização proveniente de acidente de trabalho é a do Código Civil, ou seja trienal.

No presente caso, verifica-se pelos documentos de fls. 67/69, que foi concedido ao reclamante o benefício do Auxílio Doença Por Acidente do Trabalho requerido em 10/02/2005, com início de vigência a partir de 30/01/2005, ficando o mesmo afastado do serviço até julho/2007, sendo o seu contrato de trabalho suspenso.

Ora, tanto a doutrina como a jurisprudência tem entendido que suspenso o contrato de trabalho, a prescrição a ser aplicável é a quinquenal.

Ademais, o recorrido afirmou em seu depoimento à fl. 467, que em agosto de 2007 ele retornou com limitações às suas atividades funcionais.

Portanto, não há como ser acolhida a prescrição bienal arguída pelo reclamado, pois, a quando do ajuizamento da reclamatória, ainda, não havia transcorrido mais de dois anos.

Rejeita-se a prejudicial, por falta de amparo legal.

2.2.2 DO DANO MORAL - INEXISTÊNCIA.

O recorrente alega que não há nos autos prova capaz de condenar o Banco ao pagamento do valor de R$486.959,00, a título de indenização por danos morais. Aduz, ainda, que o depoimento do reclamante apresenta diversas contradições, em razão do que não serve como prova dos fatos declinados na inicial.

Prosseguindo, o recorrente enfatiza que o Banco sempre esteve atento às normas de segurança do trabalho e sua implementação em seu ambiente, e que não existe nexo causal entre a doença que acomete o reclamante, bem como suas atividades laborais no âmbito do trabalho.

Em sua defesa às fls. 123/138, o reclamado alegou que não descumpriu nenhuma norma constitucional, não cometeu nenhum ato de discriminação, não atentou contra a honra do reclamante, sua boa fama, sua imagem, sua dignidade, reputação profissional, nada que pudesse imputar ao banco qualquer culpa. Aduziu, ainda, que os locais, equipamentos e materiais de trabalho oferecidos ao reclamante sempre estiveram dentro dos padrões de qualidade e em consonância com as normas legais.

Asseverou, também, que o reclamante realizava exames médicos periódicos através de médico do trabalho, recebia treinamento e orientações sobre o métodos de trabalho e prevenção de acidentes.

O recorrido disse na inicial, que foi admitido em 03.10.1977 pelo Banco Econômico S/A, e que durante todo o contrato exerceu diversas funções. Disse, ainda, que desde junho de 2001 já sentia os sintomas da afecção que ora o acomete, pois sentia fortes dores nos membros superiores, decorrente do exercício de atividades repetitivas, com o uso intensivo do computador, digitação, além da contagem de dinheiro da época em que era caixa. Aduziu, também, que em 14 de janeiro de 2005, não suportando mais as dores que sentia procurou o médico

Rvst TRT8 2009.pmd 292 23/6/2009, 08:55

que o acompanhava, sendo afastado do serviço por um período de 15 dias e, submetido a um exame de ressonância magnética foi constatado tendinite e bursite no ombro esquerdo e no ombro direito. Em 25 de janeiro de 2005 foi avaliado por médico do trabalho que confirmou o laudo acima.

Declarou que quando foi admitido gozava de perfeita saúde e em total condições de desempenho profissional e, após o acidente teve a sua capacidade laborativa reduzida e não pode mais exercer as suas atividades habituais e ainda tem que enfrentar preconceito da sociedade empresarial que vê como óbice a contratação de empregado doente, o que causa uma desvantagem para o mercado de trabalho.

Analisa-se.

O acidente do trabalho, segundo o art. 19 da Lei 8.213/91, "*É o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade permanente ou temporária para o trabalho"*.

Por outro lado, para ficar configurado o acidente do trabalho, é necessário a existência do nexo de causalidade, isto é, da relação de causa e efeito entre o evento e o resultado, e a lesividade. Todavia, no que se refere à doença associada ao trabalho, para que esta seja uma doença do trabalho considerada como acidente do trabalho, faz-se necessário que a mesma produza incapacidade laborativa.

Diante do que consta nos autos, a razão não está com o reclamado, ora recorrente, e sim, com o reclamante-recorrido que, realmente, foi vítima de doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho.

Constata-se pelos documentos juntados aos autos, que o reclamante foi acometido de uma tendinite do supra-espinhoso e bursite sub-acromial e sub-deltoidea tanto no ombro direito, como no ombro esquerdo. Constata-se, ainda, que em razão da doença a que foi acometido, ficou incapacitado para o trabalho sendo afastado do serviço e concedido o benefício do auxílio doença por acidente do trabalho.

Verifica-se, também às fls. 391/421, que foi realizado por uma médica, especialista em Medicina do Trabalho e Perita Judicial, um Laudo Técnico Pericial para avaliação de um caso de suspeita de doença relacionada ao trabalho em empregado do Banco BRADESCO S/A, Sr. NIVALDO RIBEIRO JACINTO PEREIRA, cuja conclusão é a seguinte:

> "*Considerando as situações acima expostas;*
>
> *Considerando que as condições de trabalho e atividades desenvolvidas na empresa dão favoráveis à incidência da patologia;*
>
> *Considerando que o reclamante apresenta alterações nos exames complementares representadas por percentual de glicemia elevada que pode gerar neuropatia e presença de imagem arredondada na glenóide sugerindo ilhota de osso denso (calcificação) e que o RX do Ombro Direito apresenta pequena imagem densa, ovalada, na projeção da glenóide, podendo corresponder à ilhota óssea; Pequena esclerose subcondral reacional, na tuberosidade maior do úmero; Pequenos osteófitos no rebordo inferior da glenóide; além de Osteopenia periarticular;*

Rvst TRT8 2009.pmd 293 23/6/2009, 08:55

> *Concluímos, a critério do douto juízo, que o reclamante ainda hoje é portador de uma patologia comprovada pela ressonância magnética recente, localizada em ambos os ombros, de origem nas atividades desenvolvidas na empresa reclamada em associação com patologias intrínsecas do Reclamante.*
>
> E que sua incapacidade neste momento pode ser classificada como GRAU II dos critérios estabelecidos no Guides to the Evaluation Permanent Impairment para caracterização da disfunção e da incapacidade provocada por LER/DORT (4ª Edição 1995), ou seja, a dor é mais persistente e localizada, podendo ser acompanhada de formigamento e perda de sensibilidade. Permite o desempenho da atividade profissional já com redução da produtividade.*"*

O documento de fl. 422, emitido pelo INSS, e datado de 26/02/2007, informa que o segurado NIVALDO RIBEIRO JACINTO PEREIRA apresenta como diagnóstico Tendinite dos Ombros D/E + Bursite, vinculado a empresa, na função de Analista de O. M., e sendo avaliado pela Equipe de Reabilitação Profissional, que determinou a troca de função, sendo contra indicado exercer atividades que exijam movimentos repetitivos com ambos os MMSS. Informou, ainda,que apesar da limitação o segurado apresenta potencial laborativo para retornar ao trabalho, solicitando ao banco providenciar uma nova função ou atividades compatíveis com o quadro físico atual.

Portanto, não resta nenhuma dúvida, de que o recorrido, no exercício diário de suas tarefas, foi acometido de uma tendinite do supraespinhoso e bursite em ambos os ombros, o que causou o seu afastamento ao serviço, ainda que temporário, sendo que o seu retorno ao serviço, por recomendação médica para se evitarem esforços repetivos, o foi para função diferenciada.

Por outro lado, o recorrente não trouxe para os autos nenhuma prova de sua alegação, de que a doença adquirida pelo reclamante não teve relação com o trabalho executado no banco, não havendo qualquer nexo de causalidade nesse sentido. Não houve sequer comprovação de que o Banco tenha cumprido os procedimentos previstos em seus Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Agiu acertadamente a MM. Juíza de primeiro grau, ao reconhecer que a doença que acometeu o reclamante, por ser doença ocupacional, é considerada acidente do trabalho, por consequência, deferiu o pedido de indenização por danos morais e materiais. A culpa do reclamado e o nexo de causalidade do dano sofrido pelo autor restaram evidentes durante a instrução processual.

2.2.3 DA INEXISTÊNCIA DE DANO MATERIAL

O recorrente pretende a reforma da decisão que o condenou a pagar ao recorrido o valor de R$63.276,87, a título de dano material com relação a parte do pedido em que reclama a reparação monetária dos salários: auxílio alimentação e ajuda cesta básica previstos na norma coletiva da categoria. Aponta que o recorrido, além do valor de R$2.182,65 que recebeu do Órgão Previdenciário, a título do benefício Auxílio Doença Por Acidente do Trabalho, ainda recebeu do Banco a título de Complemento Auxílio Doença, o valor de R$2.596,87. Logo, somando-se os dois valores totaliza o montante de R$4.779,52, exatamente a remuneração mensal paga como se o mesmo estivesse na ativa. Alega, assim,

Rvst TRT8 2009.pmd 294 23/6/2009, 08:55

que não há qualquer diferença em favor do reclamante, pois no período em que o mesmo esteve em gozo de benefício previdenciário recebeu a devida complementação do benefício pago pelo INSS.

O reclamante disse na inicial, que desde a concessão do benefício pelo órgão previdenciário, recebia complementação salarial prevista na cláusula vigésima sexta da Convenção Coletiva da categoria, a qual garante aos empregados afastados antes de 01.092005 a complementação pelo empregador da diferença entre o salário de benefício e remuneração recebida pelo trabalhador. Disse, ainda, que a última diferença recebida foi no valor de R$2.993,80, e que atualmente recebe benefício no valor aproximado de R$2.356,68. Alegou, também, que quando entrou de auxílio doença em 30.01.2005, o benefício garantido por força de norma coletiva cessou, o que representou uma brutal redução na ordem de R$2.993,80.

De fato, compulsando os autos, mas precisamente os comprovantes de pagamento, fls. 101/112, constata-se que houve um decréscimo salarial a partir do momento em que o reclamante entrou em gozo de auxílio doença por conta da suspensão do contrato.

Ou seja, os comprovantes de pagamento referente aos meses de fevereiro e março de 2005 evidenciam que o reclamante, além do benefício do INSS no valor de R$2.271,72, ainda recebia complemento auxílio doença no valor de R$2.596,87, sendo o total de vencimentos R$4.868,59. Todavia, em abril/2005 o reclamante recebeu R$2.596,87, em R$2.632,85.

A MM. Juíza *a quo*, consoante fls. 650/656, apreciou com muita propriedade a parcela em exame, demonstrando, através de parâmetros estabelecidos, o qual adoto, o valor devido pelo reclamado.

Mantenho o decisório que deferiu a indenização por dano material no valor de R$63.276,87.

2.2.4 DO QUANTUM DEBEATUR

O recorrente manifesta o seu inconformismo contra os valores reconhecidos a título de indenização por danos morais, de R$486.959,00, indenização por danos materiais, de R$63.276,87, entendendo absurdo tais valores. Afirma, ainda, que a postura do juiz acerca da fixação do *quantum* é de cautela, sendo livre e equitativa a apreciação, diante das particularidades de cada caso concreto.

Entendo assistir razão ao recorrente.

De fato, os valores fixados pela Juíza *a quo*, a título de indenização por dano moral, em cem vezes o valor indicado pelo reclamado, R$4.869,59 X 100 = R$486.959,00, a meu ver, revela-se excessivo e desproporcional, até porque o reclamante retornou às suas atividades profissionais. Entendo razoável que o valor seja fixado em 20 vezes o salário recebido pelo recorrido.

Assim sendo, reduzo o valor da indenização por dano moral para o total de 20 (vinte) vezes o salário percebido pelo autor, ou seja, R$4.869,59 X 20 = R$93.791,80.

2.2.5 DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DA JUSTIÇA GRATUITA

Salienta o recorrente que o recorrido não fez prova de que a sua situação econômica não lhe permite demandar sem prejuízo do sustento próprio e da sua família, não estando amparado pelo disposto no art. 14 da Lei 5.584/70.

Não assiste razão ao recorrente.

Rvst TRT8 2009.pmd 295 23/6/2009, 08:55

O recorrido além de estar assistido do seu sindicato de classe, ainda demonstrou não possuir condições de arcar com os ônus do processo sem prejuízo de sua subsistência e de sua família.

Ademais, o próprio TST já se posicionou a respeito da possibilidade do pedido de justiça gratuita ser formulado pelo advogado do reclamante e mediante simples afirmação de que a situação econômica do autor não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Nesse sentido, é o que se encontra preconizado na OJ nº 304, da SDI - I, do C. TST, *verbis*:

> *"Honorários advocatícios. Assistência judiciária. Declaração de pobreza. Comprovação. Atendidos os requisitos da Lei n. 5.584/1970 (art. 14, §2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, §1º, da Lei n. 7.510/1986, que deu nova redação à Lei n. 1.060/1950)".*

Assim, correta a sentença que deferiu honorários advocatícios e concedeu ao reclamante o benefício da justiça gratuita. Todavia, com a redução do valor da indenização por dano moral para R$93.791,80, o valor a ser deferido a título de honorários advocatícios é de R$23.560,30.

2.2.6 DO PREQUESTIONAMENTO

Considero prequestionados mas não violados os dispositivos citados pelo recorrente, quais sejam: artigos 5º, II, XXII, LIV E LV, 7º, XXIX e 114, VI e IX, da Constituição Federal; artigos 186, 188, I, 206, § 3º, V, 927 e 2028, do Código Civil; art. 333, I, do Código de Processo Civil, e art. 11, I, da CLT; Lei 11.430/2006 e Decreto nº 6.042/2007; Lei nº 7.115/83; Lei nº 7.510/86; art. 4º da Lei 1.060/50.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário. No mérito, rejeitando a prejudicial de prescrição bienal, dou provimento parcial ao apelo para, reformando a sentença, reduzir a condenação da indenização por dano moral para R$93.791,80, consequentemente, o valor dos honorários advocatícios para R$23.560,30. Mantenho a r. decisão recorrida em seus demais termos, inclusive quanto as custas. Tudo conforme a fundamentação. Considero prequestionados mas não violados os dispositivos citados pelo recorrente, quais sejam: artigos 5º, II, XXII, LIV E LV, 7º, XXIX e 114, VI e IX, da Constituição Federal; artigos 186, 188, I, 206, § 3º, V, 927 e 2028, do Código Civil; art. 333, I, do Código de Processo Civil, e art. 11, I, da CLT; Lei 11.430/2006 e Decreto nº 6.042/2007; Lei nº 7.115/83; Lei nº 7.510/86; art. 4º da Lei 1.060/50.

3 CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, REJEITANDO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO BIENAL, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, REDUZIR A CONDENAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PARA R$93.791,80, CONSEQUENTEMENTE, O VALOR DOS

Rvst TRT8 2009.pmd 296 23/6/2009, 08:55

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA R$23.560,30; MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO AS CUSTAS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. CONSIDERO PREQUESTIONADOS MAS NÃO VIOLADOS OS DISPOSITIVOS CITADOS PELO RECORRENTE, QUAIS SEJAM: ARTIGOS 5º, II, XXII, LIV E LV, 7º, XXIX E 114, VI E IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ARTIGOS 186, 188, I, 206, § 3º, V, 927 E 2028, DO CÓDIGO CIVIL; ART. 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E ART. 11, I, DA CLT; LEI 11.430/2006 E DECRETO Nº 6.042/2007; LEI Nº 7.115/83; LEI Nº 7.510/86; ART. 4º DA LEI 1.060/50.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 10 de março de 2009. (DEJT 13.03.2009)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho, Relatora.

****

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - CASO FORTUITO.

ACÓRDÃO TRT/ 3ª T./RO 00952-2007-118-08-00-0
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **MARIA DO SOCORRO GABINO ALVES**
Dr. Miraldo Júnior Vilela Marques

RECORRIDO: **BANCO BRADESCO S.A.**
Dr. Edson Lima Frazão

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - CASO FORTUITO. Considerando que a empresa não contribuiu por omissão (ou culpa por negligência) para o acontecimento do evento danoso ocorrido com o reclamante, não pode o empregador ser obrigado a indenizar, eis que não verificado o "ato ilícito" tipificado no art. 186 do Código Civil.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário, oriundo da MM. Vara do Trabalho de Redenção, em que são partes, como recorrente e recorrido, os acima indicados.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO

Conheço do recurso ordinário, eis que adequado, tempestivo (fls. 348 e 353), subscrito por advogado habilitado nos autos (fls. 184), sendo a reclamante beneficiária da justiça gratuita (fl. 347).

Admito as contra-razões, pois em ordem.

Rvst TRT8 2009.pmd 297 23/6/2009, 08:55

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Volta-se o recorrente contra a sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido de dano moral, em decorrência de assalto ocorrido na agência do recorrido na cidade de Redenção. Sustenta que a atividade do recorrido é de risco, razão pela qual deve ser reconhecida sua responsabilidade, independente de culpa, pelos danos causados à recorrente.

Assevera que o recorrido não agiu com o controle e segurança necessária para salvaguardar seus empregados, tanto que teria falecido um de seus empregados. Diz que após o assalto nenhuma providência foi tomada para amenizar as conseqüências traumáticas do assalto, como assistência psicológica, conforme teria sido provado pelo depoimento do preposto e das testemunhas.

Observa que um empregado do recorrido teria participado do assalto, razão pela qual, também, o recorrido deve ser responsabilizado.

Aduz que restou provado nos autos o dano moral em virtude do assalto que abalou a reclamante, causando-lhe sério e longo transtorno psicológico (1990 a 1998) e crises depressivas, conforme evidenciado nos documentos de fls. 10 e 315.

Pede a reforma da decisão recorrida para condenar a reclamada a pagar à recorrente indenização por dano moral.

Analiso.

Prescreve o artigo 5º, inc. X, da Constituição Federal que *"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".*

O art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal/88, envolve dois tipos de responsabilidade. Uma de natureza objetiva, de aspecto previdenciário, em que as partes no litígio são segurado e INSS, e outra de natureza subjetiva, apurada em face do empregador, quando haja a prova do dolo ou culpa simples (imprudência, negligência ou imperícia).

Daí a dicção de que o trabalhador tem direito, dentre outros, a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. De onde se extrai que o dever de indenizar decorre da responsabilidade subjetiva do agente, seja por dolo, seja por imprudência, negligência ou imperícia, descabendo falar-se em responsabilidade meramente objetiva, independentemente da existência de culpa.

Ressalte-se que o dispositivo constitucional acima referido não distingue grau de culpabilidade do empregador, sendo devida a indenização comum por acidente de trabalho, ainda que levíssima a culpa do patrão. Apenas nas hipóteses de o acidente ocorrer por culpa exclusiva da vítima, por caso fortuito ou força maior, não cabe reparação civil por parte do empregador.

Porém, há requisitos essenciais para a responsabilização empresarial. Sem a conjugação unitária de tais requisitos, não há que se falar em responsabilidade do empregador por quaisquer das responsabilidades vindicadas.

Na contestação, a reclamada afirma que não concorreu para o assalto e nem a ele deu causa, quer culposa ou dolosamente, razão pela qual improcede o pedido do autor. Diz que não houve qualquer exposição e ofensa à imagem e honra da reclamante. Afirma que o assalto foi uma fatalidade cometida por terceiros.

Em depoimento o recorrente afirmou (fl. 234/235):

> "Que confirma os termos da exordial; que trabalha atualmente como diretora de secretaria da Vara Agrária de Redenção, devidamente aprovada em concurso; que cursa o 3º ano de

Rvst TRT8 2009.pmd 298 23/6/2009, 08:55

Direito na Faculdade de Redenção; que ultimamente tem se submetido a tratamento e acompanhamento médico em Redenção, com o dr. Ederson; que se ausentou do serviço por duas vezes, para tratamento de saúde em Goiânia; que em outras oportunidades, aproveitava os seus períodos de férias para também se submeter a tratamento; que somente em 1998 veio a descobrir que o seu mal era traumático-psicológico; que se submetia a exames períodos quando trabalhava no reclamado; que consultou vários médicos e, muitas vezes, estes lhe passavam atestado para se ausentar do trabalho e se tratar mas ela, "de besta", guardava o atestado e ia trabalhar; que não se submeteu, naquela época, a consultas com Médico do Trabalho; que nunca se submeteu, periodicamente, a exames com Médico do Trabalho; que houve um assalto à agência em que trabalhava, em 14/07/1987 e, a depoente, juntamente com mais dois funcionários e dois clientes, foram feitos reféns, pelas 17h e só liberados às 21h do mesmo dia; que o banco possuía apenas um alarme, que anunciava o assalto junto à Delegacia de Polícia; que após o assalto não recebeu qualquer assistência médica ou psicológica de parte do reclamado; que na época do assalto, o banco não possuía plano de saúde para os seus empregados; que usufruiu de uma Caixa Beneficente do banco, enquanto lá trabalhou; que a finalidade dessa Caixa Beneficente era a de promover empréstimos de dinheiro com taxas mais suaves; que ate hoje ainda se sente afetada pelas consequências daquele episódio do assalto, quando se tornou refém; que o assaltante fez uma parede humana para protegê-lo dos policiais, utilizando-se da depoente, do Geraldo e dos dois clientes; que a sra. Marlene foi utilizada como escudo individual do assaltante; que o Geraldo foi atingido por tiros e morreu no local do assalto; Nada mais."(sic)

O preposto da reclamada afirmou (fls. 235/236):

"que houve um assalto à agência do reclamado, em Redenção, onde a reclamante trabalhava; que nesse assalto morreu um funcionário do banco, de nome Geraldo; que a reclamante ficou em torno de uma hora e meia sob o domínio do assaltante, tendo se retirado da agência após esse tempo; que na época do assalto o banco possuía sistema de segurança, como alarme 24 horas, dois guardas internos e proteção policial externa; que havia vistoria da Polícia Federal, todo ano, quanto ao plano de segurança e o mesmo era sempre aprovado; que na época a reclamante era beneficiária do Plano de Saúde Bradesco; que na época, os funcionários do banco eram submetidos a exames médicos períodos, de seis em seis meses; que a reclamante nunca se afastou do serviço para tratamento médico, nem mesmo após o episódio do assalto na agência; que na época do assalto a reclamante não foi submetida a exames com o

Rvst TRT8 2009.pmd 299 23/6/2009, 08:55

psicólogo que o banco mantém para assistência aos seus funcionários; que normalmente a iniciativa para consulta ao psicólogo é do bancário; que no caso da reclamante, não sabe dizer se o Setor de Recursos Humanos procurou a reclamante para saber se ela estava precisando se submeter a uma consulta com psicólogo; que o depoente trabalha no banco há 24 anos; que os exames médicos periódicos, ficam registrados na pasta do funcionário que, por sua vez, recebe uma via daqueles exames; que na época em que houve o assalto e posteriormente, o depoente não sabe onde eram feitos os exames periódicos. Fica determinado ao reclamado que apresente esses exames do período em que a reclamante trabalhou, no prazo de 30 dias, sob as penas da lei. A reclamada protesta, sob a alegação de que por se tratarem de documentos emitidos há mais de cinco anos, imagina que os mesmos já nem se encontrem mais em seus arquivos, o que será examinado oportunamente. Nada mais."(sic)

A primeira testemunha da reclamante, Sra. Marlene Maria Morais Gomes, afirmou (fl. 236/237):

"que em julho/87 houve um assalto à agência do reclamado, nesta cidade, na qual a depoente e a reclamante estavam trabalhando na hora; que a depoente serviu de escudo humano para o assaltante, que obrigou a reclamante e outros mais a permanecerem no local, sob pena de matar a depoente; que a depoente foi atingida por um tiro e foi retirada do local após oito horas do início do assalto; que quando saiu, a reclamante lá permaneceu; que na época, a única segurança que havia no banco era presença de um guarda particular; que no momento do assalto foram feitos reféns o sr. Geraldo (gerente do banco), a reclamante e mais dois clientes; que, na hora do assalto, o sr. Geraldo foi atingido por um tiro e faleceu; que durante o assalto houve um tiroteio; que além da depoente e do Geraldo houve mais uma vítima de tiro, que não veio a falecer; que na época não havia exame médico periódico para os empregados da agência; que ficou afastada do serviço até aproximadamente outubro/1987; que não sabe dizer se a reclamante se afastou do serviço após o assalto; que quem arcou com as despesas do tratamento médico da depoente foi o reclamado, não sabendo informar no que diz respeito à reclamante; que quando a depoente voltou a trabalhar, ela percebeu que todos os funcionários do banco estavam abalados psicologicamente, inclusive, a reclamante; que o assaltante fez um escudo humano para protegê-lo da polícia, utilizando-se da reclamada, do sr. Geraldo e de outros mais; que após o assalto, qualquer movimento na porta do banco, era motivo para todos ficarem preocupados; que após a saída da depoente do banco, não manteve mais contato com a reclamante; Nada mais."(sic)

Rvst TRT8 2009.pmd 300 23/6/2009, 08:55

A segunda testemunha da reclamante, Sr. Rosemar André Pereira, declarou (fl. 237/238):

> "que tem notícia de que a agência em que a reclamante trabalhava foi assaltada, não sabendo dizer se a mesma foi feita refém; que após o assalto a reclamante se submeteu a tratamentos psicológicos; que esse tratamento durou aproximadamente um mês, com a dra. Débora, psicóloga indicada pelo depoente, em Goiânia; que ao manter contato com a reclamante, o depoente percebeu que a mesma se encontrava precisando com tratamento com psicólogo, o que motivou a indicação da mesma a dra. Débora; que conhece a reclamante desde 1982, através do banco; que reside em Redenção há 27 anos, sendo que após 13 anos de residência aqui, se ausentou por 10 anos e retornou há 3 anos; que o depoente era cliente do banco, na época do assalto; que a reclamante manteve contato com o depoente, em Goiânia, no ano de 1998; que o primeiro encontro da reclamante com o depoente, em Goiânia, foi em um salão da esposa do depoente, onde a reclamante costumava frequentar; que não existe parentesco ou amizade íntima entre a esposa do depoente e a reclamante; que desconhece o local onde a reclamante se hospedou em Goiânia, durante o período em que se submeteu ao tratamento com a psicóloga; que as notícias que sabe a respeito desse caso, em Goiânia, obteve através da sua esposa, que mantinha contato com a reclamante; que percebeu, no primeiro encontro que teve com a reclamante, que a mesma estava com sua auto-estima abalada, com pouco entusiasmo, inclusive com relação aos cuidados da vaidade feminina que, na época, parecia inexistir; que antes do assalto o depoente mantinha contato com a reclamante e a mesma estava sempre alegre, bastante vaidosa, completamente diferente daquele primeiro encontro entre os dois; que o período em que se ausentou da cidade, foi de 1993 a 2003; que nesse período acima, só se encontrou com a reclamante em 1998, quando a mesma esteve em tratamento em Goiânia, em algum período de férias do filhos da reclamante lá em Goiânia ou nos períodos de férias do depoente, que costumava gozá-las em Redenção; que os encontros em Redenção não eram na agência do banco, mas, casualmente, na rua; Nada mais."

A terceira testemunha da reclamante, Sra. Odete Domingues de Brito Sampaio, afirmou (fl. 238/239):

> "que trabalhou para o reclamado do ano de 1985 até aproximadamente 2004, sempre junto com a reclamante; que no dia 14/07/1987 a agência sofreu um assalto a mão armada; que o assaltante fez uma refém de escudo humano, que foi a sra. Marlene, enquanto que outros funcionários do banco, inclusive a reclamante, ficaram sob o domínio do mesmo; que no momento do assalto, houve tiroteio entre o assaltante e policiais, tendo falecido o gerente e atingidas duas outras pessoas; que o assalto durou por mais de 20

Rvst TRT8 2009.pmd 301 23/6/2009, 08:55

horas; que a segurança da agência para prevenir assaltos, se restringia a um guarda, não sabendo dizer se havia alarme; que não se lembra se havia exames médicos periódicos na época do assalto; que após 24 horas do assalto, a agência voltou a funcionar; que a reclamante não compareceu ao serviço nesse dia, porque estava no velório do gerente que faleceu no dia anterior, vítima de tiros; que não se lembra se compareceu alguém da diretoria do banco à agência, após o assalto; que após o assalto todos os funcionários da agência ficaram traumatizados e trabalhando sempre preocupados; que após o assalto nenhum dos funcionários passou por exames com psicólogo; que no primeiro dia de funcionamento após o assalto, houve uma reunião com a gerência, onde se falou que o pessoal poderia voltar a trabalhar normalmente, que tudo estaria tranquilo; que a depoente e a reclamante se encontravam nessa reunião; que se lembra de que a reclamante saiu uma vez do serviço, não sabendo dizer se foi de férias ou para tratamento; que o banco possuía plano de saúde, naquela época; Nada mais."

Já a única testemunha da reclamada, Sra. Cleci Terezinha Memelak, declarou (fl. 239):

"que acha que o banco possui plano de saúde, desde antes do assalto à agência de Redenção; que inicialmente, acha que os funcionários eram submetidos a exames médicos a cada seis meses e, ultimamente, isso passou a ser a cada três meses; que na época do assalto o banco possuía um sistema de alarme e dois guardas, que trabalhavam durante o expediente; que não sabe dizer se a reclamante, após o assalto, se ausentou do serviço para se submeter a exame com psicólogo; que os médicos que faziam os exames nos bancários, vinha de fora e a depoente não se lembra do nome de qualquer deles; que todos os funcionários da agência se submetiam a esses exames; que no dia do assalto houve um tiroteio na agência, tendo sido atingidos o sr. Geraldo, que veio a falecer, a Marlene e o sr. Franklin; que a depoente conseguiu se retirar de imediato do local e não sabe informar o que se passou no interior da agência, após a sua saída; que o assalto se estendeu até no dia seguinte; que retornaram ao serviço no dia seguinte ao encerramento do assalto; que não houve reunião entre os funcionários, antes do recomeço das atividades; que após um incidente desse tipo, é normal todo mundo ficar traumatizado e com medo; que não sabe dizer se o setor de recursos humanos do reclamado entrou em contato com os bancários da agência, oferecendo assistência psicológica, podendo afirmar que, com a depoente, não; Nada mais."

A reclamante juntou aos autos diversos documentos, entre os quais: declaração de tratamento (fl. 10), receitas médicas(fl. 15, 116, 121, 133), recibo de honorários médicos (fl. 16), jornais da época (fls. 22/24), denuncia do Ministério Público (fls. 26/28), peças do inquérito (fls. 37/77) e diversos exames médicos.

Rvst TRT8 2009.pmd 302 23/6/2009, 08:55

Foi produzida prova pericial.

Primeiramente, foi nomeada como perita a Dra. Tássia Divina Queiroz Vilarinho que apresentou o laudo de fl. 255, todavia foi destituída, conforme decisão de fl. 273, uma vez que não respondeu os quesitos apresentados pelas partes, bem como ausentou-se da cidade de Redenção (fl. 267). Outro laudo foi produzido (fl. 315), cuja conclusão é que a reclamante apresenta sintomas de stress pós-traumático, de stress grave e de transtorno de adaptação, advindo do assalto ocorrido no local de trabalho.

O autor, para obter êxito na pretensão de ressarcimento do dano, pela lei, tem que comprovar a presença dos elementos essenciais da responsabilidade civil aquiliana, ou seja: a) o dano por ele suportado; b) a culpa do empregador; e c) o nexo causal entre o evento danoso e o ato culposo.

Diante do conjunto probatório, entendo que é incontroverso o fato da reclamante apresentar problemas de saúde, conforme os atestados e laudos médicos juntados nos autos. Ressalto que de acordo com a declaração de fl. 10, antes (1985) do assalto na agência da reclamada(julho/1987), a autora já era paciente do profissional que subscreve tal documento.

Todavia considero que não restou provado nos autos a culpa do empregador no assalto ocorrido, que poderia ter agravado os problemas de saúde da reclamante. É inegável que o fato em si gera traumas consideráveis. Entretanto, a reclamada não contribuiu para sua ocorrência, caracterizando-se como fato de terceiro.

Comungo do entendimento que a reclamada adotou as cautelas necessárias a fim de garantir a segurança das pessoas e bens existentes no local. Ficou evidenciado que a reclamada além de possuir alarme, no dia do assalto, além da segurança privada, ao perceber existência de perigo, a polícia foi acionada, conforme demonstram os documentos juntados pela própria reclamante.

Por fim, ressalto que nos termos do art. 144 da CF/88, a segurança pública é dever do Estado, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade da pessoas e do patrimônio.

Desse modo, entendo que, ainda que tenha ocorrido o assalto, não restou comprovado o dolo ou culpa da empresa, não podendo ser à mesma atribuído qualquer dever de indenizar.

Mantenho a decisão recorrida.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. decisão em todos os seus termos. Tudo conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA MANTER A R. DECISÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de março de 2009. (DEJT 26.03.2009)

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 303 23/6/2009, 08:55

MULTA A REVERTER AO FAT, IMPOSTA PELO MPT, EM TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. INEXIGIBILIDADE. EMPRESA DE SAÚDE EM GRAVE CRISE ECONÔMICA, CUJO PATRIMÔNIO DEVE GARANTIR OS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS E A ASSISTÊNCIA MÉDICA, LABORATORIAL E HOSPITALAR AOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO.

ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T./AP 00777-2008-001-08-00-2
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

AGRAVANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
Procurador: Dr. Rodrigo Cruz da Ponte Souza

AGRAVADA: **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO BRAZ**
Advogados: Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro e outros

MULTA A REVERTER AO FAT, IMPOSTA PELO MPT, EM TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. INEXIGIBILIDADE. EMPRESA DE SAÚDE EM GRAVE CRISE ECONÔMICA, CUJO PATRIMÔNIO DEVE GARANTIR OS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS E A ASSISTÊNCIA MÉDICA, LABORATORIAL E HOSPITALAR AOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO. O título executivo representado por uma multa imposta à requerida como penalidade pela falta de pagamento dos salários mensais e 13º salário de seus empregados é inexequível, porque tem natureza de penalidade, e a executada presta serviços de interesse da população e está em grave crise econômica, hipótese em que seu patrimônio deve garantir o crédito principal, os salários dos empregados e a assistência médica, laboratorial e hospitalar dos beneficiários do Plano de Saúde. Aplica-se aqui por analogia, a orientação da Súmula nº 388 do C. TST, que não sujeita a massa falida à multa do § 8º do art. 477 da CLT e à penalidade do art. 467 da CLT, justamente em virtude do seu estado de insolvibilidade, devendo seu patrimônio garantir os créditos principais dos trabalhadores.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Petição,** oriundos da **MM. Primeira Vara do Trabalho de Belém**, em que são partes as acima identificadas**.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do agravo de petição, porque satisfeitos os pressupostos legais de admissibilidade.

DA INEXIGIBILIDADE DO TERMO DO AJUSTE DE CONDUTA

Investe o Ministério Público do Trabalho contra a r. sentença de fls. 38/

Rvst TRT8 2009.pmd 304 23/6/2009, 08:55

56 que, acolhendo exceção de pré-executividade apresentada pela embargada e, com base no art. 168, parágrafo único do Código Civil e demais disposições constitucionais, declarou a nulidade absoluta do Termo de Ajuste de Conduta, caracterizando a hipótese de inexigibilidade do título executivo extrajudicial, com base no art. 618, I, do CPC, restando extinta a execução.

Assevera que o Termo do Ajustamento de Conduta firmado com a agravada não contém apenas obrigações prevendo o cumprimento da lei (cláusulas 1 e 2), mas também prevê conduta eleita pelas partes com condições de modo, tempo e lugar de cumprimento, conforme cláusulas 1.1 e 1.2 (fls. 14).

Ressalta que, com o compromisso assumido no Termo de Ajuste de Conduta, evitou-se que cerca de 276 trabalhadores ajuizassem ações individuais repetitivas na Justiça do Trabalho, em busca do pagamento do 13º salário, além de evitar a exposição desses mesmos trabalhadores diante de seu empregador, em ações na Justiça, pois ainda mantém seus contratos de trabalho.

Destaca que, ainda que as disposições do Termo de Ajuste de Conduta dissessem respeito apenas ao cumprimento do que dispõe a lei, ainda assim, o mesmo seria válido, pois instrumentos como o TAC e Ação Civil Pública não se destinam apenas à reparação ou ressarcimento de danos, agindo também como tutela inibitória, de prevenção, a fim de evitar-se a lesão, diante da ameaça de sua ocorrência, como o conteúdo das cláusulas 1 ou 2 do TAC de fls. 14/15, cuja proteção é consagrada na Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXV). Dessa forma, resta perfeitamente possível que as obrigações já previstas em lei sejam objeto de Termo de Ajustamento de Conduta, pois o que se pretende por esse meio não é a negociação do que se encontra respaldado em lei, mas sim, a prevenção de lesão coletiva, ou seja, a prevenção para que o ilícito trabalhista, capaz de atingir a coletividade de trabalhadores, não se repita.

Quanto à natureza jurídica da multa aplicada por descumprimento ao TAC, sustenta que a mesma não importa em *bis in idem*, como entendeu o douto juízo *a quo*, visto se diferenciarem das multas administrativas impostas pela CLT, já que estas são de caráter punitivo e aquelas são de caráter coercitivo, pois visam assegurar o cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer assumidas no TAC.

Assevera que o TAC preenche todos os requisitos para sua elaboração, sendo lícito, válido e eficaz, prevendo obrigações que a empresa obrigou-se a realizar e a respectiva multa pelo seu inadimplemento e, diante da sua violação, tornou-se exigível no âmbito desta Justiça, na forma do art. 876 da CLT.

Analiso.

O Ministério Público do Trabalho, a partir de denúncia anônima recebida, instaurou Representação que tomou o nº 798/2007 (fl. 18), onde o representante da empresa executada confirmou, em data de 4 de janeiro de 2008, que o 13º salário de seus empregados do ano de 2007 ainda não havia sido pago, em virtude de dificuldades econômicas, esclarecendo que os problemas financeiros pelos quais a empresa estava passando, seriam solucionados até, no máximo, o dia 25 de janeiro do mês corrente, quando então seria possível o pagamento do 13º salário dos empregados. Ato contínuo, foi proposta a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta, com o qual o representante da empresa anuiu e, no mesmo dia, o Diretor da empresa executada compareceu firmando o mesmo.

No Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, que consta às fls. 14/15 destes autos, cujo objeto "*é a fixação de obrigações face ao descumprimento da ordem jurídico-trabalhista*", constam as seguintes cláusulas:

Rvst TRT8 2009.pmd 305 23/6/2009, 08:55

"1) DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO: A empresa se compromete a efetuar o adiantamento da primeira parcela do 13º salário (50% do salário do mês anterior), na forma das Leis n. 4.090/62 e 4.749/65, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano. A segunda parcela do 13º salário deverá ser paga até o dia 20 de dezembro de cada ano.

1.1) DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO DE 2007: A empresa se compromete a efetuar o pagamento do 13º salário do ano de 2007 de todos os seus empregados até o dia 25 de janeiro de 2008.

1.2) DA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO: A empresa deverá juntar nos autos a comprovação do pagamento do 13º salário de 2007, em até 48 horas após o pagamento.

2) DO PAGAMENTO DO SALÁRIO ATÉ O 5º DIA ÚTIL: A empresa se compromete a efetuar o pagamento de salários de todos os seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, na forma do art. 459, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.".

Ficou estabelecido no TAC que o MPT, diretamente, ou através da Delegacia Regional do Trabalho - DRT, acompanharia o fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento.

Em caso de desrespeito, restou consignado no TAC que seria imposta multa mensal no valor de R$1.000,00 por infração e por trabalhador prejudicado, a reverter ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

O TAC não foi cumprido, conforme afirmado pelo Ministério Público do Trabalho, o que também não foi objeto de contestação por parte da executada que, na exceção de pré-executividade, limitou-se a alegar a inexigibilidade do título executivo.

Discorrendo sobre a matéria de execução de termo de ajuste de conduta, assim se posicionou a nobre Desembargadora **Alda Maria de Pinho Couto,** no ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 1548-2003-012-08-00-4:

"*Com o advento da Lei nº 9.958/2000, foi alterado o artigo 876, da CLT, trazendo a possibilidade de serem executados na Justiça do Trabalho títulos extrajudiciais, quais sejam, "os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia".*

O Termo de Ajuste de Conduta (ou Termo de Compromisso) é o documento firmado perante o Ministério Público do Trabalho ou outro órgão público legitimado para ajuizar a ação civil pública, no qual o denunciado reconhece a irregularidade em que se encontra, constatada por Inquérito Civil Público, por outro Procedimento Investigatório ou por outro procedimento administrativo.

Ao reconhecer a irregularidade, o denunciado se compromete a regularizar aquela situação, no prazo e na forma estabelecida pela autoridade pública, havendo estipulação de multa para o caso de descumprimento.

Essa multa, segundo a lição de Francisco Gérson

Rvst TRT8 2009.pmd 306 23/6/2009, 08:55

Marques de Lima (In Execução de Título Executivo Extrajudicial no Processo do Trabalho, LTr), há de ser pesada, de modo a compelir a empresa a não descurar o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, pois o seu cumprimento é benéfico a todos: aos interessados, que concordaram com o Termo de Ajuste de Conduta, ao próprio sistema Judiciário, pois evita o ajuizamento de numerosas ações individuais, à coletividade dos trabalhadores, que tem seus direitos respeitados, e ao próprio empregador, que passa a ter prazo e condições razoáveis para regularizar a situação, sem expor o empregado nem quebrar a empresa.

Caso descumprido o Termo de Ajuste de Conduta, em qualquer de suas cláusulas, a ação cabível será a executiva, nos termos da nova redação do artigo 876, CLT.

O objeto da execução, no caso, será a multa para o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Francisco Lima, na obra já citada, discorre que "A multa para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e para o FDDD (Fundo de Defesa de Direitos Difusos) possui natureza de sanção (cominação, como chama a Lei n. 7.347/85, art. 5º, § 6º), de multa, e não de imposto. [...] Com efeito, tanto o FAT quanto o FDDD tratam-se de fundos, recebendo receitas próprias nos termos das legislações respectivas, incluídas as multas originadas dos Inquéritos Civis Públicos, dos procedimentos investigatórios conduzidos pelo Ministério Público e das Ações Civis Públicas. Na realidade, sob esta ótica, o objetivo desses fundos é gerar recursos para a reconstituição dos bens lesados. Em síntese, a multa é perfeitamente estipulável e desempenha a importante função de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas"."

Estabelece o § 6, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990:

"*§ 6° Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*"

Na presente hipótese, a executada, ao ser instada a cumprir o TAC, opôs exceção de pré-executividade, suscitando a inexigibilidade do mesmo, tendo a r. decisão de primeiro grau acolhido os argumentos propostos e entendido que o TAC firmado não possui o requisito da exigibilidade.

O TAC é um título executivo extrajudicial e, como qualquer outro título executivo, possui certos requisitos, tais como certeza, liquidez e exigibilidade.

O requisito da certeza se apresenta quando o título traz a representação da obrigação certa, não havendo a discussão se a obrigação existe ou não e, no caso dos títulos extrajudiciais, essa discussão será feita no processo incidental de embargos à execução, medida que a executada ainda não tomou, tendo em vista que optou pela exceção de pré-executividade, por entender que o TAC carecia de inexigibilidade.

Com relação à liquidez do título extrajudicial, foi realmente demonstrada no TAC que ficou imposto pelo MPT, multa pelo seu

Rvst TRT8 2009.pmd 307 23/6/2009, 08:55

inadimplemento, tendo o *Parquet* nesta ação de execução discriminado e até reduzido a multa imposta pelo TAC.

Quanto ao requisito da exigibilidade, este restaria satisfeito se houvesse a precisa indicação de que a obrigação já pode ser cumprida, ou seja, já ocorreu o inadimplemento da obrigação assumida pela requerida perante o Ministério Público do Trabalho ao assinar o Termo de Ajuste de Conduta.

A exceção de pré-executividade, oposta pela executada às fls. 32/35, arguiu a inexigibilidade do título por entender que pode ser objeto de transação apenas a adoção de medidas ou o estabelecimento de regras de conduta para que haja a adequação à determinada norma, não podendo transacionar nem a norma, nem a sanção nela imposta, o que ocorreu no TAC, onde entende ter sido negociada a própria obediência à norma legal.

Mas a discussão proposta pela aqui executada na presente hipótese, *data maxima venia* é meramente retórica.

A inexigibilidade do título não está na falta de requisitos formais, porque estes estão satisfeitos. Está no título em si, que é de natureza acessória, e em princípio não poderia vir a ser executado antes do principal, representado pelos salários dos empregados, em relação aos quais não há prova de que foram quitados, e que devem ser garantidos pelo patrimônio da executada.

Na realidade, a requerida está em estado de insolvibilidade, não paga suas dívidas porque está quebrada e portanto, não se pode impor-lhe uma penalidade e cobrá-la, quiçá antes dos créditos principais.

A meu ver o que se verifica na hipótese é realmente a impossibilidade de execução do título executivo composto por uma multa pelo inadimplemento de obrigações, porque existem obrigações prioritárias e principais muito mais importantes e de natureza alimentar, que devem e precisam ser executadas primeiro, entre as quais certamente não se enquadra a multa objeto deste título, que é de natureza podemos dizer assim, acessória, que só poderia vir a ser cobrada depois do principal e de outros créditos mais privilegiados.

Até mesmo a execução fiscal é norteada pelos princípios da supremacia do interesse público e do benefício do credor superprivilegiado, não se podendo executar primeiro um crédito de menos importância.

Realmente, na hipótese, constitui um contra-senso, uma flagrante ofensa ao fim social da lei e aos credores superprivilegiados, aos credores trabalhistas que estão com seus salários atrasados, e aos demais credores da executada, inclusive seus clientes beneficiários do Plano de Saúde, autorizar-se principiar uma execução com penhora do patrimônio da executada, por uma quantia vultosa para ela, que certamente representaria sério agravamento de sua situação e quiçá falência, para garantir o pagamento de uma multa imposta pelo MPT pelo inadimplemento de obrigação de fazer, a reverter ao FAT, quando se sabe, porque é fato noticiado pelos jornais - e nós juízes, procuradores e advogados somos agentes sociais, vivemos no meio do povo, e portanto, não podemos ignorar fatos sociais públicos -que a Sociedade Beneficente São Braz encontra-se em grave crise econômica, sem dispor de capital de giro ou de numerário para pagar os salários de seus empregados e inclusive o 13º salário do ano de 2007, como noticia também a inicial e confessa a executada, não estando a honrar com as dívidas contraídas com seus fornecedores, ficando os segurados do Plano de Saúde sem atendimento médico, tendo sido envidados esforços até mesmo pela ANAC, para resolver essa situação.

O plano de saúde da Sociedade Beneficente São Braz foi instituído em

Rvst TRT8 2009.pmd 308 23/6/2009, 08:55

1967 (doc. Fls. 19), e segundo notícias dos jornais paraenses que podem ser obtidas na *internet,* tem cerca de 20 mil associados em Belém e outros Municípios e é um dos planos mais populares do Pará, cujas mensalidades mais baratas em relação aos demais planos de saúde proporcionam assistência de saúde à população sobretudo de classe média baixa a quem nada mais restaria, em caso de falência, senão o atendimento do SUS.

A partir de 2005, sua situação econômico-financeira começou a se deteriorar e começaram a aparecer denúncias de precariedade no atendimento feitas pelos associados ao Ministério Público do Estado, e atualmente também enfrenta problemas de falta de pagamento aos fornecedores, laboratórios, hospitais, médicos e a seus empregados que estão com os salários atrasados, tendo dificuldades para garantir aos seus beneficiários a assistência de saúde.

Precisamos atentar para a inspiração que teve o legislador na redação da Lei de Falência, consagrando o princípio da universalidade, que faz reunir todas as ações e créditos do falido no juízo da falência, justamente a fim de evitar a dispersão do patrimônio da massa falida e garantir o atendimento prioritário aos créditos realmente importantes e urgentes.

O presente título executivo é inexequível, justamente porque o patrimônio da agravada deve servir para garantir os créditos principais, os salários de seus empregados, e preferencialmente para tentar garantir-se a manutenção dos serviços médicos, de laboratório e hospitalar aos beneficiários do plano de saúde, porque a meu ver esse interesse público é prioritário e deve ser objeto de defesa pelo Ministério Público.

A acatar-se a execução desta multa, esta Justiça estará agindo contra o interesse maior da sociedade, que é um valor mais alto que a Carta Magna visa preservar, provocando certamente a paralisação do plano de saúde, o que deixaria centenas de usuários sem atendimento em Belém, especialmente a população de classe média baixa, idosos, crianças e adolescentes que utilizam os seus serviços e têm receio de ficar somente com o SUS para atendimento.

Preservar o fim social da lei e o interesse público me parece que são valores constitucionais, e assim agindo não se está incorrendo em qualquer ofensa ao art. 5º, XXXV, da CF/88 e do art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85, prequestionados pelo exequente.

Aplica-se aqui por analogia, a orientação da Súmula nº 388 do C. TST, que não sujeita a massa falida à multa do § 8º do art. 477 da CLT e à penalidade do art. 467 da CLT, justamente em virtude do seu estado de insolvibilidade, devendo seu patrimônio garantir os créditos principais dos trabalhadores.

Estes são os motivos pelos quais, com todo respeito à instituição exequente, confirmo a r. sentença recorrida, que considerou inexequível o presente título executivo extrajudicial, extinguindo a execução quanto à aludida multa objeto do presente TAC.

Ante o exposto, conheço do agravo; no mérito, nego provimento ao apelo, para confirmar a r. sentença agravada, tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PASTORA

Rvst TRT8 2009.pmd 309 23/6/2009, 08:55

DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA AGRAVADA, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. PROCEDER A INTIMAÇÃO PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, COM REMESSA DOS AUTOS.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 11 de fevereiro de 2009. (DEJT 16.02.2009)

ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, Desembargadora Federal do Trabalho, Relatora.

****

I. PEJOTIZAÇÃO *VERSUS* RELAÇÃO DE EMPREGO. II. PREPOSTO. "DESCONHECIMENTO DOS FATOS".

ACÓRDÃO TRT 1ª T./ RO 01531-2007-003-08-00-0
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTE: **TV SBT CANAL 5 DE BELÉM**
Dr. Francisco Brasil Monteiro Filho

RECORRIDA: **RITA DE CÁSSIA GIL CARDOSO ALVES**
Drª Sabrina Mamede Napoleão

I. PEJOTIZAÇÃO *VERSUS* RELAÇÃO DE EMPREGO. Provada que a relação havida entre as partes era de relação de emprego, camuflada pelo fenômeno atualmente conhecido como *pejotização*, forma de flexibilização dos direitos trabalhistas, onde o trabalhador, pessoa física, transforma-se "espontaneamente" em pessoa jurídica, passando a prestar serviços aparentemente na forma de relação comercial, regido pelo Direito Civil, quando, na prática, mostra-se verdadeiro empregado, nos termos do art. 3º da CLT.
II. PREPOSTO. "DESCONHECIMENTO DOS FATOS". Nos termos do § 1º do art. 843 da CLT *é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente*. No caso, a preposta "não soube" dizer qual a relação existente entre as partes. Não obstante, disse que a autora recebia benefícios comuns a todos os empregados, tais como plano de saúde e odontológico, farmácia, cesta básica, vale-alimentação. De igual modo "não soube" responder se o salário dava-se mediante o fornecimento de nota fiscal, confessando, por outro lado, que havia no reclamado empregado desempenhando as mesmas funções da reclamante com Carteira assinada, "não sabendo" responder ao juízo perguntas vitais ao deslinde

Rvst TRT8 2009.pmd 310 23/6/2009, 08:55

da causa. Depreende-se, pois, que postura da preposta corresponde à verdadeira confissão ficta. Relação de emprego corretamente declarada pelo juízo.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário,** oriundos da MM. 3ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrente, TV SBT CANAL 5 DE BELÉM e, como recorrida, RITA DE CÁSSIA GIL CARDOSO ALVES.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

Conheço do recurso ordinário porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Preliminar de nulidade da sentença por não apreciação da exceção de incompetência da Justiça do Trabalho em razão da matéria. Preliminares argüidas em contestação

Requer a nulidade da sentença que não apreciou a exceção de incompetência da Justiça do Trabalho, tendo em vista que celebrou contrato de prestação de serviços entre a reclamada - TVSBT Canal 5 de Belém S/A e a pessoa jurídica GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 07.389.220/0001-64, pedido que não foi analisado pelo juízo, caracterizando negativa de prestação jurisdicional, *ex vi* do art. 799 da CLT.

Requer, pois, a nulidade da sentença, face o silêncio do juízo quanto ao pedido formulado pela recorrente.

Alega, ainda, que em contestação formulou três preliminares, ensejando a extinção do feito, tendo em vista que entre a reclamante e a reclamada houve contrato de natureza comercial, regido pelo Direito Civil, como a própria reclamante em seu depoimento.

Assevera que a reclamante se beneficiou do contrato firmado com a recorrente, que recolheu Imposto de Renda a menor, dentre outras vantagens para si e a empresa da qual é sócia.

Argumenta que não pode ser responsabilizada por encargos trabalhistas inexistentes. Requer que as preliminares sejam apreciadas.

Rejeito integralmente as preliminares.

As preliminares suscitadas pela reclamada, inclusive a relativa à exceção de incompetência da Justiça do Trabalho, suscitada em separado, bem como as três preliminares arguidas diretamente em contestação (de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade ativa da autora e de inépcia da inicial), a sentença de fls. 153/162 verso as apreciou de forma clara e absolutamente expressa, rejeitando-as.

Aliás, a exceção de incompetência da Justiça do Trabalho de fls. 101/105 e a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho arguida na contestação de fls. 106/146 são as mesmas, e não poderia ser acolhidas pelo juízo por confundir-se com o próprio mérito da causa. As demais foram apreciadas e rejeitadas, observando-se os arts. 93, IX, da Constituição da República e 832 da CLT.

Rejeito as preliminares.

Rvst TRT8 2009.pmd 311 23/6/2009, 08:55

Preliminar de nulidade da sentença por negativa de produção de provas. Cerceamento do direito de defesa

Entende que a sentença violou o art. 5º, LIII e LV, da Constituição da República, pois a reclamada carreou aos autos documentos probatórios de suas alegações, refutando a tese da inicial, não havendo relação entre as partes, de natureza trabalhista, que requereu ao juízo fosse oficiada à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, à SEFA/PA, a fim de apurar a quantidade das notas fiscais emitidas para a empresa GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA, bem como se as receitas foram declaradas ao Fisco Federal e Estadual, referentes ao período de contrato de prestação de serviços, ou seja, de maio de 2005 a abril de 2007; que reiterou o pedido, mas não foi atendido pelo juízo, cerceando seu direito de defesa.

Não concorda com o entendimento firmado pelo magistrado no sentido de que a própria reclamada deveria trazer para os autos referidas provas, por se tratar de informações sigilosas, que são expedidas somente por determinação judicial ou pelo próprio interessado.

Ressalta que minutos antes da audiência, soube que a reclamante estava prestando serviços à RECORD, razão pela qual requereu fosse aquela emissora oficiada, mas o pedido também foi indeferido, violando o art. 5º, LIII e LV, da Lei Maior.

Rejeito.

Na audiência de fls. 150/151, o juízo indeferiu os pedidos por dois motivos: 1º) porque a reclamada deveria trazê-las com a defesa; 2º) considerou que já existiam nos autos provas suficientes para decidir a lide.

Nos termos do art. 765 da CLT: *Os juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velando pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.*

Por outro lado, nos termos do art. 131 do CPC, o juiz aprecia a prova livremente. Ou seja, o magistrado pode determinar ou indeferir as diligências que entender necessárias ou não para os autos, sobretudo quando vislumbra que há nos autos provas suficientes para decidir a causa, justificando sua decisão, nos termos dos arts. 93, IX, da Constituição da República e 832 da CLT.

Tal procedimento não enseja cerceamento do direito de defesa, eis que, no particular, oficiar a Receita Federal, Estadual, SEFA, JUCEPA, etc., seria inócuo, já que a discussão está em torno da "falsidade" da pessoa jurídica GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA, pois, desde a inicial, continuando em depoimento, a reclamante espeneia nesse sentido, dizendo ao juízo que foi coagida pela reclamada a registrar nos órgãos competentes referida empresa. Portanto, evidente que a recorrente provaria a existência de notas fiscais, contrato de prestação de serviços, recolhimento dos impostos correspondentes, etc., no entanto, em vão, já que nos autos restaria provada a relação de emprego e não de prestação de serviço, sendo o contrato firmado com a reclamante nulo de pleno direito de acordo com o art. 9º da CLT.

Não houve cerceamento do direito de defesa, nem afronta ao art. 5º, LIII e LV, da Lei Maior, porque o juízo indeferiu, mas justificou o motivo pelo qual o fez.

Rejeito a preliminar.

Rvst TRT8 2009.pmd 312 23/6/2009, 08:55

MÉRITO

Vínculo de emprego

Alega que a reclamante não provou a existência de vínculo de emprego, a teor do art. 818 da CLT, não havendo onerosidade, pessoalidade, subordinação e exclusividade, nos termos do art. 3º da CLT, o que não restou provado nos autos.

Aduz que foi firmado contrato de prestação de serviços com a reclamante, pessoa jurídica, não havendo se falar em vínculo empregatício, já que pagou, mês a mês, os valores devidos à empresa GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA, por meio de notas fiscais.

A seu ver, o juízo não poderia simplesmente reconhecer o vínculo de emprego e determinar a compensação dos valores pagos depois de a recorrente ter firmado contrato de prestação de serviços por quase 02 (dois) anos, ensejando enriquecimento ilícito.

Pugna pela reforma da decisão, nos termos dos arts. 767 da CLT, Súmulas nºs 18 e 48 do TST, e art. 368 do Código Civil.

Não lhe assiste razão.

Na inicial, a reclamante disse que, após três meses de sua contratação, foi obrigada a abrir firma na JUCEPA para recebimento e remuneração, na tentativa de caracterizar prestação de serviços, requerendo a nulidade do contrato. Alegou que recebia salário fixo de R$2.568,29, que seria dobrado, em caso de alcance de meta, para R$5.157,52; às fls. 31/34 juntou o aditivo do contrato de prestação de serviços.

Em defesa às fls. 106/146, a reclamada negou peremptoriamente a existência de relação de emprego, tendo em vista a relação de natureza comercial com a empresa GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA, cujos pagamentos se davam através de notas fiscais, não havendo os requisitos essenciais ao reconhecimento do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT.

Em depoimento às fls. 150/150 verso a reclamante declarou ao juiz: *que trabalhava para uma agencia de propaganda, OMG publicidade, quando então enviou seu curriculum para a reclamante tendo sido selecionada para trabalhar para SBT Belém; que começou a trabalhar para a reclamada em 20.05.2005; que foram solicitados os seguintes documentos, para a reclamante a quando do início do trabalho para a reclamada, identidade e CPF, não sendo solicitada sua CTPS; que após dois meses de trabalho para a reclamada o Sr. Nilson Andrade, solicitou que a reclamante constituísse uma empresa porque se não fosse assim não continuaria trabalhando para a reclamada; que no final de agosto de 2005, constituiu uma empresa individual, que não foi aceita pela reclamada, porque deveria constituída* (sic) *com um sócio*; *que após isso a reclamante constituiu nova empresa desta vez com um sócio, em outubro de 2005, salvo engano; que essa foi aceita pela reclamada; que então firmaram um contrato de prestação de serviços; que durante o período em que não estava com a empresa constituída regularmente ficou recebendo salário, vale alimentação e cesta básica; que trabalhava dentro do SBT; que tinha um noot book disponibilizado pelo SBT; que as atribuições da reclamante na reclamada consistia na venda de comerciais e busca de novos clientes; que além da reclamante na reclamada consistia na venda de comerciais e busca de novos clientes; que além da reclamante trabalhavam na mesma função para a reclamada o Sr. JOSÉ RIBAMAR SUGUARA, ANTÔNIO LOBATO E TÁSSIA VALENTE; que dentre essas pessoas*

Rvst TRT8 2009.pmd 313 23/6/2009, 08:55

apenas o Sr. Antônio Lobato era contratado regularmente pela reclamada com carteira assinada, os demais eram contratados por meio de prestação de serviço com empresa constituída; que a depoente recebia uma remuneração fixa de R$2.560,00 e que quando atingia as metas estipuladas pelo gerente comercial Sr. NILSON ANDRADE, a remuneração dobrava; que quase em todos os meses atingia as metas; que permaneceu trabalhando para o SBT até 17.04.2007; que no período em que prestou serviços para o SBT, não prestou nenhum serviço para outras empresas; que a depoente tinha horário para chegar na reclamada às 09:00 horas da manhã; que não trabalhava o dia inteiro no escritório; que fazia trabalhos externos para o SBT; que o seu trabalho era monitorado pelo gerente comercial; que era obrigada a fazer relatórios semanais acerca das contratações realizadas; que o gerente comercial dividia entre os contatos comerciais as agências de publicidade que trabalhavam com o SBT; assim o gerente traçava um plano de trabalho para a reclamante desempenhar; que todas as atividades da reclamante eram determinadas pelo gerente do SBT; que sempre que faltava ao trabalho tinha que justificar a falta, bem como apresentar atestado médico; que sempre recebeu corretamente sua remuneração, tanto fixo quanto a dobra por ocasião do atingimento de metas; que em novembro de 2006, a reclamada apresentou novo contrato de prestação de serviços para a depoente no qual estipulava um percentual de comissão inferior ao anterior, sendo o contrato retroativo a janeiro de 2006; que a depoente assinou tal contrato; que ressalta que fez isso contra a sua vontade; que a depoente tem curso superior incompleto; que a depoente se considera bem esclarecida; que trabalha nesse ramo há 5 anos; que a depoente jamais utilizou a empresa GIL Cardoso Ltda, empresa constituída por determinação da reclamada, para a realização de qualquer outro contrato de prestação de serviço com qualquer outra empresa; que após um mês e meio de ter encerrado seu trabalho para a reclamada já foi contratada por outra empresa, mas com CTPS anotada; que tinha uma boa relação com a reclamada; que a reclamada não causou qualquer prejuízo à depoente para que a mesma desempenhasse seu trabalho em outra empresa; ...; que toda a situação acima narrada pela reclamante acerca da obrigação de ter que constituir empresa para fazer contrato de prestação de serviços com a reclamada por determinação desta, bem como assinatura desses contratos de prestação de serviço, em fim (sic) *toda a sua relação de trabalho com a reclamada no período de 2005 a 2007 causa para a reclamante apenas prejuízos financeiros, já que é muito caro ter que encerrar a empresa que constituiu para poder fazer a contratação com a reclamada, não lhe causando qualquer prejuízo psicológico ou qualquer abalo nesse sentido; que a situação não lhe causou qualquer abalo moral apenas teve a preocupação normal de que fica desempregada; que apesar de ter assinado o contrato de prestação de serviço que reduzia o percentual de comissão com a data retroativa a janeiro de 2006 a reclamante recebeu normalmente sua remuneração como acertado anteriormente, no valor fixo de R$-2.567,00 até novembro de 2006; que o gerente Sr. Nilson dispensou a depoente alegando à mesma que esta estava reclamando demais e que a relação não estava mais dando certo; que em razão disso a depoente não retornou mais para o SBT; ...; que a depoente emitia nota fiscal avulsa para receber sua remuneração; que isso acontecia desde o segundo mês de trabalho; que com exceção da última nota fiscal emitida pela depoente todas as demais foram recebidas; que a última nota fiscal não foi paga na sua integralidade; ...; que os clientes pagavam diretamente para o SBT que repassava a depoente.*

Rvst TRT8 2009.pmd 314 23/6/2009, 08:55

De acordo com as declarações da reclamante, verifica-se que em momento algum foi negado que existia uma "empresa" individual em seu nome, mas decorrente da imposição da reclamada.

A preposta da reclamada, às fls. 150 verso/151, declarou: *que a depoente é empregada da reclamada onde exerce a função de assistente de operações comerciais; que conhece a reclamante do SBT; que a reclamante prestava serviços para o SBT; que a reclamante ficava trabalhando no departamento comercial; que nem sempre que a depoente ia ao departamento comercial a reclamante estava lá; que não sabe dizer muito sobre a relação que a reclamante tinha com o SBT; que não sabe que a reclamante recebia através de nota fiscal; que não era a depoente que emitia as notas fiscais e por este motivo não sabe os valores recebidos pela reclamante; que começou a ver a reclamante no SBT acerca de um ano e meio; que a reclamante era contato comercial; que além da reclamante a Srª Natalha Felix, Srª Paola, são também contato comercial; que essas duas pessoas também recebem por meio de contrato de prestação de serviço; que o Sr. Nilson Andrade é quem gerencia o contato comercial; que conhece o Sr. Antonio Lobato; que salvo engano dito Sr. é contato comercial; que o Sr. José Ribamar Sugauára era contato comercial no SBT, com as mesmas atribuições da reclamante; que acredita que o Sr. Antonio Lobato tinha carteira assinada; que não sabe se existem metas a cumprir pelo contrato comercial; que os contatos comerciais recebiam todos os benefícios tais como Plano de saúde e odontológico, farmácia, cesta básica, vale alimentação; que esses beneficios são oferecidos a todos os funcionários do SBT; que as vezes os contatos comerciais faziam viagem a trabalho; que no SBT tem computadores e noot books, mas não sabe dizer se eram fornecidos aos contatos; que não sabe dizer se tinha um ramal no qual a reclamante atendia exclusivamente; que a relação de ramais constante as fls. 18 é do SBT; que não* (sic) *se os contatos comerciais faziam relatórios de visitas; que quem fornece os cartões de visitas para os contatos comerciais é o SBT; que não teve acesso a nenhum cartão de visitas; que os contatos comerciais não batem ponto, mas usam crachás.*

A preposta do reclamado, em suas declarações, perante o juízo fez verdadeira confissão, deixando evidente nas entrelinhas que a reclamante era empregada do SBT e que "o contrato de prestação de serviços" alegado está delineado nos contornos estabelecidos no art. 9º da CLT.

Não se mostra razoável as alegações da preposta do reclamado. Ora, "não soube" dizer qual a relação existente entre reclamante e o SBT; disse peremptoriamente que a reclamante - a despeito de ser "pessoa jurídica" (GIL CARDOSO REPRESENTAÇÕES LTDA)-, recebia benefícios comuns a todos os empregados do reclamado, tais como plano de saúde e odontológico, farmácia, cesta básica, vale alimentação. De igual modo "não soube" dizer se a reclamante recebia através de nota fiscal. Aliás, nesse aspecto, contradisse as próprias alegações da defesa; confessou que o sr. Nilson Andrade, contato comercial do SBT - como a reclamante - possui Carteira assinada; "não soube" dizer se a reclamante tinha metas a cumprir; "não soube" dizer se os contatos comerciais estavam obrigados a apresentar relatório de visita; disse que os cartões de visita eram fornecidos pelo SBT.

Enfim, o modo de prestação de serviço descrito pela preposta do SBT, sinceramente, não se mostra de outra forma, senão como verdadeira relação de emprego. Portanto, as declarações da preposta foram incisivas e demonstram que a relação havida entre os litigantes não era de cunho comercial.

Rvst TRT8 2009.pmd 315 23/6/2009, 08:55

Por sua vez, a testemunha da autora, às fls. 150 verso/151, declarou: *que trabalhou para o SBT de março de 2005 a abril de 2007 como executivo de compras na área comercial; ...; que um mês após o reclamante estar trabalhando para o reclamado recebeu uma proposta do Sr. Nilson para que o mesmo virasse empresa de sociedade simples ltda; que nessa proposta a remuneração do depoente aumentaria significativamente; que na qual ele teria uma remuneração fixa de R$-2.500,00, na qual a sua remuneração poderia chegar até mais 200% do salário, tendo uma média de R$-5.000,00; que se o depoente não quisesse se ajustar a essa nova proposta, na qual ele deveria constituir empresa, estaria fora do SBT; que constituiu a empresa no início do ano de 2006; que para receber a remuneração emitia notas fiscais avulsas ao reclamado; ...; que tinha crachá com o seu nome, bem como seu cartão de visitas era no seu nome; que o nome da empresa do depoente era COMAS COMUNICAÇÃO LTDA; que os benefícios eram em nome do depoente; ...; que fazia relatórios de visitas semanais entregues no SBT; que o gerente traçava planos individuais e metas de trabalho nas reuniões; que os contratos comerciais ficavam na sala do departamento comercial; ...; que fazia viagens a trabalho semanalmente pela reclamada; que quem pagava as despesas era o SBT; ...; que o Sr. Antonio Cardozo exerce a mesma função da reclamante e tem carteira assinada; que o SBT exigia exclusividade do trabalho do depoente; que era exigido exclusividade do trabalho de todos os contratos; ...; que desde 2005 emite notas fiscais; que desde o segundo mês de trabalho o depoente já havia constituído empresa com CNPJ e por esta razão já emitia notas fiscais avulsas e nome da empresa por ele constituída*.

Cotejando as declarações da testemunha da reclamante com as da preposta, os fatos narrados na inicial e o que disse a autora ao juízo, resta evidente que a relação havida entre as partes não era de natureza comercial, mas de emprego, nos termos do art. 3º da CLT.

Por ficar provado na instrução probatória a relação de emprego, correta a sentença recorrida que caracterizou a transação firmada entre as partes como o fenômeno atualmente conhecido como **pejotização**, vendo-se como uma forma de *FLEXIBILIZAÇÃO* dos direitos trabalhistas, onde o trabalhador, pessoa física se transforma "espontaneamente" em pessoa jurídica, passando a prestar serviços ao empregador na forma de relação comercial, regido pelo Direito Civil.

Essa prática, no entanto, mostra-se absolutamente inconcebível, pois a forma da prestação de serviço não difere coisa alguma dos empregados comuns; aqueles contratados com CTPS assinada, recebendo todos os direitos trabalhistas comuns ao contrato de trabalho.

No presente caso, restou provado que a reclamante recebia, inclusive, direitos comuns a todos os empregados do SBT. Não há como, *data venia*, dizer de outra forma, isto é, que a relação entre a autora e o SBT era de natureza trabalhista, relação de emprego.

Correta a sentença que declarou a nulidade do contrato de prestação de serviços, na forma do art. 9º da CLT, declarando a relação de emprego.

Mantenho a decisão.

Remuneração

Não se conforma com a remuneração reconhecida pelo juízo no valor de R$5.157,52, porque a própria reclamante afirmou, em várias oportunidades de seu depoimento, que recebia mensalmente a quantia de R$2.567,00 fixos, não

Rvst TRT8 2009.pmd 316 23/6/2009, 08:55

provando nos autos que meses deveria ter recebido a dobra, não se podendo considerar o extraordinário, eventual, como habitual e condenar a reclamada à quantia exorbitante, além de determinar o recolhimento dos encargos sociais sobre referida quantia. Requer seja considerado como salário mensal o valor de R$2.560,00.

Sustenta que a testemunha da reclamante foi contraditória e tendenciosa, pois em momento algum foi falado em salário de R$5.000,00.

Não concorda com o entendimento do juízo de que a reclamada não impugnou o salário alegado na inicial, pois as provas dos autos demonstram o contrário, além da própria confissão da autora.

Destaca que às fls. 39 e 144 impugnou o valor salarial, além de juntar o contrato de prestação de serviços e seu aditivo, onde constam os valores pagos à empresa da reclamante.

A seu ver, os documentos e as provas colhidas não condizem com a conclusão da sentença.

Sem razão.

A reclamada contestou de forma genérica a remuneração. O próprio resumo transcrito à fl. 206 do presente apelo comprova esse fato, ensejando na aplicação do art. 302 do CPC.

É que a recorrente, ao contestar o pedido do autor, recaiu em contestação genérica, tendo em vista que fez negação de forma geral, negando que os valores não estavam de acordo com a realidade dos fatos, não informando ao juízo qual o valor salarial seria o correto, tendo em vista o princípio da eventualidade.

Mantenho a sentença.

Justiça gratuita

Requer a exclusão da justiça gratuita deferida à reclamante, já que esta, em depoimento, disse que estava prestando serviços à outra empresa.

Sem razão.

O art. 1º da Lei nº 7.115/83 estabelece que: *A declaração destinada a fazer prova da vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira*.

Por outro lado, o art. 790, § 3º da CLT, reza: *É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagas as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família* (grifei).

Logo, não há o que alterar nesse aspecto, porque o fato de a reclamante se encontrar laborando, não impede que o juízo lhe conceda os benefícios da justiça gratuita.

Mantenho, pois, a decisão.

Remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho

Argumenta que não ficou provado nos autos qualquer burla à legislação trabalhista, pois cumpriu com suas obrigações, recolhendo os impostos devidos, conforme documentos juntados aos autos.

Rvst TRT8 2009.pmd 317 23/6/2009, 08:55

Requer, por outro lado, que a reclamante também preste informações junto ao Ministério Público do Trabalho, porque recolheu imposto a menor, beneficiando-se da relação pré-ajustada entre as partes.

Evidente que não lhe assiste razão.

A reclamante não tem nada a explicar ao Ministério Público do Trabalho. Apenas a recorrente, que utiliza de meios irregulares para contratação de empregados, culminando na aplicação do art. 9º da CLT.

Indefiro o pedido.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; rejeito as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade ativa da reclamante, de inépcia da inicial e de cerceamento do direito de defesa, todas à falta de amparo legal; no mérito, nego provimento ao apelo para manter a sentença recorrida em todos os seus termos, conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA RECLAMANTE, DE INÉPCIA DA INICIAL E DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, TODAS À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. DETERMINAR, AINDA, A REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA AS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 09 de setembro de 2008. (DOJT8 26.09.2008)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, Desembargador Relator.

****

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. DEZ ANOS.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 01134-2008-015-08-00-9
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: DILSON BENEDITO SOUSA DO NASCIMENTO
Dr. José Paulo da Conceição Lobato

RECORRIDA: AUTO VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA
Dr. Mario Sérgio Pinto Tostes

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. DEZ ANOS. Aplica-se o prazo prescricional geral previsto no artigo 205 do Código Civil, nos pleitos de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho.

Rvst TRT8 2009.pmd 318 23/6/2009, 08:55

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário** oriundos da **MM. 15ª Vara do Trabalho de Belém** em que são partes, como recorrente, **DILSON BENEDITO SOUSA DO NASCIMENTO** e como recorrida, **AUTO VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA.**

OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO

O recurso ordinário interposto pelo reclamante às fls. 73/74v merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 08), estando o recorrente isento do pagamento das custas, pois beneficiário da justiça gratuita.

Admito a peça de contraminuta, porque regular.

2.2 MÉRITO

Busca o reclamante a reforma da decisão de 1° grau, pretendendo seja afastada a prescrição qüinqüenal, com o retorno dos autos à MM. Vara de origem para que sejam apreciados os pedidos da inicial.

Alega que o prazo prescricional a ser aplicado às causas em que envolvam dano moral, ainda que decorrentes da relação de emprego, é o previsto na legislação civil, visto tratar-se o pedido de natureza civil.

Ressalta que nos termos do art. 199, I do Código Civil, havendo condição suspensiva, não corre a prescrição, o que é a hipótese dos autos, já que o reclamante encontra-se em gozo de benefício previdenciário desde a época do acidente de trabalho.

Esclareço inicialmente tratar-se de ação com pedido de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho, ocorrido em 30.12.2001, estando o contrato de trabalho suspenso por estar o reclamante em gozo de benefício previdenciário, encontrando-se em programa de reabilitação até 10.11.2008, consoante se infere dos documentos de fls. 10/11.

Antes vinha me posicionando no sentido de que sendo a matéria de natureza trabalhista e não acidentária, deveria ser aplicada a prescrição trabalhista, ou seja, deveria ser observado o biênio prescricional posterior à rescisão do contrato laboral.

Entretanto, revendo meu posicionamento, resolvi aderir à corrente que aplica a prescrição cível quando a matéria é relativa à indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho.

Não existe relação direta e necessária entre a competência material do juízo e o prazo prescricional. O prazo prescricional é definido não em função da competência do Juízo, mas da natureza da pretensão deduzida.

A pretensão de indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho, sem dúvida, tem natureza eminentemente civil, em que pese a competência material, por força da Emenda Constitucional nº 45 ter sido deslocada para esta Justiça Especializada.

A prescrição trabalhista diz respeito apenas a créditos tipicamente oriundos da relação de trabalho, devidos ao empregado como decorrência da prestação de serviços (com ou sem vínculo de emprego), isto é, atinge apenas as parcelas de natureza propriamente trabalhista.

O prazo prescricional aplicável às demandas, nas quais se discute

Rvst TRT8 2009.pmd 319 23/6/2009, 08:55

indenização por danos materiais, morais ou estéticos, verificados em decorrência da relação de trabalho, é o civil e não o trabalhista, vez que não se trata de crédito trabalhista, mas sim de crédito de natureza civil.

A prescrição é instituto de direito material e está vinculada à natureza do direito pleiteado e não à competência do órgão julgador.

Nesse sentido, destacamos recente decisão da SBDI-1 do Colendo TST:

> **"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. Observada a natureza civil do pedido de reparação por danos morais, pode-se concluir que a indenização deferida a tal título em lide cujo trâmite se deu na Justiça do Trabalho, não constitui crédito trabalhista, mas crédito de natureza civil resultante de ato praticado no curso da relação de trabalho. Assim, ainda que justificada a competência desta Especializada para processar a lide não resulta daí, automaticamente, a incidência da prescrição trabalhista. A circunstância de o fato gerador do crédito de natureza civil ter ocorrido na vigência do contrato de trabalho, e decorrer da prática de ato calunioso ou desonroso praticado por empregador contra trabalhador não transmuda a natureza do direito, uma vez que o dano moral se caracteriza pela projeção de um gravame na esfera da honra e da imagem do indivíduo, transcendendo os limites da condição de trabalhador do ofendido. Dessa forma, aplica-se, na hipótese, o prazo prescricional de 20 anos previsto no artigo 177 do Código Civil, em observância ao art. 2028 do novo Código Civil Brasileiro, e não o previsto no ordenamento jurídico-trabalhista, consagrado no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Embargos conhecidos e providos. (TST, SDI I, E RR 08871/2002-900-02-00.4, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, j. 16.2.2004, DJ 5.3.2004)."**

Acrescento que os princípios informadores do Direito do Trabalho indicam, como melhor caminho interpretativo, o de se aplicar a norma mais favorável ao trabalhador, haja vista o caráter fundamental do direito violado.

No regime do Código Civil de 1916, as ações de reparação de danos estavam sujeitas ao prazo prescricional ordinário para as ações pessoais de vinte anos.

Com o novo Código Civil, que entrou em vigor em 11.01.03, houve a redução desse prazo, cabendo-nos averiguar qual seria o prazo aplicável ao caso concreto.

Não seria o prazo de 3 anos previsto no art. 206, § 3º, inciso V do Novo Código Civil, tendo em vista que este prazo destina-se às pretensões de reparação civil por danos patrimoniais estritos, sendo que o acidente de trabalho provoca danos à pessoa humana (o trabalhador), que não podem se equiparar a uma mera reparação civil *strictu sensu.*

A reparação perseguida pelo trabalhador acidentado decorre da violação de um direito fundamental inerente à pessoa humana e aos direitos da

Rvst TRT8 2009.pmd 320 23/6/2009, 08:55

personalidade (integridade física e psíquica), a quem a Constituição assegura o direito à indenização por dano moral. Trata-se, portanto, de direito constitucionalmente previsto. Os danos são pessoais, com prejuízo à vida, à saúde física e/ou psíquica/emocional do trabalhador.

Logo, não havendo dispositivo legal regulando expressamente o prazo prescricional para as pretensões decorrentes de danos pessoais dessa natureza, deve ser aplicado o prazo geral de 10 anos, previsto no art. 205 do Código Civil, mesmo porque, como já dito acima, o Direito do Trabalho é norteado no princípio protecionista (norma mais favorável ao empregado), ante a insuficiência econômica do trabalhador e a subordinação ao empregador, economicamente mais forte.

*In casu, c*onsiderando que o acidente ocorreu em 30.12.2001, com a emissão da CAT pela empresa nesta data (fls. 65/66), deve esta data ser considerada, para o efeito do início da contagem do prazo prescricional, tendo em vista que seria a ocasião em que o reclamante teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

Sendo assim, não se constata a ocorrência da prescrição, uma vez que a presente ação foi ajuizada em 29.01.2008, sendo que o início da contagem do prazo prescricional, no caso de acidente de trabalho, é contado da ciência inequívoca da incapacidade laboral, tal como previsto na Súmula 278 do Superior Tribunal Federal.

Dessa forma, afasto a prejudicial de prescrição que havia sido acolhida pela sentença recorrida.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso do reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou provimento ao recurso para, reformando a sentença recorrida, afastar a prejudicial de prescrição, determinando o retorno dos autos à MM. Vara de origem, para apreciação do mérito da reclamação, como entender de direito.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº DESEMBARGADOR GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA RECORRIDA, AFASTAR A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À MM. VARA DE ORIGEM, PARA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA RECLAMAÇÃO, COMO ENTENDER DE DIREITO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 13 de janeiro de 2009. (DOJT8 23.01.2009)

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

Rvst TRT8 2009.pmd 321 23/6/2009, 08:55

PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. CLÁUSULA CONTRATUAL DE REGULAMENTO EMPRESARIAL. ATO DE LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01288-2008-005-08-00-3
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**
Advogada: Pauline Monte Duarte

RECORRIDA: **CÉLIA DA SILVA LOPES**
Advogado: Carlos Augusto Pinheiro Lobato dos Santos

PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. CLÁUSULA CONTRATUAL DE REGULAMENTO EMPRESARIAL. ATO DE LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. O regulamento interno da empresa, através do qual se obriga a conceder promoções aos seus empregados, constitui ato de liberalidade, comportando interpretação restritiva. Assim, para se configurar o inadimplemento da obrigação deverá o empregado demonstrar o preenchimento dos requisitos ensejadores da promoção, ou seja, interstício máximo de 3 (três) anos de efetivo exercício, deliberação da diretoria, lucratividade.

1 RELATÓRIO
OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO
Conhece-se do recurso ordinário porque adequado, tempestivo (folhas 562-592), subscrito por advogado habilitado (folha 67) e dispensado do preparo recursal em razão do reclamado deter as prerrogativas de ente público (folha 613).

2.2 QUESTÕES PRELIMINARES
2.2.1 INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL
A recorrente suscita questão preliminar de inépcia da petição inicial sob o argumento que a autora não consignou, expressamente, em qual RS visa ser enquadrada (folhas 566-569).

Alega que a inicial, nos moldes em que se encontra, traz prejuízo ao direito de defesa da reclamada diante da imprecisão do pedido formulado (folhas 566-569).

Analiso.

In casu, apesar de a petição inicial não primar pela clareza, traz em seu bojo os elementos necessários para análise da questão, pois constam, não só a breve exposição dos fatos de que trata o artigo 840, § 1º, da CLT, como também os pedidos.

Rvst TRT8 2009.pmd 322 23/6/2009, 08:55

Rejeita-se a questão preliminar.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO

Também suscita a recorrente questão prejudicial de prescrição total com alegado apoio na Resolução nº 9/96 do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE (folhas 569-572).

A Resolução é ato normativo pela qual o acionista controlador, por órgão de deliberação colegiada, impõe à reclamada determinadas regras. Não é, portanto, ato de empregador do qual se possa derivar a caracterização de ato único e dele deduzir o termo inicial de prescrição. É norma abstrata dirigida à reclamada e não ao reclamante, que não impugnou-a. Não serve de termo inicial de prescrição.

Registro que a prescrição quinquenal não ocorreu porque as diferenças salariais reclamadas referem-se aos meses de setembro de 2003 e seguintes e a reclamação foi cadastrada em 8 de agosto de 2008 (folha 59) e autuada no mesmo dia, não há prescrição quinquenal a pronunciar.

Rejeita-se a questão prejudicial de prescrição.

2.3 MÉRITO

2.3.1 DA TOTAL IMPROCEDÊNCIA DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS CONCEDIDAS EM 2003 E 2004. DO EXAURIMENTO DAS REFERÊNCIAS SALARIAIS PERMITIDAS À RECLAMANTE NO CARGO DE ADVOGADO JUNIOR. FATO INCONTROVERSO. DO PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCIDO NOS LIMITES DO ART. 37, CAPUT E ART. 169, §1º, AMBOS DA CR/88. DA RESOLUÇÃO N. 9/1996 DO CCE/DEST. DA COMPENSAÇÃO. DA QUITAÇÃO DAS PARCELAS DE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE ATRAVÉS DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO DE 2004/2005 E 2005/2006. DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA A CONCESSÃO EM GRAU MÁXIMO DE PROGRESSÕES POR MÉRITO AO RECLAMANTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA.

A recorrente afirma que o pleito da reclamante só pode ser analisado a partir do cargo atualmente ocupado mesmo, qual seja, Advogado Pleno, alcançado em 01.02.2006, porquanto o cargo anterior, Advogado Júnior, já foi percorrido em todas as referências salariais.

Assevera que merece reforma a r. sentença, uma vez que, mediante prova documental, comprovou que a pretensão do reclamante não deve prosperar. Neste diapasão, salienta que as informações constantes do ANEXO VI (Série Histórica de Indicadores Estratégicos - planilha de dispêndios elaborada conforme as limitações impostas pela Resolução n. 9/96), que demonstram aritmeticamente que a reclamada já concedeu, materialmente, todas as progressões possíveis, chegando a ultrapassar o limite de 1% da folha de pessoal estabelecido pelo CCE, razão, porque, estaria, justificadamente, impedida de conceder as progressões pleiteadas pelo reclamante, deixando de deliberar ante tal limitação externa a que deve, sempre, observar.

Acrescenta que essa deliberação é inerente ao poder discricionário do administrador, segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade pública, cabendo a reclamada deliberar acerca das progressões, de acordo com o limite previsto na Resolução n. 9/96.

Diz que, contrariamente, ao afirmado na r. sentença, a recorrente comprovou, dentre outros critérios, a impossibilidade de concessão do pleito do

Rvst TRT8 2009.pmd 323 23/6/2009, 08:55

autor em virtude de sua limitação orçamentária, o que pode ser constatado pela Série Histórica de Indicadores Estratégicos que compõe o Anexo VII da defesa, ressaltando que a limitação está vinculada, também, aos princípios da Administração Pública, insculpidos no art. 37, da Constituição da República.

Neste sentido, esclarece que, desde 1997, vem realizando gastos com empregados, à título de progressão horizontal, acima do estipulado pela Resolução acima citada, o que torna induvidosa a impossibilidade de concessão de mais progressões nos períodos requeridos, conforme afirmado na defesa e que o índice para essas concessões só foi superado em virtude de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado com o Sindicato da categoria, ocasião em que a recorrente recebeu autorização especial do CEE/DEST, do que resultou as progressões horizontal por antiguidade em 2004/2005 e 2005/2006.

Sustenta que a decisão do MM juízo *a quo* não poderia ser assentada em presunção de lucratividade, uma vez que esse fato restou sobejamente provado nos autos, o que não foi alvo de impugnação do autor. Neste diapasão, argumenta que a suposta ausência de manifestação da diretoria é o verdadeiro reflexo da cabal demonstração de inviabilidade econômica que revela a mencionada Série de Indicadores Estratégicos.

Salienta que, com base no princípio da separação dos Poderes, art. 2º, da CF/88, houve a indevida incursão do MM juízo de origem, porquanto deveria se limitar aos critérios ade legalidade da suposta omissão, entretanto, adentrou nos aspectos de conveniência e oportunidades administrativas, configurando-se em arbitrariedade esse suprimento judicial.

Argumenta que o poder deliberativo da empresa está condicionado à existência ou não de recursos financeiros, ou seja, na presença destes, deverá decidir pelas promoções e fixar-lhes o montante, sendo certo que, na ausência, restará prejudicada qualquer deliberação da diretoria. Alega, assim, que se não foram juntadas quaisquer atas de reunião deliberativa a respeito das progressões, foi porque não existiram recursos financeiros nos períodos pleiteados na exordial.

Aduz, também, que deve ser realizada a compensação, em caso de condenação, haja vista que houve a efetivação das progressões funcionais pleiteadas mediante acordos coletivos, conforme se depreende da ficha funcional do autor juntada aos autos, onde se vê que lhe foram concedidas mais progressões por antiguidade do que faria jus se, por ventura, preenchesse os requisitos gerais e específicos previstos no PCCS, o que entende não ser o caso. Neste sentido, diz, ainda, que o reclamante obteve progressões especiais nos termos do ACT de 2002, ressaltando que tais instrumentos coletivos são claros em expressar que trata-se de progressões por antiguidade, até porque na pauta de reivindicações assim constava, demonstrando que as referidas progressões eram oriundas do PCCS.

Acrescenta que o próprio Acordo Coletivo fez consignar na cláusula 3ª, a compensação posterior de vantagens ou benefícios recebidos, sendo certo que a empresa não poderia ser duplamente prejudicada, pois o benefício alcançou todos os trabalhadores, indistintamente. Neste esteira, ressalta que deve ser dado validade aos instrumentos de negociação coletiva, conforme estabelecido art. 7º, XXVI, da CR/88, pelo que entende quitado o pleito do reclamante.

Argumenta, também, que o MM juízo de origem não poderia adentrar ilegalmente no mérito administrativo e, com isso, conceder, de forma imotivada, 2 referências salariais para cada progressão por mérito, sem qualquer circunstância que justificasse a premiação em grau máximo, uma vez que, de acordo com as

Rvst TRT8 2009.pmd 324 23/6/2009, 08:55

normas contidas no PCCS/1995, poderá ser concedido e não deverá ser concedido, uma vez que esse benefício está adstrito a preenchimento de todos os requisitos, aplicando-se interpretação restritiva ao art. 114, do CCB.

Observa que a avaliação do autor não dá conta de que o mesmo obteve desempenho excepcional, oscilando entre regular e bom, mas nunca ótimo, devendo ser dito que o próprio MM juízo de primeiro grau afirmou em sentença que o desempenho do obreiro foi satisfatório.

Acrescenta que não se poderia conferir à reclamante tratamento privilegiado se existem empregados com desempenho ótimo, o que, implicaria em conceder-lhes duas referências, em nada justificando uma aplicação tão desproporcional e anti-isonômica.

Requer, subsidiariamente, em caso de condenação, que sejam consideradas apenas duas referências salariais.

Analiso.

A reclamante declinou na inicial que foi contratada pela reclamada em 13.06.2000. Exerce o cargo Advogado Pleno e que se encontrava antes do novo enquadramento na REFERÊNCIA SALARIAL 46.

Esclarece que desde a implantação do PCCS/1995 obteve apenas progressão por mérito 2002, acrescentando que os reajustes e progressões que recebeu referentes à data-base e Acordos Coletivos de Trabalho - ACT (Progressões Especiais), são normas distintas do PCCS e, que, por isso, não podem sofrer compensação.

Entende que, de acordo com o PCCS da empresa reclamada, faz jus às progressões, conforme a seguir: 2003 - antiguidade, com 1 RS's; 2004 - mérito, com 2 RS's; 2005 - mérito, com 2 RS's; 2006 - antiguidade, com 1 RS; 2007 - mérito, com 2 RS's e 2008 - mérito, com 2 RS's, observados os interstícios.

Inicialmente registro que a autora não foi contratada no cargo de Advogado Pleno e sim, de Advogado Júnior.

No que tange às progressões horizontal por merecimento e por antiguidade, o PCCS de 1995 (fls. 117-416), dispõe que, *ipsis literis*:

> *4.9 - PROGRESSÃO HORIZONTAL. É a progressão salarial natural do empregado, sem mudança de carreira ou cargo, para referência salarial superior integrante da faixa salarial do seu nível/cargo, obedecidos, prioritariamente, os interstícios de tempo e demais critérios e condições estabelecidos. A Progressão Horizontal fundamenta-se nos princípios da antiguidade e do desempenho funcional nas situações aplicáveis.*
>
> *8.2 - Promoções/Progressões*
>
> *8.2.1 - Caracterizam-se como Promoções as situações que resultarem em alteração na situação funcional e salarial do empregado, nos termos previstos neste Plano de Carreiras, Cargos e Salários e normas complementares.*
>
> *8.2.2 - Caracterizam-se como Progressões as situações que resultarem, exclusivamente, em alteração salarial do empregado.*
>
> *8.2.10.1 - A Progressão Horizontal caracteriza-se pela evolução salarial do empregado na faixa salarial do seu cargo/nível, viabilizada pelos institutos da progressão por antiguidade e mérito, nas condições estabelecidas neste Plano de*

Rvst TRT8 2009.pmd 325 23/6/2009, 08:55

Carreiras, Cargos e Salários e consoante os fundamentos legais e normativos.

8.2.10.2 - As Progressões Horizontais por Mérito e por Antiguidade serão concedidas, a quem fizer jus, nos meses de março e setembro, por deliberação da Diretoria da Empresa em conformidade com a lucratividade do período anterior.

8.2.10.3 - As Progressões Horizontais por Mérito e por Antiguidade serão aplicadas de forma alternada, observados os interstícios de concessão conforme disposto nos subitens 8.2.10.4 e 8.2.10.10.1.

8.2.10.4 - A Progressão Horizontal por Antiguidade será concedida ao empregado após decorrido o interstício máximo de 3 (três) anos de efetivo exercício, contados a partir da última Progressão por Antiguidade ou da data de admissão.

8.2.10.5 - A Progressão Horizontal por Antiguidade permitirá a evolução salarial correspondente a uma referência salarial da faixa do cargo/nível ou cargo isolado ocupado pelo empregado, não se constituindo em óbice para fins de Promoção Vertical Seletiva e Reclassificação, porém deverão acontecer em exercícios distintos.

8.2.10.6 - Na Progressão Horizontal por Mérito poderão ser concedidas até 2 (duas) referências salariais ao empregado, observados os resultados e os critérios da proporcionalidade orçamentária, conforme fixado neste PCCS e em normas complementares.

8.2.10.7 - Na hipótese do empregado atingir a última referência salarial da faixa salarial do seu cargo ou carreira, o mesmo não poderá ser contemplado com a Progressão por Antiguidade ou Mérito.

8.2.10.9 - A Progressão Horizontal por Mérito (PHM) ou decorrente deste, será concedida pela Empresa ao empregado que se destacar em seu trabalho, consoante o modelo ou indicadores de Avaliação de Desempenho funcional que for aprovado pela Diretoria Colegiada da Empresa, mediante proposta da área de recursos Humanos e em consonância com os princípios e diretrizes fixados neste PCCS.

8.2.10.9.1 - Poderão concorrer à Progressão por Mérito os empregados que obtiverem os resultados de níveis de desempenho, conforme discriminado abaixo:

Nível Médio de Desempenho	**Interstícios de Concessão**
Ótimo	12 (doze) meses
Bom	18 (dezoito) meses
Regular	*24 (vinte e quatro) meses*
Insuficiente	Não fará jus à promoção

Cumpre mencionar os documentos juntados pela autora às fls. 13-58, onde consta o seu *curriculum e* histórico de cargo, bem como na ficha cadastral trazida pela reclamada à fl. 248-250 se observa que a autora foi admitida na reclamada em 13.06.2000 no cargo de advogado Júnior, na referência SA 41,

Rvst TRT8 2009.pmd 326 23/6/2009, 08:55

tendo cumprido contrato de experiência até 11.09.2000. Em 01.03.2002 foi promovida, por mérito para a referência RS 42, em agosto do 2002, ou seja, menos de seis meses depois, foi promovida para a referência RS 43. Já em setembro de 2004, foi promovida por antiguidade para a referência RS 44, em março de 2005, foi novamente promovida por antiguidade para a referência RS 45. Em 01.02.2006 foi mais uma vez promovida por antiguidade para a referência RS 46 e passou a exercer a função de advogado pleno, em razão de ter obtido progressão de carreira para a última referência e, se assim é, não pode mais postular progressões, seja por antiguidade ou merecimento, relativas ao cargo de Advogado Júnior.

Ademais não faz jus a promoção por antiguidade na carreira de advogado pleno porque por ocasião do ingresso desta ação a autora, ainda não tinha completado três anos no cargo de advogado pleno, conquistado através das promoções recebidas.

A meu ver a autora também não tem direito a promoção por mérito dos anos de 2007 e 2008, já que se encontra em outro cargo de Analista de Correio PL e hoje a sua Referência Salarial é RS NS 13.

Observo que a autora percorreu todas as faixas salariais de seu cargo anterior, ou seja, Advogado Júnior, mediante progressões, passando para o cargo de Advogado Pleno em junho de 2006, sendo enquadrado no PCCS/2008 no cargo de Analista de Correios PL, sendo beneficiado pela passagem de várias referências salariais.

Cumpre ressaltar, oportunamente, que não se pode acolher a tese da inicial, de que a vantagem recebida nos ACT's não se trata de percepção de progressão a título de antiguidade prevista no PCCS/1995, uma vez que referido instrumento coletivo é explícito quanto a isso, nos termos da cláusula 51, II (fl.373 e 398).

Esclareço, ainda, que a reclamada pode deixar de fazer as progressões horizontais por antiguidade em razão de seu poder discricionário, conforme consta do Plano de Carreira, Cargos e Salários, que prevê a presença de três fatores para a concessão da promoção, que são: prazo de três anos, ato da diretoria e disponibilidade financeira.

Ora a expressão "ato da diretoria", por si só, já demonstra que a promoção por antiguidade depende de deliberação da diretoria da empresa. Contudo, como já acima restou evidente no processo que os acordos coletivos de 2004/2005 e 2005/2006, concederam à reclamante as promoções que faria jus, em razão do previsto na cláusula 8.2.10.4. E, que a concessão das referência citadas ocorreu por conta das promoções por antiguidade dos anos de 2003 e 2006.

Já as progressões horizontais por mérito dependem de aferição de critérios objetivos, conforme se depreende do Plano de Carreira, critérios estes que não foram demonstrados de forma convincente na peça inicial, o que inviabiliza a sua procedência.

A matéria é conhecida da Justiça do Trabalho, inclusive do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Por isso mesmo adotam-se como razão de decidir os fundamentos de recente acórdão prolatado pelo Excelentíssimo Ministro JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES, nos autos do processo RR 1603-2004-040-12-00.4, publicado no Diário da Justiça de 18 de março de 2008:

> "O RECURSO DE REVISTA - PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE REQUISITOS. Tratando-se de benefício instituído por ato unilateral do empregador, que se traduz em

Rvst TRT8 2009.pmd 327 23/6/2009, 08:55

liberalidade benéfica aos trabalhadores, deverá ser interpretado nos exatos moldes de sua concessão, comportando interpretação restritiva, ou seja, deve compreender exclusivamente aquilo a que o devedor, de modo expresso, se obrigou, nos termos do artigo 114 do Código Civil. Recurso de Revista conhecido e não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Revista nº TST-RR-1603/2004-040-12-00.4, em que são Recorrentes VILSON DOS SANTOS JÚNIOR E OUTROS e Recorrida EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. O eg. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por meio do v. Acórdão de fls. 529-537, deu provimento parcial ao Recurso da Reclamada, concluindo pela improcedência do pleito de diferenças salariais decorrentes de promoções horizontais por antigüidade. Inconformados, os Recorrentes interpuseram Recurso de Revista às fls. 539-548, com fulcro no art. 896, a e c, da CLT, no qual trazem arestos para o confronto de teses. O Recurso foi admitido às fls. 549-552. Os autos não foram enviados ao douto Ministério Público do Trabalho, por força do artigo 82, § 2º, II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho. É o relatório.

V O T O

PROGRESSÃO POR ANTIGÜIDADE

a) Conhecimento

O eg. Colegiado Regional houve por bem dar provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Reclamada, concluindo pela improcedência do pleito dos Obreiros relativo à progressão por antigüidade. Consignou os seguintes fundamentos:

(...)

Divirjo do posicionamento adotado pelo Juízo de origem.

É certo que o direito à promoção se subordina a um complexo de três condições, ou seja, interstício, lucratividade e deliberação da Diretoria. Salienta-se, primeiramente, em relação à hipótese em comento, tratar-se de aplicação de Plano de Carreiras, Cargos e Salários instituído unilateralmente pela recorrente, estatuindo uma série de benesses a seus empregados e, como norma regulamentar oriunda de ato de empregador, pela natureza especial, deve ser interpretada restritivamente, consoante peculiar às declarações volitivas unilaterais.

Nesse passo, dispõe a norma instituidora, definindo progressão horizontal (fls. 324-325):

8.2.1 Caracterizam-se como Promoções as situações que resultarem em alteração na situação funcional e salarial do empregado, nos termos previstos neste Plano de Carreira, Cargos e Salários e normas complementares.

8.2.2 Caracterizam-se como Progressões as situações que resultarem, exclusivamente, em alteração salarial do empregado.

Rvst TRT8 2009.pmd 328 23/6/2009, 08:55

E, a seguir, mais especificamente (fl. 8.2.10.2 As progressões Horizontais por Mérito e por Antiguidade serão concedidas, a quem fizer jus, nos meses de março e setembro, por deliberação da Diretoria da Empresa em conformidade com a lucratividade do período anterior.

.....

8.2.10.4 A progressão Horizontal por Antigüidade será concedida ao empregado após decorrido o interstício máximo de 3 (três) anos de efetivo exercício, contados a partir da última Progressão por Antigüidade ou da dada da admissão. (Grifei)

Tal preceito deixa denotar que o ato de efetuar promoção, criando obrigação de fazer para a ré, não tem natureza discricionária, ou bem que o cumprimento do interstício de três anos, no caso da promoção por antigüidade, não constitui o direito em favor do empregado. A limitação à legislação específica aplicável a espécie é evidente.

(...)

Evidencia-se que os órgãos da Administração Indireta, como é o caso da recorrente, embora não integrados na estrutura administrativa do Ente de Direito Público ao qual servem, com autonomia, pois, na persecução de seus fins, inobstante não subordinados, são vinculados.

(...)

A regra inserta no plano de cargos e salários, pelo fato de ser a recorrida ente publico, é perfeitamente compatível com a relação de trabalho de natureza contratual.

Enfatizo, outrossim, o fato de os atos dos dirigentes de empresas públicas estarem vinculados aos princípios estabelecidos aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, que prevê sejam observados pela Administração Pública direta ou indireta os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade. Nessa esteira, quaisquer promoções concedidas a seus empregados fora dos critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Salários da empresa configuram-se ilegais.

Cumpre ressaltar que, por se tratar de benesse instituída por liberalidade, a interpretação deve ser restritiva, de forma a não extrapolar a vontade daquele que a instituiu.

Ao se analisar sob o prisma temporal, exclusivamente, como fez a julgadora primeira, o direito deduzido em juízo seria acolhível.

Ocorre que, há de se firmar uma conjunção de fatores para que se configure o direito alegado pelos autores em sua peça inicial: interstício, ato da Diretoria e disponibilidade financeira. Caso um desses requisitos não seja preenchido, não há que falar em direito, mas, sim, em mera expectativa de direito.

Assim sendo, embora tenha a magistrada a quo considerado a ré confessa quanto à existência de

Rvst TRT8 2009.pmd 329 23/6/2009, 08:55

lucratividade, a ausência de deliberação da Diretoria não pode ser ignorada, sendo óbice ao acolhimento do pedido.

Nesse passo, não estando preenchidas as três condições para a concessão da progressão por antigüidade, não há como ser mantida a decisão primeira.

(...) (fls. 531-535).

Inconformados, os Recorrentes insurgem-se contra a decisão. Consignam, em síntese, que o único requisito para a concessão da progressão horizontal por antigüidade é o lapso temporal de três anos, a contar da admissão ou da concessão da última progressão horizontal, independente da deliberação da diretoria e da Resolução nº 09 CCE. Colacionam arestos.

Sem razão.

In casu, no acórdão regional, foi transcrita cláusula do regulamento de pessoal e, da leitura da referida norma, infere-se que as progressões dependem três pressupostos, interstício, lucratividade e deliberação da diretoria, considerada a disponibilidade de recursos financeiros. Diante do referido quadro fático, entendeu a Corte Regional que o ato da Diretoria é um dos requisitos para que o Obreiro faça jus à promoção pleiteada e que a ausência deste configura óbice ao acolhimento do pedido do Obreiro.

Outrossim, o aresto consignado às fls. 546-547, proveniente do TRT da 19ª Região, publicado no Diário da Justiça de Alagoas, em 01/03/2005, é específico e válido, pois consigna tese no sentido de que a concessão de promoção por antigüidade ao empregados da empresa não deverá estar condicionada à prévia aprovação da mesma porque a concessão de tal evolução é de direito do empregado.

Logo, conheço, por divergência jurisprudencial.

b) Mérito

Na hipótese examinada, o egrégio Regional consignou que preenchidos alguns dos requisitos ensejadores do direito às promoções, quais sejam: o interstício mínimo e a lucratividade. Todavia, o entendimento do egrégio Tribunal foi no sentido de que as progressões pleiteadas não são automáticas, como sugerido pelo Recorrente, tendo em vista o requisito consubstanciado na deliberação da direção da empresa, não satisfeito na hipótese em tela.

Correto o entendimento do douto Colegiado. De fato, nem o interstício mínimo, nem os resultados financeiros favoráveis, pela Reclamada, pura e simplesmente, ensejam o direito do Obreiro.

Tratando-se de benefício instituído por ato unilateral do empregador, que se traduz em liberalidade benéfica aos trabalhadores, deverá ser interpretado nos exatos moldes de sua concessão, comportando interpretação restritiva, ou seja, deve compreender exclusivamente aquilo a que o devedor, de modo expresso se obrigou, nos termos do artigo 114 do Código Civil.

Rvst TRT8 2009.pmd 330 23/6/2009, 08:55

In casu, conforme se depreende da cláusula 8.2.1 da norma instituidora, transcrita na decisão recorrida, às fls. 531-532, as progressões pleiteadas serão concedidas a quem fizer jus, mas por deliberação da diretoria da empresa, ou seja, decisão, determinação da empresa. Logo, constata-se que a efetivação da promoção não constitui direito dos empregados, e sim faculdade do empregador.

Portanto, nego provimento ao Recurso de Revista.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Recurso de Revista, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, negar-lhe provimento.

Brasília, 20 de fevereiro de 2008.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES

Ministro-Relator"

Assim, entendo que o autor não faz jus às promoções requeridas.

Por tais fundamentos, reformo a r. sentença, para julgar a reclamatória totalmente improcedente.

2.3.2 DA EXTENSÃO DAS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA À ECT. APLICABILIDADE DA LEI N. 9.494/1997. DOS JUROS DE 0,5%

Aduz que merece reforma a r. sentença no que tange aos juros de mora, pois, segundo a regras legais que norteiam as condenações trabalhistas contra a Fazenda Pública, os juros de mora devem ser fixado em 0,5%. Neste sentido, transcreve o art. 1º da Lei n. 9.494/1997.

Transcreve jurisprudência do E. STF, para corroborar a sua tese.

Sem razão.

Esta E. Corte já editou Enunciado tratando da matéria, assim dispondo:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT - PRIVILÉGIOS E PRERROGATIVAS PROCESSUAIS - I - A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 12 do Decreto-lei nº 509/69, está sujeita à execução por precatório, exceto quando se tratar de dívida de pequeno valor, nos termos da legislação; II - Não é exigível da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT o depósito recursal nem a antecipação do pagamento das custas como pressuposto recursal; III - Não se aplica à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT o privilégio da Fazenda Pública com relação aos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Assim, mantenho a r. sentença, neste particular

Ante todo o exposto e em conclusão, conheço do recurso ordinário; rejeito a questão preliminar de inépcia da inicial, bem como a prejudicial de prescrição total; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando, em parte, a r. sentença, indeferir os pleitos da inicial. Invertido o ônus da sucumbência, cominando-se custas ao reclamante de R$200,00 (duzentos reais), calculadas

Rvst TRT8 2009.pmd 331 23/6/2009, 08:55

sobre o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), de cujo recolhimento fica isento na forma da lei, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO E REJEITAR A QUESTÃO PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, BEM COMO A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O DES. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL PARA, REFORMANDO, A R. SENTENÇA, INDEFERIR OS PLEITOS DA INICIAL. INVERTIDO O ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, COMINANDO-SE CUSTAS À RECLAMANTE DE R$200,00 (DUZENTOS REAIS), CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), DE CUJO RECOLHIMENTO FICA ISENTA, NA FORMA DA LEI, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de março de 2009. (DEJT 31.03.2009)

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

RELAÇÃO DE EMPREGO. GRUPO ECONÔMICO. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00966-2007-006-08-00-6
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTES: **MADSON PEREIRA LOBATO**
Advogado: Dr. Elleyson Corrêa Sandres
GRUPO EDUCACIONAL IDEAL - GEI
Advogado: Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior e outros
NÚCLEO EDUCACIONAL INTEGRAL LTDA.
Advogado: Dr. Alan Henrique Trindade Batista

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

RELAÇÃO DE EMPREGO. GRUPO ECONÔMICO. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. Restando configurado o grupo econômico em que o primeiro e o segundo reclamados têm como objeto social o desenvolvimento de atividades educacionais em todos os tipos e níveis de ensino, configurando-se como empregador único, nos termos da Súmula nº 129, do C. TST, entendo correto o decisório recorrido que reconheceu o vínculo empregatício do autor com o 1º reclamado no período de agosto/2001 a

Rvst TRT8 2009.pmd 332 23/6/2009, 08:55

dezembro/2005 e de janeiro de 2006 a abril de 2007 com o segundo reclamado, sem solução de continuidade na prestação dos serviços, devendo o primeiro reclamado responder solidariamente pelos valores devidos ao autor pelo segundo reclamado, ante a existência de grupo econômico, nos termos do § 2º, do art. 2º, da CLT.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário, oriundos da MM. 6ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrentes, MADSON PEREIRA LOBATO, GRUPO EDUCACIONAL IDEAL - GEI e NÚCLEO EDUCACIONAL INTEGRAL LTDA. e, como recorridos, OS MESMOS.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DO CONHECIMENTO

Conheço dos recursos ordinários interpostos pelo 1º e 2º reclamados e do recurso adesivo do recurso ordinário interposto pelo Grupo Educacional Ideal, apresentado pelo reclamante, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

RECURSOS ORDINÁRIOS DO 1º E 2º RECLAMADOS - GRUPO EDUCACIONAL IDEAL - GEI E NÚCLEO EDUCACIONAL INTEGRAL LTDA.

2.2 DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM.* CARÊNCIA DE AÇÃO

Renova o 1º reclamado as preliminares de ilegitimidade passiva e de carência de ação, aduzindo que no ano de 2001 o reclamado houve por bem abrir uma filial do estabelecimento de ensino em Castanhal, onde explorava unicamente o ensino fundamental e médio, cujo funcionamento se deu até dezembro/2004 e que, em seguida foi celebrado contrato com o Núcleo Educacional Integral - NEI, o qual passou a utilizar integralmente as instalações, método de ensino e a marca IDEAL, assumindo totalmente o estabelecimento de ensino, não havendo qualquer conexão com o reclamado recorrente, devendo, portanto, ser excluído da lide.

A matéria trata de questão de fundo, que deve ser analisada no mérito, o que assim se faz, porquanto diz respeito à existência ou não de vínculo de emprego entre as partes.

Não obstante, para que se tenha direito de invocar a tutela jurisdicional do Estado, garantido constitucionalmente no art. 5º, XXXV, torna-se necessária a presença das condições da ação, na medida da teoria da tríplice identidade, defendida por Liebman. São elas: a legitimidade de parte, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.

De acordo com a Teoria da Asserção, adotada pelo nosso ordenamento jurídico, basta a alegação de forma abstrata de quem seja o empregado e o empregador para que sejam consideradas como partes envolvidas no litígio, ficando a apuração da veracidade das alegações para momento posterior, quando da análise do mérito.

Assim, rejeito a preliminar.

Rvst TRT8 2009.pmd 333 23/6/2009, 08:55

2.3 DA PREJUDICIAL DE MÉRITO: PRESCRIÇÃO

O 1º reclamado, ora recorrente, renova a arguição de prejudicial de prescrição com fundamento na Súmula nº 294, do C. TST.

Insurge-se contra a decisão de primeiro grau que indeferiu o pedido ao argumento de que a prescrição é quinquenal e não bienal, não incidindo à hipótese a exceção prevista na Súmula nº 294, do C. TST, porque o reclamante fundamenta os seus pedidos nas normas coletivas carreadas aos autos, não decorrendo de preceito de lei.

Sem razão o recorrente.

Ainda que se venha a declarar a prescrição total dos direitos decorrentes das cláusulas coletivas invocadas, nos termos da Súmula nº 294, do C. TST, a prescrição aqui enfocada diz respeito ao prazo quinquenal e não bienal, como quer fazer crer o recorrente.

Como a inicial foi ajuizada em 26/06/2007 encontram-se prescritas apenas as parcelas anteriores a 26/06/2002, conforme pronunciou o Juízo *a quo*.

Assim dispõe a Súmula 294 do TST, cujo texto é o seguinte: "*Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei"*.

O conceito de *praescriptio* é dado de forma concisa por doutrinadores de escol, podendo assim ser enunciado: *Prescrição é a perda da faculdade de se exercer, materialmente, o direito de ação, em virtude da inércia do titular de possível direito violado*.

O direito admite se tornem perenes as situações formadas pelo decurso do tempo, pois ressuscitá-las seria ocasionar abalo à estabilidade social. Por isso a lei estabelece prazos gerais ou especiais para o exercício de determinados direitos, especialmente aqueles de ordem privada, onde se insere o contrato de trabalho.

O início do lapso prescricional dá-se, de forma impositiva, com a gênese do direito de ação *(actio nata),* que nasce e se torna evidente, via de regra, pela vulneração ao patrimônio jurídico da pessoa, ocorrendo no direito privado com a quebra de obrigação contratual. Exceção a essa regra básica configura-se nas ações meramente declaratórias, que normalmente são imprescritíveis, visto que nesta espécie de ação não há qualquer modificação nas circunstâncias fáticas que apóiam a relação jurídica, mas apenas a declaração de sua existência, sendo que, quando referidas ações declaratórias possuem certa natureza constitutiva ou condenatória, transmudando a situação jurídica já sedimentada pelo tempo, tem-se, inquestionavelmente, que estará sujeita aos efeitos da prescrição.

Nesse contexto lanço mão dos ensinamentos de Francisco Antônio de Oliveira, em sua conhecida obra Comentários aos Enunciados do TST", 3ª ed., RT, 1996, p. 714), que assim elucida o tema, *ipsis verbis*:

> *"Em suma, estará configurado o ato único quando para a concessão do direito pleiteado há necessidade de perquirir-se sobre a legalidade ou ilegalidade do ato praticado, v.g., gratificação concedida nos idos de 1980 e que o autor vem reclamar pagamento nos demais anos, quando não existe lei determinando o pagamento e nem foi concedida em contrato".*

Rvst TRT8 2009.pmd 334 23/6/2009, 08:55

Vale ponderar que no mesmo sentido do supracitado doutrinador já se manifestou o Excelso Supremo Tribunal Federal, conforme demonstra ainda o citado jurista:

> *"Quando é um direito conhecido, sobre o qual não se questiona, aí, são as prestações que vão prescrevendo, mas, se o direito às prestações decorre do direito à anulação do ato, é claro que, prescrita a ação em relação a este, não é possível julgar prescritas apenas as prestações, porque prescreveu a ação para o conhecimento do direito do qual decorreria o direito às prestações. Do contrário, seria admitir o efeito sem a causa. Precedentes: RR-RR 73.958; RR 94.679/9-SP, STF. Conhecido e provido"*.

É consabido que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho excepciona da prescrição nuclear apenas aqueles direitos também assegurados por lei, ou seja, quando o pedido (valores de trato sucessivo) não decorre apenas do exame da validade do ato prescrito, sendo albergado também pela legislação em vigor.

Nego provimento ao recurso, no particular, para manter a sentença que pronunciou a prescrição total dos pedidos invocados com base nas convenções coletivas colacionadas aos autos, cujo prazo prescricional é de cinco anos e não dois anos.

Prejudicial rejeitada.

2.4 DA IMPUGNAÇÃO À TESTEMUNHA

Postula o 1º reclamado a reforma do *decisum*, que rejeitou a impugnação ao depoimento da testemunha do reclamante, Sr. Jairo de Jesus da Silva.

Diz que se trata de falsa alegação e não de mera variação no depoimento.

Requer a juntada, como fato novo, do depoimento da referida testemunha, na condição de reclamante no processo nº 1819-2007-015-08-00-4, já que à época do encerramento da instrução não havia o depoimento da testemunha em questão na condição de autor.

Razão não lhe assiste.

Conforme análise acurada do termo de audiência juntado como fato novo pelo recorrente, às fls. 448/460, verifica-se que os fatos narrados pela testemunha do autor dos presentes autos, na condição de reclamante no processo 1819-2007-015-08-00-4, ratificam o convencimento do Juízo de primeiro grau no sentido de que o primeiro reclamado atuava em Castanhal não só no ensino fundamental e médio, mas também no pré-vestibular, com professores que atuavam tanto no colégio quanto no pré-vestibular.

Também serve o depoimento da testemunha do autor, na condição de reclamante, para ratificar que o autor era um dos professores do pré-vestibular, uma vez que declarou que encontrava o reclamante ministrando aulas nas sextas-feiras, bem como para comprovar a utilização, pelo reclamante, até o ano de 2004, do veículo disponibilizado pelo primeiro reclamado para se deslocar no percurso Belém/Castanhal/Belém.

Ora, comparando os depoimentos prestados pelo Sr. Jairo de Jesus Nascimento da Silva, como testemunha do autor e na condição de reclamante nos autos do processo nº 1819-2007-015-08-00-4, não vislumbro contradições e falsidade nas alegações a ponto de invalidar o seu depoimento ou considerá-lo desprovido de valoração.

Rvst TRT8 2009.pmd 335 23/6/2009, 08:55

Ademais, o d. Juízo baseou-se em seu depoimento para comprovar a existência de cursinho pré-vestibular em Castanhal/Pa, bem como que o reclamante ministrava aulas no referido cursinho, utilizando-se de veículo disponibilizado pelo primeiro reclamado, fatos estes ratificados no depoimento prestado no processo 1819-2007-015, acima noticiado.

Desta feita, considero válida a testemunha arrolada pelo reclamante, assim como o seu depoimento prestado em Juízo, às fls. 375/382.

Nada a reformar, portanto.

2.5 MÉRITO

2.5.1 DA RELAÇÃO DE EMPREGO. GRUPO ECONÔMICO. SUCESSÃO DE EMPREGADORES

Alega o 1º reclamado que abriu uma filial do estabelecimento de ensino em Castanhal, onde explorava unicamente o ensino fundamental e médio, cujo funcionamento se deu até dezembro/2004.

Afirma que com o encerramento de suas atividades em Castanhal e uma vez procurada pelos diretores da empresa Núcleo Educacional Integral - NEI, foi celebrado contrato em que o Núcleo Integral passou a utilizar integralmente as instalações, método de ensino e a marca IDEAL, assumindo totalmente o estabelecimento de ensino, não havendo qualquer conexão com o reclamado recorrente.

Assevera também que, por certo período, um grupo de professores, por iniciativa própria, formou um cursinho pré-vestibular.

Aduz que não tem como se admitir que o reclamante tenha laborado para o Grupo Educacional Ideal, já que a instituição jamais possuiu cursinho pré-vestibular.

Por outro lado, afirma que em caso de manutenção da sentença recorrida descabida é a condenação do recorrente, uma vez que o cursinho pré-vestibular (explorado pela cooperativa de professores) funcionou onde atualmente está sediado o Núcleo Educacional Integral - NEI, sendo explorado por esta empresa, que deve assumir todos os encargos decorrentes da exploração da atividade, em razão da sucessão de empregadores.

Requer, em caso de condenação, que seja de forma subsidiária e não solidária.

De outro lado, afirma o reclamante que foi contratado pelo 1º reclamado em agosto de 2000 para trabalhar como professor de biologia, executando suas atividades no Colégio Ideal, situado na Rua São Francisco, tendo trabalhado por um ano e, após, passou a trabalhar no Ideal Vestibular de Castanhal.

Menciona o autor que entre os anos de 2002 e 2004 trabalhou no Colégio Ideal/Vestibular de Castanhal.

O segundo reclamado alegou em seu recurso que a sentença reconheceu indevidamente a existência de grupo econômico, aduzindo que as instituições de ensino demandadas são pessoas jurídicas de direito privado distintas, com quadro societário diverso e que a relação havida com o reclamante perdurou somente no período de 01/03/2006 a 24/04/2007.

Asseverou também o 2º demandado que ainda que se reconheça o vínculo de emprego entre o 1º reclamado e o reclamante, houve ruptura do contrato de trabalho, já que o autor somente foi contratado pelo 2º demandado em março/2006, devendo ser descaracterizada a sucessão a ensejar o reconhecimento da unicidade contratual, sendo indevida a condenação do recorrente nas parcelas ora deferidas ao autor.

Rvst TRT8 2009.pmd 336 23/6/2009, 08:55

Vejamos.

Pela simples análise dos documentos de fls. 45 e 46 verifica-se que houve a prestação de serviços do reclamante para o 1º reclamado no ano de 2003 e, destaque-se, para o Ideal Pré-Vestibular de Castanhal.

Tal circunstância foi confirmada pela segunda testemunha arrolada pelo autor, que considero válida como meio de prova.

Com efeito, afirmou a segunda testemunha do reclamante, às fls. 376/379: "*(...) que em Castanhal havia um colégio e um cursinho pré-vestibular funcionando no mesmo local até 2002; que até 2003, dava aula tanto na escola quanto no cursinho; que trabalhou com o reclamante no cursinho pré-vestibular de Castanhal; que encontrava o reclamante na unidade de Castanhal na 6ª feira (...); que havia um transporte bancado pela unidade da Batista Campos para levar os professores para Castanhal (...)*".

Constato que o primeiro reclamado negou a existência de prestação de serviço por parte do reclamante, cabendo portanto ao autor o ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 818 da CLT c/c art. 333, I, do CPC.

Nesse sentido, a prestação de trabalho do autor para o primeiro reclamado resta indene de dúvidas, diante dos documentos de fls. 45, 46 e 48.

Para a efetiva caracterização da relação havida entre as partes como sendo de emprego, deve restar clara a subordinação jurídica do empregado para com o seu empregador. Referido critério retrata o poder de comando e direção do empregador, em correspondência ao dever específico do empregado de obedecer.

Dos documentos e depoimentos prestados em audiência restou comprovado o preenchimento desse estado de subordinação e os demais pressupostos que configuram a relação de emprego contidos no art. 3º Consolidado.

Deixou claro a testemunha do reclamante a relação de emprego havida entre o autor e o primeiro reclamado.

Todavia, no que se refere ao período laboral, não conseguiu o autor comprovar que o início de suas atividades para o 1º reclamado se deu em agosto de 2000, tendo em vista que os recibos de fls. 45, 46 e 48 datam de 2003 e o aviso prévio das férias de fl. 49 e os contracheques de fls. 77/86, datam de 2006.

De outro vértice, a testemunha do autor somente conseguiu demonstrar o labor juntamente com o reclamante no Município de Castanhal, pelo que resta provado o início do trabalho para o 1º reclamado a partir de agosto/2001, segundo informações prestadas na inicial.

Entendo que os trabalhos desenvolvidos pelo autor para o primeiro reclamado ocorreram até dezembro de 2005, como soi concluir pelo próprio depoimento da 1ª testemunha do 3º reclamado, Sra. Maria do Socorro Sardinha de Sousa, que respondeu: "*que trabalha para o 2º reclamado desde março/2006; que antes de trabalhar para o 2º reclamado, trabalhava para o Grupo Educacional Ideal; que trabalhou nesse grupo até dezembro/2005 (...)".*

Ora, tendo a testemunha do reclamado afirmado que trabalhou para o Grupo Educacional Ideal até dezembro/2005, resta provado que o 1º reclamado manteve-se em atividade até este mês e ano.

Ocorre que o contrato de trabalho do autor foi sucedido, sem interrupção, para o 2º reclamado - Núcleo Educacional integral Ltda., perdurando até abril de 2007, conforme afirmado pelo próprio demandado em contestação.

Rvst TRT8 2009.pmd 337 23/6/2009, 08:55

Quanto à responsabilidade do primeiro reclamado, vislumbro, *in casu*, a configuração do grupo econômico.

O grupo econômico, segundo Alice Monteiro de Barros, em sua obra in CURSO DE DIREITO DO TRABALHO, 3ª edição, editora Ltr, fevereiro de 2007, p. 376, "*é um conglomerado de empresas que, embora tenham personalidade jurídica própria, estão sob o controle administrativo ou acionário de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de outra atividade econômica, sendo solidariamente responsáveis para os efeitos da relação de emprego (art. 2º, § 2º, da CLT)*".

O § 2º, do art. 2º da CLT dispõe, "*Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas*".

A testemunha do autor em seu depoimento às fls. 376/379, afirmou: "*(...) que em nenhum momento lhe foi comunicado que as unidades educacionais existentes em Castanhal haviam sofrido alteração na sua constituição societária; que as únicas informações que recebia eram relativas à mudança de coordenadores(...)*".

Ademais, o Instrumento Particular de Cessão de Uso de Método de Ensino e de Marca celebrado entre o Grupo Educacional Ideal Ltda. - GEI, na condição de cedente e João Francisco de Melo Libonati, na condição de cessionário, às fls. 199/206, denota a gerência e administração do primeiro reclamado sobre o segundo reclamado, conforme se observa da cláusula quinta, que trata das obrigações da cedente.

Trata-se, dessa forma, de grupo econômico em que o primeiro e o segundo reclamados têm como objeto social o desenvolvimento de atividades educacionais em todos os tipos e níveis de ensino, configurando-se como empregador único, nos termos da Súmula nº 129, do C. TST.

Dessa forma, entendo correto o decisório recorrido que reconheceu o vínculo empregatício do autor com o 1º reclamado no período de agosto/2001 a dezembro/2005 e de janeiro de 2006 a abril de 2007 com o segundo reclamado, sem solução de continuidade na prestação dos serviços, devendo o primeiro reclamado responder solidariamente pelos valores devidos ao autor pelo segundo reclamado, ante a configuração do grupo econômico, nos termos do § 2º, do art. 2º, da CLT.

2.5.2 DA CAUSA DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Insurge-se o 2º reclamado quanto ao motivo da rescisão contratual, afirmando que a cessação do vínculo empregatício ocorreu por justa motivação, eis que o reclamante teria comparecido para dar aulas somente até o mês de março/2007, não mais retornando para desenvolver seus misteres, tendo o vínculo encerrado em 24/04/2007, restando, portanto, caracterizado o abandono de emprego, nos moldes do art. 482, "i", da CLT.

A tese de abandono de emprego não merece prosperar, uma vez que o próprio recorrente afirmou que o vínculo de emprego com o autor encerrou-se no dia 24/04/2007, o que corrobora a correspondência de fl. 44, ao solicitar o comparecimento do reclamante na empresa para tratar de assuntos pertinentes à sua rescisão contratual.

Rvst TRT8 2009.pmd 338 23/6/2009, 08:55

Não conseguiu o 2º reclamado, desse modo, desincumbir-se do ônus de provar a justa causa para a rescisão do contrato de trabalho do autor, que deveria ser cabalmente provada, haja vista que vai de encontro ao princípio da continuidade da relação de emprego.

Destarte, mantenho a sentença que considerou como causa para a extinção do contrato de trabalho um pedido tácito de demissão do reclamante.

2.5.3 DO FGTS, SALÁRIO RETIDO E FÉRIAS PROPORCIONAIS

Aduz o recorrente, ora 2º reclamado, que comprovou a realização dos depósitos de FGTS através dos documentos de fls. 272 a 283 dos autos, assim como restou comprovado à fl. 264 o pagamento do salário devido pelos dias trabalhados em março/2007.

Compulsando os documentos de fls. 272 a 283 verifico que não há comprovação do depósito do FGTS em alguns meses de trabalho, tais como agosto, junho, devendo ser reformada a sentença para excluir da condenação os depósitos do FGTS na conta vinculada do reclamante com relação aos meses em que houve comprovação dos depósitos, às fls. 272 a 285.

Quanto ao salário do mês de março/2007, reformo a sentença para condenar os reclamados a pagarem ao autor apenas a diferença devida com relação ao mês de março de 2007, observando-se o valor pago no TRCT à fl. 264, bem como a determinação contida na sentença dos embargos de declaração, à fl. 415, verso.

No que concerne às férias proporcionais, aduz o 2º reclamado que devem ser excluídas da condenação porque o autor deu causa ao término do contrato de trabalho, assim como em face de ter recebido o valor das férias + 1/3 em junho/2006, entrando em gozo no mês de julho/2006, conforme atesta o documento de fl. 286 dos autos.

Nada há a ser reformado, uma vez que o Juízo deferiu somente os 10/12 avos das férias + 1/3, considerando-se o novo período aquisitivo iniciado em julho/2006 até a data da dispensa do reclamante.

2.5.4 DO TRIÊNIO, HORA ATIVIDADE, HORA DISPONIBILIDADE

Alega o 1º reclamado que descabem as parcelas de triênio e hora atividade já que esgotado o prazo de vigência das normas coletivas que fundamentam os pedidos, bem como porque prescrito o direito em postular as verbas.

Com relação à prescrição, improcede a argumentação uma vez que, conforme ao norte explanado, o prazo prescricional para a postulação das parcelas fundadas nas normas coletivas é quinquenal e não bienal, encontrando-se prescritas apenas as parcelas anteriores a 26/06/2002, conforme pronunciou o Juízo *a quo*.

Segundo a cláusula trigésima sexta da Convenção Coletiva, de fls. 87/133, "*fica garantida a todos os professores, gratificação por tempo de serviço, a cada 03 (três) anos de efetivo serviço na mesma escola, adquiridos mês a mês e retroativos até quinze anos contados a partir de 01.03.93, no valor equivalente a 02% (dois por cento) do salário base mensal para os primeiros 03(três) anos, e, acrescendo-se de forma cumulativa, 01% (um por cento) a cada período subsequente de 03 (três) anos de efetivo exercício na escola".*

Nesse sentido, como restou comprovado que o reclamante começou a trabalhar em agosto/2001, adquiriu o direito a um triênio em agosto/2004, porém, como suas atividades encerraram em abril/2007, ele não chegou a concluir os

Rvst TRT8 2009.pmd 339 23/6/2009, 08:55

três anos para ter direito a novo triênio, fazendo jus apenas a um triênio, conforme decidido em primeiro grau.

Descabe também o argumento de que se encontra esgotado o prazo de vigência das normas coletivas que fundamentam os pedidos, vez que as convenções coletivas coligidas aos autos vigoram até 28/02/2009, consoante Termo Aditivo de fl. 133.

No que tange à hora atividade a cláusula trigésima oitava das convenções coletivas carreadas pelo reclamante, às fls. 87/133, menciona que será pago ao(a) professor(a), o percentual mínimo de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), por hora-aula, a título de gratificação por hora atividade, nos meses de abril, junho, setembro e novembro de cada ano.

Não havendo prova de pagamento da parcela pelos reclamados, deve ser paga ao reclamante a parcela de hora-atividade referente aos meses de junho, setembro e novembro de 2002, com exceção apenas do mês de abril/2002 que se encontra fulminado pela prescrição, bem como os meses de abril, junho, setembro e novembro de 2003.

Quanto à hora disponibilidade, insurge-se o 1º reclamado contra a sentença por entender que não ficou comprovado que o reclamante permanecesse à disposição da empresa durante as sextas-feiras.

Aduz também que a decisão de mérito, ao tratar da parcela de redução de carga horária e seu reflexo acaba por reconhecer que a testemunha e o autor trabalharam juntos tão-somente até o ano de 2004, portanto, ainda que seja mantida a sentença, deverá ser limitado o pedido deferido.

O 2º reclamado alega, em seu recurso, que a sentença merece reparos quanto à parcela de hora disponibilidade e reflexos a uma porque abrange período estranho ao pacto laboral havido entre as partes, a duas porque, muito embora o recorrente não tenha exibido o controle de ponto, a presunção decorrente desta omissão é relativa, admitido prova em contrário, o que foi realizado no curso da instrução processual.

Postula ainda o 2º reclamado que, em sendo mantida a condenação, que a parcela de hora atividade seja limitada até o dia 16/03/2007, por ser o último dia de trabalho do autor, descabendo a condenação em obrigação de fazer consistente na retificação dos registros contidos na CTPS do reclamante.

Analiso.

Afirma o reclamante que permanecia o dia inteiro, nas sextas-feiras, à disposição do reclamado, das 07:00h às 22h45min, sem intervalo.

A 2ª testemunha do reclamante ratificou o alegado na inicial quanto a este aspecto ao afirmar: "*(...) que cerca de 01 vez por mês, ministrava aulas extras nas 6ªs feiras; que essas aulas eram ministradas ou no turno da manhã, ou no turno da tarde ou no turno da noite; que o seu turno da manhã ia das 07:15 às 12:30 horas; que o turno da tarde ia das 13:30 às 18:00 horas; que o turno da noite ia das 19:00 às 22:00 horas; que encontrava o reclamante na unidade de Castanhal, na 6ª feira, em qualquer turno do dia, inclusive ele lhe confidenciava que passava a 6ª feira inteira em Castanhal (...)".*

Ademais, o fornecimento de transporte pelo reclamado era apenas de uma viagem de Belém/Castanhal/Belém, impossibilitando o reclamante de ministrar aulas em outros colégios.

De outra forma, não prospera o pedido de limitação da parcela deferida, haja vista que ainda que a testemunha do autor tenha afirmado ter laborado juntamente com ele até o ano de 2004, o procedimento realizado no reclamado

Rvst TRT8 2009.pmd 340 23/6/2009, 08:55

com os professores que ministravam aulas às sextas-feiras na unidade de Castanhal restou comprovado, assim como a disponibilidade de transporte apenas no trecho Belém/Castanhal/Belém.

Também não há que se falar em período não compreendido no pacto laboral, pois conforme acima analisado o vínculo de emprego com o autor encerrou-se no dia 24/04/2007, fato este ratificado através da correspondência de fl. 44 dos autos, permanecendo a obrigação dos reclamados de retificarem as anotações na CTPS do autor.

Quanto à não exibição do controle de ponto, é bem verdade que gera apenas a presunção relativa, admitido prova em contrário, o que todavia não foi realizada no curso da instrução processual.

Assim, mantenho a sentença neste tópico.

2.5.5 DAS HORAS EXTRAS - "JANELAS"

Entende o 1º reclamado haver necessidade de reforma da decisão no que se refere às horas extras deferidas como "janelas", porquanto o horário-janela somente é reconhecido quando houver um horário vago entre duas aulas seguidas ministradas na mesma instituição de ensino, ficando impossibilitado o professor de ministrar aulas em outro estabelecimento.

Caso assim não se entenda, que seja então a indenização limitada a uma hora-aula, conforme previsto em Convenção Coletiva.

O parágrafo único da cláusula vigésima sexta das convenções coletivas, de fls. 87/133, dispõe: "*Considera-se como horário janela o tempo vago de uma hora aula entre aulas ministradas pelo mesmo professor*".

Não há como prosperar a tese do reclamado. O que se verifica é o descumprimento, por parte do reclamado, da norma coletiva, ao manter o reclamante à sua disposição, na forma do art. 4º, da CLT, sem remunerar o horário janela.

A norma coletiva deve aqui ser interpretada extensivamente para que se entenda que todo o intervalo de tempo em que o professor fica à disposição da instituição de ensino entre uma e outra aula, deve ser considerado como tempo à disposição da empresa, nos termos do art. 4º consolidado.

Dessa forma mantenho o *decisum* que julgou procedente esta parcela, assim como os reflexos dessas horas no 13º salário, nas férias + 1/3, no RSR e nos depósitos de FGTS, devido à habitualidade.

2.5.6 DO REAJUSTE SALARIAL

Argúi o 1º reclamado a prescrição total quanto ao pedido de reajustes salariais decorrentes de aplicação de norma coletiva e, em sendo outro entendimento, afirma não caber os percentuais deferidos, vez que superam o mínimo previsto no instrumento normativo.

No que pertine à prescrição, este argumento do reclamado cai por terra, conforme esposado no item 2.3 ao norte.

Como é cediço, o prazo prescricional para a postulação das parcelas fundadas nas normas coletivas é quinquenal e não bienal, encontrando-se prescritas apenas as parcelas anteriores a 26/06/2002, conforme pronunciou o Juízo de primeiro grau.

Quanto aos percentuais deferidos, o reclamado apenas insurge-se sem fazer qualquer prova de que houve o pagamento dos reajustes salariais ao autor.

Assim, mantenho o decisório neste aspecto.

Rvst TRT8 2009.pmd 341 23/6/2009, 08:55

2.5.7 DA MULTA DAS CONVENÇÕES COLETIVAS

Alegam os reclamados que não houve cláusula convencional descumprida e que, em sendo mantida a condenação, que se restrinja a uma única penalidade, já que multa se dá em razão do descumprimento e não por cláusula ofendida.

Razão não lhes assiste.

Havendo o descumprimento das normas coletivas quanto ao reajuste salarial, triênios e hora atividade, deve ser mantida a sentença que julgou procedente o pedido de multa por descumprimento das normas coletivas.

RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE AO RECURSO ORDINÁRIO DO GRUPO EDUCACIONAL IDEAL - GEI

2.5.8 DAS HORAS *IN ITINERE*

Alega o reclamante, ora recorrente, que a condenação dos reclamados nas horas *in itinere* se faz necessária não pelo fato de o lugar em que ministrava as aulas (Castanhal) ser de difícil acesso ou não fornecido por transporte público, mas sim pela hora, pois inexiste transporte intermunicipal oficial que sai do terminal rodoviário às 06:00 horas da manhã.

Sem razão o recorrente.

Como é cediço, existe transporte público regular no trecho Belém/Castanhal/Belém, não fazendo prova o recorrente de suas alegações.

Ademais, já está sedimentado na jurisprudência, por meio da Súmula nº 90, III, do C. TST, que a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*.

Acrescente-se que em 2005 o reclamado deixou de disponibilizar a Van para o transporte do reclamante no trecho Belém/Castanhal/Belém, fornecendo-lhe passagens, o que comprova a existência de transporte público neste percurso e no horário de trabalho do autor.

Portanto, mantenho a decisão de primeiro grau quanto a esta parcela.

2.5.9 DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA - REDUÇÃO DO SALÁRIO - INDENIZAÇÃO

Aduz o recorrente ser fato incontroverso que tinha remuneração com base nas suas horas/aulas ministradas por mês e que houve abrupta diminuição de sua carga horária, o que refletiu em sua perda salarial.

Na inicial (fl. 07), o autor alegou que até o final de 2004 ministrava 14 aulas, porém em 2005 a carga horária foi reduzida para 3 aulas por dia no primeiro semestre e 6 aulas por dia no segundo semestre, pelo que pleiteia o pagamento de indenização pela supressão da jornada, pelo 13º salário proporcional e sobre férias proporcionais, com reflexos também em RSR e FGTS.

O 1º reclamado (GRUPO EDUCACIONAL IDEAL) alegou em defesa (fls. 176/192) que de 2005 a 2007 não explorava atividade de ensino em Castanhal (fl. 179) e, em relação ao pleito específico de indenização, afirmou que o reclamante "jamais foi professor do Grupo Educacional Ideal" (fl. 186) e, pelo princípio da eventualidade, enfatizou que "nada há de ilegal na atitude empregadora" (fl. 186).

O 2º reclamado (NÚCLEO EDUCACIONAL INTEGRAL) alegou, por seu turno, que não houve redução, mas sim aumento da carga horária no período em que manteve vínculo com o reclamante, o que teria ocorrido de março/2006 a 24/04/2007 (vide fl. 255).

Rvst TRT8 2009.pmd 342 23/6/2009, 08:55

A r. sentença considerou configurado o grupo econômico, atribuindo a responsabilidade solidária do 1º reclamado pelos valores devidos ao autor pelo 2º reclamado, com o que concordo.

Ora, a prova do pagamento de salário é ônus do empregador, nos termos do art. 464 da CLT, de modo que os reclamados deveriam exibir os recibos de pagamento como forma de justificar a preservação do salário e carga horária do autor.

De qualquer modo, o autor anexou, à inicial, recibos salariais de 2003, à fl. 45, e de 2006, às fls. 77/86, pelos quais percebe-se que houve sensível redução salarial.

A Cláusula Vigésima das Convenções Coletivas de Trabalho da categoria profissional do autor prevê, no item "c", que a diminuição do número de turmas ou supressão de disciplina enseja o pagamento de indenização das parcelas rescisórias correspondente à parte reduzida.

No presente caso, os reclamados não demonstraram, por outro lado, eventual diminuição do número de alunos, como forma de justificar a alteração da carga horária do autor.

Por tais fundamentos, dou provimento ao recurso adesivo do reclamante, neste aspecto, para incluir na condenação a indenização pela redução de carga horária e reflexos pleiteados na inicial, devendo os reclamados apresentarem os recibos de pagamento de salário do reclamante para liquidação das parcelas.

2.5.10 DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Assevera o recorrente que a sentença se valeu de rigor formalismo ao indeferir o pleito de equiparação salarial, na medida em que o simples manuseio dos autos traz à lume o paradigma e a confirmação dos valores e a conseguinte isonomia pleiteada na peça de ingresso.

Vejamos.

Vaticina o *caput* do art. 461, da CLT:

> *"Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.*
>
> *§1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos".*

Não obstante, o reclamante pleiteia a diferença de salário em virtude da equiparação salarial, todavia não apresenta o paradigma, mas apenas faz menção a professor em situação idêntica, referindo-se ao processo nº 861-2006-006-08-00-0, cuja decisão juntou aos presentes autos, às fls. 70/76.

Ocorre que na sentença do processo suso mencionado, foi deferida a diferença salarial à reclamante por motivos outros que não se compadecem com os requisitos elencados no caput do art. 461 consolidado.

Nesse diapasão, cai por terra a alegação do recorrente de exacerbado formalismo, em detrimento da busca da verdade real, haja vista que sem a demonstração do real paradigma fica o Juízo impedido de averiguar a existência dos demais requisitos configuradores da isonomia salarial, tais como a mesma produtividade, com a mesma perfeição técnica e que o trabalho seja prestado entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos.

Dessarte, improcede o pleito.

Rvst TRT8 2009.pmd 343 23/6/2009, 08:55

2.5.11 DAS HORAS-AULAS MINISTRADAS AOS DOMINGOS

Sustenta o recorrente que o depoimento de sua testemunha, aliado à falta de apresentação de controle de ponto ou frequência do reclamante são suficientes para o reconhecimento das aulas ministradas aos domingos.

Não procedem os argumentos do reclamante, pois, em que pese à falta de controle de ponto por parte do reclamado, esta omissão apenas gera a presunção relativa de veracidade das alegações do autor, podendo ser elidida por prova em contrário.

Desse modo, havia somente uma presunção *juris tantum* de que o reclamante trabalhava aos domingos, mas para tal confirmação precisaria o autor ter comprovado através de prova documental ou testemunhal, o que não fez.

A sua testemunha, Sr. Jairo de Jesus Nascimento da Silva declarou que o seu dia normal de trabalho em Castanhal era o domingo, porém encontrava o reclamante às sextas-feiras.

Assim sendo, não houve comprovação do labor do reclamante aos domingos.

Portanto, nada a reformar neste sentido.

2.5.12 DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Requerem os reclamados, em suas contra-razões, seja aplicado ao autor a penalidade por litigância de má-fé ou por ato atentatório à dignidade da Justiça.

Improcedem os pedidos tendo em vista que o autor não agiu com deslealdade processual, nem tampouco em afronta à dignidade da Justiça.

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários interpostos pelo 1º e 2º reclamados e do recurso adesivo ao recurso ordinário interposto pelo Grupo Educacional Ideal, apresentado pelo reclamante, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade, rejeito as preliminares de ilegitimidade passiva *ad causam e* carência de ação e a prejudicial de prescrição suscitadas pelo 1º reclamado; no mérito, nego provimento ao recurso ordinário do 2º reclamado e dou parcial provimento ao recurso do 1º reclamado para, reformando a sentença, excluir da condenação os depósitos do FGTS na conta vinculada do reclamante com relação aos meses em que houve comprovação dos depósitos, conforme se observa às fls. 272 a 285 e condenar os reclamados a pagarem ao autor apenas a diferença devida com relação ao mês de março de 2007, observando-se o valor pago no TRCT à fl. 264, bem como a determinação contida na sentença dos embargos de declaração, à fl. 415, verso, e dou parcial provimento ao recurso adesivo do reclamante, para incluir na condenação a indenização pela redução de carga horária e reflexos pleiteados na inicial, devendo os reclamados apresentarem os recibos de pagamento de salário do reclamante para liquidação das parcelas, mantendo-se a r. decisão recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas processuais. Tudo conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELO 1º E 2º RECLAMADOS E DO RECURSO ADESIVO AO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO GRUPO

Rvst TRT8 2009.pmd 344 23/6/2009, 08:55

EDUCACIONAL IDEAL, APRESENTADO PELO RECLAMANTE, PORQUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* E CARÊNCIA DE AÇÃO E A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO SUSCITADAS PELO 1º RECLAMADO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO 1º RECLAMADO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO OS DEPÓSITOS DO FGTS NA CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE COM RELAÇÃO AOS MESES EM QUE HOUVE COMPROVAÇÃO DOS DEPÓSITOS, CONFORME SE OBSERVA ÀS FLS. 272 A 285 E CONDENAR OS RECLAMADOS A PAGAREM AO AUTOR APENAS A DIFERENÇA DEVIDA COM RELAÇÃO AO MÊS DE MARÇO DE 2007, OBSERVANDO-SE O VALOR PAGO NO TRCT À FL. 264, BEM COMO A DETERMINAÇÃO CONTIDA NA SENTENÇA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, À FL. 415, VERSO, E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE PARA INCLUIR NA CONDENAÇÃO A INDENIZAÇÃO PELA REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REFLEXOS PLEITEADOS NA INICIAL, DEVENDO OS RECLAMADOS APRESENTAREM OS RECIBOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIO DO RECLAMANTE PARA LIQUIDAÇÃO DAS PARCELAS, MANTENDO-SE A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS. TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 03 de março de 2009. (DEJT 06.03.2009)

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho - Relatora.

****

SENTENÇA PROFERIDA DE FORMA LÍQUIDA. BASE DE CÁLCULO NÃO IMPUGNADA NO MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA ESSE FIM. PRECLUSÃO QUE SE IMPÕE.

PROCESSO TRT 8ª/2ªT./AP 01215-2001-111-08-00.5
RELATOR: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

AGRAVANTES: **BENEVIDES ÁGUAS S/A.**
Advogados: Dr. Daniel Lima de Souza e outros, fls. 379 e 610-612.

RECORRIDOS: **JOÃO BATISTA XAVIER DE AMORIM**
Advogado: Dr. Polidorio Barbalho de Santana Filho, fls. 20.

SENTENÇA PROFERIDA DE FORMA LÍQUIDA. BASE DE CÁLCULO NÃO IMPUGNADA NO MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA ESSE FIM. PRECLUSÃO QUE SE IMPÕE. A sentença que pôs fim à fase de

Rvst TRT8 2009.pmd 345 23/6/2009, 08:55

conhecimento do presente processo, foi proferida de forma líquida. A parcela de diferença de adicional noturno não teve a base de cálculo impugnada nem na contestação e nem no recurso ordinário. Essa matéria (cálculo) não foi contrariada no momento processual adequado, eis que, se a sentença foi proferida de forma líquida e se foi assim que ela transitou em julgado, o valor da parcela não pode mais ser alterado, sob pena de se estar violando a coisa julgada. A executada, *data venia,* ciente de que perdeu o ponto certo do processo para impugnar o valor da parcela, tenta desviar a atenção invocando, numa atitude não recomendável, que a hipótese é de erro material, mesmo sabendo que não é.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **agravo de petição**, oriundos da **MM. Primeira Vara do Trabalho de Ananindeua**, em que são partes, como agravante, **Benevides Águas S/A** e, como agravado, **João Batista Xavier de Amorim.**

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Do conhecimento.

Conheço do recurso, porque atendidos todos os pressupostos de admissibilidade, eis que adequado, tempestivo, subscrito por advogado regularmente habilitado nos autos e correto quanto ao preparo.

Mérito

Sentença líquida - base de cálculo da parcela não impugnada no momento processual adequado - preclusão que se impõe.

Remanesce no presente processo apenas a condenação da diferença de adicional noturno com os reflexos.

A reclamada executada, ora agravante, em suas razões de embargos à execução, **"impugna o cálculo das diferenças de adicional noturno, uma vez que fora dos limites impostos pelo *decisum* regional de fls. dos autos"**, fls. 618.

A decisão que examinou os embargos, concluiu pela **preclusão** do direito de discutir os cálculos de liquidação, sob o fundamento de que a embargante se opôs à condenação, sem impugnar especificamente o valor atribuído ao adicional noturno, "ocasião em que deveria fazê-lo, já que a sentença foi proferida de forma líquida. No momento do recurso ordinário, portanto, a embargante deixou precluir seu direito de impugnar a conta de liquidação de sentença, no que tange à base de cálculo considerada para fins de adicional noturno", fls. 638.

Em contrariedade a essa decisão, a agravante defende a tese de que se trata de erro material, corrigível a qualquer tempo, a teor do art. 463, I, do CPC, não havendo que se falar em preclusão. Alega violação aos arts. 5°, LIV, LV, XXXV e XXXVI, e 93, IX, da Constituição Federal.

Examino o assunto.

A sentença que pôs fim à fase de conhecimento do presente processo, foi proferida de forma líquida, constando de sua fundamentação **"que a**

Rvst TRT8 2009.pmd 346 23/6/2009, 08:55

condenação supra toma como parâmetro o cálculo apresentado pelo autor, inclusive no que diz respeito aos percentuais utilizados, face a circunstância da empresa não ter apresentado todos os cartões de ponto, devendo ser ressaltado que a conta segue a variação salarial e está correta a utilização do divisor 180 em função do acima reconhecido acerca do labor em turno ininterrupto de revezamento", (fls. 374).

Essa base de cálculo não foi impugnada nem na contestação e nem no recurso ordinário. Essa matéria (cálculo) não foi impugnada no momento processual adequado, eis que, se a sentença foi proferida de forma líquida e se foi assim que ela transitou em julgado, o valor da parcela não pode mais ser alterado, sob pena de se estar violando a coisa julgada.

A executada, *data venia,* ciente de que perdeu o ponto certo do processo para impugnar o valor da parcela, tenta desviar a atenção invocando, numa atitude não recomendável, que a hipótese é de erro material. Ela sabe que não é.

Por tudo isso, nego provimento ao recurso, mantendo a decisão agravada.

Da litigância de má-fé.

O recorrido, requer, em contra-razões, que a empresa executada seja declarada litigante de má-fé, nos termos dos arts. 17 e incisos; 18, § 2º, 600, II e 601 do CPC, e condenada ao pagamento de multa, no valor correspondente a 20% sobre o valor da condenação.

Conforme já foi registrado antes, a sentença condenatória foi proferida de forma líquida. Quando a reclamada, ora agravante, recebeu a decisão do órgão de primeiro grau, tomou conhecimento da condenação e do valor da obrigação, já que esta foi reclamada de modo quantificado e assim foi sentenciado.

Mas, a exemplo do que já tinha ocorrido na contestação, também no recurso a base de cálculo não foi impugnada e somente nos embargos à execução é que a executada questionou a matéria, invocando tratar-se de erro material. A reclamada, ora agravante, que se encontra muito bem assistida profissionalmente, sabe que a hipótese não é de erro material. Ela perdeu o ponto certo do processo para impugnar a base de cálculo ou até mesmo o cálculo e agora, numa atitude reprovável, tenta invocar a seu favor um direito que ela sabe que não tem.

Assim sendo, entendemos, *data venia,* que caracterizada está a litigância de má-fé de que trata o art. 17, V, do CPC, bem como a prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, conforme previsão contida no art. 600, incisos II e III, do CPC, *in verbis*:

> "Art. 600. Considera-se atentatório à dignidade da justiça o ato do devedor que:
> II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos;
> III - resiste injustificadamente às ordens judiciais".

Ao ensejo da discussão da matéria, por ocasião do julgamento do presente processo, prevaleceu o entendimento de que o Poder Judiciário não pode ficar inerte, chancelando comportamentos, incidentes e recursos absolutamente infundados e destituídos do mínimo de razoabilidade, sob pena de se transformar em instrumento a serviço da injustiça. O devido processo legal tem por fundamento a Justiça e esta só ocorre quando a efetividade da prestação jurisdicional não é prejudicada por incidentes infundados e abusivos. O processo

Rvst TRT8 2009.pmd 347 23/6/2009, 08:55

de execução é instrumento de satisfação do interesse público, devendo o Judiciário zelar pelo estrito cumprimento da legalidade, prevenindo ou reprimindo qualquer ato atentatório à dignidade da justiça, conforme artigo 125, inciso III, do CPC.

Com base nesse contexto, parece fora de dúvida que o comportamento da empresa agravante afronta claramente os dispositivos citados e transcritos, pelo que, com fundamento no art. 601, do mesmo CPC, impõe-se à recorrente a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, ou seja, multa de R$-3.412,32 (três mil quatrocentos e doze reais e trinta e dois centavos), uma vez que o valor da condenação é R$-17.061,63 (dezessete mil sessenta e um reais e sessenta e três centavos), a reverter em favor do exequente.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo de petição, mas nego-lhe provimento para manter a decisão agravada em todos os seus termos, inclusive quanto às custas processuais fixadas. Defiro o pedido de condenação da reclamada executada pela prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, aplicando-lhe multa no importe de R$-3.412,32 (três mil quatrocentos e doze reais e trinta e dois centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da condenação, a reverter em favor do exequente. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, unanimemente, em conhecer do agravo de petição e, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada em todos os seus termos, inclusive quanto às custas processuais fixadas. Também sem divergência deferir o pedido de condenação da reclamada executada pela prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, aplicando-lhe a multa no importe de R$-3.412,32 (três mil quatrocentos e doze reais e trinta e dois centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da condenação, a reverter em favor do exequente. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 13 de maio 2009. (DEJT 25.05.2009)
JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES, Desembargador Relator.

****

SUSPEIÇÃO DO JULGADOR. NEGATIVA DE TUTELA JURISDICIONAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RAZÕES DO CONVENCIMENTO.

ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 01276-2007-119-08-00-9
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTE: AGROPEL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Drª Adriana Carla Magno Barbosa

Rvst TRT8 2009.pmd 348 23/6/2009, 08:55

RECORRIDOS: EDVALDO DE OLIVEIRA SODRÉ
Dr. Tereza Vânia Bastos Monteiro
E
ORIENTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Drª Márcia Valéria Rolo

SUSPEIÇÃO DO JULGADOR. NEGATIVA DE TUTELA JURISDICIONAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RAZÕES DO CONVENCIMENTO. Não há que se falar em cerceamento de defesa e negativa de tutela jurisdicional, quando o juízo apresentou as razões de seu convencimento para julgamento do processo, nos termos dos arts. 93, IX, da Constituição da República, e 832 da CLT.

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário,** oriundos da MM. 4ª Vara do Trabalho de Ananindeua, em que são partes, como recorrente, AGROPEL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e, como recorridos, EDVALDO DE OLIVEIRA SODRÉ e ORIENTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conhecimento

Conheço do recurso ordinário porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

***Preliminar de nulidade, por suspeição do juízo* a quo**

Aduz que o juízo *a quo* foi parcial, pois impediu a patrona da reclamada de questionar a testemunha apresentada pelo reclamante, bem como, impediu que ficasse consignada as perguntas indeferidas e não aceitou que fosse juntada documentação para contradita da testemunha, somente registrou os protestos da reclamada, esta tendo que protocolar, após o término da audiência de instrução o referido documento.

Relata que os termos utilizadas pela magistrada *a quo,* como "industrializado", demonstra a carga de raiva que dispensou à recorrente, sua parcialidade e subjetivismo, bem como, seu "forum íntimo" alterado, sem isenção necessária ao julgamento da presente lide.

Destaca que durante o depoimento da preposta da recorrente, a juíza cometeu várias atitudes desrespeitosas, como gritos, ameaças entre outras formas de intimidação com a preposta e testemunhas da reclamada.

Devido aos fatos acima narrados requer a suspeição da juíza da 4ª Vara do Trabalho de Ananindeua, com a finalidade de tornar nulo todos os atos perpetrados pela juíza e o retorno à MM. Vara de origem para designação de outro magistrado, que possua *isenção de animus,* a fim de conduzir a instrução trabalhista

Não lhe assiste razão.

A suspeição do juízo é feita por meio de exceção, nos termos do art. 265, III, do CPC, em sede de primeiro grau, o que não aconteceu no presente

Rvst TRT8 2009.pmd 349 23/6/2009, 08:55

caso. Logo, não há que se falar em preliminar de suspeição.

Por outro lado, não há que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que o julgador poderá apreciar as provas de acordo com o seu convencimento, encerrando a instrução probatória, sem que se configure cerceamento de defesa, nos termos do art. 848 da CLT, e 131 do CPC, combinado com os arts. 93, IX, da Lei Maior, e 832 da CLT.

Na decisão, fls. 313/324, o juízo deu as razões de seu convencimento, demonstrando os motivos que possibilitaram o reconhecimento da existência do contrato de trabalho, condenando as reclamadas ao pagamento de aviso prévio, salário retido, 13º salário proporcional e integral, férias em dobro + 1/3, FGTS + 40% multa pelo atraso no pagamento da rescisão, indenização ao seguro desemprego, salário família, horas extras e reflexos, uma hora intervalar, multa de 1% por litigância de má-fé e indenização de 10% sobre o valor da condenação.

Não houve cerceamento de defesa, porque observadas as regras processuais.

Rejeito a preliminar.

Preliminar de nulidade, por inépcia da inicial, cerceamento do direito de defesa e por negativa de tutela jurisdicional

Sustenta a inépcia da inicial, devido os cálculos de todas as verbas pleiteadas considera o valor da maior remuneração, ou seja, R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

Salienta que o reclamante não esclarece o motivo da aplicação de vários pedidos inerentes à categoria dos vigilantes, como o salário família e prêmio assiduidade, prejudicando, assim, o direito de defesa da reclamada, apenas se restringindo a tentar levantar uma suposta tese de grupo econômico entre duas reclamadas.

Argumenta que a inicial encontra-se inepta no que tange o pedido de horas extras, com redução de hora noturna, porém não que deduzir, pois nada foi adimplido a este título, bem como, a narrativa dos fatos não condiz com os cálculos, sendo assim, inviabiliza, prejudica a defesa.

Argui que o juízo *a quo* deixou de atender a requisição feita na contestação para que o reclamante emendasse a inicial ou o arquivamento do processo, porém o juízo na decisão recorrida, não se manifestou acerca do aludido pedido.

Alega que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, pois tem o direito de se defender de todos os pedidos iniciais, desde que fundamentados e demonstrados nos cálculos acostadas à inicial.

Entende que há descompasso entre a causa de pedir e as razões que fundamentam o pedido.

Acentua que a determinação da emenda da inicial e o deferimento do pedido das horas extras configura o julgamento *extra petita.*

Menciona que o reclamante confessa em sua peça inicial que recebeu várias horas extras, devendo ser abatidas em uma eventual condenação.

Requer, o arquivamento da presente reclamatória sem julgado do mérito, devido a nulidade da sentença *a quo,* mediante os fatos acima narrados, como a violação do direito de defesa da recorrente, a ausência da causa de pedir, devendo o pedido ser considerado juridicamente impossível.

Dispõe que não lhe foi concedido prazo para manifestação da recorrente em relação aos documentos juntados pelo reclamante, violando mais uma vez a ampla defesa e contraditório.

Rvst TRT8 2009.pmd 350 23/6/2009, 08:55

A preliminar não procede.

Para que configure a inépcia da inicial deve estar presente uma das hipóteses do art. 295, parágrafo único, do CPC, quais sejam falta do pedido ou causa de pedir, a narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão, o pedido for juridicamente impossível ou os pedidos forem incompatíveis entre si, o que não sucede no presente caso. Nota-se, portanto, que a inicial não se enquadra em nenhuma uma das hipóteses acima mencionadas.

Por outro lado, não houve cerceamento de defesa nem ofensa a qualquer outro princípio legal, pois bastava a recorrente teve todas as oportunidades para se defender, comprovando em sua defesa a improcedência do pedido. O fato dos cálculos da inicial, supostamente, não refletirem o valor correto perseguido, assim o pedido de diferença de horas extras, não são motivos que ensejem dificuldade à defesa.

Ademais, observa-se que os cálculos que acompanham a sentença, às fls. 327/356, não levam em conta somente o valor da maior remuneração, respeitando o salário de cada período, manifestando-se de forma satisfatória quanto às horas extras.

Em relação à narrativa dos fatos descritos na inicial, no que tange às horas extraordinárias, não vejo dificuldade alguma quanto ao alegado, vez que perfeitamente compreensível e digna de contestação, bem como de apreciação pelo juízo *a quo*.

Quanto ao prêmio assiduidade, também não há que se falar em inépcia da inicial, tendo em vista que pleito não foi deferido pela sentença de fls. 313/324, não acarretando qualquer prejuízo ao recorrente.

De igual modo, em relação ao salário-família, não se cogita em inépcia, porque relatados os fatos na inicial de forma simples e objetiva, conforme se observa à fl. 07.

No que tange à afirmação de que o juiz não teria se manifestado sobre o pedido acerca da emanda da inicial, não prospera a alegação da recorrente, pois a matéria deveria ter sido objeto de embargos de declaração, o que não ocorreu. No entanto, vale observar que os pedidos que impugna neste momento não foram deferidos pelo juízo.

Por outro lado, a determinação de emenda da inicial ocorreu em 08/01/2008 (fl. 101) e a recorrente notificada em 24/01/2008. Na não bastasse tais acontecimentos, em 07/02/2008 a patrona da reclamada teve acesso aos autos, ocasião em que requereu e foi deferida a transferência da audiência (fl. 120). As horas extras são objeto do pedido da inicial, fls. 02/10, logo, nada há que se falar em julgamento *ultra petita.*

Vislumbra-se no termo de audiência de fl. 120 verso, que foi juntado documento novo e apresentado aos reclamados. Verifica-se, também, que a patrona da recorrente requereu vistas dos autos fora da Secretaria. Logo, se não houve manifestação acerca dos documentos juntados na inicial, a alegada irregularidade não pode ser imputada ao juízo, nem ao reclamante, mas às negligência da reclamada.

Não há, pois, nos autos, fatos que justifiquem o êxito da presente preliminar, ao contrário, verifica-se coerência entre a causa de pedir e as razões que fundamentam o pedido. Também não há fato que justifique a nulidade da sentença, a violação do direito de defesa, ofensa ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição da República, a ausência de causa de pedir e a impossibilidade jurídica do pedido.

Rvst TRT8 2009.pmd 351 23/6/2009, 08:55

No caso, o juízo apresentou as razões de seu convencimento, nos termos dos arts. 93, IX, da Lei Maior, e 832 da CLT, não havendo violação ao art. 5º, inciso LV, da Constituição da República.

Rejeito a preliminar.

Preliminar de nulidade, por ausência de Comissão de Conciliação Prévia

Ressalta que o recorrido não se submeteu a comissão de conciliação, e requereu que a reclamatória fosse arquivada sem julgamento do mérito, e que a reclamada indicou e provou onde funciona a comissão de conciliação prévia na localidade.

Alega o cerceamento de defesa por descumprimento de regra negativa de tutela jurisdicional que impediu a defesa da reclamada, requerendo a nulidade do processo e seu, conseqüente, arquivamento.

Não tem razão.

Embora a Comissão de Conciliação Prévia esteja disposta na Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2005 (fl. 56), o recorrente não comprovou sua existência na mesma localidade em que o recorrido laborou, o que afasta a alegação de nulidade. Oportuno transcrever ementa do arresto abaixo:

> *EMENTA:* COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. CONDIÇÃO DA AÇÃO. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. CONDIÇÃO DA AÇÃO. A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO (CF, ART. 5º, INC. XXXV) NÃO É VULNERADA QUANDO A LEI ORDINÁRIA ESTABELECE COMO CONDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO VÁLIDO DESSE DIREITO DE AÇÃO, TENDENTE A OBTER UM PROVIMENTO DE MÉRITO. PRECEDENTE DO STF. A EXISTÊNCIA DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, CONTUDO, NÃO PODE SER PRESUMIDA NEM INSTUTUÍDA PELO PODER JUDICIÁRIO. CABE À PARTE-RÉ QUE ALEGA EM JUÍZO A AUSÊNCIA DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA COMPROVAR SUA EXISTÊNCIA, EM SITUAÇÃO ANÁLOGA AO COMPROMISSO ARBITRAL (CPC, ART. 301, INC. VII).
> *DECISÃO:* POR UNANIMIDADE. (TRIBUNAL: 1ª Região - ACÓRDÃO NUM: DECISÃO: 05 04 2005 - NÚMERO ÚNICO PROC: - 01957-2001-241-01-00 - TURMA: 6ª - *FONTE:* DORJ, III, DE 03-06-2005. *PARTES:* CUT BACK COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA e RITA DE CÁSSIA MOURA PEREZ BJ JUL./AGO. 2005 - *RELATOR:* JUIZ MARCELO AUGUSTO SOUTO DE OLIVEIRA).

Em que pese a alegação da recorrente de que indicou e provou em contestação o funcionamento da referida Comissão, bem como em peça juntada aos autos em 12/03/2008, não há qualquer documento que comprove as instalações da Comissão.

Rejeito, portanto, a preliminar.

MÉRITO

Reconhecimento do pacto laboral

Relata que o juízo *a quo* reconheceu o vínculo de emprego unicamente com base na fiscalização feita pela Delegacia Regional do Trabalho, não se

Rvst TRT8 2009.pmd 352 23/6/2009, 08:55

enquadrando na categoria dos vigilantes, por não ter juntado documentos comprobatórias, ou em cópias simples, inservíveis como meio de prova.

Aduz que a determinação de anotação e baixa na CTPS enseja cerceamento de defesa; que a preposta não conhecia o recorrido, devido laborar fora das dependências da reclamada; que a alegação de que foi contratado pelo sr. Michio não pode prosperar, uma vez que referido senhor vem à Belém esporadicamente.

Assevera que o reclamante foi contraditório em seu depoimento, assim como sua testemunha principalmente em relação à folga semanal, demonstrando que faltou com a verdade, não podendo a testemunha ter valor probante, por ter interesse na causa, faltando-lhe imparcialidade.

Não lhe assiste razão.

O auto de infração expedido pela Auditora Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho tem fé pública, ou seja, presumem-se verdadeiros os fatos nele narrados, cabendo à parte provar que não condizem com a realidade, conforme jurisprudência abaixo:

> *EMENTA:* PRORROGAÇÃO ILEGAL DE JORNADA. AUTUAÇÃO FEITA PELA DRT. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. O auto de infração goza de fé pública, fazendo presumir verdadeiro o que nele consta, até prova firme, cabal e completa em contrário. Assim, era indispensável que a autora, visando desconstituí-lo, trouxesse aos autos os acordos individuais de prorrogação de jornada de cada um dos empregados ou norma coletiva que, de forma genérica, autorizasse a tanto. Não se diga haver qualquer dificuldade no particular, porquanto o universo dos trabalhadores em questão estava circunscrito àqueles que labutavam na agência flamboyant da Caixa Econômica Federal de Goiânia/GO, e não a totalidade dos seus empregados no país, daí porque tenho-o por não desconstituído. Recurso ao qual nego provimento.
>
> *DECISÃO:* por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso ordinário interposto e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. (TRIBUNAL: 23ª Região DECISÃO: 13 02 2007 - TIPO: RO NUM: 00974-2005-009-23-00-8 NÚMERO ÚNICO PROC: RO - 00974-2005-009-23-00 - FONTE: DJ/MT DATA: 28-02-2007 - PARTES: RECORRENTE: Rosch Administradora de Serviços e Informática Ltda e RECORRIDO: União - *RELATOR:* DESEMBARGADOR ROBERTO BENATAR).

No presente caso, o auto de infração expedido pela Auditora Fiscal do Trabalho se sobrepõe ao depoimento da testemunha arrolada pela recorrente, considerando-se ser tendenciosas, além das frágeis declarações.

Nota-se que a recorrente não apresenta provas cabais de que não havia vínculo empregatício com o recorrido. Ademais, ao alegar a prestação de serviço sem subordinação, atraiu para si o ônus probante, do que não se desincumbiu, nos termos dos arts. 818 da CLT, e 333, II, do CPC.

Entendo que os recibos apresentados às fls. 199/200, referem-se a um refúgio da recorrente para desonerar-se de suas obrigações trabalhistas, eis que

Rvst TRT8 2009.pmd 353 23/6/2009, 08:55

ficou provado nos autos a existência de subordinação, como se observa no depoimento da testemunha do recorrido, sr. Elias dos Santos, às fls. 310/310 verso.

No referido depoimento, constata-se que o proprietário da recorrente e suas filhas davam ordens expressas aos vigilantes, e que o reclamante laborava nessa função, estando, pois, configurada a subordinação.

Logo, mais uma vez, não há que se falar em cerceamento de defesa, devendo ser anotada a CTPS do obreiro, bem como sua devida baixa.

Mantenho a decisão recorrida.

Negativa de vínculo. Ônus da prova

Relata que juntou vários documentos que negam a pretensão do liame laboral com o reclamante, desincumbindo-se do ônus probante, sendo irregular a atuação da fiscal da Delegacia Regional do Trabalho, vez que compareceu nos dias em que a reclamada não funcionava, apenas a empresa contratada para prestação de serviços.

Aduz que o recorrido procedeu de má-fé, induzindo o fiscal a erro, ensejando fraude na fiscalização.

Dispõe que o juízo *a quo* desconsiderou toda prova carreada aos autos, ressaltando que usa termos mínimos aviltante, interpretando erroneamente e advogando em favor do autor, distorcendo a realidade dos fatos, não atentando para o fato de que o contrato terminou em 29/05/2007 e a fiscal encontrou o reclamante em 30/05/2007, o que demonstra a má-fé do autor, denotando que ficou esperando o fiscal do trabalho.

Argumenta os depoimentos das testemunhas trazidas pela recorrente comprovam suas alegações, mostrando-se estranho o fato de o juízo ter ignorado tais documentos, bem como as demais provas documentais.

Sustenta que a testemunha apresentada pelo reclamante tem interesse na causa, além de ser contraditória com as alegações feitas pelo reclamante, porque seu vizinho, fatos ignorados pelo juízo.

Afirma que a fé pública da fiscal da Delegacia Regional do Trabalho não sobrepujar o depoimento de sua testemunha, sr. Valter Jean, desconsiderado pelo juízo.

Ressalta que a presunção *juris tantum* da fiscalização realizada pela Delegacia Regional do Trabalho deve ser afastada, tendo em vista as provas carreadas aos autos, que esclarecem a verdade real, não impugnadas pelo reclamante, como o contrato de prestação de serviços.

Aduz que a testemunha declarou ao juízo período de trabalho diverso do que o alegado pelo reclamante, sendo frágeis e inconsistentes como meio de prova, sobretudo contraditório, tanto em relação ao valor do maior salário com à folga (uma por semana); que não existe nos autos nenhum documento que se refira ao período anterior a abril.

Não assiste razão ao reclamante.

Como sobejamente mencionado no item anterior, tem validade probatória o Auto de Infração expedido pela Auditora Fiscal do Trabalho, em detrimento às frágeis e inconsistentes argumentações apresentadas pela recorrente.

Em relação ao argumento de que a fiscalização se deu no dia 30/04/2007, ou seja, após o encerramento do contrato de trabalho com o reclamante, não prospera, eis que no relatório de fiscalização (fl. 32), verifica-se que a mesma foi realizada nos seguintes dias: 27/04/2007; 28/04/2007; 29/04/2007 e 30/04/2007, ou seja, os três primeiros dias, dentro do contrato de trabalho confessado pela recorrente.

Rvst TRT8 2009.pmd 354 23/6/2009, 08:55

Logo, mantenho a sentença.

Verbas deferidas

Em relação ao salário retido de 05 a 14 de maio de 2007, aviso prévio, 13º salário, férias simples e proporcionais, assevera que o deferimento de referidas parcelas encontram-se prejudicadas em razão da nulidade da sentença e não existindo vínculo de trabalho.

Afirma que, apenas por eventualidade, o valor do aviso prévio deve ser fixado em um salário mínimo, servindo de base de cálculo às parcelas mencionadas no parágrafo anterior.

Argumenta que o adicional noturno não deve proceder, vez que não há nos autos qualquer elemento comprobatório da aludida parcela.

Ademais não foram consideradas algumas provas dos autos e que o recorrido confessa que não havia controle de horário.

Ainda, por eventualidade, requer que em caso de condenação seja considerado o salário do recorrido como o mínimo vigente.

Assevera que a defesa está prejudicada, pois o recorrido requer a diferença de horas extras, entretanto, no memorial de cálculo não consta qualquer pagamento de hora extra, não sendo possível saber a diferença entre o valor adimplido e o devido. Ressalta que não foi emendada a reclamação nesta questão.

Falta-lhe razão.

A recorrente, de forma genérica, ressalta que as provas documentais foram ignoradas pelo juízo singular, mas sem especificá-las, bem como o motivo de sua insatisfação.

Quanto aos depoimentos das testemunhas da recorrente, estes foram devidamente analisados pelo juízo, como se observa às fls. 317/318, firmando convencimento contrário ao mesmos, conforme lhe faculta o art. 131 do CPC.

Em relação aos cálculos para efeitos das verbas salariais, não há o que alterar, porque observada a remuneração auferida pelo obreiro em cada período. Logo, incabível o pedido para que se considere 01 (um) salário mínimo vigente.

Mantenho, portanto, a decisão.

Intervalo intrajornada

Assevera que a prestação de serviço contratada era no horário de 19:00h às 7:00h, em dois turnos de 06 horas, sem controle de entrada e saída, realizado por dois empregados da prestadora, não tendo qualquer poder de comando e nem como identificá-los. Ressalta, por eventualidade, que a natureza é desta parcela é indenizatória, não tendo reflexo nas demais parcelas.

Não procede as argumentações da recorrente.

Ficou provada nos autos, principalmente no depoimento da testemunha do reclamante (fls. 310/310 verso), sr. Elias, que havia o labor ininterrupto de 12 horas contínuas.

A recorrente se limita a aduzir que não tinha controle sobre o horário do reclamante. No entanto, foi reconhecido o liame laboral entre as partes e o recorrido comprovou o labor em turno ininterrupto, sem o descanso intrajornada. Portanto, correto o deferimento da parcela.

Como o intervalo intrajornada é trabalhado, tem natureza remuneratória, devendo repercutir nas parcelas pleiteadas.

Portanto, mantenho a decisão.

Rvst TRT8 2009.pmd 355 23/6/2009, 08:55

Multa pelo atraso do pagamento das verbas rescisórias

Esclarece que a parcela em questão encontra-se prejudicada, devido a nulidade da decisão *a quo* ou do processo e, por eventualidade, caso deferida a multa que seja com base em um salário mínimo, ademais não cabe multa do art. 477 da CLT quando houver controvérsia nas parcelas.

Não há razão ao recorrente.

Como exaustivamente demonstrado anteriormente, não há que se falar em nulidade da sentença, bem como do processo, eis que reconhecido o vínculo de emprego.

FGTS com 40%

Não concorda com o deferimento do FGTS, pelo argumento exaustivamente citado, ou seja, a nulidade da sentença e ou do processo, bem como, novamente, alega que por eventualidade, seja considerado a valor do salário mínimo para efeito dos cálculos.

Não tem razão.

Novamente, não há que falar em nulidade da sentença, como também do processo, eis que reconhecido o vínculo de emprego. Por conseguinte, devidos os depósitos do FGTS, conforme deferido pela decisão recorrida.

Mantenho.

Seguro-Desemprego

Argui que, para o cálculo de indenização do seguro-desemprego, o entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que a indenização é fixada em um salário mínimo.

Sem razão.

A sentença *a quo* determinou o pagamento de uma indenização equivalente ao seguro-desemprego, pela impossibilidade de o reclamante não ter como desfrutar do benefício, em razão de não ter a reclamado fornecido as respectivas guias.

Os arts. 186 e 927 do Código Civil, tratam da responsabilidade civil, devendo aquele que causou prejuízo a outrem, ressarcir o dano causado.

Portanto, se o recorrente não forneceu as guias de seguro desemprego ao reclamante, impossibilitando-o do recebimento da verba, deverá arcar com ônus da obrigação de corrigir a situação do obreiro, com o escopo de não causar-lhe prejuízo, devendo adimplir com o *quantum* equivalente ao montante que o reclamante teria auferido. Veja-se a jurisprudência abaixo:

> *EMENTA:* SEGURO-DESEMPREGO. INDENIZAÇÃO. - O empregador deve entregar as guias relativas ao seguro-desemprego ou indenizar o empregado no valor equivalente. Na hipótese de não-concessão das guias próprias para a obtenção desse benefício, fica a empresa obrigada a indenizar, em espécie, o seguro-desemprego, no valor equivalente. Recurso conhecido em parte e desprovido.
>
> *SÍNTESE:* Tema(s) abordado(s) no acórdão: I - Seguro-desemprego - indenização pela não entrega das guias. - Conhecido por divergência jurisprudencial. - Mérito - negado provimento.
>
> DECISÃO: Por unanimidade, não conhecer do Recurso quanto ao contrato de trabalho - nulidade. Por unanimidade,

Rvst TRT8 2009.pmd 356 23/6/2009, 08:55

conhecer do Apelo quanto ao pagamento de indenização - seguro-desemprego, mas negar-lhe provimento. Por unanimidade, não conhecer da Revista quanto à multa do art. 538 do CPC.
INDEXAÇÃO: Seguro desemprego.
*CATÁLOGO:*TB0218 Seguro-desemprego - AA0757 Indenização.
(TRIBUNAL: TST DECISÃO: 02 02 2000 - PROC: RR NUM: 568801 ANO: 1999 - REGIÃO: 01 - RECURSO DE REVISTA - TURMA: 02 - ÓRGÃO JULGADOR - SEGUNDA TURMA - *FONTE:* DJ DATA: 17-03-2000 PG: 91 - PARTES: RECORRENTE: EBID EDITORA PÁGINAS AMARELAS LTDA. RECORRIDA: ROSANA DOS SANTOS LOUREIRO. RELATOR: MINISTRO JOSÉ LUCIANO DE CASTILHO PEREIRA.

Salário-família

Entende que o salário família não é devido face o reclamante não ter se desincumbido de apresentar os documentos que o habilita a receber o benefício, aduzindo que o documento apresentado pelo recorrido encontra-se em cópia simples, não comprovando fazer jus a este pleito.

Não cabe razão.

Nota-se que o recorrido apresentou às fls. 21/27 a documentação de seus filhos para que lhe fosse assegurado referido benefício. O juízo, por sua vez, entendeu fazer jus apenas para o menor Elias Marques Sodré.

O fato de os documentos estarem em cópia simples não elide a responsabilidade do empregador em pagar o referido benefício, mesmo porque a Lei 8.213/91 e o Decreto 3.048/99 não exigem que a apresentação seja feita em documento original ou em cópia autenticada. Ademais, o recorrente não se manifestou contrariamente aos documentos apresentados.

Mantenho a decisão.

Salário para fins de liquidação

Menciona que o recorrido informa na peça inicial que o sua maior remuneração foi R$630,00, identifica ou aponta o critério que usou para este parâmetro, afirmando que deve ser utilizado o salário de R$450,00 até maio de 2005, ou seja, a inicial não estabelece parâmetros para fixação de cálculo e de defesa da recorrente, sendo cerceado o seu direito e estando inepta a peça de ingresso e, ainda, pelo princípio da eventualidade, aduz que deverá provar o pagamento do salário, devendo ser considerado o valor de 01 (um) salário mínimo.

Não lhe assiste razão.

Analisando os cálculos que acostam a sentença, fls. 325/356, constata-se que foi considerado para efeitos de cálculo, o valor de R$ 450,00 até março de 2005, somente a partir dessa data e que foi considerado o importe de R$630,00.

O reclamante informou à fl. 06 que seu salário, até março de 2005 era de R$450,00; que somente a partir desta data foi elevado para R$630,00, fato este não contestado pela recorrente, limitando-se a argumentar os cálculos não poderá considerar referido valor, mas o da maior remuneração.

Portanto, nada a reformar.

Rvst TRT8 2009.pmd 357 23/6/2009, 08:55

Multa pela litigância de má-fé

Expõe que não cabe a multa por litigância de má-fé, pois apenas exerceu seu direito constitucionalmente assegurado da ampla defesa e do contraditório; que não pode concordar com as alegações do recorrido feitas na inicial, tratando-se da mais clara configuração de malícia do reclamante.

Requer seja condenado à litigância de má-fé e à indenização por perdas e danos que sofreu, em valor fixado por arbitramento.

Entende que não cabe referida parcela, tendo em vista a nulidade da sentença ou do processo, sendo sucedâneo do principal, pois não deve reconhecer o vínculo empregatício.

Nesse aspecto, assiste-lhe razão.

Os fatos alegados na contestação pela recorrente tem o objetivo de não concordar com os argumentos do reclamante, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório, assegurados pela Constituição da República.

Ademais, sequer as testemunhas arroladas pela 1ª reclamada foram contraditadas, mas somente impugnadas pelo autor, por entender que as mesmas tiveram condutas tendenciosas.

Não vislumbro abuso do direito de defesa por parte da 1ª reclamada. Logo, deve a decisão *a quo* ser reformada no sentido de que seja afastada a litigância de má-fé.

Portanto, excluo da condenação a litigância de má-fé.

Contribuição previdenciária e fiscal

Destaca que a referida verba está prejudicada, uma vez que a sentença recorrida é nula ou do processo sendo sucedâneo do principal, pois não deve reconhecer o vínculo empregatício, como também, por eventualidade, deve ser considerado um salário mínimo, devendo reformada para que seja excluída a condenação por litigância por má-fé.

Sem razão.

O vínculo de emprego foi reconhecido entre as partes, como exaustivamente mencionado, logo deverá incidir as contribuições previdenciárias.

Juros e correção monetária

Aduz que em caso de manutenção da sentença deverá ser aplicada a correção monetária a partir do ajuizamento da ação.

Em parte assiste razão à recorrente.

A época própria para incidência da correção monetária dos débitos trabalhistas é a dos mês subseqüente ao do labor realizado pelo obreiro, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.177/91. Entretanto, os juros de mora deverão incidir a partir do momento da propositura da ação, conforme dispõe o art. 39 da mesma lei.

Portanto, dou provimento ao apelo para determinar que os juros incidam a partir da data do ajuizamento da reclamação.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; rejeito as preliminares de suspeição do juízo, de cerceamento de defesa e de negativa de tutela jurisdicional, todas à falta de amparo legal; no mérito, dou parcial provimento ao apelo para, reformando, em parte, a decisão recorrida, excluir da condenação as multas aplicadas à 1ª reclamada referente à litigância de má-fé, bem como determinar que os juros de mora indicam a partir do ajuizamento da ação, mantida a decisão em seus demais termos, conforme fundamentação.

Rvst TRT8 2009.pmd 358 23/6/2009, 08:55

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE SUSPEIÇÃO DO JUÍZO *A QUO,* DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE NEGATIVA DE TUTELA JURISDICIONAL, TODAS À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS MULTAS APLICADAS À 1ª RECLAMADA, REFERENTES À LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, BEM COMO OS JUROS DE MORA INCIDAM A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, MANTIDA A DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 07 de outubro de 2008. (DOJT8 24.10.2008)

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - Desembargador Relator.

****

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO ANULATÓRIA. CABIMENTO.

ACÓRDÃO RO-00783-2008-007-08-00-0
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

RECORRENTES: SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SINDUSCON
Advogado(s): Dr. Eduardo Augusto da Costa Brito e outros
E
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
Procuradora: Drª. Marici Coelho de Barros Pereira

RECORRIDOS: OS MESMOS

<u>TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO ANULATÓRIA. CABIMENTO</u>.
É cabível a ação anulatória proposta por sindicato contra o Ministério Público do Trabalho, com vistas a desconstituir Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC), uma vez que os atos ou negócios jurídicos podem ser anulados, segundo o disposto no art. 486, do CPC. É irrelevante, no caso, que o ato ou negócio jurídico seja um título executivo extrajudicial, como é a hipótese do TAC. Trata-se, em princípio, de idêntica demanda por via de ação anulatória de título executivo extrajudicial, inclusive cumulada com

Rvst TRT8 2009.pmd 359 23/6/2009, 08:55

cautelar de sustação de protesto, perante a Justiça Comum. Retorno dos autos à Vara do Trabalho para exame do mérito da causa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da MM. 7ª Vara do Trabalho de Belém, em que são partes, como recorrentes, **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SINDUSCON** e **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO,** e, como recorridos, **OS MESMOS**.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Da preliminar de não conhecimento do recurso do Ministério Público do Trabalho, fundada em inovação recursal, argüida pelo sindicato autor, em contra-razões

Argumenta que o Ministério Publico do Trabalho, ao interpor recurso ordinário, em que postula a declaração de litigância de má-fé do sindicato autor, apresenta argumentos diversos dos que foram suscitados na peça contestatória.

Salienta que "*o MPT abandonou toda tese levantada na defesa, para justificar a suposta litigância de má-fé do SINDUSCON no suposto fato de a ação ter sido movida pelos mesmos advogados que, no entender do* Parquet*, analisaram o TAC. O que repita-se, SEQUER FOI VENTILADO NA DEFESA, quando do pedido de condenação do autor por litigância de má-fé*" (fl. 379).

Defende, pois, ser incabível a inovação em fase de recurso, haja vista que os contornos da lide são fixados pela petição inicial e contestação, daí porque não poderia ser conhecido o recurso do Ministério Público do Trabalho, sob pena de afronta aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório (art. 5º, LIV e LV).

Examinemos a matéria.

Não vejo como acolher a preliminar, porque, essencialmente, o Ministério Público do Trabalho pretende, no recurso ordinário, aquilo que requereu em contestação, isto é, que o sindicato patronal demandante seja considerado litigante de má-fé porque, em síntese, teria alterado a verdade dos fatos, uma vez que, segundo alega o d. *Parquet*, o autor deduz pretensão contra texto expresso de lei e, enfim, busca conseguir objetivo ilegal com o processo, na medida em que teria celebrado nova convenção coletiva de trabalho com a inclusão da mesma cláusula que considera ilegal, no sentido de estabelecer a contribuição confederativa a todos os empregados integrantes da categoria, associados ou não à entidade sindical obreira, o que contraria o texto constitucional e a jurisprudência, daí porque idêntica cláusula, em norma coletiva anterior, fora suspensa, por decisão liminar em ação anulatória proposta perante este E. Tribunal Regional.

Rejeito, pois, a preliminar, à falta de amparo legal.

Conheço dos recursos, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Para melhor compreensão da matéria, entendo oportuno transcrever, na íntegra, a r. sentença recorrida (fls. 254/258), *in verbis*:

"TERMO DE AUDIÊNCIA
PROCESSO nº: 00783-2008-007-08-00-8

Rvst TRT8 2009.pmd 360 23/6/2009, 08:55

Em 21.07.2008, às 12:55 h.

Juíza do Trabalho Substituta: Marlise de Oliveira Laranjeira Medeiros

Autor: **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SINDUSCON**

Réu: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**.

SENTENÇA

Em 21 de julho de 2008, às 12:55 horas, na sala de audiências da 7ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, a Exma. Sra. Juíza Substituta Marlise de Oliveira Laranjeira Medeiros, após declarar aberta a sessão para apreciação do processo acima especificado e apregoadas as partes, proferiu a seguinte decisão:

1 - RELATÓRIO

O autor **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SINDUSCON** ajuizou **Ação Anulatória de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta c/c Obrigação de não fazer e tutela antecipada** contra o réu **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**, pleiteando as parcelas elencadas às fls. 03/30. Juntou documentos às fls. 33/85 dos autos.

O reclamado MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO apresentou contestação escrita às fls. 96/132, pugnando para que o autor seja declarado litigante de má fé. Juntou documentos às fls. 133/279 dos autos.

Valor de alçada fixado em R$-1.000,00

Considerando a matéria, não houve arrolamento de testemunhas.

Razões finais remissivas pelas partes.

Recusadas as propostas de conciliação.

É o relatório. Decido.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DAS PRELIMINARES

2.1.1. DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DA AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

O réu argumenta que o TAC não possui natureza jurídica de negócio jurídico e, portanto, é impossível discutir através de ação anulatória o mérito de cláusulas de termos de compromisso de ajustamento de conduta.

O réu aduz que a ação manejada não é adequada ao fim pretendido e também que inexiste interesse-utilidade ao autor de eventual provimento jurisdicional favorável já que as contribuições são arrecadadas pelo sindicato profissional.

Analiso.

Rvst TRT8 2009.pmd 361 23/6/2009, 08:55

Segundo o Professor Renato Saraiva[1], **é possível conceituar a condição da ação possibilidade jurídica do pedido, da forma a seguir exposta:**

"Há possibilidade jurídica do pedido quando a pretensão do demandante se referir à providência admissível, em tese, pelo ordenamento jurídico vigente.

Portanto, o pedido é juridicamente possível quando a pretensão deduzida em Juízo estiver amparada pelo direito objetivo.

.....

Por outro lado, o pedido também será juridicamente possível se não houver proibição expressa no ordenamento jurídico vigente que impeça o deferimento do pleito autoral."

Em relação ao interesse processual, o mesmo está satisfeito quando presente nos autos o trinômio necessidade-utilidade-adequação.

Pois bem.

No caso dos autos, o autor requer a declaração de nulidade do TAC firmado pelas partes em razão da interferência do Ministério Público do Trabalho na autonomia negocial do sindicato-autor e em razão da imposição de multa em valor excessivo.

O título em questão está regulado pela Lei nº 7.347/85, em seu art. 5º, parágrafo sexto. No diploma citado, a natureza jurídica do TAC já foi explicitada, esclarecendo o legislador que o título seria um título executivo extrajudicial.

No mesmo sentido, o art. 876 da CLT preceitua que o TAC é um título executivo extrajudicial.

Entendo pertinentes as alegações do Ministério Público do Trabalho quanto à impossibilidade de utilizar a ação anulatória para discutir um título executivo extrajudicial e quanto à inadequação da via eleita.

Não é possível declarar a nulidade de um título executivo extrajudicial através de uma ação anulatória, ação esta de conhecimento. Em verdade, o autor sequer alegou qualquer vício na subscrição do termo, limitando-se a levantar matérias relacionadas ao mérito do termo de ajustamento de conduta.

O autor poderá discutir excesso de execução (por exemplo, o suposto valor excessivo da dívida) em embargos à execução, bem como poderá discutir nulidade do título também em embargos à execução.

Assim, por entender que a ação anulatória não é o meio adequado para discutir um título executivo extrajudicial e por entender que sequer é possível discutir a subscrição de um TAC através de uma ação de conhecimento, decido extinguir o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso VI do CPC.

---

1 In Curso de Direito Processual do Trabalho, Ed. Método, SP, 2006, p. 265.

Rvst TRT8 2009.pmd 362 23/6/2009, 08:55

2.2. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O MPT requer a condenação do autor como litigante de má-fé, asseverando que o autor alterou a verdade dos fatos, deduz pretensão contra texto expresso de lei e busca conseguir objetivo ilegal com o processo.

Entendo que o autor levantou teses com os quais o Ministério Público não concorda e não vislumbro a ocorrência das condutas tipificadas nos arts. 17 e 18 do CPC.

Desse modo, rejeito o pedido de condenação em litigância de má-fé.

3 - **CONCLUSÃO**

ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTA, DECIDE A JUÍZA DO TRABALHO DA MM. 7ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, NA AÇÃO ANULATÓRIA PROPOSTA PELO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SINDUSCON EM FACE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO.

a) ACOLHER AS PRELIMINARES E EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO;

b) REJEITAR O PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. TUDO NOS TERMOS E LIMITES DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELO AUTOR NO IMPORTE DE R$- 20,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DADO À CAUSA. CIENTES AS PARTES. NADA MAIS./////

MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA MEDEIROS
JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA"

(...)

RECURSO DO SINDUSCON

Das condições da ação

Insurge-se, o recorrente, contra a r. sentença de 1º Grau que acolheu as preliminares de impossibilidade jurídica do pedido e ausência de interesse processual.

Assinala que "*o pedido é possível juridicamente, bem como a via adotada é a própria para questionar nulidade verificada em Termo de Ajuste de Conduta, além do que a ação atende aos requisitos de necessidade, utilidade e adequação, que justificam o interesse processual do Recorrente*" (fls. 297/298).

Enfatiza que "*ao acolher a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, o Juízo* a quo *cerceou o direito de ação do recorrente, além de violar o Princípio da Inafastabilidade do Judiciário ao entender que o questionamento da validade do TAC somente pode ocorrer por meio de embargos à execução. Por esse entendimento, o Autor precisará descumprir com as cláusulas contidas no TAC, para forçar o ajuizamento de uma Ação de Execução pelo MPT, por descumprimento das obrigações pactuadas e, somente através dos Embargos à Execução, questionar as cláusulas ilegais nulas e abusivas do TAC*" (fls. 298/299).

Rvst TRT8 2009.pmd 363 23/6/2009, 08:55

Aduz que, ao contrário do que concluiu o d. Juízo de 1º Grau, seria inequívoca a possibilidade jurídica do pedido, pois está-se diante de arguição de nulidade que, por se tratar de questão de ordem pública, poderia ser conhecida a qualquer tempo pelo Poder Judiciário, por meio de ação de conhecimento, haja vista culminar em lesão a direito garantido por lei e pela Constituição Federal.

Salienta que "*analisando a via adotada tem-se que este é meio cabível e adequado para a discussão de legalidade do TAC firmado, pois a ação anulatória tem como objetivo a impugnação de todo e qualquer ato eivado de nulidade que produza efeito no mundo jurídico e que não se tenha formado consoante as regras de direito, bastando que o ato se mostre fundado em vício ou defeito para que seja passível de anulação (art. 486 do CPC). Ademais, a legislação aplicável ao processo do trabalho não prevê a ação anulatória de TAC, mas, também, não a veda. Assim, se não a nega expressamente, possibilita a apreciação da matéria através de um processo de conhecimento, no caso a ação anulatória. Portanto, a ação anulatória é cabível para rescindir qualquer ato eivado de nulidade, e, sempre que houver um ato jurídico nulo, nos termos do direito material, o mesmo pode ser sanado via ação anulatória*" (fl. 300).

Acentua que haveria plena adequação entre o pedido formulado e o procedimento adotado no presente feito, uma vez que o TAC seria considerado ato jurídico unilateral imposto pelo Estado, "*que no caso em questão causou prejuízo ao Recorrente em razão da interferência do Réu na autonomia negocial do autor, bem como pela violação a direitos e princípios do direito coletivo do trabalho garantidos na legislação pátria, e poderá causar dano ainda maior, caso o Ministério Público do Trabalho venha a requerer a execução do instrumento para a aplicação da multa estratosférica nele prevista*" (fl. 300).

Defende que "*ao cercear a autonomia sindical e a livre negociação do Recorrente, o Ministério Público do Trabalho privou o Autor de direitos fundamentais garantidos as entidades sindicais. Permitir que esta interferência estatal prevaleça sobre a autonomia sindical do Autor é uma afronta ao Estado Democrático de Direito e às conquistas galgadas pelas entidades sindicais*" (fl. 301).

Requer seja provido o presente apelo, para se declarar existência das condições da ação na petição inicial, bem como resguardar o direito de ação do recorrente, a fim de que o mérito da demanda seja apreciado pelo E. Tribunal.

Assinala, ainda, que "*falta ao TAC o atributo da certeza e da exigibilidade, tendo em vista que o MPT impôs cláusula de multa sob a alegação de uma suposta infração futura de norma celetista, havendo além de pré-julgamento ao recorrente e seus afiliados, uma infração à isonomia constitucional, porque só ao recorrente foi imposta tal cláusula, bem como não houve apreciação fática, e se houvesse, restaria evidente que não houve infração de normas coletivas pelo recorrente no período em questão. A suposta violação futura de uma obrigação não dá ao TAC a certeza e a exigibilidade exigida e própria dos títulos executivos extrajudiciais, faltando-lhe um dos atributos exigidos pela lei*" (fl. 302).

Argumenta que a flagrante ilegalidade do TAC tornaria desnecessário apontar qualquer vício de consentimento na sua formação que, aliás, não decorre da livre manifestação de vontade das partes envolvidas, mas de imposição do d. *Parquet*.

Ressalta, ainda, que "*da entrega da minuta do TAC até a reunião em que foi firmado, foi concedido prazo pela Ilustre Procuradora de menos de 24 (vinte e quatro) horas - vide doc. de fls. 230. Por óbvio que, nesse exíguo prazo, imposto*

Rvst TRT8 2009.pmd 364 23/6/2009, 08:55

pela representante do recorrido, seria humanamente impossível, que todos os 69 (sessenta e nove) advogados do recorrente, à época, pudessem analisar a minuta e avalizar sua assinatura. Não resta dúvida que, a imposição da análise do TAC em menos de 24 (vinte e quatro) horas é mais uma arbitrariedade cometida pelo Recorrido, que afasta a necessidade de arguição de vício de consentimento para apreciação da ação anulatória" (fl. 310).

Acentua que o objetivo do presente feito não seria questionar a legalidade, ou não, da obrigatoriedade de recolhimento das contribuições previdenciárias por empregados não sindicalizados, mas sim resguardar o direito do sindicato autor de exercer a sua representatividade sindical, sem interferência do Estado e violação de sua autonomia negocial quando exercida nos limites legais.

Defende, portanto, estarem evidenciados tanto a possibilidade jurídica do pedido quanto o interesse processual, pelo que requer seja provido o apelo para rejeitar as preliminares suscitadas pelo recorrido e acolhidas pela r. sentença de 1º Grau, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para apreciação do mérito da demanda.

Requer, ao final, "*caso entenda que a lide está em condições de imediato julgamento, e por se tratar de matéria exclusivamente de direito, receba o presente recurso sob o efeito translativo para que toda a matéria suscitada, ainda que não apreciada pela Vara de origem, seja conhecida e analisada*" (fl. 312), nos termos do art. 515, § 3º, do CPC c/c art. 769, da CLT.

Examinemos a matéria.

Trata-se de Ação Anulatória de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) c/c Obrigação de não fazer e tutela antecipada, proposta por Sindicato Patronal contra o Ministério Público do Trabalho.

Segundo esclarece a r. sentença recorrida, "o autor requer a declaração de nulidade do TAC firmado pelas partes em razão da interferência do Ministério Público do Trabalho na autonomia negocial do sindicato-autor e em razão da imposição de multa em valor excessivo".

O MM. Juízo de 1º Grau, como vimos, extinguiu o processo, sem resolução do mérito, porque acolheu a tese do D. Parquet "quanto à impossibilidade de utilizar a ação anulatória para discutir um título executivo extrajudicial e quanto à inadequação da via eleita".

Entendeu o r. decisório originário que "não é possível declarar a nulidade de um título executivo extrajudicial através de uma ação anulatória, ação esta de conhecimento", até porque "o autor sequer alegou qualquer vício na subscrição do termo, limitando-se a levantar matérias relacionadas ao mérito do termo de ajustamento de conduta".

Acentuou a instância de origem que "o autor poderá discutir excesso de execução (por exemplo, o suposto valor excessivo da dívida) em embargos à execução, bem como poderá discutir nulidade do título também em embargos à execução".

Enfim, "por entender que a ação anulatória não é o meio adequado para discutir um título executivo extrajudicial e por entender que sequer é possível discutir a subscrição de um TAC através de uma ação de conhecimento", a r. sentença impugnada decidiu "extinguir o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso VI do CPC".

Acontece que o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta constitui um negócio jurídico (ato jurídico).

Rvst TRT8 2009.pmd 365 23/6/2009, 08:55

E, nos termos do **art. 486, do CPC**, "os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os **atos jurídicos em geral**, nos termos da lei civil".

É irrelevante, no caso, que o ato ou negócio jurídico seja um título executivo extrajudicial, como é a hipótese do TAC.

Aliás, é muito comum a ação anulatória de título executivo extrajudicial, inclusive cumulada com cautelar de sustação de protesto, perante a Justiça Comum.

Enfim, o sindicato autor não precisa aguardar eventual ação de execução de título extrajudicial, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, a fim de que possa suscitar as suas pretensões por via de embargos à execução, conforme a tese da r. sentença recorrida.

Independente disso, pode o sindicato tomar a iniciativa de pleitear, em juízo, a nulidade do TAC, cujo mérito não será agora examinado.

Assim, dou provimento ao apelo para afastar as preliminares acolhidas em primeiro grau.

Entendo, porém, inviável a aplicação da norma disposta no art. 515, 3º, do CPC, haja vista que o exame do mérito da causa não versa sobre questão exclusivamente de direito, capaz de permitir o imediato julgamento da matéria meritória por este E. Tribunal Regional, uma vez que há fatos e provas a serem apreciadas.

Da multa por embargos protelatórios

Insurge-se, o recorrente, em face da aplicação de multa de 1% e indenização de 20% sobre o valor da causa, em sede de embargos de declaração, ante o caráter protelatório dos embargos opostos, nos termos do art. 17, IV, do CPC.

Argumenta que, por ser o autor da presente ação anulatória, seria o maior interessado na solução do litígio, daí porque não se poderia imputar ao recorrente o suposto retardamento do feito, eis que os embargos declaratórios visavam tão-somente esclarecer omissões contidas na r. sentença de 1º Grau, no regular exercício do direito ao devido processo legal e ao contraditório.

Assinala que "*de nada vale a simples declaração de que os embargos tenham sido opostos com o intuito de retardar o processo se o juiz não demonstra, na sentença, os motivos que levam a esse entendimento. Ora, se o julgador não concordou com a tese da embargante de existência de omissão, deveria apenas rejeitar os embargos de declaração, e não aplicar pura e simplesmente a multa e o pagamento de indenização a serem revertidos em favor da parte contrária*" (fl. 295).

Examinemos a matéria.

Entendo que deve ser **provido** o recurso ainda neste aspecto, pois verifico que não houve intuito protelatório ou litigância de má-fé na apresentação dos embargos de declaração opostos pelo Sindicato Patronal, mas tão somente o exercício do amplo direito de defesa, assegurado em norma constitucional.

Desse modo, afasto a declaração de litigância de má-fé e excluo as sanções impostas ao Sindicato Patronal na r. sentença de embargos declaratórios.

Rvst TRT8 2009.pmd 366 23/6/2009, 08:55

RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Requer a condenação do sindicato recorrido por litigância de má-fé, em face da alteração da verdade dos fatos e uso do processo para alcançar objetivo ilegal, inclusive para frustrar decisões anteriores deste E. Tribunal.

Assinala que o *Parquet* ajuizara ação anulatória com pedido liminar, em 14.06.2006, com vistas a anular diversas cláusulas da convenção coletiva de trabalho firmada entre o SINTICOMBA (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Barcarena e Abaetetuba) e o SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Pará), consideradas ilegais, tais como a cláusula 20ª que impõe a contribuição confederativa a todos os empregados, associados ou não ao Sindicato Patronal, o que contraria a Constituição Federal e a Súmula nº 666, do E. STF.

Salienta que, à época, foi concedida liminar que, em relação à citada cláusula, determinou a suspensão em relação aos empregados não sindicalizados, liminar esta que foi confirmada quando do julgamento da ação anulatória, em 06.11.2006.

Afirma que "*mesmo estando plenamente em vigor a liminar do Exmº Juiz Marcos Maia, os sindicatos réus da Ação Anulatória (SINTICOMBA e SINDUSCON), com a mais absoluta má-fé, resolveram, em 13/09/2006, de comum acordo, firmar nova convenção coletiva de trabalho estabelecendo exatamente as mesmas cláusulas ilegais que estavam suspensas!!!!*" (fl. 359).

Prossegue a aduzir que "*a atitude acima já demonstrou que os Sindicatos réus daquela Ação Anulatória resolveram ignorar o teor da liminar, pois mesmo sabendo que as cláusulas estavam suspensas, resolvera firmar nova convenção coletiva com as mesmas cláusulas, o que significava continuar praticando cláusulas ilegais e continuar cobrando contribuição confederativa dos empregados não sindicalizados, em autêntica burla à ordem liminar. A assinatura de nova convenção coletiva com as mesmas cláusulas ilegais que estavam suspensas, teve como objetivo não só burlar a liminar, como tornar sem objeto a ação anulatória (já que nova convenção teria substituído a anterior)*" (fl. 359).

Noticia que, ao tomar conhecimento da nova convenção coletiva, o Ministério Público do Trabalho ingressou com outra ação anulatória, com pedido de distribuição por dependência ao Desembargador Marcus Maia.

Salienta que, entretanto, "*no dia seguinte ao do ajuizamento da segunda ação, o mérito da primeira anulatória foi julgado (em 09/11/2006), pelo que não houve tempo de fazer a distribuição por dependência e a segunda anulatória foi distribuída à Excelentíssima Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. Com a segunda ação anulatória, o MPT juntou a nova convenção coletiva, assinada em 13/19/2006 (...) Tomando ciência do teor da nova ação, que praticamente repetia tudo o que constava na primeira ação anulatória, a Excelentíssima Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury também deferiu a medida liminar pretendida pelo MPT*" (fl. 359).

Sustenta que, com vistas a evitar que os aludidos sindicatos tentassem burlar a nova medida liminar, o órgão Ministerial abriu o Procedimento Preparatório nº 700/2006, em razão do qual foram realizadas reuniões com cada um dos sindicatos, separadamente, em que se enfatizou a necessidade de não ser incluída, nas futuras normas coletivas, a norma em questão para empregados não sindicalizados, pois já declaradas ilegais por este E. Tribunal.

Salienta que ambos os sindicatos assinaram TACs - Termos de Ajustamento de Conduta, sem qualquer vício de consentimento ou ressalva.

Rvst TRT8 2009.pmd 367 23/6/2009, 08:55

Assevera, ainda, que "*justamente no momento em que começou a se verificar o efetivo cumprimento dos TACs, vem o SINDUSCON pretender a sua anulação, com o simplório argumento de que o mesmo seria nulo pelas mesmas razões já amplamente debatidas nas duas ações anulatórias!!! O SINDUSCON ainda chega a mencionar que o TAC vem sendo cumprido, o que é muito pouco provável, mas isto ainda está sendo objeto de apuração pelo MPT (...) Como o SINDUSCON sabe que o MPT poderá detectar, a qualquer momento, que o TAC pode estar sendo descumprido, resolveu se antecipar e ajuizar a presente Ação Anulatória, sem qualquer motivo razoável e sem qualquer alegação de vício de consentimento*" (fls. 362/363).

Ressalta que os fatos narrados acima seriam suficientes para demonstrar a má-fé do SINDUSCON ao ajuizar o presente feito, por meio dos mesmos advogados que acompanharam as ações anulatórias anteriores e analisaram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em relação ao qual, à época da assinatura, não foi alegada qualquer ilegalidade.

Conclui que "*os fatos acima explicam, de forma resumida, a real necessidade de assinatura e cumprimento dos TACs pelos sindicatos envolvidos nas ilegalidades, bem como comprovam a atitude de má-fé do SINDUSCON que, na petição inicial, inverte a verdade dos fatos e usa deste processo para conseguir objetivo ilegal. Além disso, deduz pretensão contra texto expresso de lei e contra fatos incontroversos, pelo que resta plenamente caracterizada a litigância de má-fé na forma do art. 17 do Código de Processo Civil*" (fl. 363).

Diante do exposto no exame do recurso do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará - SINDUSCON, nego provimento ao apelo do D. *Parquet*.

Da riscadura de expressões ofensivas ao Ministério Público

O pedido é formulado pelo Ministério Público do Trabalho nas contra-razões, à fl. 347, onde aponta as expressões supostamente ofensivas no arrazoado recursal do sindicato patronal.

Não vejo como acolher a postulação do d. *Parquet*, eis que, em suma, as expressões destacadas na contraminuta não representam o sentido ofensivo atribuído pela ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho, haja vista que se trata de expressões técnicas, usualmente empregadas na doutrina, jurisprudência e na legislação, a revelar apenas a tese desenvolvida pela entidade sindical recorrente, mas sem comprometer o mínimo ético que se exige nos debates jurídicos, no plano das divergências do processo.

Indefiro.

ANTE O EXPOSTO, rejeito a preliminar de não conhecimento do recurso do Ministério Público, fundada em inovação recursal, argüida pelo Sindicato autor, em contra-razões, à falta de amparo legal; conheço dos recursos; nego provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho e dou provimento ao recurso do Sindicato Patronal para afastar as preliminares acolhidas na r. sentença recorrida, bem como a declaração de litigância de má-fé e as sanções estabelecidas ao autor na r. sentença de embargos de declaração, e determinar a remessa dos autos à instância de origem para que examine as demais questões, como entender de direito; indefiro pedido de riscadura de expressões reputadas como ofensivas suscitadas em contra-razões pelo Ministério Público do Trabalho, às fls. 347, conforme os fundamentos. Custas, ao final.

Rvst TRT8 2009.pmd 368 23/6/2009, 08:55

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, à unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso do Ministério Público, fundada em inovação recursal, argüida pelo Sindicato autor, em contra-razões, à falta de amparo legal; sem divergência, conhecer dos recursos; sem divergência, negar provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho; sem divergência, dar provimento ao recurso do Sindicato Patronal para afastar as preliminares acolhidas na r. sentença recorrida, bem como a declaração de litigância de má-fé e as sanções estabelecidas ao autor na r. sentença de embargos de declaração, e determinar a remessa dos autos à instância de origem para que examine as demais questões, como entender de direito; à unanimidade, indeferir o pedido de riscadura de expressões reputadas como ofensivas suscitadas em contra-razões pelo Ministério Público do Trabalho, às fls. 347, conforme os fundamentos. Custas, ao final.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 29 de abril de 2009. (DEJT 07.05.2009)

VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Presidente e Relator.

****

TUBERCULOSE PULMONAR - CONTATO COM AGENTE QUÍMICO - SÍLICA - CURTO PERÍODO - AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00340-2008-113-08-00-7
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTES: ADENILTON DE SALES SILVA
Dr. Clean Soares de Araújo Macedo

SGS GEOSOL LABORATÓRIOS LTDA
Dr. Alexandre Silva de Miranda

RECORRIDOS: OS MESMOS

TUBERCULOSE PULMONAR - CONTATO COM AGENTE QUÍMICO - SÍLICA - CURTO PERÍODO - AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. A tuberculose pulmonar decorre de contato com agentes biológicos (microorganismos). O contato com sílica não induz tuberculose pulmonar, mas silicose, doença provocada pela inalação de partículas químicas sólidas, e, ainda assim, após duradouro período, o que revela a ausência de nexo de causalidade entre a tuberculose e o agente químico.

Rvst TRT8 2009.pmd 369 23/6/2009, 08:55

I. RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *recurso ordinário*, oriundos da Vara do Trabalho de Itaituba, em que são partes, como recorrentes, DE SALES SILVA e GEOSOL LABORATÓRIOS LTDA e, como recorridos, OS MESMOS.

OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO

CONHECIMENTO

Conheço dos recursos ordinários das partes, porque observados todos os pressupostos legais de admissibilidade.

MÉRITO

Insalubridade - Recurso da Reclamada

A condição mais gravosa à saúde, ensejadora do adicional de insalubridade, é fato constitutivo do direito do autor e por ele deve ser cabalmente demonstrada, nos termos do art. 333, I, do CPC c/c art. 818 da CLT.

O Diploma Celetista sinaliza que a constatação da insalubridade deve ser feita através de perícia (CLT, art. 195), o que nem mesmo foi requerido pelo reclamante, não se prestando para tal a alegação genérica de produção probatória feita na inicial, tendo sido encerrada a instrução processual sem qualquer manifestação do autor quanto à específica produção da referida prova.

Ora, a exigência legal tem o objetivo não só de aferir a presença como também o grau do agente insalubre, razão pela qual é inviável o deferimento do pleito baseado apenas em suspeitas.

Nessa esteira, a prova testemunhal não se presta a demonstrar o trabalho em condição mais gravosa, que deve ser demonstrada através de perícia, repito.

É verdade que o magistrado pode se utilizar de outros critérios/meios de prova para conceder o adicional sob exame, mas não quando o local de trabalho está em plena atividade, conforme entendimento cristalizado na OJ nº 278, da SBDI-1, do Colendo TST.

Por outro lado, o autor disse em seu depoimento que após uma semana de labor recebeu calças, camisas, máscaras descartáveis e protetores auriculares e que depois de um mês recebeu botas (fl. 223, contrariando totalmente a tese inicial de que teria trabalhado durante os quatro primeiros meses sem o uso de EPI's, contradição que fragiliza por demais a sua tese.

A reclamada, por seu turno, trouxe aos autos o PPRA de 2006/2007 e o PCMSO de 2007/2008. O primeiro documento, que é específico ao período de labor do reclamante, é claro ao mencionar os funcionários recebem e fazem uso de protetor auricular e máscara facial, equipamentos destinados, respectivamente, à proteção de riscos físicos (ruídos) e químicos (poeira), e que somente a não utilização dos EPI's poderia caracterizar ambiente insalubre, o que não é o caso, eis que o autor confessou utilizar as proteções individuais (fl. 223).

Ademais, a despeito da perícia de fls. 257/274 ter sido realizada para aferir eventual contaminação do autor e a ocorrência de acidente no transporte de uma máquina britadeira, o laudo esclarece que os riscos físicos e químicos eram controlados pela utilização de EPI's, sendo reduzidos a níveis não prejudiciais à saúde, o que inviabiliza a percepção do adicional vindicado (Súmula nº 80 do colendo TST).

Rvst TRT8 2009.pmd 370 23/6/2009, 08:55

Destarte, não há como reconhecer o direito ao adicional pleiteado, razão pela qual dou provimento ao recurso patronal para excluir da condenação o adicional de insalubridade e reflexos deferidos pela origem.

Acidente de Trabalho/Doença Ocupacional; Danos Morais, Estéticos e Materiais - Recurso de ambos

O autor narra na sua petição inicial a ocorrência de um acidente de trabalho, que teria ocorrido em 15/07/2006, por volta das 16 horas, durante o transporte de um britador, aduzindo ter sido prensado pela máquina, o que teria acarretado-lhe cefaléia, dores na coluna, tórax e ouvido, sintomas que não teriam sido considerados pela empregadora até a realização de exame demissional, ocasião em que teria se constatado a total inaptidão do autor para o trabalho. Afirma que o contato com poeira e minérios teria provocado-lhe silicose, enfermidade que afirme ter desencadeado intoxicação generalizada e deficiência física (diminuição da perna direita).

Analisando acuradamente os autos, verifico que a versão do reclamante não se sustenta frente às provas produzidas nos autos.

Primeiramente, o autor não conseguiu demonstrar, nem de longe, a ocorrência do acidente no transporte do britador, caindo até em contradição, pois afirma que no dia do infortúnio laborou até as 22 horas, quando ele próprio anotou horário diverso na folha de freqüência (fl. 139, das 13 às 19h). Além disso, não há comprovante de qualquer atendimento médico em razão do acidente, nem mesmo nos dias posteriores à suposta ocorrência, tendo as testemunhas negado a ocorrência que qualquer anormalidade quando do transporte do equipamento (fl. 884).

Em segundo plano, também é inexitosa a tese de intoxicação/silicose.

Ora, os exames toxicológico comprovam que o reclamante não é portador de qualquer tipo de intoxicação por mercúrio, chumbo ou sílica, eis que os resultados foram negativos (fl. 294). Fato que já seria suficiente para afastar a moléstia apontada pelo autor.

Consoante esclarece a literatura médica, a silicose é uma intoxicação química, gerada pela inalação de partículas de sílica cristalina, que ataca o sistema respiratório do indivíduo, não havendo possibilidade de cura, mas apenas diminuição de suas conseqüência, se realizado procedimento conhecido como *lavagem pulmonar*. Quando o contato com a sílica é feito em pequenas proporções (poeira leve), os sintomas da doença começam a aparecer após 10/15 anos de contato permanente, passando a ter conseqüências crônicas. No caso da silicose acelerada, hipótese em que o contato ocorre em ambiente fechado e com grande volume de poeira, os sintomas podem aparecer após 4 anos, sendo característica nas atividades de jateamento de areia e perfuração de poços, o que não era o caso do autor.

De outro vértice, o exame de escarro confirmou as suspeitas médicas de que o autor porta tuberculose pulmonar, enfermidade causada por bactérias (partícula biológica, ou seja, microorganismo), tendo características diversas da silicose, que não foi constatada nem mesmo no exame de Raio-X.

Por óbvio, a conclusão do perito se deu em razão da inexistência de partículas sólidas nos pulmões do autor, fato que não merece manifestação expressa no laudo, eis que trata-se de característica própria da enfermidade investigada (silicose).

Rvst TRT8 2009.pmd 371 23/6/2009, 08:55

Desse modo, em que pese a medicina vislumbrar que o agravamento da silicose, que só aparece após largo tempo de contato com sílica livre, possa gerar tuberculose (sílico-tuberculose), não é esse o caso dos autos. Isso porque, o autor laborou durante o curto período de 5 meses para a reclamada, tendo recebido equipamento de proteção desde o início do pacto, conforme confissão do próprio obreiro.

Por outro lado, não se pode afastar as demais conclusões constantes do laudo pericial, eis que o *Expert* desempenhou seu *mister* com total clareza, apontando todos os fatos que inviabilizam a tese do reclamante.

Com efeito, o laudo esclarece que, além de o reclamante ter manipulado os seus sintomas com a agitação provocada em seu organismo (258/259), os riscos físicos e químicos eram neutralizados ou minimizados a níveis aceitáveis, ante o fornecimento de EPI's e adoção de outras medidas preventivas pela reclamada (instalação de exaustores, abafadores e o cumprimento das normas técnicas de segurança do trabalho); que o contato com os agentes agressivos era intermitente; que a quantidade de elementos químicos nas amostras manipuladas pelo autor eram insignificantes; que a tuberculose pulmonar do autor está em fase de recuperação (o que não ocorre com a silicose); que a doença pulmonar do reclamante não tem nexo com o trabalho desempenhado por ele desempenhado; que a incapacidade é apenas temporária; que a perna direita do autor não apresentou a alegada deficiência (diminuição) e que os sintomas apareceram cerca de 10/11 meses após a sua dispensa; e que o obreiro passa por distúrbios psicóticos, aduzindo sintomas que quase sempre não são confirmados pelos exames laboratoriais.

O histórico médico do obreiro revela, ainda, que no dia 20/05/2006 (cinco dias após o início do pacto) alegou surdez que se verificou clinicamente inexistente; que em 08/06/2006 apresentou sintomas de pneumonia, quadro que também demonstra o possível começo da tuberculose; e que após a sua dispensa (21/09/2006) começou uma busca frenética para demonstrar sua incapacidade laboral, tendo passado por mais de quinze médicos no período de um mês (fls. 269/270).

Ora, emerge dos autos que a moléstia apresentada pelo autor não tem qualquer relação com o trabalho, sendo espécie de doença comum e não ocupacional, ao menos para a atividade do autor.

Assim, resta evidente a ausência dos requisitos da responsabilidade civil (dano, conduta, nexo de causalidade e culpabilidade), razão que qual não há que se falar em indenização por danos morais.

Não há também danos estéticos de responsabilidade da reclamada, eis que não se confirmou lesão causada pela ré que tenha provocado o afeiamento do reclamante.

Improcede ainda o pedido de danos materiais, pois a incapacidade do obreiro é apenas temporária e não decorre das condições do trabalho, estando o autor amparado pela Previdência Social, além de não ter comprovado outros danos materiais.

Reformo a decisão recorrida, para excluir da condenação a indenização por danos morais, mantendo-a em seus demais termos, no particular.

Salários Retidos - Recurso da Reclamada

Ao contrário do entendeu o Juízo de Origem, as provas dos autos apontam que a tuberculose da qual é portador o reclamante não decorreu da

Rvst TRT8 2009.pmd 372 23/6/2009, 08:55

atividade de preparador de amostras, não podendo, portanto, ser imposto à reclamada a responsabilidade dos salários do período entre a dispensa e a concessão do auxílio-doença.

Isso porque a busca do reclamante por diagnóstico médico acidentário só ocorreu após a sua dispensa imotivada (21/09/2006), que teria ocorrido em razão de um contenda entre o autor e outro obreiro. Fatos que revelam a intenção do obreiro em criar uma garantia de emprego inexistente.

Não se nega com isso que o autor esteja passado por conseqüências sérias relativas à tuberculose pulmonar, apenas não se pode julgar que tal enfermidade dá ao autor o direito ao auxílio-doença acidentário, decorrente de doença ocupacional, porquanto esta não se confirmou.

Os documentos de fls. 191/193 demonstram, por outro lado, que o autor foi encaminhado à Previdência Social, a fim de requerer o auxílio doença, pedido que foi formalizado em novembro/2006. Contudo, o benefício foi indeferido em razão do não cumprimento do período de carência, tendo o órgão previdenciário afastado o pretenso reconhecimento de doença ocupacional, eis que, neste caso, não haveria exigência do período carência.

Desse modo, verifico que o indeferimento do mencionado benefício ocorreu em razão do não cumprimento do prazo de carência, elemento relativo à participação do obreiro no regime previdenciário e que nenhuma relação possui com qualquer ônus que se pretenda imputar à ré.

Na verdade, nem mesmo a sentença recorrida se convenceu totalmente da existência doença ocupacional, eis que limitou a responsabilidade da reclamada pelo tratamento do reclamante e custeio do seu plano de saúde à data da alta médica, nada aludindo acerca das garantias concedidas pelo art. 118 da Lei nº 8.213/91.

Por fim, reputo que a reclamada atendeu à imposição do art. 60, § 2º, da Lei nº 8.213/91, pagando ao autor os primeiros quinze dias de seu afastamento (fl. 151), nada devendo a título de salários retidos.

Reformo.

Tutela Antecipada - Recurso da Reclamada

Conforme consta dos autos, o contrato de trabalho do autor foi suspenso durante o período do aviso prévio, ante a incapacidade para o trabalho superior a quinze dias.

Como é cediço, a suspensão do contrato em razão de mera enfermidade inviabiliza a contagem do tempo de serviço e o direito aos salários e ao FGTS, havendo total inexecução do contrato, garantindo-se apenas o retorno após a convalescença, sem a garantia do art. 118 da Lei nº 8.213/91, ou então a resilição definitiva do liame, conforme manifestado antes do sobrestamento contratual (Súmula nº 371 do colendo TST).

Assim, não há como impor à recorrente o ônus de custear o tratamento médico do autor ou mesmo o seu plano de saúde, já que inexistiu doença do trabalho e o contrato não surte efeitos jurídicos no período de suspensão.

Por tais motivos, revogo o antecipação de tutela concedida.

Reformo a decisão a quo, para julgar totalmente improcedentes os pedidos iniciais, fixando custas pelo reclamante, no importe de R$16.008,35, calculadas sobre o valor da causa (R$800.417,78), isento na forma do art. 790-A da CLT.

Rvst TRT8 2009.pmd 373 23/6/2009, 08:55

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários das partes; no mérito, nego provimento ao apelo do reclamante e dou provimento ao apelo da reclamada, para julgar totalmente improcedentes os pedidos iniciais, fixando custas pelo reclamante, no importe de R$16.008,35, calculadas sobre o valor da causa (R$800.417,78), isento na forma do art. 790-A da CLT; tudo conforme a fundamentação.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES; NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO DO RECLAMANTE E DAR PROVIMENTO AO APELO DA RECLAMADA, PARA JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS, FIXANDO CUSTAS PELO RECLAMANTE, NO IMPORTE DE R$16.008,35, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA CAUSA (R$800.417,78), ISENTO NA FORMA DO ART. 790-A DA CLT; TUDO CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 14 de janeiro de 2009. (DOJT8 23/01/2009)

MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

Rvst TRT8 2009.pmd 374 23/6/2009, 08:55

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. O SINDPD não tem legitimidade ativa para propor ação civil pública contra uma empresa pública federal, objetivando impor-lhe obrigações genéricas de fazer e não fazer, pois os empregados da mesma são representados pela FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES (FENADADOS), com quem realiza negociações e celebra acordos e convenções coletivas. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Tendo a FENADADOS e o SERPRO concordado com a solução pacífica do conflito, celebrando acordo coletivo pondo fim ao movimento paredista e ajustando entre si a remuneração dos dias parados e a manutenção de diálogo permanente, a ação civil pública que reivindicava esses direitos perdeu seu objeto, devendo ser extinta sem resolução de mérito, por perda de objeto. (PROCESSO TRT-8ª/2ª TURMA/RO/01297-2008-001-08-00-9; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 25.03.2009; DEJT 30.03.2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

ACORDO HOMOLOGADO. DEFINIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DOS VALORES ACORDADOS. NÃO INCIDÊNCIA DO § ÚNICO DO ARTIGO 43 DA LEI 8.212/91. Estando definido no acordo homologado a natureza da parcela, ainda que seja apenas parcela indenizatória, não dá ensejo à aplicação do § único do artigo 43 da Lei 8.212/91. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00507-2008-206-08-00-0; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 18.03.2009; DEJT 26.03.2009; Prolatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. ART. 7º, XXVI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. FLEXIBILIZAÇÃO. A valorização dispensada aos acordos e convenções coletivas de trabalho, com flexibilização de direitos dada pela Constituição da República não é ilimitada. A supressão de horas de percurso, provada a inexistência de transporte público regular, prejudica os trabalhadores, sobretudo por se tratar de local de difícil acesso. Assim, a despeito de o acordo ou a convenção coletiva de trabalho ser firmada entre os sindicatos de classe, se da transação adveio condições *in pejus*, a flexibilização é vedada pela Constituição da República, sendo, pois, nula de pleno direito a cláusula que suprimiu o direito do trabalhador ao recebimento das horas de percurso, nos termos do art. 9º da CLT. (ACÓRDÃO TRT/1ªT./RO 03715-2006-114-08-00-5; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 03.02.2009; DEJT 06.03.2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

ACÚMULO DE FUNÇÃO. ÔNUS DA PROVA. Incumbe ao reclamante o ônus da prova do acúmulo de função, por se tratar de fato constitutivo do seu direito, assim considerado aquele capaz de produzir o direito pleiteado em juízo. Tendo ele se desincumbido de tal ônus, são devidas as respectivas diferenças salariais. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01867/2007-015-08-00.2; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 20.01.2009; DOJT8 23.01.2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

Rvst TRT8 2009.pmd 375 23/6/2009, 08:55

I - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EFETIVA ELIMINAÇÃO DO RISCO PELOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO FORNECIDOS PELA EMPRESA. AUSÊNCIA DE PROVA. Não tendo a empresa comprovado que os equipamentos de proteção individuais fornecidos ao empregado fossem suficientes para a neutralização dos agentes agressivos, devido o adicional de insalubridade pretendido pelo obreiro. **II- MULTA DO ART. 475-J, DO CPC. PROCESSO DO TRABALHO. COMPATIBILIDADE.** A multa prevista no art. 475-J, do CPC, não é incompatível com as regras do Processo do Trabalho, especialmente porque visa agilizar a efetividade da prestação jurisdicional e evitar a protelação da execução de crédito de natureza alimentar. (ACÓRDÃO TRT /1ª T./RO 01173-2008-119-08-00-3; origem: 4ª VT de Ananindeua; julgado em 31.03.2009; DEJT 24.04.2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. DISPENSA DE EMPREGADO. MOTIVAÇÃO. Em se tratando de empresa pública integrante da Administração Pública indireta é dever do seu representante explicitar o motivo determinante de demissão do empregado, eis que, embora submetido ao regime celetista das empresas privadas, deve obediência ao princípio constitucional de motivação dos atos administrativos. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01822-2007-006-08-00-7; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 22.04.2009; DEJT 08.05.2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO RECOLHIMENTO DO DEPÓSITO RECURSAL. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESERÇÃO. A multa por litigância de má-fé deve ser recolhida para fins do preparo recursal. Assim, não realizado o depósito recursal previsto no §1º do artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, não se pode conhecer do Recurso Ordinário, vez que ausente um dos pressupostos objetivos de admissibilidade do recurso. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AI 01406-2008-008-08-01-5; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 05.05.2009; DEJT 11.05.2009; Relatora: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INTERPOSTO VIA *FAX*. EXIGÊNCIA DE POSTERIOR JUNTADA DA PEÇA ORIGINAL. CONTAGEM DO PRAZO PARA OFERECIMENTO DE CONTRA-RAZÕES E RECURSO ADESIVO. O ato processual, no caso, o recurso ordinário da reclamada, apresentado, inicialmente, via *fax*, só passou a existir quando da ratificação da peça com a inclusão dos originais. Assim, a segunda intimação para o oferecimento das contra-razões é que vale, e não a primeira (quando a versão fac-similar foi recebida), já que não havia necessidade de ser expedido - e publicado - tal expediente, o que tendo ocorrido por mero equívoco da Secretaria da Vara do Trabalho de origem não pode acarretar prejuízos à pretensão recursal. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AI/RO 0377-2008-016-08-01-9; origem: 16ª VT de Belém; julgado em 30.09.2008; DOJT8 03.10.2008; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

AGRAVO DE PETIÇÃO - EMBARGOS DE TERCEIRO - CONTRATO DE TRABALHO POSTERIOR AO FALECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE CONSTRIÇÃO DOS BENS DEIXADOS PELO *DE CUJUS*. A segunda parte do art. 1.032 do Código Civil, disciplinando as situação relativa às obrigações contraídas após a retirada ou exclusão do sócio, nada alude acerca da

Rvst TRT8 2009.pmd 376 23/6/2009, 08:55

responsabilidade patrimonial do sócio falecido pelas obrigações contraídas após a sua morte. Assim, a lógica dos fatos permite a conclusão de que a ausência de contemporaneidade entre o contrato de emprego e a efetiva participação do falecido no quadro societário impede a constrição de bens deixados pelo *de cujus*. (PROCESSO TRT 3ª T./AP 00783-2008-119-08-00-6; origem: 4ª VT de Ananindeua; julgado em 18.03.2009; DEJT 26.03.2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

AGRAVO DE PETIÇÃO. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Demonstrado nos autos que, em razão de um acordo, devidamente homologado, inclusive, com o exeqüente recebendo o pagamento das parcelas acordadas, é de se extinguir o processo, sem julgamento do mérito, por perda de objeto. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00222-2008-202-08-00-3; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 23.09.2008; DOJT8 25.09.2008; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE DO PROVIMENTO LIMINAR CONCEDIDO ALCANÇAR DECISÕES JÁ ATINGIDAS PELA IMUTABILIDADE DA COISA JULGADA. A disposição legal contida no art. 5º, § 3º, da Lei nº 9.882/99 ressalva do alcance de eventual liminar as decisões judiciais cobertas pela coisa julgada que, como garantia constitucional, é invulnerável (art. 5º, XXXVI, da Carta Magna). (ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 00973-1990-007-08-00-5; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 07.04.2009; DEJT 17.04.2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

ASCENSÃO FUNCIONAL. CONVALIDAÇÃO POR DECURSO DE TEMPO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. I - O ato que concedeu ascensão funcional ao autor foi convalidado por decurso de tempo, se passados mais de cinco anos de sua edição, na forma do art. 54, da Lei nº 9.784/1999. II - Se o ato de ascensão funcional foi praticado de boa-fé e convalidado pelo tempo, não há que falar em sua anulação, em obediência ao princípio da segurança jurídica. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 00321-2008-109-08-00-1; origem: 1ª VT de Santarém; julgado em 10.12.2008; DOJT8 12.12.2008; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NULIDADE. Os índios possuem legitimidade para atuar diretamente na defesa de seus direitos e interesses, cabendo ao Ministério Público, a intervenção como *custos legis*, na forma do art. 232 da CR. A ausência de intimação do *parquet* para acompanhar o feito, atrai a incidência da regra contida no art. 246 do CPC, pelo que deve-se decretar a nulidade do processo. (ACÓRDÃO TRT 4ª T. RO 00974-2008-115-08-00-2; origem: VT de Santa Izabel do Pará; julgado em 05.05.2009; DEJT 11.05.2009; Relatora: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA)

AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA SOLICITADA PELA PARTE. RECONHECIMENTO DO LAUDO EMITIDO PELO INSS. A liberdade de se recorrer ao judiciário pedindo um provimento judicial é um direito fundamental. No entanto, nada impede que o judiciário acate a decisão

Rvst TRT8 2009.pmd 377 23/6/2009, 08:55

de um órgão que tenha mais conhecimentos técnicos para se manifestar sobre o assunto, uma vez que a parte insatisfeita não conseguiu fazer prova de suas alegações. No presente caso, confirma-se a decisão de primeiro grau que indeferiu a perícia solicitada pela recorrente, por já ter sido realizado exame perante médico do INSS, que atestou a relação entre a doença da recorrida e a atividade laborativa, concedendo o auxílio doença acidentário. Trata-se de exame oriundo do órgão competente em matéria de saúde para a emissão de laudo técnico abalizado. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00602-2008-105-08-00-9; origem: VT de Capanema; julgado em 03.03.2009; DEJT 06.03.2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. "RECURSO DE EMBARGOS. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FORNECIDO, POR NORMA REGULAMENTAR EMPRESARIAL, DESDE 1970. NATUREZA SALARIAL. POSTERIOR ADESÃO DA RECLAMADA AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT). SÚMULA 51 DO TST. INCIDÊNCIA DO FGTS. No processo em que se discute a natureza do auxílio-alimentação fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF) desde 1970, por força de norma regulamentar interna, se salarial ou indenizatória, não viola o art. 3.° da Lei 6.321/1976 ou contraria as Súmulas 133 e 241 do TST, a decisão de Turma que lhe reconhece a natureza salarial em face do art. 458 da CLT e da Súmula 51 do TST, porque a adesão da CEF ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) ocorreu em período posterior ao da instituição do benefício, não podendo haver alteração prejudicial da cláusula regulamentar que garantia o direito incorporado aos ganhos do Empregado. Assim, diante da natureza salarial da parcela, tem-se por incidente o FGTS. Recurso de Embargos não conhecido" (PROC. Nº TST-E-RR-756491/2001). (ACÓRDÃO 2ª T RO 00960-2008-001-08-00-8; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 14.01.2009; DOJT8 26.01.2009; Revisor/Prolator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

AVALIADOR DE PENHOR. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. QUEBRA DE FIDÚCIA. JUSTA CAUSA. Restando provado, através de processo administrativo regular, que o empregado, como avaliador de penhor, valeu-se indevidamente de sua função de confiança para entabular negócio em proveito próprio e em desfavor do empregador, configura-se a quebra inexorável da fidúcia indispensável à manutenção de seu contrato de trabalho, sendo válida a aplicação da pena de dispensa por justa causa. (ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 00769-2007-013-08-00-5; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 13.08.2008; DOJT8 22.08.2008; Prolator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

B

BANCÁRIO. JORNADA. As atividades desempenhadas pela reclamante, a despeito de exigir maior responsabilidade, caracteriza-se como função técnica, não se tratando de cargo de confiança bancária a permitir jornada de 8 horas diárias, não se aplicando a norma prevista no § 2º do art. 224 da CLT. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 01469-2008-201-08-00-0; origem: 1ª VT de Macapá; julgado em 14.04.2009; DEJT 29.05.2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

Rvst TRT8 2009.pmd 378 23/6/2009, 08:55

BEM DE FAMÍLIA. CARACTERIZAÇÃO. IMPENHORABILIDADE. PROTEÇÃO ASSEGURADA À PESSOA HUMANA. Para que seja considerado bem de família basta a prova de que o imóvel serve de residência para a família, não havendo necessidade de comprovação de que ele seja o único imóvel de propriedade da instituição familiar. A Lei nº 8.009/90, que assegura o direito à impenhorabilidade do bem de família, não visa, apenas, a proteção da entidade familiar, mas sim de um direito inerente à pessoa humana, qual seja, o direito à moradia. O objetivo é resguardar o indivíduo,a pessoa, garantindo-lhe um lugar para morar. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 01025-2008-007-08-00-7; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 07.04.2009; DEJT 17.04.2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

BEM PENHORADO. VALOR SUPERIOR AO DO MONTANTE DO CRÉDITO EXECUTADO. EXCESSO DE PENHORA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O excesso de penhora se configura quando o valor do bem sobre o qual recaiu a apreensão judicial é consideravelmente superior à execução. Entretanto, principalmente em homenagem aos princípios da celeridade e economia processuais, nas execuções de créditos trabalhistas, que possuem natureza alimentar, o preceito não se aplica, especialmente nos casos - como este - em que o executado é parte, também, em inúmeros outros processos executivos e a penhora recair em um bem cujo valor permita a satisfação total de sua dívida. Ademais, se o agravante discorda do bem sobre o qual recaiu a penhora, em razão do seu preço, a lei o autoriza a substituí-lo, nos moldes do art. 668, do CPC. Ocorre que, na hipótese, o executado-agravante não indicou à penhora nenhum bem capaz de garantir a execução. Agravo de Petição não provido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T/AP 00660-2008-011-08-00-6; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 03.03.2009; DEJT 06.03.2009; Relatora: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR)

C

CARGO DE CONFIANÇA. ENQUADRAMENTO NO ART. 224, § 2º, da CLT. Para enquadramento do cargo como de confiança, nos termos do art. 224, § 2º, da CLT, exige-se o pagamento, a seu ocupante, de gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo e o real exercício de cargo de confiança, ainda que sem amplos poderes de mando, este último não comprovado *in casu*. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 00966/2008-202-08-00-8; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 13.01.2009; DOJT8 16.01.2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

CATEGORIA DIFERENCIADA. APLICABILIDADE DOS INSTRUMENTOS COLETIVOS. Não pode o empregado pertencente a uma categoria profissional, pleitear benefícios previstos em acordo coletivo firmado por outra categoria. A reclamante era trabalhadora externa e não trabalhava no comércio varejista portanto, não há como aplicar-lhe norma coletiva direcionada aos trabalhadores no comércio. (Processo TRT/ 3ª T./RO 01229-2008-119-08-00-6; origem: 4ª VT de Ananindeua; julgado em 1º.04.2009; DEJT 24.04.2009; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

Rvst TRT8 2009.pmd 379 23/6/2009, 08:55

CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. AUTARQUIA. POSSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO. INIDONEIDADE DA CONTRATADA. A Autarquia, ao admitir e manter como sua contratada, empresa inidônea, não pode se escusar da responsabilidade pela reparação dos prejuízos causados a terceiros de boa-fé, em face ao previsto no art. 186 do Novo Código Civil e item IV da Súmula 331 do Colendo TST. Ademais, convém ressaltar que o art. 37, § 6º, da CF assegura a terceiros o ressarcimento dos danos causados pelos entes públicos e pelos tomadores de serviços que se mostrarem inadimplentes com suas obrigações. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00261-2008-007-08-00-6; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 13.01.2009; DOJT8 19.01.2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

D

DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Evidenciado que o bloqueio efetuado na conta bancária da reclamante decorreu de omissão dos reclamados que não excluíram do estatuto social da empresa o nome da reclamante, provocando-lhe temor iminente de ver seus rendimentos expropriado para quitar dívida trabalhista da primeira reclamada, entendo devido a indenização pleiteada, cujo montante deve ser fixado levando em conta vários aspectos, de forma que o valor não seja tão grande, a implicar enriquecimento sem causa do ofendido, como também não seja tão baixo, a animar o ofensor a correr o risco de repetir a conduta reprimida (caráter pedagógico a desencorajar a reincidência da empresa). (ACÓRDÃO TRT/ 3ª T./RO 01156-2008-014-08-00-2; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 1º.04.2009; DEJT 17.04.2009; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. O dano moral depende de prova da conduta que, por sua gravidade, tenha produzido o dano. No presente caso, o fato de a autora supostamente realizar tarefas de limpeza de banheiro, cozinha e salão da farmácia poderia, em tese, configurar desvio ou acúmulo de função, mas não dano moral, até porque não é o tipo de trabalho que expõe seu executor a situações vexatórias, mas sim o preconceito daqueles que menosprezam determinadas funções, esquecendo-se de que toda e qualquer atividade possui relevância social. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 01424-2008-003-08-00-2; origem: 3ª VT de Belém; julgado em 17.03.2009; DEJT 20.03.2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

DECISÃO QUE REVOGA ANTERIOR QUE MANDOU PRODUZIR PROVA MÉDICA - NULIDADE DO PROCESSO - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - OCORRÊNCIA. Não pode o juízo de mesmo grau de jurisdição, sem que fosse para sanar nulidade absoluta, rever decisão anterior já proclamada, pois se assim é estarão as partes sob completa insegurança jurídica. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00170-2007-012-08-00-5; origem: 12ª VT de Belém; julgado em 21.10.2008; DOJT8 05.12.2008; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. FASE DE EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SÓCIOS. A fase processual adequada para desconsiderar a personalidade jurídica da empresa reclamada é a de execução, eis que o art. 1.024, do Código Civil, acentua que, para

Rvst TRT8 2009.pmd 380 23/6/2009, 08:55

responsabilização do patrimônio pessoal dos sócios por dívidas da pessoa jurídica, deverá, primeiramente, ser observado os bens sociais, o que somente poderá ser analisado na fase executória. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./AP 01003-2007-007-08-00-6; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 07.04.2009; DEJT 24.04.2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

DESVIO DE FUNÇÃO. COMPROVAÇÃO. É possível verificar através das provas apresentadas, que as atividades praticadas pelo reclamante não condizem com as atribuições referente à função de caixa. O reclamante estava diariamente comprometido em cumprir tarefas inerentes à função de chefe de serviço, as quais requer maior capacitação técnica e maior responsabilidade, fazendo jus, portanto, ao percebimento de diferenças salariais. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00784-2008-202-08-00-7; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 18.11.2008; DOJT8 20.11.2008; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

DIFERENÇA DE SALÁRIO - DESVIO DE FUNÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO - INDEFERIMENTO. Restou provado nos autos que o setor de segurança não estava, dentro da estrutura da reclamada, organizado como departamento, pelo que correta a sentença que não reconheceu o desvio de função e, em conseqüência, indeferiu o pedido de diferença de salário. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T/RO 00833-2008-004-08-00-8; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 16.12.2008; DEJT 06.03.2009; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS. MOTORISTA DE ÔNIBUS. Deve ser considerado como integrante da jornada de trabalho os pequenos intervalos existentes entre uma viagem de ônibus e outra. Nesses intervalos, até mesmo em razão da curtíssima duração, o empregado permanece no local da prestação de serviço, a disposição do empregador. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª. T/RO 01457-2008-107-08-00-6; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 31.03.2009; DEJT 03.04.2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

E

ENQUADRAMENTO SINDICAL. Nos termos do art. 511, § 2º, da CLT "a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional". No caso, a atividade preponderante da reclamada era gráfica. Logo, aplicável ao reclamante a norma coletiva da categoria. (ACÓRDÃO TRT/1ª T./RO 00614-2008-001-08-00-0; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 03.02.2009; DEJT 13.02.2008; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

EXECUÇÃO. PENSIONISTA DO INSS. BLOQUEIO EM CONTA-CORRENTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA NATUREZA DOS DEPÓSITOS. Não havendo a sócia da executada comprovado que os valores depositados em sua conta-corrente correspondem aos depósitos da pensão previdenciária, não se pode reconhecer a impenhorabilidade absoluta desses valores para fins de liberação da penhora. (PROCESSO TRT-8ª/2ª TURMA/AP/00478-2007-121-08-00-0; origem: 3ª VT de Ananindeua; julgado em 14.01.2009; DOJT8 19.01.2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

Rvst TRT8 2009.pmd 381 23/6/2009, 08:55

EXECUÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. I - Se o nome do trabalhador não constou no rol de substituídos, na fase de conhecimento, não tem legitimidade para figurar como credor na fase de execução, salvo comando jurisdicional superveniente ou por via de ação rescisória. II - Hipótese de substituição processual, em reclamação individual, quando os eventuais titulares de direitos materiais trabalhistas são determinados, no rol de substituídos, na inicial, e os seus interesses são concretos, a exigir, na sentença, a aplicação de norma jurídica pré-existente, no exame de pretensão deduzida em juízo pelo sindicato, a quem cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III, da CF). Diversa, pois, é a hipótese de dissídio coletivo, em que os sujeitos são indeterminados, embora determinada a categoria em conflito, e os interesses são abstratos, a comportar, na sentença normativa, a criação de norma coletiva. Seguramente, o caso dos autos não é de dissídio coletivo, mas de dissídio individual. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00217-1990-004-08-00-3; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 05.11.2008; DOJT8 07.11.2008; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DE PEQUENO VALOR. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. Inexistindo norma jurídica expressa sobre a prescrição no ca*s*o de processos arquivados provisoriamente em razão de dívida de pequeno valor, aplica-se as disposições insertas no Decreto n. 20.910/32 como a Lei n. 9.783/99. Entender de modo diverso - no sentido de que a partir do arquivamento fundado no art. 20 da Lei n. 10.522/02, não correria o prazo prescricional - resultaria na imprescritibilidade das dívidas fiscais de pequeno valor e no entendimento equivocado de que a matéria relativa à prescrição não estaria reservada às leis complementares, conforme ordenamento jurídico vigente no país. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 01173-2008-001-08-00-3; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 1º.04.2009; DEJT 17.04.2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. ART. 174, DO CTN. Somente a citação válida interrompe a prescrição quinquenal do crédito tributário, nos termos do Art. 174, do Código Tributário Nacional. Assim, decorridos mais de cinco anos, contados da data de inscrição do débito na Dívida Ativa da União e a da citação válida da executada, ocorre a prescrição do direito de ação. (ACÓRDÃO TRT 4ª T. AP 00088-2008-016-08-00-7; origem: 16ª VT de Belém; julgado em 17.02.2009; DEJT 20.02.2009; Relatora: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA)

EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. A única diferença existente entre tributo e multa administrativa é a natureza jurídica de sanção da multa. Em tudo o mais se iguala aos tributos em geral, pelo que deve ser cobrada segundo o mesmo procedimento previsto para cobrança de tributos, sujeita à prescrição qüinqüenal prevista no art. 174 do CTN. Assim, decorrido o prazo máximo de um ano após a suspensão do processo sem que haja a manifestação da exeqüente, começa a fluir o prazo prescricional qüinqüenal, conforme se depreende da disposição inserta no § 4º, do art. 40, da Lei n 6.830/80, introduzido pelo artigo 6º da Lei nº 11.051/04, que assim dispõe: *"Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a*

Rvst TRT8 2009.pmd 382 23/6/2009, 08:55

Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decreta-la de imediato." Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 01136-2008-001-08-00-5; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 25.03.2009; DEJT 07.04.2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

EXERCENTE DE CARGO TÉCNICO E DE CONFIANÇA - DESÍDIA CONFIGURADA - JUSTA CAUSA - Ainda que ausente prova da autoria do empregado na invasão dos sistemas de informática da empresa, a sua falta de atenção e cuidados ao operar este, sobretudo por ser o administrador do sistema, demonstra o desleixo caracterizador da figura da desídia, insculpida no art.482, "e", da CLT, atraindo a resolução do contrato por justa causa, pela quebra da confiança por parte do empregador. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00820-2006-015-08-00-0; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 25.03.2009; DEJT 14.04.2009; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

F

I - FALTA GRAVE. ÔNUS DA PROVA. A prova da prática do ato faltoso ensejador de dispensa por justa causa incumbe ao empregador e há de ser robusta, contundente e induvidosa, diante dos sinais indeléveis que seu reconhecimento deixa na vida do trabalhador. Não tendo o reclamado se desincumbido do ônus a que estava obrigado, mantém-se a sentença que não reconheceu a dispensa do reclamante por justa causa. Recurso improvido no particular. **II - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEXO CAUSAL. INEXISTÊNCIA.** Para a caracterização do dever de indenizar por danos morais, urgem serem preenchidos três requisitos essenciais: a ocorrência do dano, a culpa do agente e o nexo de causalidade entre o dano e o ato praticado pelo agente, devendo ficar plenamente configurado o prejuízo à integridade física, psíquica ou moral do trabalhador. No presente caso, não ficaram provados tais elementos no que toca à dispensa do reclamante por justa causa. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T/RO 00846/2008-014-08-00-4; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 20.01.2009; DOJT8 23.01.2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

FRACIONAMENTO DA EXECUÇÃO. PORTARIA Nº 219/2006 DO TRT DA 8ª REGIÃO. LIMINAR SUSPENDENDO SUA APLICABILIDADE. Não pode a execução prosseguir na forma prevista na Resolução 219/2006 deste Egrégio Tribunal, cuja aplicabilidade está suspensa por efeito de liminar deferida pelo STF nos autos da DIN Nº 4015/2008, devendo o juízo de primeiro grau considerar o valor global da execução e não de forma fracionada por exeqüente. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 02731-1992-002-08-00-6; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 13.02.2009; DEJT 02.03.2009; Relatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

H

HORA EXTRA. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO OU SUPRESSÃO. JORNADA DE 12X36. É inválida cláusula de acordo coletivo que prevê a redução ou supressão do intervalo, quando os empregados são submetidos a regime de trabalho prorrogado. (ACÓRDÃO TRT-8ª/1ª.T/RO 01130-2008-202-08-00-0; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 24.03.2009; DEJT 27.03.2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

Rvst TRT8 2009.pmd 383 23/6/2009, 08:55

I - HORAS EXTRAS. A condenação na parcela de horas extras deve estar restrita à prova dos autos. Sendo esta testemunhal, há de ser adequada ao tempo de serviço prestado pela testemunha concomitantemente com o autor, na empresa. **II - MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS.** Não prospera a condenação quando a matéria trazida para apreciação comporta divergência doutrinária e jurisprudencial, sem evidência do intuito meramente procrastinatório da medida processual. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 00216-2008-012-08-00-7; origem: 12ª VT de Belém; julgado em 27.08.2008; DOJT8 1º.09.2008; Relator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

HORAS EXTRAS - Não cabe o pagamento de horas extras, quando houver norma coletiva firmada entre os sindicatos representantes das categorias patronal e profissional e esta assim dispuser, porque a negociação coletiva deve prevalecer sobre os interesses individuais (art. 8º, parágrafo único, da CLT), haja vista ela ser reconhecida constitucionalmente (art. 7º, XXVI, da CF) e em razão de seu relevante interesse social. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 02576-2007-126-08-00-3; origem: 2ª VT de Parauapebas; julgado em 04.03.2009; DEJT 12.03.2009; Prolator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

HORAS EXTRAS. IMPROCEDÊNCIA. REGIME DE 12 X 36. Tratando-se de trabalho no regime de 12 horas por 36 de descanso, é inegável o caráter eminentemente benéfico, pois permite ao trabalhador folgas de 15 dias ao mês e diminuição da jornada semanal e mensal. Assim sendo, é improcedente o pleito de horas extras, uma vez que não era extrapolada a jornada de 220 horas mensais. (ACÓRDÃO TRT 4ªT. / RO 00199-2008-108-08-00-7; origem: VT de Óbidos; julgado em 02.12.2008; DOJT8 09.12.2008; Revisora/Prolatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

HORAS EXTRAS. LICITUDE. I - O estabelecimento de horas extras mensais fixas, por via de negociação coletiva, constitui costume antigo na categoria dos marítimos, em face da dificuldade de controle da jornada de trabalho, a cada dia. Licitude. II - O trabalhador somente fará jus às horas extras quando provada a realização de sobrejornada para além do limite fixo estabelecido em norma coletiva. (PROCESSO TRT/2ª T./RO 00783-2008-008-08-00-4; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 05.11.2008; DOJT8 07.11.2008; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

HORAS "IN ITINERE". TRANSPORTE PÚBLICO EM PARTE DO PERCURSO. Havendo transporte público regular em parte do percurso do empregado em condução fornecida pelo empregador, o direito à percepção das horas "in itinere" limita-se ao trecho não servido por transporte público, como estabelece o item IV da Súmula nº 90, do Colendo TST. A regularidade do transporte público não é aferida a partir de sua regulamentação pelo órgão municipal competente, mas sim pela freqüência e disponibilidade, tendo em vista o princípio da primazia da realidade, que norteia o direito e processo do trabalho, além de que não cabe ao juiz do trabalho examinar questões inseridas no âmbito da competência administrativa da municipalidade. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00065-2008-114-08-00-8; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 03.02.2009; DOJT8 06.02.2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

Rvst TRT8 2009.pmd 384 23/6/2009, 08:55

I

IMPENHORABILIDADE. BEM MÓVEL. ARTIGO 649, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO APLICAÇÃO À ATIVIDADE EMPRESARIAL. A atividade empresarial não é albergada pela norma contida no art. 649, V do CPC (antes inciso VI), já que não se enquadra no conceito jurídico de "profissão". Desse modo, não há que se falar em impenhorabilidade de bens móveis pertencentes à executada, com base no referido preceito legal. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00020-2006-104-08-00-4; origem: VT de Breves; julgado em 03.03.2009; DEJT 06.03.2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

IMPOSTO DE RENDA. DESCONTO NA FONTE. DANOS MATERIAIS NÃO PASSÍVEIS DE INDENIZAÇÃO. Havendo acréscimo patrimonial do empregado, ainda que às custas de condenação judicial do empregador, é devido, nos termos da legislação tributária, o pagamento do imposto sobre ele incidente, a ser deduzido do montante pago em juízo. Ao pleitear a condenação do empregador à indenização por danos materiais, o reclamante está reivindicando quase uma isenção fiscal ou mesmo uma transferência dos encargos tributários para a fonte pagadora, o que não é possível, porquanto a condenação do devedor se exaure com o pagamento da verba que deixou de ser paga durante o contrato, acrescida de todos os acréscimos previstos em lei. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 00655-2008-004-08-00-5; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 10.02.2009; DEJT 13.02.2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ORIUNDOS DE CORRETAGEM DE IMÓVEIS. A Justiça do Trabalho é incompetente para examinar as causas de cobrança de honorários advocatícios oriundos de contrato de corretagem de imóveis, tendo em vista que a ampliação da competência promovida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, no art. 114, não alcançou as relações de consumo, que se mantiveram afetas à competência da Justiça Comum. Tal entendimento já se encontra pacificado pelo Enunciado da Súmula nº 362, do C. STJ. (PROCESSO TRT-8ª/2ª TURMA/RO/01215-2008-011-08-00-3; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 14.01.2009; DOJT8 19.01.2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DEFERIMENTO - COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE REVISTA ÍNTIMA. Havendo comprovação robusta da prática de revista íntima nos funcionários da empresa reclamada resta constatada a ocorrência de evento lesivo aos direitos personalíssimos do reclamante, deferindo-se o pedido de danos morais. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00434-2008-003-08-00-0; origem: 3ª VT de Belém; julgado em 20.01.2009; DOJT8 23.01.2009; Relatora: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA)

INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL. AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. COISA JULGADA. EFEITOS. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. Não há falar em inexigibilidade do título judicial por força do disposto no parágrafo único do artigo 741 do CPC, vez que o C. STF, ao julgar a ADPF n. 47, excepcionou de seus efeitos as decisões decorrentes de coisa julgada. Agravo improvido.

Rvst TRT8 2009.pmd 385 23/6/2009, 08:55

(ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 00920/1990-001-08-00-6; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 13.01.2009; DOJT8 16.01.2009; Relatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

J

JUSTA CAUSA. GREVE. Inexistindo provas de que o reclamante tenha praticado atos de vandalismo ou provocado lesão aos bens da empresa, não vejo como aplicar a penalidade máxima. A paralisação conjunta dos serviços, por si só, até mesmo por se tratar de um ato reivindicatório, não pode ser considerado falta grave ensejadora da dispensa por justa causa. (ACÓRDÃO TRT-8ª/1ª.T/RO 01777-2008-205-08-00-5; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 14.04.2009; DEJT 17.04.2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

L

LITISPENDÊNCIA - AÇÃO COLETIVA E AÇÃO INDIVIDUAL - INOCORRÊNCIA. A existência de ação civil pública não impede que o trabalhador, individualmente considerado, postule parcelas já relacionadas na ação coletiva, conforme deixa claro o art. 104 do Código de Defesa do Consumidor. (PROCESSO TRT 8ª - 1ª T / RO 02276-2007-114-08-00-4; origem: 1ª VT de Parauapebas; julgado em 03.03.2009; DEJT 03.04.2009; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

M

MANDADO DE SEGURANÇA. RESCISÃO INDIRETA. GARANTIA DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO. ILEGALIDADE DA DECISÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. A propositura de reclamação trabalhista visando o reconhecimento de rescisão indireta, não garante ao empregado o direito de permanecer no emprego, podendo o empregador exercer seu direito potestativo de resilir o contrato de trabalho. Ilegalidade não configurada. (ACÓRDÃO TRT 8ª/SE I MS- 00583-2008-000-08-00-0; julgado em 05.02.2009; DEJT 09.02.2009; Relatora: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA)

MULTA DO ART. 475, "J" DO CPC. APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO. POSSIBILIDADE. Não há qualquer incompatibilidade da disposição relativa à multa contida no art. 475-J do CPC com a execução trabalhista. Conquanto o art. 880 da CLT conceda ao executado o prazo de 48 horas para pagar a dívida ou garantir a execução, nada impede que, passados os 15 dias previstos na legislação processual civil, diante da inércia do devedor, possa ser aplicada a multa, que dá maior efetividade ao cumprimento da decisão e se coaduna com o princípio da celeridade processual, prestigiando o credor, hipossuficiente, que espera o recebimento de parcela, na grande maioria das vezes, de natureza alimentar. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. TURMA/RO 02594-2007-107-08-00-7; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 27.01.2009; DOJT8 30.01.2009; Relator: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA)

Rvst TRT8 2009.pmd 386 23/6/2009, 08:55

N

NULIDADE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. REQUERIMENTO DE ADITAMENTO EM PETIÇÃO AVULSA, SEM ROL DE PEDIDOS. O pedido de aditamento deve ser expresso e satisfazer todos os requisitos da petição inicial, nos termos do art. 282, do CPC, devendo também o autor ser diligente e pelo menos ratificá-lo em audiência, a fim de que o juiz dê conhecimento à parte contrária e suspenda a sessão para que seja preparada a contestação sobre os novos pedidos acaso formulados pelo autor, sob pena de violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal que favorecem a parte reclamada. No caso, não se configura nenhuma nulidade no processo, visto que o reclamante limitou-se a apresentar petição sem rol de pedidos, que ficou esquecida nos autos, sobre a qual a reclamada não chegou a ser notificada, e que não atende aos requisitos do art. 282, do CPC, motivo porque não foi apreciada pelo Juízo *a quo*. (PROCESSO TRT-8ª/2ª TURMA/RO/00685-2008-127-08-00-3; origem: 2ª VT de Tucuruí; julgado em 14.01.2009; DOJT8 19.01.2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

O

OPERADORA DE TELEMARKETING. JORNADA DE TRABALHO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 227 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE. Não existe similaridade entre as funções de operadora de telemarketing e telefonista, estando a autora sujeita à jornada normal de 44 horas semanais e não à jornada reduzida do artigo 227 da CLT, consoante já pacificado em seara trabalhista pela Orientação Jurisprudencial 273 e Súmula 178 do colendo TST. (PROCESSO TRT-8ª/2ª TURMA/RO/00513-2008-015-08-00-1; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 15.04.2009; DEJT 20.04.2009; Relatora: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN)

P

PENHORA SOBRE SALÁRIOS, VENCIMENTOS OU PROVENTOS. CRÉDITO DE TRABALHADOR DOMÉSTICO. PRINCÍPIO DA EQÜIDADE. I - A impenhorabilidade sobre salários, vencimentos ou proventos cessa diante do crédito de trabalhador doméstico, cuja natureza é alimentar. Aplicação analógica do art. 649, § 2º, do CPC, e do art. 3º, I, da Lei nº 8.009/90 (art. 769, da CLT), à luz do art. 7º, X, da Constituição Federal. II - Todavia, as circunstâncias dos autos e o princípio da eqüidade (art. 8º, da CLT) recomendam a limitação do bloqueio ou da penhora até o máximo de cinqüenta por cento (50%) do valor líquido mensal dos proventos, a fim de não comprometer as necessidades vitais da executada e sua família. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00496-2008-014-08-00-6; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 22.04.2009; DEJT 29.04.2009; Relator: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA)

PETROBRAS E PETROS. EMPREGADOS DA ATIVA E APOSENTADOS. AUMENTO SALARIAL. Se o benefício concedido aos empregados da ativa, por meio de acordo coletivo de trabalho, demonstra que a finalidade foi aumento salarial, sobretudo porque admitido pela 1ª reclamada, PETROBRAS, que

Rvst TRT8 2009.pmd 387 23/6/2009, 08:55

sua política salarial se efetiva por meio de acordo coletivo de trabalho, correta a sentença que deferiu que o direito fosse estendido as benefício os aposentados. (ACÓRDÃO TRT/1ªT./RO 01125-2008-005-08-00-0; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 07.04.2009; DEJT 24.04.2009; Relator: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO)

PRESCRIÇÃO TOTAL - APLICAÇÃO DA SÚMULA 294 DO TST - NÃO CARACTERIZAÇÃO. A pretensão de diferença salarial, pela não-concessão de promoções previstas em norma interna da empresa, se renova mês a mês, o que não configura ato único, portanto aplicável a prescrição qüinqüenal e parcial. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00499-2008-201-08-00-0; origem: 1ª VT de Macapá; julgado em 31.10.2008; DOJT8 05.12.2008; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

R

RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LÓGICA. O recurso deve conter os fundamentos de fato e de direito com os quais a parte impugna a decisão recorrida, ou seja, configura-se em uma extensão do direito de ação (ou do direito de defesa), porém guardando estrita relação com os termos da decisão proferida. No presente caso concreto isso não ocorre, faltando ao recurso fundamentação lógica e específica, o que impede o seu conhecimento. (ACÓRDÃO TRT/4ª T./RO 01078-2006-203-08-00-7; origem: VT de Monte Dourado; julgado em 27.01.2009; DOJT8 30.01.2009; Relatora: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO)

RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. INEXIGIBILIDADE. A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo afigura-se em obstáculo ao exercício do direito de petição, além de caracterizar ofensa ao princípio do contraditório e ampla defesa, constituindo, assim, nítida violação do princípio da proporcionalidade. As sanções administrativas devem obedecer aos princípios relativos aos direitos fundamentais, sendo necessária a consonância entre a norma infraconstitucional e os princípios constitucionais, o que não é o caso. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01246-2008-006-08-00-9; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 25.03.2009; DEJT 14.04.2009; Prolatora: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES)

RECURSO ORDINÁRIO. PETICIONAMENTO ELETRÔNICO. INTEMPESTIVIDADE. Quando interposto recurso por meio de peticionamento eletrônico, a data considerada para contagem do prazo preclusivo é a que o advogado cadastrado envia seu arquivo eletrônico para o serviço de protocolo deste E. Tribunal, ou seja a data cadastro. Tendo o recorrente efetuado o cadastro de sua petição após o prazo recursal, deve-se manter a r. decisão agravada que negou seguimento ao seu recurso. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AI 01608-2008-205-08-01-4; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 17.02.2009; DEJT 20.02.2009; Relatora: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA)

REMUNERAÇÃO AJUSTADA. ÔNUS DA PROVA. Existindo recibo nos autos que permite que se infira a remuneração mensal da autora, superior à

Rvst TRT8 2009.pmd 388 23/6/2009, 08:55

declinada pela reclamada, há que se prover o recurso para majorar o valor fixado a esse título. Recurso provido em parte. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01670/2007-012-08-00- 4; origem: 12ª VT de Belém; julgado em 20.01.2009; DOJT8 30.01.2009; Revisora/Prolatora: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE CULPA DO EMPREGADOR. ABALO PSICOLÓGICO INJUSTIFICADO. Restando evidente que o empregador não contribuiu omissiva ou comissivamente para acidente de trabalho envolvendo seringa usada em portador do vírus HIV e se de tal acidente não decorreu efetiva contaminação da empregada acidentada, não se justifica a responsabilização do empregador por eventual abalo psicológico da obreira, especialmente depois de ter sido descartada a sua contaminação. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00289-2008-013-08-00-5; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 10.10.2008; DOJT8 17.10.2008; Relator: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. SÚMULA VINCULANTE N 10. Acompanhando decisão do Supremo Tribunal Federal, a Súmula 331 do C. TST mostra-se incompatível com a Súmula Vinculante 10, uma vez que a reserva de plenário determina que, somente pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes, os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, razão pela qual a Administração Pública se submete aos ditames da Lei 8.666/93, que é clara ao afastar qualquer responsabilidade do Poder Público no que se refere ao inadimplemento de créditos trabalhistas. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01418-2008-206-08-00-0; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 1º.04.2009; DEJT 24.04.2009; Prolator: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO)

V

VÍNCULO DE EMPREGO - MOTORISTA DE TÁXI - AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO - NÃO CONFIGURAÇÃO. A existência de subordinação entre o reclamante e a reclamada é requisito essencial para o reconhecimento da relação de emprego, o que não se vislumbrou no caso destes autos. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª T / RO 00305-2008-011-08-00-7; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 21.10.2008; DOJT8 05.12.2008; Relator: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA)

Rvst TRT8 2009.pmd 389 23/6/2009, 08:55

Rvst TRT8 2009.pmd 390 23/6/2009, 08:55

ISSN 0100-1736

DOUTRINA • JURISPRUDÊNCIA • LEGISLAÇÃO

REVISTA DO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R. TRT - 8º Região | Belém | v. 39 | n. 77 | Julho/Dezembro - 2006

NOTICIÁRIO

Rvst TRT8 2009.pmd 392 23/6/2009, 08:55

EVENTOS DA EMATRA VIII

A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA VIII), sob a direção da desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, promoveu os seguintes cursos de atualização profissional, divididos em eventos internos, externos e *on line*, desde o final do segundo semestre de 2008:

Curso de Inglês Instrumental - junho, agosto e setembro/2008.

Projeto Formação de Formadores - "Seminário Nacional sobre Acidentes de Trabalho e Saúde Ocupacional", realizado em São Paulo, no período de 13 a 15 de agosto de 2008, promovido pela ANAMATRA.

Curso de Espanhol Instrumental - de 3 de outubro a 19 de dezembro de 2008, ministrado pela professora Nélia de Almeida Martins, tendo como objetivo principal capacitar o aluno a ler e compreender o essencial de textos jurídicos em espanhol para um melhor desempenho na sua atividade profissional.

Treinamento JURISCALC - de 3 de novembro a 5 de dezembro de 2008, ministrado por Alacid Corrêa Guerreiro aos servidores lotados nos gabinetes dos juízes.

Palestras "Procedimentos e prática de INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD", "Certificação Digital" e "Disponibilização do acesso à assinatura digital e ao cadastramento no INFOJUD/RENAJUD e BACENJUD" - dia 18 de dezembro de 2008, ministradas, a primeira, pelos servidores Carlos Fernando Pollhuber, Klimene Israel Imbeloni e Norberto Lavareda Santos; e, as duas últimas, pelos servidores da Caixa Econômica Federal Amaury Jackson Teixeira e João Henrique Gomes. Nos dias 7 e 8 de janeiro de 2009, as palestras foram novamente apresentadas.

Palestra "Contribuição Previdenciária e Fiscal" - 19 de dezembro de 2008 e 8 de janeiro de 2009, ministrada pelo juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, titular da VT de Capanema.

"A Justiça do Trabalho e o Processo Eletrônico", evento promovido pela Escola Judicial do TRT de Minas Gerais, com transmissão *on line* pelo *site* do TRT-3ª - 13 de março de 2009.

Curso de Redação Jurídica e Português - Novas Regras - 19 e 20 de março de 2009, ministrado pelo professor e advogado Haroldo Guilherme Pinheiro da Silva.

Curso on line "Temas atuais sobre Legislação Trabalhista", transmitido via internet, pelo *site* do IGT - Instituto Goiano de Direito do Trabalho - início 23 de março de 2009. Duração: 8 semanas.

Ciclo de Palestras "*Direitos Humanos e Refugiados: crise global dos deslocamentos prolongados*", em homenagem ao Embaixador Sérgio Vieira de Mello, promovido pelo TST, *British Council* e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, com transmissão *on line*, via i*nternet*, pelo *site* da ENAMAT - 26 de março de 2009.

Rvst TRT8 2009.pmd 393 23/6/2009, 08:55

1º Curso de Formação de Formadores em Administração Judiciária de Vara do Trabalho, promovido pela ENAMAT, com transmissão *on line*, via internet, pelo site da ENAMAT - de 27 a 30 de abril de 2009.

VISITAS MONITORADAS

Continuando o programa de visitas às instalações da Justiça do Trabalho da 8ª Região (JT-8ª), a equipe da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal (ASCOM) recebeu instituições públicas e privadas de ensino fundamental, médio e superior, centros comunitários e voluntariados, entidades sindicais, sociais, filantrópicas, como a seguir:

2008
17.10 - 21 Alunos do CEFET
28.10 - 06 Acadêmicos de Direito da FACI
31.10 - 29 Acadêmicos de Direito da UNAMA
25.11 - 18 Alunos do PRÓJOVEM
27.11 - 28 Alunos do PRÓJOVEM

2009
22.01 - 23 Alunos do PRÓJOVEM
19.03 - 47 Alunos oficiais da Polícia Militar do Pará
27.03 - 08 Delegados da CREDIJUSTRA
26.05 - 16 Visitantes Diversos
28.05 - 59 Alunos da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Ágape Júnior
29.05 - 23 Alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paula Frassinetti
29.05 - 22 Alunos da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santa Emília
1º.06 - 37 Alunos da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santa Emília
04.06 - 78 Acadêmicos de Direito da UFPA

Capanema

No dia 5 de fevereiro de 2009, a Vara do Trabalho (VT) de Capanema recebeu, em Visita Monitorada, estudantes do Curso Técnico em Saúde e Segurança no Trabalho do CEPA-Centro Educacional Pan-Americano, da Escola Pública Estadual do Município de Capanema. Os alunos foram recebidos pelo juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais e pela equipe da Secretaria, oportunidade em que foram prestadas informações sobre a Missão, Visão e Valores do TRT-8ª e a forma de funcionamento daquela Vara do Trabalho.

Macapá

No dia 2 de abril de 2009, o Fórum Trabalhista de Macapá recebeu a visita de 64 acadêmicos da Faculdade SEAMA para participarem de uma visita monitorada.

A introdução do programa de visitas foi coordenada pela direção do Fórum Trabalhista de Macapá, que, imbuída do espírito do Projeto "Casas de Justiça e Cidadania" - do qual participa o Conselho Nacional de Justiça e instituições do Estado do Amapá, dentre as quais o TRT-8ª Região - e respaldada na missão institucional, disponibilizou as estruturas do Fórum para a visitação orientada de

Rvst TRT8 2009.pmd 394 23/6/2009, 08:55

pessoas, empresas e demais instituições interessadas em conhecer o funcionamento e os serviços prestados pela Justiça Trabalhista.

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

"Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução", com esse objetivo estratégico, o TRT-8ª concluiu, no dia 20 de outubro de 2008, a implantação de Tabelas Processuais Unificadas, em cumprimento à Resolução nº 46/2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As tabelas foram instituídas visando padronizar e unificar a terminologia das classes, assuntos e movimentação processuais de todo o Poder Judiciário.

No TRT-8ª, a unificação das tabelas processuais é tida como fundamental para a superação das metas institucionais definidas em seu Planejamento Estratégico. A solução desenvolvida pelo Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas e implementada pela equipe da Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), permite tornar líquido o processo desde a fase postulatória até a prolação da sentença e do acórdão.

Em 2007, na 1ª instância, a 8ª Região teve a menor taxa de congestionamento na fase de execução (45,82%) e a 6ª menor (14,15%) na fase de conhecimento de toda a Justiça do Trabalho brasileira.

MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS

Desde 21 de outubro de 2008, a juíza Suzana Maria de Moraes Affonso Borges responde pela titularidade da 2ª VT de Parauapebas, após remoção, a pedido, da Vara de Laranjal do Jari-Monte Dourado.

FORMAÇÃO DE FORMADORES EM EXECUÇÃO

Em 24 de outubro de 2008, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, titular da VT de Capanema, ministrou o 1º Módulo do Curso "Formação de Formadores em Execução Trabalhista" aos servidores do Fórum Trabalhista de Macapá e da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado. Na ocasião, identificou fatores internos e externos de ineficácia da execução, com abordagem em meios práticos. No dia 31 seguinte, o magistrado esteve em Santarém para ministrar o mesmo curso aos juízes e servidores das Varas daquele Fórum e de Itaituba, Óbidos e Altamira.

DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

No período de 28 de outubro a 14 de novembro de 2008,

o TRT-8ª realizou seu segundo Diagnóstico Institucional, em cumprimento à Portaria nº 501/2007, que instituiu o Sistema Permanente de Avaliação da Satisfação dos Usuários.

O diagnóstico consistiu na aplicação de três questionários: Advogados (entrevista), pesquisa de satisfação de servidores (*on line*) e magistrados (questionário impresso). 75% dos advogados entrevistados entendem que os serviços ofertados palas Varas do Trabalho em Belém são prestados de forma padronizada, o que representa uma significativa melhoria em relação à avaliação realizada em 2007.

Rvst TRT8 2009.pmd 395 23/6/2009, 08:55

O Diagnóstico também apontou que 85% dos magistrados e 76,13% dos servidores que responderam à pesquisa de clima organizacional estão satisfeitos em trabalhar na 8ª Região.

A pesquisa foi organizada pela Secretaria Geral da Presidência, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Gestão, com a colaboração da Assessoria de Comunicação Social e Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva.

A íntegra dos resultados da pesquisa encontra-se publicada na Central de Notícias da 8ª Região, disponível no endereço http://cn.trt8.jus.br

SEGURANÇA

* Técnicos Judiciários (Agentes de Segurança) do TRT-8ª e Varas de Ananindeua assistiram à palestra integrante do Ciclo sobre Normas de Segurança Orgânica e Pessoal, no dia 29 de outubro de 2008, proferida pelo capitão da reserva do Exército Brasileiro Nildsem Rodrigues da Silva. O treinamento continuou nos dias 4, 5 e 25.11.2008.

* A AMATRA VIII promoveu, no dia 15 de janeiro de 2009, amplo debate para tratar da segurança do TRT-8ª Região, visando à coleta de sugestões para sanar o problema dentro e nos arredores do Tribunal.

Participaram do evento o presidente da Amatra VIII, desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho; o coordenador do Comitê de Segurança do TRT-8ª, desembargador José Maria Quadros de Alencar; o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Pará-AMEPA, Paulo Roberto Ferreira Vieira; a procuradora-chefe da PRT-8ª Região, Loana Lia Gentil Uliana; e a presidente da OAB-PA, advogada Angela Serra Sales.

Na ocasião, o desembargador José de Alencar ressaltou que o TRT-8ª possui uma política formal de segurança e que o Comitê de Segurança tem sua atuação voltada para três eixos: segurança de informação, segurança patrimonial e segurança pessoal. Dentre as medidas já aprovadas pelo Comitê, estão a capacitação de agentes de segurança, para fazer o trabalho de prevenção de ameaças e o controle de acesso de pessoas, bem como a contratação de consultor para concretização do plano de segurança.

* A presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, recebeu, no dia 29 de janeiro de 2009, cópia do projeto de reestruturação da área de segurança do TRF-3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), entregue por Roniel Andrade, coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União-Fenajufe e diretor da Associação dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal-Agepoljus.

* No dia 2 de fevereiro de 2009, cerca de quinze agentes de segurança do TRT-8ª participaram de reunião com os coordenadores da Fenajufe, Ribamar França e Roniel Andrade, e com o assessor parlamentar da Agepoljus, Alexandre Marques. Na oportunidade, conheceram detalhes do projeto de reestruturação da área de segurança institucional implementado no TRF-3ª Região, que uniformizou procedimentos e organizou o setor naquele Tribunal.

Rvst TRT8 2009.pmd 396 23/6/2009, 08:55

* O Comitê de Segurança Institucional, responsável pela implantação da Política de Segurança na 8ª Região, com colaboração da Agência Brasileira de Inteligência, organizou algumas medidas baseadas em diagnóstico, dentre elas a instalação de microcâmeras no prédio sede do TRT-8ª e Varas de Belém.

As microcâmeras aumentam a capacidade de vigilância feita pelos agentes de segurança, considerando que uma única pessoa pode monitorar, simultaneamente, 16 ambientes. As câmeras têm finalidade preventiva, pois o monitoramento do ambiente inibe as ameaças contra pessoas e patrimônio, ajudando na apuração de ilícitos, com o armazenamento em mídia eletrônica por vários meses, o que torna possível uma melhor apuração das ocorrências.

TRT AMBIENTAL É REFERÊNCIA PARA PESQUISAS

Com pouco mais de dois anos de implantação, o Programa TRT Ambiental, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8ª), já é referência para diversos órgãos. Solicitaram informações acerca das ações empreendidas pelo Programa as comissões ambientais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), TRT-3ª Região, Ministério Público do Trabalho da 8ª Região, Polícia Federal do Pará, entre outras.

Alunos do colégio Ideal, do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia-IESAN, do Centro Universitário do Pará-CESUPA e da Universidade da Amazônia-UNAMA também desenvolvem trabalhos acadêmicos baseados na experiência do TRT-8ª.

No dia 30 de outubro de 2008, uma comissão de alunos e professores da UNAMA veio conhecer detalhes da política ambiental do Tribunal, visando implantar programa semelhante naquela instituição de ensino superior.

O Programa TRT Ambiental é uma das iniciativas que integram o Plano de Gestão Estratégica 2008, sob a coordenação da desembargadora Francisca Oliveira Formigosa.

FÓRUM DE MACAPÁ INICIA PROJETO APROXIMAÇÃO

Durante a semana de 3 a 7 de novembro de 2008, parte do Setor de Tomada de Reclamações do Fórum Trabalhista de Macapá atendeu a jurisdicionados em espaço físico disponibilizado pela Superintendência Regional do Trabalho no Amapá, no município de Santana.

A juíza Angela Maria Maués, diretora do Fórum de Macapá, informou que a iniciativa integra o Projeto "Aproximação" e se insere na missão do TRT-8ª, qual seja: "Assegurar o acesso à Justiça, de forma efetiva, na composição dos conflitos decorrentes das relações de trabalho".

Naquela ocasião, foram registrados 64 atendimentos relacionados a questões trabalhistas e autuados 21 processos, sendo consenso entre os reclamantes de que a presença da Justiça do Trabalho em Santana facilitou a procura pelos seus direitos.

Atuaram diretamente na concretização da primeira etapa do Projeto, que pretende atingir outras localidades durante 2009, os servidores Walter Pantoja do Amaral, Josinaldo Santos da Silva e Samuel Veiga da Silva.

Rvst TRT8 2009.pmd 397 23/6/2009, 08:55

VII OLIMPÍADA DA JT

A equipe da 8ª Região retornou de Fortaleza com o 4º lugar geral na VII Olimpíada da Justiça do Trabalho. Oitenta e um atletas conquistaram 21 medalhas (11 de ouro, 5 de prata e 5 de bronze).

Foram oito dias de competição, realizada no período de 08 a 15 de novembro de 2008, numa promoção da ANASTRA-Associação Nacional da Justiça do Trabalho. O torneio reuniu delegações de 17 Regionais, representando 21 Estados da Federação, totalizando mais de 900 pessoas, entre atletas, técnicos e dirigentes, na disputa de 19 modalidades: atletismo, futebol society, basquete, vôlei, futsal, judô, tênis, natação, ciclismo, vôlei de praia, futevôlei, pesca, tiro, dama, dominó, xadrez, tênis de mesa, futebol de mesa, handebol.

O grupo paraense recebeu o apoio do TRT-8ª, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer-SEEL, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Ananindeua.

No dia 4 de dezembro de 2008, o presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 8ª Região (ASTRA 8), Wladimir Corrêa Batista, entregou ao então presidente do Tribunal, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, os troféus conquistados pelos atletas da 8ª Região na competição. Na ocasião, também foi recebido o troféu de 1º lugar do Torneio Judiciário do Pará, de futebol, promovido pala Associação dos Magistrados do Estado do Pará-AMEPA, ocorrido em outubro do mesmo ano.

INAUGURADAS NOVAS SALAS DE SESSÕES

Na presença de magistrados, procuradores, advogados e servidores, o então presidente do TRT-8ª, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, inaugurou, no dia 10 de novembro de 2008, as novas instalações da Sala de Sessões do Tribunal Pleno e Sessões Especializadas Ministro Raymundo de Souza Moura e da Sala de Sessões de Turmas Juiz Orlando Chicre Miguel Bitar.

Em seu discurso, o desembargador Eliziário ressaltou que as obras, iniciadas em março de 2008, objetivaram modernizar os espaços e adequá-los às necessidades atuais. As salas foram dotadas de instalações modernas e confortáveis, com equipamentos de áudio e som, além de melhor iluminação. Os espaços contam, também, com sala de imprensa, vestiário para advogados e sala de lanches dos desembargadores, com sistema de vídeo.

A Galeria dos Ex-Presidentes do Tribunal também foi reformulada, ganhando iluminação especial e espaço para o registro das fotografias dos próximos dirigentes.

O desenlace das fitas inaugurais foi realizado pelo desembargador Eliziário Bentes e, por deferência da então vice-presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, pelo decano da Corte, desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

NOVAS INSTALAÇÕES DA VT DE ÓBIDOS

A Vara do Trabalho de Óbidos passou por reforma, recebendo novas e modernas instalações em sua sede própria. No dia 17 de novembro de 2008, o então presidente do TRT-8ª, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, e o juiz titular daquela VT, Jáder Rabelo de Souza, recepcionaram autoridades civis

Rvst TRT8 2009.pmd 398 23/6/2009, 08:55

e militares, dirigentes de instituições de ensino e bancárias, representantes de associações de classe, empresários e comerciantes locais, além de representantes de vários segmentos da sociedade obidense.

A ampliação da estrutura física do prédio decorreu da necessidade de melhor atender a demanda da Vara, que ganhou sala de espera para o jurisdicionado, nova sala de audiências, além de equipamentos modernos. As obras incluíram, ainda, recuperação da cobertura, piso, forro, instalações elétricas, de lógica e hidro-sanitárias, além de refrigeração.

O desembargador Eliziário Bentes falou da satisfação de inaugurar o novo prédio da Vara de sua cidade natal antes do término de seu mandato, entregando a magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados instalações modernas e confortáveis. Na ocasião, também se pronunciaram o juiz titular; o vice-prefeito de Óbidos, Raimundo Cardoso de Araújo; e o advogado Antônio Sales Guimarães Cardoso, pela OAB-PA - Subseção de Santarém.

O toque musical do evento ficou a cargo da Escola de Música Manoel Rodrigues, com banda composta de 30 integrantes, regida pelo maestro Genilton Delgado, coordenador da Escola, executando o Hino da Cidade de Óbidos. O Hino Nacional Brasileiro foi interpretado pelo tenor Marco Cantuário, acompanhado de professores da Escola.

A então Junta de Conciliação de Óbidos foi criada pela Lei nº 7.729/89 e instalada em 9 de março do ano seguinte, tendo como primeira presidente a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa. Atualmente a VT recebe reclamações trabalhistas dos municípios de Óbidos, Alenquer, Curuá, Faro, Juriti, Oriximiná e Terra Santa.

I CONGRESSO DE PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO NA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DO SUL DO PARÁ

O I Congresso de Processo Civil e do Trabalho na realização dos Direitos Humanos do Sul do Pará, organizado pela AMATRA VIII, EMATRA VIII e OAB-PA-Subseção Parauapebas, com apoio do TRT-8ª e da Prefeitura de Parauapebas, superou as expectativas. Nos dias 20 e 21 de novembro de 2008, cerca de 150 pessoas, entre magistrados da 8ª Região, advogados, promotores e juízes de direito, estiveram reunidos na cidade de Parauapebas para uma série de palestras sobre temas que envolvem os direitos humanos naquela região.

Na programação do dia 20.11, três painéis: o Painel I - "A Tutela dos Direitos Humanos na Realidade Amazônica", coordenado por Cézar Alberto Martini Toledo (juiz substituto da 8ª Região), teve como expositores Pedro Tourinho Tupinambá (juiz substituto da 8ª Região), Homero Lamarão Neto (juiz de direito) e Anelise Haase de Miranda (juíza substituta da 8ª Região). O Painel II - "Tutelas de Urgência para Salvaguarda dos Direitos Humanos" teve como coordenador Saulo Marinho Mota (juiz substituto da 8ª Região) e painelistas Roberto Eurico Schmidt (advogado e professor universitário) e Rômulo Oliveira (advogado). Encerrando o dia, o Painel III - "Ações Constitucionais como Garantia dos Direitos Fundamentais", coordenado por Jakson de Souza e Silva (presidente da OAB-Parauapebas) e apresentado por Francisco Sérgio Silva Rocha (desembargador do TRT-8ª), Quesia Siney Gonçalves (procuradora do Município de Parauapebas e vice-presidente da OAB-Parauapebas) e Antônio José de Mattos Neto (advogado e diretor do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA).

Rvst TRT8 2009.pmd 399 23/6/2009, 08:55

O dia 21.11 iniciou com o Painel IV - "Meios Processuais para Assegurar a Duração Razoável do Processo", sob a coordenação de Suzy Elizabeth Cavalcante Koury (desembargadora do TRT-8ª e diretora da Ematra VIII), tendo como painelistas Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior (titular da 16ª VT de Belém) e Ney Stany Morais Maranhão (juiz substituto da 8ª Região). O Painel V - "A Efetividade da Execução" foi coordenado por Jônatas dos Santos Andrade (titular da 1ª VT de Parauapebas) e exposto por Vicente José Malheiros da Fonseca (desembargador do TRT-8ª), Maria de Nazaré Medeiros Rocha (titular da 7ª VT de Belém) e Ricardo Viana Braga (advogado).

No encerramento, representantes da AMATRA VIII, OAB/Parauapebas, Ematra VIII, UFPA, Comissão de Direitos Humanos e representante do Fórum Mundial de Juízes confeccionaram a Carta de Parauapebas.

POSSE NA APLJ

No dia 21 de novembro de 2008, o desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, então presidente do TRT-8ª, tomou posse na Academia Paraense de Letras Jurídicas. O novo imortal assumiu a Cadeira nº 23, patrocinada por João Baptista Ferreira de Souza e ocupada anteriormente por Itair Sá da Silva, ex-presidente do TRT-8ª.

Na ocasião, o advogado Célio Simões de Souza preencheu a Cadeira nº 08, patrocinada por Arnaldo Valente Lobo e da qual foi o último ocupante Edgard Olyntho Contente, antigo membro do TRT-8ª.

O acadêmico Eudiracy Alves da Silva preferiu a saudação aos novos integrantes, em nome da APLJ. A solenidade foi realizada na sede da Academia Paraense de Letras.

DESEMBARGADOR ELIZIÁRIO BENTES OBTÉM GRAU DE MESTRE EM DIREITO

Após defender sua dissertação de mestrado, no dia 24 de novembro de 2008, sobre o tema "O agravo de petição como provimento recursal adequado para impugnar sentenças, decisões interlocutórias e despachos-decisórios na execução trabalhista", na Universidade Federal do Pará, o desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, tornou-se o mais novo mestre em Direito na Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Compuseram a banca examinadora os desembargadores Georgenor de Sousa Franco Filho e Pastora do Socorro Teixeira Leal e o procurador do trabalho José Claudio Monteiro de Brito Filho (orientador).

ESPAÇO CULTURAL

"Só tem na Amazônia" - de 26 de novembro de 2008 a 09 de janeiro de 2009

Em sua última exposição do ano de 2008, o TRT-8ª deu espaço aos artistas da Casa para apresentar o olhar de magistrados e servidores da 8ª Região sobre a Amazônia.

Aberta no dia 26 de novembro de 2008, a mostra contou com 25 fotografias inscritas no concurso promovido pelo Tribunal durante a Semana do Servidor 2008. Inseridas na temática "Só tem na Amazônia", as imagens exibem aspectos simbólicos, peculiares e únicos da Região. As 12 melhores fotos da mostra

Rvst TRT8 2009.pmd 400 23/6/2009, 08:55

integraram o calendário 2009 da instituição.

Os vencedores do concurso foram Marise Maués, com as obras De Bubuia (1º lugar) e Observância (2º lugar) e Mauro Raiol, com Calmaria (3º lugar).

"ZOOARTE" - de 28 de janeiro a 29 de abril de 2009

O curador do Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, desembargador Mário Leite Soares, iniciou o ciclo de exposições de 2009 com uma temática diferente. No dia 28 de janeiro, o artista plástico Marinaldo Santos levou ao público, por meio de 15 obras, o seu olhar sobre o universo que envolve o imaginário do "jogo do bicho", tão controverso e tão presente no dia-a-dia do cidadão, fazendo uma mescla do reino "zoo" com crença popular.

Marinaldo exibe o cotidiano por meio de peças elaboradas com colagens, misturas e transformações, dando outras dimensões aos objetos normais, tendência iniciada no final da década de 80. Suas obras já passaram por várias fases, retratando desde objetos em madeira, papel, alumínio, até interferências e materiais reciclados, sua grande preferência. Para o artista, arte significa liberdade de representação de qualquer objeto, através do envolvimento que transforma o signo em símbolo e legitima a arte.

Artista de reconhecido talento, com várias premiações, dentre as quais as do Salão Arte Pará, que participou em 84, 86, 87 e 89, sendo neste último ano o grande premiado, Marinaldo também participou de exposições em São Paulo, Rio, Goiânia e Salvador e no exterior (Alemanha, Holanda, Nova York, Miami e Washington).

"Natureza Imaginária" - de 6 de maio a 15 de julho de 2009

Com 20 obras - 12 pinturas sobre tela e 8 sobre papel -, José Augusto Toscano Simões retornou ao cenário das artes após quase uma década sem exposições. As obras apresentadas no Espaço Cultural do TRT-8ª são uma reinterpretação sobre a técnica da arte plástica de utilizar natureza morta em pinturas, após pesquisas e experimentações. Com cores vibrantes, as pinturas traduzem o imaginário do artista com elementos que fogem ao contexto natural.

Simões é autodidata e demonstrou interesse pela arte ainda na infância. Virou referência como artista plástico local, conquistando o primeiro lugar em várias edições do Arte Pará, no Salão de Agosto da Prefeitura Municipal de Belém e no Salão Pequenos Formatos da UNAMA, bem como recebeu premiações no Salão Nacional do Rio de Janeiro e em diversas exposições por cidades brasileiras.

Em 2009, todos os eventos do Espaço Cultural recebem o apoio da Caixa Econômica Federal, por meio da Caixa Cultural, que tem a política de valorizar produções artísticas regionais.

RELATÓRIO DE GESTÃO, REVISTA COMEMORATIVA E RETROSPECTIVA EM VÍDEO

Em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 28 de novembro de 2008, o então presidente do TRT-8ª, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, apresentou aos demais membros da Corte e aos presentes seu Relatório de Gestão à frente da Administração do Tribunal, no biênio 2006/2008.

Rvst TRT8 2009.pmd 401 23/6/2009, 08:55

Com destaque para o Planejamento Estratégico, elaborado em sua gestão, o magistrado pôde resumir as principais ações desenvolvidas, como: Escola dos Servidores, *Campus* Virtual, TRT Ambiental, Projeto Conciliar, Mapeamento de Competências, Diagnóstico Institucional e Mostra de Boas Práticas, entre outras. Na oportunidade, cada desembargador recebeu uma cópia digital do relatório.

Outra novidade da sessão foi o lançamento da edição de nº 81 da Revista do TRT 8ª Região que, comemorando os 40 anos da publicação, trouxe um volume especial, contendo seção de doutrina específica sobre o tema "Poder Judiciário, Direito ao Trabalho e Dignidade Humana". A nova capa da revista retrata antiga sede do Tribunal, em aquarela do artista plástico George Venturieri. Também foram modificadas as folhas de abertura de capítulos, para mostrar capas das revistas anteriores.

Após o lançamento da revista, houve a apresentação de vídeo com retrospectiva das realizações do biênio. Ao final, os desembargadores Francisca Formigosa, Vicente Malheiros e Georgenor Franco Filho parabenizaram o desembargador pelo modo como conduziu o Regional e por vitórias pessoais como o ingresso na Academia Paraense de Letras Jurídicas e a conclusão do Curso de Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Pará.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Aprovada na sessão do Tribunal Pleno do dia 1º de dezembro de 2008, a Resolução nº 408/2008 instituiu a Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos da 8ª Região, mais uma importante ação do Planejamento Estratégico Institucional.

A Política foi elaborada a partir dos resultados do Diagnóstico Institucional, realizado no ano de 2007, que contou com a participação de magistrados, servidores e operadores do Direito. Consiste no conjunto de ações voltadas ao aprimoramento da gestão de pessoal, orientada para o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias ao desempenho das atividades funcionais, com vistas ao alcance da boa administração pública.

Dentre as mudanças trazidas pela Política de Desenvolvimento de RH, destacamos: *Concurso público*: os concursos públicos realizados pela 8ª Região terão prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período. *Processo seletivo interno para cargos em comissão e funções comissionadas*: o preenchimento de cargos em comissão e de funções comissionadas por servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da 8ª Região far-se-á mediante processo seletivo aberto a todos os interessados que preencherem as condições para o exercício das funções, atendida a respectiva matriz de competência. O processo seletivo não possui caráter obrigatório, mas impõe a observância integral de suas regras na hipótese de opção pela sua utilização. *Concurso de remoção on line*: a remoção a pedido, decorrente de processo seletivo, ocorrerá mediante sistema de concorrência denominado *Lista Geral de Classificação*, que terá caráter permanente a partir da data de sua implantação. Não poderão ser removidos de ofício ou a pedido servidores lotados em VTs de grande demanda judicial e que apresentam claros de lotação, em prejuízo à atividade jurisdicional.

Rvst TRT8 2009.pmd 402 23/6/2009, 08:55

Para viabilizar a implementação da Política, foram definidos os seguintes instrumentos: Programa Permanente de Capacitação, Programa de Avaliação de Desempenho, Programa de Reconhecimento e Valorização, Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e Sistema de Gestão por Competências.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

A gestora estratégica do Projeto Conciliar na Justiça do Trabalho da 8ª Região, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, iniciou os preparativos da Semana Nacional da Conciliação, que aconteceu de 1º a 5 de dezembro de 2008, com trabalho de sensibilização junto a magistrados. Em iniciativa pioneira, magistrados aposentados foram convidados para atuar como conciliadores.

Na manhã do dia 1º de dezembro, no Auditório do Fórum Criminal de Belém, a desembargadora Francisca Formigosa participou da abertura oficial da Semana, procedida pela desembargadora Albanira Bemerguy, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contando com a presença do conselheiro do CNJ, juiz Antonio Umberto de Souza Junior.

O movimento pela conciliação, coordenado pelo CNJ, visa tornar mais rápida e efetiva a prestação jurisdicional, além de promover a cultura da paz e do entendimento e conta com a participação de todos os órgãos do Poder Judiciário.

Intenso volume de acordos, superação da média conciliatória e esforço concentrado de magistrados e servidores em busca do sucesso da campanha. Assim pôde ser descrita a Semana Nacional da Conciliação na JT-8ª.

Pelo mapa do resultado da Semana da Conciliação 2008, por Tribunal Regional do Trabalho, a 8ª Região alcançou a 5ª colocação, com 990 acordos em 1890 audiências, atingindo o percentual de 52,4% de conciliações.

INICIATIVAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Agilizar a tramitação dos procedimentos administrativos, com a padronização de procedimentos, redução da carga de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos servidores. Com estes objetivos foi apresentado o resultado de três iniciativas do Planejamento Estratégico do TRT-8ª: o Programa de Racionalização dos Processos Internos, para otimizar processos e assegurar maior eficiência à atividade meio; o Projeto TPA Virtual, para agilizar a tramitação dos processos administrativos; e o Manual de Procedimentos Administrativos, responsável pela uniformização e simplificação dos procedimentos administrativos e comunicações oficiais no âmbito da 8ª Região.

O TPA Virtual, em fase de implementação, integra todos os modelos de tramitação previstas no Manual de Procedimentos Administrativos, o que trará mais comodidade aos usuários. O novo sistema também permite a visualização integral do processo, com ferramentas como lembrete e contagem geral de prazos, além de, gradativamente, conduzir à implementação do processo administrativo totalmente virtual. Funciona como gestor estratégico do TPA Virtual o servidor Marco Aurélio Fidélis Rêgo.

Participaram do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos, aprovado pela Portaria nº 1844/2008, em vigor desde 02 de dezembro de 2008, os servidores, Maria Lúcia Miranda Álvares (coordenadora), Maria Luiza Rabelo, Silvia Cirino, Simone Pípolos Costa Fernandes, Alessandro Amaro e Enaemayra Fontoura.

Rvst TRT8 2009.pmd 403 23/6/2009, 08:55

As ações estão relacionadas ao objetivo nº 3 do Plano de Gestão Estratégica 2008 e objetiva "implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio".

GALERIA DOS EX-DIRETORES GERAIS DE SECRETARIA

No dia 4 de dezembro de 2008 foi inaugurada a fotografia do servidor Marcos Josiran Alves de Lima, na Galeria dos ex-Diretores Gerais de Secretaria da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Marcos Josiran exerceu o aludido cargo em comissão no período de 27.08.2003 a 30.06.2008.

Na gestão do presidente Georgenor de Sousa Franco Filho foram criadas as Galerias de Fotografias dos Ex-Diretores Gerais de Secretaria e Ex-Secretários Gerais da Presidência deste Regional, sendo inauguradas em 28 de outubro de 2004, no terceiro andar do prédio sede, espaço que ganhou nova roupagem. As Galerias destinam-se a preservar a memória da Justiça do Trabalho da 8ª Região e homenagear os demais servidores desta Casa através dos que ocuparam, com dedicação, as mais elevadas funções.

Na ocasião, usou da palavra o atual diretor-geral da secretaria do TRT-8ª, George Rocha Pitman Júnior, seguindo pronunciamento emocionado do homenageado.

Antecederam o servidor Marcos Josiran: Raimundo Jorge Chaves, Rider Nogueira de Brito, Jacinto Flávio de Lacerda Marçal, Salamir Tércio Nogueira de Brito e Raimundo Barreto Picanço.

NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRT-8ª

No dia 5 de dezembro de 2008, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, tomaram posse os três desembargadores que estarão à frente da Administração do TRT-8ª no biênio 2008/2010: Francisca Oliveira Formigosa - Presidente, Odete de Almeida Alves - Vice-Presidente e Herbert Tadeu Pereira de Matos - Corregedor Regional.

Dirigiu a sessão de posse, o desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, presidente da Corte no biênio 2006-2008.

Para receber os convidados houve uma breve apresentação de peças do desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, pelo Quarteto de Cordas da Fundação Carlos Gomes. Durante o evento, além da participação da Banda de Música da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército, com a execução dos hinos Nacional Brasileiro e dos Estados do Pará e Amapá, a Banda de Música da Universidade do Estado do Pará-UEPA e o Coro do Curso de Licenciatura da UEPA executaram o Hino Justiça Itinerante. O Coral da JT-8ª interpretou o Hino Justiça do Trabalho.

Momento marcante da solenidade foi a transferência oficial do cargo, na qual os desembargadores Eliziário Bentes e Francisca Formigosa trocaram de lugares à mesa e o desembargador entregou à nova presidente o Grão-Colar da Ordem do Mérito *Jus et Labor*.

Na ocasião, usaram da palavra o desembargador Eliziário Bentes, despedindo-se da presidência. Em seguida, para saudar os novos dirigentes, falou o decano da Corte, desembargador Vicente Fonseca, em nome de seus pares. Proferiram os discursos do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região e da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Pará, respectivamente, a

Rvst TRT8 2009.pmd 404 23/6/2009, 08:55

procuradora-chefe Loana Lia Gentil Uliana e a presidente Angela Serra Sales. Pela AMATRA VIII, falou seu vice-presidente, juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior. Finalmente, para encerrar a sessão, discursou a nova presidente, que lembrou seu período de infância, passando pela admissão no Paes de Carvalho, até sua aprovação como magistrada da 8ª Região Trabalhista.

Entre as autoridades que compuseram a mesa da sessão solene, além dos desembargadores do Tribunal, membros do MPT-8ª e OAB-PA, estiveram o ministro Rider Nogueira de Brito, presidente do TST e a desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, presidente do TJE-Pará.

Em iniciativa inédita, a cerimônia de posse da nova administração do TRT-8ª foi transmitida, ao vivo, pela internet, pelo site do TRT-8ª.

A seguir, o perfil dos novos dirigentes:

Presidente - A desembargadora Francisca Oliveira Formigosa é paraense originária do Município de São Sebastião da Boa Vista. Diplomada em Direito pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará-CESEP e em Licenciatura Plena em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo, realizado em 2006, pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e EMATRA VIII.

Ingressou na magistratura trabalhista da 8ª Região pelo Concurso Público C-158, como Juíza do Trabalho Substituta, em outubro de 1985. Promovida, cinco anos depois, para presidir a então Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Óbidos e, em seguida, a de Santarém. Em 1996 foi promovida, pelo critério de merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, integrando a 4ª Turma, que a presidiu de 1997 a 2000. Em dezembro de 2006, assumiu a vice-presidência do TRT-8ª Região.

Vice-Presidente - A desembargadora Odete de Almeida Alves, natural de Belém-PA, integra a magistratura trabalhista da 8ª Região desde agosto de 1989, após aprovação no Concurso Público C-198 para Juiz do Trabalho Substituto.

Após promoção, a partir de 1992, presidiu as então JCJs de Tucuruí, Castanhal, Ananindeua e 11ª de Belém. Exerce as funções de Juíza Togada/ Desembargadora do Trabalho desde 14 de junho de 2000, tendo extensa folha de serviços prestados à sociedade, como professora, delegada da Polícia Federal, advogada autônoma e advogada do BANPARÁ. É especialista e mestre em Direito Público pela UFPA. Como professora já ministrou aulas em cursos de Especialização na Universidade Integrada do Tapajós, em Santarém-PA, na Universidade da Amazônia (UNAMA), bem como em cursos de preparação para a magistratura trabalhista. Atuou na 4ª Turma, sendo presidente de 2000 a 2002, e na 2ª Turma.

Corregedor Regional - Herbert Tadeu Pereira de Matos, natural de Santarém-Pa, ingressou na magistratura trabalhista em 1989 (Concurso Público C-198), como Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região. Em 1993, promovido por antiguidade a Presidente da então JCJ de Almeirim, também presidiu as JCJs de Óbidos, Tucuruí, Paragominas, Capanema e 10ª JCJ de Belém. Em 2002, por merecimento, foi promovido a Juiz Togado, chegando, de 2006 até 2008, a Presidente da 2ª Turma do TRT-8ª.

O desembargador é bacharel em Direito pela UFPA e especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes, além de mestrando em Direito das Relações Sociais pela Universidade da Amazônia. Entre suas várias atividades, o magistrado foi locutor e cronista esportivo em rádios de Belém e Santarém, advogado e auditor jurídico do Banco da Amazônia S/A.

Rvst TRT8 2009.pmd 405 23/6/2009, 08:55

MACROECONOMIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Integrando a programação do Curso de Formação Inicial, a EMATRA VIII promoveu, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2008, o Curso "Macroeconomia, Industrialização e Organização Sindical", ministrado pelos professores Anselmo Luis dos Santos, José Dari Krein, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e Denis Maracci Gimenez, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho-CESIT.

PROJETO ROMPENDO DISTÂNCIAS

Em iniciativa inovadora, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) transmitiu, no dia 10 de dezembro de 2008, videoconferência que deu início ao Projeto Rompendo Distâncias - iniciativa que integra o Projeto Gestão do Conhecimento -, por meio de equipamentos instalados no TST, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e nos 24 TRTs espalhados pelo Brasil.

Com a transmissão acontecendo às 14h, no Salão Nobre do TRT-8ª, a desembargadora presidente do Tribunal, Francisca Oliveira Formigosa, assistiu à videoconferência ao lado dos desembargadores Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Marcus Augusto Losada Maia, Francisco Sérgio Silva Rocha e dos servidores Marcolina Paiva Amoedo, George Rocha Pitman Junior, Théo Flexa Ribeiro Pires e Ana Dinamara Paes Landim Ferro. O ministro Rider Nogueira de Brito, presidente do TST, manifestou-se na abertura oficial.

O recurso virtual está à disposição de magistrados e servidores, tendo como principais vantagens otimização do tempo e economia de custos, com a diminuição de despesas com diárias e passagens, além da possibilidade de realização de cursos e conferências sem a necessidade de deslocamento dos participantes.

ÁRVORE DOS SONHOS

Na Árvore de Natal montada no *hall* dos elevadores do prédio sede do TRT-8ª, como nos anos anteriores, ficaram as cartas com pedidos de crianças de comunidades de Belém, já habilitadas junto ao Tribunal. No dia 12 de dezembro de 2008 foi realizada a oferta de brinquedos a essas crianças. Os pedidos depositados na Árvore dos Sonhos estiveram disponíveis a magistrados, servidores e advogados durante os meses de novembro e dezembro.

Em meio a muita alegria e com a presença do Papai Noel, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, abriu a tarde de solidariedade e responsabilidade social, falando da satisfação dos integrantes da JT-8ª e advogados poderem contribuir para um Natal mais alegre de muitas crianças ali presentes.

A vice-presidente, desembargadora Odete de Almeida Alves, entregou as bicicletas, patins, bolas, bonecas, cozinhas, vídeo *games* e outros brinquedos para os responsáveis das comunidades: Centro Comunitário Ipiranga, Centro Espírita Joana De Ângelis, Organização Heleno da Silva Melo, Comunidade da Jabatiteua, Comunidade de Santana do Aurá, Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus-Tenoné-Pastoral da Criança, Centro Comunitário Alameda das Palmeiras, Comunidade Evangélica do Avivamento, Creche Escola Filhos do Aurá, Centro

Rvst TRT8 2009.pmd 406 23/6/2009, 08:55

Espírita Estrada de Damasco e Cooperativa de Catadores dos Materiais Recicláveis-Terra Firme.

NATAL EM CANTOS

O TRT-8ª encerrou mais um exercício com a apresentação do espetáculo Natal em Cantos, na noite de 18 de dezembro de 2008. Encenado nas escadarias do Fórum Trabalhista Ministro Orlando Teixeira da Costa, contou com a participação dos integrantes da instituição, familiares e da comunidade do entorno do Tribunal. O público estimado de 4,5 mil pessoas lotou a Praça Brasil e ocupou as arquibancadas montadas para o evento.

A sexta versão do espetáculo foi aberta pela presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa.

Iniciando o *show*, a figura do Anjo Gabriel anunciou a chegada da Parada de Natal, composta de 200 figurantes, entre integrantes dos corais infanto-juvenil e adulto da JT-8ª, bailarinos, grupos vocais e Reis Magos trazendo Maria, José e o Menino Jesus, que desfilaram pela Travessa D. Pedro I. A família Noel foi conduzida em carro estilizado em formato de barco, confeccionado em miriti, madeira de palmeira típica da Amazônia, que traduziu o verdadeiro meio de transporte da Região Amazônica.

As apresentações no palco do Natal em Cantos estrearam com o quarteto vocal "Renovação", em estilo de música gospel. Antes da entrada dos corais infanto-juvenil e adulto da JT-8ª, centenas de balões brancos subiram aos céus, simbolizando a paz e a harmonia entre os povos como o verdadeiro espírito que retrata a época do nascimento de Jesus. O coral infanto-juvenil, regido por Narlicelma Sobral Santos Ramos e Aline Fabíola Silva, com 90 vozes, além de música, trouxe evoluções com luzes e dança. Entre as apresentações dos corais, a dupla de bailarinos Tatiane e Fernando apresentou parte da peça "Soldadinho de Chumbo", conhecida história do universo infantil. O coral adulto, com 30 integrantes, regido por Elias Carvalho, apresentou peças conhecidas da época.

Show de fogos de artifício encerrou a apresentação do Natal em Cantos 2008.

SISTEMAS ELETRÔNICOS DE COMPRAS

Com o objetivo de agilizar o processo de compras, o Serviço de Material e Patrimônio do TRT-8ª intensificou a utilização dos sistemas eletrônicos de compras integrantes do SIASG-*Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais*. Além do Pregão Eletrônico, que já responde por 100% das licitações realizadas nessa modalidade, em 2008 o Tribunal passou a utilizar o sistema de Cotação Eletrônica.

Em 2008, pelo mapa comparativo entre valor estimado x valor contratado obteve-se uma economia de quase 40% nos pregões eletrônicos realizados e de mais de 30% nas cotações eletrônicas.

TRTV8

Desde que foi criada, em setembro de 2007, a Central de Vídeos da Justiça do Trabalho da 8ª Região (TRTV8) produziu vasto acervo de filmagens. Sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência, por

Rvst TRT8 2009.pmd 407 23/6/2009, 08:55

meio da Assessoria de Comunicação Social, os vídeos mais recentes encontram-se disponíveis na Central de Notícias, no Portal do TRT-8ª na internet (http://cn.trt8.jus.br/).

Confira as produções da TRTV8: *2007* - Escritório Virtual; O Caso INCA, processo de justiça social; Oficina de Planejamento Estratégico; Semana do Servidor; Consciência Ambiental; Correição Geral no TRT8; Sala de Acesso ao TRT *on line*; Árvore dos Sonhos; Semana Nacional da Conciliação no TRT8. *2008* - Certifico e dou fé, a saga dos bravos oficiais de justiça do TRT8; Justiça Solidária; Natal em Cantos; Semana do Servidor; Semana Nacional pela Conciliação no TRT8; Árvore dos Sonhos; Semana do Meio Ambiente no TRT8; Homenagem às Mulheres do TRT8; Retrospectiva TRT8; Laboratório de Conciliação; Encontro de Diretores; TRT8 na Ação Global; Posse da Nova Administração - Biênio 2008-2010.

SEMINÁRIO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO

Com o Seminário Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, abriu o Ano Judiciário do exercício de 2009, no dia 16 de janeiro, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, ao lado do corregedor regional, Herbert Tadeu Pereira de Matos, da vice-presidente, Odete de Almeida Alves, e magistrados da 8ª Região.

Do TRT-5ª (Bahia) veio o desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão para proferir palestra sobre o tema Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho: *o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-GESTÃO).*

O desembargador Cláudio Brandão é membro da Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho (CAPI). Com grande participação em entidades de classe, é membro do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da *Associacion Iberocamericana de Derecho del Trabajo* e autor dos livros "Direito do Trabalho - Apontamentos para concurso" e "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador". Com atividade no magistério, é professor de Direito Processual do Trabalho e Direito do Trabalho da Faculdade Ruy Barbosa, de Direito Empresarial, da Faculdade de Tecnologia Empresarial-FTE e professor convidado do Podivm-Centro de Preparação e Estudos Jurídicos e da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes-OAB/BA.

EX-PRESIDENTE RECEBE MEDALHA DO TRE

No dia 22 de janeiro de 2009, o ex-presidente do TRT-8ª, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, foi uma das personalidades condecoradas com a Medalha do Mérito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, na categoria "Jurista", em reconhecimento aos relevantes serviços prestados. A homenagem aconteceu no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas.

ORDEM DO MÉRITO *JUS ET LABOR*

* No dia 23 de janeiro de 2009, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, procedeu à entrega das insígnias da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no Grau Oficial, aos magistrados Marcelo Luis de Souza Ferreira e Tereza Cristina de Almeida Cavalcante Aranha, titular da 3ª VT de

Rvst TRT8 2009.pmd 408 23/6/2009, 08:55

Macapá, indicados para receber a honraria em 2006 e 2008, respectivamente. O juiz substituto Marcelo Ferreira integrou a magistratura trabalhista da 8ª Região de 2002 a 2006, quando solicitou remoção para o TRT-17ª (ES).

* Na Sala de Reuniões da Presidência, em 13 de fevereiro de 2009, a desembargadora Odete de Almeida Alves, vice-presidente do TRT-8ª, no exercício da Presidência, entregou a comenda da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no Grau Oficial, à juíza do trabalho substituta da 8ª Região Camila Afonso de Nóvoa Cavalcanti. A homenageada esteve entre os agraciandos de 2008 e foi indicada pela desembargadora Odete Alves.

V FÓRUM MUNDIAL DE JUÍZES

Realizado pela primeira vez numa cidade do norte do Brasil, no dia 23 de janeiro de 2009, em Belém, iniciou o V Fórum Mundial de Juízes, com extensa programação até o dia 25 seguinte, reunindo magistrados de diversos países no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Como em outros anos, precedeu o Fórum Social Mundial.

O evento, idealizado pela Associação Juízes para a Democracia (AJD), teve apoio de diversas entidades brasileiras e internacionais de magistrados, entre elas a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juízes Federais (AJUFE), Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA), Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA VIII).

As discussões sobre a Constituição Federal de 1988 abriram a série de debates do encontro de magistrados, com conferência proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Britto.

Várias personalidades jurídicas prestigiaram a primeira noite do Fórum, entre elas o presidente da AMB, Mozart Valadares; o presidente da ANAMATRA, Cláudio Montesso; o presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul (AJUFERGS), Gabriel Wedy; além dos representantes das demais entidades promotoras do Fórum, como a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, e o presidente da AMATRA VIII, desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho.

No segundo dia (24), o meio ambiente foi o foco dos debates da manhã. O painel "Direito Fundamental ao Meio Ambiente Equilibrado e a Importância Global da Sustentabilidade Pan Amazônica" trouxe a Belém três grandes especialistas, reconhecidos nacional e internacionalmente: a desembargadora do TRF-3ª Região, Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida; o presidente do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS), Vladimir Passos de Freitas; e a senadora e ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva.

O segundo painel, na tarde do dia 24, abordou a temática "Independência do Judiciário e Democracia". O assunto foi discutido pelo professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luís Roberto Barroso, que trocou experiências com o presidente Associação dos Magistrados Europeus para a Democracia e Liberdades (MEDEL), o italiano Vito Monetti, e com o magistrado aposentado do Chile, Juan Guzman, figura importante para a democracia daquele país.

Rvst TRT8 2009.pmd 409 23/6/2009, 08:55

Paralelo aos grandes debates, cinco oficinas, com discussões de problemas sociais, que afligem a sociedade contemporânea: "Função Social da Propriedade Rural"; "Trabalho Escravo: O Mal Existe e Está Presente"; "Impunidade e a Violência Abordada sob a Ótica Social"; "O Impacto da Crise Econômica Mundial nas Relações Jurídicas" e "Secretaria de Reforma do Judiciário: Reformas e Políticas de Efetivação de Direito".

No terceiro dia de Fórum (25), torturas e sequestros ocorridos durante a ditadura militar na América Latina ocuparam as discussões. Iniciando, o chileno Juan Guzmán falou sobre a intervenção do Poder Judiciário durante e após a ditadura militar de 1973 a 1990, no Chile. O magistrado foi quem investigou os casos de tortura e homicídios praticados pelo ditador chileno Augusto Pinochet.

Ainda durante a manhã, no painel sobre a responsabilização dos agentes públicos violadores de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira, os procuradores da República do Estado de São Paulo, Marlon Alberto Weichert e Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, discorreram sobre a ação civil pública, da qual são autores, contra o coronel Carlos Alberto Ustra, primeiro oficial condenado na Justiça brasileira por sequestro durante o regime militar.

Na conferência de encerramento, o juiz e procurador da República em Roma, Giancarlo Capaldo, falou sobre os crimes praticados na "Operação Condor", aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai), cujo objetivo era coordenar a repressão aos opositores do regime. Após denúncias de parentes de desaparecidos políticos, Capaldo passou a investigar 25 casos de crimes que envolviam italianos e que aconteceram nos cinco países.

Ao final do encontro, foi redigida e aprovada a carta de Belém, documento que sintetiza os princípios discutidos durante os três dias, entre os quais o reconhecimento de que juiz deva ter um perfil humanista e saiba conciliar a razão e o sentimento para construir uma sociedade mais justa. A carta expressa solidariedade aos magistrados da Colômbia que são vítimas de atentados e a aprovação da PEC 438/2001, como medida necessária para a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

OFICINA JURÍDICA

Como programação paralela ao Fórum Social Mundial, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA VIII) e a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALAJT) promoveram, no dia 27 de janeiro de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, a oficina jurídica "As novas formas de trabalho e aplicação das normas trabalhistas".

O evento foi aberto pelo juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da ALAJT, ao lado da desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, e do desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho, presidente da AMATRA VIII.

O juiz Hugo Cavalcanti falou da importância do evento para "discutir temas que possam frear o esgarçamento das relações sociais". A crise, as relações de emprego e a usurpação dos direitos sociais foram assuntos amplamente discutidos durante a oficina, que contou, também, com a participação do desembargador do TRT-8ª, Georgenor de Sousa Franco Filho, do procurador do MPT-8ª, José Claudio Monteiro de Brito Filho, e de outras personalidades convidadas, Mário Elfman e Ivan Campelo Bulhova, juízes do trabalho, e Manoel Campos, sindicalista alemão.

Rvst TRT8 2009.pmd 410 23/6/2009, 08:55

PRESIDENTE DO TRT-8ª EM PLENÁRIA DA UGT

A desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, proferiu palestra em Plenária realizada pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), no dia 27 de janeiro de 2009, sobre "O desafio da Justiça do Trabalho na construção de um Judiciário cidadão e pacificador dos conflitos oriundos do Mundo do Trabalho".

Como programação paralela do Fórum Social Mundial, a UGT realizou Plenária Nacional, tendo a presença de representantes de associações sindicais locais, dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e do exterior (Bélgica).

Ricardo Patah, presidente Nacional da UGT e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, José Francisco Pereira, presidente da UGT-Pará, e Roberto Sena, do DIEESE, também se pronunciaram.

OUVIDORIA GANHA ESPAÇO PRÓPRIO

A presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, inaugurou, na manhã do dia 30 de janeiro de 2009, espaço destinado ao funcionamento da Ouvidoria Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região, localizado no pavimento térreo do edifício sede.

Criada na gestão do então presidente Georgenor de Sousa Franco Filho, em 2002, a Ouvidoria foi reestruturada em 2007. Diretamente subordinada à Presidência, atua como meio permanente de intercomunicação com o cidadão, sendo a representante dos jurisdicionados, advogados e usuários perante o Regional, buscando o aperfeiçoamento e a qualidade dos serviços prestados.

Na ocasião, a presidente Francisca Formigosa falou da satisfação de entregar instalações dotadas de infraestrutura para atendimento ao cidadão. O desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, que atualmente exerce a função de Ouvidor, discorreu sobre os projetos para o incremento do atendimento, aproveitando a nova realidade. Funciona como suplente do Ouvidor, o desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha.

RENAJUD

No dia 30 de janeiro de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, a juíza Maria de Nazaré Medeiros Rocha, titular da 7ª VT de Belém, e o servidor Norberto Lavareda Santos, da Central de Mandados, proferiram palestra sobre o Sistema RENAJUD.

Oficiais de justiça, diretores de secretaria de Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua compareceram para visualizar as facilidades do sistema que facilita os trâmites dos processos.

SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSUAL - SUAP

O lançamento oficial do primeiro módulo do Sistema Unificado de Acompanhamento Processual (SUAP) ocorreu na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio de videoconferência conduzida pelo ministro Rider Nogueira de Brito, presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), no dia 10 de fevereiro de 2009, transmitida a todos os TRTs do Brasil.

Rvst TRT8 2009.pmd 411 23/6/2009, 08:55

A solenidade contou com a presença do ministro Gilmar Ferreira Mendes, presidente do STF, integrantes do TST, presidentes de TRTs - dentre os quais a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, do TRT-8ª -, procuradores, advogados e servidores. Na ocasião, o desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, do TRT-5ª (BA), membro da Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho, explicou as facilidades do novo sistema, suas vantagens e aplicações.

O início dos trabalhos para a elaboração do SUAP, em 2006, envolveu consultores da Fundação Getúlio Vargas e técnicos da Justiça do Trabalho, que mapearam minuciosamente todas as rotinas e procedimentos que envolvem a tramitação de processos, desde seu recebimento até o trânsito em julgado. Na etapa seguinte, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) foi contratado para o desenvolvimento dos sistemas e programas necessários, organizados em módulos, com finalidade de permitir ajustes e atualizações. O SUAP permitirá a padronização, a unificação e a integração de todo o controle de tramitação das ações trabalhistas, desde a Vara do Trabalho até o TST. Desse modo, o CSJT, o TST e todos os TRTs e Varas Trabalhistas do país estarão integrados. O início do funcionamento do Sistema aguarda a entrega do módulo inicial do programa, pelo SERPRO.

No TRT-8ª, o Comitê Gestor Regional do SUAP está constituído desde 12 de março de 2009, como a seguir: desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha; juíza Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga; servidores da área judiciária: Nilson do Carmo Barroso e Narlicelma Sobral Santos Ramos; servidor da área de tecnologia da informação e comunicação: Marco Aurélio Fidelis Rêgo; advogada Sílvia Marina Ribeiro de Miranda Mourão, representante da OAB/PA; e procurador Hideraldo Luiz de Sousa Machado, representante do Ministério Público do Trabalho.

JUIZ OCÉLIO MORAIS NO BOM DIA PARÁ

Um dos entrevistados da edição de 11 de fevereiro de 2009 do programa "Bom Dia Pará", da TV Liberal, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, titular da VT de Capanema, falou sobre temas como a prática judiciária, "justiça real sim" e a inclusão social do trabalho pela via previdenciária por força de decisões trabalhistas.

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Desde o dia 13 de fevereiro de 2009, nos termos da Portaria nº 1945/2008, alterada pela Portaria nº 184/2009, as publicações do TRT-8ª Região e órgãos que o compõem são feitas exclusivamente no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), novo instrumento de comunicação oficial, divulgação e publicação dos atos da 8ª Região.

O acesso às publicações pode ser feito gratuitamente no Portal da Justiça do Trabalho (www.jt.jus.br). O DEJT foi instituído pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 15/2008 e alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 26/2008 e sua formatação regulamentada pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 27/2008.

Há 6 anos, o Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 8ª Região foi instituído (Resolução nº 24/2003), na Administração do desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho. Durante esse período foram publicadas 987 edições (até o dia 12.02.2009). A primeira edição circulou no dia 3 de novembro de 2004.

Rvst TRT8 2009.pmd 412 23/6/2009, 08:55

2º ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

Belo Horizonte sediou o 2º Encontro Nacional do Judiciário, no dia 16 de fevereiro de 2009, com objetivo de apresentar as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário para os próximos cinco anos.

Participaram do Encontro cerca de 280 pessoas entre presidentes de Tribunais Superiores (STF, STJ, TSE, TST e STM), representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, dos 27 Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais e dos três Tribunais Militares, além de diretores de Tribunais e dirigentes de Associações. A presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, e os servidores Marcolina Paiva Amoedo (secretária-geral da Presidência) e Rodopiano Rocha da Silva Neto (assessor de Planejamento e Gestão) estiveram presentes.

O evento iniciou com o pronunciamento do desembargador Sérgio Antônio Dias Resende, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, seguido do governador do Estado, Aécio Neves, e do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes.

Em prosseguimento, o ministro Gilmar Mendes discorreu sobre o planejamento estratégico nacional e os desafios do Judiciário. Logo após, o ministro Gilson Dipp, corregedor nacional de justiça, tratou do papel da Corregedoria Nacional para consolidar a gestão estratégica do Poder Judiciário. Na seqüência, o juiz Rubens Curado, auxiliar da Presidência do CNJ, apresentou os resultados dos encontros regionais que subsidiaram a elaboração do Planejamento Estratégico do Judiciário.

Na segunda parte, dois painéis discutiram a gestão estratégica como mecanismo de celeridade e efetividade e o engajamento da magistratura nacional no processo de consolidação do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. A partir do tema *Planejamento Estratégico: Integração e Unicidade do Poder Judiciário*, os presidentes do STJ, TST, TSE e STM discorreram sobre as ações empreendidas por seus respectivos Tribunais.

Ao final, o ministro Gilmar Mendes apresentou as metas nacionais de nivelamento a serem alcançadas pelo Poder Judiciário até dezembro deste ano.

CONVÊNIOS ENTRE TRT-8ª E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O TRT-8ª Região e a Caixa Econômica Federal (CEF) celebraram, no dia 19 de fevereiro de 2009, dois convênios que beneficiarão magistrados, servidores e jurisdicionados, oferecendo qualidade de vida aos integrantes do TRT-8ª e maior celeridade aos processos judiciais trabalhistas.

No primeiro acordo, mediante solicitação de magistrados e servidores do Regional, a CEF disponibilizará a transmissão de informações sobre as contas vinculadas ao FGTS, o que proporcionará às Varas do Trabalho da 8ª Região a remessa de pedidos de informações gerais e envio de ordem de transferência de valores depositados em conta de FGTS a título de depósitos recursais para contas judiciais, acelerando, ainda mais, a tramitação dos processos em fase de execução.

O segundo convênio trata-se de um acordo de cooperação voltado para a concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis residenciais aos magistrados e servidores ativos, inativos e pensionistas, com serviços diferenciados.

Rvst TRT8 2009.pmd 413 23/6/2009, 08:55

Tais convênios foram assinados na sede do TRT-8ª Região, pela presidente, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, e por representantes da CEF, Noemia de Sousa Jacob (superintendente regional Pará) e Maria da Conceição Guimarães (gerente filial FGTS no Pará e Amapá).

Na ocasião, encontravam-se à frente da Central de Mandados de Belém e do Fórum Trabalhista de Belém, respectivamente, as juízas Maria de Nazaré Medeiros Rocha e Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga.

PRESIDENTE DO TST E CSJT RECEBE HOMENAGEM DO TRT-8ª REGIÃO

O ministro paraense Rider Nogueira de Brito, natural de Óbidos, então presidente da mais alta Corte Trabalhista no Brasil e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, recebeu, no dia 20 de fevereiro de 2009, significativa homenagem dos integrantes da Justiça do Trabalho da 8ª Região, instituição onde iniciou sua carreira profissional.

Com quarenta anos de serviços dedicados à magistratura e cinco décadas de serviços prestados ao Judiciário Trabalhista no Brasil, o ministro Rider de Brito é um exemplo de competência, integridade e comprometimento com a causa pública e social. Passou por todos os estágios na JT-8ª, desde sua posse como servidor, em 1959, e, em junho de 1968, como Juiz do Trabalho Substituto. Promovido, por merecimento, para presidir a então Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém e, posteriormente, a 4ª de Belém. Chegou à segunda instância como Juiz Togado, em 1985. Exerceu os cargos de Vice-Presidente (1988/1990) e Presidente/Corregedor Regional (1990/1992). Convocado várias vezes para o Tribunal Superior do Trabalho, passou a integrar aquela Colenda Corte, como ministro, em 1995. Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio 2004/2006 e Vice-Presidente do TST a partir de abril de 2006, assumiu a Presidência em março de 2007, para o biênio 2007/2009.

O desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, ex-presidente do TRT-8ª, foi o encarregado da saudação, em nome dos integrantes da 8ª Região. Pela Ordem dos Advogados do Brasil - em especial a do Pará -, pronunciou-se o conselheiro federal Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Com emoção, o ministro lembrou os momentos passados na instituição, as adversidades, conquistas e a luta por uma Justiça íntegra e de qualidade. Rider de Brito deixa para todos os servidores públicos um exemplo de conduta, postura ética e profissional ilibada.

Para perpetuar o momento, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa entregou uma placa comemorativa ao ministro Rider. Na ocasião, o Coral Adulto da Justiça do Trabalho da 8ª Região, sob a regência do maestro Elias Carvalho, executou o Hino Justiça do Trabalho e os presentes assistiram, ainda, à exibição de vídeo com a trajetória do homenageado.

Acompanhado da esposa e demais familiares, o ministro Rider Nogueira de Brito reencontrou magistrados e servidores contemporâneos da 8ª Região Trabalhista, que compareceram para abraçá-lo. Dentre os presentes, destacamos os ex-presidentes do TRT-8ª: Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello, Lygia Simão Luiz Oliveira e Marilda Wanderley Coelho. Também compareceram o procurador-geral de justiça do MPE, Geraldo de Mendonça Rocha, o procurador do Estado José Eduardo Gomes e o magnífico reitor da UNAMA, Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco.

Rvst TRT8 2009.pmd 414 23/6/2009, 08:55

GESTÃO AMBIENTAL DO TRT-8ª SERVE DE PARÂMETRO A OUTRAS INSTITUIÇÕES

Visando à elaboração de sua Política de Gestão Ambiental, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará solicitou ao TRT-8ª, em março de 2009, informações sobre a política implementada na Justiça do Trabalho da 8ª Região. As boas práticas e ações estratégicas aplicadas neste Regional já serviram de parâmetro a outros órgãos que querem seguir o mesmo caminho correto na preservação do meio ambiente.

INFOSEG

Desde março de 2009, o TRT-8ª dispõe de uma nova tecnologia: a Rede INFOSEG, que possibilita a integração dos usuários (magistrados, assessores de Gabinetes e diretores de Varas Trabalhistas), de forma rápida e confiável, seguindo todos os padrões de segurança necessários, com outras bases de dados pertencentes a órgãos federais e estaduais, como: DENATRAN (cadastros de veículos e condutores), SEGUP (antecedentes criminais, armas de fogo), Receita Federal (CPF e CNPJ) e detalhamento de informações de indivíduos nas bases estaduais e da Polícia Federal.

A operacionalização institucional do sistema é gerenciada pelo NPI-Núcleo de Pesquisa e Informação, unidade vinculada à Central de Mandados do Fórum Trabalhista de Belém, e sua utilização busca fornecer informações necessárias a acelerar o trabalho realizado pela 8ª Região.

CORAL ADULTO GRAVA COM PINDUCA

O Coral Adulto da JT-8ª, integrado por servidores, familiares e pessoas ligadas ao mundo musical, regido pelo maestro Elias Carvalho, em março de 2009, participou da gravação do novo CD do Pinduca.

Cantor e compositor, Pinduca é um dos maiores representantes da cultura popular paraense. É conhecido nacionalmente como o "Rei do Carimbó". Já gravou mais de 30 discos em quase quarenta anos de carreira.

NOVOS DIRIGENTES DO TST

A desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª Região, compareceu à posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho para o biênio 2009/2010, no dia 2 de março de 2009, em Brasília-DF.

Seguindo a tradição daquela Corte Superior de observar a ordem de antiguidade, assumiu a Presidência o ministro Milton de Moura França, a Vice-Presidência o ministro João Oreste Dalazen e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, eleitos pelo Pleno do TST em 4 de abril de 2009. Deixou a Presidência o ministro paraense Rider Nogueira de Brito, que dirigiu o órgão de 8 de fevereiro de 2007 a 1º de março de 2009.

Os três novos dirigentes fizeram carreira como magistrados do Trabalho. O ministro Moura França é originário do TRT-15ª (Campinas), o ministro Dalazen, do TRT- 9ª (PR) e o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TRT-3ª (MG).

Pela AMATRA VIII, prestigiou a cerimônia o diretor de Direitos e Prerrogativas, juiz Pedro Tourinho Tupinambá.

Rvst TRT8 2009.pmd 415 23/6/2009, 08:55

CINE TRT8 EXIBE FILME EM HOMENAGEM ÀS MULHERES

O TRT-8ª comemorou o Dia Internacional da Mulher com sessão de cinema. O filme "A Rosa Púrpura do Cairo", cedido pelo crítico de cinema Pedro Veriano, foi exibido no Auditório Aloysio da Costa Chaves, no dia 10 de março de 2009. A película tem como tema central a estória de uma garçonete que sustenta o marido violento, bêbado e desempregado, em Nova Jersey-EUA, durante a Depressão. Para fugir de sua triste realidade, a personagem assiste a filmes, quando algo inusitado acontece.

DESEMBARGADORA SULAMIR ALMEIDA PROFERE PALESTRA NO CESUPA

No dia 10 de março de 2009, a desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, do TRT-8ª, proferiu palestra aos alunos do 4º semestre do curso de Direito do Centro Universitário do Pará-CESUPA. Durante uma hora, a magistrada abordou temas como o funcionamento e a estrutura da Justiça do Trabalho da 8ª Região, conciliação e ritos processuais, sempre ressaltando a celeridade da 8ª Região no julgamento dos processos. Também tratou da questão do trabalho forçado, análogo ao de escravo, prática ainda bastante freqüente no sul do Estado do Pará.

PRESIDENTE DO TRT-8ª HOMENAGEADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Nas comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Belém homenageou, no dia 12 de março de 2009, 14 mulheres que se destacaram em vários segmentos da sociedade, com relevantes serviços prestados.

Dentre as agraciadas, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª Região, que recebeu a "Plaqueta Dulce Accioli", por indicação do vereador Ademir Andrade.

Em sessão dirigida pelo presidente da Casa, vereador Walter Wilson Arbage, as agraciadas e demais mulheres presente foram saudadas pelo vereador Paulo Queiroz. A presidente do TRT-8ª, em suas palavras, agradecendo a honraria que lhe foi concedida, conclamou a todos, homens e mulheres, a lutarem por um mundo melhor, mais, digno, humano e fraterno.

Presentes ao evento parlamentares da Casa, empresários, representantes de classe, amigos e familiares das homenageadas.

A solenidade teve a participação especial da Banda de Música da Guarda Municipal de Belém, que executou os hinos oficiais e peças populares.

CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO AMAPÁ

Em visita à Seção Judiciária do Amapá, no dia 20 de março de 2009, o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF e do CNJ, assinou Acordo de Cooperação Técnica para implantação, na cidade de Macapá, do Programa "Casas de Justiça e Cidadania". Na ocasião, firmaram o documento os presidentes do TRF-1ª Região, do TRE-Amapá, do TJE-Amapá e do TRT-8ª Região, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa.

O projeto, lançado pelo CNJ em dezembro/2008, consiste na implementação de centros de voluntariado voltados ao desenvolvimento de ações

Rvst TRT8 2009.pmd 416 23/6/2009, 08:55

comunitárias e destinadas a solucionar problemas dos cidadãos, deixando-os mais próximos do Poder Judiciário e da cultura jurídica brasileira. As metas estabelecidas têm como objetivo fomentar o crescimento social, o fortalecimento da cultura jurídica e promover a integração da comunidade na busca de soluções para questões locais.

O evento aconteceu no Auditório da Justiça Federal em Macapá. Na mesma ocasião, foi inaugurado o Centro de Justiça e Solidariedade da Justiça Federal do Amapá.

DIREITOS HUMANOS E REFUGIADOS: CRISE GLOBAL DOS DESLOCAMENTOS PROLONGADOS

O Tribunal Superior do Trabalho, o *British Council* e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizaram, no dia 26 de março de 2009, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TST, em Brasília, o Ciclo de Palestras em homenagem ao embaixador Sérgio Vieira de Mello, com o tema "Direitos humanos e refugiados: crise global dos deslocamentos prolongados", tendo como ministrante a professora Gil Loescher, da Universidade de Oxford - Reino Unido.

A vice-presidente do TRT-8ª Região, desembargadora Odete de Almeida Alves, representou o Oitavo Regional no evento, que teve transmissão simultânea, via internet, ocasião em que a EMATRA VIII disponibilizou sua sala de aula aos participantes.

I OFICINA SOBRE TRABALHO ESCRAVO

Como parte integrante do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2008, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com a Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região, realizou, no dia 27 de março de 2009, na sala de aula da EMATRA VIII, a I Oficina sobre Trabalho Escravo: a efetividade da jurisdição na prevenção e sanção à ocorrência do trabalho escravo.

Em conjunto, magistrados e procuradores do trabalho debateram temas relacionados ao combate ao trabalho forçado análogo ao de escravo e solidificaram modelos e estratégias que visam à punição de quem comete este crime contra o trabalhador. Com o evento, tentou-se otimizar as maneiras de combate ao problema trabalhista no Brasil e disseminá-las em todas as regiões brasileiras.

Dirigiram a Oficina os magistrados Marcus Barberino (TRT-15ª), Leonardo Wandelli (TRT-9ª), Graça Maria Borges Freitas (TRT-3ª), Jônatas dos Santos Andrade (TRT-8ª) e o jornalista Leonardo Sakamoto, representante da Repórter Brasil/Organização de Comunicação e Projetos.

SERVIDORES DO TRT-8ª TOMAM POSSE NA CREDIJUSTRA

Em 27 de março de 2009, tomaram posse vinte e quatro Delegados do Sicoob Credijustra, dentre os quais, nove servidores do TRT-8ª Região: José Leonardo Lucena Lima, Edmundo Santos Pereira, João Jorge Lopes de Lima, Milton Alencar Vieira, Augusto Jacerdy da Silva Martins, Erico Rodrigues Lopes, Nilson José Gomes Barros, Francisco Gomes Machado e Ana Josélia de Oliveira Pereira. No mesmo dia, ocorreu a premiação da campanha "Seu salário rende mais na Credijustra".

Rvst TRT8 2009.pmd 417 23/6/2009, 08:55

No dia seguinte (28.03), foi realizada Assembleia Geral Ordinária, com a presença da Diretoria e Conselhos de Administração e Fiscal do Sicoob Credijustra, no Hotel Paraíso, no Mosqueiro (PA), ocasião em que ocorreu a prestação de contas do exercício de 2008 e eleição do novo conselho fiscal.

HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO APLICADAS À DECISÃO JUDICIAL

A EMATRA VIII promoveu o Curso "Hermenêutica e Argumentação Aplicadas à Decisão Judicial", destinado aos magistrados da 8ª Região, dividido em três módulos.

O 1º Módulo aconteceu nos dias 30 e 31 de março de 2009, ministrado pelo professor doutor Paulo de Tarso Dias Klautau Filho, abrangendo os seguintes temas: 1. Contextualização do debate. O "desafio Kelseniano". Hart e a atuação dos juízes nos "casos difíceis"; 2. A crítica do positivismo jurídico em Ronald Dworkin. Os limites à discricionariedade judicial no "direito como integridade"; e 3. Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal nos "casos difíceis".

Ministrado pelo professor doutor Sandro Alex de Souza Simões, o 2º Módulo, realizados nos dias 3, 6 e 7 de abril seguintes, tratou das matérias: 1. A compreensão do mundo antigo e a ruptura do renascimento. Saber é interpretar; 2. Representação e significado. Fala e escrita. O mundo do texto. Racionalidade jurídica, argumentação e hermenêutica; e 3. Consciência e lei: o ato de julgar e os tempos do direito.

Para finalizar, nos dias 15, 16 e 17 de abril, o professor doutor André Luiz Souza Coelho, tratou de: 1. Contextualização do debate. O "Papel da argumentação na tarefa de fundamentação das decisões judiciais". Modelo padrão de fundamentação: Silogismo judicial. Variantes do modelo padrão: analogia, *reductio ad absurdum*, argumento *a fortiori*, argumento *ad contrarium.* 2. Insuficiências do modelo padrão: escolhas valorativas. O uso dos cânones de interpretação e dos enunciados dogmáticos. 3. O uso dos precedentes judiciais. A tese do caso especial. Lei, moralidade e os limites da razão prática.

Nos dias 3, 5 e 12 de dezembro de 2008, na sala de aula da EMATRA VIII, a primeira versão do Curso já havia sido ministrado, em dois módulos, pelos professores doutores Paulo Klautau Filho e André Coelho, do Centro Universitário do Pará-CESUPA, como parte integrante da programação do Curso de Formação Inicial, destinado aos juízes em processo de vitaliciamento.

A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região e a Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento "Itair Sá da Silva" promoveram, no dia 2 de abril de 2009, Seminário de Abertura do Ano Letivo, com a palestra "A Ética no Serviço Público", ministrada pelo professor doutor José Ricardo Ferreira Cunha, da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Dirigido pela presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, pela presidente da EMATRA VIII, desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, e pelo diretor da ECAISS, Antonio José Coelho Silva, o evento contou com a presença de 133 participantes, entre magistrados e servidores.

O pesquisador iniciou sua exposição relacionando ética e arte

Rvst TRT8 2009.pmd 418 23/6/2009, 08:55

através da pintura de Ambrogio Lorenzetti intitulada “Alegoria do mal governo”, mostrando que o tema poderia ir além dos conceitos formulados nas graduações. José Ricardo alertou, ainda, que desde a segunda metade do século XX, o Poder Judiciário é o centro da arena política e social, além de chamar a atenção para uma nova perspectiva de etimologia da palavra *ética*, que seria o lugar da vivência e da convivência, assinalando a existência de outra pessoa.

O professor José Ricardo deixou noções profundas do assunto, que levaram a uma reflexão sobre o papel que cada um representa na construção de uma sociedade melhor. A palestra foi finalizada com um modelo de nação pintado no século XIII por Ambrogio Lorenzetti, “Alegoria do bom governo”, contrapondo-se à primeira.

FACILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

Em Macapá, no dia 13 de abril de 2009, no Auditório da Justiça Federal, a juíza Angela Maria Maués, titular da 4ª VT de Macapá e diretora do Fórum Trabalhista, e o servidor Samuel Veiga da Silva, diretor do Serviço de Distribuição, proferiram palestra sobre o tema “Facilidades de acesso à Justiça do Trabalho”.

Para um público de aproximadamente 100 pessoas, formado por magistrados e servidores da Justiça do Trabalho no Amapá, servidores e gestores da Justiça Federal, professores universitários e demais operadores do Direito, foram expostos e debatidos os meios de acesso à Justiça, bem como o viés tomado para melhor atender aos anseios dos jurisdicionados, com a prestação de uma justiça célere e efetiva.

Com o evento - decorrente de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNJ, o TRT-8ª Região e instituições do Estado do Amapá -, o Fórum de Macapá destinou programação visando difundir o exercício da cidadania no tocante às relações de trabalho, em geral, com a conjugação de esforços entre instituições envolvidas.

POSSE DE JUÍZES SUBSTITUTOS

* Tomou posse, no dia 20 de abril de 2009, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal, a juíza do trabalho substituta Elinay Almeida Ferreira de Melo, oriunda da 14ª Região (RO/AC), que permutou com o juiz substituto Daniel Gonçalves de Melo, da 8ª Região.

Em ato dirigido pela presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, a nova magistrada também foi recepcionada pela desembargadora Odete de Almeida Alves, vice-presidente, pelo desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, corregedor regional em exercício, pelas juízas Maria de Nazaré Medeiros Rocha e Marlise de Oliveira Laranjeiras Medeiros e por servidores da 8ª Região Trabalhista.

A presidente Francisca Formigosa saudou a nova magistrada, passando a palavra à juíza Marlise, amiga da empossanda e companheira de concurso, e à vice-presidente Odete Alves, professora e orientadora da juíza Elinay, que ressaltaram a competência e espírito de luta da recém-empossada. A juíza Elinay, acompanhada de familiares e amigos, falou de sua alegria por passar a integrar a magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região e retornar a sua terra natal.

Rvst TRT8 2009.pmd 419 23/6/2009, 08:55

* O juiz Dilso Amaral Matar, do TRT-2ª Região, passou a integrar o quadro de magistrados da 8ª Região a partir de 24 de abril de 2009, após ser removido, por permuta, com o juiz Cezar Alberto Martini Toledo.

Servidor deste Regional de 18.09.1995 a 29.02.2008, ocupou o cargo de Técnico Judiciário-Área Administrativa. No período de outubro de 2006 a fevereiro de 2008, exerceu a função de Assistente de Juiz no Gabinete do desembargador José Maria Quadros de Alencar, quando foi aprovado em concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Região.

A cerimônia de posse foi dirigida pela vice-presidente Odete de Almeida Alves. Saudou o novo magistrado o desembargador José de Alencar. A presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, chegou de Brasília a tempo de tomar parte do ato. No encerramento, o juiz recém-empossado teceu breves palavras.

MALOTE DIGITAL

No dia 20 de abril de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, o servidor Théo Carlos Flexa Ribeiro Pires, diretor da Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), proferiu palestra - com transmissão *on line* via *internet* - para magistrados e servidores sobre Malote Digital na 8ª Região, nova e revolucionária ferramenta, que se tornou veículo de comunicação oficial desde 1º de maio. Na ocasião, a presidente do TRT-8ª, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, falou das facilidades e vantagens da utilização do Malote Digital, como correio entre os Tribunais do Trabalho e Tribunais Superiores, bem como dentro de cada jurisdição.

O novo sistema de envio de peças processuais e correspondências, com utilização do Sistema Hermes, é fruto de parceria institucional entre o CNJ e o CSJT, com transferência de tecnologia, resultando em economia de tempo e custo na remessa de documentos entre os diversos Órgãos da Justiça do Trabalho.

Até o dia 30 de abril, o sistema foi utilizado em caráter experimental entre o TST, o CSJT e as administrações dos TRTs.

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação (PAC), que trata do Programa Permanente de Capacitação da Justiça do Trabalho da 8ª Região, aprovado pela Portaria nº 538/2009, disponibilizou a seguinte programação:

- 27 a 30.04 - Curso de Atualização em Cálculos Trabalhistas e JURISCALC - Módulo Avançado - ministrado por Alacid Corrêa Guerreiro, calculista da 8ª VT de Belém. 2ª Turma, de 04 a 08.05. 3ª Turma, de 11 a 15.05.
- 29 a 30.04 - V Semana Jurídica da Faculdade Integrada Brasil Amazônia-FIBRA.
- 11.05 - Curso *on line* Fundamentos de Educação a Distância - em andamento.
- 25 a 29.05 - Curso de Atualização em Execução Trabalhista - ministrado pelo juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, em Belém.
- 15 a 19.06 - Curso de Atualização Gramatical e Redação de Correspondências Oficiais - ministrado por Jair Alcindo Lobo de Melo, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté.

O PAC é parte integrante da Política de Recursos Humanos do TRT-8ª e mais uma ação do Planejamento Estratégico da 8ª Região.

Rvst TRT8 2009.pmd 420 23/6/2009, 08:55

CERTIFICAÇÃO DIGITAL E PROCESSO ELETRÔNICO

No dia 28 de abril de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, abriu evento para tratar da implementação e facilidades do processo digital, uma tendência que será seguida pelo Judiciário Trabalhista no Pará e Amapá, dentre outros órgãos do Poder Judiciário. O conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, proferiu palestra sobre o tema "A Certificação Digital e o Processo Eletrônico".

FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA TRT-8ª: NOVOS RUMOS ATÉ 2013

O Fórum de Gestão Estratégica do TRT-8ª Região, aberto pela presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, na manhã do dia 29 de abril de 2009, com o objetivo de apresentar a estratégia do Poder Judiciário, contou com a participação de magistrados e servidores da 8ª Região e de representantes de instituições afins.

A dirigente do TRT-8ª falou da satisfação de abrir o Fórum de Gestão Estratégica no Tribunal do Trabalho do Pará e Amapá, reputando-o como um divisor na história do aperfeiçoamento e modernização dos serviços judiciais na 8ª Região, considerando o comprometimento da instituição com o Plano Estratégico Nacional. Vale ressaltar que o TRT-8ª, com visão pró-ativa, foi o primeiro Tribunal a adequar seu Planejamento Estratégico às disposições da Resolução 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A palestra de abertura, sobre o tema "A Estratégia do Poder Judiciário", foi proferida pelo juiz Rubens Curado Silveira, secretário-geral do CNJ. Reforçando a importância do Planejamento Estratégico, o magistrado enfatizou que: "é novidade para o Judiciário, mas trabalhar com estratégias é muito antigo e agora é nacional".

Fizeram-se presentes ao evento, o vice-presidente do TRT-4ª (RS), desembargador Carlos Alberto Robinson; a procuradora Loana Lia Gentil Uliana, procuradora-chefe da PRT-8ª; a desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, diretora da EMATRA VIII; a conselheira Maria de Lurdes Oliveira, presidente, em exercício, do TCE/PA; o advogado Antônio dos Reis Pereira, representando a OAB-PA; Rosemary Araújo, assessora especial da vice-governadoria; e Joel Solon de Azevedo, chefe do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos do CNJ. Representando as associações de classe foram registradas as presenças do juiz federal Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, vice-presidente da AMATRA VIII; Vera Lúcia Haber, presidente da AAJUTRA 8; Wladimir Corrêa Batista, presidente da ASTRA 8; João Vasconcelos, coordenador da CREDIJUSTRA-PA; além de Alice Romana e Ronaldo Vale, pelo SINDJUF-PA/AP. Também participaram integrantes de instituições jurídicas do Pará, como TRE, e representantes dos TRTs da 6ª Região (PE) e da 23ª Região (MT).

A realização do Fórum foi uma oportunidade para a discussão sobre as novas mudanças coordenadas pelo CNJ e um acontecimento que resgatou o compromisso assumido pela desembargadora Francisca Formigosa, por ocasião de sua posse na Presidência do TRT-8ª.

Rvst TRT8 2009.pmd 421 23/6/2009, 08:55

Oficina Estratégica: discussão de indicadores e metas

Na tarde do dia 29 e durante todo o dia 30 de abril, no auditório da *Computer Hall*, para um público restrito, formado por magistrados e servidores da JT-8ª, ocupantes de cargos de direção na área fim e meio, além de representantes de associações de classe e de outros órgãos jurídicos, foi realizada a Oficina Estratégica, para discussão de indicadores e metas até 2013, alinhadas ao Planejamento Estratégico Nacional. As desembargadoras Francisca Formigosa e Odete de Almeida Alves, presidente e vice-presidente do TRT-8ª, participaram ativamente das reuniões, acompanhadas pelos também desembargadores José Maria Quadros de Alencar e Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, esta diretora da EMATRA VIII. Os juízes de primeiro grau Antonio Oldemar Coelho dos Santos, diretor da Central de Mandados de Belém; Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, vice-presidente da AMATRA VIII e vice-diretor da EMATRA VIII; e Angela Maria Maués, diretora do Fórum de Macapá, também participaram ativamente da oficina. O desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos, corregedor regional da 8ª Região, participou do último dia da Oficina, após o retorno da correição nas Varas do Trabalho de Macapá.

Os trabalhos foram dirigidos pelo assessor de Planejamento e Gestão do TRT-8ª, Rodopiano Rocha da Silva Neto, que falou sobre os números da 8ª Região, e por Joel Solon Farias de Azevedo, chefe do Núcleo de Gestão Estratégicas e Projetos do CNJ, que discorreu acerca do "Planejamento Estratégico Institucional: diretrizes para elaboração do Plano de Gestão".

A presidente Francisca Formigosa encerrou o evento, fixando um prazo de 15 dias para que as equipes da Oficina Estratégica apresentem os planos de ação para a efetivação de todas as metas estipuladas para os próximos cinco anos, alcançando, assim, a visão da instituição: "Ser reconhecido como um dos melhores Tribunais para se trabalhar e de melhores resultados".

68 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Resgatar a memória também é promover Justiça

Em 1º de maio de 1941, no estádio de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas instalou 8 Conselhos Regionais do Trabalho, dentre eles o da 8ª Região.

Na abertura dos festejos de 68 anos da JT-8ª, a Assessoria de Comunicação do Tribunal (ASCOM) promoveu, durante o mês de maio/2009, a exposição: "Resgatar a memória também é promover Justiça", instalada no *hall* do prédio sede do Tribunal, contando um pouco da história da Justiça do Trabalho no Brasil, do trabalho infantil, do trabalho da mulher e do trabalho forçado, análogo ao de escravo. A ASCOM pretende levar a exposição a escolas da região metropolitana de Belém.

Nas pegadas da Justiça

Outra ação comemorativa aos 68 anos da JT-8ª, coordenada pela ASCOM, trouxe dezenas de alunos de escolas públicas e privadas de Belém

Rvst TRT8 2009.pmd 422 23/6/2009, 08:55

para conhecer a história da 8ª Região Trabalhista. A campanha interativa com os públicos externo e interno do Tribunal, denominada “Nas pegadas da história - um passeio pela memória da 8ª Região”, contou os fatos marcantes da implantação desta Justiça Especializada no Brasil e na 8ª Região.

As Escolas Santa Emília, Ágape Júnior e Paula Frassinete trouxeram, no dia 3 de junho de 2009, alunos da 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Por meio de exibição de educativos painéis, montados no *hall* do prédio sede do Tribunal, as crianças puderam receber importantes informações.

Após a visita, os grupos foram levados a seguir as pegadas fixadas desde a entrada do edifício sede, passando pelos prédios das Varas do Trabalho de Belém, culminando no Memorial da JT-8ª Região, onde participaram de uma divertida ação de “caça ao tesouro”, para encontrar respostas em pequeno questionário, sobre fatos e curiosidades da marcante trajetória da 8ª Região Trabalhista.

FÓRUM DE MACAPÁ REALIZA ENCONTRO SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Fórum Trabalhista de Macapá realizou, no dia 7 de maio de 2009, Encontro com magistrados, servidores e seu público externo (advogados, representantes sindicais e de empresas terceirizadas que prestam serviços naquele Fórum), com objetivo de atualizá-los sobre os resultados do Fórum e da Oficina de Gestão Estratégica do TRT-8ª, ocorridos no final do mês de abril.

A titular da 4ª VT de Macapá e diretora do Fórum daquela cidade, juíza Angela Maria Maués, junto com o servidor Samuel Veiga da Silva, falou sobre o Planejamento Estratégico do TRT-8ª, seu histórico e a adequação dos objetivos estratégicos e os indicadores da 8ª Região aos temas nacionais do Judiciário.

PÁSCOA E DIA DAS MÃES

* O TRT-8ª Região comemorou a Páscoa e o Dia das Mães com culto ecumênico, no dia 7 de maio de 2009, no Auditório Aloysio da Costa Chaves. Celebraram o ato, o padre Valdemir Sena, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Ilhas, em Outeiro, e o pastor Sebastião Castro, da Evangélica Assembleia de Deus do Templo da Pedreira.
Na ocasião, a presidente do Tribunal, desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, falou sobre a importância da simbologia da Páscoa, a preservação do meio ambiente e relembrou a eternidade das mães. O toque musical ficou a cargo dos servidores Narlicelma Ramos, Beth Valdez e Jorge Durans, com o acompanhamento de Augusto, ao teclado.

* Magistradas, servidoras e estagiárias das Varas do Trabalho de fora da sede foram as primeiras mães a receber, via malote, as homenagens da Administração da JT-8ª: porta-crachá personalizado e cartão elaborado pela equipe da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).

Rvst TRT8 2009.pmd 423 23/6/2009, 08:55

* No dia 13 de maio de 2009, a ASTRA 8 também organizou sua homenagem às mães, com evento que aconteceu no Salão Nobre do Tribunal. Na ocasião, cada mãe recebeu seu diploma.

MOBILIZAÇÃO CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

Lutar pela erradicação das modernas formas de escravidão tem sido a razão da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Nesse sentido, a AMATRA VIII promoveu mobilização pública pelo combate e erradicação do trabalho escravo, no dia 24 de maio de 2009, na Praça da República, visando conscientizar a população da importância do assunto e de como colaborar para a completa extinção deste problema social, além de colher assinaturas em favor da PEC 438, que trata da expropriação das terras onde forem encontradas situações análogas à de escravo.

Diversas entidades estiveram envolvidas no evento, tais como: TRT-8ª Região, Ministério Público do Trabalho, Governo do Estado do Pará, ANAMATRA, OAB-Conselho Nacional e Seccional do Pará, ATEP, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, AMEPA, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, Movimento Humanos Direitos, Senador José Nery (PSOL/PA), Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará, FETAGRI, Comitê Dorothy, Movimento Negro, ALEPA, SINAIT, ASSINTRA/PA, entre outras.

INFOJUD, INFOSEG E RENAJUD EM MACAPÁ

O Fórum Trabalhista de Macapá, no período de 25 a 28 de maio de 2009, recebeu o juiz Antônio Oldemar Coelho dos Santos, diretor da Central de Mandatos de Belém, e o coordenador do Núcleo de Pesquisa e Informação-NPI, Norberto Lavareda Santos, para preferirem palestra de orientação e habilitação, dirigida a magistrados e servidores daquelas unidades, em sistemas como: INFOJUD, INFOSEG e RENAJUD.

AÇÃO GLOBAL 2009

O tradicional mutirão de cidadania e responsabilidade social "Ação Global" aconteceu no dia 30 de maio de 2009, nos municípios de Santarém e Marabá. Os Fóruns Trabalhistas de Santarém e Marabá, dirigidos pelos juízes Paulo José Alves Cavalcante e Francisco Milton Araújo Júnior, respectivamente, participaram do evento, oferecendo à população os serviços da Justiça do Trabalho.

Um grupo de voluntários das Varas do Trabalho e dos Serviços de Distribuição daquelas cidades disponibilizaram balcão de informações e tomada de reclamações, dentre outros atendimentos.

Mais de 60 mil atendimentos beneficiaram cerca de 20 mil cidadãos dos dois municípios paraenses, realizados por mais de 2 mil voluntários. Marabá totalizou 26.840 atendimentos para 7.735 pessoas, com mais de 50 parceiros, e em Santarém, mais de 12 mil receberam por volta de 35 mil atendimentos, divididos por 58 instituições.

Com o tema: "Responsabilidade Social, quem pratica deixa sua marca no futuro", a 16ª edição do Ação Global foi promovida pelo Serviço Social da Indústria (SESI-Pará), em parceria com a TV Tapajós/Rede Globo.

Rvst TRT8 2009.pmd 424 23/6/2009, 08:55

JURISCALC DO TRT-8ª É REFERÊNCIA NACIONAL

Na primeira semana de junho de 2009, os servidores do TRT-8ª Marcos Aurélio Fidélis Rêgo e Alacid Corrêa Guerreiro viajaram ao Paraná, a pedido do Presidente do TRT-9ª Região, para auxiliar na implementação do sistema JurisCalc, pretendendo disseminar a prática de sentenças líquidas no 1º Grau de jurisdição. O TRT-8ª é referência nacional nessa prática.

O JurisCalc, como conceito, é uma ideia original do ex-presidente da 8ª Região, Haroldo da Gama Alves, materializada por meio da equipe da Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), com o apoio da Comissão de Informática do Tribunal, tendo à frente o desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho. Consiste em um programa de cálculo trabalhista, atualmente na versão 5.0 R04 C10, para ser usado tanto dentro do Tribunal como pelo público externo (advogados, procuradores, peritos etc.), permitindo intercâmbio entre as duas versões. A versão pública pode ser baixada do site www.trt8.jus.br/juriscalc. Altamente parametrizado, facilitou o preparo de sentenças líquidas.

Atualmente, integrado tanto ao registro da reclamação como à tabela de assuntos do CNJ, redunda em iniciais líquidas, provendo dados para audiência, estatísticas etc. Mais recentemente, tem servido como dados de referência no registro dos recursos, direcionando para um futuro muito próximo à obtenção de acórdãos líquidos.

PROCESSO E EXECUÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Com objetivo de capacitar o corpo funcional da VT de Capanema, o juiz titular Océlio de Jesus Carneiro de Morais ministrou o curso "*Processo e Execução Trabalhista e Previdenciária", no período de 1º a 4 de junho de 2009.*

A iniciativa faz parte do projeto "Justiça real, sim. Justiça de Papel, não - a inclusão social do trabalhador pela via previdenciária". Naquela oportunidade, foram tratados temas como: prazos prescricionais na execução trabalhista e na execução previdenciária; a execução pelo método tradicional e a execução através de sentenças líquidas; prazos processuais, formas de cadastramento de trabalhadores no CNIS, métodos práticos de cálculos previdenciários pelo sistema da Previdência Social.

JUNHO: MÊS DA CONCILIAÇÃO NA 8ª REGIÃO

"Conciliar é a maneira mais humana de solucionar um conflito". Com esta filosofia, a Justiça do Trabalho da 8ª Região iniciou, em 1º de junho de 2009, o Mês da Conciliação. Anualmente, dois períodos de mutirão de conciliações são realizados nas 45 Varas da Justiça do Trabalho do Pará e Amapá, bem como em processos tramitando no Segundo Grau (Recurso de Revista). Acompanhando a Campanha Nacional de Conciliação, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2009, o primeiro período foi o mês de junho. O segundo será em dezembro.

A iniciativa de realizar o evento veio impulsionada pelos resultados obtidos nas campanhas realizadas nos anos anteriores e pela necessidade de estímulo ao acordo como a melhor saída para por fim a um conflito.

Na conciliação, a solução é mais rápida, porque o acordo geralmente é feito com o pagamento em parcela única ou em poucas parcelas e, muitas vezes,

Rvst TRT8 2009.pmd 425 23/6/2009, 08:55

sem necessidade de execução. Nela, as partes participam da solução, razão pela qual a possibilidade de aceitação e cumprimento imediato e espontâneo é maior do que na execução da sentença, quando não há o acordo.

O Mês da Conciliação foi coordenado pela Comissão Permanente de Conciliação, integrada pela desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, (presidente), pelo desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca e pela juíza Maria Zuíla Lima Dutra (membros).

Desde o dia 10 de junho, um Balcão de Informações, montado no *hall* de entrada do prédio sede do Tribunal, voltado para tirar dúvidas sobre conciliação, *banners*, camisetas, carro som e chamadas nos meios de comunicação foram métodos utilizados para esclarecer advogados e partes interessadas nos processos trabalhistas.

Estatística

A primeira semana (1º a 5 de junho) alcançou quase R$ 2 milhões, nas 45 Varas do Trabalho da JT-8ª, envolvendo 466 processos, sendo R$ 1.239.467,21 o valor dos acordos realizados em Belém, pelas 16 Varas da capital. Fora da sede, o valor conciliado foi R$ 719.098,38. Para o INSS foram recolhidos R$ 224.461,64. As Varas de Belém com maior índice de conciliações foram a 1ª, 3ª e 13ª. Em montante pecuniário, a 5ª, 9ª e 3ª Varas de Belém fecharam acordos em torno de meio milhão de reais. Fora da sede, a 2ª VT de Marabá, a 1ª de Parauapebas e a 4ª de Macapá contabilizaram maior número de processos conciliados, também se destacando em valores de acordos realizados, que totalizaram mais de R$ 300 mil.

Na segunda semana, o total conciliado nas VTs de Belém e de fora da sede, em processos em grau de instrução e de execução, foi de R$ 1.654.369,69, sendo o valor dos acordos nas VTs de Belém, em R$ 670.897,01 e nas Varas fora da sede de R$583.472,68. Ao INSS foi recolhido o valor de R$227.284,62. As Varas do Trabalho de Belém, com maior número de processos conciliados foram a 1ª, 16ª e 13ª. Em montante pecuniário, a 2ª, 9ª e 16ª Varas de Belém fecharam acordos em torno de meio milhão de reais. Fora da sede, a 4ª VT de Macapá, a 1ª de Ananindeua e a 1ª de Parauapebas contabilizaram maior número de processos conciliados.

TRT-8ª HOMENAGEADO PELO CREA-PA

Em solenidade realizada no dia 3 de junho de 2009, em comemoração aos 75 anos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará, foram homenageadas diversas instituições que contribuíram para o engrandecimento do órgão. Dentre os agraciados, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, distinguido pela parceria com o CREA-PA na defesa dos interesses da classe tecnológica e da sociedade brasileira. O desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, decano da Corte, representou o Tribunal, recebendo a honraria.

LANÇAMENTO DE LIVRO

O lançamento do livro “Champ-Dollon, Cela 211 - Uma aventura revolucionária”, escrito por Carlos Raimundo Lisboa de Mendonça, juiz do trabalho

Rvst TRT8 2009.pmd 426 23/6/2009, 08:55

aposentado da 8ª Região, aconteceu no dia 4 de junho de 2009, no auditório do Soft Hotel, em Belém.

O livro pretende resgatar a história de Sebastião Hoyos, uma das figuras perseguidas durante a ditadura militar brasileira, refazendo toda a trajetória do personagem, desde seu engajamento na política estudantil. Em suas pesquisa, para construir o memorial, o escritor utilizou periódicos da época, depoimentos de Hoyos e o material do inquérito, sem precisar de longas entrevistas.

O santareno Sebastião Hoyos esteve em Belém, especialmente para o lançamento do livro, quando autografou a obra.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

* O Dia Mundial do Meio Ambiente - 5 de junho - foi criado pela ONU em 1972, para chamar a atenção de governos e conscientizar sobre a necessidade de conservação ambiental. A 8ª Região, desde 2007, em atendimento à Recomendação nº 11/2007, do CNJ, implantou diversas ações neste sentido, por meio do Programa TRT Ambiental, dentre elas: 1. Adoção progressiva de papel reciclado e não clorado; 2. Seleção pública de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis para realização de coleta de resíduos recicláveis, em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.940/2006; 3. Padronização do uso de fonte e impressão em frente e verso nos expedientes da 8ª Região, para economia de *tonner*; 4. Campanha "Adote esta Caneca", com o objetivo de substituir copos descartáveis por canecas de porcelana; 5. Inclusão do Programa TRT Ambiental como uma das iniciativas estratégicas do Tribunal; 6. Elaboração do Plano Anual de Trabalho da Comissão Permanente de Gestão Ambiental; 7. Implantação da Coleta Seletiva Solidária, com a distribuição de coletores com a identificação internacional de material reciclável; 8. Implantação do programa 3R (Reduzir, Reciclar e Reutilizar), com a distribuição de caixas de papelão, na cor azul, para descarte dos papéis diários já reutilizados; 9. Otimização dos relatórios produzidos pelos sistemas corporativos, com a mudança das fontes de impressão para *Courier New* (22% mais econômica) e alteração de *layouts.*

* Em comemoração à Semana do Meio Ambiente e para demonstrar a efetividade interna da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), o Ministério do Meio Ambiente firmou, no mês de junho/2009, Termo de Adesão com todos os órgãos vinculados ao Ministério, dentre eles o TRT-8ª Região.

MEDALHA MÉRITO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Belém e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente homenagearam personalidades comprometidas com a preservação ambiental e com ações desenvolvidas com esforços relativos às questões de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, dentre as quais a desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, presidente do TRT-8ª, pelas ações do Projeto TRT Ambiental.

A honraria, denominada Medalha Mérito Ambiental Marina Silva, foi outorgada na noite do dia 5 de junho de 2009, no Teatro Maria Sylvia Nunes-Estação das Docas, dentro da VI Semana Municipal de Meio Ambiente. A comenda

Rvst TRT8 2009.pmd 427 23/6/2009, 08:55

é o reconhecimento à senadora Maria Osmarina Silva Vaz de Lima, ambientalista e pedagoga responsável por vários projetos, dentre os quais a regulamentação do acesso de recursos da biodiversidade.

APOSENTADORIA DA DESEMBARGADORA VANJA MENDONÇA

O Diário Oficial da União do dia 15 de junho de 2009 publicou Decreto do Excelentíssimo Presidente da República concedendo aposentadoria à desembargadora Vanja Costa de Mendonça, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

A desembargadora Vanja Mendonça iniciou sua trajetória nesta Justiça Especializada, como servidora, no cargo de Técnico Judiciário (hoje Analista Judiciário), em 4 de junho de 1980. Aprovada em concurso público de provas e títulos, em 9 de novembro de 1990 ingressou na magistratura trabalhista como Juíza Substituta, cargo que desempenhou até dezembro/2003, quando, após promoção, passou a presidir a então Junta de Conciliação e Julgamento de Almeirim. Posteriormente, esteve à frente das JCJs de Itaituba, Marabá, Paragominas e Castanhal. Em 11 de dezembro de 1995 veio para a capital, passando a dirigir a 12ª JCJ de Belém. Foi nomeada Juíza Togada do TRT-8ª em 21 de novembro de 2003. Integrou a 4ª Turma, a qual presidiu no período de dezembro/2006 a dezembro/2008.

CAPACITAÇÃO EM PODER JUDICIÁRIO

A EMATRA VIII promoveu o Curso "Capacitação em Poder Judiciário", ministrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, no período de 15 a 19 de junho de 2009, na sala de aula da Escola.

O curso teve por objetivo a capacitação de magistrados para atuarem como agentes proativos da modernização jurisdicional e administrativa do Poder Judiciário. Na programação as seguintes palestras: "Direito Privado e Tecnologia" - professor Sérgio Branco, "Introdução à Macroeconomia" - professor Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, "A Dimensão Estratégica da Gestão de Pessoas" - professora Denise Salles, "Orçamento como instrumento de planejamento e controle" - professor Roberto Bevilacqua e "Ética e Poder Judiciário" - professor Vinícius Scarpi.

ATIVIDADES DO DESEMBARGADOR VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

Participação em Conclave Jurídico: A EXECUÇÃO TRABALHISTA À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. Palestra proferida no III Ciclo de Palestras - "Os Vinte Anos da Constituição Federal", promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos e Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (CEJ/SEMAJ), no período de 26 a 27.11.2008, no Auditório do Fórum Cível da Comarca de Belém. Também proferida no Seminário - Temas Atuais de Direito e Processo do Trabalho, promovido pela Turma 010/2007 da Universidade Federal do Pará, no período de 05 a 06.05.2009, no Auditório Aloysio Chaves, no TRT- 8ª..

Artigos Jurídicos: O FUTURO DO PROCESSO DO TRABALHO E OS NOVOS RUMOS DIANTE DAS REFORMAS CONSTITUCIONAL E

Rvst TRT8 2009.pmd 428 23/6/2009, 08:55

PROCESSUAL CIVIL - Esboço da Conferência de Encerramento proferida no Seminário sobre "Os Novos Rumos do Processo do Trabalho diante das Reformas Constitucional e Processual Civil", realizado nos dias 11 e 12.09.2008, em Santarém (PA), sob os auspícios da EMATRA VIII e da AMATRA VIII. Publicado na Revista nº 81 do TRT-8ª Região. A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - Artigo elaborado para o Suplemento Especial da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região nº 81 (que completou 40 anos), em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. Tema: "Poder Judiciário, Direito e Dignidade Humana". Publicado no Suplemento Especial Comemorativo da Revista nº 81 do TRT-8ª Região.

Aulas em pós-graduação: Ministrou aulas da disciplina Direito Processual do Trabalho III, no 3° Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil e Trabalhista, nas Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), no período de 17 a 22.11.2008, em Santarém (PA).

Atividades Administrativas: Membro da Comissão Examinadora da 3ª fase (prova de sentença) - XV Concurso Público para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, no TRT-14ª Região (Rondônia e Acre). Membro e depois Presidente da Comissão de Concurso e Examinadora da Prova de Títulos. Presidente da Comissão Examinadora da Prova Oral de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Processual Civil - Concurso C-319, para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região.

Discursos e Entrevistas: ORAÇÃO COM UM POEMA NA CODA - Saudação na sessão do TRT-8ª Região, em sua composição plenária, realizada em 06.10.2008, para eleição dos novos dirigentes da Corte. Publicado na Revista nº 81 do TRT-8ª Região. ORAÇÃO-POEMA PARA OS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL. Saudação na solenidade de posse dos novos dirigentes do TRT-8ª Região, em sua composição plenária, realizada em 05.12.2008, para o biênio 2008/2010. Durante a realização do 1º Encontro de Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho e ex-Coordenadores do COLEPRECOR, no período de 24 a 27.10.2008, em Campo Grande e Bonito (MS), aquela entidade faz o lançamento da Revista - Edição Histórica (1987-2008), onde constam registros da gestão do Desembargador Vicente Malheiros como Coordenador do Colégio, no biênio 1998-2000 (eleito e reeleito), com base em entrevista concedida à Srª. Ana Paula Maiolino Volpe dos Santos, Secretária da Instituição. "A essência musical de um compositor apaixonado". Matéria publicada no Jornal "O Liberal" - Revista Troppo - edição de 08.02.2009, a partir de entrevista concedida à jornalista Yorranna Oliveira. "O Dia do Trabalho" - entrevista concedida à TV RBA, em 1º.05.2009, à jornalista Priscila Monteiro.

Além de magistrado e professor, o Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca também é músico amador. A sua obra musical conta, atualmente, com mais de oitocentas (800) composições (abril/2009), dentre as quais se destacam diversas peças para piano, como a série intitulada "*Valsas Santarenas*" (79).

Rvst TRT8 2009.pmd 429 23/6/2009, 08:55